Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Faculdade de Serviço Social

Mirla Cisne Álvaro

Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil

Rio de Janeiro
2013

Mirla Cisne Álvaro

Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora, ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Trabalho e Política Social

Orientadora: Prof ª. Dra. Elaine Rossetti Behring

Rio de Janeiro

2013

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/ BIBLIOTECA CCS/A

A472 Álvaro, Mirla Cisne
Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil / Mirla Cisne Álvaro. – 2013.
408 f.

Orientadora: Elaine Rossetti Behring.
Tese (doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Serviço Social.
. Bibliografia.

1. Mulheres na política – Teses. 2. Feminismo - Brasil - Teses I. Behring, Elaine Rossetti. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social. III. Título.

CDU 396.9(81)

Autorizo apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, desde que citada a fonte.

_____ _____
Assinatura

Mirla Cisne Álvaro

Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: Trabalho e Política Social.

Aprovada em 03 de maio de 2013.

Orientador:

Profª. Dra. Elaine Rossetti Behring (Orientadora)

Faculdade de Serviço Social - UERJ

Banca Examinadora:

_____

Prof. Dr. Maro Luis Iasi

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

_____

Profª. Dra. Telma Gurgel da Silva

Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

_____

Prof. Dr. José Paulo Netto

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

_____

Profª. Dra. Jules Falquet

Universidade de Paris

_____

Profª. Dra. Maria Inês Souza Bravo

Faculdade de Serviço Social - UERJ

Rio de Janeiro

2013

DEDICATÓRIA

Às militantes feministas que não se cansam de lutar por liberdade e

à Myrtes Guerra Cisne (*in memorian)*, minha avó,

pelos eternos sorrisos doces e pela teimosisa de amar e cantar à

vida, até o fim...

AGRADECIMENTOS

À minha pequena-grande família, em especial, à mamãe, Myrtes Maria Cisne Álvaro, às minhas irmãs Kátia Cisne e Andréa Cisne, aos meus sobrinhos Lucas Cisne e Saul Cisne e à minha sobrinha Taís Cisne, certezas de força, acolhimento e amor.

À Malu Duriguetto, companheira incansável, pelo olhar doce e atento que iluminou e inspirou a feitura de cada uma destas letras. Obrigada pela leitura criteriosa e enriquecedora, pelo cuidado e apoio estrutural e emocional e pelo estímulo cotidianamente presente. Você tornou o caminho mais leve, belo e prazeroso.

À Luciana Batista, minha amiga-irmã, por ter fortalecido meus passos no momento mais difícil da trajetória desta tese. Obrigada pela certeza do colo, pelo compartilhar de lágrimas e sorrisos e por todo o enriquecimento dentro e fora da sala de aula.

À Elaine Behring, pela segurança em compartilhar esta tese com suas mãos, por todas as ricas orientações e pelo carinho e atenção, sempre presentes.

À Jules Falquet, pela generosa acolhida em Paris, por toda a cuidadosa atenção nas orientações e indicações bibliográficas. Obrigada pelo rico mergulho que me proporcionou na teoria feminista francofônica e por toda a sua disponibilidade e presteza.

À Tati Brettas, pelo compartilhar do projeto do doutorado e por todos os ensinamentos de vida.

À Telma Gurgel, pelos ensinamentos feministas e de vida, pelo valoroso enriquecimento teórico desta tese e por toda a sua atenção e disponibilidade nas bancas de qualificação e de defesa final.

Às amadas Verônica Ferreira, Janaiky Almeida, Marcela Amaral, Val Peixoto, Rivânia Moura e Sâmya Ramos pela certeza da amizade, apoio e presença carinhosa em minha vida.

Ao Mauro Iasi, por ter me encantado pelo mundo dos estudos sobre a consciência e a ideologia e por todas as contribuições e atenção dispensadas na qualificação deste trabalho e na composição da banca examinadora.

Ao José Paulo Netto pela rica contribuição teórica na qualificação do projeto desta tese e por compor a banca examinadora da mesma.

À Maria Inês Bravo, pelas contribuições no projeto de qualificação da tese e por compor a banca examinadora da mesma.

À Helena Hirata, uma das pessoas mais generosas e atenciosas que tive o prazer de conhecer. Obrigada por ter mediado todo o processo para possibilitar o meu “sanduíche”.

À Ivã Boschetti, Elaine Behring e Mione, pela gentil e generosa acolhida no “velho mundo”. Conhecer Paris com vocês foi um presente de vida!

À Cínthia Kagan, pela acolhedora e solidária recepção em Paris, pela força no francês e por ter me deixado mais próxima de casa, oferecendo o que de melhor podemos compartilhar: o calor humano e alegre das nossas raízes comuns.

À Ana, amiga querida, pelas aulas de Yoga e de vida! Você foi uma grande responsável pela minha busca de força, serenidade e sol interno nos dias mais cinzentos e frios em Paris.

À Letícia pelos momentos APEB-Fr, conversas e dicas feministas, e, ainda, pela presteza, gentileza e solidariedade me salvando nas minhas dúvidas de francês.

Aos amigos e às amigas da Maison du Brésil e a mais querida de suas agregadas, a Sônia Pascolati. Obrigada por toda força e carinho. Nossos queijos e vinhos na cozinha do *5ème étage*, jamais serão esquecidos.

À Marília Gurgel, irmã de vida, com quem pude contar com a solidariedade do compartilhar da morada e com o abraço e o sorriso, além da sempre disposta companhia para uma cerveja gelada, tornado, portanto, os dias mais leves.

Ao Gabriel, cunhado querido que, muitas vezes sem falar, conseguia me transmitir pelo olhar o acolhimento e o carinho que eu precisava. Obrigada ainda, pela força “técnica” no envio de material para a tese.

Ao Alfredo, amigo querido, pelo carinho e força na impressão da tese.

À CAPES pelo apoio estrutural em financiar minha bolsa de estudos para cursar o doutorado sanduíche na Université de Paris 7.

À UERN, em especial, às professoras do departamento de Serviço Social, por terem concedido minha licença integral para cursar o doutorado de forma qualificada.

Ao SOS Corpo por ter financiado a vinda da Jules Falquet ao Brasil, possibilitando sua participação na banca examinadora da tese.

À Marcha Mundial de Mulheres, ao Movimento de Mulheres Camponesas e à Articulação de Mulheres Brasileiras, por terem tornado esta tese possível.

A todas as mulheres que gentilmente nos concederam entrevista.

Sonhar mais um sonho impossível
Lutar quando é fácil ceder
Vencer o inimigo invencível
Negar quando a regra é vender
Sofrer a tortura implacável, romper a incabível prisão
Voar no limite improvável, tocar o inacessível chão
É minha lei, é minha questão
Virar esse mundo, cravar esse chão
Não me importa saber se é terrível demais
Quantas guerras terei de vencer por um pouco de paz [...]
E assim seja lá como for,vai ter fim a infinita aflição
E o mundo vai ver uma flor brotar do impossível chão.

J. Darion - M. Leigh

RESUMO

ÁLVARO, Mirla Cisne. *Feminismo, luta de classes e consciência militante feminista no Brasil*. 408 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

A formação da consciência na sociedade capitalista é atravessada por relações de alienação e pela ideologia dominante que dificultam o desenvolvimento da consciência revolucionária, desenvolvida na militância coletiva voltada para a transformação social. Na particularidade das mulheres, esse processo é mais difícil por estarem envolvidas em relações patriarcais de dominação, apropriação e exploração advindas, fundamentalmente, da divisão sexual do trabalho que, associadas a uma ideologia de uma suposta natureza feminina, as constitui como submissas, subservientes, passivas e apolíticas. Por isso, partimos da pergunta: como ocorre o processo de formação da consciência militante feminista em uma sociedade patriarcal e capitalista? O sentido geral desta tese é compreender a formação da consciência militante feminista e seus principais desdobramentos na luta de classes no Governo Lula. A delimitação do estudo no Governo Lula é motivada pela necessidade de compreensão do feminismo na contemporaneidade, mas, também, pela inquietação de analisar a capacidade de envolvimento político desse governo no campo dos movimentos feministas. A apreensão da lógica transformista que preside esse governo é fundamental para análise das lutas feministas, pois, se por um lado o Brasil presenciou a institucionalização de políticas sociais para as mulheres; por outro, muitos entraves ocorreram para a efetivação das mesmas, desde a falta de orçamento até a dificuldade da incorporação de uma perspectiva verdadeiramente feminista por parte do projeto de governo petista. A tese busca apreender a **consciência militante feminista** e a sua relação com a luta de classes no governo Lula, em uma perspectiva de totalidade, com o esforço de ir além da sua aparência fenomênica, mas, no seio das relações sociais de classe, "raça" e sexo inseridas na dinâmica dos projetos societários em disputa: o patriarcal-capitalista e o feminista-socialista. Realizamos uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo. Essa última foi desenvolvida por meio de entrevistas com 7 militantes orgânicas de cada um dos seguintes movimentos feministas: Articulação de Mulheres Brasileiras; Marcha Mundial de Mulheres e o Movimento de Mulheres Camponesas. Totalizamos, portanto, 21 entrevistas que articuladas à pesquisa documental de materiais produzidos por esses movimentos, bem como com a base teórica adquirida na pesquisa bibliográfica, obtivemos como principais conclusões: 1. O processo de formação da consciência militante feminista envolve como elementos indispensáveis às mulheres: (a) a apropriação de si e a ruptura com a naturalização do sexo; (b) o sair de casa; (c) a identificação na outra da sua condição de mulher; (d) a importância do grupo e da militância política em um movimento social; (e) a formação política associada às lutas concretas de reivindicação e de enfrentamento; 2. O feminismo contribui com a radicalização da democracia e com o tensionamento das relações de hierarquia presentes, inclusive, no interior de organizações de esquerda; 3. As políticas públicas para as mulheres no governo Lula, não corresponderam a uma perspectiva feminista, pois, não romperam com a responsabilização da mulher pela reprodução social antroponômica, tendo em vista o caráter familista das mesmas; 4. A autonomia política e financeira é o principal desafio para os movimentos feministas no Brasil.

Palavras-chave: Feminismo. Luta de classes. Consciência militante feminista. Consubstancialidade das relações sociais de sexo. 'Raça' e classe. Governo Lula.

ABSTRACT

ÁLVARO, Mirla Cisne. *Feminism, class struggle and militant feminist conscience in Brazil.*408 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

The conscience formation of the capitalist society is made by relations of alienation and by the dominant ideology that difficult the development of the revolutionary conscience, developed in the collective militancy and focused in the social transformation. In the women particularity, this process more difficult because it is involved in patriarchal relations of domination, appropriation and arising exploration, fundamentally of the sexual division of work which, in association with a supposed female natural ideology, that constitute them as submissive, subservient, passive and apolitical. For that reasons, we started with the question: How occurs the process of feminist militancy conscience formation in a patriarchal and capitalist society? The general objective of this thesis is to comprehend the formation of a feminist militancy conscience and its main consequences at the Lula`s government class fight. The delimitation of the study at the government Lula is motivated by the need of comprehension of the feminism in the modernity, but also by the unrest to analyze the capacity of this government to be politically involved at the feminist movement field. The seizure of the transformist logic that rules this government is crucial to analyze the feminist struggle, because if by one side Brazil witnessed the institutionalization of a social policy for women, in the other many troubles occurred in its effectuation, from the budget issue to the incorporation difficulty of a real feminist perspective by the government project. The thesis search to learn the **feminist militancy conscience** and its relation with the government Lula class fight, in a entire perspective, striving to go beyond its phenomenal appearance, to reach deep in the social relations of class, “race” and sex inserted in the dynamic of the societary projects in dispute: The patriarchal-capitalist and the feminist-capitalist. We did a bibliographic, documental and a camp research. The last one was developed through interviews with seven organic militants of each of the following feminist movements: Articulation of Brazilian Women; World March of Women and Movement of Rural Women. There were 21 interviews that added with the documental research produced by those movements, as well as the theoretical base acquired in the bibliographic research we came to the main conclusions: 1. The process of formation of the feminist militancy conscience involve as indispensable elements to women: (a) the appropriation of itself and the rupture with the sex naturalization; (b) the process of leaving her home; (c) the identification in another of her woman condition; (d) the importance of the group and the political militancy at a social movement; (e) the political formation associated to the concrete claims and fights; 2. The feminism contributes to the democracy radicalization and the tension between the present hierarchies, including at the left organizations; 3. The Lula`s government public politics to women do not correspond to a feminist perspective, because they do not ended with the women responsibility at the antroponomic social reproduction, since we know its “family” feature; 4. The political and financial autonomy is the main challenge for the feminist movements in Brazil.

Key Words: Feminism. Class fight. Feminist militancy conscience. Consubstantiality of the social relations of gender. 'Race' and class. Lula government.

RÉSUMÉE

ÁLVARO, Mirla Cisne. *Féminisme, lutte de classe et laconscience militante féministeauBrésil.*408 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

La formation de la conscience dans la société capitaliste est traversée par les relations d' aliénation et par l'idéologie dominante qui entravent le développement de la conscience révolutionnaire, développé dans l'activisme collectif vers la transformation sociale. Dans le cas particulier des femmes, ce processus est plus difficile a cause d'être impliquées dans les relations patriarcales de domination, d'appropriation et d'exploitation résultant principalement de la division sexuelle du travail, que, associée a une idéologie d'une supposée nature féminine, constitue eux-même comme soumis, serviles , passives et apolitiques. Par conséquent, nous commençons par la question: comment fonctionne le processus de formation de la conscience féministe militante dans une société patriarcale et capitaliste? Le sens général de cette thèse est de comprendre la formation de la conscience militante féministe et de ses développements majeurs dans la lutte des classes au sein du gouvernement Lula. La délimitation de l'étude au sein du gouvernement Lula est motivée par la nécessité d'une compréhension du féminisme contemporain, mais, aussi, par l'agitation d'analyser la capacité de l'engagement politique du gouvernement dans le domaine des mouvements féministes. La compréhension de la logique transformiste qui préside à ce gouvernement est fondamentale pour l'analyse des luttes féministes, parce que d'une part le Brésil a vu de l'institutionnalisation des politiques sociales pour les femmes, d'autre part, il y avait de nombreux obstacles à la réalisation de même, puisque le manque de budget jusqu'à la difficulté d'intégrer une perspective véritablement féministe par le projet du gouvernement du PT. La thèse cherche à appréhender la conscience militante féministe et sa relation avec la lutte des classes dans le gouvernement Lula, dans une perspective de la totalité, avec l'effort d'aller au-delà de son apparence phénoménale, mais dans les rapport sociaux de classe, de «race» et de sexe qui sont inséré dans la dynamique des projets sociétaux en litige: le système patriarcal capitaliste et le socialiste-féministe. Nous avons effectué une recherche bibliographique, documentaire et de champs. Ce dernier a été développé avec d'entrevues avec de 7 militants organique chacun de ces mouvements féministes: Articulation des femmes brésiliennes, Marche mondiale des femmes et le Mouvement des femmes rurales. S'élève 21 entrevues articulés les documents de recherche documentaires produites par ces mouvements, ainsi que la base théorique acquise dans la littérature de recherche, nous avons obtenu les principales conclusions: 1.Le processus de formation de la conscience des militants féministes implique des éléments indispensables aux femmes: (a) l'appropriation de soi et de la rupture avec la naturalisation du sexe, (b) le sortir de la maison, (c) l'identification avec une autre femme de sa féminité (d) l'importance du groupe et de l'activisme politique en un mouvement social, (e) la formation politique associée à des luttes concrètes de revendication et affrontement 2. Le féminisme contribue à la radicalisation de la démocratie et de la tension dans les relations de hiérarchie présents même à l'intérieur des organisations de gauche ; 3. Les politiques publiques pour les femmes dans le gouvernement Lula, ne correspondait pas à une perspective féministe, parce que n'a pas rompu avec la responsabilité de la femme par la reproduction sociale anthroponomique, compte tenu du caractère de la famille 4. L'autonomie politique et financière est le principal défi pour le mouvement féministe au Brésil.

Mots-clés: Féminisme. Luttes des classes. Conscience militant feministe. Consubstantialitédes rapports sociaux de sexe. ‘Race’ et de classe. Gouvernement Lula.

LISTA DE ABREVEATURAS E SIGLAS

ALBA	Aliança Bolivariana pelos povos da nossa América
ALN	Aliança Nacional Libertadora
ANMTR	Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais
AMB	Articulação de Mulheres Brasileiras
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Social
CESE	Coordenadoria Ecumênica de Serviço
CLT	Código de Leis Trabalhistas
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DISOC	Diretoria de Estudos e Políticas Sociais
DRU	Desvinculação das Receitas da União
DS	Democracia Socialista
ENAMB	Encontro Nacional da AMB
FAT	Fundo de Amparo Ao Trabalhador
FEAB	Federação dos estudantes de agronomia do Brasil
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIDA	Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura
FIPS	Fórum Itinerante Paralelo das mulheres em defesa da Seguridade Social
GGB	Grupo Gay da Bahia
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LMP	Lei Maria da Penha
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MESS	Movimento Estudantil de Serviço Social
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MMM	Marcha Mundial de Mulheres
MPA	Movimentos dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
NEM	Núcleo de Estudos Sobre a Mulher Simone de Beauvoir
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento

PBF	Programa Bolsa Família
PF	Plataforma Feminista
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de domicílio
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNPM	Plano Nacional de Política para as Mulheres
PPF	Plataforma de Política Feminista
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PT	Partido dos Trabalhadores
SAAP	Serviço de Análise e Apoio a Projetos
SEPPIR	Secretaria Especial de Promoção de Política de Igualdade Racial
SPM	Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres
SUAS	Sistema único de Assistência Social
SUS	Sistema único de Saúde
UBM	União Brasileira de Mulheres
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UERN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	14
1	**CLASSE, LUTA DE CLASSES E FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA NA DINÂMICA DO CAPITALISMO**.....	34
1.1	**Classes sociais e luta de classes na sociedade capitalista**.....	34
1.1.1	"A classe trabalhadora tem dois sexos" e "raça"/etnia.....	43
1.2	**Formação da consciência de classe**.....	51
1.2.1	Ideologia, alienação e formas de consciência.....	59
1.3	**Desvelando contradições para pensarmos as possibilidades de superação do capital**.....	78
1.3.1	Superpopulação relativa: possibilidades de resistência e combatividade classista no bojo das contradições do capital	84
1.3.2	As mulheres e as possibilidades de enfrentamento ao capital	88
1.4	**Capitalismo contemporâneo e a necessidade da emancipação humana**.....	95
2	**FUNDAMENTOS TEÓRICO-POLÍTICOS DO FEMINISMO: UMA CONTRIBUIÇÃO INDISPENSÁVEL AO SOCIALISMO**.....	109
2.1	**A consubstancialidade das relações sociais de sexo, "raça" e classe**.....	110
2.2	**Família, divisão sexual do trabalho e reprodução social**	128
2.3	**Alienação e ideologia a serviço das relações patriarcal-racista-heteronormativo-capitalistas: crítica à ideia de natureza**	141
2.4	**Feminismo e socialismo: uma relação necessária**	157
2.4.1	A contribuição do feminismo materialista francófono	169
2.5	**Movimento feminista: história e dilemas contemporâneos no contexto brasileiro**.....	174
2.5.1	Ongs e movimentos sociais: novas configurações na luta de classe	185
2.5.2	A institucionalização do movimento feminista: subordinações e resistências.....	192
3	**CAPITALISMO E LUTA DE CLASSE NA PARTICULARIDADE BRASILEIRA: TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNEAS E IMPACTOS PARA A VIDA DAS MULHERES**	201
3.1	**A revolução burguesa no Brasil**	204
3.2	**A reedição dos mitos fundadores do brasil: um "presente impregnado de vários passados"**.....	216
3.3	**Taticismo, transformismo e envolvimento manipulatório: fundamentos para**	

compreensão do PT e da luta de classes nos governos lula..... 221
3.4 **As políticas públicas para as mulheres nos governos Lula** 250
4 **FEMINISMO E CONSCIÊNCIA MILITANTE FEMINISTA NO BRASIL**..... 276
4.1 **Pesquisa de campo e os procedimentos metodológicos**..... 279
4.2 **Os sujeitos coletivos da pesquisa**..... 283
4.2.1 Articulação de mulheres brasileiras (AMB)..... 283
4.2.2 Marcha mundial de mulheres (MMM)..... 290
4.2.3 Movimento de mulheres camponesas (MMC)..... 295
4.3 **A importância do feminismo para a consciência militante e para a luta de classes**..... 299
4.3.1 A formação da consciência militante feminista..... 299
4.3.2 A auto-organização das mulheres e a contribuição do feminismo para a luta de classes..... 314
4.4 **Governo Lula: avaliações, financiamento e principais lutas do feminismo**..... 323
4.4.1 Principais lutas, ações e financiamentos da AMB, MMM e MMC no governo Lula..... 333
4.5 **Atualidade e desafios históricos do feminismo no Brasil** 350
4.5.1 Relação com movimentos sociais e partidos políticos..... 354
4.5.2 Conquistas, dificuldades, limites e desafios..... 364
CONCLUSÕES..... 374
REFERÊNCIAS 391
APÊNDICE A - Roteiro semi-estruturado da entrevista 407
APÊNDICE B - Termo de Consentimento livre e esclarecido..... 408

INTRODUÇÃO

Criar é tão fácil ou tão difícil quanto viver,
E é do mesmo modo necessário.

Fayga Ostrowe (2004)

Diante do contexto neoliberal de ofensiva da barbarização humana, contraditoriamente, vivenciamos um descenso das lutas sociais classistas. Afora fatores estruturais como o desemprego e a flexibilização dos direitos e relações trabalhistas que determinara esse recuo, tivemos, na atual particularidade brasileira, o envolvimento manipulatório do governo Lula, ocorrido nos anos 2003 a 2010, sobre os movimentos sociais e outras formas de organizações políticas coletivas, como partidos políticos. Esse "envolvimento" se expressou em uma eclosão de transformismos[1], para nós, sem precedentes na história brasileira. Com isso, o governo Lula conseguiu aprofundar os ajustes neoliberais, sintetizados na contrarreforma[2] do Estado, sem grandes dificuldades.

Esse cenário resultou em uma progressiva fragmentação da identidade e luta da classe trabalhadora no Brasil. Por outro lado, é importante ressaltar que esse processo não ocorreu sem resistências.

Apesar de todo o recuo e descenso das lutas que passaram a impactar mais fortemente o Brasil na década de 1990, com a implementação do neoliberalismo, houve sujeitos coletivos classistas que construíram resistências e organização política para o fortalecimento da classe trabalhadora, inclusive, nos anos do governo Lula. Assim, em contexto adverso, assistimos ao surgimento e fortalecimento de lutas e movimentos sociais em algumas regiões do Brasil[3].

---

[1] Categoria gramsciana sobre a qual aprofundaremos adiante. De modo sintético, segundo Portelli, H. (1997), o transformismo ocorre "quando a classe dirigente agrega em torno de si os intelectuais dos outros grupos sociais para decapitar sua direção política e ideológica (p.69). De modo que a classe dominante "recusa qualquer compromisso com as classes subalternas" (p. 71).

[2] Expressão cunhada por Elaine Behring (2003).

[3] Podemos destacar como lutas contemporâneas a campanha pela anulação do leilão da Vale do Rio Doce; a campanha pela redução da tarifa de energia, dirigida, especialmente pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB); a campanha contra a transposição do Rio São Francisco, com a resistência indígena e da população ribeirinha; as ocupações das mulheres da Via Campesina na Aracruz Celulose e em redes de supermercado contra a carestia dos alimentos e por soberania alimentar; as lutas do MST por Reforma Agrária, e as do MMC que detalharemos adiante. Mais recentemente, destacamos o Levante Popular da Juventude que vem realizando um importante trabalho de formação, organização e lutas políticas com a

Aton Fon Filho, advogado do MST e ex militante da Ação Libertadora Nacional (ALN), defendeu uma tese polêmica no governo Lula, a de que vivenciamos um momento de ascenso das lutas sociais e sindicais. E fundamenta sua defesa com base nos dados do Dieese:

> O crescimento significativo do número de paralisações na esfera privada - que de 149 em 2007, passou a 224 em 2008 – foi o principal fator para esta alteração, uma vez que não houve retração nas greves ocorridas na esfera pública. Ao contrário, o resultado de 2008 foi inferior apenas ao de 2004, ainda assim por um único registro. As greves realizadas em 2008 significaram que 24,6 mil horas de trabalho deixaram de ser cumpridas em todo o país. Dentre as 411 greves, somente 265 apresentavam o total de grevistas. Segundo estes dados, pouco mais de 2 milhões de trabalhadores participaram de movimentos paredistas, o que permite estimar o número médio de trabalhadores por greve, em 7.710. As paralisações na esfera pública reuniram, em média, 12.203 grevistas, proporção bem maior do que na privada, com 3.868 grevistas. Duas paralisações que reuniram trabalhadores das duas esferas registraram uma média de 67 mil trabalhadores por greve (FON, 2010, p.16).

O número de greves de 2004 a 2008, segundo Fon (2010, p.16) com base no Dieese, apresentou a seguinte evolução: 302, 299, 320, 316, 411. Quanto ao ano de 2008, seguindo a mesma fonte, o autor afirma que o "caráter propositivo predominou nas paralisações realizadas (69%), ainda que um percentual significativo (42%) registrasse motivação defensiva. Na esfera privada, os reajustes salariais e o auxílio-alimentação foram as reivindicações mais registradas" (FON, 2010, p.18).

Embora saibamos que essas greves não estavam vinculadas a uma perspectiva de luta política revolucionária, por estarem limitadas à dimensão econômica ou mesmo econômico-corporativa, seus números são significativos e merecem uma análise mais aprofundada para analisarmos as suas determinações e implicações na luta de classe contemporânea.

Para adentrar na compreensão mais aprofundada sobre esse cenário, consideramos importante compreender os diferentes projetos societários em disputa e seus fundamentos que consubstanciam as mais diferentes configurações da luta de classes. Delimitaremos nesse cenário a análise do movimento feminista. Mais particularmente, procuramos

---

juventude do campo e da cidade, extrapolando a política do movimento estudantil ao fazer lutas de bairro, campanhas e movimentos de denúncias, a exemplo dos escrachos aos torturadores da ditadura no Brasil.

apresentar o projeto societário feminista[4] em contraposição ao patriarcal-capitalista, incontestavelmente hegemônico na sociedade. Partimos do entendimento de que os projetos societários só podem ser compreendidos no seio da dinâmica da luta de classes que, por sua vez, envolvem o processo de formação de consciência. Assim, trabalharemos classe, luta de classes e consciência de classe como categorias correlatas e indispensáveis para o entendimento dos projetos societários em disputa.

A formação da consciência de classe na sociedade capitalista é dificultada pelas relações de alienação que desenvolve, bem como pela ideologia dominante a ela associada, que levam muitos indivíduos a naturalizar e até mesmo reproduzir relações de dominação em um sistema que os explora. Mauro Iasi (2002, p. 13), estudioso do processo de formação da consciência, parte da seguinte inquietação investigativa: "como os indivíduos moldados para a conformidade e o consentimento podem se rebelar contra a ordem que os moldou?". Refletindo sobre essa inquietação na particularidade das mulheres, considerando que as mesmas, além de todas as relações de alienação e de dominação ideológica vivenciadas pelos homens na sociedade capitalista, também, são marcadas pela força da ideologia de uma suposta natureza feminina, que as institui como subservientes, apolíticas e naturalmente passivas e submissas. Nesse contexto, partimos da seguinte pergunta de pesquisa: como as mulheres desenvolvem a formação da consciência de classe? Considerando que essa consciência é mediada pelos movimentos feministas na dinâmica da luta de classe, o que envolve, portanto, processos coletivos de formação de uma consciência voltada para a transformação social, acrescentamos à primeira pergunta: Como ocorre o processo de formação da consciência militante[5] feminista em uma sociedade patriarcal e capitalista?

Dada à amplitude dessa pergunta, delimitaremos temporalmente sua análise no governo Lula. A escolha de nosso objeto[6] de estudo será assim, a **consciência militante**

[4] Vale ressaltar que o feminismo que tratamos aqui, diz respeito ao feminismo socialista, ou seja, aquele comprometido com a luta pela emancipação humana.

[5] Segundo Iasi, falamos em militância "por analogia ao soldado que adere a uma ação coletiva organizada e integrada" (2002, p. 37).

[6] Quando nos referimos ao "objeto" de nossa pesquisa, não estamos querendo isolá-lo metafisicamente do sujeito, muito menos percebê-lo em uma condição de passividade, uma vez que, o objeto também se constitui como sujeito. Tampouco queremos nos furtar da nossa condição de objeto, uma vez que "um ser que não seja ele mesmo objeto para um terceiro ser não tem nenhum ser para seu **objeto**, isto é, não se comporta objetivamente, seu ser não é um [ser] objetivo. Um ser não-objetivo é um **não-ser**" (MARX, 2009 b, p. 127). Nesse sentido, acreditamos que, o sujeito é também objeto, assim como o objeto também é sujeito, embora não se confundam, mas, relacionam-se no processo do conhecimento, compondo uma unidade dialética.

feminista e a sua relação com a luta de classes no contexto do governo Lula. Consideramos esse governo fundamental para análise das lutas feministas, pois, se por um lado o Brasil presenciou pela primeira vez na história uma institucionalização de políticas sociais para as mulheres, portanto, um reconhecimento das demandas das mulheres, por meio, por exemplo, da criação de uma Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), bem como pela ampla construção das Conferências de Mulheres para pensar o desenvolvimento dessas políticas, por outro, muitos entraves ocorreram para a efetivação das mesmas, desde a falta de orçamento até a dificuldade da incorporação de uma perspectiva verdadeiramente feminista por parte do projeto de governo do Presidente Lula. Mais do que isso, muitas políticas implementadas no governo Lula reforçaram, por meio do seu viés familista, o lugar tradicional da mulher na sociedade, como veremos nos Capítulos 3 e 4. Os paradoxos portanto, foram profundos, o que nos exigiu o rigor de uma análise crítica numa perspectiva de totalidade sobre esse governo. Ou seja, na tentativa de desvelar as principais contradições, avanços e recuos no governo Lula no tocante às reivindicações e lutas feministas, tivemos que buscar desvelar o seu projeto como um todo, não apenas em relação às mulheres, ainda que esse tenha sido nosso foco central.

A delimitação do nosso estudo em torno do movimento feminista decorreu, primeiro, por ser nosso campo de investigação científica, atuação profissional e militância política. Na graduação, em Serviço Social, na Universidade Estadual do Ceará (UECE), fomos bolsistas de iniciação científica do CNPq, quando pesquisamos a integração dialética entre gênero, classe e catolicismo na história do Serviço Social[7].

Nesse período, os estudos sobre mulheres e suas condições de vida e trabalho, impulsionaram-nos a militar no movimento feminista, quando então fomos uma das fundadoras do "Elo feminista"[8] e uma das pioneiras da Marcha Mundial de Mulheres (MMM), em Fortaleza - CE, em 2000. Além disso, militamos no Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) – desde os primeiros semestres da graduação –, espaço no qual procurávamos, constantemente, travar discussões relacionadas à luta feminista.

A monografia da graduação, resultante da pesquisa de iniciação científica, desdobrou-se em nossa dissertação de mestrado intitulada: Serviço Social: Uma Profissão

[7] Esta pesquisa resultou na monografia: Serviço Social no Ceará na década de 50: o intercruzamento entre classe, gênero e catolicismo, defendida em 2002, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).

[8] O Elo Feminista foi um grupo de mulheres que surgiu da iniciativa de algumas militantes feministas, muitas vinculadas ao Partido dos Trabalhadores e ao Movimento Estudantil no Ceará. Atualmente, o Elo Feminista se tornou uma ONG, quando já havíamos deixado de fazer parte do mesmo.

de Mulheres para Mulheres? uma análise crítica da categoria gênero na histórica "feminização" da profissão; defendida na (UFPE), na Pós-graduação em Serviço Social, em 2004 e que deu origem ao livro: **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**[9]. Esse trabalho, além de outros resultados, nos despertou, ainda mais, à importância do movimento feminista para a profissão e para a luta das mulheres.

Profissionalmente, além de assessorias no campo feminista, tivemos a oportunidade de trabalhar em uma ONG feminista de João Pessoa-PB: Cunhã – Coletivo Feminista, durante o ano de 2003, experiência profissional determinante para a nossa aproximação com o objeto de estudo, ora proposto. Desenvolvíamos um trabalho com mulheres assentadas vinculado ao Projeto Dom Helder Câmara (PDHC)[10]. Esse projeto, executado por um conjunto de ONGs, teve como uma de suas exigências a realização de um trabalho com mulheres voltado à promoção da "equidade" de gênero, no semiárido brasileiro.

Durante um ano, como técnica do Cunhã junto ao PDHC, tivemos condição de perceber, na realidade, muito do que os estudos já nos instigavam: a pulverização das políticas públicas; a desresponsabilização social do Estado; a concorrência e disputa entre as ONGs executoras do projeto – em tese todas comprometidas com a classe trabalhadora, mas, politicamente, fragmentando a luta dessa classe – e, em grande medida, a subsunção dos sujeitos envolvidos aos financiadores do projeto, dada a dependência financeira com a consequente perda de autonomia das organizações.

Percebemos também, que o interesse dos financiadores de projetos com a dimensão de "gênero", estava direcionado para a instrumentalização da mulher[11] como potencializadora de recursos. Uma 'fonte segura e confiável' para investimentos. Como exemplo disso, em ocasião da visita de um representante do Fundo Interamericano de Desenvolvimento Agrário (FIDA), perguntamos ao mesmo o porquê da exigência do PDHC em desenvolver trabalho com mulheres. Sua resposta foi que "as mulheres são

---

[9] Cisne (2012).

[10] O PDHC é financiado pelo Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura (FIDA) em parceria com o Governo Federal.

[11] Consideramos importante deixar claro, desde o início, nossa concepção sobre o conceito de mulher, a qual compartilhamos com o pensamento de Falquet (2012, p. 11), que o considera: "social e político, e não naturalista nem identitário. […] uma mulher é para mim, tanto como um homem, uma pessoa definida por sua posição dentro das relações sociais de sexo, e não pela ausência ou presença de ovários, de úteros, de instito maternal ou de identidade feminina" (tradução nossa). Texto original: "social et politique, et non naturaliste ni identitaire. […] une femme est pour moi, tout comme un homme, une personne définie par sa position dans les rapports sociaux de sexe, et non pas l'absence ou la présence d'ovaires, d'utérus, d'instinct maternel ou d'identité féminine".

menos gananciosas, enquanto um homem quer um grande projeto de irrigação, elas querem uma horta comunitária e criação de galinhas".

Essa instrumentalização da mulher está associada, portanto, ao reforço de um "modelo feminino" no qual a mulher é responsabilizada pela reprodução social antroponômica[12]. O mesmo ocorreu com o projeto governamental de Lula, como anunciamos acima e aprofundaremos nos Capítulos 3 e 4.

Atualmente, como docente, integramos o Núcleo de Estudos Sobre a Mulher Simone de Beauvoir (NEM), da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). No NEM, além da responsabilidade com disciplinas, monografias e estágio correlatos ao feminismo, realizamos pesquisas e atividades de extensão que nos realimentaram a continuar nessa linha de investigação feminista.

As atividades acadêmicas e profissionais e a militância no movimento feminista resultaram em muitos aprendizados políticos, dentre os quais destacamos: a importância da autonomia sobre nosso corpo e nossa vida e a importância de termos poder de decisão, de vez e voz. Essas discussões aparentemente subjetivas, levaram-nos à convicção de que a luta pela liberdade – valor ético central para o Serviço Social – constitui o fundamento do feminismo.

Pensar em liberdade, entretanto, em solo capitalista, exigia de nós a necessária articulação, em termos teóricos e políticos, com o marxismo e com a luta pela emancipação humana[13], que inclui a das mulheres e exige a ruptura com o capital, como destaca Mészáros:

> [...] dadas as condições estabelecidas de hierarquia e dominação, a causa histórica da emancipação das mulheres não pode ser atingida sem se afirmar a demanda pela **igualdade verdadeira** que desafia diretamente a autoridade do

[12] Para Falquet (2012, pp. 131-132), o trabalho de reprodução social, no sentido antroponômico (*anthroponomique*), refere-se ao cuidado com a educação das crianças, cuidado com os idosos e com as pessoas doentes, manutenção material das residências, dos espaços de estudo, de trabalho e de vida social (tradução nossa). Texto original: soin-éducation des enfants, des personnes âgées et des malades matériel des foyers, des lieux d'étude, de travail et de vie sociale (idem, ibid).

[13] Assim como na sociedade capitalista o ato fundante é a compra e venda da força de trabalho, na sociedade emancipada o ato ontológico-primário terá que ser o trabalho associado, uma forma de trabalho que abole o trabalho assalariado, a propriedade privada e o capital, com todos os seus corolários. Isto permitirá desenvolver ainda mais intensamente a riqueza humana, agora, porém orientada para a satisfação das necessidades humanas. [...] não será mais o capital que decidirá o destino dos indivíduos e da sociedade e sim os próprios indivíduos. A base desta possibilidade está precisamente no ato ontológico-primário, que é o trabalho associado. Pois é neste momento que se decide quem tem acesso e de que modo à riqueza produzida (TONET, 1997, p.174).

> capital, prevalecente no 'macrocosmo' abrangente da sociedade e igualmente no 'microcosmo' da família nuclear (2002, p. 271, grifos do autor).

Essa análise, todavia, vai de encontro com a perspectiva hegemônica tanto teórica, como política que passou a ganhar corpo no feminismo a partir dos anos 1980 e, mais fortemente, na década de 1990, na América Latina e no Brasil. Hegemonização essa protagonizada pela pós-modernidade[14] que, ao centrar suas premissas no subjetivismo, contribuiu para a fragmentação dos sujeitos coletivos, atomizando-os em 'identidades culturais' sem a necessária mediação[15] com as relações de classe. O foco passa a ser o indivíduo e sua subjetividade, em detrimento de projetos políticos voltados para a transformação social. Essa perspectiva pós-moderna entra em direta consonância com o neoliberalismo[16] e com um dos seus desdobramentos: a institucionalização dos movimentos sociais em ONGs, dentre eles, o movimento feminista.

A moda dos "estudos de gênero" que eclode nesse período, desloca as pesquisas e a atuação política feministas para um campo bem mais 'moderado' e 'bem comportado', imprimindo uma guinada conservadora ao movimento feminista. Ressaltamos, todavia, a forte influência do liberalismo ao feminismo e a presença de muitas mulheres de classe média e alta na construção desse Movimento desde a sua gênese, caracterizando-o como policlassista. Todavia, o feminismo conseguiu, ao longo de sua trajetória, acumular ousadia, irreverência e combatividade – especialmente das feministas socialistas – não apenas em torno da luta específica das mulheres, mas também, no confronto em torno das lutas mais gerais contra o capitalismo. Exemplos disso, foram a forte expressão do feminismo na luta contra as ditaduras na América Latina e a presença determinante das mulheres no processo da deflagração da Revolução Russa, como aprofundaremos posteriormente no Capítulo 2 deste trabalho. No contexto neoliberal, contudo, assistimos a

---

[14] Ainda que seja difícil uma conceituação mais precisa sobre a pós-modernidade, dada a sua diversidade ou mesmo ecletismo, José Paulo Netto nos oferece algumas dimensões que a caracterizam e dão, de uma maneira mais geral, uma unidade ao pós-modernismo: "o estudo da realidade reduzido à aparência dos fenômenos; a negação do conceito de totalidade; a construção da realidade por meio dos signos e símbolos, tornando-a um simulacro; o ecletismo teórico-metodológico; o relativismo e o idealismo, em contraposição ao materialismo histórico" (2010, p. 261-263).

[15] Lukács (1974, p. 182) define mediação como "alavanca metodológica para ultrapassar a simples imediaticidade da experiência, não é, pois, algo de importado do exterior (subjetivamente) para os objetos, não é um juízo de valor ou um dever que se oponha ao seu ser, é a manifestação de sua própria estrutura objetiva".

[16] Sobre a relação entre pós-modernidade e neoliberalismo ver: Evangelista (1992), Jamenson (1996) e Harvey (1996).

um retrocesso no potencial político de parte desse Movimento, ao abrir mão de sua radicalidade e autonomia e ceder a uma perspectiva de análise e atuação fragmentada, focalizada, pontual e, muitas vezes, subjetivista.

Com isso, a perspectiva da luta de classe perdeu força no interior do feminismo e, com ela, a luta pela emancipação da mulher (condição substantiva para o alcance da verdadeira e efetiva liberdade). Contudo, não podemos deixar de registrar a resistência a essa perspectiva e até mesmo o surgimento de movimentos de mulheres com um direcionamento classista nesse contexto neoliberal adverso.

A vivência nesse contexto neoliberal – tanto teórico, como político – do feminismo, inquieta-nos e provoca-nos a necessidade de estudar, com profundidade, os seus entraves para o movimento feminista constituir-se em um movimento social classista e autônomo, afinado com a construção de um projeto societário emancipatório.

Assim, se por um lado temos a convicção da importância do movimento feminista para alimentar as possibilidades da construção de uma sociedade emancipada, com sujeitos livres objetiva e subjetivamente, do outro, na realidade efetiva, encontramos um contexto de despolitização da perspectiva classista que esse Movimento pode e deve empreender, ainda que encontremos resistências a esse processo.

Resgatar o movimento feminista, em sua perspectiva de radicalidade e autonomia, constitui-se, na atualidade, o principal desafio para as suas militantes e para todas as pessoas que comungam com os seus objetivos de liberdade e igualdade.

Por conseguinte, decorre daí o segundo fator para delimitação de nosso objeto de investigação: a importância deste movimento para nós, que defendemos como horizonte da luta da classe trabalhadora, a emancipação humana.

O movimento feminista ao longo de sua história trouxe à tona, como evidenciamos, discussões e lutas que, obviamente estavam ligadas aos interesses das mulheres, mas que também confrontavam diretamente com o capital. Destacamos especialmente a contestação à propriedade privada e à família nuclear burguesa e monogâmica, condicionalidades fundamentais para sustentabilidade do capitalismo. Além disso, ressaltamos a denúncia à apropriação do corpo da mulher e à exploração da força de trabalho feminina, tanto na esfera produtiva como reprodutiva.

Enfim, a luta do feminismo que tem (ou deve ter) como fim a liberdade/emancipação das mulheres e humana, põe em ‘xeque’ estruturas basilares do

capitalismo. É nesse sentido que entendemos ser imprescindível resgatar o potencial de resistência e combatividade desse movimento.

A terceira motivação da escolha de investigar o feminismo reside na histórica relação entre as mulheres e o Serviço Social. As discussões, estudos e pesquisas que envolvem essa relação demonstram uma série de demandas e desafios para o seu aprofundamento, desde a necessidade da percepção da importância da luta das mulheres para o processo de renovação do Serviço Social e para o seu público usuário, até o enfrentamento da despolitização dos "estudos de gênero" hegemonizados pela perspectiva pós-moderna.

É importante, ainda, destacar que o trabalho profissional além de desenvolvido hegemonicamente por mulheres é também desenvolvido majoritariamente para mulheres[17]. Desde a sua institucionalização como profissão, o Serviço Social trabalha com as políticas sociais e são as mulheres as que mais demandam essas políticas. Isso ocorre, fundamentalmente, devido à histórica responsabilização da mulher para com as expressões da "questão social"[18], como também pelo fato das mulheres serem, segundo Mészáros (2002), 70% dos pobres do mundo.

Por isso, as mulheres são também as maiores vítimas da precarização do trabalho e das políticas públicas. São elas que enfrentam as filas de madrugada nos hospitais públicos para levarem seus filhos(as), bem como em busca de vagas nas escolas; são muitas delas que não chegam a previdência seja por serem as que mais se encontram na informalidade, nos empregos mais precarizados sem direitos trabalhistas assegurados, ou até mesmo por não terem sequer as suas documentações, especialmente, as rurais; são elas que estão no cotidiano da assistência social buscando a garantia mínima das condições de sobrevivência da sua família. Caracterizamos aqui, em alguma medida, uma parcela significativa do público usuário do Serviço Social que possui, além da forte marca de classe, a marca de sexo.

Partindo dessas considerações, constatamos que as dimensões de classe e sexo são fundamentais para a compreensão do Serviço Social e de sua atuação. Por conseguinte, fortalecer ações junto às mulheres na perspectiva de contribuir para a organização coletiva

[17] Para um maior aprofundamento sobre a relação entre gênero e Serviço Social ver Cisne (2002, 2004 e 2012).

[18] Ver Cisne (2004).

de suas demandas e interesses, é também fortalecer a luta pela renovação e valorização profissional, como nos ressalta Iamamoto (1999, p. 105):

> Se a imagem social predominante da profissão é indissociável de certos estereótipos socialmente construídos sobre a imagem social da mulher na visão tradicional e conservadora de sua inserção na sociedade, o processo de renovação do Serviço Social é também tributário da luta pela emancipação das mulheres na sociedade brasileira.

Ao fortalecer a luta feminista também contribuimos com a reivindicação e conquista de políticas públicas, objetivo tão caro ao Projeto ético-político do Serviço Social, sobre o qual José Paulo Netto (1999, p. 104-105) esclarece:

> [...] o projeto ético-político tem em seu núcleo o reconhecimento da liberdade como valor central - a liberdade concebida historicamente, como possibilidade de escolher entre alternativas concretas; daí um compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais. Conseqüentemente, o projeto profissional vincula-se a um projeto societário que propõe a construção de uma nova ordem social, sem dominação e/ou exploração de classe, etnia e gênero. A partir destas escolhas que o fundam, tal projeto afirma a defesa intransigente dos direitos humanos e a recusa do arbítrio e dos preconceitos, contemplando positivamente o pluralismo – tanto na sociedade como no exercício profissional.

Para corresponder a esse Projeto, há a necessidade de constante atualização e de fomentação do "espírito" investigativo em torno da competência teórico-metológica para o desvelamento-intervenção da/na realidade. Competência essa, cada vez mais exigida com as adversidades históricas e o crescimento das desigualdades sociais.

Acreditamos que a identificação de focos de resistência e de sujeitos políticos que vêm atuando com radicalidade na esquerda, ao confrontar diretamente o Estado capitalista, é um fecundo meio para percebermos a existência de aliados políticos ao nosso Projeto Profissional, que oxigenam nossa luta pela emancipação humana. Essa identificação é importante, especialmente, em tempos de capital fetiche – em que são obscurecidos o mundo do trabalho e suas lutas –, e de radicalização das desigualdades sociais (IAMAMOTO, 2008).

Assim, por maior que tenha sido o descenso das lutas sociais e políticas no último período, há, no seio das contradições da sociedade capitalista, "toupeiras" que resistem na tentativa de corroer as bases do capital e construir uma sociedade substantivamente livre e igualitária. Desta feita, enquanto houver homens e mulheres, haverá a possibilidade de

construímos relações sociais igualitárias, o que nos leva à plena convicção da falsidade ideológica de que chegamos ao fim da história.

É nesse movimento de resistência, avanços e recuos – próprio da luta de classes – do feminismo que procuraremos focar a análise do nosso objeto. Para tanto, apresentamos como objetivo geral do nosso trabalho: **Compreender a formação da consciência militante feminista e seus principais desdobramentos na luta de classes no Governo Lula.**

Esse sentido geral da tese exigiu: debater classe, luta de classes e a formação da consciência na tradição marxista; particularizar, por intermédio de um resgate histórico da formação brasileira, a configuração da luta de classes e seus rebatimentos e expressões na luta feminista; compreender as configurações da luta de classes por meio dos processos de transformismo e taticismo a partir do Governo Lula; identificar as atuais perspectivas teórico-políticas do feminismo no Brasil; analisar as principais implicações políticas da institucionalização do movimento feminista para a luta pela emancipação das mulheres; identificar elementos constitutivos da consciência militante feminista junto às mulheres do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), da Marcha Mundial de Mulheres (MMM) e da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e sua relação (de resistências e subordinações) com a luta de classes; conhecer as fontes de financiamento dos sujeitos da pesquisa e as implicações que provocam (ou não) na constituição, organização e luta dos mesmos.

Como método de exposição, dividimos nosso trabalho em quartro capítulos. No Capítulo 1, trabalhamos as categorias consciência, classe, luta de classes, alienação e ideologia. Todas embasadas pela perspectiva marxista. Buscamos aqui nos diferenciar da perspectiva que homogeneíza a classe. Por isso, ressaltamos em um item do capítulo que a classe trabalhadora possui sexo e "raça" [19].

[19] Nos referimos à categoria "raça" não como característica biológica, de classificação (racista) humana, ou seja, de que há "raças" humanas diferenciadas, já que cremos que pertencemos a uma única. Trabalhamos com a categoria de "raça" "como a construção simbólica, cultural, e sobretudo política, que tem feito do biológico, estratégia onde se sustenta o racismo" (CURIEL, 2009, p. 1). Nesse mesmo sentido, apontando para a preocupação em não cairmos nesse biologismo, Kergoat utiliza o termo "raça" entre aspas e explica o porquê: "[...] Dada a carga social e histórica da palavra [...] utilizarei-a entre aspas. Tal solução não é totalmente convincente, mas os debates não conduziram ainda ao estabelecimento de uma alternativa teórica e ideologicamente consensual entre os sociólogos. Portanto, faço aqui um uso estratégico da palavra "raça", apontando para um conceito político, cultural e social, que evidentemente não deve ser tomado no sentido biológico" (2010, p. 94). Por fim, apresentamos ainda, a defesa de Falquet (2012, p. 12) para a utilização da categoria "raça": "é para visibilizar o peso considerável do racismo que eu emprego sistematicamente o conceito de 'raça' mais que os de cultura ou de etnia. A 'raça' constitui para mim uma relação social, ligada à divisão do trabalho e que da lugar a processos de construção social da 'raça' ou 'racização' [...]. Ela inclui

No Capítulo 2, buscamos compreender alguns fundamentos teóricos e políticos do feminismo com intuito de obtermos um embasamento para analisar a formação da consciência das mulheres em uma sociedade não apenas capitalista, mas, também, patriarcal e racista. Para tanto, consideramos fundamental a crítica a ideologia da natureza, bem como a compreensão da divisão sexual do trabalho, da instituição família e do próprio patriarcado como um sistema composto com o capitalismo e o racismo. Assim, buscamos compreender as relações sociais de sexo [20], "raça" e classe como relações consubstancias, como nos aponta o feminismo materialista francófono. Ainda nesse capítulo, traçamos um breve perfil histórico-político do feminismo no Brasil e ressaltamos a importância da relação entre feminismo e socialismo para a emancipação humana.

No Capítulo 3, para entender um pouco melhor o terreno social em que se forja o processo da formação da consciência e da luta de classes no Brasil, recorremos à história da formação social, política e econômica desse país, buscando perceber a particularidade do seu capitalismo periférico e os traços de resistência e subordinação que marcaram e marcam os sujeitos sociais coletivos em sua trajetória política. Mais contemporaneamente, traçamos um breve panorama das principais transformações societárias e demos destaque a análise do ciclo do Partido dos Trabalhadores (PT) até a chegada ao governo federal com o presidente Luís Inácio Lula da Silva. Nesse governo, analisamos processos de transformismos, taticismo e envolvimento manipulatório sobre os movimentos sociais, sindicais e até mesmo sobre partidos políticos com trajetória de esquerda. Também buscamos, nesse capítulo, por meio da análise das políticas públicas para as mulheres no governo Lula, contemplar a dimensão feminista que procuramos tecer ao longo de toda a tese.

---

diferentes manifestações e pode encobrir questões de aparência fenotípica, de filiação cultural, de nacionalidade mas também um estado legal e/ou migratório (tradução nossa). Texto original: "c'est pour visibiliser le poids considérable du racisme que j'emploie systématiquement le concept de « race » plutôt que celui de culture ou d'ethnie. La « race » constitue pour moi un rapport social, lié à la division du travail et qui donne lieu à des processus de construction sociale de la « race » ou racisation [...]. Elle inclut diferentes manifestations et peut recouvrir des questions d'apparence phénotypique, de filiation culturelle, de nationalité mais aussi un statut légal et/ou migratoire [...]" (idem, ibid).

[20] "Relações sociais de sexo" é uma categoria de origem francófona. Na língua de origem, é denominada *rapports sociaux de sexe* e não *relations sociaux de sexe*. Como não temos uma tradução no português para *rapports*, traduzimos para relações, que seria a tradução fiel de *relations* e não de *rapports.* Contudo, o sentido que gostaríamos de dar é o de *rapports*, por estar vinculada às relações sociais mais amplas e estruturantes, diferente de *relations* que, no francês, designa-se às relações individuais. Para um maior aprofundamento, conferir o item 2.1 desta tese, no qual detalharemos melhor os fundamentos dessa categoria *rapports sociaux de sexe* e a diferenciaremos das relações de gênero.

No Capítulo 4, mergulhamos mais diretamente no nosso objeto de estudo: A formação da consciência militante feminista na luta de classes no Brasil contemporâneo. Aqui, apresentamos, em especial, os resultados da nossa pesquisa documental e de campo, junto a militantes da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), da Marcha Mundial de Mulheres (MMM) e do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), nossos sujeitos da pesquisa. Com base nessas pesquisas, traçamos um breve perfil dos movimentos investigados; identificamos os principais elementos da formação da consciência militante feminista; ressaltamos a importância do feminismo e da auto-organização das mulheres para a luta de classes; destacamos as principais lutas feministas desenvolvidas no governo Lula; avaliamos a relação entre os movimentos feministas investigados bem como a relação desses com outros movimentos sociais e partidos políticos; identificamos as formas de financiamentos desses movimentos; avaliamos a política do governo Lula na sua relação com os movimentos de mulheres e suas demandas e, por fim, destacamos os principais avanços, desafios e dificuldades do feminismo na contemporaneidade.

Esperamos com a reflexão em torno desses conteúdos contribuir com: o debate do feminismo e sua relação com um projeto societário anti-capitalista; com o debate em relação aos estudos feministas em uma perspectiva marxista e com as reflexões e ações prático-políticas dos movimentos de mulheres, particularmente, nos que aqui são objetos de investigação. E, finalmente, pretendemos contribuir com o debate do feminismo e do movimento feminista no Serviço Social.

Para construção da nossa tese buscamos corresponder ao método materialista-histórico-dialético, sobre o qual passaremos a apresentar nossa compreensão.

A BUSCA DE UM CAMINHO DIALÉTICO: A UNIDADE ENTRE TEORIA E MÉTODO

> [...] A consciência pode por vezes parecer ter avançado mais do que as relações empíricas que lhe são contemporâneas, de tal modo que nas lutas de uma época posterior as pessoas podem apoiar-se em teóricos anteriores como autoridades.
>
> *Marx e Engels*[21]

Por compreendermos a metodologia - "caminho e o instrumental próprio de abordagem da realidade" - como "parte intrínseca da visão social de mundo", ela deve

[21] Marx e Engels (2009, p. 102).

estar necessariamente veiculada na teoria (MINAYO, 2004, p. 22). Desse modo, teoria e método se integram dialeticamente.

Nossa pesquisa buscou, portanto, a unidade dialética entre o marxismo e o seu método. Na qualidade de "processo consciente de pensamento", o método "resulta do próprio desenvolvimento do conhecimento e progresso científico que se estimulam pelas necessidades humanas e se inspiram na crescente experiência concreta que o Homem deriva de suas atividades" (PRADO Jr., 1969, p. 355). Mediante essa perspectiva teórico-metodológica aqui apontada, adotaremos o materialismo histórico-dialético, por esse método, de acordo com Prado Jr. (1969, p. 602-603), considerar:

a) Os fenômenos como "um todo unido, coerente, onde os objetos [...] são ligados organicamente entre si, dependem uns dos outros e se condicionam reciprocamente [...]".
b) A natureza como um "estado de movimento e transformação perpétuos, de renovação e desenvolvimento incessantes, onde alguma coisa sempre nasce e se desenvolve, alguma coisa se desagrega e desaparece [...]".
c) O processo de desenvolvimento como resultante da passagem de "mudanças quantitativas insignificantes e latentes a mudanças aparentes e radicais, a mudanças qualitativas [...]."
d) "[...] os objetos e os fenômenos da natureza" implicados em "contradições internas", que "contêm todos um lado negativo e outro positivo[...]; a luta destes contrários, a luta entre o antigo e o novo, entre o que morre e o que nasce, entre o que desaparece e o que se desenvolve, é o conteúdo interno do processo de desenvolvimento, da conversão das mudanças quantitativas em qualitativas".

Como já apontamos, embora sumariamente, vivemos em um momento histórico marcado pela hegemonia social-liberal de submissão dos sujeitos, de perdas democráticas em torno de conquistas da classe trabalhadora, enfim, um momento de profundos impactos das contrarreformas do Estado e de um descenso político da classe trabalhadora, em que pese os paradoxos sinalizados linhas acima. Na dinâmica da contradição da sociedade, esse momento possibilita a reafirmação e, ainda mais, denuncia e clama a pertinência da teoria crítica para iluminar a luta política emancipatória.

Berhing (2003, p.82), dissertando sobre o pensamento de Daniel Bensaid, oferece-nos uma valorosa reflexão sobre o direcionamento teórico que o "devir" histórico da luta social carece perseguir: "[...] devir é incerto e determinado pela luta e pela necessidade, na qual a teoria crítica da luta social e da transformação do mundo é imprescindível: a teoria da dinâmica do conflito, que trabalha nas fraturas, nas falhas, na discordância dos tempos".

Assim, a atenção às fraturas e às discordâncias do nosso tempo, ou, em outras palavras, a identificação dos focos de resistência de classe em meio a nossa cultura – de

subserviência, de "parceria" e "solidariedade" (entre classe antagônicas), enfim, de um apassivamento hegemônico diante da barbarização humana –, consiste em um caminho que não temos como deixar de perseguir. Do contrário, corremos o grave risco de fortalecer a paralisante ideologia do "fim da história" ou, ainda, de cairmos em uma visão fatalista de crise política [absoluta] da esquerda que mais do que denunciar a fragilidade da luta da classe trabalhadora, fornece armas ao inimigo ao compor o coro da derrota da resistência. Fatalismo e voluntarismo são, alerta Lukács, "[...] pólos que se complementam necessariamente, reflexos intelectuais em que o antagonismo da ordem social capitalista e a impossibilidade de resolver seus problemas em seu próprio domínio se exprimem claramente" (2003, p. 68).

Assim, cabe a nós a análise crítica diante dos antagonismos de classe, postos na realidade concreta, tendo a clareza, como nos diz Marx (1985), de que tanto quanto as toalhas e linhos, as relações sociais determinadas são produtos humanos.

> Os objetos da história aparecem como objetos de leis naturais e imutáveis, eternas. A história se fixa num *formalismo* incapaz de conceber as formações sócio-históricas em sua essência verdadeira como *relações entre homens*; elas são, antes, afastadas por uma distância intransponível dessas mais autênticas fontes de compreensão da história [...] (LUKÁCS, 2003, p. 137).

Nessa perspectiva, acreditamos que a denúncia e a crítica devem sempre ser acompanhadas de um conteúdo político de resistência e de capacidade de transformação, do devir que a história, tecida por nossas mãos – ainda que não seja sob condições escolhidas –, oferece-nos. A crítica não pode ser paralisante, ainda mais em tempo de descenso. Ela deve ser provocativa e dialeticamente propositiva, orientada para a superação do *status quo.* Tampouco, podemos cair no idealismo, mas, partir do concreto e nele identificar as contradições mobilizadoras do novo.

Comungando com Lukács, acreditamos que "com a recusa ou a obnubilação do método dialético, perde-se a inteligibilidade da história" (2003, p. 82). Daí não abrirmos mão da perspectiva marxista para a análise da realidade. Afinal, o marxismo busca não apenas conhecer a sociedade capitalista (seu objeto) – com seus antagonismos internos entre as forças e a relação de produção[22] –, mas compreendê-la para transformá-la (seu objetivo). É essa relação da perspectiva marxista entre objeto e objetivo que nos possibilita

[22] "Substrato material e real do nosso método" (LUKÁCS, 2003, p. 79).

a unidade entre opção teórica e ação política.

Tal unidade, segundo Lukács (2003) só é possível por intermédio da relação orgânica entre consciência e a realidade. Para tanto, afirma o húngaro: "a conscientização precisa se transformar no **passo decisivo** a ser dado pelo processo histórico em direção ao seu próprio objetivo" (2003, p. 66; destaque do autor). É nessa perspectiva que podemos apreender o sentido e a função revolucionária da teoria:

> [...] Somente quando a função histórica da teoria consistir no fato de tornar esse passo possível na prática; quando for dada uma situação histórica, na qual o conhecimento exato da sociedade tornar-se, para uma classe, a condição imediata de sua auto-afirmação na luta; quando, para essa classe, seu autoconhecimento significar, ao mesmo tempo, o conhecimento correto de toda a sociedade; quando, por conseqüência, para tal conhecimento, essa classe for, sujeito e objeto do conhecimento e, portanto, a teoria interferir de modo imediato e adequado no processo de revolução social, somente então a unidade da teoria e da prática, enquanto condição prévia da função revolucionária da teoria, será possível (LUKÁCS, 2003, p. 66).

O sentido e a função da teoria revolucionária, consiste, portanto, na "encarnação prática da idéia de revolução" que, por sua vez, seria impensável sem a apreensão consciente do "método dialético", considerado por Lukács (2003) a essência da teoria. Daí a teoria e o método dialético serem concebidos como o "veículo da revolução" (LUKÁCS, 2003). Contudo, para esse veículo conduzir a revolução, não é suficiente que o pensamento busque a sua realização, é necessário que a realidade busque o pensamento (MARX, 2009).

Nessa mesma linha de pensamento, Leandro Konder ressalta: "Só quando se apodera das massas populares é que a teoria se converte em força material; mas a teoria só se apodera das massas quando as massas se apoderam da teoria" (2009, p. 255).

A indissociabilidade entre uma teoria revolucionária e um método que constitui a "transformação da realidade" como "problema central", distancia-nos de cair no risco de uma perspectiva meramente contemplativa (LUKÁCS, 2003, p. 68). Nesse sentido, buscaremos destacar a importância da teoria marxista e seu método pelo explícito compromisso com a realização concreta da emancipação humana, com a necessidade da revolução, sobre a qual ressaltam Marx e Engels (1999, p. 57): "[...] a revolução não é só necessária porque a classe **dominante** de nenhum outro modo pode ser derrubada, mas também porque a classe que **a derruba** só numa revolução consegue sacudir dos ombros toda a velha porcaria [*Dreck*] e tornar-se capaz de uma nova fundação da sociedade"

(destaque dos autores).

Tivemos a preocupação nesta tese de afastarmo-nos do dogmatismo que fixa os resultados como verdades absolutas e torna-os incontestáveis, de forma que impede a reflexão teórica e a necessidade da crítica, da negatividade que provoca o novo. Sobre o dogmatismo, destaca Leandro Konder (2009, p. 203):

> O dogmatismo [...] é uma deformação da consciência ideológica em geral. O deplorável é que tal deformação tenha persistido na evolução do marxismo. As raízes da maneira dogmática de pensar, contudo, são muito antigas: elas se encontram, originalmente, na consciência mal definida e mal aparelhada do homem primitivo, isto é , na concepção mítica e no pensamento mágico, estendendo-se e aprofundando-se, em seguida, por todo o pensamento ideológico.

Além de esclarecer as raízes do dogmatismo, o autor nos alerta para perceber que o marxismo não se encontra imune ao mesmo. Afinal, como afirma Lenin (1920), o reconhecimento do marxismo, por si só, não é suficiente para nos deixar imunes aos erros. Um grande exemplo disso foi a era do dogmatismo estalinista, que segundo Konder (2009), tornou-se, "na prática, um colaborador do revisionismo", esvaziando o marxismo do seu método dialético e do seu conteúdo revolucionário. Com isso, o processo de renovação e enriquecimento do marxismo, que devem ser permanentes, foi cruelmente banido.

Para não corremos esse risco de cair no dogmático, tampouco no fatalismo ou no voluntarismo, estagnadores do potencial do pensamento crítico, procuraremos reafirmar a perspectiva do marxismo ortodoxo, sobre o qual esclarece Lukács:

> Marxismo ortodoxo não significa [...] portanto, um reconhecimento acrítico dos resultados da investigação de Marx, não significa uma 'crença' nesta ou naquela tese nem a exegese de um livro 'sagrado'. A ortodoxia, em questão de marxismo, refere-se, antes, exclusivamente ao método. É a convicção científica de que o método correto de investigação foi encontrado no marxismo dialético, de que esse método só pode ser complementado, desenvolvido e aprofundado no sentido dos seus fundadores. No entanto, é também a convicção de que todas as tentativas de suplantá-lo ou de 'melhorá-lo' conduzirão à superficialidade, à trivialidade e ao ecletismo [...] (LUKÁCS, 2003, p. 29-30).

Seguindo essa orientação, buscaremos analisar o nosso objeto de investigação não de forma isolada, focalizada ou fragmentada da totalidade social, mas na "teia", no

movimento dinâmico das relações sociais mais amplas, identificando suas múltiplas determinações, contradições, mediações e suas expressões/implicações na realidade concreta. Nesse sentido, a pesquisa orientou-se pela perspectiva de totalidade, "já que todo indivíduo é não somente a síntese das relações existentes, mas também da história dessas relações, isto é, o resultado de todo o passado" (GRAMSCI, 1995, p. 40).

Ir na contramão dessa perspectiva de totalidade implica em tornar estéril a riqueza da dialética do conhecimento, já que é a totalidade que permite a apreensão racional da realidade para além da aparência e da causalidade dos fenômenos, em suas íntimas conexões internas, nas quais se autodeterminam. Com efeito, afirma Kosik:

> Os fatos são conhecimento da realidade se compreendidos como fatos de um todo dialético [...]. O concreto, a totalidade, não são, por conseguinte, todos os fatos, o conjunto dos fatos, o agrupamento de todos os aspectos, coisas e relações, visto que a tal agrupamento falta ainda o essencial: a totalidade e a concreticidade. Sem a compreensão de que a realidade é totalidade concreta – que se transforma em estrutura significativa para cada fato ou conjunto de fatos – o conhecimento da realidade concreta não passa de mística, ou a coisa incognoscível em si (2002, p. 44).

Lukács (2003, p. 76) também afirma que somente com a integração dos diferentes fatos sociais numa **totalidade**, "é que o conhecimento dos fatos se torna possível enquanto conhecimento da **realidade**". E complementa o pensador húngaro: "Esse conhecimento parte daquelas determinações simples, puras, imediatas e naturais (no mundo capitalista) [...] para alcançar o conhecimento da totalidade concreta enquanto reprodução intelectual da realidade" (LUKÁCS, 2003, p. 76).

A totalidade não pode ser entendida como a soma das partes. Ela permite o encontro das partes em seu conjunto, não como átomos isolados que possam ser somados, tampouco, diluídos no todo, como destaca Leandro Konder ao falar sobre a perspectiva marxista:

> [...] as partes não se diluem no todo: a dialética da história da humanidade não devora os indivíduos. Para o marxismo, o indivíduo não se determina, em qualquer dos níveis em que o consideremos, sem que tenhamos de partir do conjunto das relações ativas que ele mantém com os outros homens e com a natureza (2009, p. 126).

O marxismo, portanto, "reconhece [...] uma certa **insubstitutibilidade** dos indivíduos", contudo, esses constituem uma resultante de um conjunto de relações, ainda que seja uma resultante inédita (KONDER, 2009, p. 127; destaque do autor). Essa

percepção põe por terra as concepções equivocadas de que o marxismo nega o indivíduo e a sua subjetividade. O marxismo percebe o indivíduo dentro de uma totalidade, e não como um átomo ou um parasita alheio às determinações da sociedade, tal como o concebe o pós-modernismo.

Ressaltamos que não temos a pretensão em esgotar a temática proposta, uma vez que concebemos a pesquisa como "uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados" (MINAYO, 2004, p. 23). Reconhecemos, portanto, que a realidade é sempre mais rica e dinâmica do que o pensamento, embora, busquemos o "concreto pensado"[23] do nosso objeto de estudo. Para tanto, faz-se indispensável ir além da "representação caótica do todo", do aparente, do imediato.

Entretanto, partir do real, do concreto, concebendo-o como síntese de múltiplas determinações, é partir do empírico, da representação sensível do real ("representação caótica"). Deste ponto de partida, devemos investigar a gênese histórica do fenômeno em pesquisa, percebendo suas relações e interações dialéticas com a totalidade social, para que cheguemos ao "concreto pensado" por intermédio do pensamento ancorado na realidade e no conhecimento acumulado anteriormente.

Partindo do real ao abstrato, tem-se que, necessariamente, fazer a viagem no sentido inverso, o retorno ao ponto de partida. Essas viagens de idas e vindas, do real ao abstrato e vice-versa, são ininterruptas, dada à dinâmica da realidade. E a cada retorno, ou seja, a cada aproximação (sucessiva) ao real, há uma "rica totalidade de determinações e relações diversas", o que nos distancia da "representação caótica do todo" e nos possibilita chegar ao "concreto pensado". Nesse sentido, esclarece Marx:

> Parece que o correto é começar pelo real e pelo concreto, que são a pressuposição prévia e efetiva; assim, em Economia, por exemplo, começar-se-ia pela população, que é a base e o sujeito do ato social de produção de um todo. No entanto, graças a uma observação mais atenta, tomamos conhecimento de que isto é falso. A população é uma abstração, se desprezarmos, por exemplo, as classes que a compõem. Por seu lado, estas classes são uma palavra vazia de sentido se ignorarmos os elementos em que repousam, por exemplo, o trabalho assalariado e o capital. Estes supõem a troca, a divisão do trabalho, os preços, etc. O capital, por exemplo, sem o trabalho assalariado, sem o valor, sem o dinheiro, sem o preço, etc., não é nada. Assim, se começássemos pela população teríamos uma representação caótica do todo e através de uma determinação mais

[23] Sobre "concreto pensado" ver Kosik (2002).

> precisa, através de uma análise, chegaríamos a conceitos cada vez mais simples; do concreto idealizado passaríamos a abstrações cada vez mais tênues até atingirmos determinações as mais simples. Chegados a este ponto, teríamos que voltar a fazer a viagem de modo inverso, até dar de novo com a população, mas desta vez não com uma representação caótica de um todo, porém com uma rica totalidade de determinações e relações diversas (1978, p. 116).

Diante das considerações aqui expostas, sem a menor pretensão de apontar respostas definitivas, nossa intenção é suscitar questionamentos que possam contribuir com a inquietude que o atual tempo histórico exige. Afinal, como nos ensina Lukács: "não apenas a resposta, mas também a pergunta são produto imediato da consciência que guia a atividade (2007, p. 229)". Nesse sentido, esperamos contribuir com a elaboração de perguntas que possam, futuramente, desdobrarem-se em respostas coletivas pautadas em uma consciência revolucionária, mais particularmente, a consciência militante feminista.

1 CLASSE, LUTA DE CLASSES E FORMAÇÃO DA CONSCIÊNCIA NA DINÂMICA DO CAPITALISMO

O que é necessário explicar não é que o faminto roube ou que o explorado entre em greve, mas por que razão a maioria dos famintos não rouba e a maioria dos explorados não entra em greve.
Wilhelm Reich[24]

Este capítulo tem o objetivo de situar nossa perspectiva teórica sobre a compreensão das categorias classe, luta de classes e formação da consciência, sob a luz da teoria marxista e feminista. Essas categorias são fundamentais para o entendimento do objeto de estudo deste trabalho: a consciência militante feminista na luta de classes no Brasil contemporâneo.

1.1 Classes sociais e luta de classes na sociedade capitalista

A classe como uma "totalidade relacional" não pode existir "senão na relação conflitual com outras classes" (BENSAID, 1999, p. 148). Nas palavras de Marx e Engels (2009, p. 93):

> Os indivíduos isolados só formam uma classe na medida em que têm de travar uma luta comum contra outra classe; fora disso, contrapõem-se de novo hostilmente uns com os outros na concorrência. Por outro lado, a classe autonomiza-se, face aos indivíduos, pelo que estes encontram já predestinadas as suas condições de vida, é-lhes dada [*angewisen*] pela classe a sua posição de vida e, com esta, o seu desenvolvimento pessoal; estão subsumidos a ela.

Isso implica dizer que, embora o indivíduo possa não ter consciência política de sua classe, ele tem suas condições de vida subsumidas e determinadas pela classe a qual pertence. Todavia, para que os indivíduos existam como classe é necessário que travem uma luta contra a sua classe antagônica, o que, por sua vez, demanda algum nível de consciência, como veremos adiante. É na relação conflituosa entre classes antagônicas que são determinadas, em última instância, as múltiplas relações sociais, econômicas, políticas

[24] Apud Iasi (2002, p. 106).

e culturais da sociedade. Em outras palavras, é por meio da luta de classe que a história se movimenta e se revoluciona.

Nas primeiras linhas do Manifesto do Partido Comunista, em 1848, Marx e Engels já anunciam o norte para a análise da sociedade: "Até hoje, a história de todas as sociedades [história escrita] que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes" (s/d, p. 21). A sociedade capitalista que vivenciamos não é diferente, não aboliu as contradições e antagonismos de classe anteriores, "não fez senão substituir novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta às que existiram no passado" (MARX ; ENGELS, s/d, p. 22).

Apreender, portanto, essas formas de lutas entre as classes antagônicas fundamentais que compõem a sociedade, burguesia e classe trabalhadora, é indispensável para compreensão crítica da realidade e dos rumos da sociedade. A sociedade capitalista é definida, portanto, pela dinâmica dessa luta, que é permeada por conflitos de ordem não apenas restritamente econômica, mas também política e ideológica. Nessa perspectiva, esclarece Caio Prado Jr. que na

> [...] luta de privilegiados e não privilegiados, de oprimidos e opressores, de explorados e exploradores, de pobres e ricos [...] definem-se nitidamente os campos, as oposições de grupos, categorias e classes sociais levantados uns contra os outros numa batalha sem tréguas de vida ou morte. E poder-se-á observar então, com clareza e nitidez de uma experiência de laboratório, que é através de tal luta, e em conseqüência dela, que se desmantela e arrasa o passado, e se prepara e constrói o futuro (1969, p. 397, grifos nossos).

O processo que cria a sociedade capitalista tem sua origem na acumulação primitiva, na qual há a dissociação do trabalhador dos seus meios de produção. Esse processo converte os produtores diretos em assalariados (MARX, 1985, p. 830). A transformação dos trabalhadores em assalariados pode, no campo da aparência, ser percebida como um processo libertador da servidão feudal ou mesmo da escravidão. Fala-se, afinal, em "trabalho livre". A realidade, contudo, é bastante diferente como demonstra Marx:

> [...] os que se emanciparam só se tornaram vendedores de si mesmos depois que lhes roubaram todos os meios de produção e os privaram de todas as garantias que as velhas instituições feudais asseguravam à sua existência. E a história da expropriação que sofreram foi escrita a sangue e fogo nos anais da humanidade. [...] O processo que produz o assalariado e o capitalista tem suas raízes na sujeição do trabalhador. O progresso consistiu numa metamorfose dessa

> sujeição, na transformação da exploração feudal em exploração capitalista (1985, p. 830-831).

Assim, segundo Marx, a constituição dos proletários[25] se processou de forma violenta, sem direitos. Uma criação "sanguinária que os transformou em assalariados, a ação grotesca e sórdida que aumenta o grau de exploração do trabalho por métodos policiais a fim de acelerar a acumulação do capital [...]" (1985, p. 859)[26].

Na particularidade do capitalismo, as classes sociais são simplificadas em duas classes fundamentais, embora haja classes intermediárias entre elas, e adquirem um caráter extremo de antagonismo e contradição: "o trabalhador baixa à condição de mercadoria e à de mais miserável mercadoria, [...] a miséria do trabalhador põe-se em relação inversa à potência e à grandeza da sua produção [...] no final das contas, toda a sociedade tem de decompor-se nas duas classes dos **proprietários** e dos **trabalhadores** sem propriedade" (MARX, 2009 b, p. 79, destaque do autor).

Dessa forma, as classes dos proprietários e dos trabalhadores sem propriedade (aqueles que só possuem a força de trabalho para sobreviver), compõem as classes fundamentais da sociedade capitalista. Ressaltamos, contudo, que Marx não se refere aqui, aos pequenos proprietários de terra ou mesmo de pequenos comércios, por exemplo, mas, os(as) grandes proprietários(as) dos meios de produção que empregam o trabalho assalariado e exploram a força de trabalho dos proletários (sua classe antagônica), ou seja, a burguesia. Os pequenos proprietários de terra e a pequena burguesia, dentre outras, constituem classes intermediárias entre a classe proletária e a burguesia[27].

É importante ressaltarmos que, no capitalismo, o trabalho passa, pela primeira vez, a produzir "a si mesmo e ao trabalhador como uma **mercadoria**" (MARX, 2009 b, p. 80, destaque do autor). Essa mudança está associada a todos os desdobramentos em antagonismos e contradições extremos que marca o desenvolvimento das classes no capitalismo. Em uma palavra, o capitalismo produz uma sociedade na qual a "**valorização** do mundo das coisas aumenta em proporção direta a **desvalorização** do mundo dos

---

[25] No livro I de **O Capital**, Marx afirma que por proletário "deve entender-se economicamente o assalariado que produz e expande o capital e é lançado à rua logo que se torna supérfluo às necessidades de expansão" (2001, p. 717).

[26] Tal processo teve como origem a expropriação do produtor rural e do camponês, que passam a ser privados de suas terras. "A história dessa expropriação assume coloridos diversos nos diferentes países, percorre várias fases em seqüência diversa e em épocas históricas diferentes" (MARX, 1985, p. 831). Para um maior aprofundamento ler o capítulo XXIV do livro I d'O Capital, de Karl Marx (idem).

[27] Sobre essas classes intermediárias ver Marx (2008 a).

homens", uma vez que, "o trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadoria cria" (MARX, destaques do autor).

Esse contexto que marca o fundamento de uma sociedade [capitalista] em que as desigualdades, antagonismos e contradições são ineliminâveis, irá imprimir determinações e implicações não apenas de ordem econômica, no sentido restrito, para a compreensão das classes, mas também políticas, sociais, culturais e ideológicas, como veremos adiante.

De acordo com Katz e Coggiola (1996, p. 140), as classes sociais se constituem em um "fenômeno histórico" e "se definem de acordo com sua relação de propriedade com os diversos meios de produção". Embora essa definição não seja falsa, ela não é suficiente para compreendermos o conceito classe. Para percebermos essa insuficiência basta pensarmos em um agricultor como proprietário de terra e dos demais meios de produção que utiliza para a sua sobrevivência. Contudo, se esse agricultor não compra nenhuma força de trabalho como mercadoria, não podemos simplesmente dizer que pertence a classe burguesa. De tal modo, ser proprietário dos meios de produção não define o sujeito como burguês, ainda que esse elemento seja indispensável para defini-lo como tal. Da mesma forma:

> [...] o proletariado não é em si proletariado a não ser que venda sua força de trabalho em troca de salário, e isso implica a classe que a compra. Mas só o ato da compra não caracteriza a relação, a força de trabalho deve ser comprada como mercadoria para ser consumida em um processo de produção de mercadorias, que produza, além disso, mais-valia, para que estejamos falando de uma relação capitalista. É só no interior dessa relação que uns tornam-se proletários para outros tornarem-se capitalistas (IASI, 2007, p. 108).

Nessa perspectiva, seguindo o pensamento de Mauro Iasi, ancorado nos estudos marxianos, a classe se define não apenas pela posição diante da propriedade, ou não propriedade, dos meios de produção, mas também: "pela posição no interior de certas relações sociais de produção" e, ainda, "pela consciência que associa ou distancia de uma posição de classe" e "pela ação dessa classe nas lutas concretas" (IASI, 2007, p. 107).

Assim, não basta pertencermos a uma classe no sentido de origem e mesmo situação, temos que levar em consideração a ação e a consciência que possibilitam a identidade com uma determinada classe. Em outras palavras, ainda que, por exemplo, uma

pessoa ao nascer tenha a sua origem de classe e se desenvolva no seio dessa classe, – vendendo sua força de trabalho como mercadoria no processo de acumulação do capital, portanto, estabelecendo relações capitalistas como proletária – essa mesma pessoa pode desenvolver identidade política com a burguesia e ter suas ações voltadas para os interesses da classe burguesa. Igualmente uma pessoa que tenha sua origem de classe burguesa e nunca tenha precisado vender a sua força de trabalho para sobreviver, pode desenvolver ações e ter identidade com os interesses da classe trabalhadora, ainda que não seja um proletário. Temos nessa situação o clássico exemplo de Engels que, apesar de ser filho de um rico industrial inglês, dedicou, ao lado de Marx, a sua vida à revolução do proletariado.

Aqui chegamos a um aspecto importante para a compreensão das classes: o político. Percebemos que apenas o aspecto "estrutural"[28] é insuficiente para apreendermos a dinâmica das classes. Assim como o aspecto "estrutural", a política também compõe a dimensão histórica das classes e é determinada na dinâmica da luta que travam entre si, na qual as classes se tornam sujeitos históricos. Economia e política encontram-se, assim, dialeticamente articuladas na dinâmica da determinação e reprodução das classes sociais.

"Marx vê as classes como sujeitos das alterações históricas, como mediações históricas das contradições estruturais que amadurecem no interior de cada sociedade" (IASI, 2007, p. 110). Dessa forma, para compreender as classes, é necessário apreender a dinâmica da luta de classes. É importante, porém, antes de entrarmos propriamente no estudo sobre a luta de classes, deixarmos claro como entendemos os sujeitos fundamentais que a compõem: proletariado/ operariado/classe trabalhadora x burguesia.

Entendemos que, quando falamos em classe trabalhadora, estamos nos referindo ao operariado, ao proletariado e a todos que, para sobreviver, necessitam vender a sua força de trabalho, seja produtiva ou improdutivamente. Agora, o que diferencia operariado do proletariado? O operariado diz respeito aos trabalhadores que produzem mais-valia para um proprietário privado dos meios de produção, tendo o seu trabalho associado à transformação da natureza em mercadoria concreta. Ou seja, além da sua força de trabalho ser uma mercadoria que produz mais-valia, também produz mercadoria concreta no seu processo de trabalho. São os trabalhadores do "chão de fábrica". Poderíamos ainda dizer

[28] "O aspecto 'estrutural' se refere à concepção de Marx pela qual uma sociedade entra em processo de superação e mudança, na medida em que o desenvolvimento de suas forças produtivas materiais alcança um grau em que estas entram em contradição com as relações sociais de produção, dentro das quais havia se movido a sociedade até então. Essa contradição estrutural é mediada no terreno da história por classes que, em cada momento, representam a necessidade de desenvolvimento das forças produtivas em um novo patamar e os interesses de manutenção de certas relações sociais de produção" (IASI, 2007, p. 110).

que são os operários que produzem trabalho no sentido ontológico, segundo Sérgio Lessa[29].

Compreendemos o proletariado como todos os trabalhadores produtivos, ou seja, todos que vendem sua força de trabalho produtivamente. Dito de outra forma, "o proletariado é o núcleo produtivo da classe trabalhadora". Contudo, aqui, "o caráter produtivo de um trabalho ou serviço não se define por sua natureza, mas pela relação que estabelece com o capital, ou seja, produzindo ou não mais-valia" (IASI, 1007, p. 117). Logo, o operariado compõe o proletariado, ainda que nem todos os proletários sejam operários.

A burguesia como já evidenciamos, diz respeito não apenas aos proprietários dos meios de produção, mas aos que acionam esses meios de produção, comprando força de trabalho e extraindo sua mais-valia no processo de produção e reprodução do capital. Mais que isso, são os que compõem o sujeito político burguês, ou seja, aqueles que produzem e/ou reproduzem a sua ideologia e tem suas ações voltadas para os interesses dessa classe.

Ainda que compreendamos que o proletariado seja o núcleo central da classe trabalhadora e como tal, constitua-se como classe revolucionária, utilizaremos, neste trabalho, para a configuração da luta de classes, a denominação classe trabalhadora. Escolhemos essa forma mais ampliada para termos a possibilidade de percebermos as manifestações políticas dos diversos sujeitos contrários ao capital. Temos, contudo, a ciência de que os sujeitos que não compõem o proletariado não são capazes de levarem um processo revolucionário à vitória sem a participação dos proletários, pois, não possuem a capacidade de representarem os interesses gerais da sociedade, ou seja, pela incapacidade de se tornarem "classe universal", nas palavras de Marx.

Isso ocorre porque os proletários constituem a classe que produz diretamente a riqueza e que lhes é expropriada pelos capitalistas. Assim, "por ser a classe explorada da riqueza que produz, o proletariado tem a missão histórica de transformar a ordem social capitalista, a ordem que o oprime e o explora" (DURIGUETTO ; MONTAÑO, 2010, p. 128).

Nesse sentido, temos a clareza de que o sujeito histórico da nossa sociedade é o proletariado, como o foi outrora a burguesia, pois, é o único capaz de "apresentar alternativas societárias a partir de seus interesses particulares que representam a universalidade, a continuidade da espécie contra as forças que a ameaçam. Não por

[29] Ver Lessa (2002).

nenhuma essência, mas pela ação concreta que são capazes, ou não, de implementar no terreno concreto da luta de classes" (IASI, 2007, p. 113).

O interesse particular do proletariado é universal porque significa que a sua vitória depende da eliminação da propriedade privada dos meios de produção, do trabalho assalariado e da existência das próprias classes. Isso significa eliminar o núcleo da exploração e das desigualdades dela advindas, daí porque esse interesse particular do proletariado é universal, já que atinge toda a estrutura da sociedade e possibilita a construção de uma sociabilidade sem exploração e desigualdades. Mészáros, seguindo o pensamento de Marx, afirma essa necessidade de transcender todas as classes "como condição fundamental para se fazer a 'verdadeira história'" (2002, p. 1035). Uma história livre da exploração de uma classe sobre outra, raiz das múltiplas desigualdades sociais que marcam a trajetória da humanidade desde a existência da primeira conformação da luta de classes.

O proletariado, segundo Marx (2009 a, p. 47 - 48), constitui a antítese da apropriação privada da riqueza, por isso, ambos formam "um todo". Para entender esse todo, "não basta esclarecê-los como os dois lados – ou extremos", é importante compreender que resultam da propriedade privada e a posição que ocupam na antítese que compõem:

> A propriedade privada na condição de propriedade privada, enquanto riqueza, é obrigada a manter **sua própria existência** e com ela a existência de sua antítese, o proletariado. Esse é o lado **positivo** da antítese, a propriedade privada que se satisfaz a si mesma.
> O proletariado na condição de proletariado, de outra parte, é obrigado a supra-sumir a si mesmo e com isso a sua antítese condicionante, aquela que o transforma em proletariado: a propriedade privada. Esse é o lado **negativo** da antítese, sua inquietude em si, a propriedade privada que dissolve e se dissolve (MARX, 2009 a, p. 47-48).

É essa capacidade de negatividade que confere o poder político ao proletariado como o sujeito revolucionário privilegiado, como "vanguarda" da revolução, uma vez que a sua libertação exige não apenas a destruição da propriedade privada, mas, também, das classes sociais, inclusive a sua própria. Assim, a vitória do proletariado, segundo Marx (2009 a) só ocorre quando supra-sumir a si mesmo, as suas próprias condições de vida e à propriedade privada (sua antítese condicionante).

Trata-se, ainda segundo o pensador, de saber o que o proletariado é e do que é obrigado a fazer historicamente pela condição do seu ser. Para tanto, faz-se necessário

compreender que para supra-sumir a si próprio, o proletariado precisa "supra-sumir todas as condições de vida desumana da sociedade atual, que se resumem na sua própria situação". Não é por acaso, diz Marx, que o proletariado passa pela **escola do trabalho,** "que **é dura mas forja resistência**". Por isso, conclui o autor afirmando que a meta e a ação histórica do proletariado "se acham clara e irrevogavelmente predeterminadas por sua própria condição de vida e por toda a organização da sociedade burguesa atual (MARX, 2009 a, p. 49).

Na contramão da sua vitória o proletariado "executa a sentença que o trabalho assalariado pronuncia sobre si mesmo ao engendrar a riqueza alheia e a miséria própria" (MARX, 2009 a, p.48). A miséria que o ser engendra a si mesmo no capitalismo, que tem como fundamento a propriedade privada e a divisão do trabalho a ela associada, impede a fruição da riqueza dos sentidos espirituais, práticos e até mesmo físicos dos seres humanos. Tais sentidos só são capazes de se desenvolverem e de se expressarem em plenitude quando a riqueza da essência humana puder se libertar da fome, da exploração e de tudo aquilo que desumaniza o ser social. Nas palavras do Marx (2009 b, p. 109-110):

> [...] é apenas pela riqueza objetivamente desdobrada da essência humana que a riqueza da sensibilidade **humana** subjetiva, que um ouvido musical, um olho para a beleza da forma, em suma as fruições humanas todas se tornam **sentidos** capazes, sentidos que se confirmam como forças essenciais **humanas**, em parte recém cultivados, em parte recém engendrados. Pois não só os cinco sentidos, mas também os assim chamados sentidos espirituais, os sentidos práticos (vontade, amor etc.), numa palavra o sentido **humano**, a humanidade dos sentidos, vem a ser primeiramente pela existência do **seu** objeto, pela natureza **humanizada. [...]** Para o homem faminto não existe a forma humana da comida, mas somente a sua existência abstrata como alimento [...] e não há como dizer em que esta atividade de se alimentar se distingue da atividade **animal** de alimentar-se. O homem carente, cheio de preocupações, não tem nenhum **sentido** para o mais belo espetáculo; o comerciante de minerais vê apenas o valor mercantil, mas não a beleza e a natureza peculiar do mineral [...] a objetivação da essência humana, tanto do ponto de vista teórico quanto prático, é necessária tanto para fazer **humanos** os **sentidos** do homem quanto para criar **sentido humano** correspondente à riqueza inteira do ser humano e natural (destaques do autor).

Dessa forma, não há mais do que duas alternativas para o proletariado: a miséria física, espiritual e prática dos seus sentidos que perpetua, contraditoriamente, a riqueza alheia; ou, a sua libertação, eliminando todas as condições de vida desumana, possibilitando a riqueza de sua essência fruir em sentidos plena e livremente humanos. Para isso, não há outro caminho, senão, a luta de classes.

Partimos do entendimento de que as classes se subdividem "não só pela sua participação no **processo produtivo**, mas também pela sua **concorrência e diferenciação no mercado**, assim como pelas suas diversas **condições de vida**. Os indivíduos deixam de ser meras 'personificações de categorias sociais' e econômicas, são aqui indivíduos e grupos concretos" (DURIGUETTO ; MONTAÑO, 2010, p. 92; destaque dos autores).

Entender esse processo exige compreender não apenas a dinâmica econômica restrita da exploração capitalista sobre a classe trabalhadora, mas compreender as particularidades e diferenças dos sujeitos que compõem essa classe e como o capital se apropria das mesmas para gerar mais lucro. Ademais, como nos alerta Mészáros: "O relacionamento entre os indivíduos e sua classe é em si mesmo sujeito a fortes restrições críticas, pois sua articulação prática necessariamente suscita a questão da representação, da hierarquia e da dominação" (2002, p. 1034-1035; grifos do autor).

Assim, consideramos que a classe trabalhadora é heterogênea. Afinal, a classe "é um fenômeno histórico. [...] algo que de fato acontece nas relações humanas. Mais do que isso, a noção de classe contém a noção de relação histórica [...] essa relação vem sempre corporificada em pessoas reais e num contexto concreto" (THOMPSON, 1963, p. 9). Logo, não podemos considerar classe como um conceito puramente abstrato, tampouco a-histórico. Se consideramos que são pessoas reais que corporificam a classe, não podemos negar a existência de componentes como sexo e "raça" /etnia nas relações de classe, já que, assim como a classe, as pessoas não são homogêneas, ainda mais em uma sociedade desigual. Da mesma forma, não podemos negar o componente classe nas "relações sociais de sexo" e étnico-raciais.

Há expressões de hierarquias no interior da classe trabalhadora, advindas da própria forma de organização da sociedade. As diferenças hierárquicas que a constitui são apropriadas pelo capital na sua dinâmica de produção e reprodução de desigualdades associadas ao seu processo de acumulação. Dentre essas diferenças (transformadas em desigualdades na sociedade de classes) que compõem a classe trabalhadora, destacamos a de sexo, que passaremos a discutir.

No Brasil, até o final da década de 1960, havia essa visão homogênea sobre a classe e que, em alguma medida, ainda persiste. É a partir do final dessa década que passamos a encontrar estudos que problematizam a classe como algo homogêneo. Destacamos como

um estudo pioneiro nessa linha a publicação do livro: A mulher na sociedade de classes: mito e realidade (1969 - primeira edição), de Heleieth Saffioti[30].

De acordo com Elizabeth Souza-Lobo (2011, p. 123), considerada pioneira nos estudos comparativos sobre o trabalho desenvolvido por homens e mulheres no Brasil[31], foi "necessário que um movimento social saísse às ruas e sacudisse as veneráveis estruturas da produção sociológica para que a variável sexo fosse incorporada em pesquisas e análises". Dessa forma, percebemos que a incorporação da variável sexo nos estudos sobre a classe trabalhadora está radicalmente articulada à luta feminista contra a invisibilidade e exploração da mulher e a desvalorização do seu trabalho. Isso ocorre por meio da acertada compreensão de que "as regras da dominação de gênero [...] se produzem e reproduzem nas várias esferas da atividade social" (SOUZA-LOBO, 2011, p. 157).

Aqui, portanto, já podemos anunciar uma das contribuições do feminismo para a produção teórica crítica: a desomogeneização da classe trabalhadora e os desdobramentos políticos que daí podem surgir em torno de práticas coletivas reivindicatórias.

1.1.1 "A classe trabalhadora tem dois sexos"[32] e "raça"/etnia

As relações de classe são atravessadas, historicamente, pelas relações de poder e dominação do sexo masculino sobre o feminino, como nos esclarece Engels: "[...] o primeiro antagonismo de classe que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia e a primeira opressão de classe coincide com a opressão do sexo feminino pelo sexo masculino" (1979, p. 22). A origem

[30] Heleieth Saffioti, sob orientação de Florestan Fernandes, finalizou sua tese de doutorado em 1967, resultando na publicação do referido livro em 1969, considerado um *best-seller*. A partir daí cresceu significativamente a literatura científica dos estudos sobre a mulher, acompanhando também, o ascenso do movimento feminista. Saffioti tornou-se uma grande referência desde então, para o feminismo marxista. Ao longo de sua vida, dedicou-se a essa perspectiva por meio não apenas de outras publicações e desenvolvimento de pesquisas, mas, também, pela sua ação política como militante feminista. Infelizmente Saffioti veio a falecer em 2010, com 76 anos, mas deixou um grande legado para luta pela emancipação da mulher e humana.

[31] O estudo de Souza-Lobo que marca esse enfoque comparativo do trabalho entre homens e mulheres foi: **masculino e feminino na linha de montagem,** escrito em 1985, com a colaboração de Vera Soares. Tal escrito foi publicado como um item do livro: **A classe operária tem dois sexos**, publicado originalmente em 1992 e reeditado em 2011 pela Perseu Abramo.

[32] Expressão cunhada por Souza-Lobo (2011).

do antagonismo de classe coincidir com a dominação do homem sobre a mulher demonstra, dentre outras determinações, a necessidade de analisarmos as relações entre classe e sexo. Cremos que esses antagonismos "coincidiram" no tempo histórico não por conta de uma determinação natural, mas para atender aos interesses dominantes de garantia e reprodução da propriedade privada, bem como da força de trabalho, como veremos no terceiro capítulo deste trabalho.

A marca do sexo não esteve presente apenas na origem do antagonismo de classe, mas, ainda, faz-se fortemente presente. Compreendemos, assim, que **"a classe operária tem dois sexos"** (SOUZA-LOBO, 2011), do contrário, como podemos explicar que as mulheres estão nos postos de trabalho mais precarizados e mal remunerados? Como explicar a persistente divisão sexual do trabalho [base da subordinação da mulher no trabalho, na família e na política – aprofundaremos esse entendimento no Capítulo 2] que não apenas diferencia trabalho feminino do masculino, mas, gera desigualdades entre homens e mulheres pertencentes a uma mesma classe? Como explicar a dupla jornada de trabalho e o não reconhecimento/desvalorização do trabalho doméstico/reprodutivo? Como explicar o porquê de 70% dos pobres do mundo ser mulheres[33]? Negar a dimensão de sexo no trabalho é negar a realidade em que vive a classe trabalhadora, em especial a das mulheres, em sua relação com o capital.

Segundo Souza-Lobo (2011), a resistência em trabalhar a problemática classe-"gênero" está associada à duas questões. Primeiro, conceber a classe de forma homogênea por entendê-la apenas como algo definido nas e pelas relações de produção. Contudo, como afirma a autora, não é possível separar as relações de produção das relações sociais, das quais, as relações de sexo são, indiscutivelmente, parte constitutiva. Com isso, camufla-se o papel das classes e dos homens e mulheres que a compõem. A segunda questão está associada à percepção da heterogeneidade da classe como fragmentação-divisão. Segundo Souza-Lobo (2011, p. 125)", por meio dessa argumentação: "utiliza-se o espantalho da divisão da classe para reafirmar a determinação da estrutura produtiva de onde se deduz a classe como sujeito homogêneo.

A importância em se perceber a heterogeneidade da classe não está no reconhecimento das especificidades que nela existem. Trata-se de analisar, por exemplo, que as discriminações de sexo no trabalho não são uma especificidade das mulheres, mas,

[33] Dado de Mészáros (2002).

"elementos fundamentais que estão na base da dominação da classe operária" (SOUZA-LOBO, 2011, p. 79). Isso nos leva a necessidade de ressaltarmos um alerta:

> Se a eliminação das mulheres como sujeito social e histórico está na raiz e é parte integrante do discurso econômico (Vandelac, 1982) e o discurso econômico está construído para ser geral, o problema que se coloca é o de evitar a armadilha da dicotomia entre a análise de relações ditas gerais e de relações ditas "específicas", como se existissem relações de trabalho neutras e relações de trabalho no feminino (SOUZA-LOBO, 2011, p. 163-164).

A análise da condição da mulher no mundo do trabalho, não é uma questão de ordem linguística ou meramente gramatical. Ou seja, não se trata, apenas, de ressaltar que além de trabalhadores, existem trabalhadoras na composição da classe. Trata-se de analisar como as mulheres sofrem uma exploração particular, ainda mais intensa do que a dos homens da classe trabalhadora e que isso atende diretamente aos interesses dominantes.

Da mesma forma, podemos utilizar essa reflexão para a questão étnico-racial. O racismo é também um dos elementos fundamentais para desvelarmos os mecanismos de dominação e exploração de classe, portanto, não é um problema específico das negras e dos negros. Essa percepção da heterogeneidade da classe nos possibilita engendrar táticas que podem se traduzir "em práticas reivindicatórias diferenciadas e autônomas, desfazendo a centralização e a hierarquização que tornam invisíveis as formas de resistência de uma parte da classe operária" (SOUZA-LOBO, 2011, p. 79). Até mesmo porque "as formas de submissão e revolta" são "atravessadas sempre pelas relações de gênero e pela divisão sexual do trabalho (SOUZA-LOBO, 2011, p. 98), o que torna essas dimensões indispensáveis para a elaboração de estratégias coletivas de enfrentamento.

Essa perspectiva permite, ainda, que as discriminações não sejam mais atribuídas aos sujeitos específicos [mulheres, negros(as)], mas, sejam consideradas um problema de toda a classe. É nesse sentido que Simone de Beauvoir (1980, v.2) afirma: "o problema da mulher sempre foi um problema dos homens". Concordamos inteiramente com Beauvoir, afinal, "não existe nenhuma questão que afete a mulher e que não seja também uma questão social mais ampla, uma questão de interesse vital para o movimento revolucionário, pela qual tanto os homens como as mulheres comunistas devem lutar" (WATERS, 1979, p. 42; tradução nossa[34]).

[34] Texto original: "no existe ninguna cuestión que afecte a la mujer y que no sea también uma cuestión social más amplia, uma cuestión de interés vital para el movimiento revolucionário, por la que tanto los hombres como las mujeres comunistas deben luchar" (idem, ibid).

Assim, a classe não é uma massa homogênea, mas tem "raça"/etnia e sexo. "Se é certo que o capitalismo utiliza uma estratégia de 'dividir para reinar', a configuração dessas divisões é construída socialmente através das relações de classe, de "raça", de gênero e das práticas sociais (SOUZA-LOBO, 2011, p.173)". Dessa forma, não podemos compreender o sistema capitalista apenas por meio da explicação dos fatores que constituem a divisão da sociedade em classes sociais antagônicas. É preciso entender que esse sistema "lança mão da tradição para justificar a marginalização efetiva ou potencial de certos setores da população do sistema produtivo de bens e serviços. Assim é que o sexo, [...], fonte de inferiorização social da mulher, passa a interferir, de modo positivo para a atualização da sociedade competitiva, na constituição das classes sociais" (SAFFIOTI, 1979, p. 35).

Cada uma das particularidades estruturantes da classe – sexo-"raça"/etnia –, combinadas ou não, imprime determinações e implicações diferenciadas para as mais variadas frações que compõem a classe trabalhadora. Assim é que as mulheres brancas ganham salários inferiores aos dos homens brancos e superiores aos das mulheres negras e aos dos homens negros. Há, portanto, uma nítida hierarquia que revela desigualdades no interior de uma mesma classe. Tal hierarquia da estrutura da desigualdade social segue a seguinte ordem: homens brancos, mulheres brancas, homens negros (e pardos) e mulheres negras[35].

No Brasil, por exemplo, as mulheres brasileiras seguem ganhando menos dos que os homens e as mulheres negras menos do que as brancas, como pode ser visto abaixo.

Quadro 1 - Razão entre rendimentos médios mensais do trabalho principal de alguns grupos selecionados*.
Brasil, 2003 e 2009

Cor/"raça"	2003	2009
Mulheres/Homens	61,8%	65,8%
Negros/Brancos	48,8%	57,0%
Mulheres negras/Mulheres brancas	51,2%	56,9%
Mulheres negras/homens brancos	30,2%	36,5%

Fonte: IBGE/PNAD
Elaboração: IPEA/DISOC/NINSOC - Núcleo de Gestão de Informações Sociais
* Rendimento Médio no Trabalho Principal deflacionado com base no INPC, ano de referência 2009.
* População Ocupada com 16 anos ou mais de idade.

Como pode ser observado no quadro acima, não houve melhoria significativa de

[35] Em pesquisa realizada no ano de 2002, Waldir Quadros (2004) também confirmou essa hierarquia ao apresentar os seguintes dados: "apenas 29% dos ocupados negros inseriam-se num padrão de vida igual ou superior ao de baixa classe média, sendo 20,6% dos homens negros e 8,7% das mulheres negras. Se nos restringirmos ao padrão de média e alta classe média, essa proporção cai para 20% dos ocupados negros, 14,6% entre os homens e 5,8% entre as mulheres. Cabe registrar que os negros representam 45% do total de ocupados".

2003 para 2009 nos rendimentos das mulheres com relação aos rendimentos dos homens, ainda mais quando consideramos a variável "raça". Na combinação entre as desigualdades chegamos ao extremo das mulheres negras ganharem apenas 36,5% dos homens brancos. Esse dado já nos seria suficiente para ilustrar que a classe tem sexo e "raça"/etnia e que essas dimensões são estruturantes e indispensáveis para a compreensão da classe trabalhadora e da dinâmica de exploração que o capitalismo imprime sobre as mulheres e negros(as).

Além disso, o aprofundamento da desigualdade entre os sexos na atualidade, também é expresso no número maior de mulheres nos trabalhos em tempo parcial e marcados pela informalidade dos laços empregatícios. Segundo dados do IBGE, na Pesquisa Nacional por Amostra de domicílio (PNAD) de 2009, a população ocupada em ocupações precárias[36] por sexo e "raça"/etnia, revelou os seguintes dados: 25% de homens e 41,1% de mulheres, sendo dessas, 48,4% negras e 34,3% brancas.

Com isso, podemos perceber que, de uma forma geral, a exploração sobre a mulher trabalhadora ocorre de forma mais intensa do que sobre os homens. Há ainda que se considerar que entre as próprias mulheres, essa exploração também ganha faces particulares. Behring e Boschetti (2006, p. 185) com base em dados do Relatório da Comissão Externa da Feminização da Pobreza (2004), do Senado Federal, mostram dados ainda mais alarmantes do que os apontados acima:

> [...] a proporção de mulheres que se concentra nas ocupações precárias (61%) é 13% superior à proporção de homens nessa mesma situação (54%). No caso das mulheres negras, essa proporção é de 71%, e 41% delas se concentram nas ocupações mais precárias e desprotegidas do mercado de trabalho. A tendência maior da mão-de-obra feminina ao desemprego é acentuada por variáveis de "raça". A mulher negra apresenta uma desvantagem marcante nesse aspecto, com 13,6% de desemprego, em relação aos 10% das mulheres brancas. Essa desvantagem se agudiza no caso das mulheres jovens negras, que apresentam taxas alarmantes de desemprego, de 25%. Além disso, no que se refere ao emprego doméstico, as mulheres negras são a maioria. Por essas razões, estas alcançam somente 39% dos rendimentos dos homens brancos.

[36] Nessa pesquisa o IBGE (2010) considera ocupação precária: empregado sem carteira assinada, trabalhadora doméstica, empregado na construção para próprio uso ou produção para próprio consumo e sem remuneração.

Há ainda outra dimensão importante a se considerar nessa "ordem" hierárquica, que é a heteronormatividade[37], ou seja, a obrigatoriedade do sistema heterossexual[38] de organização social. Certamente, os homens brancos (não negros) e heterossexuais possuem muito mais privilégio do que o outro lado extremo dessa estrutura de desigualdade: a mulher negra, lésbica e pobre. Assim, a dimensão da orientação sexual, nessa sociedade que também é heteronormativa, engendra opressões, inclusive, no interior da mesma classe. Por exemplo, um homem pobre e heterossexual possui muito mais respeitabilidade do que um homem pobre *gay*. Contudo, um *gay* rico, ainda que, certamente, sofra opressões, elas são diferenciadas das que sofre um *gay* pobre. Mais do que isso, um homem *gay* rico possui determinados privilégios oferecidos pela sua condição socioeconômica que um homem pobre heterossexual não possui. Tudo isso sem falar nas diversas possibilidades que a sexualidade humana possui e nos permite ter, mas, que a sociedade patriarcal e heteronormativa condena. Em outras palavras, no interior do campo dos "transgressores" da heteronormatividade, existem desigualdades e preconceitos mais acentuados para alguns, como por exemplo, para os travestis.

Apesar de reconhecermos a multiplicidade dos sujeitos inseridos em uma mesma classe, não queremos isolá-los em suas "identidades". Ao contrário, precisamos perceber o sujeito: classe trabalhadora, em sua totalidade, o que exige desvelar suas particularidades e singularidades. A classe como determinação central não pode subsumir os demais elementos estruturadores desse sujeito, da mesma forma que tais elementos não podem subsumir a classe. Daí nossa insistência em perceber as relações entre classe, "raça"/etnia e as "**relações sociais de sexo**" como uma unidade dialética que determina o sujeito totalizante: a classe trabalhadora.

Há, portanto, uma **unidade dialética** entre as subestruturas básicas de poder da sociedade capitalista: **classe, sexo, "raça"/etnia**, na qual essas categorias estão organicamente integradas. Dessa forma, "o importante é analisar estas contradições na condição de fundidas ou enoveladas ou laçadas em um nó. [...] No nó [...] a dinâmica de

[37] O conceito de heteronormatividade foi criado por WARNER, Michael, no texto: "*Introduction: Fear of a Queer Planet"*, Social Text, 1991. Disponível em: http://pt.scribd.com/doc/38769752/Warner-Fear-of-a-Queer-PLanet. Acessado em 30/10/2012.

[38] Segundo Jules Falquet (2009, p. 123), o sistema heterossexual obrigatório de organização social "se baseia na estrita divisão da humanidade em dois sexos, fundamentos de dois gêneros obrigados a manter relações desiguais de 'complementaridade' no contexto de uma rígida divisão sexual do trabalho".

cada uma condiciona-se a nova realidade, presidida por uma lógica contraditória" (SAFFIOTI, 2004, p. 125).

Esse nó "não pode ser desatado no nível das práticas sociais, mas apenas na perspectiva da análise sociológica", uma vez que as relações sociais de classe, sexo e "raça" são "*coextensivas", ou seja,* ao se desenvolverem, elas "se reproduzem e se co-reproduzem mutuamente" (KERGOAT, 2010, p. 94).

Para Danièle Kergoat há um "imperativo materialista" a ser percebido entre as relações de classe, "raça" e sexo. Para autora, essas relações são de produção e nelas a exploração, a dominação e a opressão se entrecruzam. Por isso, Kergoat alerta para a necessidade de se analisar "minuciosamente como se dá a apropriação do trabalho de um grupo por outro, o que nos obriga a voltar as disputas (materiais e ideológicas) das relações sociais" (KERGOAT, 2010, p. 99).

Ainda nessa direção analítica, destacando as relações entre classe e sexo, aponta Antunes:

> As relações entre gênero e classe nos permitem constatar que, no universo do mundo produtivo e reprodutivo, vivenciamos também a efetivação de uma construção social sexuada, onde os homens e as mulheres que trabalham são, desde a infância e a escola, diferentemente qualificados e capacitados para o ingresso no mercado de trabalho. E o capitalismo tem sabido apropriar-se desigualmente dessa divisão sexual do trabalho (1999, p. 109).

Analisar, portanto, a particularidade da mulher no mundo do trabalho, ou melhor, perceber, utilizando a expressão de Elizabeth Souza-Lobo (2011), que "a classe operária tem dois sexos" é fundamental para a compreensão e, consequentemente, organização da classe trabalhadora. Afinal, "as classes acontecem ao viverem os homens e as mulheres as relações de produção e ao experimentarem situações determinantes dentro do conjunto das relações sociais" (THOMPSON, 1979, p. 38). Por isso, não podemos negar a existência de dois sexos nas relações de classe, tampouco, podemos negar a dimensão de classe nas relações sociais de sexo, como já apontamos.

Considerar as diferenças e as desigualdades existentes no interior da classe não deve ser no sentido de pulverizá-la, tampouco, fragmentá-la. Ao contrário, elas devem ser percebidas na dinâmica de organização econômica das sociedades, ou seja, no movimento de produção e reprodução da vida. A organização econômica de uma sociedade, entendida dessa forma, não pode ser restringida às relações de produção *strito senso* – o que nos levaria a cair no economicismo –, da mesma forma que a "relação entre os sexos não se

esgota nas relações conjugais" (KERGOAT, 1986, p. 91). Destarte, para compreendermos a história do nosso tempo, não podemos sintetizá-la no "fato econômico". A história não é determinada apenas no universo da produção, mas, resulta das relações sociais associadas às relações de produção, ou seja, do movimento dialético entre a produção e a reprodução sociais. Nessa perspectiva, Engels nos esclarece:

> Segundo a concepção materialista da história, o fator que, em **última instância**, determina a história é a produção e reprodução da vida real. Nem Marx nem eu afirmamos, uma vez sequer, algo mais do que isso. Se alguém o modifica, afirmando que o fato econômico é o **único** fato determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata e absurda (s.d, p. 284, grifos do autor).

Assim, para nós, a produção e reprodução da vida real é determinada pelas relações sociais que, por sua vez, possuem "raça"/etnia, sexo e não apenas classe[39], embora esta seja, em última instância, a sua determinação central[40] na sociedade capitalista. Tais relações devem ser apreendidas em um único movimento, o que não significa isolá-las, tampouco desconsiderá-las, mas percebê-las nas relações sociais que as determinam e as intercruzam provocando implicações diversas para um único sujeito, embora múltiplo: a classe trabalhadora. Apenas dessa forma, conseguiremos compreender esta classe em sua totalidade e na sua condição de totalizante, condição prévia para pensarmos o seu processo de organização.

> [...] trata-se, pois, de estar sempre alerta para poder detectar a presença das diferenças - semelhanças de classe nas relações de gênero. Em outros termos, esses dois tipos de relações são absolutamente recorrentes, impregnando todo o tecido social. A razão última para a existência dessas clivagens pode ser encontrada a [sic] nível macro. As relações sociais, todavia, se inscrevem no plano entre as pessoas. Eis por que não se pode abrir mão de uma postura teórica que permita o livre trânsito entre o plano macro e o nível micro. Este ir e vir constitui requisito fundamental para a percepção, e posterior análise, da dinâmica social (SAFFIOTI, 1992, p. 192).

---

[39] Kergoat (2010) ressalta que o intercruzamento entre essas relações (gênero, "raça" e classe) que compõem um sistema, não elimina a existência de contradições entre elas. Como exemplo disso, lembramos que mulheres exploram mulheres, ou nas palavras de Cecília Toledo (2001): "Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide".

[40] "Classe é central "porque é o fundante do MPC [Modo de Produção Capitalista], porque peculiariza e caracteriza essa formação social. Não por ser mais importante ou anterior que outras. Ao contrário, muitas questões, como a racial, de gênero etc., são anteriores historicamente e precedem a questão de classe; o MPC as incorpora e redimensiona, mas elas [isoladamente da questão de classe] não caracterizam o sistema comandado pelo capital" (DURGUETTO ; MONTAÑO, 2010, p. 127).

Desse modo, considerar a diversidade da classe faz-se necessário, contudo, sem se perder na ênfase das diferenças em detrimento da luta política engendrada pela criação dos sujeitos coletivos em torno de uma luta classista, que deve ser o ponto comum entre todas as lutas que buscam o fim das desigualdades sociais, logo a efetivação da "igualdade substantiva"[41].

1.2 **Formação da consciência de classe**

> A consciência é filha do movimento e das contradições
> e não das certezas, quaisquer que sejam
> *Mauro Iasi* (2002).

Segundo Marcelo Badaró Mattos, a categoria classe é "capaz de dar conta das desigualdades econômico-sociais na sociedade capitalista, indica um momento de auto-representação consciente dos trabalhadores sobre sua situação social, interesses comuns e oposição de interesses em relação à(s) outra(s) classe(s)" (2007, p. 34). Todavia, essa "auto-representação consciente" não surge espontaneamente, ou, em outras palavras, não basta pertencer a uma classe para se ter a consciência dela. Na verdade, como nos ensinaram Marx e Engels (2009, p. 67), em uma clássica passagem da Ideologia Alemã:

> As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder **material** dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder **espiritual** dominante. [...] As ideias dominantes não são mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes [...]; portanto, das relações que precisamente tornam dominante uma classe, portanto as ideias do seu domínio (grifo dos autores).

Isso explica, em grande medida, porque muitos trabalhadores acabam incorporando a ideologia que representa os interesses das classes dominantes e não a consciência revolucionária da sua classe. Sobre isso, Mauro Iasi nos alerta que "enquanto o proletariado tomar como sua a consciência do outro será incapaz de completa e verdadeira autonomia histórica" (2002, p. 34). Daí a importância do estudo da consciência, "como

[41] Expressão de Mészáros (2002) contrapondo-se à igualdade formal ao defender a necessidade de uma igualdade real, verdadeira, portanto, substantiva.

uma maneira de aferir o grau de maturidade da luta de classes expressa na luta entre concepções de mundo antagônicas, como grau de amadurecimento de novas formas de consciência que lutam ainda sob o invólucro da velha sociedade" (IASI, 2002, p. 36).

Karl Marx nos oferece dois pressupostos imprescindíveis para refletirmos sobre as possibilidades e os limites a serem enfrentados para a construção de uma nova história. Um é a de que não é o pensamento que determina a realidade, mas a realidade que determina o pensamento. Nas palavras do pensador:

> Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. **Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência** (MARX, 2008, p. 47; grifos nossos).

Assim, "não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência" (MARX ; ENGELS 2009, p. 32). A princípio isso poderia nos levar a falsa concepção de que o ser humano não teria a capacidade de produzir sua história, tampouco de transformá-la. Contudo, o segundo pressuposto, encontrado na obra: O 18 Brumário de Luis Bonaparte, diz exatamente o contrário, quando Marx expressa a dimensão política do ser social na condição de construtor da história, ainda que sob circunstâncias não escolhidas: "**Os homens fazem a sua própria história,** mas não a fazem segundo sua livre vontade, em circunstâncias escolhidas por eles próprios, mas nas circunstâncias imediatamente encontradas, dadas e transmitidas pelo passado (MARX, 2008 a, p. 207; grifos nossos). Nessa mesma linha de análise marxista, Iasi (2006, p. 520) afirma que a consciência, é:

> [...] antes de tudo, uma consciência social herdada, inercial, resultante de uma certa ordem social de relações que se instituíram em forma de valores, juízos, concepções de mundo, partilhados em comum por aqueles que convivem numa certa época, mas é mais que isto, é a expressão ideal de uma substância que corresponde à essência das próprias relações que constituem uma sociedade dada, e, neste sentido, é uma singularidade, ou seja, uma singular visão do mundo própria de uma forma singular de vida. Substância [...] que se materializa em diferentes formas, como a objetividade impalpável do valor. As relações dominantes convertidas em idéias. Não há outro caminho para a reprodução de uma certa consciência social do que a materialização desta consciência singular

> em contextos particulares pela mediação de seres humanos concretos e particularmente determinados.

Em síntese, podemos dizer que "as circunstâncias fazem os homens [e as mulheres] tanto quanto os homens [e as mulheres] fazem as circunstâncias" (MARX ; ENGELS, 2009, p. 59). Logo, as ideias têm como base as condições concretas da sociedade. Nesse sentido, não podemos entender ideologia apenas como um conjunto de ideias, uma vez que, essas ideias resultam das relações materiais e dos interesses daí decorrentes da classe dominante. Assim, também podemos afirmar que ideias revolucionárias pressupõem a existência de uma classe revolucionária (MARX ; ENGELS, 2009, p. 68).

Esses pressupostos apontam para a necessidade de partimos do concreto, da realidade, ou seja, de uma perspectiva materialista, distanciando-nos do idealismo. Ao mesmo tempo e, dialeticamente, Marx nos distancia da passividade positivista que naturaliza a história e retira do ser humano a capacidade de transformação social, que só é possível mediante a apreensão da "totalidade social". Essa totalidade demanda irmos às raízes das relações sociais, que, segundo Marx (2008 b, p. 47), encontram-se "nas condições materiais de existência". Tais condições por mais que guardem as determinações da ideologia dominante, oferecem também, pelas contradições que são configuradas, as possibilidades para uma revolução social, como nos explica Marx:

> Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes, ou, o que não é mais que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade no seio das quais elas se haviam desenvolvido até então. De formas evolutivas das forças produtivas que eram, essas relações convertem-se em entraves. Abre-se, então, uma época de revolução social. A transformação que se produziu na base econômica transforma mais ou menos lenta ou rapidamente toda a colossal superestrutura. Quando se consideram tais transformações, convém distinguir sempre a transformação material das condições econômicas de produção [...] e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas sob as quais os homens adquirem consciência desse conflito e levam até o fim (2008 b, p. 47-48).

A crítica por si só, portanto, não move a história, ou seja, não é a consciência que determina a realidade. Segundo Marx e Engels (2009, p. 58), "todas as formas e produtos da consciência" não são resolvidos pela crítica espiritual, pela dissolução na consciência, "mas pela subversão prática das relações sociais reais" que derivam das fantasias

idealistas. Em uma palavra, "a força motora da história [...] não é a crítica, mas sim a revolução" (MARX ; ENGELS, 2009, p.58).

A tomada de consciência das condições de exploração, de miséria e de uma maneira geral, da sociedade desumanizadora, é indispensável para uma revolução social e, portanto, para a superação da própria alienação, exploração, miséria e desumanização. Para isso, a superação da propriedade privada é fundamental, uma vez que ela condiciona os indivíduos ao **Ter** em um forte processo de desumanização de todos os seus sentidos, da sua própria essência, como demonstra Marx (2009 b, p. 108-109):

> O lugar de todos os sentidos físicos e espirituais passou a ser ocupado [...] pelo simples estranhamento de todos esses sentidos, pelo sentido do **ter**. A esta absoluta miséria tinha de ser reduzida a essência humana, para com isso trazer para fora de si sua riqueza interior. A supra-sunção da propriedade privada é, por conseguinte, a **emancipação** justamente pelo fato desses sentidos e propriedades terem se tornado **humanos**, tanto subjetiva quanto objetivamente.

A construção, pelo ser social, da história como totalidade social e de seu movimento – provocado pelas contradições da sociedade, como algo ininterrupto, não retilíneo, não uniforme ou mesmo progressivo –, aponta-nos a clareza de que enquanto houver mulheres e homens há possibilidade de escrevermos uma nova história. Nesse sentido, Engels ressalta: "A história não faz nada, ela não decide combates! É ao contrário o homem, o homem real e vivo, quem faz tudo isso" (apud IASI, 2002, p. 156).

O alcance dessa totalidade social, para Lukács, segundo José Paulo Netto (1981, p. 41-42), "só pode ser tomada por um sujeito ele mesmo totalizante, ou seja, a classe social e, no caso, o proletariado". A identidade e consciência de classe são cruciais para a tomada dessa totalidade, condição para o desvelar crítico da sociedade e, por conseguinte, para o seu enfrentamento por intermédio da organização e atuação política da classe trabalhadora sobre as condições objetivas, e não as idealizadas, da história.

É preciso, portanto, entendermos o que é consciência de classe, mas, comecemos pelo que ela não é. Segundo Lukács, a consciência de classe não é:

> [...] nem a soma, nem a média do que cada um dos indivíduos que formam a classe pensam, sentem etc. E, no entanto, a ação historicamente decisiva da classe é determinada, em última análise, por essa consciência e não pelo pensamento do indivíduo; essa ação só pode ser conhecida a partir dessa consciência (2003, p. 142).

Destarte, "[...] o destino de uma classe", alerta-nos Lukács, "depende de sua capacidade de esclarecer e resolver, em todas as suas decisões práticas, os problemas que lhes impõe a evolução histórica" (2003, p. 146).

A consciência é fruto social, resultante de um processo ininterrupto, ou seja, ela não é estanque, exatamente por ser social. "A consciência é, pois, logo desde o começo, um produto social e continuará a sê-lo enquanto existirem homens". Ela inicia apenas como "consciência do espaço sensível **mais imediato** e consciência da conexão limitada com outras pessoas e coisas foras do indivíduo que se vai tornando consciente de si [...] (MARX ; ENGELS 2009, p. 44; destaque dos autores). Ainda nas palavras dos autores:

> A consciência [*das Bewusstsein*], nunca pode ser outra coisa senão o ser consciente [*das bewsste Sein*], e o ser dos homens é o seu processo real de vida. Se em toda ideologia os homens e as suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, é porque esse fenômeno deriva do seu processo histórico de vida da mesma maneira que a inversão dos objetos na retina deriva do seu processo diretamente físico de vida (MARX ; ENGELS 2009, p. 31).

É importante ressaltar que a consciência não é apenas uma introjeção do mundo externo. O indivíduo ao "tomar consciência" projeta também sua reflexão sobre a sociedade, mediada pelas múltiplas relações que estabeleceu e estabelece ao longo da sua trajetória. Não devemos, portanto, compreender a consciência como algo apenas subjetivo, tampouco, apenas como uma introjeção do mundo objetivo, mas como uma síntese das relações estabelecidas entre o indivíduo e a sociedade. Nessa perspectiva, a consciência não é algo meramente individual ou exclusivamente subjetivo, posto que os indivíduos estabelecem no processo de formação da consciência relações com o mundo externo. Em outras palavras:

> A consciência em sua forma mais simples, singular, seria a capacidade humana de representar a si mesma e o mundo por imagens e signos mentais, e portanto, em sua aparência, a consciência tem sido sempre associada ao universo subjetivo. Entretanto, analisando mais profundamente, a consciência implica, na concepção marxiana e, de certa forma, também para Hegel, uma unidade entre os aspectos subjetivos ou internos e objetivos ou externos (IASI, 2002, p. 52).

No capitalismo, as relações dos indivíduos com a sociedade são mediadas por grupos e instituições como família (onde ocorre a "socialização primária"), igreja, escola, movimentos sociais, partidos diversos, trabalho etc, que constituem a "socialização

secundária". Essas instituições são a "base" sobre a qual os indivíduos "constituirão suas concepções de mundo" (IASI, 2002, p. 108). Não necessariamente todas essas instituições estarão presentes na vida de todas as pessoas. As que se fazem presentes apresentarão influências diferenciadas para cada uma, exatamente por se tratar de relação e como tal, exigir a interferência de um outro pólo: o indivíduo. Tais influências podem, ainda, serem modificadas ao longo da trajetória de vida dos indivíduos, de acordo com as novas relações que estabelecem e o contexto histórico em que se inserem. É nesse sentido que construímos a afirmação de que a consciência não é estanque ou estática. Exemplo disso é a existência de muitos militantes socialistas que outrora foram religiosos conservadores[42]. Ou seja, a superação ou ruptura com os níveis de consciência mais próximos da alienação permitem um novo posicionamento político frente ao mundo.

É com base nessa compreensão que a perspectiva marxiana afirma a existência de uma "unidade dialética" entre indivíduo e sociedade, ou seja, uma "unidade de contrários". Assim, "indivíduo e sociedade são, ao mesmo tempo, distintos e formam uma unidade e que, por isso mesmo, um pólo da contradição pode ser, ao mesmo tempo, o outro" (IASI, 2002, p. 93). Ainda nessa perspectiva, destaca o autor:

> [...] o ser humano (e não apenas o gênero masculino "homem" que tem a pretensão de representar a espécie) na sua manifestação particular como indivíduo, e exatamente nesta forma particular, é em si mesmo um "ser comunal individual", "é de igual modo a *totalidade*", na qualidade de totalidade ideal, pensada e sentida, portanto como "existência subjetiva". A sociedade seria, assim, totalidade enquanto "existência subjetiva" na consciência dos indivíduos e, ao mesmo tempo, totalidade como "existência objetiva" dos indivíduos associados, base real sobre as quais os indivíduos podem ter consciência "universal" (IASI, 2002, p. 93-94).

Assim, para analisar o processo de formação de consciência da classe que não é linear, tampouco uniforme ou estanque, é preciso compreender que a consciência resulta das múltiplas relações estabelecidas pelos sujeitos na sociedade, ainda que ela se processe individualmente. Marx nos oferece uma síntese desse processo de formação da consciência, demonstrando sua complexidade e as possibilidades históricas advindas dos antagonismos e contradições desta sociedade:

[42] "A consciência autonomizada na forma religiosa se volta contra o seu criador como uma força estranha que o domina, ela que surgiu para dominar forças estranhas naturais se tornou, ela própria, uma força estranha divina (IASI, 2002, p. 52).

> Do mesmo modo que não se julga o indivíduo pela ideia que de si mesmo faz, tampouco se pode julgar uma tal época de transformações pela consciência que ela tem de si mesma. É preciso, ao contrário, explicar essa consciência pelas contradições da vida material, pelo conflito que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. Uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade. Eis porque a humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise, ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir. [...] As relações de produção burguesas são a última forma antagônica do processo de produção social, antagônica não no sentido de um antagonismo individual, mas de um antagonismo que nasce das condições de existência sociais dos indivíduos; as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade criam, ao mesmo tempo as condições de existência sociais dos indivíduos; as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam, ao mesmo tempo, as condições materiais para resolver esse antagonismo (2008 b, p. 48).

A consciência de classe é determinada historicamente pelas condições e relações estabelecidas na sociedade, como essas são, por sua vez, determinadas pela dinâmica da luta de classes, que é uma luta política, "a consciência de classe dos trabalhadores pode representar em si o movimento de avanços e recuos próprios" dessa dinâmica, "ou seja, de momentos que oscilam desde a ousadia revolucionária até o mais profundo defensivismo" (IASI, 2002, p. 133).

Para entender essas relações entre instituições, forças produtivas, contradições sociais e indivíduos na conformação da consciência, da ideologia e da alienação, é importante que compreendamos o papel do Estado na luta de classes.

Para assegurar a sociedade de classes, o capital necessita do Estado ou, nas palavras de Marx do seu "escudeiro apregoador de lugares-comuns" (1985, p. 743). Segundo Mandel, a função do Estado consiste em integrar as classes dominadas para "garantir que a ideologia da sociedade continue sendo a da classe dominante e, em conseqüência, que as classes exploradas aceitem sua própria exploração sem o exercício direto da repressão contra elas". Outra importante função do Estado, destacada pelo pensador é "criar as condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos membros da classe dominante" (1985, p. 333-334).

Quando o Estado não consegue assegurar a outra função que lhe cabe na sociedade de classe, qual seja, a "integração das classes dominadas", ele parte para a coerção aberta. Com isso, desresponsabiliza-se pelas expressões da "questão social" criminalizando os

sujeitos que confrontam, de alguma forma, o *status quo.* Nessa perspectiva, Ellen Wood desvela criticamente o papel coercitivo do Estado em favor do capital:

> Em geral, somente quando sai para a rua, o conflito de classes se transforma em guerra aberta, principalmente porque o braço coercitivo do capital está instalado fora dos muros da unidade produtiva. O que significa que confrontações violentas, quando acontecem, não se dão geralmente entre capital e trabalho. Não é o capital, mas o Estado, que conduz o conflito de classes quando ele rompe as barreiras e assume uma forma mais violenta. O poder armado do capital geralmente permanece nos bastidores; e, quando se faz sentir como força coercitiva pessoal e direta, a dominação de classe aparece disfarçada como um Estado "autônomo" e "neutro" (2003, p. 47).

Contudo, o poder burguês não pode perpetua-se indefinidamente em tensão, uma vez que "a dominação burguesa[43] exige, tanto econômica quanto socialmente, um mínimo de fluidez política, que é incompatível com um estado de tensão permanente" (FERNANDES, 1981, p. 275). Até porque, ainda segundo o autor citado, os regimes autocráticos favorecem as "revoluções contra a ordem" (1981, p. 276). Daí a importância do papel integrador do Estado, ou seja, da busca de hegemonia.

Antônio Gramsci (2000) irá aprofundar o papel integrador do Estado, na busca do consenso por meio dos "aparelhos privados de hegemonia" da "sociedade civil"[44], como Igreja, escola, partidos políticos, sindicatos, dentre outros. Diferentemente da "sociedade política" – na qual reside a "dominação direta" por meio dos aparelhos de coerção, na função de repressão às classes dominadas que ameaçam ao capital –, é na "sociedade civil" que há a busca da hegemonia, pelo controle ideológico para legitimação ou aceitação do *status quo.* Nas palavras de David Harvey (1996, p. 119):

---

[43] "A dominação burguesa não é só uma força sócio-econômica espontânea e uma força política regulativa. Ela polariza politicamente toda a rede de ação auto-defensiva e repressiva, percorrida pelas instituições ligadas ao poder burguês, da empresa ao Estado, dando origem a uma formidável superestrutura de opressão e de bloqueio, a qual converte, relativamente, a própria dominação burguesa na única fonte de 'poder legítimo' [...] Ela se impõe como o ponto de partida e de chegada de qualquer mudança social relevante; e se ergue como uma barreira diante da qual se destroçam (pelo menos por enquanto) todas as tentativas de oposição às concepções burguesas vigentes do que deve ser a 'ordem legal' de uma sociedade competitiva, a 'segurança nacional', a 'democracia', a 'educação democrática', o 'salário mínimo', as 'relações de classes', a 'liberdade sindical', o 'desenvolvimento econômico', a 'civilização' etc. Desse ângulo, dela provém **a opção interna das classes burguesas por um tipo de capitalismo que imola a sociedade brasileira às iniqüidades do desenvolvimento desigual interno e da dominação imperialista externa**" (FERNANDES, 1981, p. 303; destaque nosso).

[44] Para Gramsci, a sociedade civil consiste no "conjunto de organismos designados vulgarmente como 'privados'" e corresponde "à função de 'hegemonia' que o grupo dominante exerce em toda a sociedade" (2000, p. 20-21)

> A socialização do trabalhador nas condições de produção capitalista envolve o controle social bem amplo das capacidades físicas e mentais. A educação, o treinamento, a persuasão, a mobilização de certos sentimentos sociais (a ética do trabalho, a lealdade aos companheiros, o orgulho local ou nacional) e propensões psicológicas (a busca da identidade através do trabalho, a iniciativa individual ou a solidariedade social) desempenham um papel e estão claramente presentes na formação de ideologias dominantes cultivadas pelos meios de comunicação de massa, pelas instituições religiosas e educacionais, pelos vários setores do aparelho do Estado, e afirmadas pela simples articulação de sua experiência por parte dos que fazem o trabalho.

Percebemos que o Estado, constituído na concepção gramsciana pela "sociedade civil" e pela "sociedade política", integra uma relação dialética entre consenso e coerção para a garantia da reprodução do capital. É o nível de acirramento dos conflitos de classe que define o grau de um ou de outro.

Entender, portanto, o processo de formação da consciência, exige-nos entender as relações materiais da sociedade em que vivemos no bojo da luta de classes. Para tanto, acreditamos que a análise da ideologia e da alienação é indispensável por essas se fazerem fortemente presentes nas relações da sociedade em que vivemos.

1.2.1 Ideologia, alienação e formas de consciência

A partir do momento em que a sociedade se dividiu em classes sociais, "as idéias, as representações e os valores que compõem a consciência dos seres humanos, além de representar as relações reais a que se submetem, devem também justificá-las na direção de manutenção de determinados interesses, ou seja, a consciência pode se tornar ideologia" (IASI, 2002, p. 94-95; destaque nosso). O autor nos indica que é dentro de um contexto específico, de uma sociedade cindida entre interesses de classes antagônicos, que o processo de construir uma consciência social pode em vez de "ser um elemento de identidade do indivíduo com a sociedade volte como força hostil, como justificativa e ocultamento de relações de dominação, ou, para ser preciso, como ideologia" (IASI, 2002, p. 113).

Passemos, pois, a buscar entender a ideologia, já que sem isso fica inviável a compreensão da formação da consciência nesta sociedade de classes e interesses antagônicos. Ademais, é importante ressaltar que "toda ideologia é uma forma de

consciência", ainda que nem toda forma de consciência seja uma ideologia (IASI, 2002, p. 97).

A compreensão sobre o conceito de ideologia não é única, ao contrário, é considerado polissêmico, além de enigmático[45]. Existem não apenas concepções diferenciadas sobre esse mesmo conceito, mas também contradições e até mesmo paradoxos como nos aponta Löwy:

> Existem poucos conceitos na história da ciência social moderna que sejam tão enigmáticos e polissêmicos como esse de ideologia. Ao longo dos últimos dois séculos ele se tornou objeto de uma acumulação incrível, até mesmo fabulosa, de ambiguidades, paradoxos, arbitrariedades, contra-sensos e equívocos (1987, p. 9-10).

Não iremos aqui, tratar da polissemia do conceito de ideologia, contudo, pretendemos deixar clara a nossa concepção de ideologia e em qual tradição teórica ela se filia. No seio da diversidade de concepções sobre ideologia, filiamo-nos a perspectiva de Marx que compreende ideologia como uma "distorção de conhecimento" (KONDER, 2002, p. 10). É importante, no entanto, entender que, para Marx, essa distorção ideológica:

> [...] não se reduzia a uma racionalização cínica, grosseira, tosca, bisonha ou canhestra dos interesses de uma determinada classe ou de um determinado grupo. Muitas vezes ela falseia as proporções na visão do conjunto ou deforma o sentido global do movimento de uma totalidade, no entanto respeita a riqueza dos fenômenos que aparecem nos pormenores (KONDER, 2002, p. 43).

É nesse sentido que Konder afirma que a ideologia além de ser um "processo", ela é executada por "um sujeito movido por uma falsa consciência, porém não podemos deixar de levar em conta, também que o processo da ideologia é <u>maior</u> do que a falsa consciência, que ele <u>não se reduz à falsa consciência</u>, já que incorpora necessariamente em seu movimento conhecimentos verdadeiros" (2002, p. 49; destaques do autor).

Para nós, o importante e o que determina a perspectiva marxista sobre ideologia, é a necessidade de desvelarmos os processos de dominação do capital sobre a classe trabalhadora. E mais do que isso, essa é a única perspectiva teórica que busca não apenas desvelar criticamente a realidade, mas aponta o objetivo de transformá-la radicalmente. Nesse sentido, não há neutralidade na concepção marxista sobre ideologia. Seja qual for o

[45] A caracterização da ideologia como um conceito polissêmico e enigmático é feita com referência em Michael Löwy (apud Konder, 2002).

ângulo ou o alcance da análise – sempre determinada pelo seu contexto histórico –, todos os marxistas que estudam ideologia partem da análise da luta de classes que determina o processo de formação das consciências, com um claro compromisso teórico-político com a emancipação humana e, portanto, com os interesses da classe trabalhadora. É a essa tradição – marxista – que nos filiamos e, com base nela, tentaremos aprofundar nossa reflexão sobre o "enigma" da ideologia.

Mauro Iasi (2002, p. 95) afirma que, para Marx, o termo ideologia está "inseparavelmente ligado à necessidade [da] [...] consciência justificar determinada relação de dominação, e, portanto, de velamento, inversão e naturalização de relações sociais que marcam o domínio de uma classe sobre outra". Essa ideologia para exercer dominação necessita de uma base: a alienação[46]. Cabe aqui, o entendimento da relação entre ideologia e alienação, bem como a diferença entre ambas, esclare-nos Iasi (1999, p. 24):

> A alienação não é o mesmo que ideologia e dela se diferencia substancialmente. A alienação que se expressa na primeira forma de consciência é subjetiva, profundamente enraizada como carga afetiva, baseada em modelos e identificações de fundo psíquico. A ideologia agirá sobre esta base e servirá de suas características fundamentais para exercer uma dominação que, agindo de fora para dentro, encontra nos indivíduos um suporte para estabelecer-se subjetivamente.

Lendro Konder, também seguindo o pensamento de Marx, ressalta que o essencial da ideologia consiste na "expressão da incapacidade de cotejar as idéias com o uso histórico delas, com a sua inserção prática no movimento da sociedade" (2002, p. 40). Daí a importância de buscar compreender a ideologia no plano concreto da historicidade. Assim, para desvelar o "enigma" da ideologia, é necessário compreender as relações materiais que a produzem e quem ela representa. Afinal, como apontam Marx e Engels (2009), na **Ideologia Alemã**, a ideologia tem como fundamento as relações materiais dominantes concebidas como idéias.

[46] "A palavra *alienação* tem sua raiz etimológica no termo *alienus,* que se refere a alheio, relativo à palavra alemã *Entfremdug*" (IASI, 2002, p. 112; grifos do autor).

O germe da ideologia, em sua "acepção negativa"[47], encontra-se na divisão social do trabalho na sociedade de classes, à medida que o ser social fragmenta a sua capacidade de apreensão da totalidade sobre o seu processo de trabalho. A divisão social do trabalho surge com a divisão entre o trabalho material e espiritual. A partir desse momento, "a consciência pode realmente dar-se a fantasia de ser algo diferente da consciência da práxis existente, de representar alguma coisa sem representar nada de real [...]" (MARX ; ENGELS, 2009, p. 45). Surgem, então, as bases concretas para o desenvolvimento da alienação.

Isso ocorre porque a divisão entre trabalho intelectual e manual impede que o ser humano exerça a sua capacidade teleológica, que crie, execute e domine o seu processo de trabalho. Em outras palavras, essa divisão impede que o ser humano se efetive e se reconheça no produto do seu trabalho, ele o estranha. Para haver o reconhecimento e realização do ser humano como ser social, há a necessidade de apreensão consciente da totalidade do processo de trabalho, garantindo a satisfação das suas necessidades naturais e sociais. Essa fragmentação gera, portanto, um estranhamento e não um reconhecimento do ser social no resultado do seu trabalho. O estranhamento do trabalhador em seu objeto se expressa, segundo Marx (2009 b, p. 82) pelas leis nacional-econômicas:

> [...] em que quanto mais o trabalhador produz, menos tem para consumir; que quanto mais valores cria, mais sem-valor e indigno ele se torna; quanto mais bem formado o seu produto, tanto mais deformado ele fica; quanto mais civilizado seu objeto, mais bárbaro o trabalhador; que quanto mais poderoso o trabalho, mais impotente o trabalhador se torna; quanto mais rico de espírito o trabalho, mais pobre de espírito e servo da natureza se torna o trabalhador.

Esse trabalho exteriorizado, vale lembrar, tem como resultado a propriedade privada. Ao mesmo tempo, dialeticamente, a propriedade privada não é apenas o produto do trabalho exteriorizado, é também o meio que possibilita que o trabalho se exteriorize

[47] A ideologia também foi concebida em uma acepção positiva, inclusive por autores marxistas como Gramsci e Lenin, que defenderam a possibilidade da construção de uma ideologia revolucionária comprometida com os interesses do proletariado e contrária a ideologia burguesa. Essa ideologia Gramsci nomeou de "historicamente orgânica", contrária as "ideologias arbitrárias" (ideologia negativa que distorce a realidade e contribui para a reprodução da dominação). A ideologia "historicamente orgânica" aponta a necessidade do "historicismo absoluto" não apenas para as idéias e representações, mas para os sistemas filosóficos e teorias científicas, assim, distancia-se da alienação, base do desenvolvimento das ideologias "arbitrárias" (Ver KONDER, 2002). Neste trabalho apenas iremos nos referir à ideologia em sua acepção negativa para que não precisemos qualificar qual tipo de ideologia estamos nos referindo quando fizermos uso dessa terminologia.

(MARX, 2009 b, p. 87-88) e sofra a divisão social. Com isso, o trabalho que funda, centralmente, o ser humano como ser social[48], passa a ser um meio de alienação e não de realização.

A divisão social do trabalho, na sociedade capitalista, é marcada por dois movimentos contraditórios, como nos aponta Iamamoto (2001, p. 43):

> Com a progressiva divisão do trabalho, este se torna cada vez mais social, aprofundando-se a dimensão de **universalidade** do homem como **ente genérico**, isto é, **social e histórico**. De outra parte, a divisão do trabalho e com ela a emergência da propriedade privada geram a repartição desigual do trabalho e de seus produtos. O indivíduo, separado de seu produto, não é capaz de apropriar-se das objetivações (atividades, produtos, meios de trabalho) por ele produzidas como parte do trabalhador coletivo: da ação conjugada de vários indivíduos, reciprocamente dependentes, entre os quais é partilhado o trabalho social (Destaques da autora).

Há, nesse sentido, uma apropriação privada dos produtos de um trabalho que é social e coletivo, mas também alienado, o que o torna, assim como os seus frutos, meros meios/valores de troca, submetendo a satisfação das necessidades humanas à produção capitalistas. Isso posto, entendemos que a divisão social do trabalho associada à propriedade privada sintetizam as determinações da desigualdade social e da alienação advindas do modo de produção do capital.

Com o trabalho alienado o ser social se coisifica, não se reconhece no resultado do que produz, estranha-o. Assim, o ser social se distancia da natureza, fetichizando-a. O trabalho assalariado passa a ser uma obrigação para a sobrevivência e não "ação própria da vida", ou seja, "é atividade imposta que gera sofrimento e aflição", portanto, "não gera prazer". Ele é realizado para o outro pela ausência de uma alternativa diferente para

---

[48] [...] trabalho [...] é a atividade humana que transforma a natureza nos bens necessários à reprodução social. Nesse preciso sentido, é a categoria fundante do mundo dos homens. É no e pelo trabalho que se efetiva o salto ontológico que retira a existência humana das determinações meramente biológicas. Sendo assim, não pode haver existência social sem trabalho (LESSA, 2002, p. 27). É o trabalho que possibilita, fundamentalmente, o ser humano se diferenciar dos animais e se caracterizar como ser genérico, uma vez que, "o homem produz universalmente; o animal produz apenas sob o domínio da carência física imediata, enquanto **o homem produz mesmo livre da carência física, e só produz, primeira e verdadeiramente, na [sua] liberdade [com relação] a ela;** [...] O animal forma apenas segundo a medida e a carência das *species* à qual pertence, enquanto o homem sabe produzir segundo a medida de qualquer *species*, e sabe considerar, por toda a parte, a medida inerente ao objeto; **o homem também forma**, por isso, **segundo as leis da beleza** (MARX, 2009 b, p. 85; destaque nosso). Por isso, Marx (2009 a) afirma que o homem se confirma como ser genérico, por meio da elaboração do mundo objetivo, possuindo a natureza como sua obra e efetividade e, portanto, o objeto do trabalho é "a **objetivação da vida genérica do homem**"(idem; destaque do autor).

garantir a sobrevivência, senão por meio da venda da força de trabalho. É importante lembrarmos que:

> [...] quanto mais o trabalhador se desgasta trabalhando, tanto mais poderoso se torna o mundo objetivo, alheio que cria diante de si, tanto mais pobre se torna ele mesmo, seu mundo interior, [e] tanto menos [o trabalhador] pertence a si próprio. [...] O trabalhador encerra sua vida no objeto; mas agora ela não pertence mais a ele, mas sim ao objeto. Por conseguinte, quão maior esta atividade, tanto mais sem-objeto é o trabalhador. **Ele não é o que é produto do seu trabalho. Portanto, quanto maior este produto, tanto menor ele mesmo é** (MARX, 2009b, p. 81).

Há assim, a alienação do ser humano de si mesmo, tornando-se "coisa". E, ao passo que há alienação de si como ser humano, o indivíduo, também, distancia-se da sua espécie. Ocorre, utilizando as palavras de Marx (2009 b), uma "exteriorização" do trabalhador em seu produto. Tal exteriorização não é resumida apenas no fato do resultado do trabalho ser um objeto, mas, por esse objeto parecer existir independente de quem o produziu, como algo estranho ao trabalhador que o fez. Com isso, o objeto torna-se uma "potência autônoma" diante do trabalhador e "a vida que ele concedeu ao objeto se lhe defronta hostil e estranha" (MARX, 2009 b, p. 81).

É a exteriorização que faz com que o trabalho não pertença ao seu produtor, não o possibilitando se afirmar, portanto, em seu trabalho, mas, ao contrário, nega-se nele. Isso, segundo Marx (2009 b), faz com que o trabalhador não se sinta bem, mas infeliz, não desenvolvendo "nenhuma energia física e espiritual livre", mas, "mortifica sua physis e arruína o seu espírito". Por isso, o trabalho torna-se obrigatório e não voluntário, tampouco, prazeroso. Nas palavras do autor: "o trabalho no qual o homem se exterioriza, é um trabalho de auto-sacrifício, de mortificação. [...] a atividade do trabalhador não é a sua auto-atividade. Ela pertence a outro, é a perda de si mesmo" (MARX, 2009 b, p. 82-83).

Dessa forma, "em vez do trabalho tornar-se o elo do indivíduo com a humanidade, a produção social da vida, metamorfoseia-se num meio individual de garantir a própria sobrevivência particular" (IASI, 2007, 22-23).

A divisão social do trabalho, contudo, forja as condições para a sua superação, uma vez que, segundo Marx e Engels (2009, p. 46): "de toda essa porcaria [referindo-se a divisão do trabalho e seus desdobramentos] extraímos um só resultado, o de que [...] a força de produção, o estado da sociedade e a consciência, podem e têm de cair em contradição entre si". Para os autores, a possibilidade de não caírem em contradição só

ocorreria com a superação da divisão do trabalho, já que com ela "está dada a possibilidade, mais a realidade de a atividade espiritual e a atividade material, a fruição e o trabalho, a produção e o consumo caberem a indivíduos diferentes". Nesses termos, a consciência para a superação da alienação e da ideologia, necessita da eliminação da divisão social do trabalho, que, por sua vez, não resultará da simples vontade ou do desejo da consciência, mas, da ação política concreta da classe trabalhadora. Todavia, as contradições entre a consciência e a realidade são fundamentais para esse desdobramento político, como veremos adiante.

Além da superação da divisão social do trabalho, Marx e Engels (2009, p. 50-51) também apontam como necessidade para superação da alienação:

> [...] uma grande massa da humanidade absolutamente "destituída de propriedade" [...] e ao mesmo tempo em contradição com um mundo existente de riqueza e cultura, o que pressupõe um grande aumento da força produtiva, um grau elevado do seu desenvolvimento – e, por outro lado, esse desenvolvimento das forças produtivas [...] é também uma premissa prática absolutamente necessária porque sem ele só a **escassez** [...] se generaliza, e, portanto, com a **carência** [...] também teria que começar a luta pelo necessário (destaques dos autores).

A alienação, segundo Mészáros (2006 [1970]), baseado nos estudos marxianos, expressa-se em três aspectos/níveis organicamente vinculados: o ser humano alienado da natureza; o ser humano alienado de si e o ser humano alienado da sua espécie.

A sociedade capitalista ao ser baseada na "generalização da produção de mercadorias", faz com que "o movimento dos objetos" invada "todas as esferas da vida humana" e com isso, camufle os "movimentos subjetivos". Como vimos, até mesmo a força de trabalho é vendida em troca de um salário, tornando-a uma mercadoria. Dessa forma, o indivíduo trabalha por meio de uma "racionalização **instrumental**, ditada por um objetivo exterior, comprometida com o objeto que o trabalho vai produzir" e não consigo ou com a satisfação da necessidade da sua espécie (KONDER, 2002, p. 60; destaque do autor).

Para Lukács (2003), essa "razão instrumental" é "quantificadora", pois, a quantidade passa a determinar tudo. Por isso, provoca uma desqualificação na subjetividade, transformando-a em "mera origem de falhas". Com essa "razão instrumental", os indivíduos são sacrificados nas suas qualidades. Em torno dessa reflexão de Lukács, Leandro Konder conclui que a dinâmica do sistema capitalista "tende a destruir

todos os valores intrinsecamente qualitativos, o fundamento das convicções dos homens. Os sujeitos individuais são induzidos a aceitar serem colocados num plano no qual as máquinas podem substituí-los e superá-los, rendendo mais do que eles" (KONDER, 2002, p. 61). É sobre essa base social que há o processo de formação da consciência, embebido por relações de alienação que proporcionam o desenvolvimento das distorções ideológicas acerca do conhecimento da realidade.

A alienação é "profundamente enraizada como carga afetiva, baseada em modelos e identificações de fundo psicológico" (IASI, 2007, p. 20). Ela é entendida como "a primeira forma de consciência gerada da percepção imediata e sensível da pessoa que forma sua concepção de mundo" (IASI, 2002, p. 111).

A primeira forma de consciência, segundo Mauro Iasi (2007, p. 18), possui como principais características:

> 1. a vivência de relações que já estavam preestabelecidas como realidade dada;
> 2. a percepção da parte pelo todo, onde o que é vivido particularmente como uma realidade pontual torna-se "a realidade" (ultrageneralização);
> 3. por esse mecanismo, as relações vividas perdem seu caráter histórico e cultural para se tornarem naturais, levando a percepção de que "sempre foi assim e sempre será";
> 4. a satisfação das necessidades, seja da sobrevivência ou do desejo, deve respeitar a forma e a ocasião que não são definidos por quem sente, mas pelo outro que tem o poder de determinar o quando e como;
> 5. essas relações não permanecem externas, mas se interiorizam como normas, valores e padrões de comportamento, formando com o SUPEREGO, um componente que o indivíduo vê como dele, como autocobrança e não como uma exigência externa;
> 6. na luta entre a satisfação do desejo e a sobrevivência, o indivíduo tende a garantir a sobrevivência, reprimindo ou deslocando o desejo;
> 7. assim, o indivíduo submete-se às relações dadas e interioriza os valores como seus, zelando por sua aplicação, desenvolvimento e reprodução.

Como já comentamos, a consciência é um processo. Por isso, essas características da sua primeira forma de expressão podem ser superadas – parcialmente ou em sua totalidade – a depender das relações que o indivíduo venha a estabelecer e da forma como as apreende, vivencia e interioriza. Ressaltamos, todavia, que, ainda que o indivíduo atinja outras formas de consciência, algumas dessas características podem retornar, dado o processo dialético e histórico da formação da consciência em uma sociedade contraditória, dividida por classes e interesses antagônicos.

Para se desencadear a possibilidade de superação dessas características da primeira forma de consciência, é necessário, inicialmente, que ocorra uma "crise ideológica". O "germe" dessa crise reside, segundo Iasi (2007, p. 27) no desenvolvimento das forças

produtivas que promove uma "dissonância entre as relações interiorizadas como ideologia e a forma concreta como se efetivam na realidade em mudança".

Essa crise se manifesta na forma de "revolta", proporcionada pela percepção do indivíduo da "injustiça" nas relações. Com isso, existe a princípio uma disposição dos indivíduos em não se submeterem às injustiças. No entanto, essas injustiças são apreendidas como inevitáveis. Em alguma medida, portanto, permanece a naturalização das relações sociais, já que, por mais que sejam percebidas como injustas, são concebidas como insuperáveis. Contudo, essa revolta abre a possibilidade, no seio da "crise ideológica", do indivíduo ir além da primeira forma de consciência. Em outras palavras, em "certas condições", essa "revolta pode se tornar uma passagem para uma nova etapa do processo de consciência" (IASI, 2007, p. 28).

A segunda forma de consciência, também denominada de "consciência em si" ou "consciência da reivindicação", é facilitada pelo grupo, que age como um catalisador para que a "revolta" – gerada pela "crise ideológica" com a primeira forma de consciência – saia do plano meramente individual e passe para uma dimensão coletiva. Isso ocorre porque o grupo possibilita a identificação ou o reconhecimento no outro das mesmas injustiças sofridas e percebidas, no primeiro momento, individualmente. É, fundamentalmente, a "identidade com o outro" que produz um "salto de qualidade" da primeira forma de consciência para a segunda forma (IASI, 2007).

Com esse salto de qualidade, a construção de ações concretas contra as injustiças ganha possibilidades mais materiais. Segundo Iasi (2007), a manifestação mais clássica da segunda forma de consciência é a luta sindical, portanto, sua forma de organização mais típica é o sindicato. Contudo, ainda segundo o autor, podemos, também, incluir como manifestação dessa forma de consciência as "lutas populares, os movimentos culturais, o movimento de mulheres[49] e outras manifestações de lutas coletivas de setores, grupos e categorias sociais das mais diversas". O que caracteriza a particularidade dessa segunda forma de consciência é, portanto, "a percepção dos vínculos e da identidade do grupo e seus interesses próprios, que conflitam com os grupos que lhe são opostos (IASI, 2007, p. 30-31).

Apesar desse salto, ainda que essa consciência não se dê apenas com base no indivíduo e sim no grupo ou na categoria, podendo evoluir até a consciência de classe, ela

[49] Isso não significa, todavia, que as mulheres não estavam presentes em outras organizações e/ou movimentos, inclusive, o sindical, por exemplo.

ainda “se baseia na vivência das relações imediatas”, o que possibilita a negação de apenas uma parte da ideologia dominante, não superando, portanto, todos os traços da forma anterior da consciência. Isso denota que: “[...] apesar de ‘consciente’ de parte da contradição do sistema [...], a pessoa ainda trabalha, age, pensa sob a influência dos valores anteriormente assumidos, que, apesar de serem parte da mesma contradição, continuam sendo vistos pela pessoa como naturais e verdadeiros” (IASI, 2007, p. 30).

Dessa forma, assim como na primeira forma de consciência há uma “crise ideológica” gerada pelas contradições desta sociedade refletidas no indivíduo, na segunda forma também há contradições e limites:

> A consciência ainda reproduz o mecanismo pelo qual a satisfação do desejo cabe ao outro. Agora, ela manifesta o inconformismo e não a submissão, reivindica a solução de um problema ou injustiça, mas quem reivindica ainda reivindica de alguém [...] temos que nos submeter às formas e condições estabelecidas por outros para manifestar esse inconformismo. [...] Esses não são [...] apenas limites de uma certa forma de consciência, mas também o limites dos instrumentos políticos que correspondem a essa consciência: as greves e o sindicato (IASI, 2007, p. 31).

O que o autor procura nos chamar atenção é de que a “consciência em si” pode até permitir ao proletariado uma consciência de classe, mas ela se limita às reivindicações mais imediatas. Não há ainda uma totalidade determinando essa consciência ao ponto de possibilitar a percepção das determinações estruturais das injustiças sentidas e protestadas pelo proletariado. Assim, a reivindicação não ganha a perspectiva da luta para além do capital, para a eliminação da sociedade de classe. As lutas são travadas nos limites da sociedade capitalista, sem apontar para a necessidade de sua transformação.

A “consciência em si” é determinada pelo alcance do que Marx (2008 a) denominou de “classe em si”. Ao perceberem seus interesses em comum, os(as) proletários(as) tornam-se uma classe “em si” em relação ao capital, mas, para Marx (2008 a), ainda não são uma classe “para si”. A “classe em si” é marcada pelo corporativismo, pela luta econômica em nome satisfação das necessidades que atendem à sobrevivência imediata e no máximo, a uma melhor condição de vida. A luta é econômica e não política, no sentido da busca pela transformação da sociedade. Não garante, portanto, a dimensão do humano genérico, da necessidade da liberdade plena, da emancipação que só é possível com a eliminação das classes sociais. Marx nos explica:

> As condições econômicas transformaram, em primeiro lugar, a massa do povo em trabalhadores. A dominação do capital sobre os trabalhadores criou a situação comum e os interesses comuns dessa classe. Assim, essa massa já é uma classe em relação ao capital, mas não ainda uma classe para si mesma. Na luta, da qual indicamos apenas algumas fases, essa massa se une e forma uma classe para si. Os interesses que ela defende tornam-se interesses de classe (1982, p. 05).

Um bom exemplo da "classe em si" e da sua forma de consciência é a reivindicação por melhores salários em uma greve. Percebe-se a injustiça dos baixos salários, reivindica-se um aumento, porém, não se questiona a existência do trabalho assalariado, suas determinações e a necessidade de sua eliminação.

Apesar disso, não temos como negar a importância da possibilidade que essa forma de consciência permite ao proletariado: o reconhecimento de si, em alguma medida, como classe, embora, esse reconhecimento e o processo de reivindicação afirmem a existência da sua classe e da classe que o domina, ou seja, "ao se assumir enquanto classe, o proletariado nega o capitalismo afirmando-o" (IASI, 2007, p. 32). Assim, a "classe em si" desnaturaliza as injustiças e mais que isso, contesta-as, mas, não busca superar as classes e suas determinações estruturais, ao contrário, afirma-as. Isso ocorre por não possuir a apreensão da realidade em sua totalidade. A reivindicação da segunda forma de consciência, portanto, é parcial e, consequentemente, a negação da ideologia dominante também.

A terceira forma de consciência, também denominada por Iasi (2007) como "consciência para si" é possibilitada pelo processo de superação da "classe em si" para a "classe para si". Esta, por sua vez, de acordo com Ricardo Antunes, dissertando sobre o pensamento de Lukács, "só pode se efetivar através da centralidade conferida ao 'guia consciente da revolução, encarnação da idéia de revolução'" (1996, p. 98).

Nessa forma de consciência, portanto, não há apenas o reconhecimento do proletariado como classe, mas também a necessidade de superação das classes. A reivindicação, nos limites do capital, passa a ser insuficiente e o proletariado assume a sua tarefa revolucionária de superação do capitalismo e construção da emancipação humana. Nas palavras de Engels (1984), em sua obra: **Do socialismo utópico ao socialismo científico**, seria o salto da humanidade "do reino da necessidade ao reino da liberdade".

Para Mauro Iasi, a "verdadeira consciência", a "consciência da transformação", é fruto de uma "dupla negação": "num primeiro momento, o proletariado nega o capitalismo assumindo sua posição de classe, para depois negar-se a si próprio enquanto classe,

assumindo a luta de toda a sociedade por sua emancipação contra o capital" (2007, p. 32). Essa "dupla negação", contudo, não pode ser percebida como momentos separados ou isolados. O importante é ter a clareza de que a consciência de classe não está na consciência em si ou para si, mas, no movimento que leva uma à outra. Até porque a consciência não é linearmente progressiva. Ou seja, ao alcançar a consciência revolucionária, o ser social ou mesmo a classe, não estão livres de "recuos" aos níveis mais baixos da consciência. Nesse movimento, o papel do partido[50] deve estar voltado para assegurar que as reivindicações imediatas, parciais, sejam associadas à negação do capital e das classes em sua totalidade, ou seja, que as universalize.

Esse processo emancipatório demanda, necessariamente, a existência de um sujeito coletivo e histórico que compreende a necessidade da tarefa revolucionária: a classe trabalhadora e, centralmente, o proletariado. Essa defesa se fundamenta na reflexão de Lukács (2003) de que para o proletariado, o conhecimento de si mesmo é também o conhecimento objetivo da essência da sociedade.

Para o proletariado alcançar a perspectiva da luta revolucionária é indispensável que seus interesses estejam associados à estratégia do socialismo. Para isso, segundo Lukács (2003), é necessário que na consciência de classe do proletariado surja a contradição dialética entre o interesse imediato e o final, ou seja, entre o momento isolado e a totalidade. Isso significa alcançar a "luta política" pela transformação da sociedade capitalista, não se limitando a "luta econômica" imediata, ou, nas palavras de Gramsci (2000 a), superando a consciência econômico-corporativa (que corresponde aos interesses das categorias profissionais isoladamente, sem unidade de interesse com o grupo social mais amplo) e a sindicalista (na qual há solidariedade entre os interesses de um grupo mais amplo, mas não ultrapassa a dimensão econômica). Esse momento de superação da dimensão econômica da consciência de classe, Gramsci (2000 a, p. 41) denomina de "fase hegemônica":

> [...] em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. Esta é a fase mais estritamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se trasnformam em "partido", entram em confrontação e lutam até que uma delas, ou pelo menos uma única

[50] Sobre o papel do partido ver, dentre outros, Lenin (2010) e William Felippe (2006), organizador do livro: **Teoria e organização do partido:** textos de Lênin, Trotsky e Moreno.

> combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos e políticos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano "universal", criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados.

A dimensão corporativa da luta "econômica" também é explicada por Lenin (2010), ao demonstrar que, devido às condições de trabalho serem "extremamente variadas" ela "deve, forçosamente, ser travada por profissões". Assim, a luta econômica "é a luta coletiva dos operários contra os patrões, para conseguir condições vantajosas de venda da força de trabalho, melhorar as suas condições de trabalho e de vida" (LENIN, 2010, p. 125; destaque nosso). Esse processo Lenin (2010) associa a política "*trade*-unionista"[51], a qual diferencia da política revolucionária, por se limitar às lutas pelas necessidades mais imediatas da classe trabalhadora e, portanto, não estar voltada para uma ruptura com o capitalismo. Essa política também ficou conhecida como reformismo, por buscar apenas reformas no âmbito do sistema capitalista e não a sua superação.

A questão fundamental que limita a "luta econômica" reside na busca da melhoria e não da transformação das condições de trabalho e de vida. A "luta econômica" é, portanto, segmentada, não imprime o caráter de negação do capitalismo em sua totalidade e não confere, por conseguinte, um caráter de demanda generalizada para a classe trabalhadora como na "luta política".

A luta política não é contra os patrões isoladamente e sim contra as classes dominantes, contra o capital em sua totalidade. Marx[52] nos esclarece:

> O movimento político da classe operária tem como objetivo último, é claro, a conquista do poder político para a classe operária e para este fim é necessário, naturalmente, que a organização prévia da classe operária, elaborada na prática da luta econômica, haja alcançado certo grau de desenvolvimento. Por outro lado, todo movimento em que a classe operária atua como classe contra as classes dominantes e trata de forçá-las 'pressionando do exterior', é um movimento político. Por exemplo, a tentativa de obrigar, através das greves, os capitalistas isolados à redução da jornada de trabalho em determinada fábrica ou ramo da indústria, é um movimento puramente econômico; pelo contrário, o movimento visando a obrigar que se decrete a lei da jornada de oito horas etc., é um movimento político. Assim, pois, dos movimentos dos operários separados por motivos econômicos, nasce em todas as partes um movimento político, ou seja, um movimento de classe, cujo alvo é que se dê satisfação a seus interesses em forma geral, isto é, em forma que seja compulsória para toda a sociedade. Se

[51] As *trade-unions*, como o nome sugere, eram uniões sindicais na Inglaterra, que se limitavam à luta econômica. Dentre outros fatores, lutavam por melhores salários e condições de trabalho.
[52] Marx. **Carta a Friedrich Bolte**, escrita em 1871.

> bem que é certo que estes movimentos pressupõem certa organização prévia, não é menos certo que representam um meio para desenvolver esta organização.

Para tender para a totalidade, a crítica não pode negar apenas a parte, mas sim o todo desta sociedade para que possa ultrapassar o que nega. É fundamental, portanto, a articulação entre "luta econômica" ("objetivo parcial") e "luta política" ("objetivo final") como uma unidade possibilitada pela busca da totalidade (LUKÁCS, 2003). Não se trata, portanto, de "fases", ou seja, adquirir conquistas econômicas, reformas limitadas à ordem capitalista, para depois se travar a "luta política" pela transformação dessa sociedade. Trata-se de nunca subordinar o todo às partes isoladas, não submetendo a luta revolucionária à luta reformista, o que exige não perder de vista a estratégia, o objetivo final das lutas: o socialismo. Com isso, evitamos cair no possibilismo e no taticismo que trabalharemos no terceiro capítulo deste trabalho.

Cabe ao proletariado, portanto, desvelar essa sociedade capitalista e sua ideologia dominante de que o mundo burguês é "o mundo" e de que suas ideias são "as ideias". Mais do que isso e, fundamentalmente, cabe ao proletariado, com sua ação política, destruir a ideologia de que o "destino da humanidade se converteu no destino do capital" (IASI, 2002, p. 26).

Isso não só é possível como necessário, pois, "a reprodução do capital já é incompatível com a sobrevivência da espécie". Por isso, ela "precisa ser superada e será, ou a humanidade se despedirá de sua aventura na terra de forma melancólica" (IASI, 2002, p. 26). Nessa perspectiva, esta sociedade não nos cabe por sua incapacidade de atender aos interesses universais, já que assegura os das classes dominantes em detrimento dos da classe trabalhadora.

É no seio dessas contradições e antagonismos que a formação da consciência revolucionária deve ser fecundada na busca de transformar as bases concretas de sustentação desse sistema para construção de uma sociedade socialista, capaz de possibilitar as condições para assegurar os interesses universais. Para tanto, é indispensável a existência de uma classe universal, ou seja, uma classe que consiga representar os interesses gerais da sociedade. Para se concretizar como tal, é insuficiente que essa classe tenha uma consciência revolucionária, é necessária a sua intervenção política concreta na realidade de forma a despertar as massas para a reivindicação dos interesses universais, como explica Marx (1993, p. 90):

> Nenhuma classe da sociedade civil consegue desempenhar este papel (de classe universal) a não ser que possa despertar, em si e nas massas, um momento de entusiasmo em que associe e misture com a sociedade em liberdade, se identifique com ela e seja sentida e reconhecida como *representante geral* da referida sociedade. Os seus objetivos e interesses devem verdadeiramente ser os objetivos e interesses da própria sociedade, da qual se torna de fato a cabeça e o coração social. Só em nome dos interesses gerais da sociedade é que uma classe particular pode reivindicar a supremacia geral. Para alcançar esta posição libertadora e a direção política de todas as esferas da sociedade, não bastam a energia e a consciência revolucionárias. **Para que a revolução de um povo e a emancipação de uma classe represente o todo da sociedade, outra classe tem de concentrar em si todos os males da sociedade, uma classe particular deve encarar e representar um obstáculo e uma limitação geral** (grifo nosso).

Nesse sentido, Iasi (2002, p. 132), ratifica o pensamento de Marx, ao também defender que a condição da emancipação hoje "está na definição de uma classe na sociedade civil que não seja uma classe da sociedade civil". O que significa percebermos que a sociedade civil não é neutra ou homogênea, mas permeada e definida pela luta de classes. Assim, a definição de uma classe na sociedade civil é condição para o alcance da emancipação porque necessitamos de um sujeito revolucionário que possa superar a cisão de classe da sociedade, no sentido de representar a universalidade dos interesses humanos.

Como vimos, apenas o proletariado é capaz de representar os interesses da sociedade de forma universal, superando as classes, a divisão social do trabalho e a desumanização delas decorrentes. Por isso, embora o proletariado seja uma "classe particular", ela é capaz de antecipar "elementos da perspectiva da humanidade reunificada, unindo teoria e prática [...]" (KONDER, 2002, p. 62). Isso ocorre, fundamentalmente, porque:

> Da perspectiva do movimento operário, torna-se possível questionar revolucionariamente tanto a ideologia comprometida com a coisificação como a sociedade burguesa que engendra essa ideologia. O ponto de vista da força que impulsiona na prática a criação da sociedade futura permite a superação da percepção da realidade como um amálgama de *coisas* ou de *fatos* (KONDER, 2002. p. 63).

Para que esta capacidade do proletariado se concretize e deixe de ser apenas uma capacidade em potencial, é necessário que a "percepção empírica" que essa classe tem sobre a sociedade seja ultrapassada. Afinal, tal percepção é embebida de "distorções ideológicas". Lukács afirma que essas distorções devem ser superadas por uma consciência "acrescentada". O pensador húngaro distingue a "consciência real", a que existe, de uma

"consciência possível". A "consciência possível" é a que permite a ultrapassagem da percepção empírica, da "fragmentaridade", superando, portanto, as distorções ideológicas ao possibilitar a "totalização" que apreende a História como "processo unitário" (KONDER, 2002, p. 62-63).

A questão reside na contradição entre a possibilidade do proletariado – por sua posição de classe – alcançar a universalidade e a condição em que vive ser adversa a essa possibilidade. Em outras palavras, como o proletariado pode alcançar a percepção da totalidade, superando a parcialidade e as distorções ideológicas dela advindas, estando inserindo em uma sociedade alienadora?

Em razão dessa contradição do proletariado entre guardar a possibilidade da universalidade, mas não ter as condições de, sozinho, alcançá-la, muitos pensadores como Lenin e Lukács, embora com diferenciações significativas entre eles, defenderam a necessidade de uma consciência atribuída, ou seja, vinda de fora. A "consciência possível" vem nesse sentido. Nas palavras de Lenin: "A consciência política de classe não pode ser levada ao operariado **senão do exterior**, isto é, de fora da luta econômica, de fora da esfera das relações entre operários e patrões. A única esfera de onde se poderá extrair esses conhecimentos é a das relações de **todas** as classes entre si" (2010, p. 145; destaques do autor).

É importante, contudo, a reflexão de que essa consciência vinda de fora não ocorre de forma mecânica, como se o proletariado não tivesse condições de reflexão e apenas incorporasse uma consciência alheia, o que não o retiraria da condição de alienação. Apesar do uso dos termos "consciência de fora" e "consciência adjudicada", Lenin assim como Lukács entenderam isso, ou seja, o proletariado não é apenas um depósito. Afinal, estamos falando de um sujeito político que tem um papel revolucionário. É nesse sentido que Lenin, dissertando sobre uma organização de revolucionários, enfatizou que "deve desaparecer por completo toda distinção entre operários e intelectuais, que vale, ainda mais, para a distinção entre as diversas profissões de uns e de outros" (2010, p. 181; destaque do autor).

Por sua vez, Lukács (2003), perseguindo a preocupação em efetivar transformações estruturais na sociedade, lança o desafio de haver a modificação da "consciência cotidiana" dos "homens comuns". Nessa perspectiva, Leandro Konder explica as limitações da "consciência cotidiana":

> No dia-a-dia de sua existência, os indivíduos recorrem (e não podem deixar de recorrer) a interferências simplificadamente analógicas e a generalizações abusivas. A dimensão *teórica* da consciência deles é obrigada a autolimitar-se, em função de uma entrega inevitável do espírito às múltiplas demandas de constantes adaptações e ações práticas imediatas. Mesmo grandes artistas e grandes cientistas não poderiam ser o tempo todo grandes artistas e grandes cientistas (2002, p. 66).

Sabemos que o cotidiano[53] é a esfera da heterogeneidade, da imediaticidade e da superficialidade – organicamente vinculadas – e, portanto, uma esfera na qual a alienação é facilmente impregnada, o que dificulta, significativamente, o alcance de uma consciência crítica pautada na totalidade. Por outro lado, primeiro é preciso reconhecer que não temos como fugir da vivência dessa cotidianidade, nem mesmo grandes artistas e cientistas como nos afirmou Konder. É nesse sentido que Ricardo Antunes (1996, p. 99) afirma que seria impossível compreender a consciência de classe "se não se considerar que trabalho, vida cotidiana e consciência do ser social se inter-relacionam e se articulam de maneira indissolúvel". Segundo, porque o cotidiano, nesta sociedade, apesar de atravessado pela mercantilização e pela alienação, é histórico e como tal, guarda também a possibilidade de ser marcado por condições propícias à construção de uma consciência revolucionária. Em outras palavras, é no cotidiano que tanto a alienação quanto a revolução são construídas. A história se concretiza no cotidiano, portanto, ele guarda o horizonte histórico.

> A consciência cotidiana, assim, não é ontologicamente degradada: o desafio que ela nos apresenta é decisivo para pensarmos com maior rigor a ação transformadora, revolucionária, criativa, e também os obstáculos ideológicos a essa ação, que estão ancorados na cotidianidade (sobretudo nas condições da cotidianidade dos homens do século XX, tão marcada pela televisão e pelos entretenimentos da chamada **indústria cultural***)* (KONDER, 2002, p. 67; destaque do autor).

Cabe aqui, a mediação da política entre a teoria e a vida concreta, cotidiana, da classe trabalhadora. Partindo da compreensão de que a vivência das relações particulares não revela por si mesma o conjunto das determinações da sociedade e nem do indivíduo, é impossível esse indivíduo, sozinho, alcançar a totalidade. Por isso, a consciência para se completar demanda um "campo extravivencial", uma "esfera teórica". O alcance da

[53] Para um maior aprofundamento sobre o cotidiano, ver Agnes Heller (2008), Kosik (2002), Netto e Falcão (1987).

totalidade como condição para a consciência revolucionária guarda, assim, uma relação orgânica com o papel do intelectual (IASI, 2002, p. 159; destaque nosso).

Como já indicamos, a questão reside em compreendermos quais as possibilidades de desenvolvimento de uma consciência revolucionária em uma sociedade marcada pela alienação e pela ideologia dominante. Acreditamos que a resposta se encontra no papel do intelectual (na concepção gramsciana) e na sua relação com a política. Konder (2002, p. 110) seguindo o pensamento de Gramsci afirma: "A história pressupõe [...] não só a ação dos líderes e atuação dos de cima, mas também a ineliminável possibilidade da intervenção ativa e consciente dos de baixo" (grifos do autor). É nesse sentido que o marxista italiano irá desenvolver a concepção dos Intelectuais.

Para Gramsci (2000, p. 18), "todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens tem a função de intelectuais (assim, o fato de que alguém possa, em determinado momento, fritar dois ovos ou costurar um rasgão no paletó não significa que todos sejam cozinheiros ou alfaiates)". Da mesma forma podemos pensar o contrário, ou seja, não é porque alguém nunca fritou um ovo que não possa fazê-lo. Com o mesmo raciocínio afirmamos que, ainda que um ser social não exerça a função de intelectual ele pode passar a exercer. Outrossim, como nos ensina Gramsci, todos são intelectuais, ainda que não exerçam essa função. É a capacidade de reflexão, de apreensão, de elaboração de uma concepção sobre o mundo que torna todos intelectuais, ainda que em condições diferenciadas de desenvolvimento desta capacidade.

Desenvolver a função de intelectual nesta sociedade significa para Gramsci, dar o suporte ideológico para assegurar os interesses dos "grupos sociais" existentes na busca da hegemonia via construção de consenso, mas também de "domínio direto" por meio do Estado e do governo "jurídico". Nas suas palavras:

> Os intelectuais são os "prepostos" do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso "espontâneo dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce "historicamente"do prestígio (e, portanto, da confiança) obtida pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura "legalmente" a disciplina dos grupos que não "consentem", nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo (GRAMSCI, 2000, p. 21).

Da mesma forma que as classes dominantes possuem seus intelectuais, também a classe trabalhadora possui os seus. São esses que tem o papel político de contribuir com o processo de formação da consciência revolucionária de forma a desvelar criticamente as relações de alienação e a fortalecer as relações emancipatórias. Cada classe possui, portanto, os seus "intelectuais orgânicos". Nesse sentido, esclarece Gramsci:

> Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo, organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência da própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político (2000, p. 15).

Duriguetto (2007, p. 64), comungando com o pensamento gramsciano, argumenta que cabe ao intelectual orgânico da classe trabalhadora:

> [...] articular em unidade, em um projeto totalizador, suas aspirações particulares e fragmentadas. Mas essa articulação não se efetiva pela imposição, mas pela adesão crítica, ativa e consensual dos grupos sociais ao projeto de classe que quer ser hegemônico. A tarefa primordial dos intelectuais consiste em estabelecer nexos nos caracteres difusos e dispersos do 'senso comum' das classes subalternas para uma elaboração superior de sua visão de mundo, para uma construção ativa de sua própria história.

Esse processo em curso gera novos intelectuais orgânicos da classe trabalhadora a medida que seus sujeitos tomam consciência da sua condição no mundo e passam a agir politicamente em luta pela transformação social.

Embora saibamos que se faz necessário o papel dos intelectuais no despertar da consciência revolucionária – tendo em vista a ideologia dominante e sua base de sustentação (a alienação) – no proletariado, esse sujeito político é capaz de intervir de forma consciente na luta de classes, ainda que com gradações diferenciadas de consciência entre os seus integrantes, afinal, não se trata de uma massa homogênea. Não deve haver, portanto, uma segmentação entre os "iluminados" que detém a capacidade de elaboração teórica e uma massa acéfala que irá apenas incorporar e executar as determinações desses "iluminados". A formação da consciência é um processo ininterrupto. Todos os seres humanos possuem consciência e, por não ser algo estático ou determinado biologicamente, mas construído nas relações que estabelecemos, todos são capazes de desenvolver uma consciência revolucionária.

Não podemos, contudo, ter ilusões com o que Gramsci denominou de "senso comum". O marxista italiano ressalta que o "senso comum" possui "bom senso" e por meio dele pode haver o desenvolvimento de um espírito crítico. Isso implica, por um lado, em refutar a concepção do senso comum apenas como um depósito de sabedoria vinda de fora. Por outro lado, Gramsci adverte para os limites do senso comum, pois, ele sozinho não é capaz de chegar a uma consciência revolucionária, uma vez que é em si mesmo "difuso e incoerente" (apud KONDER, 2002, p. 103). Reside aí, a importância dos intelectuais orgânicos e da teoria revolucionária no processo de formação da consciência.

1.3 **Desvelando contradições para pensarmos as possibilidades de superação do capital**

Vivemos em uma sociedade em que a "acumulação de riqueza num pólo é ao mesmo tempo acumulação de miséria, de trabalho atormentante, de escravatura, ignorância, brutalização e degradação moral, no pólo oposto, constituído pela classe cujo produto vira capital" (MARX, 1985, p. 748). Explica o pensador alemão:

> Dentro do sistema capitalista, todos os métodos para elevar a produtividade do trabalho coletivo são aplicados às custas do trabalhador individual; todos os meios para desenvolver a produção redundam em meios de dominar e explorar o produtor, mutilam o trabalhador, reduzindo-o a um fragmento de ser humano, degradam-no à categoria de peça de máquina, destroem o conteúdo de seu trabalho transformando-o em tormento; tornam-lhe estranhas as potências intelectuais do processo de trabalho na medida em que a este se incorpora a ciência como força independente desfiguram as condições em que trabalha, submetem-no constantemente a um despotismo mesquinho e odioso, transformam todas as horas de sua vida em horas de trabalho [...] (MARX, 1985, p. 748).

No modo de produção capitalista o antagonismo gerado entre as classes sociais, alcança um nível sem precedentes históricos, ao passo que "determina uma acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital" (MARX, 1985, p. 749). Desvelar os antagonismos e contradições deste sistema é condição primeira para compreendermos criticamente as classes sociais e seu conceito correlato, a luta de classe.

No seio das contradições do capital, o seu próprio sistema gera condições para a sua negação. O processo de centralização[54] do capital – geralmente acompanhado pelo de concentração –, por exemplo, é permeado pela concorrência entre os próprios capitalistas. Tal concorrência provoca a repulsão de muitos capitalistas individuais, "a expropriação do capitalista pelo capitalista, a transformação de muitos capitalistas pequenos em poucos capitalistas grandes" (MARX, 1985, p. 727).

> À medida que diminui o número dos magnatas capitalistas [...] aumentam a miséria, a opressão, a escravização, a degradação, a exploração; mas cresce também a revolta da classe trabalhadora, cada vez mais numerosa, disciplinada, unida e organizada pelo mecanismo do próprio processo capitalista de produção. O monopólio do capital passa a entravar o modo de produção que floresceu com ele e sob ele. A centralização dos meios de produção e a socialização do trabalho alcançam um ponto em que se tornam incompatíveis com o envoltório capitalista. O invólucro rompe-se. Soa a hora final da propriedade particular capitalista. Os expropriadores são expropriados. [...] a produção capitalista gera sua própria negação [...] (MARX, 1985, p. 881).

Para entendermos esse processo peculiar do capitalismo ao desenvolver as forças produtivas conflitar com o seu próprio desenvolvimento, é necessário entendermos a "lei da queda tendencial da taxa média de lucro". Marx (2008 c), no livro 3, d`O Capital, explica que essa lei resulta, fundamentalmente, da elevação da composição orgânica do capital ao longo do tempo, mais precisamente, do conflito do progresso das forças produtivas com as relações de produção, advindas da lei geral da acumulação capitalista. Devido à concorrência, os capitalistas precisam investir em inovação tecnológica, na ampliação do capital constante, que não é acompanhada do crescimento do capital variável (força de trabalho). Assim, o trabalho vivo vai sendo substituído por trabalho morto. Como somente o trabalho vivo produz valor, a taxa de lucro dos capitalistas tende a decrescer.

Além da composição orgânica do capital, a taxa média de lucro possui outras determinações, como a taxa de mais-valia e o tempo de rotação do capital. Quanto maior a taxa de mais-valia e quanto menor o tempo de rotação do capital, maior a taxa de lucro. No

[54] Segundo Marx (1985), a centralização possui como principais alavancas a concorrência e o crédito. Tais alavancas são desenvolvidas na medida em que se amplia a produção capitalista e a acumulação. Contudo, a centralização não depende do incremento do capital, o que a distingue da concentração, já que está é diretamente associada a ampliação da acumulação. "Temos a centralização por mudar simplesmente a distribuição dos capitais já existentes, por alterar-se apenas o agrupamento quantitativo dos elementos componentes do capital social" (MARX, 1985, p. 728). Por proporcionar a quebra do isolamento ao fundir capitais, a centralização acelera os efeitos da acumulação ao mesmo tempo em que amplia e acelera as transformações na composição técnica do capital, "as quais aumentam a parte constante às custas da variável, reduzindo assim a procura relativa de trabalho" (idem, 1985, p. 729).

capítulo XIV, do livro 3, Marx (2008 c) ressalta que há dois fatores fundamentais utilizados para tentar deter a queda da taxa média de lucro: o barateamento do capital constante e o aumento da taxa de mais-valia. Essa última pode ocorrer tanto pela intensificação da exploração do trabalho quanto pela redução dos salários. Essas, por sua vez, decorrem da correlação de forças entre as classes sociais, da "superpopulação relativa" e ainda da exploração do trabalho reprodutivo não remunerado – que, em geral, não é percebido como trabalho, mas, como um "papel natural da mulher". Expliquemos melhor a relação entre a exploração da mulher e a redução dos salários. Há dois fatores que determinam essa relação diretamente. Primeiro, por possuir uma força de trabalho mais desvalorizada, a mulher é mais explorada e ganha menores salário. Segundo, ao garantir grande parte do trabalho reprodutivo (aquele que possibilita a reprodução da força de trabalho) de forma gratuita, possibilita o barateamento dos salários, já que esses são, também, mensurados de acordo com os custos das necessidades sociais básicas para a reprodução da força de trabalho. Nas palavras de Saffioti (1979, p. 40):

> A acumulação de capital [...] varia em relação inversa do capital variável [força de trabalho] desembolsado, o que significa que o lucro (expressão empírica da mais-valia) é tanto maior quanto menor for o número de trabalhadores assalariados da empresa o quanto menores forem para eles os salários pagos. A realização desta lei do modo de produção capitalista encontra na inferiorização social da mulher um elemento coadjutor de alta relevância. Quer através da marginalização da mulher das funções produtivas, quer por meio do emprego de sua força de trabalho, sempre foi possível alterar a composição orgânica do capital por meio de parcela variável deste.

Queremos com isso, apenas ressaltar a importância de não cegarmos sexualmente a análise da composição e da dinâmica da classe trabalhadora, seja ela empregada ou desempregada, no modo de produção e reprodução do capital.

É importante ressaltar que destacamos aqui o trabalho reprodutivo não apenas restrito ao trabalho doméstico, uma vez que ele envolve também, o "trabalho parental" e "todas as formas de cuidados e de assumir responsabilidades pelas pessoas" (DEUVREUX, 2011, p. 13).

Como nos alerta Souza-Lobo (2011, p. 166): "O trabalho doméstico não assalariado não é considerado trabalho e o trabalho doméstico assalariado é considerado um trabalho particular em que as relações não são regulamentadas da mesma forma que nas outras relações de emprego". Assalariadas ou não, são as mulheres que assumem efetivamente a

reprodução social por meio do que Souza-Lobo denominou de "serviço reprodutivo familiar". Ainda que remunerado, o trabalho reprodutivo é associado com o não remunerado, ou seja, é considerado como uma função natural da mulher e, portanto, não percebido e não valorizado como trabalho. Todavia, é importante ressaltar que a responsabilização pela reprodução social, no seu sentido antroponômico, extrapola o âmbito familiar, ou seja, não necessariamente ele é realizado apenas no âmbito doméstico, ainda que muitos desses trabalhos considerados femininos e realizados fora de casa, sejam extensivos aos realizados no espaço doméstico. Exemplos disso, são o trabalho hospitalar com o cuidados de pessoas doentes, o cuidado de crianças em orfanatos, a educação infantil nas escolas públicas e privadas e o cuidado de pessoas idosas em asilos.

Essa naturalização das mulheres como responsáveis pela casa, pela família e pelos filhos, faz com que as tarefas das mulheres no setor "informal" sejam efetivamente formalizadas, "apenas as regras são outras e se adaptam a esse tipo particular de oferta de mão de obra" (SOUZA-LOBO, 2001, p. 166).

Nas palavras de Marx: "A tendência de a taxa de lucro cair está ligada a tendência de subir a taxa de mais-valia e, por conseguinte, o grau de exploração da força de trabalho" (2008c. p.315). Dessa forma, o aumento da mais-valia, que implica na intensificação da exploração da força de trabalho, funciona como a principal contratendência a lei tendencial da queda da taxa média de lucro.

Mandel (1982) também ressalta que a concorrência no modo de produção capitalista demanda a "expansão e contratação sucessivas de produção de mercadorias, e consequentemente da produção de mais-valia". Contudo, "em termos de ritmo, volume e proporções, a realização de mais-valia e a acumulação do capital não são inteiramente idênticas entre si, e tampouco são iguais a produção de mais-valia". Por isso, devido às "discrepâncias" entre a produção de mais-valia e a acumulação do capital, ocorrem as chamadas "crises capitalistas de superprodução". "O fato de que tais discrepâncias não possam de maneira alguma ser atribuídas ao acaso, mas derivem das leis internas do modo de produção capitalista, é a razão para a inevitabilidade das oscilações conjunturais do capitalismo" (MANDEL, 1982, p. 75). Dessa forma, segundo Marx:

> [...] o modo de produção capitalista encontra no desenvolvimento das forças produtivas uma barreira peculiar que nada tem com a produção de riqueza em si. E essa barreira peculiar evidencia que o modo de produção capitalista, com suas limitações, possui um caráter simplesmente histórico, transitório, que não é modo absoluto de produção de riqueza, entrando em conflito com o

> desenvolvimento ulterior dela, ao atingir certo estágio da evolução (2008 c, p. 320).

As crises capitalistas são determinadas não apenas pela superprodução, mas, também, pela superacumulação, com a qual "uma parcela do capital acumulado só pode ser investida a uma taxa de lucros inadequada, e, em proporção crescente, apenas a uma taxa declinante de juros". Contudo, Mandel ressalta que o conceito de superacumulação é sempre relativo e não absoluto, uma vez que nunca há capital "em demasia" em termos absolutos; "há muito capital em disponibilidade para que se atinja a taxa média social de lucros esperada" (MANDEL, 1982, p. 75-76).

Também em decorrência das suas contradições, o sistema capitalista construiu a "sociedade dos descartáveis" que conduz a "lei tendencial da taxa de utilização decrescente"[55], medularmente funcional aos seus interesses, pois quanto menor o tempo de rotatividade, mais se acelera o consumo. Afinal, para o capital, só há sentido em produzir se houver consumo. Contudo, a "lei tendencial da taxa de utilização decrescente" não é suficiente para conter as contradições da superprodução do capital, fazendo-o explodir, periodicamente, em crises, ainda que manipulando os "bens de consumo duráveis que necessariamente são lançados ao lixo [...] muito antes de esgotada a sua vida útil" (MÉSZÁROS, 2002, p. 668).

Associada a essa lógica destrutiva, o capitalismo também "inventa um tipo de produção – centrado em torno do complexo industrial/militar – em relação ao qual o tradicional desafio do consumo (utilidade) só se aplica, se tanto, marginalmente" (MÉSZÁROS, 2002, p. 640).

A condução de um sistema de produção pautado no consumo imediato conta, ainda, com um "fator vital de motivação": a relativização do luxo e da necessidade. Dessa forma, o papel do luxo está diretamente relacionado com a expansão produtiva para o capitalismo. O luxo ao tornar-se objetivo da humanidade, torna a multiplicação da riqueza objetivo da produção (MÉSZÁROS, 2002, p. 642-644).

---

[55] Para Mészáros, "tanto a contribuição do trabalho para a redução produtiva do tempo de trabalho necessário como o imperativo objetivo do capital, de converter para seu uso ganhos do trabalho, trazem consigo a taxa de utilização decrescente do trabalho em diversos planos; desde o modo de funcionamento do próprio trabalho vivo (assumindo com o passar do tempo a forma de desemprego crescente) até a superprodução/subutilização de mercadorias e o uso cada vez mais perdulário da maquinaria produtiva" (2002, p. 668).

O mesmo autor ressalta o caráter histórico do luxo, que faz com que, em determinada época, algo que já foi considerado luxo, possa ser tido como indispensável para a sobrevivência. Daí sua funcionalidade em gerar o ciclo necessidade-consumo, ainda que esta necessidade esteja subsumida ao valor de troca e não, necessariamente, de uso. Afinal, "o capital define 'útil' e 'utilidade' em termos de **vendabilidade**".[...]. Destarte, "a ubíqua determinação operativa no sistema do capital é, e continuará a ser, o imperativo da **lucratividade**. É esta que deve sobrepujar todas as outras considerações, quaisquer que sejam as implicações (MÉSZÁROS, 2002, p. 661 – 662;).

A busca do lucro se dá em detrimento, não só da natureza, mas também da humanidade pobre. Na análise do "espírito motivador" e dos "imperativos estruturais do capital", Mészáros, resgatando o pensamento de Mendeville, descreve o papel do pobre "bem administrado":

> Segundo Mandeville, é da maior importância que o Pobre (aquele que "agüenta o sacrifício de tudo, a Parte mais vil e necessitada da Nação, o Povo escravo trabalhador", seja bem administrado – isto é, firmemente controlado tanto no trabalho como na sociedade em geral, em uma estrutura em que "a propriedade fosse bem protegida" – de tal modo que possa realizar a tarefa que lhe é designada, a saber, a produção e a expansão da riqueza da nação. "Pois, por mais excessivos que sejam a Abundância e o Luxo de uma Nação **alguém precisa trabalhar**". Do mesmo modo, se os pobres são bem administrados, eles conferem à sociedade um duplo benefício: **trabalhando** assim como **consumindo**; ambos necessários à expansão da riqueza da nação. Pois "é do interesse das Nações Ricas que a maior parte dos pobres quase **nunca sejam ociosos**, e ainda **gastem continuamente o que ganham** (2002, p. 651; grifo do autor).

Como podemos perceber, na "sociedade dos descartáveis", a humanidade – pobre – também é tratada como coisa, limitada a função de trabalhar e consumir, sobrepujada à "determinação operativa" do capital, a lucratividade. A dimensão humana se perde no reino da mercadoria, das relações de troca, de exploração e expropriação.

Porém, quando a administração dos pobres, ou melhor, da classe trabalhadora sai do controle esperado pelos interesses do capital, especialmente, quando eclodem acirramentos políticos de confronto à hegemonia do capital, o Estado entra em cena cumprindo uma de suas funções: "reprimir qualquer ameaça das classes dominadas [...] ao modo de produção corrente através do Exército, da polícia, do sistema judiciário e penitenciário" (MANDEL, 1985, p. 334).

Outra lei tendencial, associada a da queda tendencial da taxa de lucro, destacada por Marx (1985), para o entendimento das contradições do capital e que guarda possibilidades políticas para a sua negação é a "lei da população peculiar ao modo capitalista de produção", que reside no fato da população trabalhadora ao produzir a acumulação do capital, produzir também, "em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente uma população supérflua[56]" (1985, p. 732 - 733). Passemos a analisar a superpopulação relativa e suas possibilidades de negação e confrontação ao capital.

1.3.1 Superpopulação relativa: possibilidades de resistência e combatividade classista no bojo das contradições do capital

Para Marx (1985) a superpopulação relativa resulta do processo de acumulação ou do "desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, constituindo-se em uma "alavanca da acumulação capitalista, e mesmo de condição de existência do modo de produção capitalista" (p. 733). Em outras palavras, "toda a forma do movimento da indústria moderna nasce [...] da transformação constante de uma parte da população trabalhadora em desempregados ou parcialmente empregados" (p. 735). Ademais, essa população fornece "o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto a ser explorado [...]" (p. 734). Isso significa que tal população é politicamente estratégica para o confronto ao capital dada a condição de vitalidade que oferece ao mesmo.

Nesses termos, não podemos considerar a superpopulação relativa supérflua ou tampouco "inúteis", uma vez que ela não é apenas funcional à lógica do capital, mas é também indispensável para o seu desenvolvimento. Assim, a superpopulação relativa ou o "exército industrial de reserva" não é algo alheio ou dispensável ao capital, é "condição vital para indústria moderna" (MARX, 1985, p. 735).

Comungando com o pensamento de Marx, a produção de uma superpopulação relativa de forma continuada, "mantém a lei da oferta e da procura de trabalho e, portanto, o salário em harmonia com as necessidades de expansão do capital, e a coação surda das

[56] Apesar de Marx neste momento referir-se ao "exército industrial de reserva" ou "superpopulação relativa" como uma população relativamente **supérflua**, o autor irá demonstrar como esta população não é supérflua ao capital, mas é radicalmente necessária e funcional a sua lógica de acumulação, como poderemos observar ao longo deste item.

relações econômicas consolida o domínio do capitalista sobre o trabalhador" (1985, p. 854). Nesse sentido, consideramos indispensável entender essas determinações, bem como suas implicações para compreendermos criticamente a sociedade do capital.

> O trabalho excessivo da parte empregada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de seu exército de reserva, enquanto inversamente a pressão que este exerce sobre aquela, através da concorrência, compele-a ao trabalho excessivo e a sujeitar-se às exigências do capital. A condenação de uma parte da classe trabalhadora à ociosidade forçada, em virtude do trabalho excessivo da outra parte, torna-se forte fonte de enriquecimento individual dos capitalistas e acelera ao mesmo tempo a produção do exército industrial de reserva numa escala correspondente ao progresso da acumulação social (MARX, 1985, p. 738, 739).

Os salários, segundo Marx (1985), são regulados pela expansão ou contração do exército industrial de reserva, "pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército industrial da ativa e exército da reserva, pelo acréscimo e decréscimo da magnitude relativa da superpopulação, pela extensão em que ora é absorvida, ora é liberada" (MARX, 1985, p. 739). Aqui cabe uma ressalva. Assim como a "classe operária tem dois sexos", o exército industrial de reserva também. Senão, vejamos. Segundo dados do IBGE (2010), na Pesquisa Nacional por Amostra de domicílio (PNAD) de 2009, 81,5% dos homens estão empregados ou procurando emprego, enquanto 58,8% das mulheres encontram-se na mesma situação. Todavia, vale ressaltar, que o IBGE não considera o trabalho doméstico não remunerado como uma ocupação, o que repercute diretamente nesses dados e revela a invisibilidade e desvalorização do mesmo. Isso provoca drásticas consequências para o acesso das mulheres aos direitos trabalhistas e previdenciários, já que são elas as grandes responsáveis pela realização do trabalho reprodutivo.

O trabalho reprodutivo não remunerado está diretamente relacionado com a garantia da reprodução da força de trabalho, o que também proporciona implicações diretas no barateamento dos salários, como veremos no próximo item. No momento só queremos ressaltar a importância de não cegarmos sexualmente a análise da composição e da dinâmica da classe trabalhadora, seja ela empregada ou desempregada, no modo de produção e reprodução do capital.

Para Marx (1985), compõe a superpopulação relativa todo trabalhador que esteja desempregado ou parcialmente empregado. Segundo o autor, há três formas de existência da superpopulação relativa: flutuante, latente e estagnada. A flutuante diz respeito aos trabalhadores que ora são repelidos, ora atraídos em quantidade maior. Embora possa

crescer o número de trabalhadores, este número será proporcionalmente decrescente em relação ao aumento da escala da produção. A população latente possui como raiz o trabalhador rural que é "rebaixado ao nível mínimo de salário e está sempre com um pé no pântano do pauperismo" (MARX, 1985, p. 746). Por fim, a estagnada que corresponde aos trabalhadores em:

> [...] ocupação totalmente irregular. Ela proporciona ao capital reservatório inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida se situa abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora e justamente isso torna-a base ampla de ramos especiais de exploração do capital. Duração máxima de trabalho e mínimo de salário caracterizam sua existência (MARX, 1985, p. 746).

Marx ainda acrescenta que "o mais profundo sedimento da superpopulação relativa vegeta no inferno da indigência, do pauperismo. Pondo de lado os vagabundos, os criminosos, as prostitutas, o rebotalho do proletariado" (1985, p. 746-747). Esta camada, ainda, segundo o alemão, é constituída de três categorias: os aptos para o trabalho; os órfãos e os filhos de indigentes; os degradados, desmoralizados, incapazes de trabalhar.

Daí decorre o pauperismo, que Marx considera o "asilo dos inválidos do exército ativo dos trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva". E acrescenta: "O pauperismo faz parte das despesas extras da produção capitalista, mas o capital arranja sempre um meio de transferi-las para a classe trabalhadora e para a classe média inferior" (MARX, 1985, p. 747).

O pauperismo, portanto, possui determinações concretas geradas pelo processo de acumulação do capital e sua relação com a produção do exército industrial de reserva, como esclarece Marx:

> A força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam a força expansiva do capital. A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce portanto com as potências da riqueza, mas, quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho. E, ainda, quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior [...] o pauperismo. Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista (1985, p. 747).

Segundo Netto (2001, p. 42), a pauperização massiva da população trabalhadora "constituiu o aspecto mais imediato da instauração do capitalismo em seu estágio

industrial-concorrencial". Tratava-se de um "fenômeno novo, sem precedentes na história anterior conhecida. Com efeito, conclui o autor:

> Se não era inédita a desigualdade entre as várias camadas sociais, se vinha de muito longe a polarização entre ricos e pobres, se era antiqüíssima a diferente apropriação e fruição dos bens sociais, era radicalmente nova a dinâmica da pobreza que então se generalizava. Pela primeira vez na história registrada, a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas (NETTO, 2001, p. 42; destaque do autor).

A sociedade capitalista inaugura assim, uma contradição extrema entre a capacidade de produzir riqueza – e de, inclusive, suprimir, pela primeira vez na história registrada, a escassez, a qual esteve historicamente associada à pobreza anteriormente – e de generalizar o pauperismo. Em outras palavras, a sociedade passa, com o avanço das forças produtivas, a ter condições para eliminar a escassez que gerava a pobreza, mas, contraditoriamente, a pobreza passa a ser produzida pelas mesmas condições que poderiam eliminá-la.

Para dar conta desse fenômeno do pauperismo, surge, segundo Netto (2001), a expressão "questão social", entendida como "expressão politizada das desigualdades sociais" (MOTA, 2000), que traz em sua raiz fundante a contradição entre capital e trabalho. Contudo, tal designação está relacionada diretamente com os desdobramentos socio-políticos que o pauperismo provocou:

> [...] os pauperizados não se conformaram com a sua situação: da primeira década até a metade do século XIX, seu protesto tomou as mais diversas formas, da violência luddista à constituição das trade-unions, configurando uma ameaça real às instituições existentes. Foi a partir da perspectiva efetiva de uma eversão da ordem burguesa que o pauperismo designou-se como "questão social" (NETTO, 2001, p. 43).

Dessa forma, é no seio das contradições da sociedade capitalista que a luta de classes ganha fermento e pode ser potencializada no sentido da sua superação e pela afirmação da emancipação humana. Dentre essas contradições do processo de acumulação capitalista, a superpopulação relativa, expressão do pauperismo produzido por esse sistema, possui, como vimos, um caráter estratégico para a luta anticapitalista.

O exército industrial de reserva ao passo que favorece o processo de dominação do capital sobre o trabalho, – dada a subordinação que este sofre pela pressão que o desemprego tem sobre os trabalhadores, condicionando salários e potencial de luta –,

oferece, também, o poder político de perturbar a "ordem natural" das leis de funcionamento do capital. Daí Marx (1985.p. 743) afirmar que quando a formação do exército industrial de reserva é impedida por circunstâncias adversas, é impedida também a subordinação absoluta da classe trabalhadora ao capital. Havendo insubordinação, logo o capital aciona o Estado, na sua função coercitiva para manter o *status quo* quando perde o controle ideológico e político sobre a classe trabalhadora.

Por isso, concordamos com Mattos (2007, p. 53), que não podemos "negligenciar o potencial protagonista da classe trabalhadora em sua dimensão ampliada (que inclui, por óbvio, precarizados e desempregados)". Marx também sugere essa compreensão ao afirmar que "todo entendimento entre empregados e desempregados perturba o funcionamento puro dessa lei [lei natural da produção capitalista]" (MARX, 1985, p. 743). Com isso, temos a convicção de que pensar a classe trabalhadora, como sujeito revolucionário, exige percebê-la de forma "ampliada". Não obstante, não podemos perder de vista que o sujeito revolucionário central é o proletariado, como procuramos demonstrar anteriormente. Trata-se, nas palavras de Netto (1998, p. 742), de:

> [...] engendrar não um novo sujeito revolucionário, mas sujeitos revolucionários, num processo real de coletivização que demandará a elaboração de novos parâmetros teóricos e analíticos, capazes de sugerirem as suas formas de articulação em 'blocos históricos' onde se possa afirmar a hegemonia de um segmento apto a, nos confrontos de classes, representar sempre o interesse do trabalho na sua totalidade.

A luta de classes, na condição de "motor da história" e da possibilidade do novo com ruptura do passado, é o caminho a ser percorrido com o objetivo de eliminarmos todas as formas de exploração e opressão. Para tanto, é indispensável o despertar da "identidade" e consciência de "classe para si" por todos os segmentos que compõem a classe trabalhadora, o que exige, como vimos, a busca pela apreensão crítica e histórica da realidade em uma perspectiva de totalidade.

1.3.2 As mulheres e as possibilidades de enfrentamento ao capital

Assim como o capitalismo forneceu as condições materiais para eliminar a escassez com o desenvolvimento de suas forças produtivas, – embora, contraditoriamente tenha ampliado a miséria – também possibilitou materialmente as condições para a libertação da

mulher. Por exemplo, hoje, seria possível pensarmos em uma sociedade em que o trabalho doméstico não fosse algo que aprisionasse e tomasse tanto o tempo das mulheres, mas, no capitalismo, a família, fundamentalmente, segue sendo responsável pela reprodução da força de trabalho. Mais precisamente, o trabalho feminino cumpre essa responsabilidade, ainda a mulher não pertença à família que demanda o seu trabalho. Ou seja, há situações que mulheres são contratadas para a realização do trabalho doméstico, geralmente, sendo muito mal remuneradas por isso.

Outro avanço fundamental alcançado na ordem do capital é a possibilidade, com o desenvolvimento dos métodos contraceptivos, da mulher ter mais facilidade e maiores possibilidades de controle sobre o seu corpo, no sentido de ter a autonomia de ser ou não mãe, quebrando a obrigatoriedade da maternidade compulsória como um destino biológico. A maternidade, todavia, segue sendo ideologizada como uma "missão sagrada" feminina. Exemplo disso é a criminalização do aborto no Brasil e em diversos países no mundo. A maternidade compulsória e toda ideologia conservadora de subordinação e abnegação da mulher que a ela se associa, constitui um dos fundamentos centrais da opressão e da exploração sobre a mulher, ou seja, do patriarcado, entendido como o sistema de dominação-exploração das mulheres, que segue existindo de forma funcional ao capitalismo[57]. Por isso, para Saffioti, "o trabalho violenta menos a mulher do que o faz a maternidade involuntária [...] "Eis porque a liberdade feminina está estritamente [não restrita ou exclusivamente] ligada à possibilidade de a mulher aceitar ou rejeitar livremente a maternidade" (1979. p. 86-87; acréscimo nosso).

A luta pelo direito de decisão sobre ser ou não mãe e em que momento se quer ou não ser mãe, bem como a luta contra o modelo de maternidade patriarcal, ou seja, a luta – ainda atual – por autonomia sobre o corpo e a vida das mulheres, demanda o enfrentamento às instituições como a família, a Igreja e a Escola, já que são as grandes difusoras do culto ideológico ao "marianismo"[58] e por conseguinte, do patriarcado, uma vez que esse modelo de maternidade é uma das suas bases mais estruturantes.

Assim, ainda que o capitalismo tenha possibilitado as condições materiais para a

---

[57] Aprofundaremos a discussão sobre feminismo e sua relação como o patriarcado, o capitalismo e o socialismo no Capítulo 2 deste trabalho.

[58] "O marianismo é o culto da superioridade espiritual feminina, que considera as mulheres semidivinas, moralmente superiores e espiritualmente mais fortes do que os homens. Esta força espiritual engendra a abnegação, quer dizer, uma capacidade infinita de humildade e de sacrifício" (STEVENS apud ARY, 2000, p. 72).

libertação da mulher, não a concretizou. Mais que isso, nunca a concretizará substantivamente, pois, o capitalismo não permite o alcance da verdadeira emancipação, seja de homens ou de mulheres, em uma sociedade regida sob o seu comando. Por isso, a luta pela emancipação da mulher continua como um desafio, um desafio que para ser realizado deve por em xeque a própria ordem do capital. Dessa forma, "[...] é significativo que, estando a liberação das mulheres centrada na questão da igualdade substantiva, uma grande causa histórica em movimento, sem encontrar saídas para a sua realização dentro dos limites do sistema do capital" (MÉSZÁROS, 2002, p. 307).

O capitalismo da mesma maneira que criou a sua classe antagônica que tem as condições políticas de destruí-lo, a forma como explora a subordinação das mulheres também as possibilita engendrar estratégias de poder de enfrentamento a esse sistema, o que demanda o desenvolvimento da consciência militante feminista vinculada a uma luta revolucionária, como veremos no Capítulo 4. Nas palavras de Waters:

> Do mesmo modo que o capitalismo organizou a classe trabalhadora em seu conjunto [...], também transformou as condições de vida e o nível de consciência das mulheres. Tirou milhões de mulheres do campo, as tirou do seu lugar, e as introduziu como força de trabalho na indústria. Se iniciou o processo de socialização de algumas tarefas de cada família individual – "trabalhos da mulher" – tais como fazer o pão, tecer e confeccionar a roupa. Abriram as mulheres novos horizontes sociais e políticos. Pela primeira vez desde a origem da civilização, não somente surgiram massas de mulheres que começaram a ter consciência de sua opressão, senão, o que é mais importante, começaram a ver um caminho para por fim a sua opressão. Começaram a formular reivindicações, estabelecer um programa e organizar-se a si mesmas para a luta (1979, p. 72; tradução nossa[59]).

Passemos, pois, a analisar, ainda que sumariamente, algumas possibilidades de enfrentamento anticapitalista por parte das mulheres, no bojo das contradições do capitalismo. Como vimos, a dimensão central da lei de acumulação do capital é a busca do lucro que, dentre outros elementos demanda reduzir o máximo possível o valor dos salários. Para isso, o capital lança mão não apenas do exército industrial de reserva que,

[59] Texto original: "Del mismo modo que el capitalismo organizo a la clase obrera em su conjunto [...], también transformo las condiciones de vida y el nível de consciencia de las mujeres. Sacó a millones de mujeres del campo, las saco de su hogar, y las introdujo como fuerza de trabajo en la industria. Se inició el proceso de socialización de algunas tareas de cada família individual – "labores de la mujer" – tales como hacer el pan, tejer y confeccionar la ropa. Se lês abrieron a las mujeres nuevos horizontes sociales y políticos. Por primera vez desde los orígenes de la civilización, no solamentte surgieron masas de mujeres que empezaron a tener conciencia de su opresión, sino, lo que es más importante, empezaron a ver um camino para poner fin a su opresión. Empezaron a formular reivindicaciones, estabelecer um programa y organizarse a si mismas para la lucha" (idem, ibid).

vale ressaltar, tem sido composto em sua maioria por mulheres. O capital lança mão também da histórica subordinação e exploração da mulher.

Quando as mulheres se fazem presentes na esfera pública, geralmente exercendo atividades extensivas às domésticas – ocupando postos de trabalho ditos femininos e por isso, precarizados –, são mais exploradas do que os homens trabalhadores e, portanto, fornecem uma força de trabalho mais barata. Ocorre aqui, além da dupla jornada de trabalho, por continuarem sendo as responsáveis pelo trabalho reprodutivo, uma intensificação na exploração do capital sobre a força de trabalho feminina. Como vimos, as mulheres recebem os salários mais baixos e ocupam os postos de emprego mais precarizados. Assim, a desvalorização do trabalho feminino – e mesmo a não percepção dele como trabalho no caso, especialmente, do trabalho reprodutivo – atendem aos interesses capitalistas em diminuir ao máximo possível o valor da força de trabalho.

Vejamos agora, mais precisamente, como o trabalho reprodutivo diminui os custos com a garantia da reprodução da força de trabalho e, portanto, com a garantia dos superlucros do capital. Se o salário mínimo é medido segundo as necessidades básicas para a manutenção e reprodução da força de trabalho e se isso é, em grande medida, naturalizado como uma atribuição das mulheres, logo, a utilização dessa lógica patriarcal encontra-se funcional ao sistema capitalista.

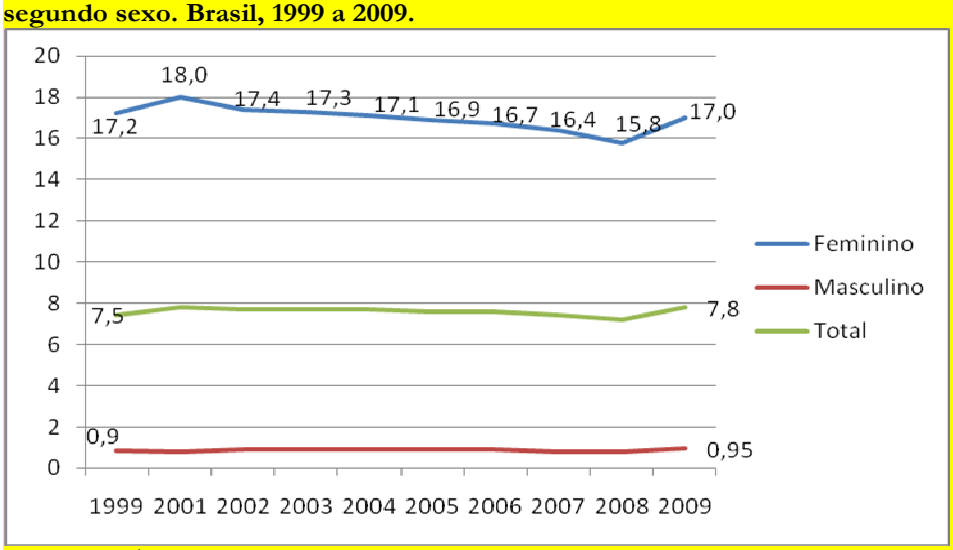
Sem o trabalho doméstico o Estado deveria prover equipamentos sociais públicos para atender a demanda da classe trabalhadora – como lavanderias, restaurantes, escolas em tempo integral, creches etc. – e/ou haver um aumento significativo do salário mínimo de forma a possibilitá-lo pagar pelo trabalho doméstico. Isso oneraria significativamente o capital, contrariando, portanto, os interesses das classes dominantes. Dito de outra maneira, o trabalho doméstico garante a reprodução da força de trabalho por um menor custo ao capital.

Dessa forma, tanto o trabalho doméstico não remunerado, – geralmente não percebido como trabalho – que garante a reprodução da força de trabalho, quanto a venda da força de trabalho feminina ser mais barata e, muitas vezes, destituída de direitos, possibilitam a produção de maiores lucros ao capital. A luta, portanto, contra a desvalorização da mulher no mundo do trabalho e contra a divisão sexual do trabalho tanto no mundo produtivo, quanto reprodutivo, adquire um caráter estratégico na luta anticapitalista. Para tanto, é necessário a formação da consciência feminista dessa condição associada à luta das mulheres pela responsabilização por parte do Estado capitalista pela

reprodução da força de trabalho.

Segundo o IBGE/PNAD (2009), apenas 0,95% dos homens que estão ocupados encontram-se no trabalho doméstico remunerado, geralmente exercendo a função de motorista, jardineiro, segurança. Já a proporção de mulheres ocupadas no trabalho doméstico é de 17%, como pode ser visto no gráfico 1 abaixo:

Gráfico 1 – Proporção de ocupados/as que são trabalhadores/as domésticos/as, segundo sexo. Brasil, 1999 a 2009.



Fonte: Pnad/ IBGE
Elaboração: Ipea

De acordo com Pochmann (2012, p. 61), nas regiões Centro-Oeste e Nordeste, a ocupação feminina no trabalho doméstico chega a quase 20%. Além disso, "essa ocupação é exercida de forma recorrente por mulheres não brancas, que ocupam dois de cada três postos de trabalho doméstico" (idem). Em 1989, "quase 49% dos ocupados do trabalho doméstico eram brancos; em 2009, essa parcela reduziu-se para menos de 38%" (idem, p. 64). Ainda segundo Pochmann (2012, p. 61), "No período de 1970 a 2009, a quantidade de trabalhadores domésticos no Brasil foi multiplicada por 4,4 vezes, pois passou de 1,3 milhão para 5,9 milhões de pessoas ocupadas". Esses dados demosntram a pertinência em analisarmos a importância significativa do trabalho doméstico no Brasil, que continua progressivamente necessário. Análise que por sua vez, exige a consideração das variáveis de "raça" e de sexo.

Importante destacar, segundo a fonte do IBGE/PNAD (2009) que dessas(es) trabalhadoras(es) domésticas(os), apenas 26,3% possuem carteira assinada no Brasil. Considerando as regiões no país, chegamos a índices ainda mais preocupantes. No

nordeste, 13,8% e no norte 12,5% das pessoas ocupadas no trabalho doméstico possuem carteira assinada, enquanto no sudeste esse percentual vai para 33,3%. Embora ainda baixo, no sudeste há quase o triplo de carteiras assinadas se comparado ao norte brasileiro, o que revela, também, a existência de desigualdades regionais que intensificam a exploração e a precarização das mulheres.

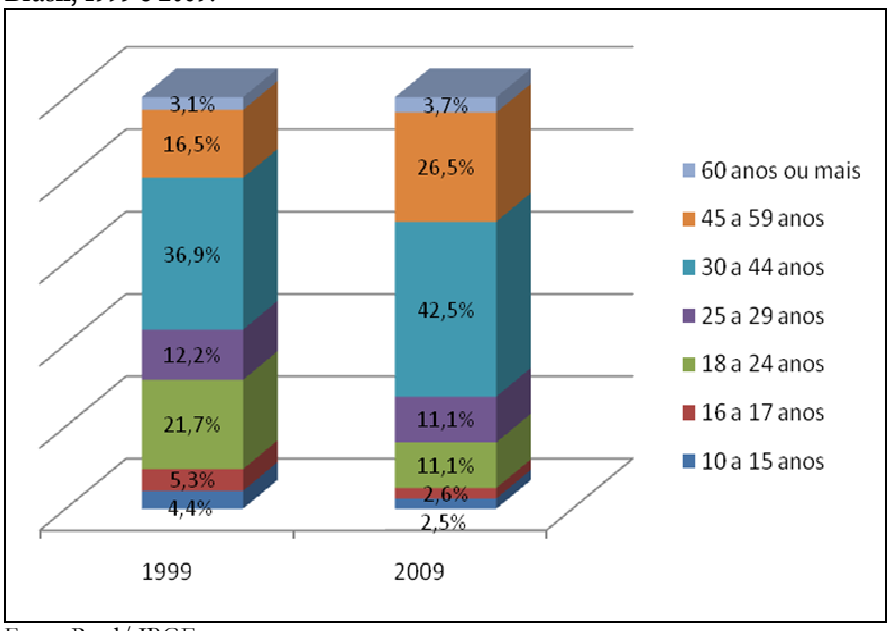
Na variável "raça" encontramos os seguintes números: apenas 24,6% das negras e 29,3% das brancas possuem carteira assinada no emprego doméstico. Aqui, mais uma vez, percebemos a incidência mais fortemente negativa nas condições de trabalho das mulheres negras.

Considerando esses dados, concordamos com Marcio Pochmann (2012, p. 51) ao afirmar que é "urgente e necessário reconsiderar o regime de contratação do trabalho nas unidades familiares, em face da reprodução dos sinais do passado serviçal e escravista".

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio realizada pelo IBGE em 2006, divulgada em 2007, revelou que 90,2% das mulheres brasileiras e apenas 51,4% dos homens realizam afazeres domésticos. A jornada média semanal de trabalho doméstico também revela essa sobrecarga de responsabilização da mulher na reprodução da força de trabalho. Ainda segundo essa fonte de pesquisa, as mulheres trabalham mais que o dobro nas atividades domésticas em relação aos homens, dado que se manteve na PNAD de 2009. São cerca de 25 horas semanais a média nacional de trabalho doméstico realizado por mulheres, mas, há estados que superam esse percentual, como o Piauí, que chega a mais de 30 horas semanais (IBGE, 2007).

Perguntamos com base nesses dados: quanto aumentaria o salário mínimo se essas horas de trabalho não pagas fossem contabilizadas para o seu cálculo? Essa inquietação tem uma força política quando há a consciência feminista de que sem a garantia da reprodução da força de trabalho não haveria produção. Diante dessa percepção da importância do trabalho doméstico para a garantia da produção da forma menos onerosa possível para o capital, a realidade vem apontando dados, no mínimo, preocupantes para manutenção dessa ordem do capital. Analisemos o gráfico abaixo.

Gráfico 2 – Distribuição das trabalhadoras domésticas, segundo faixa etária. Brasil, 1999 e 2009.



Fonte: Pnad/ IBGE
Elaboração: Ipea

Considerando os dados acima, percebemos que houve uma redução significativa da oferta de força de trabalho até os 29 anos para o trabalho doméstico, tendência que deverá se expressar também nos próximos anos para a faixa dos 30 aos 44 anos. Acreditamos que isso se deve as precárias condições de trabalho que distanciam cada vez mais as jovens desse tipo de ocupação. Diante dessa situação, perguntamos: O que pode ocorrer com a diminuição drástica da oferta de força de trabalho para o emprego doméstico? Quem será responsável por esse trabalho? Haverá uma distribuição igualitária dos afazeres domésticos entre homens e mulheres? O Estado passará a ser o responsável mais direto na reprodução social da força de trabalho?

Certamente essa última opção não se concretizará sem lutas concretas. Por isso, ressaltamos a importância da consciência militante feminista, que aprofundaremos no Capítulo 4, associada às lutas concretas para exigir a responsabilização do Estado para com a garantia da reprodução da força de trabalho. Isso mudaria substancialmente a forma como a sociedade capitalista se organiza, ao livrar a família e o trabalho feminino da responsabilização pela reprodução social, o que pode provocar abalos significativos na ordem patriarcal-capitalista, tanto do ponto de vista estrutural como ideológico.

Essa relação entre patriarcado e capitalismo será aprofundado no próximo capítulo. Aqui, apenas a título de introdução ao tema, queremos destacar que as estratégias de luta

das mulheres podem ferir frontalmente os interesses do capital, não apenas do ponto de vista mais estrutural como acabamos de anunciar, mas, também, na luta contra sua ideologia conservadora. Nos referimos a contribuição que a luta das mulheres pode adquirir ao confrontar instituições basilares da manutenção do *status quo:* a família, a Igreja, a Escola.

Dessa forma, a luta contra a exploração da mulher e pela autonomia sobre o seu corpo e sua vida, enfim, a "causa da emancipação e da igualdade das mulheres envolve os processos e instituições mais importantes de toda a ordem sociometabólica (MÉSZÁROS, 2002, p. 307).

Acreditamos que a luta contra a ideologia que essas instituições reproduzem é fundamental não apenas para a emancipação das mulheres, mas, adquire um caráter revolucionário, quando articulada à luta de classes, pois, demandam o questionamento aos mecanismos de dominação e exploração, à propriedade privada e toda a cultura que dela decorre, como veremos no Capítulo 2.

1.4 **Capitalismo contemporâneo e a necessidade da emancipação humana**

> Onde existe então [...] a possibilidade positiva da emancipação?
> Eis nossa resposta: na formação de uma classe que tenha cadeias radicais,
> de uma classe na sociedade civil que não seja uma classe da sociedade civil,
> uma classe que seja a dissolução de todas as classes.
> *Karl Marx*[60]

Como vimos, as crises são desenvolvidas periódica e inevitavelmente (enquanto houver capitalismo) devido às contradições inerentes a esse sistema, por isso, Mandel (1982), denomina-as de "crises cíclicas". A cada crise, o capital implementa medidas e planos para superá-las e manter o controle sobre a sociedade.

O cenário capitalista na década de 1970, marcado por mais um momento de crise, impôs – como estratégia de superação para a mesma –, uma série de medidas de "ajustes estruturais". Uma espécie de "pacote"[61] para ajustar os países da periferia aos ditames

[60] Apud IASI (2002, p. 91).

[61] Em todo o mundo em desenvolvimento há um padrão consistente e comum: o pacote de contra-reformas do FMI-Banco Mundial constitui um programa coerente de colapso econômico e social. As medidas de austeridade levam à desintegração do Estado, remodela-se a economia nacional, a produção para o mercado doméstico é destruída devido ao achatamento dos salários reais e redireciona-se a produção nacional para o

imperialistas no processo de renegociação de suas dívidas, em especial, atendendo aos interesses dos Estados Unidos.

Eclode nesse período uma crise acirrada do petróleo que deflagra a crise do capital, determinada, fundamentalmente pela queda nas taxas de lucro. O período é marcado, ainda, pelo desequilíbrio da balança de pagamento dos países endividados, com riscos de dilação ou moratória destas dívidas, bem como de insolvência dos países "doadores" (MELO, A. 2005). A burguesia diante dessa situação encontra nos planos de ajuste estrutural, orientados pelo neoliberalismo, a sua reação à crise.

Segundo Harvey, o mantra do movimento neoliberal consiste na privatização[62] e liberalização do mercado, "o resultado foi transformar em objetivo das políticas do Estado a 'expropriação das terras comuns'. Ativos de propriedade do Estado [...] foram entregues ao mercado para que o capital sobreacumulado pudesse investir neles, valorizá-los e especular com eles" (2010, p. 130-131).

Segundo Chauí (2007, p, 94-95), a política neoliberal recrudesceu a estrutura histórica da sociedade brasileira, centrada no espaço privado e na divisão social sob a forma da carência popular e do privilégio dos dominantes, levando ao extremo a nossa forma social de polarização entre a carência e o privilégio. A autora destaca três aspectos de reforço dos privilégios com a política neoliberal:

> 1) a destinação preferencial e prioritária dos fundos públicos para financiar os investimentos do capital; 2) a privatização como transferência aos próprios grupos oligopólicos dos antigos mecanismos estatais de proteção dos oligopólios, com ajuda substantiva dos fundos públicos; 3) a transformação de direitos sociais [...] em serviços privados adquiridos no mercado e submetido à sua lógica (CHAUÍ, 2007, p, 94-95).

Assim, para corresponder ao seu "mantra", o neoliberalismo impôs o processo de desregulamentação do Estado, no tocante a sua desresponsabilização para com as políticas públicas, o que impacta diretamente na vida das mulheres por meio da intensificação da

---

mercado mundial. Essas medidas implicam muito mais que a gradual eliminação das indústrias de substituição de importações: elas destroem todo o tecido da economia doméstica (CHOSSUDOVSKY apud MELO, 2005, p. 72).

[62] A privatização consiste na "transferência de ativos públicos produtivos do Estado para empresas privadas. Figuram entre os ativos produtivos os recursos naturais. A terra, as florestas, a água, o ar. São esses os ativos confiados ao Estado pelas pessoas a quem ele representa...Apossar-se desses ativos e vendê-los como se fossem estoques a empresas privadas é um processo de despossessão bárbara numa escala sem paralelo na história" (ROY apud HARVEY, 2010, p. 133).

exploração e apropriação[63] do trabalho reprodutivo, já que este é inversalmete proporcional a essa desresponsabilização[64]. A desresponsabilização estatal ocorre, especialmente, via privatização das políticas com a sua respectiva intensificação da responsabilização feminina pela reprodução social, e o apoio ao terceiro setor. Para isso, essas políticas são "acusadas", pela ideologia neoliberal[65], da crise do "Estado-de-Bem-Estar-Social" ou *Welfare State*[66], como demonstra Anderson:

---

[63] Sobre a categoria de apropriação na perspectiva dos estudos feministas, faremos uma maior discussão no item 2.3. Apenas a título introdutório, Falquet (2012, pp. 168-169), com base no pensamento de Guillaumin, esclarece-nos: "Guillaumin [...] explica muito claramente que as relações de classe social, organizadas em torno da exploração, se situam em um plano material diferente das relações de sexo e de "raça", organizadas em torno da apropriação. A apropriação afeta a pessoa como um todo, corpo e "alma" sem medida, enquanto que a exploração afeta somente a força de trabalho, mensurada por peça ou em horas. Guillaumin igualmente relatou que existia dinâmicas históricas de transformação da apropriação para a exploração. Em particular, segundo ela, a capacidade de recuperar uma parte de sua força de trabalho para vendê-la no mercado, graças ao enfraquecimento da apropriação individual (tanto nas relações de escravidão como de sexagem) permite escapar em parte da apropriação (sobretudo individual, ressalta-se mais uma vez). É igualmente o que analisaram Juteau e Laurin ao afirmarem que o assaliamento feminino foi organizado pela apropriação coletiva. Segundo elas, as transformações dos anos 80 devem ser analisadas como transformações de re-equilíbrio entre a apropriação individual e coletiva" (idem, ibid; tradução nossa).
Texto original: "Guillaumin [...] explique très clairement que les rapports de classe sociale, organisés autour de l'*exploitation*, se situent sur un plan matériel différent des rapports de sexe et de « race », organisés autour de l'*appropriation*. L'appropriation concerne l'ensemble de la personne, corps et « âme », sans mesure, tandis que l'exploitation ne concerne que la force de travail, mesurée à la pièce ou en heures. Guillaumin a également signalé qu'il existait des dynamiques historiques de transformation de l'appropriation vers l'exploitation. En particulier, selon elle, la possibilité de récupérer une partie de sa force de travail pour la vendre sur le marché, grâce à l'affaiblissement de l'appropriation individuelle notamment (tant dans les rapports esclavagistes que dans le sexage), permet d'échapper en partie à l'appropriation (surtout individuelle une fois encore). C'est également ce qu'ont analysé Juteau et Laurin en affirmant que le salariat féminin était organisé par l'appropriation collective. Selon elles, les transformations des années 80 doivent être analysées comme des ré-équilibrages entre appropriation individuelle et collective" (FALQUET, 2012, p.168-169; tradução nossa).

[64] Falquet (2012, p. 129) analisa a mundialização neoliberal: "como uma re-organização do sistema global de produção, distribuição e consumo. Essa reorganização implica em particular um reordenamento do direito, que rege por sua vez o capital e trabalho, e da divisão do trabalho em suas diferentes dimensões, sexual, social e "racial". Em outras palavras: a mundialização neoliberal implica uma rearticulação das relações sociais de sexo, "raça" e classe (tradução nossa). Texto original: "comme une ré-organisation globale du système de production, de distribution et de consommation. Cette réorganisation implique en particulier un réordonnancement du droit, qui régit à la fois le capital et le travail, et de la division du travail selon ses différentes dimensions, sexuelle, sociale et « raciale ». Dit autrement : la mondialisation néolibérale implique une ré-articulation des rapports sociaux de sexe, « race » et classe (idem, ibid)". Ainda para Falquet (2012, p. 159): "o trabalho de mulheres de um lado, e a organização da reprodução antroponômica de outro lado, constituem questões centrais na mundialização" (Tradução nossa). Texto original: "le travail des femmes d'une part, et l'organisation de la reproduction anthroponomique d'autre part, constituaient des questions centrales dans la mondialisation". Para um maior aprofundamento da análise feminista sobre a mundialização neoliberal, conferir Falquet (2008a e 2012).

[65] Importante destacar o alcance que a ideologia neoliberal conquistou. Segundo Perry Anderson (2007, p. 374), essa ideologia foi o sistema de ideias mais bem sucedido na história da humanidade, inclusive, se comparado ao cristianismo e ao comunismo, em termos de expansão geográfica.

[66] Welfare State ou Estado de Bem-Estar-Social é caracterizado por três pilares: pleno emprego, universalização das políticas sociais e assistência social como uma rede de proteção social. É um Estado

> As raízes da crise, afirmavam Hayek e seus companheiros, estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais (2000, p.10).

Dessa forma, a crise do modelo de produção fordista-taylorista-Keynesiano[67] engendrou a necessidade não só de novos mecanismos de dominação "para a reprodução do capital, mas também de socialização de novos valores e novas regras de comportamento" (SIMIONATO, 1999, p. 82). Ou seja, buscou-se o consenso dos trabalhadores para a aceitação das transformações por meio de uma ideologia que faz com que todos se sintam responsáveis pela crise, ou seja, por meio do que Mota (1995) denominou de "visão socializadora", de uma "cultura da crise". O resultado disso foi a legitimação das mudanças demandadas pelo processo de reestruturação produtiva e para o desmonte de mecanismos de proteção social (MOTA, 1995, p. 164). Ainda segundo Mota (1995), a partir de 1989, há paulatinamente um "deslocamento de natureza ideológica na ofensiva do capital e na posição dos trabalhadores". Tal deslocamento faz com que os trabalhadores redirecionem:

> [...] o conteúdo das suas reivindicações para o campo das ideologias práticas, marcadas pelas suas necessidades imediatas. Nesse sentido, os trabalhadores terminam por reduzir as suas propostas ao campo da preservação das conquistas ou, tão somente, das possibilidades postas pela conjuntura da crise (MOTA, 1995, p. 191).

Assim, é que lançando mão do que Mota (1995) sintetizou na denominação de "cultura da crise", "[...] a classe burguesa busca eliminar os antagonismos entre projetos de classe distintos, no intuito de construir um consenso ativo em nome de uma falsa visão universal da realidade social. Procede-se, assim, a uma verdadeira **reforma intelectual e moral**, sob a direção da burguesia [...] (SIMIONATO, 1999, p. 82, grifos da autora).

"intervencionista, surgido após a Segunda Guerra Mundial, na Europa e nos Estados Unidos" (ANTUNES, 1999, p. 22).

[67] Padrão produtivo capitalista desenvolvido ao longo do século XX e que se fundamentou basicamente na produção em massa, em unidades produtivas concentradas e verticalizadas, com um controle rígido dos tempos e dos movimentos, desenvolvidos por um proletariado coletivo e de massa, sob forte despotismo e controle fabril" (ANTUNES, 1999, p. 19). Esse modelo consiste, portanto, numa "forma rígida de organização da produção e intervenção do Estado na vida econômica [...], e começa a entrar em crise nos anos 70, sendo substituído pela chamada acumulação flexível" (SIMIONATO, 1999, p. 82), acompanhado do Estado Neoliberal.

A crise no modelo de produção demandou não apenas uma "reestruturação produtiva" [68], mas, também, um novo modelo Estatal (neoliberalismo) como alternativa ao Estado de Bem-Estar Social na busca de assegurar o que Mandel (1982) denomina de "superlucros". .

Para Harvey (2005, p. 171) "a principal realização substantiva da neoliberalização foi [...] redistribuir, em vez de criar riqueza e renda". O que o autor chama atenção é que o atual modelo de acumulação do capital consiste na "acumulação por espoliação", que possui como principais características além da privatização e mercadificação, a financialização, advinda do processo de desregulamentação que possibilitou "que o sistema financeiro se tornasse um dos principais centros da atividade redistributiva por meio da especulação, da predação, da fraude e da roubalheira". Harvey ainda destaca a administração e manipulação de crises como característica da acumulação por espoliação. Tal característica consiste, fundamentalmente, na criação de uma "rede da dívida", que funciona como uma "sofisticada arte de redistribuição deliberada de riqueza de países pobres para países ricos". Por fim, a quarta característica dessa forma de acumulação são as redistribuições via Estado. "O Estado, uma vez neoliberalizado, passa a ser o principal agente das políticas redistributivas, revertendo o fluxo que vai das classes altas para as baixas [...] Ele o faz antes de tudo promovendo esquemas de privatização e cortes de gastos públicos que sustentam o salário social" (2005, p.172-178).

Já para Virgínia Fontes (2010), numa rica e respeitosa polêmica com Harvey, defende que a atual fase do sistema de acumulação está caracterizada, principalmente, pelo que a autora chama de expropriação. Para Fontes (2010, p. 74), o conceito de expropriação é "base fundante da relação social que sustenta a dinâmica capitalista". Por isso, a autora defende que por intermédio desse conceito é possível uma melhor apreensão da "dinâmica interna da lógica do capital, como ponto de partida, meio e resultante da concentração de capitais" (FONTES, 2010, p.74). De acordo com Virgínia Fontes (2010, p. 63):

> Harvey supõe que Marx trata a expropriação como um momento original ("primitivo"), que desaguaria em seguida na acumulação ampliada, normalizada, embora sujeita a crises. Por essa razão nomeia a situação atual de acumulação por espoliação, pois seria **qualitativamente** diferente da forma tradicional, produtiva e ampliada, do capital: "a implicação disso é que a acumulação primitiva que abre caminho à reprodução expandida é bem diferente da acumulação por espoliação, que faz ruir e destrói um caminho já aberto" (HARVEY, 2004, p. 135). Disso decorre que o capitalismo normalizado

[68] Para um maior aprofundamento dessas transformações, ver, dentre outros: Chesnais (1996), Harvey (1996; 2008; 2005; 2010), Antunes (1999), Tumolo (2002).

> abrandaria as características especulativas e fraudulentas dos momento "primitivos" (HARVEY, 2004, p. 123; destaque da autora).

Contrapondo-se a essa perspectiva de Harvey, Virgínia Fontes (2010) defende que em inúmeras passagens d'**O Capital,** Marx "reafirma que a expansão das relações sociais capitalistas pressupõe **sempre sucessivas expropriações** (p. 63; destaque da autora)". Além disso, ainda segundo Fontes (2010, p. 63): "a expansão histórica do capitalismo jamais correspondeu a uma forma plenamente 'normalizada', pois nunca dispensou a especulação, a fraude, o roubo aberto e, sobretudo, as expropriações primárias, todos, ao contrário, impulsionados".

Com base nesses argumentos e de uma rica explicação histórica[69], a autora defende a atualidade e a pertinência da categoria expropriação para explicação do nosso período histórico contemporâneo. Diferente da espoliação, expropriação trata-se, nas palavras de Virgínia Fontes (2010, p. 88): "da imposição – mais ou menos violenta – de uma lógica da vida social pautada pela supressão de meios de existência ao lado da mercantilização crescente dos elementos necessários à vida, dentre os quais figura centralmente a nova necessidade, sentida objetiva e subjetivamente, da venda da força de trabalho".

Ainda de acordo com Virgínia Fontes (2010), a expropriação não resulta sempre da relação imediata entre capital e trabalho. Ela pode resultar também, de "modalidades híbridas ou mesmo meramente de rapina. Varia segundo a capacidade, possibilidade, interesse ou necessidade de extração de sobretrabalho sob forma mais-valor das classes dominantes e, portanto, de sua própria subordinação, cada vez mais plena, a um mercado concorrencial e regido pela produtividade" (FONTES, 2010, p. 89).

Também de forma diferente de Ellen Wood, Fontes defende que a expropriação não é apenas decorrência das relações capitalistas, como afirma Wood (2001). Para Virgínia Fontes (2020, p. 75), "as expropriações são simultaneamente condição e decorrência" das relações capitalistas. Em outras palavras, Fontes entende que a expropriação é também, condição prévia, além de decorrência, das relações capitalistas.

Como exemplo atual da capacidade de expropriação sobre o conjunto das relações sociais, a autora cita a investida do capital sobre os mares e oceanos, o que "corresponde a uma brutal expropriação do conjunto da humanidade de um bem natural até então socialmente disponível" (FONTES, 2010, p. 74).

---

[69] Para um maior aprofundamento sobre a polêmica entre Virgínia Fontes e David Harvey com relação às categorias expropriação e espoliação, conferir Fontes (2010).

É, portanto, em torno das expropriações que Virgínia Fontes (2010) analisa as novas características em curso no período que ela denomina de "capital-imperialismo multinacionalizado". Segundo a autora, esse período "recoloca a contradição entre expansão do capital-monetário hiperconcentrado e a correlata imposição de múltiplas, e até então impensáveis, expropriações sobre o conjunto da vida social, de maneira a converter todas as atividades humanas em formas de valorização do valor, ainda que desigualmente" (2010, p. 74).

Outro destaque importante que Virgínia Fontes (2010) nos apresenta para analisarmos o tempo presente, é a expropriação dos direitos não apenas na periferia do capitalismo, mas, o alcance que vem tendo nos países chamados centrais, em decorrência do desemprego que vem progressivamente atingindo esses países. Com isso, "modificações perversas nas modalidades de contratação de força de trabalho intensificam-se indiscriminadamente" (FONTES, 2010, p. 66).

Cremos que tanto a expropriação como a espoliação estão em curso. Ou seja, é com esse modelo de acumulação por espoliação e expropriação que vivenciamos a "mundialização do capital" (CHESNAIS, 1996), ou seja, do processo de internacionalização do capital e de sua valorização sob a hegemonia da financeirização, que tem determinado a distribuição da riqueza socialmente produzida. Esse padrão também denominado por Harvey (1996) de acumulação flexível consiste, sinteticamente, em uma forma de:

> [...] alcançar o máximo de produtividade da força de trabalho com o mínimo de custo, ou seja, um processo de superexploração da força de trabalho para ampliar a taxa de mais-valia e de lucro, mas sem preocupação com o crescimento e com os efeitos de barbarização da vida social daí decorrentes, sintetizados em Mattoso como inseguranças (BEHRING, 2003, p. 40).

É em meio às "inseguranças" materializadas, dentre outras expressões, na desregulamentação dos direitos trabalhistas, em formas múltiplas de precarização do trabalho, empregos temporários e *part time* e no desemprego estrutural, que a classe trabalhadora tem seu potencial de combatividade fragilizado, uma vez que essas transformações contemporâneas trazem, em seu bojo, uma fragmentação na organização da classe trabalhadora, o que se caracteriza como estratégia da classe dominante para exercer o controle sobre a "(des)ordem" capitalista atual. Há, portanto, um quadro político e material adverso para a classe trabalhadora:

> Na verdade, sob o capitalismo contemporâneo, o mercado de trabalho foi substantivamente alterado: com a *reestruturação produtiva*, nas grandes empresas o conjunto de trabalhadores qualificados e polivalentes [...] e que dispõem de garantias e direitos constitui um *pequeno núcleo*; o grosso dos outros trabalhadores, conformando uma espécie de anel em torno desse pequeno núcleo, muitas vezes está vinculado a outras empresas (mediante a terceirização de atividades e serviços) e submetidos a condições de trabalho muito diferentes das oferecidas àquele núcleo – alta rotatividade, salários baixos, garantias diminuídas ou inexistentes etc (NETTO ; BRAZ, 2006, p.219).

Esse contexto histórico das inseguranças para o trabalho impacta a classe trabalhadora no seu poder organizativo e reivindicativo, pois não é favorável à tomada da consciência da classe, como demonstra Elaine Behring (2002, p. 180):

> Presencia-se a queda dos índices de sindicalização bem como a dificuldade de organizar o *subproletariado moderno.* Há dificuldades em tecer alianças entre os segmentos *centrais* e os precarizados e subcontratados [...], impondo-se tendências neocorporativas e individualistas. Esses processos apontam para obstáculos na constituição da consciência de classe, enfraquecendo a resistência à reestruturação produtiva.

Diante desse recuo da consciência de classe, organismos internacionais, como FMI e o BM, objetivando instituírem uma nova linguagem hegemônica nos anos 1990, passam a fazer apologia a "cidadania ativa, dirigindo as ações entre países e indivíduos para ações de interdependência, de colaboração, evocando a imagem de uma sociedade harmoniosa [...]". É com esta perspectiva que estes "representantes do grande capital" atuam "na exploração e conformação da classe trabalhadora, estabelecendo um discurso legitimador que, incorporando demandas das classes populares, planeja a condução de ações estratégicas focalizadas e restritivas e, ao mesmo tempo, de incentivo ao pluralismo de caráter universalista". [...] Nesse sentido, "relações e vínculos entre "raça"/etnia, gênero e o funcionamento econômico, na visão do Banco Mundial, têm de ser considerados para a condução de estratégias de conformação" (MELO, 2005, p. 70-72-78; grifos nossos).

Na verdade, no tempo presente, o neoliberalismo passa a ser implementado em sua "variante ideológica" denominada "social-liberalismo", surgida para "recompor o bloco histórico neoliberal dos pequenos abalos sofridos pelo capitalismo" (CASTELO, 2011, p. 8). O "social-liberalismo" seria uma espécie de "sincretismo entre o mercado e o Estado, imaginariamente capaz de instaurar a justiça social" (CASTELO, 2011, p. 251).

Segundo Rodrigo Castelo, com a vigência do social-liberalismo, "percebe-se que a ideologia dominante prega uma intervenção estatal mais ativa em certas expressões da 'questão social', em particular nas mais explosivas em termos políticos (pobreza e direitos humanos), humanitários (infância e doenças contagiosas) e ecológicos" (2011, p. 245). Em síntese, essa "variante ideológica" do neoliberalismo busca se diferenciar a partir de três questionamentos:

> Primeiramente, tecem críticas contra o liberalismo extremado da globalização que, sem maiores critérios, teria desregulamentado mercados comerciais e financeiros de países frágeis do ponto de vista econômico e institucional, o que acabou por aumentar drasticamente as taxas de desemprego e, consequentemente, a tensão social. Em segundo lugar, discordam da tese do Estado mínimo, afirmando que a nova configuração global do capitalismo exigiria um Estado ágil e eficiente, capaz de fazer intervenções pontuais nas falhas de mercado e nas expressões mais agudas da "questão social". Por último, dão destaque à participação dos aparelhos privados da sociedade civil, em comunhão estreita com o Estado, na formulação e implementação de políticas públicas, em especial as políticas sociais de alívio à pobreza via a transferência de renda e o empoderamento[70] dos indivíduos (CASTELO, 2011, p.263-264).

Para o autor, a problemática central do social-liberalismo, consiste em "preservar a primazia da lógica do mercado como principal mecanismo de alocação dos recursos e

[70] "Empoderamento" é um conceito que surge na língua inglesa: *Empowerment,* especialmente nos Estados nidos. Esse conceito foi difundido politicamente a partir dos anos 1970, tendo como fortes difusores os movimentos feminista e negro. Esse conceito está vinculado à "teoria" do capital social que considera a sociabilidade como um recurso produtivo, dinamizador da economia. Em outras palavras, o capital social seria a dimensão social das relações econômicas (RAUDI-MATTEDI, 2005) que busca a impossibilidade da "humanização do capital". Nesse processo, o "empoderamento" dos sujeitos "visa fortalecer a autoconfiança de grupos populacionais desfavorecidos, com o propósito de capacitar indivíduos para a articulação de interesses individuais e comunitários na busca do bem comum" (SILVEIRA, 2006, p. 261). Objetivando relações de reciprocidade e redes de confiança, a "teoria" do capital social, atrelada ao conceito do "empoderamento", ampara-se no discurso na "confiança mútua" e do "bem-comum", não levando em consideração a divisão social de classes. Nesse sentido, para nós, o capital social se configura como uma expressão da ideologia dominante. Como ideologia, o empoderamento é visto como uma forma de alcançar a democracia. Percebemos, entretando, uma forte conotação liberal na formulação e desdobramento desse conceito que, como toda ideologia, despolitiza e nos distancia dos fundamentos do "empoderamento" como um **projeto** orientado pelo do Banco Mundial, que visa responsabilizar o sujeito pela situação precária que se encontra, incentivando-o a mobilizar seus próprios recursos para sair da pobreza. A este atrela-se a transferência de responsabilidades estatais para os sujeitos e os mecanismos do capital de ampliação da "eficiência" econômicas nos países periféricos. Nessa perspectiva, de mistificação do **Projeto do Empoderamento** balizado nas diretrizes do Banco Mundial de trato às expressões da "questão social", a participação e a autonomia dos indivíduos aparecem como soluções mágicas para o problema da pobreza e seus desdobramentos, como se fosse a ausência delas que determinasse as desigualdades sócio-econômicas. Parafraseando Mészáros (2009, p. 27), cremos que o capital social, oferece "personificações 'carinhosas' do capital", ao passo que garante a manutenção dos "imperativos estruturais do seu sistema como um todo". É importante ressaltar ainda que, no Brasil, esse **Projeto de "Empoderamento"** vem sendo materializado em políticas e programas sociais – tais como o Programa Cisternas, o Programa Nacional do Primeiro Emprego, a Política de Humanização do SUS e o Projeto Autonomia das Escolas. Para um maior aprofundamento crítico sobre o "conceito" de empoderamento, ver: Ivy Carvalho (2013).

conjugá-la com um nível de regulação estatal, evitando a agudização de certas expressões da 'questão social' e as revoltas populares". Isso não deixa de ser, em nenhum aspecto, um meio de assegurar os interesses materiais da burguesia rentista, "pois ao mesmo tempo que defende a acumulação capitalista na sua face financeirizada, propõe soluções para seus efeitos mais deletérios, tendo em vista a coesão social e a manutenção da ordem burguesa" (CASTELO, 2011, p. 259).

> Desta forma, o horizonte intelectual do social-liberalismo restringe-se ao modo de produção capitalista, naturalizado e eternizado como a única forma de produção e distribuição da riqueza. As lutas de classe desaparecem do debate ideológico, assim como a supressão das desigualdades sociais, restando somente as políticas de alívio ao pauperismo absoluto, tal qual vem ocorrendo na era neoliberal. Este seria o máximo de consciência social possível que as classes dominantes e seus ideólogos podem alcançar no atual estágio do capitalismo (CASTELO, 2011, p. 259).

Assim, não podemos ter ilusão alguma de que a fase capitalista que vivemos é uma superação do neoliberalismo, tampouco, uma tentativa de criação de um Estado de Bem Estar Social. Até mesmo porque o neoliberalismo, ainda que na sua versão clássica de defesa do Estado mínimo nunca significou ausência da necessidade do Estado para a garantia dos seus interesses. Como nos diz Netto (1993, p. 79-80):

> [...] o Estado mínimo que os neoliberais advogam não é um retorno puro e simples ao "Estado guarda-noturno" que é o seu ideal – são forçados a reconhecer-lhe um pouco mais que a mera guarda da propriedade: por um lado, combatem os sistemas de segurança e previdência social; por outro, toleram alguma ação estatal em face do pauperismo.

Acreditamos, portanto, que o social-liberalismo apesar de buscar apresentar-se como algo "novo" ao tecer uma "crítica" ao modelo do Estado mínimo, na verdade, não passa do velho com novas roupagens, ou seja, do conhecido ciclo do capital em forjar a cada "nova" crise, uma "nova" roupagem para manter sua produção e reprodução. As "críticas" de cunho social-liberal, não ultrapassam a superficialidade dos fenômenos dos problemas sociais, posto que não questionam a estrutura capitalista, além de serem movidas pela preocupação central de evitar as tensões sociais e as expressões mais profundas advindas "questão social" e não, de fato, a superação desta.

Consideramos que a reestruturação produtiva e as mudanças de cunho neoliberal ou, se preferir, social-liberal, nutridas pelo capital financeiro[71], são as grandes determinações das principais transformações ocorridas na relação entre Estado, políticas sociais e movimentos sociais. Relação essa delineadora das novas configurações da luta de classes na determinação da "questão social", tanto no que diz respeito ao seu agravamento como ao seu enfrentamento. Nessa perspectiva, destaca Iamamoto (2008, p. 124-125):

> A hipótese [...] é a de que na raiz do atual perfil assumido pela "questão social" encontram-se as políticas governamentais favorecedoras da esfera financeira e do grande capital produtivo – das instituições e mercados financeiros e empresas multinacionais. Estas são forças que capturam o Estado, as empresas nacionais e o conjunto das classes e grupos sociais, que passam a assumir o ônus das chamadas "exigências dos mercados". Afirma-se existir uma estreita dependência entre a responsabilidade dos governos no campos monetário e financeiro e a liberdade dada aos movimentos do capital concentrado para atuar no país sem regulamentações e controles, transferindo lucros e salários oriundos da produção para se valorizar-se na esfera financeira e especulativa, que (re)configuram a "questão social" na cena contemporânea (Destaques da autora).

Nesses termos, a "questão social" assume um caráter de radicalização da desigualdade em tempos de "capital fetiche", ao passo que, na contemporaneidade, obscurece o universo do trabalho e de suas lutas como, ainda, destaca Iamamoto (2008, p. 125):

> [...] a questão social [...] condensa a banalização do humano, que atesta a radicalidade da alienação e a invisibilidade do trabalho social – e dos sujeitos que a realizam – na era do capital fetiche. A subordinação da sociabilidade humana às coisas – ao capital dinheiro e ao capital mercadoria – retrata, na contemporaneidade, um desenvolvimento econômico que se traduz como barbárie social. Ao mesmo tempo, desenvolvem-se, em níveis sem precedentes históricos, em um mercado mundial realmente unificado e desigual, as forças produtivas sociais do trabalho aprisionadas pelas relações sociais que a sustentam.

[71] O capital financeiro possui como principais agentes os grupos industriais transnacionais e as instituições financeiras que "passam a operar com o capital que rende juros (bancos, companhias de seguros, fundos de pensão, fundos mútuos e sociedades financeiras de investimento), apoiadas na dívida pública e no mercado acionário das empresas. Esse processo impulsionado pelos organismos multilaterais captura os Estados nacionais e o espaço mundial, atribuindo um caráter cosmopolita à produção e consumo de todos os países; e simultaneamente, radicaliza o desenvolvimento desigual e combinado, que estrutura as relações de dependência entre nações no cenário internacional" (IAMAMOTO, 2008, p. 107).

É nesse sentido que, na vivência de uma barbárie humana, precisamos, mais do que nunca, afirmar a necessidade da emancipação humana. Contudo, sabemos que a complexidade e o nível de poder político e ideológico alcançados pelo capitalismo, relacionado às adversidades materiais e políticas em que se encontra a classe trabalhadora para o enfrentamento direto ao mesmo, coloca-nos diante de uma condição na qual conseguir manter direitos já é uma conquista. Temos a clareza, porém, de que não podemos limitar nossa luta por direitos em si, restrita aos limites de uma sociedade burguesa. Nesses termos, esclarece Silvana Santos acerca da necessária luta emancipatória:

> [...] para que as lutas sociais em torno da realização dos direitos integrem uma cultura política emancipatória, as reivindicações particulares dos sujeitos e segmentos específicos não devem ser equacionados como um fim em si mesmo ou na condição de valores universais, mas que, inseridos na dinâmica da luta de classe, possam contribuir para revelar movimentos permanentes de tensão e contradição com a ordem vigente (SANTOS, 2007, p. 29).

A clareza, porém, dos limites dos direitos, não deve nos colocar diante da sua negação, tampouco do reconhecimento da sua necessidade, tanto quanto o avanço das forças produtivas, para o alcance da libertação real, como Marx e Engels nos esclarecem com precisão:

> [...] não é possível conseguir libertação real a não ser no mundo real e com meios reais, de que não se pode abolir [*aufheben*] a escravatura sem a máquina a vapor e a "mule-jenny", nem a servidão sem uma agricultura aperfeiçoada, de que de modo algum se pode libertar os homens enquanto estes não estiverem em condições de adquirir comida e bebida, habitação e vestuário na qualidade e na quantidade perfeitas. A "libertação" é um ato histórico, não um ato de pensamento, e é efetuada por relações históricas, pelo [nív]el da indústria, do com[ércio], da [agri]cultura, do inter[câmbio]... (2009, p. 36-37).

Nessa perspectiva, cremos que a luta por direitos e políticas sociais deve ser vista como mediação necessária para garantir, inclusive, as condições básicas de existência humana e, portanto, de luta pela libertação. É nesse sentido que Marx e Engels (2009, p. 40) defendem o pressuposto "de que os homens têm de estar em condições de viver para 'fazer história'". Por isso, segundo os autores, o primeiro ato histórico é a produção dos meios para a satisfação das necessidades, como por exemplo, beber, comer, habitar, vestuário etc. Ou seja, o primeiro ato histórico é a "produção da própria vida material [...]

uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, tal como há milhares de anos, tem de ser realizado dia a dia, hora a hora, para ao menos manter os homens vivos" (MARX ; ENGELS 2009, p. 41).

Além da importância, em si, desse primeiro ato histórico, no cerne das contradições deste sistema, as políticas sociais podem tencionar interesses da classe dominante ao legitimar os da classe trabalhadora. Trata-se, pois, em um contexto de uma sociedade conservadora e regressiva que dilacera as condições de existência humana ao, progressivamente, destruir os direitos sociais e trabalhistas, promover uma "combinação estratégica entre tarefas democráticas e socialistas" (BEHRING, 2003, p.25). A importância dessa combinação também é respaldada por Lenin:

> [...] temos o dever de expor e de destacar **diante de todo o povo os objetivos democráticos gerais**, sem dissimular, nem por um instante, as nossas convicções socialistas. Não é social-democrata[72] aquele que, na prática, esquece que o seu dever é **ser o primeiro** a levantar, ressaltar e resolver **todas** as questões democráticas gerais (2010, p. 149; destaques do autor).

Em outras palavras, trata-se da importância de não confundir tática e estratégia e de, ao mesmo tempo, não desvinculá-las da unidade dialética que deve determiná-las. Para tanto, é imprescindível analisarmos as transformações contemporâneas no movimento da luta de classe, afinal,

> [...] as múltiplas e precárias formas novas de trabalho mantêm intacta a desigualdade econômica fundamental a que se referia Marx [...]. O convívio "pacífico" – pacífico para o capital – entre desemprego estrutural e ampliação do trabalho infantil em todo o mundo, para ficarmos apenas em um exemplo contrastante, atesta que a velha divisão entre exploradores e explorados está longe de ser superada. Pelo contrário, a nova diversidade da classe trabalhadora (com diferenças entre trabalho formal, informal, precário, terceirizado, eventual,

[72] É importante ressaltar que a social-democracia que fala Lenin, não é a perspectiva política que tem como fim a luta por direitos e políticas sociais sem confrontar o capitalismo em suas bases. Para Lenin, "a social-democracia revolucionária sempre inclui e continua a incluir na órbita de suas atividades a luta pelas reformas. Mas usa a agitação "econômica" não só para exigir do governo todo tipo de medidas, como também (e em primeiro lugar) para exigir que ele deixe de ser um governo autocrático. Ademais, considera seu dever apresentar ao governo essa exigência não só no terreno da luta econômica, mas também no terreno de todas as manifestações da vida política e social. Numa palavra, como parte de um todo, subordina a luta pelas reformas à luta revolucionária pela liberdade e pelo socialismo" (2010, p. 127). Atualmente, podemos dizer que houve uma descaracterização política da social-democracia, uma vez que nem sequer limitada às lutas por reformas no capitalismo esta encontra-se, pois, muito dos seus segmentos implementaram contrarreformas corraborando com o neoliberalismo. No Brasil, podemos afirmar que o campo social-democrata, nem sequer reformista podemos considerá-lo.

> diferenças de gênero etc.) não pode ser compreendida senão nos marcos da luta de classe (MATTOS, 2007, p. 53).

Segundo Iasi (2002), Marx dizia que uma sociedade entra decadência quando não é mais capaz de manter vivo seu escravo. Acreditamos que já atingimos esse estágio na sociedade capitalista atual. Esta sociedade já aponta a sua decadência pela incapacidade de manter vivo e em condições mínimas de dignidade uma parcela significativa da humanidade trabalhadora, que está exposta a situações de extrema exploração e precarização do trabalho, além de muitos morrerem de fome diariamente. Por isso, "nunca como agora o mundo se apresentou tão sem sentido" (IASI, 2002, p. 16), o que demanda a urgência e a pertinência imperiosa da luta socialista. Luta que se faz indispensável, uma vez que este sistema jamais se autodestruirá.

2 FUNDAMENTOS TEÓRICO-POLÍTICOS DO FEMINISMO: UMA CONTRIBUIÇÃO INDEPENDENTE AO SOCIALISMO

A experiência de todos os movimentos libertadores atesta que o sucesso de uma revolução depende do grau de participação das mulheres.
Lênin (1979**)**

Tem sido pauta constante no feminismo a apreensão e elaboração de categorias teóricas que possam contribuir para a compreensão crítica da subordinação histórica e das desigualdades que marcam a vida das mulheres, como forma de se instrumentalizar para intervir politicamente para a reversão dessa condição. O movimento feminista, entretanto, possui, em seu seio, uma diversidade de perspectivas, tanto no que diz respeito à dimensão teórica, como política. Por isso, é importante deixar claro que trabalharemos com uma perspectiva marxista do feminismo, orientada para a estratégia socialista e com uma grande aproximação com o chamado feminismo materialista francófono, com o qual trabalharemos ao longo deste capítulo, mais diretamente no item 2.4.1.

Assim, neste capítulo, dedicaremos especial atenção para trabalhar categorias e conceitos que dão corpo ao pensamento feminista e ao próprio movimento feminista, no seio da perspectiva acima citada. Ou seja, categorias e conceitos que fundamentam as reflexões e ações do feminismo na luta contra as relações patriarcal-racista-heteronormativo-capitalistas e em defesa da emancipação humana.

Dentre as categorias e conceitos feministas que trabalharemos neste capítulo, destacamos: relações sociais de sexo, patriarcado, família e divisão sexual do trabalho. Associada a essa fundamentação feminista, buscaremos empreender uma crítica à ideologia naturalista, com base, especialmente, no pensamento de Colette Guillaumin, autora de grande envergadura na literatura feminista francesa e que, segundo Falquet (2012, p. 141), foi a "primeira na França a ter desconstruído sistematicamente os processos de naturalização e analisou seu funcionamento por meio das relações sociais de sexo e de 'raça'" (tradução nossa)[73].

Em seguida, traçaremos um breve panorama histórico do feminismo, destacando dilemas contemporâneos que o impactaram, mais particularmente, no contexto brasileiro,

[73] Texto original: "première en France à avoir déconstruit systématiquement les processus de naturalisation et analysé leur fonctionnement à la fois pour les rapports sociaux de sexe et ceux de 'race'".

em torno do processo de "onguização", sem, contudo, deixar de considerar as resistências a esse processo.

2.1 **A consubstancialidade das relações sociais de sexo, "raça" e classe**

A título de introdução deste item, consideramos relevante chamarmos atenção da opção em se utilizar, prioritariamente, a concepção de "relações sociais" de sexo, "raça" e classe e não de "sistemas". Para tanto, citamos os argumentos de Falquet (2012, p. 13):

> Em primeiro lugar, porque a perspectiva de sistemas tende a fechar, a bloquear. Em seguida, porque ela corre o risco de produzir uma visão cujos diferentes sistemas aparecem como objetos bem delimitados, o que é improvável, por isso, são vistos como imbricados: eles parecem frequentemente justapostos, hierarquizados, no melhor dos casos interseccionados ou se encobrem parcialmente uns pelos outros. O conceito de relações [*rapports*] sociais por outro lado, permite pensar por meio da sociedade, os indivíduos e as classes. As relações [*rapports*] sociais podem efetivamente serem vistas como tensões dinâmicas, sem cessar em recomposição, que constroem oposições e polarizam o campo social com mais ou menos força segundo o ponto onde se encontra a relação [*rapport*] de origem dessas tensões. Nesse sentido, elas permitem também compreender melhor a posição relativa de diferentes sujeitos sociais submissos simultaneamente a várias dessas relações de força, que exercem sobre diferentes planos, permitindo uma visão multidimensional e histórica das coisas (tradução nossa[74]).

Embora concordemos com esses argumentos defendidos por Falquet (2012), cremos que, por vezes, faz-se necessária a utilização do termo sistema patriarcal-racista-capitalista, já que o mesmo caracteriza o atual modelo societário. Contudo, gostaríamos de deixar claro que as relações sociais de "raça" e sexo extrapolam esse modelo em que vivemos, ainda que tenham sido incorporadas por ele, mas, nem surgiram tampouco se

[74] Texto original: "En premier lieu, parce que la perspective des systèmes tend à clore, à enfermer. Ensuite, parce qu'elle risque de produire une vision dans laquelle les différents systèmes apparaissent comme des objets bien délimités qu'on a du mal, de ce fait, à voir comme imbriqués: il paraissent souvent plutôt comme juxtaposés, hiérarchisés, dans le meilleur des cas intersécants ou se recouvrant partiellement les uns les autres. Le concept de rapports sociaux en revanche [...], permet de penser à la fois la société, les individus et les classes. Les rapports sociaux peuvent en effet être vus comme des tensions dynamiques, sans cesse en recomposition, qui construisent des oppositions et polarisent le champ social avec plus ou moins de force selon le point où l'on se trouve par rapport à l'origine de ces tensions. En ce sens, ils permettent aussi bien mieux de comprendre la position relative des différents sujets sociaux soumis simultanément à plusieurs de ces rapports de force, qui s'exercent sur différents plans, autorisant une vision multidimensionnelle et historique des choses" (idem, ibid).

esgotam nele. E é exatamente pela clareza de que tais relações não se esgotam no atual modelo societário, que reforçamos a importância do feminismo para a construção do socialismo, posto que uma alteração no atual modo de produção descolada da perspectiva feminista, não garante a emancipação das mulheres, como veremos no item 2.4.

Antes de entrarmos propriamente na discussão da "consubstancialidade" das relações entre "raça", classe e sexo, faremos, ainda, uma breve explanação sobre o porquê da utilização da categoria **relações sociais de sexo** e não do conceito de **gênero**, conceito este muito mais corrente na literatura feminista brasileira. Acreditamos que a adoção do conceito feminista francófono de "relações sociais de sexo", corresponde mais diretamente à perspectiva teórico-política que buscamos empreender nesta tese: a marxista. Passamos a fundamentar essa opção teórica.

Gênero e relações sociais de sexo são distintos, embora, muitas vezes, encontremos textos que os tratam como sinônimos. Para entendermos o segundo é fundamental que se localize a sua origem e o seu significado. Advindo da escola feminista francesa, na língua original é chamado ***rapports*** *sociaux de sexe*. Observemos que na língua francesa esse conceito não é denominado *relations sociales de sexe*. Expliquemos melhor. No francês existem duas palavras para uma única tradução no português: relações. *Rapport* designa relações mais amplas, estruturais, enquanto *relations* diz respeito às relações mais pessoais, individuais, cotidianas. O conceito de *rapports sociaux de sexe* é diretamente fundamentado no de relações sociais de classe. Uma relação [*rapport*] social está vinculada aos conflitos e tensões entre os grupos sociais com interesses antagônicos. Portanto, atravessa todo o tecido do campo social e dos fenômenos daí decorrentes. Nas palavras esclarecedoras de Kergoat (2012, p. 126), com base no pensamento de Goldelier (1982): "Uma *rapport* social é uma relação antagônica entre dois grupos sociais, construída em torno de uma problemática. É uma relação de produção material e ideal" (tradução nossa)[75].

Ainda para entendermos a diferença entre relations sociales e rapports sociaux, Jules Falquet (2012, p. 138), com base no pensamento de Kergoat (2012), ressalta que: "As relações sociais se produzem num nível micro-social, são relações inter-individuais. Elas são relativamente fáceis de modificar, mesmo individualmente. As relações [*rapports*]

[75] Texto original: "Un rapport social est une relation antagonique entre deux groupes sociaux, établie autour d'un enjeu. C'est un rapport de production matérielle et idéelle" (idem, ibid).

sociais, surgem de um nível macro estrutural. Elas se articulam entre grupos e só podem ser percebidas ou transformadas indiretamente, coletivamente" (tradução nossa)[76].

Assim, para entendermos o conceito de *rapports sociaux de sexe*, é necessário compreender a concepção de relação (no sentido de *rapport*) social a que está associado. Anne-Marie Devreux (2011) localiza a categoria *rapports sociaux* na perspectiva marxista e afirma que a mesma é "uma oposição estrutural de duas classes com interesses antagônicos" (p. 7). Nessa mesma perspectiva de compreender o conceito de *rapport sociaux* no seio do marxismo, Annie Bidet-Morel e Jaques Bidet (2010), reafirmam que *rapports sociaux* não designam as "simples relações entre indivíduos", mas, dizem respeito às "relações sociais antagônicas". Ainda segundo os autores, essa perspectiva marxista permite "elucidar a **estrutura** de classe para compreender a **dinâmica** histórica" (BIDET-MOREL ; BIDET, 2010, p. 31; destaques dos autores; tradução nossa[77]). Aqui uma ressalva importante. A compreensão da importância da estrutura das classes sociais para o entendimento das relações sociais de sexo, não significa que estas se reduzem as primeiras, ou seja, "a relação social de sexo não se reduz ao fato de 'se realizar' dentro das relações sociais de classe" (BIDET-MOREL ; BIDET, 2010, p. 41; tradução nossa[78]).

Devreux também nos explica sobre a utilização desse conceito no singular, ou seja, *rapport sociale de sexe*, que designa uma "síntese teórica das múltiplas dimensões de dominação masculina [...] uma representação científica que traduz a unicidade da lógica da organização do social que constitui essa dominação das mulheres pelos homens e a irredutibilidade dessa dominação a outra relação social" (2011, p. 10).

Outra dimensão importante que merece destaque no conceito de rapports sociaux de sexe, é que o mesmo surge no início dos anos 1980, diretamente vinculado e em estreita conexão com os estudos sobre a divisão sexual do trabalho, categoria muito cara para os estudos feministas marxistas. Assim, podemos afirmar que a utilização do conceito de *rapports sociaux de sexe*, além de sublinhar a dimensão antagônica das classes, assegura o não esquecimento da centralidade do trabalho para os estudos feministas, como defende

---

[76] Texto original: "Les relations sociales relèvent d'un niveau micro-social, celui des relations inter-individuelles. Elles sont relativement faciles à modifier, même individuellement. Les rapports sociaux, eux, ressortent d'un niveau macrosocial, structurel. Ils se jouent entre groupes et ne peuvent être perçus ou transformés qu'indirectement, collectivement" (idem, ibid).

[77] Texto original: "[...] élucider la *structure* de classe pour em comprendre la *dynamique* historique" (idem, ibid).

[78] Texto original: "[...] ler apport social de sexe ne se réduit pas au fait qu'il 'se réalise' dans des rapports sociaux de classe" (idem, ibid).

Kergoat (2008, 2010). Já com relação ao conceito de gênero, não podemos afirmar a mesma coisa, uma vez que, por vezes, sua utilização é destituída da noção de hierarquia entre os sexos e das de outras desigualdades estruturantes, como as de classe, inaugurando um outro contexto ou mesmo uma nova conotação teórico-política para o feminismo, bem menos confrontante e mais institucionalizada, como nos explica Falquet (2012, p. 108):

> Tema da academia estado-unidense destacadamente, o gênero é introduzido na região principalmente através de teóricos (as) praticantes da cooperação, governamental ou multilateral. Embora muitas vezes usados de forma indiscriminada, muitas vezes, para evitar o estigmatizado termo "**feminismo**" ou para fornecer um *"plus"* para a palavra "mulher" - o gênero também introduz uma renovação teórica. Para algumas, ele permite desnaturalizar a opressão das mulheres: no decorrer de milhares de oficinas que foram organizadas no continente para conhecer a teoria do "**sistema de sexo-gênero**", cada uma aprende que gênero é uma construção **social**, ainda que se baseie numa diferença biológica (o sexo). Nessas formações aceleradas sobre gênero, a noção de hierarquia entre os sexos é muitas vezes apagada. Quanto às outras relações [*rapports*] sociais, elas simplesmente desaparecem. Por outro lado, cada vez mais, acrescenta-se a sexualidade, especialmente gay e queer a palavra gênero – a tal ponto que as mulheres quase desaparecem deste discurso para serem substituídas pelas preocupações sobre financiamentos concernentes à discriminação contra gays e trans (Destaques da autora; tradução nossa[79]).

Roland Pfefferkorn (2012), destaca três das principais críticas ou mesmo resistências para a utilização do conceito de gênero. A primeira se refere "a polarização sobre os discursos de uma parte dos pesquisadores de gênero conjugados aos pressupostos culturalistas frequentes nos Estados Unidos" (FALQUET 2012**,** p. 71; tradução nossa[80]). Segundo Pfefferkorn (FALQUET 2012**,** p. 71), essa polarização levou numerosas teóricas a se interessarem pelos "aspectos simbólicos da opressão das mulheres e às representações

[79] Texto original: "Issu de l'académie états-unienne notamment, le genre est introduit dans la région principalement à travers les théoricien-ne-s et les pratiquant-e-s de la coopération, gouvernementale ou multilatérale. Quoique souvent utilisé à tort et à travers —souvent pour éviter le terme stigmatisé de « féminisme » ou pour apporter un « plus » au mot « femme »—, le genre introduit aussi un renouveau théorique. Pour certaines, il permet de dénaturaliser l'oppression des femmes : au cours des milliers d'ateliers qui ont été organisés sur le continent pour faire connaître la théorie du « système sexe-genre », chacune apprend que le genre est une construction *sociale*,même si elle est basée sur une différence biologique (le sexe). Dans ces formations accélérés sur le genre, la notion de hiérarchie entre les sexes est souvent gommée. Quant aux autres rapports sociaux, ils disparaissent purement et simplement. Par contre, de manière croissante, on accole la sexualité, surtout gay et queer, au mot genre —à tel point que les femmes disparaissent quasiment de ce discours pour être remplacées par des préoccupations et des financements concernant la discrimination contre les hommes gays et trans" (idem, ibid).

[80] Texto original: "[...] la polarisation sur le discours d'une partie des recherches sur le genre conjuguée aux présupposés culturalistes fréquents aux Etats-Unis" (idem, ibid).

mais que aos aspectos materiais" (p.71; tradução nossa[81]). A segunda crítica ancora-se no questionamento à distinção entre sexo e gênero, pois, se por um lado o conceito de gênero contribuiu para a ruptura com o naturalismo ao enfatizar a construção social das mulheres e dos homens, por outro, contribuiu para a biologização do conceito de sexo, o que leva ao risco de deixar de fora a análise social e histórica dos corpos sexuados. Ou seja, essa dicotomização sexo/gênero pode levar à naturalização do sexo, não o concebendo, também, como construção social e histórica. Por fim, o terceiro aspecto destacado por Pfefferkon (2012), refere-se ao ocultamento da dimensão crítica e conflitual que algumas análises fazem com a utilização do conceito de gênero, como já sinalizamos, também, com Falquet (2012).

Em síntese, os estudos de gênero se comparados aos estudos feministas, adquirem, por vezes, um caráter mais "neutro", menos ofensivo, ou seja, mais polido ao gosto das instutuições multilaterais e governamentais, além de **aparentemente** mais "acadêmico" ou "científico". Não é à tôa, portanto, que os chamados "estudos de gênero" conseguiram uma maior aceitação, penetrando mais facilmente nas "universidades, e mais ainda nas administrações públicas ou nas instituições internacionais" (PFEFFERKON, p. 79; tradução nossa[82]).

Apesar das críticas sistematizadas por Pfefferkorn (2012), com as quais concordamos, o autor defende que gênero é um conceito útil, especialmente, onde ele permite unificar as(os) pesquisadoras(es) e o debate sobre as relações entre homens e mulheres, tendo, contudo, a necessidade de conservar sua dimensão crítica. Embora concordemos com o autor e reconheçamos que utilizar gênero não implica, necessariamente, em abrir mão de uma perspectiva crítica – haja vista a sua utilização por inúmeras pesquisadoras feministas marxistas, dentre as quais destacamos Saffioti, autora de referência central em nossos estudos –, consideramos mais pertinente a utilização do conceito de "relações [no sentido francês de *rapport*] sociais de sexo". Passemos a qualificar e a aprofundar os fundamentos que nos levam a essa opção teórico-política.

Nos estudos franceses em torno da apropriação dos homens sobre as mulheres, segundo Anne-Marie Devreux (2011), a preferência da adoção da utilização do conceito de relações sociais de sexo ao conceito de gênero se dá por várias razões, dentre as quais,

[81] Texto original: "[...] aspects symboliques de l'oppression des femmes et aux representations plutôt qu'aux aspectos materials" (idem, ibid).

[82] Texto original: "[...] universités, et davantage encore les administrations publiques ou les institutions internationales" (idem, ibid).

destaca: a acentuação do fato de que as relações entre homens e mulheres constituem uma relação social enquanto o gênero diz mais da categorização do sexo, que, para a autora, é um dos resultados da relação, mas, não de toda a relação; relações sociais de sexo nomeia explicitamente os sujeitos, enquanto gênero evita mencioná-lo e o eufemiza. Além disso, em francês [como no português], gênero é uma palavra polissêmica o que leva a uma definição vaga ou incerta do conceito. Na avaliação da autora:

> [...] a utilização do conceito de 'gênero' permitiu às pesquisadoras francesas serem percebidas como menos agressivas, menos 'feministas' por suas instituições e seus colegas. Não chocando, elas pensavam chegar mais facilmente a um consenso científico sobre a questão da dominação masculina, mantendo-se mais politicamente corretas. De certa maneira, elas eram mais 'polidas', não nomeando nem a violência e o antagonismo contidos na ideia de 'relação social', nem o critério um pouco animal de 'sexo'. É o que também permitiu [...] que pesquisadores homens ingressassem nessa área de pesquisa científica, tornada, assim, mais consensual. [...] o termo 'gênero' evoca a ideia de um problema social sofrido pelas mulheres, de uma desigualdade social construída, mas na qual os homens não seriam atores. [...] A relação social de sexo nomeia explicitamente a confrontação entre duas classes de sexo. [...] Não pode haver relação social sem confrontação (DEVREUX, 2011, p. 9).

Nessa mesma linha analítica, ressalta Saffioti (2004, p. 138): "Gênero é um conceito por demais palatável, porque é excessivamente geral, a-histórico, apolítico e pretensamente neutro. Exatamente em função de sua generalidade excessiva, apresenta grande grau de extensão, mas **baixo nível de compreensão**" (destaque nosso). Mediante essa análise de Saffioti, podemos acrescentar um outro elemento crítico ao conceito de gênero. Além de polissêmico, mais palatável, ou pretensamente neutro e de não nomear explicitamente os sujeitos das relações sociais de sexo, o conceito de gênero tem "baixo nível de compreensão" fora dos contextos do que se convencionou chamar de "feminismo acadêmico"[83]. É, portanto, um conceito cujo conteúdo, se apartado das relações sociais de classe e "raça", e da luta pela erradicação das explorações e opressões daí decorrentes, pouco oferece como "arma da crítica".

Cremos, então, que gênero dificulta a compreensão da problemática que envolve as relações sociais de sexo. A começar pela ocultação que muitas vezes promove ao sujeito político mulher, especialmente, quando não é utilizado de forma associada ao patriarcado

[83] Os "estudos de gênero" foram fortemente desenvolvidos dentro de instituições universitárias, ou seja, no espaço acadêmico, sem, muitas vezes, estarem associadas à luta política do movimento feminista. Daí a expressão "feminismo acadêmico".

e/ou a categoria mulher, a qual os "estudos de gênero", substituiu em grande medida. Isso provoca um sério problema político em termos de desdobramentos para o feminismo, afinal, não podemos, em nenhuma situação, ocultar o seu sujeito político central: a mulher, sem o qual o movimento feminista perde o seu sentido e dilui o seu propósito. Por isso, concordamos com Bandeira (2000, p. 37-38) ao afirmar que: "Gênero é uma palavra que não tem maior consequência quando empregada separadamente da palavra mulher". Com o advento do conceito de gênero, a categoria mulher, de acordo com Piscitelli (2002, p. 7): "passou a ser quase execrada por uma geração para a qual o binômio feminismo/'mulher' parece ter se tornado símbolo de enfoques ultrapassados". Por essas razões e críticas acima expostas, optamos pela utilização prioritária da categoria relações sociais de sexo.

O conceito francês de relações sociais de sexo, que entende tais relações como *rapports*, ou seja, as que dizem respeito às relações sociais mais amplas, permeadas pelos conflitos e antagonismos de classe, facilita-nos a fundamentação do nosso posicionamento teórico-político de que é impensável estudar as relações sociais entre os sexos dissociada das dimensões de "raça" e de classe. Para sermos mais claras, partimos do pressuposto de que classe, "raça" e relações sociais de sexo (incluindo a sexualidade) não compõem apenas relações superpostas, tampouco adicionais ou mesmo com "intersecções", como defende Crenshaw (1995) entre as relções de "gênero" e "raça". Ao considerar, por exemplo, que elas seriam relações adicionais, ou seja, somáveis, cairíamos na segmentação positivista de entendê-las como relações separadas e não enoveladas, como nos propõem Saffioti (2004, p. 125):

> O importante é analisar estas contradições na condição de fundidas e enoveladas ou enlaçadas em um nó. [...] Não que cada uma destas condições atue livre e isoladamente. No nó, elas passam a apresentar uma dinâmica especial, própria do nó. Ou seja, a dinâmica de cada uma condiciona-se à nova realidade. De acordo com as circunstâncias históricas, cada uma das contradições integrantes do nó adquire relevos distintos. E esta motilidade é importante reter, afim de não se tomar nada como fixo, aí inclusa a organização social destas subestruturas na estrutura global, ou seja, destas contradições no seio da nova realidade – novelo patriarcado-racismo-capitalismo – historicamente constituída.

Seguindo essa linha do pensamento de Saffioti, defendemos que as relações sociais de sexo, "raça" e classe são "consubstanciais" e "coextensivas" (KERGOAT, 2008, 2010, 2012). Até porque "a força de trabalho que se vende é indissociável do corpo que a porta, e as suas formas de apropriação e exploração estão definidas não só pelas relações de classe

como também de "raça" e de gênero (ÁVILA, 2011, p. 65)". Sobre a consubstancialidade e coextensividade das relações (*rapports)* sociais, explica-nos Kergoat (2012, p. 126-127):

> As relações sociais são consubstanciais: elas formam um nó que não pode ser sequenciado ao nível das práticas sociais, apenas em uma perspectiva analítica da sociologia; e elas são co-extensivas: implantando as relações sociais de classe, de gênero e de "raça", se reproduzem e se co-produzem mutuamente (tradução nossa[84]).

Nesse sentido, acreditamos ser "indispensável integrar plenamente em nossas análises os efeitos conjugados de várias relações sociais de poder: de sexo (incluso sexualidade), de classe e de 'raça'"" (FALQUET, 2008, p. 122). Para tanto, é fundamental considerar "sobretudo as interpretações das feministas racializadas e/ou proletárias e/ou lésbicas que devem, a meu ver, ser ouvidas e estudadas, se desejarmos produzir uma teoria e uma prática úteis à transformação social radical mais do que nunca necessária" (idem*).*

Como já sumariamente apontamos no Capítulo 1, as relações sociais de sexo e de "raça" são elementos indispensáveis para entendermos a exploração do mundo do trabalho, especialmente, no que Falquet (2008; 2012) denomina de "trabalho desvalorizado" e "trabalho considerado feminino". Falquet (2012, p. 163) os explica: "[...] as mulheres efetuam sempre majoritariamente 'trabalho de mulheres' com condições de trabalho de mulheres (informalidade, precarização, abuso de todos os tipos, incluindo o assédio sexual e o *plafond de verre*[85]) e os salários das mulheres" (FALQUET, 2012, p. 163; tradução nossa[86]). O "trabalho desvalorizado" e o "trabalho considerado feminino", são entendidos ainda, como tudo o que se encontra entre a extração de trabalho mediante salário e a extração de trabalhos gratuitos. Extrações essas que são "co-construídas" (FALQUET, 2008). Nos explica Falquet (2012, p. 170):

---

[84] Texto original: "Les rapports sociaux sont consubstantiels: ils forment un noeud qui ne peut être séquencé au niveau des pratiques sociales, sinon dans une perspective de sociologie analytique; et ils sont coextensifs : en se déployant, les rapports sociaux de classe, de genre, de « race », se reproduisent et se co-produisent mutuellement" (idem, ibid).

[85] A tradução literal de *plafond de verre* para o português seria "teto de vidro". Como cremos que essa expressão não traduz o sentido da frase, preferimos manter o a expressão emfrancês e explicar o seu sentido. *Plafond de verre* foi uma expressão cunhada nos Estados Unidos no final dos anos 1970. Em inglês é chamada *glass ceiling* e diz respeito a uma estrutura hierárquica, na qual os níveis superiores não são acessíveis a determinadade categorias de pessoas. Em outras palavras, ainda que essa expressão seja designada para outras categorias, ela também assinala a dificuldade de acesso das mulheres aos cargos superiores.

[86] Texto original: "[...] les femmes effectuent toujours majoritairement des 'travaux de femmes' avec des conditions de travail de femmes (informalité, précarité, mauvais traitements de toutes sortes incluant le harcèlement sexuel et le plafond de verre) et des salaires de femmes (idem, ibid).

> [...] Em termos de classe e das relações de exploração, o "trabalho desvalorizado" ou "trabalho considerado feminino", tipo de trabalho proletário que não teria atingido o estágio de desenvolvimento completo, permite fazer uma relação entre sexo e classe por um lado, entre "raça" e classe por outro. Na verdade, este trabalho desvalorizado obriga que a mão de obra desfavorecida se deixe apropriar precisamente para completar o salário muito baixo obtido por meio da exploração. É em torno desse trabalho desvalorizado que se desenvolve a rearticulação neoliberal das relações sociais, no que eu proponho chamar de uma lógica de **vasos comunicantes** (Destaque da autora; tradução nossa)[87].

A análise das relações [*rapports*] sociais de classe, raça e sexo como "vasos comunicantes" na atual conjuntura de mundialização do capital, permite-nos, segundo Falquet (2012), apreender as mudanças dos diferentes e incessantes modos de obtenção do trabalho, uma vez que:

> As relações de sexo e de "raça", todas duas organizadas em torno da apropriação, se reforçam ou se enfraquecem à medida que a apropriação evolui para a exploração, isto é, para as relações de classe, e simultaneamente como evolui a apropriação individual para a relação de apropriação coletiva. Essa afirmação tem pelo menos quatro consequências fundamentais. (1) Nenhuma das três relações jamais desaparece completamente. (2) Mesmo se pensarmos que podemos mudar uma de cada vez, sua transformação, inevitavelmente impactaria sobre as outras. (3) Todas as transformações são reversíveis [...]. (4) Uma das questões centrais é saber se é um jogo de soma zero ou não: a quantidade total (e a qualidade) de trabalho obtido, seja por exploração, seja por apropriação, é constante? Esta questão, obviamente, depende, entre outras, da escala de tempo a ser considerada (FALQUET, 2012, p. 170; tradução nossa[88]).

---

[87] Texto original: "[...] sur le plan de la classe et des rapports d'exploitation, le «travail dévalorisé» ou «travail considéré comme féminin», sorte de travail prolétaire qui ne serait pas parvenu à son stade de plein développement, permet de faire le lien entre sexe et classe d'une part, entre «race» et classe, de l'autre. En effet, ce travail dévalorisé oblige la main-d'oeuvre défavorisée à se laisser approprier par ailleurs pour compléter le salaire trop faible obtenu dans le cadre de l'exploitation. C'est autour de ce travail dévalorisé que se joue la réarticulation néolibérale des rapports sociaux, dans ce que je propose d'appeler une logique de *vases communicants"* (idem, ibid).

[88] Texto original: Les rapports de sexe et de « race », tous deux organizes autour de l'appropriation, se renforcent ou s'affaiblissent à mesure que l'appropriation évolue vers l'exploitation, c'est-à-dire les rapports de classe, et simultanément selon comment évolue l'appropriation individuelle par rapport à l'appropriation collective. Cette affirmation possède au moins quatre conséquences fondamentales. (1) Aucun des trois rapport ne disparaît jamais totalement. (2) Même si l'on pense pouvoir n'en modifier qu'un seul à la fois, sa transformation a forcément des retombées sur les autres. (3) Toutes les transformations sont reversible […]. (4) Une des questions centrales est s'il s'agit d'un jeu à somme nulle ou non: la quantité totale (et la qualité) de travail obtenue, soit par exploitation, soit par appropriation, est-elle constante? Cette question dépend évidemment, entre autres, de l'échelle de temps qui est considérée (idem, ibid).

Assim, por meio das apropriações advindas das relações de raça e sexo, o capitalismo amplia o contigente humano disponível para os mais baixos salários, aumentando, portanto, a sua capacidade de exploração do trabalho associada a essas apropriações.

Nesse mesmo sentido, Souza-Lobo (2011, p. 288), afirma que "sexismo e racismo são questões políticas, que fazem parte da nossa vida, do dia a dia das que procuram emprego, vão a hospitais ou postos de saúde, abortam escondidas como criminosas, amam, andam pelas ruas, cuidam dos filhos". Isso significa que essas dimensões não são meras abstrações, mas, são relações sociais que interferem concretamente na vida das mulheres. A autora destaca como exemplos vivos do sexismo e do racismo alguns anúncios reais de emprego registrados no Sistema Nacional de Empregos (SINE), em São Paulo:

> **Procura-se:**
> Secretária com um ano de experiência, 1º grau completo, hiperbonita para trabalhar com diretor de firma.
> Recepcionista com boa apresentação, boa aparência, que não seja de cor, nem japonesa.
> Engenheira civil feminina, recém-formada e japonesa.
> Faxineira magra e esperta.
> Cozinheira que não seja gorda (SOUZA-LOBO, 2011, p. 287).

Nessa citação percebemos que, associados ao machismo que pesa sobre as mulheres, ainda encontramos a "ditadura da beleza" que estabelece como padrão do belo, além da cor branca, a magreza.

Uma importante transformação na configuração do racismo merece ser destacada. A partir dos anos 1980, há uma alteração no "racismo clássico", quando o racismo contra a população migrante ganha uma forte tônica, contudo, sem prejuízo à fusão clássica entre racismo e classe, como nos esclarece Balibar (1988, p. 275): "O racismo antiimigrante realiza a identificação máxima da situação de classe e da origem étnica (cuja bases reais sempre existiram na mobilidade inter-regional, internacional ou intercontinental da classe operária, ora massiva ora residual, mas jamais abolida o que é precisamente um dos traços especificamente proletários de sua condição".

Importante ressaltar, ainda, que nessa perspectiva da migração relacionada ao racismo, há também a relação com a dimensão de sexo, uma vez que, segundo Falquet

(2008, p. 127), a própria ONU reconhece que "metade das migrações internacionais é feita por mulheres".

Falquet (2008, p. 127), como base em uma pesquisa realizada por Saskia Sassen (1991), afirma que existe uma força de trabalho "migrante e precarizada, majoritariamente feminina e do Sul (radicalizada), para assegurar a baixo preço o trabalho subterrâneo, invisível, frequentemente informal e, no entanto, indispensável à globalização nas metrópoles globais".

Ainda de acordo com Falquet (2008), com a crise do *Welfare State* e a emergência da plataforma neoliberal, o Estado ao não mais assegurar uma grande parte dos serviços, especialmente, os vinculados ao trabalho da reprodução social, fez com que houvesse um maior deslocamento desse trabalho para a família e para o setor privado. Talvez o maior exemplo disso seja a transferência do trabalho doméstico e o cuidado das crianças e idosos(as) para as mulheres migrantes[89], que caracterizam o fundamento do chamado *care,* que nada mais é do que uma parte integrante do trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres que, por sua vez, não se limita ao ambiente doméstico. Como outros exemplos de atividades realizadas no trabalho em domicílio, realizados muitas vezes por mulheres migrantes, destacamos o trabalho como diarista, faxineira, babá, quase sempre mal remuneradas. Além desses, há ainda, a venda de "serviços sexuais", como pode ser aprofundado em Falquet (2010).

Segundo Diane Elson (2010, p. 58), o trabalho do *care* é "necessário para reproduzir a sociedade de maneira cotidiana e intergeracional" (tradução nossa[90]). Há, nesse processo, uma intensa exploração sobre o trabalho das mulheres. Além disso, existe a exploração do amor que pesa sobre as imigrantes, um amor naturalizado por serem consideradas de culturas que valorizam mais a maternidade e o afeto. Segundo Falquet (2008, p. 128), a novidade que esse contexto inaugura é:

---

[89] De acordo com a antropóloga feminista Paola Tabet (2004, p. 141): "As mulheres migrantes [...] são, com bem mais frequência do que os homens, levadas às relações de trabalho análogas à escravidão, como a prostituição, o serviço doméstico ou casamento (como têm mostrado Wijers e Lap-Chew 1997) [...]. Texto original: "Les femmes migrantes […] sont, bien plus souvent que les hommes, prises dans des rapports de travail qui s'apparentent à l'esclavage, tant dans la prostitution, le service domestique ou le mariage (comme l'ont bien montré Wijers & Lap-Chew 1997) [...]".

[90] Texto original: "nécessaire pour reproduire la société de manière quotidienne et intergénérationnelle" (idem, ibid).

> [...] a maneira como as mulheres dos países industrializados e as mulheres privilegiadas dos países do Sul tenham sido levadas a também empurrar este trabalho para outras pessoas, principalmente mulheres imigrantes (ilegais ou não), como oferta em bandeja de prata pelas políticas migratórias e sociais dos diferentes Estados, tanto como importadores como exportadores de mão-de-obra.

Essas reflexões nos remetem à necessidade não apenas de analisar criticamente a utilização da mulher imigrante pelo sistema, seja como forma de amortecer crises, seja para o aumento dos seus lucros por meio do sobretrabalho mal-pago feminino, "mas de saber **como sexo, a '"raça"' e a classe são mobilizadas e reorganizadas para construir uma nova divisão social do trabalho ao nível da família, de cada Estado e do conjunto do globo**" (FALQUET, 2008, p. 128; destaque da autora). Para isso, é insuficiente pensar a divisão sexual do trabalho ou mesmo a apropriação da mulher apenas no âmbito doméstico. É necessário analisar em sua totalidade a apropriação, inclusive física (que vai além da conotação meramente sexual, como veremos no item 2.3), sobre a mulher e sua relação com a exploração em toda a dinâmica da reprodução social que, obviamente, está radicalmente relacionada à produção social.

Apenas buscando desvelar as trilhas desse caminho poderemos compreender a atual e "profunda divisão internacional, racista e sexista do trabalho" (FALQUET, 2008, p.136), possibilitada, em grande medida, pela exploração do "trabalho desvalorizado" e do "trabalho considerado feminino" (FALQUET, 2012).

Cremos que o patriarcado permanece como uma base estruturante da exploração e da apropriação das mulheres. Para entender a força e o vigor do patriarcado, categoria indispensável para compreender criticamente e em uma perspectiva de totalidade, a subordinação da mulher e os seus fundamentos, inclusive, econômicos, recorreremos aos estudos de Danda Prado (1985), Pateman (1993), Delphy (2009; 2009 a; 2009 b), Engels (1979 a) e Saffioti (2004).

A dominação do pai sobre a mulher e sobre os filhos(as) estabelece as bases para o que chamamos de patriarcado. Segundo Christine Delphy (2009 b, p. 174), "'patriarcado' vem da combinação das palavras gregas *pater* (pai) e *arke* (origem e comando). [...] Portanto, o patriarcado é literalmente a autoridade do pai". De acordo com Dehphy (2009 b, p. 171) , na acepção feminista, o patriarcado "designa uma formação social em que os homens detêm o poder, ou ainda, mais simplesmente, o poder é dos homens. Ele é, assim, quase sinônimo de 'dominação masculina' ou de opressão das mulheres".

Segundo a tradição marxista, com o surgimento da propriedade privada, a subordinação feminina ganha uma base estruturante. Ainda segundo essa tradição, a propriedade privada é o marco inicial da luta de classes[91]. De acordo com Engels (1979 a), anterior ao surgimento da propriedade privada, muitas sociedades possuíam uma organização matrilinear. Posteriormente à propriedade privada, as formações sociais tornam-se predominantemente patriarcais, pautadas na superioridade masculina e no direito do homem sobre a mulher, filhos(as), escravos e bens materiais ligados a produção. Se não temos dados históricos com os quais podemos provar que é com a propriedade privada que ocorre origem da subordinação da mulher, não temos dúvida que, a partir dela, o patriarcado se torna uma grande determinação estrutural.

Segundo Saffioti (2004), dois fatores históricos marcaram as bases de constituição do patriarcado: 1. A produção de excedente econômico, núcleo do desenvolvimento da propriedade privada e, portanto, do domínio e exploração do homem sobre o homem/mulher, no caso, ainda mais fortemente sobre a mulher. 2. A descoberta da participação dos homens na procriação dos filhos(as), pois, antes isso era entendido como um poder divino das mulheres.

O controle sobre o corpo e a vida das mulheres, a dominação, a apropriação, a opressão e a exploração que o patriarcado desenvolveu sobre a mulher veio atender a dois interesses. Primeiro, a garantia de controle sobre a prole, o que significava mais força de trabalho e, portanto, mais possibilidade de produção de riqueza. Segundo, e em decorrência do primeiro, garantir que os filhos seriam seus assegurava aos homens, detentores da propriedade privada, a perpetuação da mesma por meio da herança. A origem do patriarcado, portanto, está radicalmente ligada a apropriação masculina sobre o corpo da mulher, ou seja, ele veio legitimar a possibilidade do homem poder "impor à mulher um grande número de gravidezes a fim de gerar mão-de-obra abundante em seu próprio benefício" (PRADO, Diana, 1985, p. 55). Nas palavras de Saffioti (2004, p. 58), esse novo sistema, tornou as mulheres "objetos de satisfação sexual dos homens, reprodutoras de herdeiros, de força de trabalho e novas reprodutoras".

Decorre desse processo a necessidade da **monogamia feminina** que vem coroar a construção de um modelo de família baseada no patriarcado, ao assegurar a prole aos homens, garantindo-os força de trabalho e herdeiros legítimos (ENGELS, 1979 a).

[91] Para um maior aprofundamento histórico ver: Engels (1979 a), em: **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**.

Destacamos a monogamia como feminina porque, historicamente, a monogamia só foi exigida às mulheres. Mesmo em sociedades onde legalmente a poligamia é proibida também aos homens, socialmente ela é legitimada, prova disso, é a crescente prostituição e tráfico de mulheres que vêm, progressivamente alimentando o "mercado do sexo", tendo, inclusive, no turismo sexual, endossado por grandes redes hoteleiras, uma grande expressão. Assim, as relações extraconjugais praticadas por homens, ainda que legalmente condenadas em alguns países, são socialmente aceitas. Mais que isso, são estimuladas pelo "mercado do sexo", enquanto a feminina não apenas é deslegitimada, mas é moralmente julgada e condenada, podendo levar, ainda hoje, à sentença de morte, inclusive por apedrejamento, em alguns países como no Paquistão, Afeganistão, Sudão, Iêmen, Emirados Árabes Unido, Indonésia, Nigéria, Somália e no Irã. Vale ressaltar que há países que também condenam à morte os homens por adultério, contudo, essa sentença, historicamente, é imensamente mais comum às mulheres.

Segundo Engels (1979 a), a prostituição surgiu em decorrência da monogamia, como faces de uma mesma moeda, no processo de consolidação do patriarcado. Assim, para Engels (1979), não existiria prostituição se não fosse a monogamia, pois, na família patriarcal, a monogamia controla a sexualidade das mulheres casadas, enquanto aos maridos é permitida a prática de relações extraconjugais, o que explica a existência de bordéis e casas de prostituição para servir aos homens. Claro que, na atualidade, essa análise merece um maior aprofundamento e novas mediações. Por um lado, ela permanece atual no sentido de que se vivêssemos relações livres, a prostituição perderia seu fundamento. Por outro lado, a precarização das condições de vida, que afeta a sobrevivência de muitas mulheres, associada ao crescente "mercado do sexo", também se constitui em uma forte determinação para a prostituição, ainda que não esgotem a compreensão desse fenômeno[92]. Contudo, ainda que permeada por novas mediações, a prostituição não deixou de ser uma forma de apropriação coletiva das mulheres, como teorizou Guillaumin (2002, [1978]).

A prostituição é considerada por Alexandra Kollontai (1982 a, p. 58), uma "chaga vergonhosa [...] que desonra a humanidade [...], a mais terrível das maldições que pesa sobre a mulher". Também cremos que a apropriação sexual das mulheres ou a chamada "obrigação sexual", é uma das mais fortes expressões do patriarcado, ou seja, da persistência da dominação masculina e subserviência feminina. O sentimento de obrigação

[92] Para um maior aprofundamento sobre prostituição ver, dentre outros(as): Gail Pheterson (2001).

sexual, que muitas chamam de obrigação conjugal, torna o corpo da mulher uma propriedade do homem, para o seu usufruto, ainda que contrarie a vontade e/ou o desejo da mulher. Há, nesse processo patriarcal, a construção de um "contrato sexual" de sujeição das mulheres que possibilitará o "contrato original". Esse da direitos aos homens em detrimento da liberdade da mulher, ou seja, se configura como um contrato de subordinação feminina que possibilita a dominação masculina. Carole Pateman (1993, p. 16 e 17) nos explica:

> O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. O contrato original cria ambas, a liberdade do homem e a sujeição da mulher derivam do contrato original e o sentido da liberdade civil não pode ser compreendido sem a metade perdida da história, que revela como o direito patriarcal dos homens sobre as mulheres é criado pelo contrato. A liberdade civil não é universal – é um atributo masculino e depende do direito patriarcal.

Em síntese, podemos dizer que o patriarcado tem sua consolidação histórica associada à emergência e produção da propriedade privada, bem como da garantia do seu controle e de sua perpetuação. Ou seja, diferente do que prega a ideologia, que difunde a ideia da subordinação da mulher como algo existente desde os primórdios da humanidade, o patriarcado é resultado de um processo histórico. Devido à resistência das mulheres, os homens tiveram que lutar cerca de dois milênios para consolidá-lo como sistema (SAFFIOTI, 2004). De acordo com Saffioti (2004), se formos levar em consideração o início do processo de mudança, pode-se dizer que o patriarcado tem cerca de 5.203-4 anos. Agora, se formos considerar o "fim do processo de transformação das relações homem-mulher", a idade do patriarcado é de apenas 2.603-4 anos, portanto, um "recém-nascido" frente à idade da humanidade (SAFFIOTI, 2004, p. 60).

Partindo de uma outra perspectiva de análise, diferentemente de feministas como Scott, Rowbotham, Lobo, Castro e Lavinas, que consideram o patriarcado uma categoria "a-histórica" e "biologizante", Saffioti (2004) afirma que o patriarcado não torna as diferenças entre os sexos fixas e imutáveis, como defende a perspectiva cultural-simbólica. O patriarcado qualifica as relações sociais de sexo ao explicitar o vetor de dominação e exploração do homem sobre a mulher presente nesta sociedade. Dessa forma, o patriarcado é uma forma específica das "relações de gênero", entendido como "relações hierarquizadas entre seres socialmente desiguais, enquanto o gênero compreende também relações

igualitárias" (SAFFIOTI, 2004, p. 119). Nesse mesmo sentido, complementa pertinentemente Oberti (2000, p. 3): "[...] o patriarcado, ou como queriramos denominar ao sistema de dominação, não é um sistema fechado [...], mas, sim, formas hegemônicas de poder – masculino – que revelam suas próprias falhas [...] a tarefa estratégica do feminismo é explorar essas brechas onde houver e também ajudar a produzi-las".

Assim, diferentemente da categoria gênero, quando utilizamos patriarcado, necessariamente estamos nos referindo às relações de dominação, opressão e exploração masculinas na apropriação sobre o corpo, a vida e o trabalho das mulheres. Ou seja, o patriarcado nomeia as desigualdades que marcam as relações sociais de sexo em vigor na sociedade. Daí a importância de o considerarmos, até porque:

> O patriarcado ou ordem patriarcal de gênero, ao contrário [de gênero], como vem explícito em seu nome, só se aplica a uma fase histórica, não tendo a pretensão da generalidade nem da neutralidade, e deixando propositadamente explícito o vetor da dominação-exploração. Entra-se, assim, no reino da História. Trata-se, pois, da falocracia, do androcentrismo, da primazia masculina. É, por conseguinte, um conceito de ordem política (SAFFIOTI, 2004, p.139).

O controle sobre as mulheres empreendido pelo patriarcado se desdobra ainda no medo a ele associado. Ou seja, "a dinâmica entre controle e medo rege o patriarcado" (SAFFIOTI, 2004, p. 136). Tornar explícito esse sistema de opressão das mulheres é condição primeira para podermos analisar crítica e politicamente as relações sociais de sexo que vivenciamos e, com isso, termos a possibilidade de vislumbrarmos a construção de relações igualitárias.

Diante da rejeição por parte de algumas feministas da utilização teórica do patriarcado, Saffioti (2004, p. 57-58) sintetiza alguns argumentos em defesa da permanência de sua utilização, especialmente porque:

> 1. não se trata de uma relação privada, mas civil;
> 2. dá direitos sexuais aos homens sobre as mulheres, praticamente sem restrições [...];
> 3. configura um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade;
> 4. tem uma base material;
> 5. corporifica-se;
> 6. representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência.

Compreender, entretanto, que o patriarcado se configura, em bases materiais e simbólicas, como um sistema de apropriação sobre as mulheres, não significa conceber como estática e imutável as relações sociais de sexo daí resultantes. Não há, portanto, no uso da categoria patriarcado a impossibilidade de pensarmos a transformação deste sistema, uma vez que ele não 'cristaliza' esta dominação, apenas a explicita claramente, diferentemente do conceito de gênero. Pateman (1993) também defende a importância política da utilização da categoria patriarcado, por destacá-lo como o único conceito que se refere especificamente à sujeição da mulher, bem como, por singularizar a forma de direito político que todos os homens exercem por serem homens. Para a autora, deixar a utilização do patriarcado implicaria na perda de uma história política que ainda está para ser mapeada.

É importante perceber que o patriarcado se configura como uma relação social estrutural e superestrutural, ou seja, entendida no sentido francês de *rapport,* como explicamos no início deste item. O poder hegemônico do patriarcado nas relações sociais vigentes permite que o mesmo se efetive até na ausência do homem, uma vez que as mulheres, também, incorporam-no e o reproduzem, seja entre si ou na educação de seus filhos e filhas. Isso não ocorre devido à concordância ou à conivência consciente das mulheres, mas devido ao fato do patriarcado funcionar como um sistema regido pelo medo e embebido de ideologia, concretizado em uma sociedade permeada de relações de alienação. Saffioti (2004, 101-102), nos ilustra esse processo ao se referir ao filme **Lanternas vermelhas:**

> [...] nem sequer a presença do patriarca é imprescindível para mover a máquina do patriarcado, levando à forca a terceira esposa, pela transgressão cometida contra a *ordem patriarcal* de gênero. [...] Além de o patriarcado fomentar a guerra entre as mulheres, funciona como uma engrenagem quase automática, pois pode ser acionada por qualquer um, inclusive por mulheres. Quando a quarto esposa, em estado etílico, denuncia a terceira, que estava com seu amante, à segunda, é esta que faz o flagrante e que toma as providências para que se cumpra a tradição: o assassinato da 'traidora'.

Exemplos cotidianos do funcionamento do patriarcado mesmo na ausência do homem é o julgamento moral realizado por parte de uma mulher sobre outra por esta possuir vários parceiros ou por optar em não se casar ou, ainda, a responsabilização da mulher por ser traída pelo marido. Isso não quer dizer que as mulheres são coniventes,

tampouco "culpadas" em reproduzir esse sistema. Como vimos, as mulheres são sínteses das relações que estabelecem, mediadas por uma sociedade alienante a alienadora.

O patriarcado, diferentemente da categoria gênero, explicita especificamente o vetor dominação-exploração dos homens sobre as mulheres, portanto, possui desdobramentos políticos mais diretos ao denunciar claramente as desigualdades entre os sexos. Ou seja, quando falamos em patriarcado não se tem dúvida de que há uma relação de desigualdade, de dominação, de opressão, exploração, enfim, de apropriação sobre as mulheres.

Além do entendimento do patriarcado como uma relação social de subordinação das mulheres, Delphy (2009, Tomo I) ainda ressalta que o patriarcado deve ser compreendido como um sistema que possui uma base econômica: "o modo de produção doméstico", que detalharemos no próximo item (2.2), quando formos trabalhar a categoria divisão sexual do trabalho. Contudo, em alguma medida, abordamos essa discussão no Capítulo 1, mais precisamente no item 1.3, onde nos referimos a relação entre a exploração da mulher e o barateamento dos salários.

Associado ao patriarcado, o sistema heteronormativo, ou seja, aquele que impõe a heterossexualidade aos indivíduos, é uma das dimensões fundamentais para a consolidação do patriarcado. Para entender essa concepção, é importante compreender que quando falamos em heterossexualidade não estamos nos referindo simplesmente "as pulsões e práticas sexuais". Para Monique Wittig (2007, p. 13): "A heterossexualidade é o regime político sob o qual nós vivemos, fundado sobre a escravização de mulheres" (tradução nossa[93]). Um dos primeiros elementos, portanto, para compreensão crítica da heterossexualidade, é a sua constituição como um regime relacionado às relações de dominação e exploração sobre as mulheres. A heterossexualidade trata-se, nas palavras de Jules Falquet (2008, p. 132):

> [...] de uma potente instituição social, amplamente endossada ao Estado e à Nação e que desempenha um importante papel na circulação de pessoas. Veremos que ela contribui de modo central não somente na organização da aliança, da filiação e da herança, mas de modo mais fortemente ainda na construção e na naturalização dos sexos, mas também das "raças" e das classes.

[93] Texto original: "L'hétérossexualité est le régime politique sous lequel nous vivons, fondé sur l'esclavagisation des femmes" (*IDEM, IBID*).

Segundo Falquet (2008, p. 132), a heterossexualidade possibilita estabelecer o sistema de filiação legítimo e o recebimento ou a transmissão da herança, o que garante o acesso mais rápido aos recursos, condição que, por sua vez, é o "ponto de partida e de chegada das relações sociais de poder".

Essas relações racista-patriarcal-heteronormativas encontra sua base de sustentação, fundamentalmente, por meio da família ancorada na divisão sexual do trabalho, que conforma, por sua vez, as bases para a garantia da reprodução social da força de trabalho e da exploração do "trabalho desvalorizado" das mulheres, indispensáveis à lógica de acumulação capitalista. Passemos, pois, a discutir essas categorias desveladoras do sistema de apropriação e de exploração das mulheres.

2.2 **Família, divisão sexual do trabalho e reprodução social**

Para adentrarmos em uma perspectiva de análise crítica sobre as apropriações, explorações e opressões que pesam sobre o universo feminino, é necessário partimos da percepção de que na maioria das sociedades as mulheres trabalham mais do que os homens, contudo, ganham menores salários, têm menor acesso à riqueza, ao crédito, à informação e ao conhecimento (ELSON, 2010). Além disso, Diane Elson (2010), ainda, chama-nos atenção para a desigualdade no que diz respeito ao poder de decisão, uma vez que as mulheres também possuem essa desvantagem em relação aos homens. Em outras palavras, contrária à "teoria" *Queer*[94] que se recusa a classificar os indivíduos como homens e mulheres para não cair em binarismos, acreditamos, em concordância com o pensamento de Nicole Claude Mathieu, resgatado por (CURIEL ; FALQUET, 2005, p.14) que "qualquer que seja as transgressões de gênero e da sexualidade que cada sociedade

[94] Ainda que seja interessante a crítica ao binarismo elaborada pela "teoria" *Queer*, é importante ter em mente que não é o feminismo que divide homens e mulheres, e sim, a divisão sexual do trabalho, as relações de hierarquia e desigualdade entre os sexos, enfim, as relações patriarcais. Além disso, essa negação as classificações "homem", "mulher", "*gay*", "lésbica", "bissexual", pode nos conduzir a um grande risco de diluição ou mesmo de perda desses sujeitos políticos que dão sentido aos movimentos sociais que compreendem na luta contra as opressões que sofrem.

organiza ou permite, existe um gênero e, sobretudo, um sexo que está sempre abaixo na hierarquia social: o das mulheres" (tradução nossa[95]). Mais que isso:

> O problema não é, claro, a binaridade (que é um resultado), mas sua causa: a ideologia da diferença. Combater a binaridade pela sua expansão ou mesmo a "trans" identidade, não resolve nada se sua causa não é atacada. E sobretudo, por trás da sua causa imediata (produz dois grupos que se proclamam diferentes), sua finalidade: garantir a disivão sexual do trabalho (FALQUET, 2012, p. 146; tradução nossa[96]).

De acordo com Saffioti (1979, p. 79), para entendermos as raízes do modo pelo qual as mulheres são sacrificadas, "é preciso não esquecer que entre um sistema produtivo de bens e serviços e a marginalização de uma categoria de sexo em relação a ele medeia a estrutura familial na qual a mulher desempenha suas funções [consideradas] naturais e mais a de trabalhadora doméstica e socializadora dos filhos".

A família, portanto, é uma importante chave para o entendimento histórico da exploração e da opressão sobre as mulheres. Por isso, comecemos por entender o significado histórico e etimológico da família. De acordo com Danda Prado (1985, p. 51), o termo família, encontra sua origem no latim: *Famulus*, que significa: "conjunto de servos e dependentes de um chefe ou senhor". Nessa mesma perspectiva complementa Delphy:

> [...] a família é uma unidade de produção. Família em latim designa um conjunto de terras, de escravos, de mulheres e crianças submissos ao poder (então sinônimo de propriedade) do pai de família. Nessa unidade o pai de família é dominante: o trabalho dos indivíduos sob sua autoridade lhe pertence ou em outros termos a família é um conjunto de indivíduos que devem seu trabalho a um chefe (2009, tomo I, p. 39; tradução nossa[97]).

---

[95] Texto original: "cualesquiera que sean las transgresiones del género y de la sexualidad que cada sociedade organiza o permite, existe un género y sobre todo un sexo que se queda siempre abajo en la jerarquía social: el de las mujeres" (idem, ibid).

[96] Texto original: "Le problème n'est pas, bien sûr, la binarité (qui est un résultat), mais sa cause : l'idéologie de la différence. Combattre la binarité par le foisonnement ou même la « trans » identité, ne résout rien tant que sa cause n'est pas attaquée. Et surtout, derrière sa cause immédiate (produire deux groupes en les proclamant différents), sa finalité: garantir la division sexuelle du travail" (idem, ibid).

[97] Texto original: "[...] la famille est une unité de production. Familia en latin désigne l'ensamble des terres, des esclaves, femmes et enfantas soumis à la puissance (alors synonyme de propriété) du père de famille. Dans cette unité le père de famille est dominant: le travail des individus sous son autorité lui appartient ou en d'autres termes la famille est l'ensamble des individus qui doivent leur travail à um 'chef'" (idem, ibid).

Segundo Waters (1979, p. 84) o surgimento da família ocorreu com a destruição das tradições igualitárias e das estruturas da sociedade préclassita. Sobre esse momento histórico, a autora nos explica: "[...] os indivíduos começaram a se apropriar do excedente criado pelo trabalho coletivo da comunidade, conservando-o como propriedade pessoal ou privada. Conforme começou o desenvolviemento da propriedade privada, teria que criar-se um mecanismo ou instituição que regularia e manteria a distribuição desigual e as necessidades de vida" (WATERS, p. 84-85; tradução nossa[98]).

Outra função da família seria perpetuar essa divisão desigual de uma geração à outra, por meio da herança. Daí, também, decorre a necessidade da heteronormatividade, como já sublinhamos no item anterior. Outra vantagem que o sistema familiar oferecera para a classe dominante foi ter permitido "a forma mais barata possível para a reprodução de novas gerações de massas trabalhadoras" (WATERS, 1979, p.86; tradução nossa[99]). Barateamento proporcionado, fundamentalmente, pela divisão sexual do trabalho, na qual a mulher é responsabilizada por meio de um trabalho não remunerado pela satisfação das necessidades dos membros da família. Por isso, "este sistema serve perfeitamente para maximizar a acumulação privada de riqueza social, e para perpetuar a opressão da mulher" (WATERS, 1979, p. 87; tradução nossa[100]).

Há ainda a importante função ideológica que a instituição familiar cumpre, função não menos importante que as demais. Como nos alerta Mészáros (2002, p. 271), a família nuclear "não deixa de ser profundamente autoritária devido às funções que lhe são atribuídas num sistema de controle metabólico dominado pelo capital que determina a orientação de indivíduos particulares por meio de seu sistema incontestável de valores". Para conseguir manter esse "sistema incontestável" de valores, a família conta com a ideologia de que é o "lugar de aconchego e paz". Na verdade, isso não passa de um mito "que mascara a prática da violência em suas diversas formas: violência física, psicológica e sexual e maus tratos contra mulheres, crianças, adolescentes e idosas/os" (PLATAFORMA

[98] Texto original: "[...] los indivíduos empezaron a apropiarse del excedente creado por el trabajo coletivo de la comunidade, conservándolo como propiedad personal o privada. Conforme empezó a desarrollarse la propiedad privada, tenía que crearse un mecanismo o instituición que regulara y mantuviera la distribución desigual de las necessidades de vida" (idem, ibid).

[99] Texto original: "la forma más barata posible para la reproducción de nuevas generaciones de masas trabajadoras, tanto si se trata de esclavos como de sirvientes o asalariados" (idem, ibid).

[100] Texto original: "Este sistema sirve perfectamente para maximizar la acumulación privada de riqueza social, y oara perpetuar la opresión de la mujer" (idem, ibid).

FEMINISTA, 2002, p. 26). Com essa idealização da família o crescimento da violência no cotidiano é encoberto, dificultando, portanto, o seu necessário combate.

A família patriarcal realiza o papel ideológico na difusão do conservadorismo "ao ensinar as crianças desde a infância que devem aceitar as estruturas e premissas básicas da sociedade de classe" (WATERS, 1979, p. 88; tradução nossa[101]). Há, assim, por meio desse modelo familiar, uma internalização de valores conservadores, ou melhor, (des)valores junto às crianças: "desigualdade, competitividade, autoridade e hierarquia, preconceitos e funções sexistas" (WATERS, 1979, tradução nossa[102]). Logo, concordamos com Waters (1979), que o sistema familiar "é também um pilar indispensável ao Estado" (WATERS, tradução nossa[103]). Claro que, juntamente com a família, como também nos lembra Waters (1979), foi necessário, seja para o aspecto ideológico, seja para manter a divisão de riqueza por meio da força, outras instituições como a Igreja, a polícia, as leis, as prisões.

A família patriarcal, portanto, é uma instituição que "permite perpetuar a opressão específica das mulheres como sexo", uma vez que o "sistema familiar está baseado na escravidão doméstica e na dependência econômica da mulher" (WATERS, 1979, p. 81; tradução nossa[104]). Ainda que com a industrialização a família tenha perdido significativamente o seu caráter de unidade de produção, esse não foi de todo eliminado, dada a permanência do trabalho doméstico não remunerado. Contudo, não trataremos a família como unidade econômica, mas, como uma "instituição econômica" (DELPHY, 2009, tomo I, p. 95; tradução nossa[105]). Em outras palavras, em que pesem as transformações estruturais que afetaram a configuração da família nuclear, podemos afirmar, concordando com Mészáros (2002, p. 278), que a família permanece ocupando "uma posição de importância essencial na reprodução do próprio sistema do capital". Afinal, justifica o autor, "ela é seu 'microcosmo' insubstituível de reprodução e consumo" (idem, 2002), além da garantia da perpetuação da propriedade privada.

---

[101] Texto original: "[...] as enseñar a los niños desde la infância que deben aceptar las estructuras y premisas básicas de la sociedade de clases" (idem, ibid).

[102] Texto original: "desigualdade, competitividade, atoridad y jerarquia, prejuicios y funciones sexistas" (idem, ibid).

[103] Texto original: "es también um pilar indispensable del Estado" (idem, ibid).

[104] Texto original: "permite perpetuar la opresión específica de las mujeres como sexo [...] el sistema familiar está baseado em la esclavitud doméstica y em la dependência de la mujer" (idem, ibid).

[105] Texto original: "[...] instutuition économique" (idem, ibid).

Aqui cabe a reflexão de que mesmo quando a família não assegura, por meio do trabalho doméstico não remunerado, a reprodução social, é o trabalho feminino desvalorizado e mal remunerado que, via de regra a garante. Lembremos do *care* para ilustrar essa afirmação, especialmente no contexto das políticas de ajuste neoliberais.

É por meio da família que se estrutura o que Delphy (2009, Tomo I) chama de modo de produção doméstico, que incorpora e reproduz um modo de circulação e de consumação de bens e serviços baseados na exploração das mulheres. Nas palavras de Delphy (2009, p. 35-36): "A família é o lugar de uma exploração econômica: das mulheres" (tradução nossa)[106]. Essa exploração é realizada, fundamentalmente, pelos trabalhos domésticos não remunerados e pela responsabilidade com o cuidado das crianças, inválidos(as) e velhos(as). Ainda que concordemos com Delphy, diríamos que a família é um lugar por excelência de exploração da mulher, mas, não o único. Até porque tem crescido enormemente, como já apontamos, a exploração do trabalho feminino fora do ambiente doméstico. Por isso, confluimos mais com o pensamento de Falquet (2008), na sua análise sobre o "trabalho desvalorizado", que engloba o que vai do trabalho não remunerado ao assalariado, mas, marcado por relações de exploração e precarização. Enfim, cremos que é o trabalho feminino desvalorizado, seja feito por uma mulher pertencente ou não a família onde o mesmo é realizado, que pode nos oferecer as pistas para o entendimento da apropriação capitalista atual sobre a reprodução social, garantida, em grande medida, pelas mulheres. Daí a centralidade da categoria divisão sexual do trabalho, mais que a de família, para o entendimento da exploração e da opressão da mulher.

Apesar de reconhecermos que a família é insuficiente para explicar a reprodução social, ela ainda nos parece indispensável. Ainda que novas configurações familiares estejam em forte curso histórico, a família permanece como uma significativa instituição na garantia da estrutura para a divisão sexual do trabalho e, por extensão, da reprodução social. Na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente ao ano de 2011[107], foi comprovada uma mínima alteração na participação masculina com os afazeres domésticos. Segundo o

[106] Texto original: "[...] la famille est le lieu d'une exploitation économique: celles des femmes" (idem, ibid).

[107] Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_anual/2011/Sintese_Indicadores/sintese_pnad2011.pdf. Acessado em 06 de nov. de 2012.

resultado da pesquisa, os homens ocupados dedicavam dez horas semanais com os afazeres domésticos em 2001. Em 2011, esse dado aumenta apenas oito minutos, ou seja, dez horas e oito minutos é o tempo que um homem empregado no Brasil dedica com atividades domésticas. Enquanto as mulheres ocupadas destinavam vinte e quatro horas e quatro minutos no início da década passada. Em 2011, a atividade consumia vinte e duas horas e treze minutos. Esses dados revelam, portanto, que embora o avanço das forças produtivas tenha diminuído o trabalho doméstico feminino, ainda estamos longe de vê-lo eliminado.

Mesmo em relações homoafetivas, ou seja, àquelas formadas por um casal de mulheres ou de homens, percebemos a presença da divisão sexual do trabalho, graças à incorporação da ideologia heteronormativa-patriarcal, que faz com que duas pessoas do mesmo sexo, em uma relação conjugal, também reproduzam a divisão sexual do trabalho. Por exemplo, é comum percebemos em um casal lésbico uma representação considerada feminina e uma outra masculina na divisão do trabalho doméstico e no próprio comportamento considerado feminino e masculino respectivamente. Aqui lembramos mais uma vez a força do patriarcado que, por funcionar como um sistema, é incorporado e reproduzido também pelas mulheres, mesmo sem a presença direta de um homem.

Assim, embora com todas as alterações sofridas, a família, mais precisamente, o trabalho reprodutivo feminino, permanece imperativo aos estudos e análises feministas.

Os produtos garantidos pelo trabalho reprodutivo não tem sua consumação esgotada no interior da família, uma vez que eles serão destinados também ao mercado. Mais do que isso, o trabalho reprodutivo não remunerado garante a principal mercadoria do modo de produção capitalista: a força de trabalho, já que é somente por meio dela que se produz a riqueza. Não é, pois, à toa, que:

> [...] a participação das mulheres na criação de mercadorias e na produção de bens vitais é atestada por toda a literatura etnológica e constitui uma pedra no jardim dos ideólogos que tentam explicar o estatuto inferior das mulheres pelo seu papel secundário – pelo menos 'as origens' – na sobrevivência da espécie (DELPHY, 2009, Tomo I, p. 37; tradução nossa[108]).

[108] Texto original: "La participation des femmes à la création de marchandises et de productions vitales est attestée par toute la littérature ethnologique et constutue une pierre dans le jardin des idéologues qui tentent d'expliquer le statut inférieur de la femme par leur rôle secondaire - du moins «aux origines» - dans la survie de l'espèce" (idem, ibid).

Na verdade, a apropriação do trabalho reprodutivo é parte integrante do modo de produção capitalista. Para compreendermos isso, é central desvelar que a exploração econômica das mulheres dentro da família é vinculada à exploração dentro do mundo do trabalho capitalista, ou seja, "o trabalho gratuito de uma mulher é [...] contado na economia geral da exploração" (DELPHY, Tomo I, 2009, p. 38; tradução nossa[109]). Em outras palavras, o que Delphy denomina de "modo de produção doméstico", é parte integrante e indispensável ao modo de produção capitalista. Esse modo de produção se apoia na exploração do trabalho doméstico da mulher, assim como na exploração da força de trabalho feminina na esfera produtiva, onde via de regra recebem baixos salários e são desvalorizadas. Em síntese, podemos dizer, então, que o modo de produção capitalista, encontra na exploração do trabalho da mulher, seja na esfera produtiva, seja na esfera reprodutiva (em trabalho remunerado ou não), uma das suas bases de sustentação.

Delphy (Tomo I, 2009, p. 48) defende que existem dois modos de produção na nossa sociedade. Explica a autora:

> Constatamos a existência de dois modos de produção na nossa sociedade: a maioria das mercadorias são produzidas pelo modo industrial; os serviços domésticos, a criação das crianças e um certo número de mercadorias são produzidas pelo modo familiar. O primeiro modo de produção dar lugar à exploração capitalista. O segundo dar lugar à exploração familiar, ou mais exatamente patriarcal (Tradução nossa[110]).

De modo diferente, cremos na existência de um único modo de produção em vigor. Cabe, contudo, entender que ele não se restringe à esfera produtiva. Até porque essa esfera dependende da reprodução social que, por sua vez, é garantida em grande medida pelo que Delphy (2009, Tomo I) denomina de "modo de produção doméstico" por meio da exploração patriarcal sobre o "trabalho desvalorizado" das mulheres, realizado não apenas nos limites da casa, mas, também, fora dela, como vimos anteriormente. Em outras palavras, as esferas produtivas e reprodutivas são indissociáveis, consubstanciais. Sendo esse modo de produção estruturado pelas relações de classe, "raça" e sexo (incluindo

[109] Texto original: "Le travail gratuit d'une femme est [...] compté dans l'économie générale de l'exploitation" (idem, ibid).

[110] Texto original: "On constate l'existence de deux modes de production dans notre societé: la plupart des marchandises sont produites sur le mode industriel; les services domestiques, l'élevage des enfants et um certain nombre de marchandises sont produites sur le mode familial. Le premier mode de production donne lieu à l'exploitation capitaliste. Le second donne lieu à l'exploitation familiale, ou plus exactement patriarcale" (idem, ibid).

sexualidade), podemos denominá-lo de modo de produção racista-patriarcal-heteronormativo-capitalista. Temos, portanto, um único sistema, um único modo de produção, mas, conformados por essas relações – mediações e contradições – que são dialeticamente consubstanciais, como já defendemos anteriormente.

Entrando mais na especificidade do que ora tratamos, gostaríamos de destacar a gravidade da exploração do trabalho reprodutivo não remunerado. Essa é comparada à relação de escravidão, como nos afirma Delphy: "O fornecimento gratuito do trabalho no contexto de uma relação global e pessoal (o casamento), constitui precisamente uma relação de escravidão" (2009, Tomo I, p. 51; tradução nossa[111]). Nas palavras de Marx (2009 b, p. 104), o casamento "é certamente uma **forma de propriedade privada exclusiva**".

Para analisarmos com mais profundidade essa relação de escravidão, é indispensável compreendermos a divisão sexual do trabalho (DST) na condição de mola propulsora do sistema patriarcal. Paola Tabet (2005) nos chama atenção para perceber que a divisão sexual do trabalho não é algo natural, tampouco, corresponde a uma complementariedade e reciprocidade entre homens e mulheres. Ao contrário, trata-se, segundo Tabet (2005), de uma relação de domínio. Nessa perspectiva, a feminista apresenta a tese de que a divisão sexual do trabalho "**não é neutra e sim orientada e assimétrica**" (TABET, 2005, p. 63; destaque da autora; tradução nossa[112]). Dessa forma, entendemos que a DST possui determinações sociais e atende a interesses, uma vez que é marcada pela assimetria, ou por que não dizer, pela desigualdade.

Concordamos com Tabet (2005, p.63) ao afirmar que a divisão sexual do trabalho expressa "as relações de classe entre os dois sexos, ainda antes das definições ideológicas que acompanham as tarefas em si (como por exemplo a valorização das atividades masculinas)" (Tradução nossa[113]). Afinal, não é a ideologia que determina a desigualdade entre os sexos, posto que ambas (ideologia e desigualdade) resultam das relações materiais concretas, como vimos no Capítulo 1.

---

[111] Texto original: "La fourniture gratuite de travail dans le cadre d'une relation globale et personnelle (le mariage), constitue précisément un rapport d'esclavage" (idem, ibid).

[112] Texto original: "*no es neutra, sino que orientada y assimétrica*" (idem, ibid).

[113] Texto original: "las relaciones de clase entre los dos sexos, aún antes de las definiciones ideológicas que acompañan las tareas mismas (como por ejemplo la valorización de las actividades masculinas)" (idem, ibid).

Paola Tabet (2005) ainda nos chama atenção para a necessidade de analisar a divisão sexual do trabalho considerando sua relação com a apropriação e controle dos instrumentos de trabalho por parte dos homens, posto que as mulheres realizam determinados trabalhos e são excluídas de outros, segundo o acesso (ou não) aos instrumentos. Para Tabet (2005) esse controle masculino sobre os instrumentos constitui um dos elementos da relação de classe entre mulheres e homens. Esclarece a autora:

> A presença de instrumentos sempre mais complexos abre a possibilidade de uma produtividade de trabalho mais constante e bem mais elevada. Está em jogo um poder sobre a matéria e uma apropriação da natureza muito mais além dos limites do corpo humano. O controle da produção e da sociedade exige um **controle direto também sobre os instrumentos de produção** (TABET, 2005, p. 111; destaque da autora; tradução nossa[114]).

Não apenas o controle dos instrumentos, mas, também, o controle das armas, segundo Tabet (2005) garante o poder dos homens sobre as mulheres. Assim, o monopólio das armas-instrumento possibilita o domínio masculino. Contudo, tais elementos são insuficientes para a compreensão da divisão sexual do trabalho, bem como do domínio masculino. Paola Tabet (2005) complementa seu pensamento afirmando que a análise dos produtos obtidos dessa divisão sexual do trabalho, do acesso à matéria-prima e a tecnologia, também são indispensáveis para aprofundar as razões da separação hierárquica entre os sexos e a realização dos seus respectivos trabalhos. Trata-se, portanto, "do controle das técnicas e das matérias primas sem as quais não se podem produzir nem armas, nem instrumentos" (TABET, 2005, p. 117; tradução nossa[115]).

Para Danièle Kergoat (2012, p. 214) a divisão sexual do trabalho é:

> [...] a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; essa forma é modulada historicamente e socialmente. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera

[114] Texto original: "La presencia de instrumentos siempre más complejos abre la posibilidad de una productividad del trabajo más constante y bastante más elevada. Está en juego un poder sobre la materia y una apropiación de la naturaleza mucho más allá de los límites del cuerpo humano. El control de la producción y de la sociedad exige un *control directo también sobre los instrumentos de producción"* (*IDEM, IBID*).

[115] Texto original: "del control de las técnicas y de las materias primas sin las cuales no se pueden producir ni armas ni instrumentos" (*IDEM, IBID*).

> reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares etc.) (Tradução nossa[116]).

Assim, a divisão entre a esfera produtiva e reprodutiva fortaleceu a hierarquia e a desigualdade entre homens e mulheres. A esfera produtiva é a da valorização, da **produção** da riqueza e, portanto, é tida como um espaço privilegiadamente masculino. A esfera da **reprodução social** – aqui entendida como as atividades necessárias para garantir a manutenção e reprodução da força de trabalho –, é considerada um espaço feminino.

Logo, a divisão sexual do trabalho é a base estruturante da exploração e da opressão da mulher. Ela é entendida como relação social e, como tal, é histórica, portanto, sujeita a transformações, contudo, mantém seus dois "princípios organizadores" que funcionam como "invariantes" nesta categoria: a "hierarquia", por agregar sempre maior valor ao trabalho masculino em detrimento do feminino; e a "separação" entre o que é trabalho do homem e da mulher (KERGOAT, 2009, 2010, 2010 a, 2012).

A divisão sexual do trabalho, por conseguinte, não pode ser compreendida apenas como uma diferença entre os trabalhos realizados por homens e mulheres, e sim, como a base das assimetrias e hierarquias contidas nessa divisão, e que se expressam nas desigualdades existentes, dentre outros aspectos, nas carreiras, nas qualificações[117] e nos salários entre os sexos. Segundo Souza-Lobo (2011), as pesquisas sobre a divisão sexual do trabalho apontam que a subordinação é o ponto em comum das mais variadas experiências de trabalho realizado por mulheres. "A divisão sexual do trabalho produz e reproduz a assimetria entre práticas femininas e masculinas, constrói e reconstrói mecanismos de sujeição e disciplinamento das mulheres, produz e reproduz a subordinação do gênero dominação" (SOUZA-LOBO, 2011, p. 174).

Para Souza-Lobo (2011, p. 152), a divisão sexual do trabalho "não só separa e articula produção e reprodução, mas estrutura as relações no trabalho produtivo, permite recolocar a questão da relação entre a dinâmica das relações capitalistas de trabalho e a

---

[116] Texto original: "la forme de division du travail social qui découle des rapports sociaux de sexes; cette forme est modulée historiquement et socialement. Elle a pour caractéristique l'assignation prioritaire des hommes à la sphère productive et des femmes à la sphère reproductive, ainsi que, simultanément, la captation par les hommes des fonctions possédant une forte valeur sociale ajoutée (politiques, religieuses, militaires, etc)" (idem, ibid).

[117] Segundo Souza-Lobo (2011), a qualificação profissional para as mulheres constitui em uma "possibilidade excepcional". Por isso, ainda segundo a autora, "a desqualificação profissional das trabalhadoras remete às relações de gênero, as rupturas são individuais e configuram situações excepcionas" (2011, p. 100).

força de trabalho feminina sob um ângulo que integra os dois níveis, sexualizando as relações de trabalho e as relações sociais". Isso, ainda segundo a autora, permite questionar as generalidades, "fazendo emergir as relações invisíveis que estruturam o trabalho doméstico ou a própria divisão sexual do trabalho e das tarefas nas várias relações sociais" (idem).

A divisão sexual do trabalho não diz respeito "apenas" as relações sociais de sexo. Concordamos com Devreux (2011, p. 12-13), quando afirma que a divisão sexual do trabalho opera como uma divisão social:

> A organização social do compartilhamento do trabalho (e, portanto, também, do emprego) entre os dois grupos de sexo. Essa divisão sexual do trabalho atravessa a sociedade e articula os campos do trabalho produtivo e do trabalho reprodutivo. Não os separa: ela os articula, excluindo ou integrando, segundo os momentos e as necessidades dos dominantes, as mulheres à esfera produtiva, devolvendo-as global ou parcialmente à esfera reprodutiva.

Dessa forma, para entender a divisão sexual do trabalho é necessário que analisemos não apenas a esfera da produção, mas a sua relação com a reprodução social. Apenas com essa análise mais ampliada é que é possível compreendê-la "como uma estratégia de gestão da força de trabalho, através de representações e de linguagem do capital" (SOUZA-LOBO, 2011, p. 68). Podemos ousar em ir um pouco mais adiante do que a Souza-Lobo, ao dizer que a análise crítica da divisão sexual do trabalho na relação entre produção e reprodução social, permite-nos desvelar, em grande medida, não apenas uma estratégia de gestão, mas, também, da própria produção e reprodução da força de trabalho, sem a qual não haveria capital, já que se constitui na única mercadoria capaz de gerar riqueza.

Logo, a divisão sexual do trabalho não pode ser analisada apenas nas "fábricas", no mundo do trabalho, mas, também, no mundo da política, da família e de suas extensões. Por isso, "é necessário combinar a análise do cotidiano da fábrica e do sindicato com o da família operária. E a partir desse cotidiano visível e invisível, na fábrica e em casa, que se pode começar a discutir a autonomia das práticas sociais dos homens e das mulheres dentro da classe operária e sua integração nas lutas do movimento operário no Brasil" (SOUZA-LOBO, 2011, p. 49).

A importância em se perceber a relação da divisão sexual do trabalho no espaço da casa e da fábrica está em compreender que essa divisão é determinada por um único

sistema que integra esses universos de forma a se apropriar das "qualidades" ditas femininas, aprendidas em grande medida na família, para ampliação dos lucros na fábrica. Assim é que "os dedos ágeis, a paciência, a resistência à monotonia são considerados próprios da força de trabalho feminina. [...] a própria qualificação é sexuada e reflete critérios diferentes para o trabalho de homens e mulheres, ocorrendo frequentemente uma desqualificação do trabalho feminino, assimilado a dons naturais, desconsiderando-se o treinamento informal" (SOUZA-LOBO, 2011, p. 154).

A apropriação dessas "qualidades" tidas como femininas desconsidera o treinamento informal das mulheres, atribuindo tais "qualidades" a uma suposta "natureza feminina". Isso permite que as atividades realizadas pelas mulheres não sejam percebidas, tampouco, valorizadas como um trabalho especializado, o que serve de justificativa para os baixos salários recebidos pelas mulheres.

A divisão sexual do poder, assim como a divisão sexual do trabalho e a categorização de sexo, é transversal. A divisão de poderes entre os sexos não resulta de uma questão natural, tampouco biológica. Isso significa que não está vinculada às capacidades físicas dos homens e das mulheres. Essa divisão está vinculada à "sexuação social" que encontra apoio na divisão sexual do trabalho e na categorização do sexo, tendo a divisão entre público e privado como uma determinação importante (DEVREUX, 2011).

A categorização do sexo ocorre de forma concomitante com a divisão sexual do trabalho e a divisão sexual do poder, ou melhor, ocorrem no mesmo processo. Nas palavras de Devreux (2011, p. 13): "Cada vez que há divisão sexual do trabalho ou do poder, há criação e reiteração de categorizações sexuadas".

A primeira categorização social do sexo ocorre com a partição dos indivíduos entre categorias de sexo, entre homens e mulheres. Tal partição obedece a um sistema de valores, atributos e normas que fixam o que é considerado "feminino" e "masculino". Assim, desde a infância, meninos e meninas recebem uma educação sexista, ou seja, aquela que não apenas diferencia os sexos, mas educa homens e mulheres de forma desigual. Para isso, o sistema patriarcal conta com algumas instituições na difusão da sua ideologia, das quais destacamos a família, a igreja e a escola. Meninas são educadas para lavar, cozinhar, passar, cuidar dos filhos(as) e do marido e serem submissas, passivas e tímidas. Meninos são educados para serem fortes, valentes, decididos e provedores. Cabe, portanto, às mulheres, no sistema patriarcal que foi incorporado pelo capitalismo, a responsabilidade com o trabalho reprodutivo, sem o qual a produção social seria

fortemente dificultada já que ele garante, em grande medida, a reprodução da força de trabalho.

Em outras palavras, a categorização que cria grupos antagônicos, operada por meio das relações sociais de sexo, consiste em fixar como verdades definições social, estabelecendo o que é um homem e uma mulher, o que é ou não trabalho, o que tem ou não valor, o que é ou não produção. Além, é claro, de estabelecer o que é e o que não é socialmente aceitável (DEVREUX, 2011, p. 14).

Vale ressaltar que essa categorização é assimétrica, no sentido de não ocorrer da mesma forma para homens e mulheres. Isso ocorre porque:

> [...] a posição dominante dos homens dispensa estabelecer o que é o masculino, pois o masculino é a norma de referência. É necessário, para essa dominação masculina, ditar o que não é suficientemente viril (por exemplo, com relação à homossexualidade) para consolidar a norma de referência" (DEVREUX, 2011, p. 14).

Como nos aponta Souza-Lobo (2011, p. 169), "a assimetria nas relações de trabalho masculinas e femininas se manifesta não apenas na divisão [do trabalho] de tarefas [sic] mas nos critérios que definem a qualificação das tarefas, nos salários, na disciplina de trabalho" (SOUZA-LOBO, 2011, p. 169; inserção nossa).

Essas são as bases materiais que fundamentam a reprodução da ideologia patriarcal, racista e heteronormativa que ainda imperam no capitalismo contemporâneo, fortalecendo os antagonismos entre as classes sociais e as diferenças que as configuram. Tal ideologia é, fundamentelmente, reproduzida devido à naturalização dos sexos que, por sua vez, é possibilitada pela alienação. Essa ideologia naturalista, segundo Kergoat (2010 a), legitima os dois princípios organizadores do trabalho, o da separação e o da hierarquia.

A ideologia decorrente da integração dialética entre as dimensões que compõem o sistema patriarcal-racista-heteronormativo-capitalista é fundamental para a reprodução e perpetuação do mesmo, uma vez que naturaliza as opressões e explorações decorrentes desse sistema, muitas vezes, nem percebidas como tais, tamanho o nível de naturalização permitida pela alienação reinante nesta sociedade. Daí a importância de empreendermos uma crítica à ideologia naturalista. O que faremos a seguir.

2.3 **Alienação e ideologia a serviço das relações patriarcal-racista-heteronormativo-capitalistas: crítica à ideia de natureza**

A perspectiva pós-estruturalista, pós-moderna ou mesmo "pós-feministas"[118] atribui, de uma maneira geral, a desigualdade entre homens e mulheres à cultura, sem vinculá-la às relações estruturais de dominação e de desigualdades. É certo que a cultura que vivenciamos fomenta modelos conservadores de comportamento e conduta considerados "femininos" ou "masculinos" que, em grande medida, reproduzem a desigualdade histórica entre homens e mulheres. Isso ocorre porque é por meio da cultura que os valores, costumes, comportamentos, modos de pensar e de se expressar são reproduzidos.

Agora, cabe a nós perguntar: de onde vem a cultura? Como ela é determinada e reproduzida? Quem a produz? A cultura, como nos ensina a tradição marxista, possui determinações materiais. Ela é produzida nas e pelas relações sociais que estabelecemos, em um terreno marcado pela luta de classes antagônicas. Na particularidade das "relações sociais de sexo", como nos lembra Delphy (2009a, p. 253-254): "a construção social dos valores, o masculino e o feminino são as criações culturais de uma sociedade fundada, entre outras hierarquias, sobre uma hierarquia de gênero". As hierarquias e os interesses que elas guardam/atendem, devem, portanto, ser desvelados criticamente para o entendimento dos valores e do que se concebe como feminino e masculino. Nessa linha de raciocínio, esclarece-nos Saffioti:

> [...] a formação econômico-social capitalista, estágio mais avançado das sociedades baseadas na propriedade privada dos meios de produção, se configura como aquela que, por ter desnudado o fundamento econômico de si própria, necessita construir a mais ampla e bem elaborada capa sob a qual oculta as

[118] De acordo com Mary Garcia Castro (2000, p.98): "O pós-feminismo toma formato de movimento a partir de 1990 – não somente na Europa, onde se iniciara mas também nos EUA. Critica-se o que se identificaria como 'postura feminista', isto é, o 'policiamento' da sexualidade e a redução da mulher à vítima. E afasta-se de conceitos como patriarcado, das distinções entre o feminino e o masculino e da ênfase em relações entre tais constructos. Também se recusa o conceito de gênero, por considerar que levaria ao ocultamento da homo e da bissexualidade. Celebram-se as diferenças culturais (o que herda também do pós-estruturalismo) e, na esteira do pós-modernismo, rejeita-se o capitalismo, no plano discursivo e o marxismo, caricaturado como perspectiva 'economicista' e totalizante que, ao enfatizar a igualdade, tenderia a homogeneizar experiências e a considerar que só haveria um sujeito na revolução, o proletariado (aliás, revolução termo também abolido do léxico dos 'pós', seria uma 'meta narrativa' incompatível com uma ideologia que preza o "eterno presente"). Move-se na "luta discursiva", ou seja "na luta pelo controle dos termos e regras do discurso", e rompe com a "unidade-de-teoria-e-prática marxista, a revolução como processo" – textos entre aspas, de Fredric Jameson".

> injustiças sociais. Assim, na defesa de valores real ou supostamente mais altos, como o equilíbrio das relações familiares, o bom andamento dos serviços domésticos, a preservação dos métodos tradicionais de socialização dos imaturos, o respeito ao princípio moral da distância entre os sexos, faz-se a mais completa e racional utilização de critérios irracionais, tais como a debilidade física, a instabilidade emocional e a pequena inteligência femininas, a fim de imprimir-se ao trabalho feminino o caráter de trabalho subsidiário e tornar a mulher elemento constitutivo por excelência do enorme contingente humano diretamente marginalizado das funções produtivas (1979, p. 234).

Assim, permeada pela ideologia que atende aos interesses das classes dominantes, a cultura não pode ser entendida com uma esfera abstrata, isolada das relações estruturais da sociedade que, por sua vez, compõem a base de produção da ideologia, como visto no Capítulo 1, item 1.2.1. Assim, para entender a cultura, é necessário entender como e porque as relações materiais produzem a ideologia. Dessa forma, evitamos cair na sedução da naturalização da cultura ou da percepção da cultura como algo dado ou que não pode ser alterado.

A ideologia dominante, patriarcal-racista-heteronormativa-capitalista, penetra nas consciências dos indivíduos devido à naturalização das relações de dominação e exploração que a alienação produz. Essa naturalização dificulta a possibilidade de se pensar e agir de forma transformadora. Com isso, muitos indivíduos não percebem essas relações como tais [de dominação e exploração] ou, quando percebem, não acham possível alterá-las. É essa alienação que faz com que mulheres naturalizem e reproduzam a sua condição de subalternidade e subserviência como algo inato ou mesmo biológico.

Como já explicitado anteriormente, a incorporação da subalternidade pelas mulheres é histórica e possui um passado longínquo. Segundo Bebel (1976 [1879][119]): a mulher foi o primeiro ser a sofrer a escravidão, mesmo antes dos escravos e dela se tornar fundamento de um modo de produção. Há, portanto, uma histórica estruturação das relações de apropriação e exploração que pesam sobre as mulheres, associadas a uma forte ideologia patriarcal que se enraizou de tal maneira que as condições de vida das mulheres lhes parece, muitas vezes, naturais/normais ou imutáveis. Por isso, o processo de naturalização da subalternidade é tão forte nas mulheres e o processo de conscientização de sua condição não é tão simples de ser alcançado.

[119] O livro de August Bebel: **A mulher e o socialismo**, É considerado a primeira obra escrito por um marxista sobre a questão da mulher. Bebel foi um dos fundadores do socialismo marxista alemão e um de seus melhores protagonistas, segundo Vicente Romano García, no Prefácio da edição casteliana do livro de Bebel, publicada em 1976.

Se toda ideologia é determinada por uma base material, sabemos que no caso da ideologia de opressão e de subordinação da mulher, pousam sobre a exploração e a apropriação femininas, as suas bases materiais estruturantes. Nesse sentido, segundo Samora Machel (1982, p. 34):

> A exploração da Mulher é um aspecto do sistema geral de exploração do homem pelo homem. É esta exploração que cria as condições de alienação da mulher, a reduz à passividade e a exclui da esfera da tomada de decisões da sociedade. Assim, as contradições antagônicas que existem são entre a mulher e a ordem social exploradora. Estas contradições são as mesmas que opõem a totalidade das massas exploradas do nosso país e do mundo às classes exploradoras.

Ainda que concordemos em essência, com a citação acima, gostaríamos apenas de enfatizar que se pensam sobre as mulheres tamanha carga ideológica que levam muitas à passividade, há, tantas outras que resistiram e resistem, lutando contra esse sistema de exploração e opressão, contrariando, portanto, a naturalização da subordinação feminina.

Vale lembrar, como já assinalado no item 2.1, que a heterossexualidade é, segundo Falquet (2008), fundamental para o entendimento do processo de naturalização dos sexos. Em uma palavra: "A Heterossexualidade constrói e naturaliza os sexos – tanto para a sexualidade como para o trabalho" (FALQUET, 2008, p. 133). A desnaturalização dos sexos não é apenas importante para o entendimento crítico da subordinação da mulher, bem como do racismo e da heteronormatividade, ela é indispensável para o combate às relações racistas, patriarcais e heteronormativas.

Cabe aqui, o célebre pensamento, encontrando em uma das principais obras do feminismo, **O segundo sexo**[120], de Simone de Beauvoir (1980, v.2, p. 9): "Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam de feminino". Apesar da pertinência e importância desse pensamento de Beauvoir, Jules Falquet (2012, p. 166), coerentemente nos chama atenção:

---

[120] A obra de Beauvoir foi publicada pela primeira vez em 1949, pela editora francesa Gllimard, sob o título original: **Le deuxième sexe**. Concordamos com Françoise Collin (2009, p. 61), ao afirmar que "a originalidade e o interesse de **O segundo sexo** de Simone de Beauvoir está em articular todos os aspectos do problema das relações entre os sexos e de mostrar que suas modalidades sociológicas, econômicas, psicológicas são o fruto de uma estrutura única. Esta última é tributária não de uma realidade ontológica denominada 'natural', mas de uma relação de dominação que, embora pareça poupar nenhuma sociedade e nenhuma época da História, é apresentada como culturalmente construída e, portanto, passível de ser superada".

> [...] o tornar-se não é apenas o resultado de uma socialização progressiva que se estende pelos anos e continua até a morte: ele possui uma dimensão instantânea que se processa desde o nascimento ou na ecografia, no momento preciso onde é designado(a) como do sexo feminino ou masculino, com base na observação dos órgãos sexuais. A formulação mais adequada da afirmação beauvoiriana é portanto, "não se nasce mulher: converte-se no mesmo momento em que se é designada como tal no nascimento (Tradução nossa[121]).

Esse processo de naturalização da mulher, iniciado com a descoberta do sexo genital, que a aprisiona a uma suposta biologia determinista da forma de ser e agir femininos precisa ser problematizado em sua totalidade. Para tanto, como nos ensinou Simone de Beauvoir (1980, v.1, p. 57) é "à luz de um contexto ontológico, econômico, social e psicológico" [e político], "que teremos que esclarecer os dados da biologia". Afinal, "a biologia não basta para fornecer uma resposta à pergunta que nos preocupa: por que a mulher é o **Outro**? Trata-se de saber como a natureza foi nela revista através da história; trata-se de saber o que a humanidade fez da fêmea humana" (FALQUET,*2012* destaque da autora). Poderímos ainda dizer que a biologia não é apenas insuficiente, mas, na verdade, desnecessária para responder a isso.

> [...] uma sociedade não é uma espécie: nela, a espécie realiza-se como existência; transcende-se para o mundo e para o futuro; seus costumes não se deduzem da biologia; os indivíduos nunca são abandonados à sua natureza; obedecem a essa segunda natureza que é o costume e na qual se refletem os desejos e os temores que traduzem sua atualidade ontológica. Não é enquanto corpo, é enquanto corpos submetidos a tabus, a leis, que o sujeito toma consciência de si mesmo e se realiza: é em nome de certos valores que ele se valoriza. E, diga-se mais uma vez, não é a fisiologia que pode criar valores. Os dados biológicos revestem os que o existente lhes confere (BEAUVOIR, 1980, v.1, p. 56).

Concordamos com Gurgel (2011, p. 39) quando afirma a atualidade do Segundo Sexo e a importância de Beauvoir para os estudos feministas ao explorar a "situação da mulher como uma alienação, como o outro. Daí a importância da perspectiva da autodesignação e emancipação que o feminismo sintetiza como sujeito de liberdade".

---

[121] Texto original: "[...] ce devenir n'est pas seulement le résultat d'une progressive socialisation qui s'étale sur des années et se poursuit jusqu'à la mort : il possède une dimension instantanée qui s'enclenche dès la naissance ou l'échographie, au moment précis où l'on est désigné-e comme de sexe féminin ou masculin sur la foi de l'observation des organes sexuels. La formulation la plus adéquate de l'affirmation beauvoirienne est ainsi "on ne naît pas femme : on le devient au moment même où l'on est désigné-e comme telle à la naissance" (idem, ibid).

Com base no pensamento de Beauvoir, podemos compreender que nós não nascemos naturalmente submissas e passivas, mas, incorporamos essa ideologia que expressa historicamente os interesses dominantes. Por isso, mulheres reproduzem o patriarcado independente da presença masculina e não porque gostam de ser submissas. Em outras palavras, é um equívoco atribuir às mulheres a responsabilidade pela reprodução do patriarcado, muitas vezes, alegando que são elas que educam os homens ou ainda, que "gostam" de serem submissas ou mesmo de sofrerem violência. Isso é responsabilizar o indivíduo desconsiderando o seu contexto histórico e as relações sociais que o determinam, relações essas repletas de alienação.

Nenhum ser humano dotado de consciência da sua condição social gosta de ser vítima de violência, de ser explorado e submisso. É por isso que precisamos desvelar o sistema de dominação e exploração sobre as mulheres, ou seja, o patriarcado, para entender as bases materiais da ideologia que naturaliza e reproduz a condição de inferioridade feminina.

Um exemplo da força dessa ideologia é sabermos que pensadores que exerceram forte influência na sociedade, como Hegel e Auguste Comte, no século XIX, reforçavam-na. Hegel, por exemplo, em sua obra: **Princípios da Filosofia do Direito**, [publicada originalmente em Berlim, em 1821], falava que havia uma "vocação natural dos dois sexos":

> A diferença que há entre o homem e a mulher é a mesma que há entre um animal e uma planta. O animal corresponde mais ao temperamento masculino, a planta mais ao da mulher, pois o seu desenvolvimento é mais tranquilo, tendo como princípio a unidade indeterminada da sensibilidade. Se as mulheres estiverem à frente do governo, o Estado está em perigo, pois elas não agem segundo as exigências de universalidade, mas segundo as inclinações e as opiniões contingentes. A formação das mulheres ocorre, não se sabe ao certo como, mais por meio [...] das circunstâncias da vida do que pela aquisição de conhecimentos. Os homens, ao contrário, só se impõem pela conquista do pensamento e pelos numerosos esforços de ordem técnica (HEGEL, 1940, §166, nota 21).

Auguste Comte, por sua vez, consegue ir mais longe, acredita em uma "inaptidão radical do sexo feminino para o governo, mesmo da simples família". Comte justifica tal pensamento com o argumento de que as mulheres se caracterizam por uma "espécie de estado infantil contínuo". Daí decorre a sua defesa de que a família, a casa, os núcleos da esfera privada, não poderiam ser-lhes entregues sem controle, mas dentro de limites determinados (PERROT, 2001, p. 178).

A feminista francesa Colette Guillaumin (2005), em um importante artigo publicado originalmente na Revista *Questions féministes*[122], em 1978, chamado: *Pratique du pouvoir et idée de Nature* ("Prática de poder e a ideia de natureza"; tradução nossa), oferece-nos uma preciosa análise sobre essa ideologia que naturaliza a subordinação das mulheres. Para ela, repousa sobre a ideia de uma "natureza" feminina a base ideológica dessa subordinação. Uma natureza que supostamente justifica o que seriam as mulheres.

Para Guillaumin (2005), é por meio da ideologia naturalista que se legitima a apropriação das mulheres em um processo de coisificação e naturalização irracional do seu ser. Tal ideologia, que concebe as mulheres como naturais e com um destino biológico a seguir, ou melhor, a cumprir, tem como base a "sexagem". O termo "sexagem" foi elaborado por Guillaumin (2002, [1978]), como um prolongamento dos conceitos de escravidão e servidão[123] (FALQUET, 2012). Por meio da sexagem as mulheres são resumidas ao sexo, sendo apropriadas não apenas no que diz respeito a sua força de trabalho, mas, também, ao seu corpo e a sua vida. Em outras palavras, a sexagem denota a apropriação material concreta da individualidade corporal das mulheres, em um processo que as tira da condição de sujeito e as tornam "coisas" (GUILLAUMIN, 2005).

Ao concordar com Guillaumin, Nicole Claude Mathieu (2005, p. 160), ressalta que a sexagem designa a "relação social de classe que se revela na apropriação do corpo, do trabalho e do tempo do conjunto das mulheres para o benefício pessoal e social dos homens em seu conjunto". Para tanto, a ideologia do naturalismo funciona como elemento difusor para aceitação acrítica desse processo.

Ao definir as relações (*rapport*s) de sexagem como relações de apropriação física direta, Guillaumin (2002 [1978], 2005), afirma que há dois tipos de apropriação: a individual ou privada e a coletiva. A apropriação individual é a realizada dentro da família, por meio do casamento. A coletiva, além de anterior, ela é mais profunda que a individual ou privada e é realizada, fundamentalmente, por meio das Igrejas, do Estado e das empresas. Como exemplos da apropriação coletiva, Guillaumin (2005*)* cita as prostitutas e

[122] A Revista *Questions féministes* foi fundada por Simone de Beauvoir, em 1977.

[123] De acordo com Jules Falquet (2012, p. 140), com base no pensamento de Guillaumin, existem duas razões objetivas para se estabelecer um paralelo entre as relações (*rapports*) de "sexagem" com as de servidão e escravidão: "(1) o processo ideológico de *naturalização das relações sociais* [*rapports sociaux*], e (2) sua diferença comum com o assalariamento, ou se a gente preferir, com o modo de produção capitalista" (Destaque da autora; tradução nossa). Texto original: "(1) le processus idéologique *de naturalisation des rapports sociaux*, et (2) leur différence commune avec le salariat, ou si l'on préfère, le mode de production capitaliste" (idem, ibid).

as religiosas. E, como meios de obtenção das apropriações individual e coletiva, ela destaca: o mercado de trabalho; o confinamento no espaço; a demonstração de força; a coerção sexual, o arsenal jurídico e o direito consuetudinário.

Jules Falquet (2012) propõe acrescentar a esses meios: *la contrainte procréative*[124] [a coerção procriativa; tradução nossa). Além disso, a autora sugere: " (1) considerar o mercado de trabalho (seu primeiro meio) como resultante dos outros meios, (2) ter em mente os meios do sistema jurídico ou habitual, acrescentando as políticas públicas decorrentes das leis a que estão relacionadas, (3) renomear e conceitualizar mais amplamente os três outros meios" (FALQUET, 2012, p. 186; destaques da autora; tradução nossa)[125].

Para ampliar o entendimento desses meios de apropriação, Falquet (2012, p. 210-211) propõe:

> [...] transformar a ideia de **confinamento no espaço**, que pode facilmente ser lida como a ação de um marido restringindo sua esposa ao espaço doméstico, em **restrição de mobilidade**, que inclui mais ostensivamente as políticas migratórias restritivas em relação às mulheres ou a obrigação de fugir dos territórios em guerra sob a ameaça das agressões sexuais. Da mesma forma, a **demonstração de força** (as agressões) **torna-se um *continuum* da violência masculina (violência e guerra)** permitindo perceber melhor a forte dimensão de "gênero" das guerras, assim como os determinantes e consequências econômicas da violência doméstica ou sexual. Por fim, a **coerção sexual** torna-se – provisoriamente – **heterossexualidade como obrigação relacional para as mulheres** (Destaque da autora; tradução nossa[126]).

---

[124] "Eu entendo por isso, o trabalho de ter uma gravidez em seguida de dar viabilidade a um bebê, na alimentação, cuidando e educando por um tempo frequentemente muito longo, muitas vezes, por várias décadas. Certamente, todas as mulheres não têm filhos, nem necessariamente muitos filhos. No entanto, quase todas as mulheres são vistas –e se veem– antes de mais nada como mães (reais ou em potencial) (FALQUET, 2012, p. 177; tradução nossa). Texto original: "J'entends par là, le travail de porter une grossesse puis d'amener un bébé à la viabilité, en le nourrissant, le soignant et l'éduquant pendant un temps souvent fort long, parfois plusieurs décennies. Certes, toutes les femmes n'ont pas d'enfants, ni nécessairement beaucoup d'enfants. Cependant, presque partout les femmes sont vues —et se voient— avant toute autre chose comme des mères (réelles ou en puissance)" (idem, ibid).

[125] Texto original: (1) de considérer le marché du travail (son premier moyen) comme la résultante des autres moyens, (2) de placer en tête des moyens le système juridique ou coutumier, en y ajoutant les politiques publiques découlant des lois ou qui leur sont liées, (3) de re-nommer et conceptualiser plus largement les trois autres moyens (idem, ibid).

[126] Texto original: "[...] "transformer l'idée de *confinement dans l'espace*, qui peut aisément être lue comme l'action d'un mari restreignant sa femme à l'espace domestique, en *mobilité contrainte*, qui inclut plus distinctement les politiques migratoires restrictives à l'égard des femmes ou l'obligation de fuir des territoires en guerre sous la menace des agressions sexuelles. De même, la *démonstration de force (les coups)* devient *continuum de la violence masculine (violence et guerre)* qui permet de mieux percevoir la dimension fortement « genrée » des guerres mais aussi les déterminants et les conséquences économiques de la violence domestique ou sexuelle. Enfin, la *contrainte sexuelle* devient —provisoirement— *hétérosexualité comme obligation relationnelle pour les femmes"*.

Como podemos perceber o naturalismo possui fundamentos materiais baseados no processo de apropriação e exploração, como já mencionamos. Desvelar esse naturalismo no terreno da história é um passo fundamental para o processo de formação da consciência das mulheres e de superação das relações de apropriação e exploração que se encontram implicadas. Para Guillaumin (2012 a, p. 273), o naturalismo pode ser chamado de racismo e de sexismo. Segundo a autora, com o naturalismo a natureza assume o lugar dos deuses, fixa regras sociais e chega a organizar "[...] programas genéticos especiais para os que são socialmente dominados" (FALQUET, 2012, p. 210-211, tradução nossa[127]). Por consequência, "[...] os socialmente dominantes se consideram como dominando a natureza em si mesma" (FALQUET, 2012, p. 210-211, tradução nossa[128]). Com isso, a dominação é compreendida como resultado dos "[...] elementos pré-programados dessa natureza" (FALQUET, tradução nossa[129]).

Desarte, o ponto central do pensamento tecido por Guillaumin (2005) consiste na crítica à concepção de que homens e mulheres possuem uma essência natural, determinada biologicamente. Esse discurso da Natureza é "movido *por* leis mecânicas naturais, ou eventualmente místico-naturais, mas, em nenhum caso por leis sociais, históricas, dialéticas, intelectuais e ainda menos políticas" (GUILLAUMIN, 2005, p. 56; tradução nossa[130]). Para a autora, os homens e as mulheres são definidos(as) nas e pelas relações sociais que, por sua vez, são materiais, concretas e históricas.

Nessa mesma perspectiva crítica à naturalização da mulher, Nicole Claude Mathieu (2005, p. 158) levanta duas questões pertinentes para a nossa reflexão: "1. Em que medida as sociedades **usam a ideologia da definição** biológica do sexo para construir a 'hierarquia' de gênero? 2. Em que medida as sociedade **manipulam a realidade** biológica do sexo com o fim de obter esta diferenciação social?" (Destaques da autora; tradução nossa[131]). Tais questões nos conduzem a analisar que a diferenciação social entre homens e

---

[127] Texto original: "[...] programmes génétiques spéciaux pour qui sont socialmente dominés" (idem, ibid).

[128] Texto original: "[...] les socialement dominants se considèrent comme dominant la Nature ele-même" (idem, ibid).

[129] Texto original: "[...] élémentes préprogrammés de cette Nature" (idem, ibid).

.

[130] Texto original: "movidos por leyes mecánicas naturales, o eventualmente místico-naturales, pero en ningún caso por leyes sociales, históricas, dialécticas, intelectuales y aún menos políticas" (idem, ibid).

[131] Texto original: "1. ¿En qué medida las sociedades *usan la ideología de la definición* biológica del sexo para construir la « jerarquía » de género? —la cual está basada a su vez sobre la opresión de un sexo por el

mulheres, ou melhor, a desigualdade social entre ambos é justificada como algo natural – ao ponto de manipular a própria realidade biológica – para ocultar o que de fato a define: as relações sociais. Com essa perspectiva naturalista e manipuladora da realidade, a ideologia naturalista dificulta a consciência de que a desigualdade ente os sexos é determinada por interesses socialmente construídos.

Segundo Guillaumin (2012 a, p. 275-276), devido à ideologia naturalista:

> [...] praticamente as mulheres não dispõem delas mesmas – elas são diretamente objetos – ideologicamente elas são um sexo, sem mediação nem autonomia. [...]. A relação de classe que as faz objetos é expressa até no seu sexo anatomo-fisiológico, sem que elas possam ter decisão ou mesmo uma simples prática autônoma como sujeito (tradução nossa[132]).

Com essa perspectiva, a mulher pertence a uma ideia de natureza sem nenhuma mediação social.

Guillaumin (2012 a, p. 279) refuta a ideia de que "[...] as ações de um grupo humano, de uma classe, são naturais; que elas são independentes das relações sociais, que elas preexistem à toda história, à todas condições concretas determinantes" (tradução nossa[133]). Por isso, Guillaumin (2005) ressalta a importância de percebermos que as relações sociais não são naturais, mas sim, vinculadas ao sistema de produção, ao trabalho e a exploração de uma classe sobre a outra. Em suas palavras, "em função do fato de que as mulheres são uma propriedade material concreta, se desenvolve sobre elas (e contra elas) um discurso de Natureza" (GUILLAUMIN, 2012 a, p. 296; tradução nossa[134]).

Nesse sentido, a autora vai ao encontro da perspectiva marxista de ideologia, a qual assevera que há uma base material para o desenvolvimento de qualquer ideologia. Assim é que para a produção do efeito ideológico de uma "suposta natureza" feminina, Guillaumin

---

otro. 2. ¿En qué medida las sociedades *manipulan la realidad* biológica del sexo con el fin de obtener esta diferenciación social? (idem, ibid).

[132] Texto original: "[...] pratiquement les femmes ne disposent pas d'elles-mêmes – elles sont directement des objets – idéologiquement elles sont donc un sexe, sans mediation, ni autonomie comme ells sont n'importe quell autre objet selon le contexte. Le rapport de classe qui les fait objet est exprimé jusque dans leurs sexe anatomo-physiologique, sans qu'elles puissenelles sontt avoir de décision ou même de simple pratique autonome à ce sujet" (idem, ibid).

[133] Texto original: "[...] les actions d'un groupe humain, d'une classe, sont 'naturelles'; qu'elles sont indépendantes des rapports sociaux, qu'elles preexistent à toute histoire, à toutes conditions concretes déterminées" (idem, ibid).

[134] Texto original: "Em fonction du fait que les femmes sont une propriété matérielle concrète, se développe sur elles (et contre eles) un discours de la Nature" (idem, ibid).

assegura haver um fato material: "uma relação de poder", "a imposição ilegítima permanente que constitui a apropriação [...] das mulheres por parte [...] dos homens" (2005, p. 22-23; tradução nossa[135]). Dessa forma:

> O efeito ideológico não é de maneira alguma uma categoria empírica autônoma, mas, a forma mental que tomam determinadas relações sociais; o fato e o efeito ideológico são as duas caras de um mesmo fenômeno. A primeira é uma relação social em que certos atores são reduzidos ao estado de unidade material (e não de simples portadores de força de trabalho). A outra, a cara ideológico-discursiva é a construção mental que faz desses mesmos atores elementos da natureza: "coisas" no pensamento mesmo (GUILLAUMIN, 2005, p. 23; tradução nossa[136]).

A sexagem, ou seja, a apropriação da mulher, segundo Guillaumin (GUILLAUMIN, 2005), é a base para a análise das "relações sociais de sexo". Comum com as condições dos escravos, a exploração sobre as mulheres, segundo a autora (GUILLAUMIN, 2005), não se restringe a apropriação da sua força de trabalho, mas, como já sinalizamos, há uma apropriação física do seu corpo, da sua sexualidade, da sua vida. Processo que a autora designa de "sexagem". Contudo, diferente dos escravos, as mulheres ofereciam duas outras vantagens: "é uma fonte de prazer, e sobretudo é uma produtora de outros trabalhadores, uma produtora de novas fontes de riqueza" (MACHEL, 1982, p. 22). A mulher assegura, ainda, a produção dos herdeiros, ou seja, garante a reprodução do sistema de herança que, por sua vez, assegura a perpetuação da propriedade privada.

Além disso, esse processo de apropriação não implica, na maioria das vezes, em uma contrapartida contratual para as mulheres, já que suas atividades são vistas como obrigações para cumprirem seu "papel natural" feminino. Logo, suas atividades não são percebidas, tampouco, valorizadas como trabalho. Esse é um aspecto que nos diferencia dos demais grupos oprimidos, ou seja, não temos, muitas vezes, a nossa força de trabalho percebida como tal, o que nos possibilitaria estabelecer uma relação contratual, ou seja,

---

[135] Texto original: "la imposición ilegítima permanente que constituye la apropiación de la clase de las mujeres por parte [...] de los hombres" (idem, ibid).

[136] Texto original: "El efecto ideológico no es de ninguna manera una categoria empírica autónoma, sino la forma mental que toman determinadas relaciones sociales; el hecho y el efecto ideológico son las dos caras de un mismo fenómeno. La una es una relación social en que ciertos actores son reducidos al estado de unidad material apropiada (y no de simples portadores de fuerza de trabajo). La otra, la cara ideológicodiscursiva, es la construcción mental que hace de estos mismos actores elementos de la naturaleza: 'cosas' en el pensamiento mismo" (idem, ibid).

uma contrapartida na condição de trabalhadoras. Isso exigiria, no mínimo, o nosso direito de vender força de trabalho, quando, muitas vezes, realizamos gratuitamente um trabalho como se fosse uma obrigação feminina. Assim, "contrariamente aos outros grupos dominados da sociedade industrial contemporânea, não temos a possibilidade de negociar ou vender essa força de trabalho, precisamente em função do fato de que ela é derivada do corpo físico e que, de antemão, este corpo é apropriado" (GUILLAUMIN, 2005, p. 42; tradução nossa[137]).

As expressões particulares dessas relações de sexagem que provocam a apropriação do conjunto das mulheres, bem como do corpo individual de cada uma delas são, de acordo com Guillaumin: "a) a apropriação do tempo; b) a apropriação dos produtos do corpo; c) a obrigação sexual; d) a carga física dos membros inválidos do grupo (inválidos por idade, bebês, crianças, idosos ou doentes e deficientes), assim como os **membros válidos do sexo masculino**" (GUILLAUMIN, 2005, p. 42*,* p. 26; destaque da autora; tradução nossa[138]).

Percebemos nessas expressões das relações de sexagem, acima citadas, a sobrecarga de responsabilidade e a intensidade da apropriação sobre o corpo, a vida e o tempo das mulheres. É importante ressaltar que tais expressões não se limitam às mulheres esposas, mas, também, às mães, irmãs, filhas, tias, avós, enfim, estendem-se ao sexo feminino.

A apropriação do tempo das mulheres está radicalmente vinculada à responsabilização feminina pela reprodução social, em especial, por meio do trabalho doméstico e do cuidado com todos os membros da família (tanto com relação aos "inválidos", como com os válidos – homens – como vimos acima com Guillaumin), demandando atividades quase ininterruptas que acarretam, por sua vez, uma grande sobrecarga física às mulheres. O que reflete diretamente na sua saúde, inclusive, a mental. É nesse sentido que concordamos com Paola Tabet (1998), que considera a reprodução como um trabalho socialmente organizado, como qualquer outro trabalho. Daí decorre a importância de analisar as "relações sociais de sexo" no âmbito do mundo do trabalho

---

[137] Texto original: "contrariamente a los otros grupos dominados de la sociedade industrial contemporânea, nosotras no tenemos la posibilidad de negociar o de vender esta fuerza de trabajo, precisamente em función del hecho de que ésta es derivada del cuerpo físico y que, de antemano, este cuerpo es apropriado" (idem, ibid).

[138] Texto original: "a) la apropiación del tiempo; b) la apropiación de los productos del cuerpo; c) la obligación sexual; d) la carga física de los miembros inválidos del grupo (inválidos por la edad —bebés, niños, ancianos— o enfermos y minusválidos) así como los *miembros válidos de sexo masculino"* (idem, ibid).

(produtivo e reprodutivo), apreendendo a apropriação e exploração do trabalho e do corpo da mulher.

Uma prova que Guillaumin (2005, p. 27) destaca para ilustrar a atualidade da apropriação dos produtos do corpo da mulher, é "que no casamento **o número de filhos não está submetido ao contrato**, não está fixado, ou submetido à aprovação da esposa. A ausência para a maioria das mulheres de uma possibilidade real para contracepção e aborto é a consequencia disso" (destaque da autora; tradução nossa[139]). Para a autora (TABET, 2005, p. 28*)* "a violência da resistência a um método de contracepção (ou aborto) efetivamente acessível às mulheres e a todas as mulheres, mostra efetivamente que se trata de um conflito de poder" (tradução nossa[140]). Um conflito de poder que denuncia o controle político das mulheres por parte dos homens (TABET*)*.

O uso sexual das mulheres por sua vez, manifesta-se por duas formas principais: por meio do contrato não monetário estabelecido no casamento, e pelo que é diretamente monetarizável, ou seja, pela prostituição (idem, ibidem). Entre uma e outra há uma significativa diferença, a apropriação física realizada pela prostituição restinge-se ao uso sexual. Já no casamento, o uso físico é estendido para todas as dimensões possíveis, não só sexual, embora, a relação sexual seja central no contrato matrimonial.

A naturalização do uso sexual do corpo feminino como uma obrigação ou um papel da mulher, a revelia do seu desejo, apenas para satisfazer o "direito" do homem, bem como para a garantia do casamento ou da sobrevivência (especialmente no caso das prostitutas) demonstra a falta de autonomia que muitas mulheres têm sobre si, sobre seu corpo. Isso denuncia, mais uma vez, a existência da desigualdade de poder entre homens e mulheres.
Nas palaras de Guillaumin (2005), o problema central reside em sermos "**despossuídas de nós mesmas**" e sermos "propriedades" alheias. Esclarece, com suas palavras, Guillaumin: "É porque 'pertencemos' que somos menosprezadas por nossos proprietários, é porque somos apropriadas [...] que estamos 'deposuídas' de nós mesmas" (2005, p. 34; tradução

[139] Texto original: "es que en el matrimonio *el número de hijos no está sometido a contrato*, no está fijado, o sometido a la aprobación de la esposa. La ausencia para la mayoría de las mujeres de una posibilidad real de anticoncepción y de aborto es la consecuencia de ello" (idem, ibid).

[140] Texto original: "La violencia de la resistencia a un método de contracepción (o a un aborto) efectivamente accesible a las mujeres, y a todas las mujeres, muestra efectivamente que se trata de un conflicto de poder" (idem, ibid).

nossa[141]). Daí a importância que a autora destaca para retomarmos a propriedade de nós mesmas, tanto individual, como social e materialmente.

A apropriação do seu corpo pelo outro está relacionada à perda do direito ao usufruto dos seus próprios desejos, o que faz com que muitas mulheres cheguem ao final da vida sem terem sentido prazer sexual, sem conhecerem o seu próprio corpo, sem sequer alcançarem um orgasmo[142]. O que é concebido, portanto, como direito do homem, legitimado pelo casamento, implica, muitas vezes, tão somente em uma obrigação para a mulher. Agora, indagamos: e os direitos da mulher, onde estão? E os deveres dos homens? Alguém já ouviu falar de obrigação conjugal, leia-se: sexual, dos homens para as mulheres? Ou seja, até mesmo a concepção liberal de democracia pautada nos "direitos e deveres" para todos(as), do ponto de vista das relações sociais de sexo, não é garantida. Às mulheres, os deveres, aos homens, os direitos.

Nesse contexto, por mais que reconheçamos que alguns homens passaram a respeitar os desejos sexuais das mulheres e/ou muitas mulheres passaram a se perceber como sujeitos de direitos, incluindo, o direito ao prazer sexual, ainda predomina a ideologia patriarcal sobre a obrigação sexual das mulheres. Mudanças positivas essas que, em grande medida, resultam da luta dos movimentos feministas.

A carga física das mulheres que, sumariamente, já associamos à apropriação do tempo das mesmas, trata-se, segundo, Guillaumin (2005, p.35; tradução nossa[143]): "a) de uma prestação não monetária" e "b) realizada em um marco de uma relação personalizada durável".

De uma maneira geral, cabe às mulheres, segundo a ideologia patriarcal, o cuidado corporal, material e afetivo para com os membros sociais que convive. Os serviços e tarefas consideradas femininas ocorrem por meio de uma apropriação física direta sobre as mulheres. Aqui, é importante ressaltar que quando falamos em apropriação física, ela vai muito além da "obrigação sexual". Como nos lembra Falquet (2012, p. 176), a obrigação sexual, na perspectiva de Guillaumin, "não constitui uma das expressões concretas da

[141] Texto original: "Es porque 'pertenecemos' que somos menospreciadas por nuestros propietarios, es porque somos apropiadas en tanto que clase entera que estamos 'desposeídas' de nosotras mismas" (idem, ibid).

[142] Segundo Hite (1992), 70% das mulheres não atingem o orgasmo com a penetração vaginal.

[143] Texto original: "a) de una prestación no monetaria, como lo sabemos *y* b) realizada en el marco de una relación personalizada durable" (idem, ibid).

apropriação, no mesmo título que a apropriação do tempo, dos produtos do corpo e da carga física de membros do grupo" (Tradução nossa)[144].

Para evitar essa conotação sexual em torno da expressão de "apropriação física direta", Falquet (2012), propõe a utilização do termo "*appropriation matérielle de la personne"* [apropriação material da pessoa; tradução nossa]. Nas palavras de Jules Falquet (2012, p. 177):

> Substituir "físico" por "material" visa neutralizar a dimensão sexual que o primeiro termo pode implicar. Substituir o "corpo-portador da força de trabalho" por "pessoa" visa incluir mais claramente a apropriação da **psique** no trabalho emocional ou na apropriação do tempo [...] e, mais uma vez, tirar de cena o corpo das mulheres, tão extravaganstemente reduzido à sexualidade (*straight*[145]) (Destaque da autora; tradução nossa[146]).

Visando uma melhor compreensão da apropriação na atualidade, a feminista francesa recomenda ainda, a adoção dos termos "*appropriation personnalisée* et *appropriation impersonnelle"*[147][apropriação personalizada e apropriação impessoal; tradução nossa], que Guillaumin designa, respectivamente como apropriação individual e apropriação coletiva (FALQUET, 2012). Falquet (2012) avalia que os termos apropriação personalizada e apropriação impessoal oferecem maior clareza para a análise das apropriações sobre as mulheres e podem evitar interpretações equivocadas, como as que restrigem a apropriação à conotações meramente sexuais. Segundo a autora, a apropriação

---

[144] Texto original: "[...] ne constitue qu'une des expressions concrètes de l'appropriation, au même titre que l'appropriation du temps, des produits du corps et de la charge physique des membres du groupe" (idem, ibid).

[145] A tradução de *straight* seria retilígio, direto, reto. Não utilizamos a tradução porque é um termo que se convencionou a ser utilizado pelo feminismo para designar a heterossexualidade como regime político pautado na binaridade entre homens e mulheres, segundo critérios biológicos de suas genitálias como fundamentos das suas identidades sexuais. Esse termo é cunhado por Monique Wittig ([1992] 2007), com a obra: *The Straight Mind and Other Essays*, que foi traduzida para o francês com o título: *La Pensée Straight* O Pensamento *Straight* refere-se, portanto, a "um pensamento que, ao longo dos séculos, construiu a heterossexualidade como dada" (tradução nossa; texto original: "[...] une pensée qui, au cours des siècles, a construit l'hétérosexualité comme um donné), de forma a naturalizar os sexos.

[146] Texto original: Remplacer « physique » par « matérielle » vise à neutraliser la dimension sexuelle que peut revêtir le premier terme. Remplacer le « corps-porteur de force de travail » par « la personne » vise à inclure plus clairement l'appropriation de la psyché dans le travail émotionnel ou dans l'appropriation du temps [...], et encore une fois à enlever du devant de la scène le corps des femmes, si outrageusement réduit à la sexualité (*straight*) (idem, ibid).

[147] Para um maior aprofundamento ver Falquet (2012).

impessoal favorece a apropriação personalizada, que designa, muitas vezes, "formas de escravidão moderna" (FALQUET, 2012, tradução nossa[148]).

Sobre a concepção de apropriação coletiva e individual, Juteau et Laurin (1988, p 199), também acrescentam e atualizam pertinentemente o pensamento de Guillaumin, percebendo essas apropriação como interligadas, além de se retroalimentarem:

> [...] a apropriação privada e coletiva das mulheres não são contraditórias, mas se tornam completamente favorável uma à outra. As condições salariais das mulheres são tais que elas devem, além de trabalhar fora de casa, se manter a serviço dos homens na família, de maneira a assegurar a sua subsistência e a dos seus filhos" (Tradução nossa[149]).

Para Guillaumin, tanto no serviço físico estendido, como no serviço sexual, "a relação de apropriação se manifesta no fato comum e cotidiano de que a apropriada está destinada ao serviço material do corpo do dominante e dos corpos que pertencem ao, ou dependem do mesmo" (2005, p. 35; tradução nossa[150]).

Guillaumin (2005) ainda ressalta que as tarefas de cuidado físico também existem no circuito monetário, ou seja, às vezes envolve profissionalização em troca de salário. Tais serviços, contudo, permanecem quase que exclusivamente realizados por mulheres, ou seja, a responsabilidade com a reprodução social, continua feminina, sendo remunerada ou não. Além disso, se compararmos as horas de trabalho assalariadas com as horas de trabalho não assalariadas, essas últimas, de acordo com Guillaumin (2005), constituem uma ampla maioria.

Um dos exemplos que a autora nos lembra sobre a apropriação física direta sobre as mulheres ou, nas palavras de Falquet (2012), "apropriação material sobre a pessoa", são os trabalhos não remunerados intermediados por instituições religiosas, que as absorvem para realizarem trabalhos gratuitos em hospitais, orfanatos, hospícios, asilos etc. Assim, as mulheres são responsabilizadas, especialmente, por intermédio de instituições como a

---

[148] Texto original: "[...] formes d'esclavage moderne" (idem, ibid).

[149] Texto original: "[...] l'appropriation privée et collective des femmes ne sont plus contradictoires mais deviennent carrément solidaires l'une de l'autre. Les conditions du salariat des femmes sont telles qu'elles doivent, en plus de travailler hors du foyer, se maintenir au service des hommes dans la famille, de manière à assurer leur subsistance et celle de leurs enfants.

[150] Texto original: "[...] la relación de apropriacíon se manifiesta en el hecho común y cotidiano de que la apropriada está destinada al serviço material del cuerpo del dominante y de los cuerpos que pertencen a, o dependen de, el mismo".

família e a Igreja, pelo cuidado com as pessoas velhas, enfermas e pelas crianças, além, dos entes "válidos", ou seja, os homens, como já comentamos.

Destarte, além dessa pesada carga física, as mulheres sofrem com a carga sexual, ambas "estão efetivamente no centro das relações de sexo" (GUILLAUMIN, 2005. p. 36, tradução nossa[151]).

É importante, também, destacar no pensamento de Guillaumin (2005) que a crítica que a autora faz ao matrimônio não está restrita a ele em si. Ainda que este represente a expressão legalizada da apropriação material do corpo e da individualidade física das mulheres (idem). Para essa feminista, o casamento é uma expressão das macro-relações sociais. O contrato matrimonial é apenas "a expressão individualizada – no sentido em que estabelece uma relação cotidiana e específica entre dos indivíduos particulares – de uma relação de classes geral em que o conjunto de uma está à disposição da outra" (GUILLAUMIN, 2005, p. 43, tradução nossa[152]). Logo, o matrimônio apenas "legaliza e confirma uma relação social que existe **antes** e **por fora** dele, a apropriação material [...] das mulheres por parte [...] dos homens: a sexagem" (GUILLAUMIN, p. 44; tradução nossa[153]). Todavia, não podemos analisar as relações sociais de sexo apenas de forma individualizada, posto que dessa maneira ocultaríamos as relações sociais mais amplas que envolvem a apropriação das mulheres.

A luta contra a ideia de natureza feminina é fundamental para revertemos essas formas de apropriação da mulher. Daí o chamado de Nicole Claude Mathieu (2005) para a necessidade de uma "politização da anatomia" que se oponha a "anatomização do político".

Para nós, essa oposição ao naturalismo deve estar direcionada para a construção de um processo de formação de uma consciência militante afinada com o feminismo e a revolução socialista. Condição indispensável para emancipação das mulheres e também, dos homens. Concomitante a luta contra a ideologia naturalista patriarcal, devemos empreender todos os esforços contra o patriarcado como sistema. Afinal, "a exploração

---

[151] Texto original: "están efectivamente en el centro de las relaciones de sexo" (idem, ibid).

[152] Texto original: "la expresión individualizada – en el sentido em que establece una relación cotidiana y específica entre dos indivíduos particulares – de una relación de clases general en que el conjunto de la una está a la disposición de la outra" (idem, ibid).

[153] Texto original: "Legaliza y confirma una relación social que existe *antes* y *por fuera* de él, la apropiación material [...] de las mujeres por parte [...] de los hombres: el sexaje" (idem, ibid).

patriarcal constitui a **opressão comum**, **específica** e **principal** das mulheres" (DELPHY, 2009, p. 54; tradução[154] e destaques nossos). Logo, concordamos com a conclusão de que o sistema patriarcal é o "inimigo principal" das mulheres, por isso, "a libertação das mulheres não se fará sem a destruição total do sistema de produção e reprodução patriarcal" (DELPHY, 2009, Tomo I, p. 55; tradução nossa[155]).

Esse deve ser, portanto, o objetivo último do Movimento de libertação das mulheres. Para tanto, Delphy (DELPHY, 2009, p. 56) afirma que esse Movimento "deve se preparar para um luta revolucionária" (tradução nossa[156]) sobre a qual, esclarece-nos: "Luta revolucionária, nesse contexto, é basicamente o contrário de desenvolvimentismo ou de reformismo. [...] luta revolucionária significa luta que visa destruir completamente e absolutamente o patriarcado" (DELPHY, 2009, Tomo I, p. 249; tradução nossa[157]).

A luta revolucionária, por sua vez, exige do Movimento feminista alianças estratégicas e táticas com outros grupos, Movimentos e partidos revolucionários, contudo, é necessário que esses compartilhem do objetivo de destruição do patriarcado e que expressem essa vontade "claramente" e "oficialmente" (DELPHY, 2009, Tomo I).

Considerando a importância da luta revolucionária para o feminismo, uma vez que se faz necessária a destruição de um sistema (patriarcal-capitalista), passemos a discutir a relação entre feminismo e socialismo, no sentido de entender a importância de ambos para a conquista da emancipação humana.

2.4 **Feminismo e Socialismo: uma relação necessária**

Uma revolução socialista não é possível
sem uma larga participação de uma fração das trabalhadoras.
Lênin (1979)

---

[154] Texto original: "[...] l'exploitation patriarcale constutue l'opression commune, spécifique et principale des femmes" (idem, ibid).

[155] Texto original: "[...] la libération des femmes ne se fera pas sans la destruction totale du système de production et de reproduction patriarcale" (idem, ibid).

[156] Texto original: "doit se préparer à une lutte révolutionnaire" (idem, ibid).

[157] Texto original: "Lutte révolutionnaire, dans ce contexte, c'est d'abord le contraire de l'aménagement ou du réformisme. On a l'habitude d'entendre «révolutionnaire» dans le sens «lutte des classes». [...] lutte révolutionnaire signifiait lutte en vue de détruire complètement et absolument le patriarcat" (idem, ibid).

A relação entre o movimento feminista e movimento socialista proletário remota ao fundamento que os originam, ambos, como nos esclarece Waters (1979, p. 70): "[...] alcançaram sua etapa histórica com o nascimento do capitalismo industrial. Ambos foram gerados pelas transformações que o capitalismo introduziu nas relações sociais de produção e de reprodução" (tradução nossa[158]). Foi a partir do avanço das forças produtivas e das condições materiais que proporcionou, que a libertação das mulheres passou a ser algo realizável, bem como o socialismo deixou de ser um sonho utópico (WATERS, 1979,). Ainda que não possamos esquecer que, contraditoriamente, "[...] o sistema fabril se construiu sobre a base da superexploração da mulher" (WATERS, 1979, p. 77; tradução nossa[159]). Dimensão que Marx (1985, 2001) tão bem assinala n'O Capital, quando analisa a brutalidade no abuso e exploração de mulheres e crianças para o barateamento da força de trabalho.

Como nos diz Waters (1979, p.80): "A ampla aceitação da discriminação sexista como algo 'natural', é uma das ideias mais proveitosas que o capitalismo tem a seu favor. A desigualdade dos sexos está incorporada nos próprios fundamentos do capitalismo; daí que a luta contra esta discriminação em todos os níveis forma uma parte indispensável da luta pelo socialismo" (tradução nossa[160]). Entretanto, a relação entre socialismo e feminismo foi marcada, tanto no campo teórico quanto no prático-operativo, por dilemas que implicaram em limites à compreensão e avanços em relação à questão feminista. Os principais limites das análises sobre a opressão das mulheres por parte das esquerdas encontram suas raízes na concepção de que:

> 1. A opressão das mulheres refletia a exploração de classe na sociedade capitalista, deixando, pois, de existir numa sociedade capitalista;
> 2. A desigualdade entre homens e mulheres se fundava no acesso ao trabalho assalariado. Tratava-se, pois, de integrar as mulheres ao mercado de trabalho e incentivar sua participação política;
> 3. A questão organizativa – as associações, departamentos femininos – como a maioria das organizações de massa criadas e propostas pelos PCs do período,

[158] Texto original: "[...] alcanzaram su etapa histórica con el nacimiento del capitalismo industrial. Ambos fueron generados por los cambios que el capitalismo introdujo en las relaciones sociales de producción y de reproducción" (idem, ibid).

[159] Texto original: "[...] el sistema fabril se construyó sobre la base de la sobreexploración de la mujer" (idem, ibid).

[160] Texto original: "La amplia aceptación de la discriminación sexista como algo 'natural', es uma de las ideas más provechosas que el capitalismo tiene a su favor. La desigualdade de los sexos está incorparada em los propios fundamentos del capitalismo; de ahí que la lucha contra esta discriminación a todos los niveles forme uma parte indispensable de la lucha por el socialismo" (idem, ibid).

> padeciam de um monolitismo rigoroso, imposto pelo Komintern, que limitava, quando não paralisava, sua ação (SOUZA-LOBO, 2011, p. 212).

Um exemplo do conservadorismo de esquerda e da incompreensão da luta das mulheres no seio do movimento "revolucionário" ocorreu em 1866, no Congresso da 1ª. Internacional dos Trabalhadores, quando "os delegados foram contrários ao trabalho feminino". Isso provocou reação das feministas por meios de manifestações, petições públicas e que levaram, em 1868, à fundação da Primeira Liga das Mulheres (GURGEL, 2011, p. 33).

Impossível não lembrar da participação decisiva das mulheres em 1871, na Comuna de Paris, para nós, a primeira experiência histórica de luta pela liberdade substantiva da mulher e de toda a humanidade, mesmo que não tenha alcançado a importância histórica da experiência da Revolução Russa, até mesmo pelo curto período que se manteve no poder. Sobre as mulheres na Comuna de Paris, destaca Dunayevskaya (2003, p. 109): "[...] 3.000 mulheres do Comité para a Defesa de Paris, em sua maioria trabalhadoras, não só ocuparam postos nas barricadas, mas mantiveram seu local aberto as vinte e quatro horas do dia, incluindo durante as jornadas mais críticas da batalha" (tradução nossa)[161]. Para Telma Gurgel (2011, p. 33), as mulheres assumiram na experiência da Comuna, como em outros momentos da história, "um claro compromisso de classe com a luta socialista" (GURGEL, 2011, p. 33). Essa experiência histórica revolucionária nos comprova, no mínimo, o potencial de força aguerrida da luta das mulheres para a construção de uma sociedade substantivamente [e não formalmente] democrática.

Clara Zetkin, uma das primeiras e maiores agitadoras e propagandistas do feminismo no seio do movimento socialista internacionalista, já em 1889, cem anos após a tomada da Bastilha, em uma das suas conferências, intitulada: "Pela libertação das mulheres", considerada a primeira declaração política da classe trabalhadora europeia sobre a questão da mulher (GONZÁLEZ, 2010, p. 61) demonstrou a clareza da necessidade do encontro entre o feminismo e o socialismo, ambos mediados pela necessidade da emancipação humana. Nas palavras da revolucionária:

> As mulheres operárias estão totalmente convencidas de que a questão da

[161] Texto original: "[...] 3.000 mujeres del Comité para la Defensa de París, em su mayoría trabajadoras, no sólo tomarson puestos em las barricadas sino que mantuvieron su local aberto las veinticuatro horas del día, incluso durante las jornadas más críticas de la batalla" (idem, ibid).

> emancipação das mulheres não é uma questão isolada. Sabem claramente que esta questão na sociedade atual não pode ser resolvida sem uma transformação básica da sociedade [...] A emancipação das mulheres, assim como de toda a humanidade, só ocorrerá no marco da emancipação do trabalho do capital. Só em uma sociedade socialista as mulheres, assim como os trabalhadores, alcançarão os seus plenos direitos (ZETKIN apud FORNER, 1984, p. 64-50).

Também é importante ressaltar o papel de mulheres, como da feminista anarquista Emma Goldman (1978) que, em 1906, já ressaltava a importância da auto-organização das mulheres para a sua libertação. Goldman afirmava que nem a igualdade no trabalho, nem o direito ao voto eram suficientes para alterar a situação das mulheres na sociedade. Para isso, é necessário, afirmava a feminista, a ruptura, pelas próprias mulheres, com as relações de submissão e opressão, bem como com as práticas sociais de homens e mulheres estabelecidas.

Sobre a Revolução Russa, Mary-Alice Waters (1979, p. 65) afirma que ela iniciou com "a manifestação massiva de mulheres no 8 de março de 1917 (23 de fevereiro no calendário russo), quando as mulheres de Petrogrado se arrojaram nas ruas exigindo 'Pão para os nossos filhos', e 'O regresso dos nossos maridos das trincheiras'" (tradução nossa[162]).

Hobsbawn (1994) também nos confirma a importância das mulheres para a derrubada do Czar. De acordo com esse importante historiador marxista, o governo do Czar desmoronou com a manifestação de mulheres operárias no dia 8 de março, que se combinou com um lockout industrial na metalúrgica Putilov, o que produziu uma greve geral e a invasão do centro da capital, que manifestava a exigência básica por pão. Após quatro dias de caos, o czar foi substituído, inicialmente, por um governo liberal provisório (HOBSBAWN, 1994).

Com os direitos de cidadania para as mulheres conquistadas após a Revolução Russa, especialmente com a vitória dos bolcheviques em Outubro, quando Alexandra Kollontai se tornou a primeira mulher a ocupar o cargo de ministra [do Bem-Estar Social] e, posteriormente, a primeira embaixadora da história, "o aristocrático corpo diplomático do mundo estremeceu" (WATERS, 1979, p. 66).

---

[162] Texto original: "la manifestación massiva de mujeres del 8 de marzo de 1917 (23 de febrero em el calendário ruso), cuando las mujeres de Petrogrado se arrojaron a las calles exigiendo 'Pan para nuestros niños', y 'El regreso de nuestros maridos de las trincheras" (idem, ibid).

De acordo com Perrot (1979), a questão dos direitos da mulher ou da igualdade entre os sexos surgem nas conjunturas históricas marcadas pelos projetos de transformação social e política ou pelas grandes utopias revolucionárias. Segundo Souza-Lobo (2002, p. 181):

> As mulheres estiveram presentes nas lutas populares da revolução industrial e da revolução francesa, e a revolução russa, nos movimentos abolicionistas. A questão da "igualdade entre os sexos" atravessou as correntes anarquista e socialista, e a revolução russa. A revolução sexual e a liberação das mulheres ressurgiu nas utopias dos anos 1960. Os movimentos, como as revoluções, podem ser institucionalizados e perder sua radicalidade, mas o tema da hierarquia entre os gêneros emerge a cada vez que as sociedades se colocam em questão e discutem democracia e direitos.

Todavia, Souza-Lobo (2011, p.181) nos alerta: "as mulheres desaparecem quando a ordem volta a reinar e a sociedade se disciplina". Por isso, o processo de organização do movimento de mulheres promove uma luta não apenas contrária ao sistema, mas, também, ao conservadorismo presente nas organizações de esquerda, o que, para nós, é indispensável para a consolidação de um movimento de fato, revolucionário. Nas palavras de Waters (1979, p. 14):

> O nascimento e consolidação de um Movimento de Libertação Mulheres é a resposta a sua condição de trabalhadora e de mulher oprimida sob o sistema capitalista. E o potencial revolucionário de sua luta organizada não só põe em questionamento as bases do sistema em si, mas também constitui um golpe mortal para as posições dentro do movimento operário que pedem "moderação, paciência e sabedoria", tentando conter a combatividade feminina dentro dos limites do sistema (tradução nossa[163]).

Foi em decorrência do processo organizativo e de luta das mulheres, inclusive no interior das organizações de esquerdas, que muitas destas passaram a buscar superar seus limites e rever suas concepções em relação aos propósitos feministas. Foi a partir de 1968 que tivemos uma ruptura mais significativa com esses limites, contudo, não podemos afirmar que foram completamente superados. Como nos esclarece Souza-Lobo (2011, p. 214), a partir de 1968 há uma "ausência de uma distinção ordenada entre o que era político,

[163] Texto original: "El nascimiento y consolidación de um Movimento de Liberación de la Mujer es la resposta a su condición de trabajadora explotada y de mujer oprimida bajo o sistema captalista. Y el potencial revolucionário de su lucha organizada no solo pone em entredicho los fundamentos del sistema mismo, sino que también constituye um golpe de muerte para las posiciones que, dentro del movimiento obrero, piden "paciencia, moderación y cordura", intentando así retener La combatividad femenina dentro de los limites del sistema" (idem, ibid).

o que era reflexão e o que era pessoal" nos e pelos grupos feministas. A parir de então, ainda segundo Souza-Lobo (SOUZA LOBO, 2011), a dissolução das fronteiras entre o pessoal, o político e o teórico, passou a ser o principal desafio do movimento de mulheres, tornando a recriação continuada de suas práticas, uma exigência.

É necessário perceber que a luta feminista não é uma questão de interesse apenas das mulheres, mas, da humanidade que se pretende livre. A reificação da mulher está associada a do homem, "pois quem se satisfaz com um objeto, quem não tem necessidade de entrar em relação com outro **ser humano**, perdeu toda sua humanidade" (SAFFIOTI, 1979, p. 73-74; destaque nosso). Nesse mesmo sentido, aprofunda Marx (2009 b, p. 104):

> Na relação com a **mulher** como **presa** e criada da volúpia comunitária está expressa a degradação infinita na qual o ser humano existe para si mesmo, pois o segredo desta relação tem a sua expressão **inequívoca**, decisiva, **evidente**, desvendada, na relação do **homem** com a **mulher** e no modo como é apreendida a relação genérica **imediata, natural**.

Fourier foi determinante para despertar essa percepção em Marx. Inclusive, Marx o cita reforçando o pensamento em discussão:

> A humilhação do sexo feminino é uma característica essencial tanto da civilização quanto da barbárie, porém com a diferença de que a ordem civilizada eleva todos os vícios que a barbárie comete de um modo simples a um modo de pensar bem mais complexo, de duplo sentido, equívoco e hipócrita... **A pena por manter a mulher na escravidão não atinge a ninguém de um modo mais profundo do que o próprio homem** (FOURIER apud MARX, 2009 a, p. 219; destaques nossos).

O sentido de uma luta revolucionária, portanto, deve estar atento para a desalienação das relações sociais ao passo que luta pelo humano e sua humanização. Logo, a luta pelo fim das relações que tornam a mulher objeto de exploração, inclusive sexual, enfim, a luta pela emancipação das mulheres está associada à luta pela emancipação humana. Como ressalta Samora Machel (1982, p. 18):

> A emancipação da mulher não é um ato de caridade, não resulta de uma posição humanitária ou de compaixão. A libertação da mulher é uma necessidade fundamental da Revolução, uma garantia da sua continuidade, uma condição de seu triunfo. A Revolução tem por objetivo essencial a destruição do sistema de exploração, a construção duma nova sociedade libertadora das potencialidades

> do ser humano e que o reconcilia com o trabalho, com a natureza. É dentro deste contexto que surge a questão da emancipação da mulher.

Fica evidente, que a emancipação da mulher não possui apenas uma dimensão restritamente econômica, ela envolve dimensões profundas da condição de se tornar humano, ou melhor, envolve a profundidade ontológica da construção do ser social como ser genérico. Abolir a propriedade privada e transformar a economia doméstica individual em uma economia doméstica socializada são premissas indispensáveis para a emancipação, contudo, insuficientes. A transformação da cultura e dos valores são também, indispensáveis para tal propósito. Transformar hábitos fortemente enraizados não é fácil e nem rápido. Como ressalta Saffioti, a socialização dos meios de produção e uma legislação não discriminatória são fundamentais para a elevação social da mulher, mas, são insuficientes para levá-la à emancipação, pois, "é preciso que a sociedade se empenhe na eliminação de uma mentalidade habituada a promover a inferiorização de fato da mulher. Esta complexa tarefa não é trabalho de uma geração, mas de várias e, em parte, resulta da homogeneização do grau de desenvolvimento econômico e sócio-cultural [...] (1979, p. 83).

Marx (2009 a), ancorando-se no pensamento de Fourier, defende que a transformação de uma sociedade é determinada pela relação entre o progresso da mulher diante da liberdade. Para Fourier, a mudança de uma época histórica, pautada nessa relação, aparece de modo mais evidente "na relação entre a mulher e o homem", quando há "a vitória da natureza humana sobre a brutalidade". Daí decorre o famoso pensamento, muitas vezes difundido como sendo de Marx: "**O grau da emancipação feminina constitui a pauta natural da emancipação geral"** (FORIER apud MARX, 2009 a, p.220; destaques nossos).

Lênin aponta, também, para essa compreensão da importância da luta pela liberdade da mulher, reconhecendo nela, inclusive, condição para a vitória do comunismo, como ressalta em suas palavras:

> Fazer a mulher participar do trabalho produtivo social, libertando-a da "escravidão doméstica", libertando-a do jugo bruto e humilhante, eterno e exclusivo, da cozinha e do quarto dos filhos, eis a **tarefa principal**. Esta luta será longa. Exige uma transformação radical da técnica e dos costumes. Mas levará finalmente à vitória completa do comunismo (LENIN, 1979, p. 105; destaque nosso).

Apesar do importante reconhecimento de Lênin ao significado da liberdade das mulheres para a vitória do comunismo, o revolucionário atribui o alcance dessa liberdade

apenas à necessidade de uma "transformação radical da técnica e dos costumes", o que pode nos conzuzir ao idealismo. Assim, ainda que essa transformação seja de fato, indispensável para a libertação da mulher, ela deve estar associada à transformação das relações materiais que dão origem aos "costumes", pois, como vimos no Capítulo 1, qualquer ideologia possui uma base material que a determina.

Por outro lado, as experiências do chamado "socialismo real" foram uma prova concreta de que a as transformações na base produtiva não alteram automaticamente as relações de poder e desigualdade entre homens e mulheres. Por isso, defendemos a transformação das relações materiais que determinam as dominações e as desigualdades, bem como a transformação da cultura e dos valores a elas associadas. Foi nessa perspectiva que Alexandra Kollontai (1982) lutou pela construção de uma nova moral sexual, envolvendo a destruição do patriarcado e a incorporação das demandas de liberdade e autonomia das mulheres por parte da esquerda socialista mundial (GURGEL, 2011).

Sabemos que o capitalismo é incompatível com a igualdade. Lênin (1979, p. 104) ressalta essa incompatibilidade e a inviabilidade desse sistema: "mesmo na igualdade puramente formal (igualdade jurídica, 'igualdade' do bem alimentado e do faminto, do possuidor e do não-possuidor), o capitalismo não pode ser consequente. E uma das inconseqüências é a desigualdade da mulher e do homem". Daí a necessidade do feminismo em contestar esse sistema.

Desse modo, Lênin também reconhece na igualdade entre os sexos uma das questões fundamentais para o socialismo, assim como na igualdade entre as nações e no fim do jugo de uma classe sobre outra. Com isso afirma:

> Quem falar em política, de democracia, de liberdade de igualdade, de socialismo, sem passar por estas questões, sem as colocar em primeiro plano, sem lutar contra as tentativas de esconder, de fingir ou sufocar estas questões, é o pior inimigo dos trabalhadores, o lobo revestido de pele de cordeiro, o pior adversário dos operários e dos camponeses, um lacaio dos proprietários da terra, dos tzares, dos capitalistas. [...] Abaixo os mentirosos que falam de liberdade e igualdade para todos, enquanto existe um sexo oprimido, existem classes de opressores, existe a propriedade privada [...] Liberdade e igualdade para o sexo oprimido! Liberdade e igualdade para o operário, para o camponês trabalhador! Luta contra os opressores, luta contra os capitalistas [...] É este o nosso grito de guerra, esta a nossa verdade proletária, verdade de luta conta o Capital [...] (LÊNIN, 1979, p. 120-121).

Por isso, partimos do entendimento de que o feminismo não deve ser um movimento que luta restritamente pelas questões específicas das mulheres, ainda que tais

questões sejam incontestavelmente importantes e indispensáveis, como o direito ao aborto e a luta pelo fim das múltiplas formas de violência contra a mulher. Em outras palavras, embora algumas bandeiras de lutas do feminismo não estejam associadas diretamente à luta anti-capitalista –, o que não tira sua importância e legitimidade –, o fundamento do feminismo sendo a emancipação das mulheres, encontra um limite estrutural: o capitalismo. Até porque a "democracia" burguesa é, segundo Lênin, "de frases pomposas, de promessas grandiloqüentes, de sonoras palavras de ordem (**liberdade e igualdade**), mas na realidade ela dissimula a escravidão e desigualdade da mulher, a escravidão, a desigualdade dos trabalhadores e dos explorados" (1979, p. 119). Assim, para Lênin, "não se pode assegurar a verdadeira liberdade, não se pode edificar a democracia [...] se não a [mulher] tirarmos da atmosfera brutal do lar e da cozinha" (1979, p. 59). E conclui: "Enquanto as mulheres não forem chamadas a participar livremente da vida pública em geral, cumprindo também as obrigações de um serviço cívico permanente e universal, não pode haver socialismo, nem sequer democracia integral e durável" (LÊNIN, 1979, p. 101).

O feminismo encontra o seu sentido político maior na luta pelo socialismo. Feminismo e socialismo possuem uma congruência incontestável, afinal, ambos se pautam na liberdade e na igualdade. Nessa perspectiva, Gustavo Codas destaca a "contribuição decisiva" que o "feminismo socialista" pode e deve dar ao movimento da classe trabalhadora:

> [...] a incorporação da perspectiva de gênero na análise econômica marxista e na construção dos sujeitos políticos da transformação (incorporando a organização autônoma das mulheres no campo dos movimentos que lutam pelo socialismo) pode ser feita sem contrariar os fundamentos e a metodologia dessa teoria. [...] o marxismo se vê como uma ciência vinculada à luta de uma classe social. Assim, a incorporação da perspectiva de gênero depende de uma postura política: é necessário que, além de um ponto de vista de classe, de luta pela emancipação da classe trabalhadora, se parta também de um ponto de vista de luta pela emancipação das mulheres. Isso não é somente possível como necessário para a luta socialista. E essa é a contribuição decisiva que o feminismo socialista tem dado ao movimento da classe trabalhadora (2002, p. 22-23).

Nesse sentido, acreditamos que o socialismo e o feminismo têm muito a contribuir, mutuamente, na compreensão e construção do sujeito revolucionário responsável pela consolidação de uma sociedade substantivamente livre e igualitária. Partimos do entendimento de que o projeto societário socialista demanda pensarmos nas relações entre sexo, "raça" e classe, tanto nas relações sociais mais amplas, como no mundo do trabalho,

mas também no interior das organizações políticas de esquerda e na vida privada.

Cremos que o feminismo socialista ao não dissociar teoria da prática, e o pessoal do político, permite-nos revisitar noções como prática, militância e política "à luz de uma consciência feminista como de uma consciência de classe, forjadas coletivamente". Com isso, podemos "ir mais além de nossos vários fragmentos: mulheres-homens, privado-político, casa-trabalho, geral-específico e de atualizar a utopia de homens e mulheres livres numa sociedade livre" (SOUZA-LOBO, 2011, p. 215).

Concordo com o pensamento de Waters (1979, p. 116) de que "o desenvolvimento do movimento de mulheres faz avançar na atualidade a luta de classes, a fortalece, e melhora as perspectivas do socialismo" (tradução nossa[164]), uma vez que o processo da revolução socialista "se acelerará e intensificará a medida que se realizem as bases materiais e ideológicas da nova ordem comunista" (WATERS, 1979, tradução nossa[165]). Em outras palavras, a consciência feminista e a luta das mulheres "têm sido uma **força motriz poderosa** do protesto social e da **radicalização da política**" (WATERS, 1979, p. 133; tadução nossa[166]; destaques nossos).

Os revolucionários não devem se preocupar com a luta das mulheres somente porque darão um grande peso de mobilização para a luta de classes, ou até mesmo porque essa luta "é um assunto de vida ou morte para o movimento operário" (WATERS, 1979, p. 150; tradução nossa[167]), mas, pelo entendimento de que uma sociedade socialista é incompatível com qualquer sistema de opressão.

Como nos diz Hilary Wainwright (1981, p. 14), o movimento de mulheres:

> despertou a consciência e encorajou a auto-organização de milhares de mulheres. Desse modo, também começou a desafiar as relações de poder. Se a esquerda deve alcançar a mudança na consciência e o crescimento pela auto-organização, que é condição para que resolva o problema do poder, então os socialistas têm muito a aprender com os valores e as formas de organização do movimento de mulheres.

---

[164] Texto original: "El desarrollo del movimiento de liberación de la mujer hace avanzar en la actualidad la lucha de clases, la fortalece, y mejora las perspectivas del socialismo" (idem, ibid).

[165] Texto original: "se acelerará e intensificará a medida que se realicen las bases materiales e ideológicas del nuevo orden comunista" (idem, ibid).

[166] Texto original: "Han sido uma fuerza motriz poderosa de la protesta social y de la radicalización política" (idem, ibid).

[167] Texto original: "Es um asunto de vida o muerte para el movimento obrero" (idem, ibid).

Ainda segundo Wainwright (1981), foi o movimento de mulheres que trouxe à tona a "compreensão real da subjetividade da opressão" e temas vinculados à relação entre a organização política pública e as relações pessoais, bem como dos "componentes emocionais" da consciência. Além disso, "o movimento de mulheres, ao desafiar cada aspecto do domínio do homem sobre a cultura, as idéias e o poder, começou a esclarecer o preconceito na linguagem que expressa o poder de definir como se entende o mundo e como se age sobre ele" (ROWBOTHAM, 1981, p. 60).

Wainwright (1981) destaca que os "*insights"* do movimento de mulheres "não dizem respeito apenas ao tema do 'sexismo' numa organização socialista" (p. 24). A autora acredita que esse Movimento pode "contribuir de modo geral para a criação de um movimento socialista mais democrático, mais genuinamente popular e mais eficaz do que antes fora possível" (p. 25). Para fundamentar essa concepção, Wainwright (1981), ressalta:

> O movimento de mulheres, surgindo para combater uma opressão que provém de desigualdades de poder e confiança em relações interpessoais, e de uma divisão hierárquica (p. 24) do trabalho, foi intensamente sensível e consciente quanto à desigualdade e hierarquia na própria criação de suas formas organizacionais. [...] devido à forma de organização que enfrenta [...] alargou radicalmente o campo de ação político e, com isto transformou quem está envolvido em política e o seu modo de envolvimento [...]. Antes do movimento de mulheres, política socialista, como todas as outras espécies de política, parecia algo separado da vida cotidiana, alguma coisa sem ligação com cuidar de filhos, preocupar-se com as refeições e o serviço [...] Era algo profissional, para homens e entre homens [...] (p. 25).

Com isso, o feminismo derrubou barreiras e passou a envolver mais pessoas na luta política, especialmente, mulheres, fortalecendo o movimento revolucionário com radicalidade democrática, ao buscar quebrar todas as formas de hierarquia, opressão e exploração. É importante, todavia, esclarecer que nos referimos ao feminismo materialista, orientado pelo e para o socialismo, ainda que tenhamos a clareza que para chegar ao socialismo, o feminismo ainda precisa avançar muito na construção de um movimento de caráter popular, ou seja, um feminismo com nítido compromisso com as demandas das mulheres da classe trabalhadora e suas condições de sobrevivência imediata, que requerem reformas de base – a exemplo da Reforma Agrária e Urbana – e inúmeros direitos e políticas sociais que antecedem o próprio socialismo, ainda que devam estar associadas e/ou orientadas pela e para a estratégia socialista. Estratégia essa que demanda a

construção de uma contra-hegemonia em várias dimensões. Para Falquet (2012, p. 204), um "projeto de sociedade alternativo" (tradução nossa)[168], em torno dessa contra-hegemonia deve:

> [...] como claramente tem afirmado Wittig, para as relações sociais de sexo abolir as relações de apropriação, a divisão do trabalho e os processos de separação e hierarquização dos grupos sociais, de construção da diferença e de naturalização dela. Em relação à apropriação de mulheres, ele implica em eliminar a divisão sexual do trabalho e o pensamento *straight*. Para a apropriação frequente das relações de "raça", a divisão internacional do trabalho, pós-colonial e relacionada a todos os tipos de colonização "interna", deverá visar a ablolição, assim como da ideologia racista. Quanto à exploração de classe, são a ideologia capitalista, a propriedade privada e as relações de exploração salarial que ele deve tentar superar (Tradução nossa[169]).

Para tanto, Jules Falquet (2012, p. 205), defende uma "coalizão de movimentos sociais estruturada em torno de diferentes grupos que desempenham um papel incontornável no fornecimento de trabalho (sob formas de apropriação como de exploração" (tradução nossa[170]). Comungamos com a pertinência e importância dessa coalizão de movimentos sociais, mas, a consideramos insuficiente. Acreditamos na importância do papel de um partido revolucionário, como apontado no item 1.2.1, para desenvolver o processo de formação de consciência, bem como de coagular e universalizar as demandas e reivindicações dos diversos movimentos em prol de um projeto societário emancipatório que, só poderá ser protagonizado pelo seu sujeito revolucionário: a classe trabalhadora, como vimos no Capítulo 1.

Esse sujeito revolucionário, por sua vez, deve estar voltado para a eliminação da divisão social e sexual do trabalho, da propriedade privada, do trabalho assalariado e

---

[168] Texto original: "projet de société alternatif" (idem, ibid).

[169] Texto original: "[...] comme l'a si clairement affirmé Wittig pour les rapports sociaux de sexe abolir les rapports d'appropriation, la division du travail et les processus de séparation et hiérarchisation des groupes sociaux, de construction de différence et de naturalisation de celle-ci. Concernant l'appropriation des femmes, cela implique d'en finir avec la division sexuelle du travail et la pensée *straight*. Pour l'appropriation suivant des rapports de « race », c'est la division du travail internationale, post coloniale et liée à toutes sortes de colonisations « internes », dont il devrait viser l'abolition, ainsi que de l'idéologie raciste. Quant à l'exploitation de classe, ce sont l'idéologie capitaliste, la propriété privée et les rapports d'exploitation salariale dont il devrait tenter de venir à bout (idem, ibid).

[170] Texto original: "[...] *coalition de mouvements sociaux*, structure notamment autour de différents groupes jouant un rôle incontournable dans la fourniture de travail (sous formes d'appropriation comme d'exploitation)" (idem, ibid).

.

"desvalorizado", do racismo, do patriarcado, da heteronormatividade, das mais variadas formas de colonização, bem como de toda ideologia naturalizante das desigualdades sociais. Enfim, esse sujeito para ser revolucionário precisa estar afinado com um projeto societário anti-racista, anti-patriarcal e anti-capitalista para fundar uma nova sociabilidade verdadeiramente igualitária e livre. Em outras palavras, esse sujeito deve corresponder à universalização das demandas pelo fim de todas as relações de apropriação, exploração, opressão e dominação, consubstanciadas pelas dimensões de classe, "raça" e sexo.

2.4.1 A contribuição do feminismo materialista francófono

De início queremos deixar claro que quando falamos de materialismo não estamos excluindo ou mesmo negando a importância da subjetividade. Trata-se de entender que qualquer fenômeno subjetivo guarda uma relação com uma determinação concreta. Ele não nasce de um processo natural, ainda que possa ser inconsciente, no sentido psicanalítico do termo. Mais do que isso, nada que se trate de relações humanas e sociais possui neutralidade ou nasce de forma isolada no interior de um indivíduo, ainda que a vinculação do mundo interior desse indivíduo com o mundo exterior seja construída por "fios invisíveis", contudo, existentes. Como nos esclarece Marx e Engels: "A essência humana não é uma abstração inerente a cada indivíduo. Na sua realidade ela é o conjunto das relações sociais" (1985, p. 52).

Nesse sentido, não concordamos com a explicação subjetivista de que as mulheres são submissas porque simplesmente incorporam a submissão. Ao contrário, devemos perguntar: por que elas incorporam essa submissão? Quais as determinações para isso ocorrer? Quais os interesses (e de quem) de reprodução dessa ideologia patriarcal de submissão das mulheres e dominação dos homens?

Ao contrário de negar a importância da dimensão subjetiva, queremos demonstrar como o feminismo enriqueceu o marxismo com o estudo das relações sociais de sexo sobretudo, por meio dos estudos dos "sistemas de representação" (DEVREUX, 2011). Para nós, esse enriquecimento se deu pelo desvelar dos sistemas de dominação ideológica que devem ser percebidos, de acordo com a autora, como "tão importantes quanto as práticas da divisão do trabalho e do poder, tão importantes quanto a dimensão material na dominação dos homens sobre as mulheres" (DEVREUX, 2011, p. 7). Trata-se, em síntese,

de perceber como as relações materiais e ideológicas se entrelaçam e são permeadas por conflitos e disputas.

Segundo Kergoat as disputas materiais e ideológicas das relações sociais, particularmente nas relações sociais de sexo, "são formadas pela divisão do trabalho entre os sexos e o controle social da sexualidade e da função reprodutiva das mulheres" (KERGOAT, 2010, p. 99). Além da divisão sexual do trabalho, há, de acordo com Devreux (2011), mais duas modalidades de expressão das relações sociais de sexo: a divisão sexual do poder e a categorização do sexo. Segundo a autora, nenhuma dessas modalidades, em qualquer esfera ou momento de desenvolvimento de uma sociedade, podem preceder sobre as outras, ou seja, as relações sociais de sexos "exprimem-se simultânea e conjuntamente por essas três modalidades" (KERGOAT, 2010, p. 99).

Outro aspecto que queremos destacar é que a recusa à análise materialista, histórica e dialética para o entendimento das raízes econômicas da opressão das mulheres pode nos levar a dois erros, segundo Waters (1979, p. 124-125): O primeiro seria negar ou subestimar a existência da opressão da mulher ao largo de toda a história da sociedade de classes, limitando-a a exploração da classe trabalhadora. O que nos referimos no Capítulo 1, como cegueira sexual da classe. O segundo erro seria negar que a luta das mulheres é um aspecto da luta de classes, ou seja, acreditar que a opressão da mulher não tem relação com a divisão de classes. Equívoco muito frequente em núcleos da política de "esquerda".

Seguindo o pensamento de Christine Delphy (2009, Tomo I), para entender a importância de um feminismo materialista, é necessário partirmos da compreensão de que o feminismo é um movimento social. E, como tal, necessariamente, envolve uma situação de opressão e um sujeito de revolta. No caso, a situação social das mulheres e as mesmas, portanto, como sujeitos centrais do movimento. Falamos em centrais e não exclusivos porque não desreconhecemos que outros sujeitos também são vítimas do patriarcado – como os travestis, transexuais, *gays* considerados "afeminados", etc.. Esses sujeitos podem tornar-se sujeitos do feminismo na medida em que o incoporporam como perspectiva para a construção de um projeto político coletivo.

É interessante perceber que, como nos diz Delphy (DELPHY, 2009, p. 260), uma situação de revolta só existe contra uma situação que não é natural, portanto, não é inevitável. Além disso, uma situação de revolta envolve um processo de resistência, daí a importância do sujeito. Nessa linha de raciocínio, Delphy (DELPHY, 2009, p.259) ressalta: "O que é resistível não é inevitável [...] A implicação lógica e necessária da revolta das

mulheres, como de toda revolta, é que sua situação pode ser mudada: senão, por que se revoltar? (Tradução nossa[171])".

A situação de revolta é produzida pela opressão sofrida. Opressão que Delphy (2009, tomo I) defende como um ponto de partida indispensável nos estudos feministas. Explica a autora feminista: "Um estudo feminista é um estudo cuja a meta é dar conta da situação das mulheres; essa situação estando definida como uma situação de opressão torna impossível a utilização sem incoerência de premissas teóricas que não incluem esse conceito, o excluem" (DELPHY, 2009, p. 260; tadução nossa[172]).

Para Delphy (DELPHY, 2009, p. 260), opressão evoca a noção de uma causa política e social como algo integrante ao conceito. Por isso, ela afirma que utilizar opressão social é um "pleonasmo", posto que, se falamos em opressão, necessariamente, ela é social (DELPHY, 2009, p. 260). Ao contrário de "condição feminina", que, não explicita tais dimensões (social e política). O termo "condição feminina" pode, inclusive, ser interpretado dentro da concepção naturalista das mulheres. Concepção essa que já analisamos com base, especialmente, no pensamento de Guillaumin (2005; 2012 a).

Aqui, sentimos a necessidade de acrescentar ao pensamento de Delphy a categoria de exploração, uma vez que essa, vincula-se mais diretamente a dimensão econômica que, para nós, é indispensável para compreender a opressão feminina na sociedade patriarcal-capitalista, como já anunciamos anteriormente. Daí porque optamos em falar de exploração sempre que falamos de opressão e vice-versa, ou de apropriação, que acreditamos envolver ambas as dimensões de exploração e opressão.

Delphy (2009, Tomo I) nos chama atenção para a necessidade primária de buscar explicar a opressão como ponto de partida de uma investigação feminista e/ou proletária. Para ter coerência com tal propósito, "inevitavelmente" [*inévitablement*], ela deve ser conduzida sobre uma "teoria da história" [*théorie de l'histoire*], inscrita e descrita "em termos de dominação de grupos sociais uns pelos outros. Da mesma forma, ela não pode

[171] Texto original: "Ce qui est résistible n'est pas inévitable [...] L'implication logique et nécessaire de la revolte des femmes, comme de toute revolte, est que leur situation peut être changée: sinon pourquoi se révolter?" (idem, ibid).

[172] Texto original: "Une étude féministe est une étude dont le but est de rendre compte de la situation des femmes; cette situation étant définie comme une situation d'opression il devient impossible d'utiliser sans incohérence des premises théoriques qui, n'incluant pas ce concept, l'excluent" (idem, ibid).

considerar nenhum domínio, da realidade ou do conhecimento, como exterior a essa dinâmica fundamental" (DELPHY,2009, p. 261; tradução nossa[173]).

Em torno dessa reflexão, Delphy conclui enfaticamente: "Uma interpretação feminista da história é portanto 'materialista' no seu sentido amplo, quando suas premissas a conduzem à considerar as produções intelectuais como o produto de relações [*rapports*] sociais, e as considerá-las como de relações [*rapports*] de dominação" (2009, Tomo I, p. 262; tradução nossa[174]).

Quando um estudo/conhecimento parte da opressão das mulheres contribui para uma "revolução epistemológica, e não uma nova disciplina tendo as mulheres como objeto ou para uma explicação *ad hoc* de uma opressão particular" (DELPHY, 2009, p. 265; tradução nossa[175]). Partir da opressão às mulheres é uma "expressão do materialismo, mas também uma renovação dele" (DELPHY, 2009*;* tradução nossa[176]).

A luta das mulheres, para Delphy (DELPHY, 2009, p. 268), "[...] é a condição necessária à inclusão de novos domínios de experiências na análise marxista, reciprocamente a análise materialista de todos os lugares de sua opressão é um dos processos dessa luta, e um processo indispensável" (tradução nossa[177]). Contudo, Delphy (*IDEM*) nos alerta que um domínio fora da luta de classe é um domínio fora do alcance do materialismo. Por isso, deve ser analisado no leito dos antagonismos reais que, por sua vez, devem tomar a forma "de um afrontamento conscientemente político" (DELPHY, tradução nossa[178]).

Em uma brilhante síntese, Jules Falquet (2012, p. 137), afirma que as feministas materialistas possuem como pontos em comum:

---

[173] Texto original: "[...] en termes de domination des groupes sociaux les uns par les autres. De même ele ne peut considérer *a priori* aucun domaine, de la réalité ou de la connaissance, comme extérieurs à cette dynamique fondamentale" (idem, ibid).

[174] Texto original: "Une interprétation féministe de l'histoire est donc 'matérialiste' au sens large, c'est-à-dire que ses premisses la conduisent à considerer les productions intellectuelles comme le produit de rapports sociaux, et à considérer ceux-ci comme des rapports de domination" (idem, ibid).

[175] Texto original: "révolution épistémologique, et non une nouvelle discipline ayant les femmes pour objet ou une explication *ad hoc* d'une oppression particulière" (idem, ibid).

[176] Texto original: "[...] expression du matérialisme, mais aussi un renouveau de celui-ci" (idem, ibid).

[177] Texto original: "[...] est la condition nécessaire à l'inclusion de nouveaux domaines de l'expérience dans l'analyse matérialiste, réciproquement l'analyse matérialiste de tous les lieux de leur oppression est un des procès de cette lutte, et le procès indispensable" (idem, ibid).

[178] Texto origunal: "[...]d'un affrontement *consciemment politique*" (idem, ibid).

> (1) seu anti-naturalismo, (2) a pesquisa com bases materiais e sociais [...] e (3) sua afirmação central de que as mulheres e os homens constituem classes de sexo. Além disso, algumas têm começado a utilizar o conceito de gênero, mas a maioria continua a preferir o conceito de *rapports* sociais de sexo, que permite evitar as derivações naturalistas ou individualizantes de algumas utilizações do gênero[179] (tradução nossa)[180].

Além desses pontos, acrescentaríamos ao feminismo materialista, o engajamento político construído em torno da relação entre a teoria e prática, voltado para o desvelar teórico e a superação política das relações sociais desiguais de classe, raça e sexo, ou seja, para a transformação da realidade em sua totalidade. Para ilustrar essa perspectiva, destacamos dois paradigmas fundamentais do feminismo materialista francófono: (1) o desvelar do processo de organização do trabalho, com base na divisão sexual do trabalho, elaborado destacadamente por Danièle Kergoat, entre outras e (2) A forma como esse trabalho é obtido, ou melhor, explorado e apropriado. Dimensão essa fundamentada, especialmente, por intermédio da categoria de apropriação advindas das relações de sexagem, elaborada por Colette Guillaumin (2002 [1978], 2005) e atualizada pelas feministas canadenses Danielle Juteau et Nicole Laurin (1988) e pela francesa Jules Falquet (2012). Aqui, destacamos especialmente a proposição de Falquet (2012) de utilizar o conceito de "trabalho desvalorizado" como complementar ao de apropriação. Tal proposição nos parece absolutamente pertinente para pensarmos a apropriação do trabalho na atualidade, como ressaltamos anteriormente.

"O feminismo materialista é, portanto, um passo intelectual cujo advento é crucial para os movimentos sociais, para a **luta** feminista, e para o conhecimento" (DELPHY,

---

[179] Acreditamos que nossa perspectiva teórica vai ao encontro das feministas materialistas, ainda que não utilizemos diretamente o conceito de classes de sexo, ou seja, classe de homens e classe de mulheres, pois, cremos que isso pode provocar interpretações teóricas conflituosas com a nossa concepção de classe social, a qual trabalhamos no primeiro capítulo desta tese. Ou seja, ainda que reconheçamos que as relações entre homens e mulheres estão permeadas por antagonismos estruturais e, portanto, perpassadas por conflitos de classe, evitamos utilizar classe de mulheres e classe de homens para que não corramos o risco de não deixar clara a nossa concepção de que as mulheres também, são divididas entre si pelas classes sociais, assim como os homens. Dimensão essa também reconhecida pelas feministas materialistas.

[180] Texto original: "(1) leur anti-naturalisme, (2) la recherche de bases matérielles et sociales, plutôt que de causes culturelles ou naturelles, à cette organisation et (3) leur affirmation centrale que les femmes et les hommes constituent des classes de sexe. De plus, si certaines ont commencé à utiliser le concept de genre, la plupart continuent à préférer le concept de rapports sociaux de sexe, qui permet d'éviter les dérives naturalistes ou individualisantes de certains usages du genre" (idem, ibid).

2009, Tomo I, p. 269; destaque da autora; tradução nossa[181]). Para tanto, esse feminismo não pode se limitar apenas à opressão das mulheres. Ele não pode deixar de tocar, em nenhuma parte da realidade, em nenhum domínio do conhecimento, enfim, em nenhum aspecto do mundo (DELPHY, 2009). Para fundamentar esse pensamento, Delphy argumenta: "Como o feminismo-movimento visa a revolução da realidade social, o feminismo – do ponto de vista teórico [...] deve visar uma revolução no conhecimento" (DELPHY 2009; tradução nossa[182]). É importante ressaltar que a autora destaca que o feminismo-movimento e o feminismo do ponto de vista teórico são mutuamente indispensáveis um ao outro. Na verdade, para nós, não se trata de coisas distintas, mas, dimensões diferenciadas de um mesmo movimento. Afinal, "sem teoria revolucionária, não há movimento revolucionário", como nos ensinou Lênin (2010).

Para nós, feminismo e socialismo, possuem, ao fim e ao cabo, a mesma aspiração, qual seja, a construção de um novo sistema de relações humanas pautadas na liberdade e na igualdade substantivas entre todos os sujeitos sociais. Um sistema no qual a exploração e todos os tipos de opressão sejam apenas marcas de um passado que nos sirva de referência apenas para não mais reproduzirmos qualquer relação que nos remeta e ele.

2.5 **Movimento Feminista: história e dilemas contemporâneos no contexto brasileiro**

Neste item não pretendemos fazer um resgate detalhado, tampouco, profundo da história do movimento feminista. Até porque isso foi objeto de estudo de autoras feminista que podemos recorrer, como destaque para Perrot e Duby (2002, 2002 a, 2002 b, 2002 c, 2002 d), na história das mulheres em nível mundial e para Pinto (2003), Saffioti (1979), em nível nacional, dentre outras. Aqui, apenas destacaremos marcos da trajetória histórica do feminismo para situarmos no tempo o nosso objeto de investigação, destacando os seus dilemas contemporâneos.

---

[181] Texto original: "Le féminisme matérialiste est donc une démarche intellectuelle dont l'avènement est cruciale pour les mouvements sociaux, pour la **lutte** féministe, et pour la connaissance" (idem, ibid).

[182] Texto original: "Comme le féminisme-mouvement vise la révolution de la réalité sociale, le féminisme-point de vue théorique [...] doit viser une révolution de la connaissance" (idem, ibid).

.

Um parêntese inicial para uma breve explicação da diferença entre movimento feminista e movimento de mulheres. A princípio podemos dizer que todo movimento feminista é um movimento de mulheres, ainda que tenham alguns grupos de homens que se reivindicam feministas e integrantes do Movimento. Todavia, nem todo movimento de mulheres, necessariamente, possui uma configuração feminista. Há por exemplo, movimento de mulheres contra o direito ao aborto. A diferenciação, contudo, em termos mais teóricos e históricos, reside no conteúdo de suas reivindicações. Por muito tempo definiu-se como movimento de mulheres àqueles que lutavam por demandas sociais para melhoria das condições de vida e de trabalho femininas. Por movimento feminista definia-se àqueles que lutavam contra a opressão e pela liberdade das mulheres, pautando questões como sexualidade, aborto, violência, autonomia, direitos civis e políticos. Contudo, no Brasil, a trajetória histórica do feminismo e dos movimentos de mulheres se confundiram significativamente. Houve e há um encontro entre esses Movimentos no sentido da identificação nas suas pautas, ainda que um movimento ou outro de mulheres possa distorcer as bandeiras feministas. Contudo, de uma maneira geral, podemos dizer que ambos constroem a mesma história: a luta das mulheres. Dessa forma, as reivindicações sociais dos movimentos de mulheres no Brasil, como o direito à creche e à saúde, são incorporadas pelo feminismo, assim como a luta contra a violência à mulher, por exemplo, considerada uma bandeira feminista, é incorporada pelos movimentos de mulheres.

Na verdade, muitos grupos de mulheres que inicialmente não possuíam um vínculo mais direto com o feminismo [como os clubes de mães que veremos a seguir], passa a adotá-lo e vice-versa. Nesse sentido, Souza-Lobo (2011, p. 244), afirma que "as trajetórias e práticas das feministas se confundem com os movimentos de mulheres: nos congressos, nas tentativas de um trabalho 'de mulheres' nos sindicatos". Nesta tese, portanto, pensando na confluência histórica provocada pela luta das mulheres entre esses Movimentos, quando nos referirmos aos movimentos de mulheres, estamos também, referindo-nos aos movimentos feministas. Ainda que saibamos que alguns movimentos de mulheres passam ao largo do feminismo.

O movimento feminista, segundo Kergoat (2009, p. 68), começou "a partir da tomada de consciência de uma opressão específica: tornou-se coletivamente 'evidente' que uma enorme massa de trabalho era realizada pelas mulheres; que esse trabalho era invisível; que era feito não para si, mas para os outros e sempre em nome da natureza, do amor e do dever maternal".

De acordo com Josette Trat (2009, p. 151):

> O que permite principalmente caracterizar o movimento feminista como movimento social é a sua duração. Quaisquer que sejam as intermitências da mobilização, as mulheres não cessaram de lutar coletivamente desde a Revolução Francesa. Ademais, esse movimento se enraíza nas contradições fundamentais da sociedade, nascidas tanto do desenvolvimento do capitalismo como da persistência até hoje da dominação masculina, que se exprime na divisão sexual do trabalho. As mulheres se mobilizaram ora em nome da igualdade, ora em nome das suas diferenças, sempre contra as "injustiças" de que eram vítimas, reclamando ao mesmo tempo o direito ao trabalho, à educação, ao voto e também à "maternidade livre" desde o começo do século XX. Elas sempre reivindicaram sua identidade como seres humanos e sua liberdade.

Assim, desde o século XVIII, a partir dos primórdios da Revolução Francesa, identificamos na história mulheres que, de forma mais ou menos organizada, passavam a lutar por direitos para além, inclusive, do espaço doméstico. É importante lembrar que mulheres ao longo da história do feminismo não se limitaram a lutar pela igualdade entre os sexos. Ao confrontar à ordem burguesa e a democracia representativa formal, elas lutaram pela consolidação do poder popular e "iniciaram uma batalha histórica em torno do direito de participar ativamente da vida pública, do mundo do trabalho remunerado, do acesso à educação, da representatividade política e do acesso às forças armadas" (GURGEL, 2011, p. 32). Além de reclamarem o amor livre e o direito ao divórcio.

É a partir da segunda metade do século XIX, em decorrência da agudização da "questão social" – que além de aprofundar a opressão das mulheres, contribuiu para uma maior aproximação das organizações de mulheres com a luta socialista –, que as lutas e manifestações feministas passam a adquirir uma maior organicidade, destacadamente, em torno da campanha de reivindicação pelos direitos políticos para as mulheres poderem votar e serem votadas (PINTO, 2003, p. 13). Surge em torno dessa reivindicação o "movimento sufragista", que se convencionou chamar de primeira onda do feminismo. Data ainda desse período, segundo Gurgel, "a realização de congressos internacionais, nos quais se definiam linhas de atuação política para a organização das mulheres nos partidos comunistas[183]" (GURGEL, 2011, p. 34).

[183] "Em um desses encontros, em 1910, foi definida a realização da primeira Jornada Internacional da Mulher que iniciou a tradição do 8 de março, em aspecto mundial, segundo algumas pensadoras feministas como Gonzáles (2010)" (nota da autora).

Ao longo de sua trajetória histórica, o movimento feminista se subdividiu, fundamentalmente, em três correntes: feminismo radical, socialista e liberal[184]. Tais correntes se opõem entre si "quanto à definição da opressão das mulheres e suas estratégias políticas". A oposição politicamente mais frontal, contudo, "recai sobre as feministas liberais, de um lado, e feministas radicais e socialistas, de outro". O feminismo liberal consiste nos movimentos voltados à promoção dos valores individuais, buscam reduzir as desigualdade entre homens e mulheres por meio das políticas de ação positiva, por isso, podemos falar de um "feminismo reformista". Já os movimentos de liberação das mulheres "querem romper com as estratégias de promoção das mulheres em proveito de uma transformação radical das estruturas sociais existentes". Nessa linha, o feminismo socialista ou tendência da luta de classe, como se denomina na França, afirma que "a verdadeira liberação das mulheres só poderá advir de um contexto de transformação global"; enquanto as feministas radicais "sublinham que as lutas são conduzidas, antes de tudo, contra o sistema patriarcal e as formas diretas e indiretas do poder falocrático" (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 147).

Compreender a história particular do feminismo no Brasil não é uma tarefa simples, embora esta não esteja desvinculada da história geral do feminismo globalmente. Mundialmente, as mulheres foram e são, fortemente invisibilizadas na história. Isso é mais agravado em um "país sem memória". Por isso, "a parte que coube a nós, mulheres, na história do movimento, é pouco conhecida, o que torna fácil sua apropriação indevida justamente por aquelas e aqueles que negam ao movimento sua própria razão de existir" (SOUZA-LOBO, 2011, p. 211).

As mulheres que buscam se reapropriar dos fragmentos dessa história, o fazem não para cristalizá-los e "fabricar novas múmias, mas para que estejam presentes na nossa consciência e nas nossas práticas cotidianas, para que façam parte da nossa revolta, nossas experiências, nossos sonhos" (SOUZA-LOBO, 2011, p. 218).

No Brasil, a luta sufragista passa a se manifestar já a partir do século XIX, mas, é na década de 1920, que ganha fôlego. Nessa década, o feminismo ganha uma dimensão nacional. Podemos identificar três vertentes no movimento. A primeira, considerada a mais forte e organizada, tendo como liderança Bertha Lutz, aponta como "questão central a incorporação da mulher como sujeito portador de direitos políticos" (PINTO, 2003, p. 14).

[184] "Segundo abordagens mais detalhadas, ocorrem distinções entre feministas marxistas ou socialistas, libertárias, radicais, lésbicas, materialistas ou essencialistas" (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009, p. 147).

Essa tendência foi composta por mulheres cultas e da elite brasileiras, muitas, inclusive, tinham estudado no exterior, onde sofreram influência do movimento sufragista que ganhava visibilidade nos países centrais. Com uma forte perspectiva liberal, essa tendência não associava, tampouco, confrontava a desigualdade da mulher em relação aos privilégios do homem. Em outras palavras, essa tendência buscava direitos políticos para as mulheres sem confrontar o patriarcado e o capitalismo como sistemas de exploração e opressão das mulheres. Era um "feminismo bem-comportado" que, por não confrontar os homens da elite, ganhava, inclusive, o respaldo e a legitimidade por muito deles. Nas palavras de Pinto (2003, p. 26):

> [...] se a luta das mulheres cultas e das classes dominantes se estruturava a partir da luta pelo voto, não era tão-somente porque esta se colocava como a luta do momento nos países centrais, mas também porque encontrava respaldo entre os membros dessa elite e conseguia respeitabilidade até na conservadora classe política brasileira. Era, portanto, um feminismo bem-comportado, na medida em que agia no limite da pressão intraclasse, não buscando agregar nenhum tipo de tema que pudesse pôr em xeque as bases da organização das relações patriarcais.

A segunda vertente foi denominada de "feminismo difuso", expressa nas mais variadas "manifestações da imprensa feminista alternativa". Composta por mulheres cultas, "com vidas públicas excepcionais", muitas delas, jornalistas e escritoras. Essas mulheres reivindicavam não apenas direitos políticos. Defendiam o direito à educação e questionavam a dominação masculina e o interesse dos homens em deixar as mulheres ausentes do mundo público. Além disso, tocaram em assuntos polêmicos para a época, como sexualidade e o divórcio. Isso configurou "uma face menos comportada do feminismo brasileiro do início do século XX" (PINTO, 2003, p. 15).

A terceira vertente se manifestou no movimento anarquista e, em seguida, no Partido Comunista. Composto por mulheres intelectuais e trabalhadoras, militantes de esquerda que defendiam a libertação da mulher de forma radical. Para tanto, articulavam as teses feministas às comunistas e às anarquistas, tendo como questão central, na maioria das vezes, a exploração do trabalho (PINTO, 2003, p. 15). Essa vertente teve uma especial influência dos imigrantes, com destaque para italianos e, em menor medida, portugueses e espanhóis. Segundo Pinto (2003, p. 33), esses imigrantes tornaram-se operários nas nascentes indústrias do Rio de Janeiro e São Paulo e, "com eles foram introduzidas no país as ideias libertárias do anarquismo". Tal ideário se fez fortemente presente em grandes

greves operárias no país e, também, por meio da imprensa anarquista que, de acordo com Pinto (PINTO, 2003, p. 15) a presença da mulher como colaboradora era uma constante.

Tanto no anarquismo, quanto mais tarde, no comunismo a mulher era incorporada como "companheira revolucionária". Por outro lado, tais perspectivas tinham "muita dificuldade de aceitar a questão da dominação da mulher como um problema diferente da dominação de classe". Contudo, "foi nesses espaços revolucionários, não-feministas em princípio, que se encontravam, nas primeiras décadas do século XX, as manifestações mais radicalmente feministas, no sentido de uma clara identificação da condição de explorada da mulher como decorrente das relações de gênero" (PINTO, 2003, p. 34). Assim, diferentemente das sufragistas, as anarquistas e as comunistas não se restringiam a luta pelos direitos políticos e percebiam a questão da mulher como um "aspecto organizador de um dos elementos estruturantes das desigualdades presentes nas relações de trabalho" (PINTO, 2003, p. 34, 2003).

Ao identificar a dominação dos homens sobre as mulheres, mais que isso, ao perceber que a dominação dos homens possui como base a exploração das mulheres, esse feminismo passa a confrontar o patriarcado e, também, o capitalismo, pois, a centralidade da luta em torno questão do trabalho, levou muitas mulheres anarquistas e comunistas a deflagrarem lutas contra a dupla jornada de trabalho, a desigualdade salarial e a exploração capitalista de uma maneira geral. Com isso, passam a confrontar-se diretamente com a classe dominante. Não é à toa, portanto, que essas mulheres somaram-se a perspectiva do feminismo "malcomportado", na medida em que confrontavam poderes. Distanciavam-se assim, do feminismo "bem-comportado" das sufragistas, que além de não confrontar os poderes existentes, buscava apoio neles. O feminismo malcomportado ou "malcriado" era um feminismo de enfrentamento, "expressava-se nas passeatas, nos enfrentamentos na Justiça e nas atividades de mulheres livres-pensadoras que criavam jornais e escreviam livros e peças de teatro" (PINTO, 2003, p. 38).

Nesse primeiro momento de organização do feminismo no Brasil, as conquistas foram poucas. A única concreta que podemos destacar foi o direito ao voto. Com o golpe de 1937, o processo de organização política do feminismo é abortado.

No final dos anos 1940 e início da de 1950 no Brasil, muitas mulheres, inclusive de diferentes classes, passam a integrar movimentos contra a carestia e a criar os clubes de mães. Esse caráter de luta mantém-se até os anos 1970, com destaque para os bairros pobres, onde as mulheres lutavam por melhorias na saúde, educação e serviços públicos

em geral. Essas mulheres recebiam a influência, mais que isso, o apoio ou mesmo a promoção das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica, especialmente, em torno dos clubes de mães (PINTO, 2003, p. 38).

Se essa forma de organização não era feminista em sua formação ou mesmo não tinha esse objetivo, ao proporcionar o encontro entre mulheres que passavam a refletir sobre a sua opressão de sexo e a reivindicar mudanças, podemos afirmar que foi por essa via que muitas passaram a ocupar o espaço público e a conquistar a cena política. E isso também, é feminismo. Afinal, é na "experiência cotidiana pensada e discutida nas comunidades de base, nos clubes de mães, nos grupos informais, onde as reivindicações se confundem com o desejo de mudar a vida, mudar as relações familiares" que encontramos o "fio condutor" para a análise dos movimentos (SOUZA-LOBO, 2011, p. 243).

A partir de 1964, com a ditadura engendrada pela autocracia burguesa[185], até a década de 1970, as feministas passam a integrar a luta contra a ditadura, sendo fortes protagonistas do movimento pela anistia e sua grande maioria identificada com o campo da esquerda brasileira. Muitas mulheres, inclusive, foram presas políticas e barbaramente torturadas, sofrendo dentre outras formas de tortura, a sexual. Dessa forma, a experiência da autocracia burguesa no Brasil, da repressão e da tortura, suscitou formas de resistência e superação por parte de muitas mulheres, como podemos ver nos depoimentos de algumas delas no filme: **Que bom te ver viva**[186].

Ainda que algumas tenham lutado pela anistia e pela democracia a partir do seu papel tradicional de esposas e mães, a exemplo de Zuzu Angel, elas também passaram, assim como as militantes que foram presas políticas, por outro lado, a emergir como sujeitos públicos. Reside aí, a grande importância dessa experiência, posto que ela foi acompanhada da descoberta de cada uma como mulher, da sua força e da sua percepção de ser político.

Se esse período de ditadura impossibilitava a expansão e a expressão política de qualquer movimento social, por outro lado, por conta do exílio, muitas mulheres tiveram contato com o ideário feminista. Ao chegarem na Europa no final dos anos 1960, muitas jovens vivenciaram um clima de revolução cultural e de costumes que colocavam em

[185] Sobre a autocracia burguesa no período da ditadura pós-1964 no Brasil, conferir José Paulo Netto (1996) .

[186] O filme Que Bom te ver Viva, de Lúcia Murat, retrata como vivem (ou sobreviveram) mulheres que foram presas políticas no perído da autocracia burguesa no Brasil, a partir do Golpe de 1964. Filme disponível na íntegra em: http://www.youtube.com/watch?v=hIgeT6jsxIU. Acessado em 09 de janeiro de 2013.

xeque a naturalização do poder do homem. Essas jovens não voltaram para o Brasil da mesma forma. Elas levaram:

> [...] uma nova forma de pensar sua condição de mulher, em que o antigo papel de mãe, companheira, esposa não mais servia. Essas mulheres haviam descoberto seus direitos e, mas do que isso, talvez a mais desafiadora das descobertas, haviam descoberto os seus corpos, com suas mazelas e seus prazeres. Mas o Brasil que encontravam era um país dominado por uma ditadura militar sangrenta, na qual todas as frestas de expressão que sobraram deviam ser ocupadas pela luta pró-democratização, pelo fim da censura, pela anistia aos presos políticos e exilados. Somava-se a isso uma tradição marxista [...] que via esse tipo de luta como um desvio em relação à luta fundamental do proletariado contra a burguesia. [...] De qualquer forma, no fim da década havia um fato inegável: o movimento feminista existia no Brasil. Frágil, perseguido, fragmentado, mas muito presente, o suficiente para incomodar todos os poderes estabelecidos, tanto dos militares como dos companheiros homens da esquerda (PINTO, 2003, p. 65-66).

Dos grupos de exiladas, destacamos o Círculo de Mulheres Brasileiras em Paris, que durou de 1975 a 1979. A importância desse círculo residiu na formação de uma "postura política de esquerda claramente identificada com a luta de classe e de um trabalho interno de grupo de reflexão no melhor estilo do feminismo europeu" (PINTO, 2003, p. 54).

As feministas brasileiras que se encontravam em Paris, "faziam um trabalho de proselitismo, mandavam material para o Brasil, entravam em contato com outros grupos feministas, buscavam aumentar o número de participantes, organizavam o seu movimento em diferentes instâncias, por meio de comissões e assembleias" (PINTO , 2003, p. 55).

Foi na segunda metade do século XX que o feminismo se consolidou como sujeito coletivo de luta das mulheres. Para Dominique Fougeyrollas-Schwebel (2009, p. 144):

> Essas lutas partem do reconhecimento das mulheres como específica e sistematicamente oprimidas, na certeza de que as relações entre homens e mulheres não são inscritas na natureza, e que existe a possibilidade política de sua transformação. A reivindicação de direitos nasce do descompasso entre a afirmação dos princípios universais de igualdade e as realidades da divisão desigual dos poderes entre homens e mulheres. Nesse sentido, a reivindicação política do feminismo só pode emergir em relação a uma conceituação de direitos humanos universais; ele se baseia nas teorias dos direitos da pessoa, cujas primeiras formulações resultam das revoluções norte-americana e depois francesa.

Os anos de 1970 marcam os movimentos feministas pelo reconhecimento de que a reivindicação da igualdade é impossível em um sistema patriarcal. Esses anos, que prolongam o movimento de contracultura dos anos 1960, sublinham a luta dos movimentos de liberação das mulheres, não apenas na reivindicação de novos direitos, mas, de questionamento do domínio político. Daí decorre a afirmação; "o privado é político". Ainda nesses anos, o feminismo passa a negar o direito dos homens em falar em nome das mulheres. Com isso, há a recusa da constituição de movimentos mistos, ou seja, formados por homens e mulheres (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009). Inicia-se assim, a constituição da concepção do feminismo como um movimento de auto-organização das mulheres.

Do ponto de vista do aparecimento de uma "História das mulheres", ou seja, de uma "História sexuada", isso vai ocorrer, também, no início dos anos 1970. De acordo com Michelle Perrot (2009, p. 112), três séries de fatores contribuíram para isso: 1) "os científicos", principalmente com a influência da Antropologia e da demografia histórica que "reintegraram a família e o corpo na trama da história" [...]; 2) "os sociológicos: a presença crescente de mulheres na universidade como estudantes e em seguida como docentes, portadoras de interrogações novas; 3) os políticos: o movimento de libertação das mulheres [...]."

De acordo com Souza Lobo (2011, p. 249), a novidade na trajetória das mulheres, nos anos 1970 e 1980, "está não só no fato de saírem às ruas descobrindo seus direitos sociais, mas no fato de que tenham redescoberto seus corpos, suas experiências, seus direitos". A descoberta desses direitos, por sua vez, "passa a ser um motivo para mobilizar as mulheres para a vida pública, onde elas começam a exercer uma vontade política e intervir nos seus destinos. Da mesma forma, a descoberta do corpo dá às mulheres a possibilidade de controlá-lo" (SOUZA-LOBO, 2011, p. 250).

Decorre daí, a luta pelo direito a autonomia sobre o corpo e a sexualidade, o que veio a ser sintetizada na insígnia: "Nossos corpos nos pertencem". Ainda hoje atual na luta feminista brasileira, como aponta a Plataforma Feminista de 2002:

> Como feministas, lutamos por liberdade sexual, tendo na palavra de ordem "nossos corpos nos pertencem" o símbolo mundial da luta feminista pelo direito de decidir sobre o próprio corpo. Para os movimentos brasileiros de mulheres, esta insígnia foi um convite às mulheres para se reapropriarem de seus próprios corpos, tomando para si as decisões sobre a sua sexualidade e o exercício dos direitos reprodutivos (p. 30).

Importante esclarecer que esse lema feminista não guarda sentido algum com a lógica privatista ou meramente subjetivista. Ao afirmar "Meu corpo me pertence", o feminismo quer por em evidência e em marcha política "um sujeito em conflito com o sistema patriarcal, capitalista, racista" ou seja, essa insígnia é "uma declaração de rebelião à ordem vigente e como afirmação de ação de uma nova experiência de relação que tensiona e visa transformar a realidade social" (ÁVILA, 2011, p. 67).

É importante, ainda, destacar nesse período que a atuação política feminina, "as imagens das mulheres nas ruas, suas vozes cheias de agressividade, sacudiam as ideias preconcebidas do machismo e da eterna submissão feminina" (SOUZA-LOBO, 2011, p. 269). Mesmo ocupando significativamente a cena pública e sacudindo o machismo, a pauta feminista não foi incorporada nas discussões acadêmicas, tampouco nos discursos dos dirigentes sindicais para por exemplo, problematizar a desigualdade salarial entre homens e mulheres. "Somente as próprias mulheres – as feministas e as militantes dos movimentos – colocaram o problema" (SOUZA-LOBO, 2011, p. 269).

Ao consolidar-se como movimento social nos anos 1970, o feminismo trouxe em seu bojo "a possibilidade de ruptura com muitas das fronteiras culturais e morais estabelecidas" (BANDEIRA, 2000, p. 28). Lourdes Bandeira (2000) destaca três principais rupturas advindas da radicalidade do movimento e do pensamento feminista: a ruptura do e com o sujeito único, o que remete à questão da diferença, tornando as mulheres visíveis e partícipes da história; uma ruptura epistemológica que cria "um campo de conhecimento, de pesquisa que científica e política que traz a mulher para o centro tanto como objeto quanto como sujeito" (p. 30); a ruptura pela "equidade", que preferimos denominar de ruptura pela igualdade. Essa ruptura tem como "suposto básico que as diferenças e as relações entre homens e mulheres são fatos construídos" (p. 37), o que remete a possibilidade de superação das desigualdades entre eles.

A partir de 1979, com o processo de redemocratização da sociedade brasileira, a anistia dos(as) presos(as) políticos(as) e a reforma partidária, o feminismo encontra maiores possibilidades de manifestação. Nesse processo, surge uma nova divisão entre as feministas: "de um lado ficaram as que lutavam pela institucionalização do movimento e por uma aproximação da esfera estatal e, de outro, as automistas, que viam nessa aproximação um sinal de cooptação" (PINTO, 2003, p. 68).

A década de 1980 é marcada por um feminismo mais institucionalizado, especialmente, por meio dos Conselhos da Condição da Mulher e Delegacias da Mulher,

além da presença feminina em cargos eletivos. O feminismo acadêmico também marca essa década, com destaque para as pesquisas na área da saúde e violência contra a mulher.

É importante destacar que, nesse momento histórico, as mulheres do Partido dos Trabalhadores (PT) identificadas com o feminismo, empreendiam uma oposição à institucionalização do movimento feminista. Elas defendiam uma "visão mais radical e autonomista do movimento" (PINTO, 2003, p. 69). Visão que será modificada, em grande medida, nos anos 2000, como veremos no próximo capítulo.

Os anos 1980 anunciavam as bases do processo de institucionalização do feminismo. Ao recrutar mulheres para o Estado, muitas feministas acabaram se comprometendo com diferentes governos e perdendo a sua autonomia. Em que pese os setores de mulheres feministas que se opunham fortemente à institucionalização, o feminismo passa a vivenciar uma encruzilhada nos anos 1980, trazida por essa institucionalização: " os grupos são suficientemente fortes para romper a impermeabilidade estatal, mas não o bastante para ocupar um espaço nas instâncias decisórias" (PINTO, 2003, p. 70).

Oferecendo-nos um balanço avaliativo do feminismo no Brasil no final dos anos 1980, Pinto (2003, p. 89) afirma que:

> É difícil avaliar se o movimento se fortaleceu ou não ao longo do período. Se tomarmos como parâmetro sua capacidade de aumentar o número de militantes e promover uma ampla discussão no país sobre as questões das relações de gênero, certamente o movimento não saiu fortalecido. Teremos a mesma avaliação se considerarmos a sua capacidade de ocupar espaços na agenda política partidária. Entretanto, se for tomada como parâmetro a capacidade de se infiltrar no aparto estatal, sem dúvida não se pode deixar de observar avanços.

Será, contudo, nos anos 1990, que a institucionalização do feminismo atinge seu auge por meio de um fenômeno que convencionamos chamar de "onguização". As Organizações Não-Governamentais (ONGs) se espraiam nacionalmente e o feminismo profissionalizado passa a se consolidar em detrimento do feminismo como movimento social. Esse feminismo profissionalizado reedita, em grande medida, o feminismo bem-comportado e encontra sérios limites institucionais para atuar com autonomia frente ao Estado e demais organismos financiadores das ONGs, trazendo, portanto, grandes implicações e desafios para a luta das mulheres como veremos a seguir.

No plano teórico, esse contexto é acompanhado pelos "estudos de gênero" que ganham corpo na sociedade, fortemente influenciados pela perspectiva pós-moderna. Tais estudos conquistam uma grande penetração em diversas universidades e instituições públicas e privadas, inclusive, no plano internacional, encontrando não apenas as portas abertas, mas, o estímulo e patrocínio, de instituições como o Banco Mundial e a Fundação Ford.

Para compreender com um pouco mais de profundidade o processo de institucionalização do feminismo, acreditamos que é necessário fazer uma discussão anterior, ainda que breve, sobre o processo de "onguização" dos movimentos sociais e seus principais desdobramentos na luta de classes. Isso encontra pertinência devido à "onguização" não ter sido um fenômeno isolado no feminismo, embora esse tenha se configurado em um Movimento emblemático desse processo. Em outras palavras, é necessário entender que as transformações ocorridas no campo do feminismo foram determinadas por um processo global de interferência nos movimentos sociais, tendo como pano de fundo, o projeto neoliberal que, dentre seus principais objetivos, buscou promover fragilização, a fragmentação, quando não, a cooptação dos movimentos sociais.

2.5.1 ONGs e Movimentos Sociais: novas configurações na luta de classe

Mas é nelas (bocas e mãos, sonhos, greves e denúncias)
que te vejo pulsando, MUNDO NOVO,
ainda que em estado de soluços e esperança.
Ferreira Gullar

Compreendemos que os movimentos sociais possuem determinações concretas advindas das relações de exploração e dominação capitalistas. Relações essas que se desdobram em opressões de classe, "raça"/etnia, sexo, geração, entre outras. Com efeito, Josefa Lopes concebe movimento social "como expressão das relações sociais objetivas e subjetivas, determinadas pelas relações entre estrutura e superestrutura no movimento real da totalidade social concreta de um determinado período histórico" (1999, p. 9).

Nesse sentido, para compreendermos os movimentos sociais, faz-se necessário apreender criticamente o terreno que os gera: a sociedade capitalista e sua contradição fundante, a relação antagônica entre capital e trabalho. Reside aí o cerne das mais variadas

expressões da desigualdade social, mola propulsora dos movimentos sociais. Nessa perspectiva, Maria Lúcia Duriguetto (2008, p. 45), afirma que os movimentos sociais, comprometidos com os interesses da classe trabalhadora, "constituem processos político-organizativos das expressões da questão social no campo da sociedade civil" (destaque da autora).

Os movimentos sociais podem se constituir como vozes coletivas que teimem em gritar contra a barbárie capitalista nas suas múltiplas refrações. Para tanto, a sua práxis, os seus princípios e a sua organização devem estar direcionados para a transformação radical da sociedade capitalista. Nesses termos, os movimentos sociais são sujeitos coletivos que surgem como sínteses das desigualdades sociais e sobre elas podem atuar em uma perspectiva transformadora, o que exige a eliminação da raiz dessas desigualdades: a contradição entre capital e trabalho.

Essas reflexões nos conduzem a pensar na importância da perspectiva de classe como ponto comum da luta dos movimentos sociais. Contrário a essa perspectiva, apresenta-se o processo de institucionalização dos movimentos sociais em ONGs.

As ONGs, na década de 1960, possuíam como prioridade o assessoramento aos movimentos sociais e, inclusive, angariavam recursos para os mesmos. São, nesse momento, grandes aliadas, na condição de fortalecedoras dos movimentos sociais.

Essa perspectiva de atuação é radicalmente modificada nos anos 1980 e 1990, décadas nas quais essas instituições proliferam em dimensões gigantescas. É válido relembrar que o contexto histórico proporcionador da "onguização" é marcado pelo neoliberalismo, articulado ao enfraquecimento e à desmobilização dos movimentos sociais classistas.

De aliada dos movimentos sociais, muitas ONGs, na década de 1990, passam a ser "parceiras" do grande capital. Sobre essa guinada política, Joana Coutinho destaca:

> Se na década de 1970 associavam-se aos movimentos sociais, a partir dos anos 1990, as ONGs estão submetidas a uma outra lógica: priorizam trabalhos em "parceria" com o Estado e/ou empresas; proclamam-se "cidadãs"; exaltam o fato de atuarem sem fins lucraivos. Desenvolvem um perfil de "filantropia empresarial"; **mantêm relações estreitas com o Banco Mundial e com agências financiadoras ligadas ao grande capital**, como é o caso das Fundações *Ford*, *Rockfeller*, *Kellogg*, *MacArthur*, entre outras (2005, p.58).

Ressaltamos que a grande expansão das ONGs a partir da década de 1990, deve-se, fundamentalmente a "mudança de orientação dos doadores internacionais de não mais destinarem recursos diretamente aos movimentos sociais e populares, mas agora às ONGs (ora diretamente, ora indiretamente por via de recursos dirigidos aos governos)", bem como pela "criação de um vasto número de ONGs cujo objetivo central, senão único, é a própria captação de recursos (*fundraising*) e a geração de (auto-)emprego" (MONTAÑO, 2002, p. 224).

É com esse direcionamento político que muitas ONGs sucumbem aos interesses capitalistas em detrimento da luta da classe trabalhadora, ao passo que têm como mantenedores grandes representantes do capital e sem sua atuação está, necessariamente, vinculada com as demandas e lutas dos movimentos sociais. Com isso, diversas ONGs limitam sua atuação às exigências de seus financiadores, correspondendo, por conseguinte, aos interesses dos mesmos, ainda que contrariando os interesses da classe trabalhadora.

Ressaltaremos o Banco Mundial (BM), dentre os demais financiadores, para que consigamos deixar mais clara a problemática de contradições que envolvem as ONGs. De acordo com Daniella Saraceno[187] o BM, a partir dos anos 1990, passou a adotar uma postura de "diálogo e privilegiamento de ações e parcerias com as ONGs. A maioria dos empréstimos do banco envolve parcerias com ONGs. [...] em 1994, metade dos projetos de financiamentos aprovada pelo banco envolvia ONGs [...]". Esta informação nos comprova o interesse do BM em financiar as ONGs. Passemos pois, a analisar um pouco esse financiador.

Além de ser diretamente representante do grande capital, o BM é sujeito do domínio econômico operado pelos ajustes estruturais neoliberais – que dilacerou direitos sociais e trabalhistas no mundo –, que implementou juntamente com o FMI e as "classes dominantes autóctones"[188]. É válido, ainda, destacar que esta dominação ocorre "por meio da hiper-exploração dos camponeses, dos povos originários, das mulheres pobres, dos proletários, em suma, dos não incluídos na nação formalmente existente" (LEHER, 2005, p. 12).

---

[187] Disponível em: www.mestradoaregional.unifacs.br.

[188] A política de reformas estruturais, conduzidas pelo BM e FMI, para os países capitalistas periféricos, em torno das condicionalidades para empréstimos e "ajuda" para o "desenvolvimento", vem "estimulando a realização de processos de estabilização, liberalização do comércio, reforma tributária, reforma financeira, privatização, reforma trabalhista e reforma previdenciária" (MELO, 2005, p. 73).

Reflitamos, portanto: Como estabelecer "parcerias" com laços de dependência e subordinação com instituições como o BM? As relações de dependência/subordinação, travestidas no discurso de "parceria", contribuem para descaracterizar o Movimento como luta social a medida que o seu compromisso político está subordinado e, muitas vezes, definido pelos interesses do capital.

Outra questão preocupante com o processo de "onguização" dos movimentos sociais é a mudança na linguagem (induzida/exigida pelos financiadores), que se desdobra em implicações políticas. Conceitos como classe ou luta de classe, que trazem consigo uma carga de identidade e consciência política com a luta pelo socialismo, foram substituídos por "sociedade civil"[189] [distante do sentido gramsciano] ou "sociedade civil organizada". Essas expressões são despolitizadas e esvaziadas de significados de resistência e combatividade ao capital, ou seja, dos conflitos de classe. O antagonismo de classe é ofuscado e com isso, outros termos surgem na linguagem das ONGs, como "volundariado"[190], democracia[191] e "solidariedade" (com o capital), opondo-se à militância e a solidariedade de classe. Da mesma forma, destaca Emir Sader:

> [...] conceitos como "cidadania", "direitos humanos", "sociedade civil", "estatal" e "privado" começaram a ser objeto de definições pouco precisas e de generalizações indevidas. A ambigüidade das ONGs – seu estatuto social, sua relação com a esquerda e com o liberalismo – por exemplo, em grande parte se apóia em interpretações e utilizações confusas e incorretas desses conceitos (2005, p. 323).

[189] Emir Sader (2005, p. 323-324) dissertando acerca das reflexões gramscianas de Carlos Nelson Coutinho, destaca que o termo "sociedade civil", "nas recentes lutas democráticas" brasileiras, "se tornou sinônimo de tudo o que se opunha ao estado ditatorial; o que acontecia com maior razão no Brasil pois neste país 'civil' significa o contrário de 'militar'. Tudo o que provinha da 'sociedade civil' era visto como algo positivo, enquanto tudo que vinha do estado recebia caracterizações negativas. Um Gramsci aguado servia de cobertura para essa operação ideológica, e no entanto sabe-se que para o marxismo italiano a 'sociedade civil' é uma arena privilegiada de luta de classes, na qual se entrava uma feroz e permanente luta pela hegemonia. Nesse sentido, a sociedade civil não é 'o outro' do estado, mas forma juntamente com a 'sociedade política' um de seus elementos constitutivos".

[190] O "voluntariado" não possui vínculos empregatícios nem possui obrigações previdenciárias, mas, além disso, Daniella Saraceno nos alerta que "no discurso dos defensores deste tipo de trabalho, a independências em relação ao sindicato é bastante destacada. Ou seja, o trabalho voluntário não possui, até o momento, redes de articulações ou de pressões" (Disponível em: www.mestradoaregional.unifacs.br.). Esse tipo de "voluntariado", portanto, é completamente funcional ao capital a medida que o desonera de atividades que, necessariamente, devem existir e, ainda, despolitiza e enfraquece ou evita pressões da classe trabalhadora. A "solidariedade" difundida no apelo ao voluntariado de direita, não passa de solidariedade ao capital. Diferente do voluntariado vinculado às experiências de esquerda, à exemplo de Cuba e de toda forma de militância voluntária com engajamento nos movimentos sociais e partidos de esquerda.

[191] Ver Duriguetto (2007).

Nessa perspectiva, temos "um problema crucial para a esquerda: a assimilação de conceitos e categorias do pensamento liberal como 'sociedade civil' de corte neoliberal que sustenta grande parte de ONGs. Desse modo, o Estado deixou de ser seriamente discutido e, por extensão, também as políticas públicas" (LEHER, 2005, p. 31).

Além disso, há uma competição entre as ONGs na disputa pelos investimentos, o que, também, fragmenta a identidade da classe trabalhadora, consequentemente, o potencial do seu poder combativo ao capitalismo. Sobre a benesse da fragmentação dos sujeitos ao capital liberal, Ellen Wood questiona:

> Num mundo fragmentado composto de "sujeitos desencontrados", no qual conhecimentos totalizadores são impossíveis e indesejáveis, que outro tipo de política poderia existir, senão uma espécie de radicalização descentrada e intelectualizada do pluralismo liberal? [...] Existiria, na prática, obstáculo maior a qualquer coisa além das resistências locais e particulares ao poder global e totalizante do capitalismo do que o sujeito fragmentado e descentrado? (WOOD, 2003, p. 14).

Em um sentido mais amplo, muitas ONGs ainda contribuem para a minimização do Estado, no que diz respeito à pulverização e focalização das políticas sociais. Ratificam, portanto, o neoliberalismo ao irem de encontro à universalidade dessas políticas. Não é, pois, à toa, que algumas ONGs são financiadas por organismos como o Banco Mundial[192]. Essa é uma nova forma de dar "respostas" à "questão social", na busca necessária de consenso de uma maneira bem menos onerosa para o capital, indo ao encontro dos interesses neoliberais, como demonstra Montaño:

> [...] o interesse do governo neoliberal (e do capital) nas "parcerias" é ideológico, é de contenção e aceitação. Uma vez consolidado o processo de saída do Estado de certo espaço da área social – mediante recortes orçamentários, precarização, focalização, descentralização e privatizações – e esvaziada a dimensão de direito universal das políticas sociais, uma vez que a retirada do Estado da resposta às seqüelas da "questão social" passe a formar parte da **cultura cotidiana**, então a função ideológica das "parcerias" já terá cumprido sua finalidade, e não será mais tão necessária sua manutenção (2002, p. 227).

[192] De acordo com Montaño (2002, p. 214): "Em abril de 1997, o Banco Mundial desembolsou, mediante a gestão estatal, 150 milhões de dólares dirigidos a ONGs no Brasil. [...] No Brasil, 83% das ONGs ativas recebem verbas do exterior".

Essa citação, também, demonstra a gravidade dessas "parcerias", pois além de camuflarem as contradições de classe, são temporárias e tendo cumprido sua "função ideológica", podem inexistir levando consigo as políticas sociais.

Na contemporaneidade, as ONGs, hegemonicamente, contribuem para um consenso ideológico de "contenção e aceitação", obtido sob a aparência de que o governo e/ou o capital internacional se preocupam com questões humanitárias ou estão atendendo aos interesses das lutas sociais. Na verdade, o que ocorre é um controle e uma fragmentação destas lutas e o fortalecimento do neoliberalismo, tendo em vista a relação de dependência estabelecida na "parceria" com as agências financiadoras.

Muitas ONGs vêm, portanto, coroar a ofensiva ideológica do capital em seu processo de consolidação do neoliberalismo, daí decorre o interesse do Estado em financiá-las, como demonstra Montaño (2002, p. 227):

> A "parceria" entre o Estado e o "terceiro setor" tem a clara função ideológica de encobrir o fundamento, a essência do fenômeno – ser parte da estratégia de reestruturação do capital –, e fetichizá-lo em "transferência", levando a população a um enfrentamento/aceitação deste processo dentro dos níveis de conflitividade institucional aceitáveis para a manutenção do sistema, e ainda mais, para a manutenção da atual estratégia do capital e seu projeto hegemônico: o neoliberalismo.

O financiameto das ONGs, portanto, por trás da *pseudo* preocupação social do capital, revela o interesse de gerar uma cultura de aceitação e naturalização da desresponsabilização do papel do Estado para com as políticas sociais, esvaziando a perspectiva de universalidade das mesmas.

Percebemos, pois, que existem múltiplos aspectos em torno do "fenômeno onguização" que trazem muito mais retrocessos aos movimentos sociais do que avanços. Sobre as principais consequências da "onguização" dos movimentos sociais, destacamos:

> 1) o movimento social, intermediado pela ONG na sua relação com o Estado, com menos adesão e sem recursos, tende a se reduzir em quantidade e em impacto social, deixando seu lugar para esta última; 2) a ONG, que tem como parceiro o Estado, assume a "representatividade" das organizações sociais, carregando agora as demandas populares, só que não mais numa relação de luta, de reivindicação, mas de "pedido", de "negociação" entre parceiros, e quase sempre relegando para segundo plano a atividade do movimento social e submetendo-o à "nova lógica da negociação" (MONTAÑO, 2002, p. 274).

Como síntese dessas alterações no "conteúdo" das lutas sociais, ressaltamos que elas passam a ser "dóceis" e não mais contestatórias e conflitivas, mas, negociadas. Desse modo, há um processo acentuado e progressivo de "despolitização e esvaziamento das organizações populares e suas demandas sociais, agora intermediadas pela ONG" (MONTAÑO, 2002, p. 274).

Seguindo essa perspectiva de análise, poderíamos, ainda, acrescentar que as ONGs, hegemonicamente, representam materialmente o transformismo, em seus dois sentidos. Essa análise se confirma à medida que há um distanciamento perceptível da luta concreta e radical contra as desigualdades sociais, que passam, no universo hegemônico das ONGs, a se limitarem em ações focalizadas e em Grandes Conferências e Convenções para pensarem e discutirem a pobreza ao lado dos representantes de quem a produz, ostentadas por todo o luxo da burguesia, como demonstra Petras (2000, p. 178):

> [...] existem milhares de dirigentes de ONGs que conduzem carros-esporte de 40.000 dólares de sua confortável casa ou apartamento de subúrbio para seu escritório ou prédio, deixando seus filhos e tarefas domésticas nas mãos de empregados, seu jardim aos cuidados dos jardineiros. Estão tão mais familiarizados e gastam mais tempo com lugares no exterior, onde acontecem suas conferências internacionais sobre pobreza (Washington, Bancoque, Tóquio, Bruxelas, Roma, etc.) do que com suas lamacentas aldeias de seu próprio país.

Nessa linha de análise, Petras (2000, p. 178) ressalta que tais dirigentes abandonaram suas "excursões iniciais dos movimentos sociais esquerdistas, pobremente recompensados, por uma carreira lucrativa dirigindo uma ONG, levando com eles habilidades organizacionais e retóricas e um certo vocabulário populista". Habilidades essas, sabiamente apropriadas pelo grande capital. Daí o grande volume de dinheiro dispensado ao financiamento de ONGs, por corresponderem a desresponsabilização do Estado para com as políticas públicas, na medida em que não apenas representam uma "terceirização" precária do Estado, desonerando o capital, como, também, camuflando o antagonismo de classe.

Para Joana Coutinho (2005, p. 59):

> [...] os dirigentes das ONGs, geralmente pós-marxistas, tornaram-se atores políticos. Mas os seus projetos, ou sua participação em treinamentos e reuniões com o Banco Mundial ou "ONGs/Agências", não produzem qualquer efeito econômico significativo ao Produto Interno Bruto (PIB) ou na diminuição da pobreza.

Percebemos a ausência de um compromisso real com a eliminação das desigualdades sociais por parte das ONGs, que vá além do discurso formal das lutas por "cidadania", "justiça", "direitos humanos", "democracia" e "solidariedade", tão retoricamente difundidos pelas ONGs e por elas esvaziados do seu conteúdo de classe.

Ellen Wood (2003) nos alerta para os atuais rumos da esquerda e de sua relação com o capitalismo na contemporaneidade. Para a autora, a esquerda vem se redefinindo na perspectiva de criar espaços no interior do capitalismo e não mais enfrenta o desafio direto da contestação ao capital. Uma expressão disso, para nós, está, por exemplo, nas ONGs, devido à dependência junto as suas financiadoras, como demonstra Joana Coutinho (2005, p. 61):

> Como devem prestar contas a suas financiadoras, e encaminhar relatórios periódicos para as suas mantenedoras (em relações simbióticas com os seus governos), a autonomia dessas organizações é, no mínimo, questionável.
> Em situação diferente estão os movimentos sociais organizados, como é o Movimento dos Sem Terra no Brasil e dos camponeses indígenas no Estado de Chiapas no México: o uso e desuso das "doações" que recebem das ONGs estrangeiras estão vinculados às ações diretas do movimento, e não de um trabalho específico e focalizado.

Assim, a institucionalização dos movimentos sociais em ONGs significou um retrocesso contrário ao fortalecimento do poder de resistência e combatividade da classe trabalhadora. Diante desse cenário, passemos a analisar a particularmente do movimento feminista frente à institucionalização.

2.5.2 A institucionalização do movimento feminista: subordinações e resistências

> Temos então que recolher a revolta e a inquietação
> de quem não se submete e ousar dar formas às sementes do futuro,
> ainda que em tempos onde o futuro parece ter sido abolido.
> *Mauro Iasi* (2007)

Podemos destacar, segundo Souza-Lobo (2011) três momentos significativo das práticas feministas na realidade brasileira. O primeiro ocorreu por meio de grupos ou individualmente, marcado pela amplitude e heterogeneidade do movimento que articulava as lutas pela redemocratização da sociedade com as lutas contra as formas de opressão às

mulheres. Nesse momento, “o Estado era o inimigo comum” (SOUZA-LOBO, 2011, p. 227).

O segundo momento (1980-2), há uma reorganização partidária que começa a descaracterizar as práticas autônomas dos movimentos. Com isso, muitos grupos se dividem ou mesmo se desfazem. Esse processo levou muitas feministas a se concentrarem nos partidos, ainda que outras tenham permanecido somente nos movimentos. Assim, se por um lado há um alargamento do discurso feminista nos partidos, por outro, as práticas autônomas são reduzidas (SOUZA-LOBO, 2011, p. 227.)

O terceiro momento, após 1982, é marcado pela construção dos Conselhos dos Direitos da Mulher, configurando-se como “novos interlocutores na relação com os movimentos”. Nesse contexto, duas posições passam a polarizar o feminismo: “de um lado as que se propunham a ocupar os novos espaços governamentais, de outro as que insistiam na exclusividade dos movimentos como espaços das feministas” (SOUZA-LOBO, 2011, p. 227). Daí surge a necessidade de se pensar a relação entre Estado e movimento. Após avaliar o confronto e a experiência dos primeiros anos em torno dessa relação, Souza-Lobo (2011, p. 227) aponta algumas conclusões:

> Por um lado é certo que o Estado não é um espaço neutro e vazio, mas tem suas regras e mecanismos que ferem a autonomia dos movimentos, impõem tempos e alianças, subordinam lutas e propostas. Por outro lado, é evidente que os espaços no governo foram conquistas, num primeiro momento, simbólicas, mas, que se transformaram num instrumento para canalizar e elaborar políticas. Se os espaços se dividem, o problema reside não na diversificação das práticas, mas na submissão voluntária ou não dos movimentos à iniciativa dos órgãos estatais ou na substituição dos movimentos pelo Estado ou na confusão entre movimento e Estado, visível na forma dos Conselhos que, no discurso de algumas, seria um representante dos movimentos (p. 227).

Tal confusão entre Estado e Movimento, especialmente no que diz respeito à quebra da perspectiva de autonomia para o Movimento frente ao Estado é intensificado com o processo de onguização do feminismo, que começa a se alargar na década de 1980. Já na década seguinte, esse Movimento se encontrou, praticamente, limitado na sua atuação por intermédio das ONGs.

Assim, além da reatualização conservadora trazida pelas “novas teorias”, o movimento feminista encontrava-se em um momento de institucionalização em contraponto às lutas sociais autônomas, mediante a sua expansão (ou quase limitação) em

ONGs na década de 1990. Esses elementos – teóricos e políticos – não estavam dissociados, pelo contrário, fazem parte de um mesmo processo.

As discussões de gênero são difundidas fortemente no Brasil, a partir da tradução do texto de Joan Scott: **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Tradução realizada pelo SOS Corpo[193], em 1991, tornando-se um marco referencial para a atuação destas ONGs.

Vale ressaltar que para essa autora as relações de poder estão dissociadas da busca das determinações da dominação/exploração e mais, para ela, somente após essa desvinculação é que se torna possível a análise das relações sociais de gênero (SCOTT, 1991). Nessa perspectiva, Scott (1991, p. 03) rejeita qualquer articulação da categoria gênero com a dimensão de classe:

> A ladainha "classe, "raça" e gênero" sugere uma paridade entre os três termos que na realidade não existe. Enquanto a categoria de "classe" está baseada na teoria complexa de Marx (e seus desenvolvimentos posteriores) da determinação econômica e da mudança histórica, as de "raça" e "gênero" não veiculam tais associações.

Percebemos nessa citação o isolamento da concepção de gênero que a autora anuncia diante da dimensão econômica/estrutural da sociedade. Todavia, como já apontamos, a articulação entre as relações sociais de sexo, classe e "raça" é indispensável para pensarmos concretamente as opressões e explorações vivenciadas pelas mulheres.

Apesar da incoerência apresentada por essa fragmentação, a repercussão positiva da perspectiva advinda de Scott ganha corpo no Brasil na década de 1990. As "análises" e "estudos" de gênero, em detrimento da perspectiva de classe, viram moda.

A tradução do texto de Scott contribui para uma "nova onda" do feminismo no Brasil, voltado ao ajustamento da linguagem e da atuação política do feminismo institucionalizado na Europa e nos EUA. Esse fato veio corresponder aos objetivos dos financiadores em "guiar discussões e trazer o conceito de 'gênero' para os projetos das ONGs feministas"[194]. Esse ajustamento já revela, de antemão, a capacidade adaptativa das

[193] O SOS Corpo é uma das ONG feministas mais antigas do Brasil (fundada em 1981, em Recife-PE) e possui grande referência, não só nacional como internacionalmente.

[194] NOVELLINO, Salet Ferreira. As Organizações Não-Governamentais (ONGs) feministas brasileiras. Trabalho apresentado no XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambú-

ONGs feministas brasileiras aos interesses de agências e organismos internacionais, como o Banco Mundial.

De acordo com Saffioti, o Banco Mundial "efetivamente" só concede verbas a projetos com "recortes de gênero". Por isso, indagamos com):

> Por que este conceito [gênero] teve ampla, profunda e rápida penetração não apenas no pensamento acadêmico, mas também no das(os) militantes feministas e ainda em organismos internacionais? Residiria a resposta tão-somente na necessidade percebida de alterar as relações sociais desiguais entre homens e mulheres? Mas o conceito de patriarcado já não revelava este fenômeno, muito antes do conceito de gênero ser cunhado? Não estaria a rápida difusão deste conceito vinculada ao fato de ele ser infinitamente mais palatável que o de patriarcado e, por conseguinte, poder ser considerado neutro?

Respondendo a essa última pergunta a autora nega a neutralidade e afirma que a categoria gênero é mais ideológica do que a de patriarcado, contrariamente ao que muitas(os) pensam. Sabemos que esta carga ideológica está vinculada aos interesses dos financiadores. Com isso, mais uma vez na história brasileira, 'assistimos' a um episódio de subserviência aos interesses internacionais.

Assim como as demais, muitas ONGs feministas sobrevivem de investimentos do governo e de fundações e organismos internacionais. Esse fato implica, como decorrência, em um significativo prejuízo à autonomia mediante as relações de dependência/subordinação, travestidas no discurso de "parceria". Além disso, com a competição entre estas ONGs na disputa pelos investimentos, fragmenta-se a luta das mulheres.

Como síntese da adequação e do ajustamento das ONGs em questão, provenientes dos laços de dependência com seus financiamentos, Maria Salet Ferreira Novellino (2006, s/p Saffioti (2004, p. 132) destaca:

> A análise dos projetos desenvolvidos pelas ONGs feministas sugere que o discurso e a prática radicais do feminismo revolucionário: a luta contra patriarcado tanto no espaço público quanto no privado e livre-determinação sobre o corpo foram sendo substituídos por um discurso mais ameno e pragmático e por intervenções passíveis de serem financiadas pela Agências ou pelo Estado. Como conseqüência, **assumiram papéis esperados pelas Agências: serem órgãos de *advocacy* de políticas e serviços públicos e pelo**

MG –Brasil, de 18 a 22 de setembro de 2006. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_332.pdf.> Acessado em 10 de junho de 2007.

> **Estado [...]as lideranças das ONGs acabam por ficar mais preocupadas em ajustar seus projetos às exigências ou expectativas das agências do que atender aos interesses e necessidades das mulheres com/para as quais trabalham** (grifo nosso).

Temos nesse processo um nítido exemplo de transformismo na institucionalização do movimento feminista. O poder dos financiadores rende lideranças feministas que passa a atuar muito mais em corresponder aos interesses dos seus financiadores, mesmo que seja em detrimento dos interesses das mulheres. Destarte, embora o feminismo institucionalizado seja supostamente representante dos interesses das mulheres, temos, na prática desse feminismo, um vínculo muito mais estreito com os interesses de seus financiadores, uma vez que, ao fim e ao cabo, são estes que determinam as áreas e a forma de atuação e até mesmo a linguagem da maioria das ONGs.

Aprofundando um pouco essa problemática, devemos ressaltar que esses financiadores, na qualidade de representantes do grande capital, conseguem pelo financiamento de ONGs, materializar uma nova estratégia de ofuscar o antagonismo de classe, de uma forma bem menos onerosa ao capital do que o investimento em políticas públicas. Além de mais eficaz no controle dos movimentos sociais, dada à direta relação de dependência.

O ajustamento das ONGs aos seus financiadores diz respeito, especialmente, ao tema e ao modo de abordá-lo. Inicialmente, os projetos das ONGs voltavam-se, predominantemente, para a educação e formação política de mulheres pobres. Em seguida, "os projetos passaram a ser de *advocacy* de políticas públicas em saúde reprodutiva". Após a IV Conferência Mundial da Mulher (1995), voltaram-se para direitos humanos, privilegiando a violência contra as mulheres *(*SAFFIOTI, 2004, p. 132*).*

Alvarez segundo Novellino *(*SAFFIOTI, 2004, p. 132*)*, afirma que na década de 1990, os projetos voltados para "mobilização" e "conscientização" de mulheres tinham mais dificuldade de conseguir financiamento junto às agências, que passavam a privilegiar "profissionalismo, impacto e resultados". Nessa perspectiva, os financiadores passaram não apenas a definir os temas dos projetos e a dinâmica interna das ONGs, como, em grande medida, a controlá-las politicamente. De acordo com Novellino (SAFFIOTTI, 2004, p. 132), discussões polêmicas, como o aborto, cuja descriminalização foi uma das

bandeiras principais do movimento no feminismo revolucionário, passou a ser um tema evitado nos projetos submetidos às agências.

Dessa forma, as ativistas feministas, "na era das ONGs, tornaram-se especialistas na projeção, execução e avaliação de políticas de gênero. Ou como substitutas do Estado, como resultado de uma política neo-liberal de terceirização de serviços de assistência para mulheres pobres"[195]. Podemos, então, afirmar que financiamento das ONGs conduziu parte do feminismo para um ativismo "bem comportado" e "dócil".

Diante desse cenário desafiador que marcou o feminismo, Glória Rabay (2000, P. 95), pesquisadora e militante feminista, aponta no ano 2000, o quadro complexo e contraditório do feminismo frente ao seu processo de institucionalização:

> Enfrentamos outros desafios ao nos legalizar, profissionalizar e ao trocarmos (algumas vezes) a militância apaixonada pela ação profissional e estratégica. Criamos hierarquias entre as mulheres do movimento antes de resolvermos o mito de que "as feministas são todas iguais" e parte de nossas agendas se submetem às de fóruns e instâncias aos quais muitas vezes não temos acesso, mas que dão unidade e força ao movimento. No atual quadro neoliberal, muitas agências fazem as entidades do movimento se tornarem concorrentes para alcançar financiamentos. [...] o desafio do movimento de mulheres agora é manter a autonomia num movimento institucionalizado, ao mesmo tempo mantendo vivo, ousado e apaixonado o feminismo, mantendo acesa nossa utopia.

É certo que o desafio lançado por Glória Rabay foi abraçado por muitas feministas, inclusive, profissionais de ONGs que passavam a fazer a autocrítica do processo de "onguização" do feminismo. Contudo, o feminismo perdeu o ritmo crescente de Movimento Social que ganhara nos anos 1970.

Além das ONGs e dos Conselhos de Mulheres, o movimento também sofreu recuo em sua radicalidade pela via das Grandes Conferências promovidas por instituições internacionais, a exemplo da ONU, como a de Nairóbi (1985) e depois, especialmente, a de Pequim (1995) que levou grandes segmentos do Movimento a se limitarem ao monitoramento estatal profissionalizado (especialmente via ONGs) da plataforma gerada nesse encontro. Muita feministas então, passaram a ser especialistas profissionais em "gênero", deixando a formação política e a mobilização de mulheres de lado como meio de reivindicação e organização. Em outras palavras, a Conferência de Pequim, marca a onda de institucionalização do feminismo nos aos 1990, tanto via onguização, como

---

[195] NOVELLINO, Salet Ferreira. **Os feminismos latino-americanos e suas múltiplas temporalidades no século XX**. Disponível em: <www.fazendogenero7.ufsc.br> Acessado em 10 de junho de 2007.

também, por meio da profissionalização junto ao Estado. Não é à tôa que foi na Conferência de Pequim que o conceito de gênero, segundo Falquet (2012), triunfou. Sobre esse contexto da "tendência" de institucionalização do feminismo, Jules Falquet (2012, p. 108) nos oferece uma síntese analítica:

> Esta nova tendência cobre parcialmente o feminismo de setores populares. Na verdade, pela mudança progressiva que acompanha o agravamento da crise econômica dos anos 80, o discurso do feminismo de setores populares transformou as mulheres dos setores populares em mulheres pobres, depois em "pobres mulheres", a quem é urgente fornecer soluções imediatas e, se possível, orçamentos, políticas, leis. Por trás de um discurso de responsabilidade para com a realidade social, os novos promotores de ONGs se especializaram e se profissionalizaram, seguindo de alguma forma a virada "humanitária" e às vezes "imediatista" do resto do setor das ONGs. Numerosas são as antigas internacionalistas e políticas engajadas em movimentos populares que encontram um novo papel de intermediárias e se tornam responsáveis de ONGs, de programas ou consultoras nacionais e internacionais. [...] Elas, então, se misturam com mulheres e homens, geralmente de pele clara e classes favorecidas, que também adotaram um vocabulário de gênero sem nunca ter sido feministas e se tornam ferozes defensores(as) da estabilidade da ordem (Tradução nossa[196]).

Contudo, esse processo não foi homogêneo, mas, permeado por contradições, de onde sempre encontramos focos de resistência. Fougeyrollas-Schwebel (2009, p. 148), sintetiza:

> [...] de 1970 até hoje, constata-se uma evolução contraditória dos movimentos feministas: a pressão internacional permite o avanço dos direitos das mulheres, acompanhado de uma atenuação da radicalidade dos movimentos feministas, que passam a se posicionar como associações a serviços das mulheres. Reforçada pela revitalização das correntes reformistas, essa evolução do feminismo na direção de uma postura especialista (*expertise*) ou de serviço social é talvez uma maneira de reatar com a tradição caritativa tão frequentemente denunciada. Enfim, persistem formas mais radicais do movimento feminista, as quais se

[196] Texto original: "Cette nouvelle tendance recouvre en partie le féminisme des secteurs populaires. En effet, par un glissement progressif qui accompagne l'aggravation de la crise économique des années 80, le discours du féminisme des secteurs populaires a transformé les femmes des secteurs populaires en femmes pauvres, puis em « pauvres femmes », à qui il est urgent de fournir des solutions immédiates et si possible, des budgets, des politiques publiques, des lois. Derrière un discours de responsabilité envers la réalité sociale, les nouvelles promotrices des ONGs se spécialisent et se professionnalisent, suivant en quelque sorte le tournant « humanitaire » puis parfois « urgentiste » du reste du secteur des ONGs. Nombreuses sont les anciennes internationalistes et cadres politiques coiffant les mouvements populaires qui trouvent un nouveau rôle d'intermédiaires em devenant responsables d'ONGs, de programmes, ou consultantes nationales et internationales. [...] Elles s'y mêlent alors avec des femmes et des hommes généralement clair-e-s de peau et des classes favorisées, qui ont également adopté un vocabulaire de genre sans jamais avoir été féministes, voire en étant de farouches défenseur-e-s de l'ordre établi" (idem, ibid).

> contrapõem a essas tendências e, como nos anos 70, continuam capazes de mobilizações mais amplas de mulheres e homens [...]" (2009, p. 148).

Nessa perspectiva, apesar do cenário regressivo hegemonicamente, o feminismo, no seio de suas contradições e limites, possui segmentos de resistência e combatividade, como nos lembra Carmen Silva (2011. p. 107):

> O movimento de mulheres esteve presente nos últimos anos nos embates contra o neoliberalismo e a mercantilização da vida, desde a crítica ao ajuste estrutural e à reforma do Estado, passando pelas mobilizações contra a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o enfrentamento à Área de Livre Comércio (ALCA), e construindo o debate de alternativas nos processos do Fórum Social Mundial.

A partir dos anos 2000, mais precisamente nos últimos anos, ou seja, na atualidade, percebemos uma significativa redução do número de ONGs feministas. Talvez, mais pela saída das agências internacionais do Brasil do que pela percepção da necessidade de uma retomada do feminismo como movimento social. Todavia, conseguimos identificar com mais facilidade, uma análise crítica no interior do feminismo ao seu processo de "onguização". Significativos setores do feminismo passam a expressar a necessidade de se reconfigurarem como movimento social, resgatando a sua perspectiva de autonomia e combatividade. Um significativo exemplo disso é a história da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) que de uma Articulação voltada para o Encontro de Pequim (em 1995), e depois, voltada para o monitoramento no governo brasileiro da Plataforma gerada no encontro, atualmente, busca se configurar como um movimento autônomo de mulheres. Outro exemplo é o surgimento do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), em 2004, como movimento social nacional, que, desde sua origem rejeitou qualquer possibilidade de institucionalização subordinada. A Marcha Mundial de Mulheres no Brasil, também nos deu uma importante demonstração dessa busca de revigoramento do feminismo como Movimento Social quando, em sua última ação internacional, em 2010, articulou e mobilizou três mil mulheres em marcha de Campinas-SP à capital paulista, cuja plataforma de ação foi: trabalho e autonomia econômica das mulheres; violência contra as mulheres; paz e desmilitarização; bens comuns e serviços públicos.

Esses exemplos serão aprofundados no último capítulo desta tese, pois, os três Movimentos citados acima constituem os sujeitos da nossa pesquisa. Movimentos que, embora marcados pelas contradições e desafios da conjuntura do governo Lula (marco temporal da nossa pesquisa), nos dão a certeza de que a história do feminismo não foi

encerrada nos limites da institucionalização subordinada, embora, tal processo ainda esteja presente.

Assim, é diante dos retrocessos, mas também das resistências políticas que procuraremos analisar o feminismo e a consciência militante feminista no bojo da luta de classes no governo Lula, objeto mais específico do quarto capítulo deste trabalho. Antes, porém, dedicaremos o próximo capítulo para fornecer as bases desse objeto, ou seja, buscar identificar e compreender os principais elementos que configuraram o governo Lula – incluindo a reedição de traços históricos da formação da sociedade brasileira – e seus impactos para a vida das mulheres.

3 CAPITALISMO E LUTA DE CLASSE NA PARTICULARIDADE BRASILEIRA TRANSFORMAÇÕES CONTEMPORÂNBEAS E IMPACOS PARA A VIDA DAS MUELHERES

A crítica arrancou as flores imaginárias que enfeitavam as cadeias não para que o ser humano usasse as cadeias sem qualquer fantasia ou consolação, mas para que se libertasse das cadeias e apanhasse a flor viva.
Karl Marx (1993)

O mergulho na realidade brasileira é condição preliminar para o entendimento do fardo do nosso tempo histórico, sobre o qual Octávio Ianni escreve: "Nunca foram tão acachapantes o capital, a indústria do veneno e do supérfluo, a burocracia, o exército, a propaganda, os mil engenhos da concorrência e da persuasão" (1984, p. 27). Apesar de ter escrito isso em outro contexto, da ditadura de 1964, Ianni é preciso e absolutamente atual na descrição da nossa realidade. Ianni se referia à ditadura do grande capital financeiro e monopolista, que permanece fortíssima, embora, disfarçada de "democracia". Na verdade, o que é "democracia e liberdade" para uma "minoria dominante", é "oligarquia e opressão para a maioria submetida" (FERNANDES, 1981, p. 350), quando não, uma "**democracia de cooptação**"[197], que não deixa de estar associada a uma "democracia restrita típica" que marca a trajetória histórica do nosso país (FERNANDES, 1981, p. 350, 1981, p. 359).

Florestan Fernandes nos alerta para a compreensão de que sob o capitalismo monopolista "o desenvolvimento desigual da periferia se torna mais perverso e 'envenenado'. [...] ele mantém, alarga e aprofunda a dependência, ao mesmo tempo em que agrava o subdesenvolvimento relativo" (1981, p. 272).

Ainda segundo Fernandes (1981), a transição para o capitalismo monopolista impôs tendências de concentração social da riqueza que não são transitórias, tampouco podem ser atenuadas com o passar do tempo. A análise, portanto, da particularidade da nossa formação histórica, social, política e econômica é indispensável para compreendermos criticamente a realidade periférica do nosso país e de seus sujeitos frente aos países capitalistas centrais.

Somos síntese de um passado de dominações e explorações com raízes na escravidão, no colonialismo e no patriarcado. Da mesma forma, também somos síntese de

[197] A "democracia de cooptação" está associada à corrupção no sistema de poder e a compra de alianças e lealdades (Ver FERNANDES, 1981).

uma passado de lutas e resistências, que também repousam suas raízes na colônia, nas senzalas, nas aldeias indígenas, nos quilombos, no cangaço, nas rebeliões, nas revoltas, nas casas, nas p"raça"s, nas ruas....

Entender um pouco do nosso passado, identificando taços históricos da nossa formação como sociedade e como "povo brasileiro", é indispensável para compreendermos quem somos como classe trabalhadora. Por sua vez, esse entendimento crítico, possibilita-nos o conhecimento do nosso chão concreto para termos condição de fazer brotar o novo, de fazer emergir uma nova história, sem os traços históricos marcados por uma forte heteronomia, explorações, dominações e subordinações.

Pensar os sujeitos políticos que historicamente se opuseram aos sistemas de dominação no Brasil, que como falamos, têm suas raízes na escravidão, no colonialismo e no patriarcado, exige uma análise de suas determinações nas mais diversas relações sociais que permeiam dimensões dialeticamente articuladas, como classe, sexo e "raça"/etnia ao longo da formação da nossa sociedade.

Para tanto, seguiremos a orientação de Lukács (2003) que destaca a importância da relação orgânica entre consciência e realidade. Sem conhecimento crítico da realidade não há consciência revolucionária. Daí decorre a relevância em desvelarmos os traços da formação social brasileira, numa análise orientada para a apreensão da consciência revolucionária, no sentido da emancipação humana.

Segundo a interpretação de Caio Prado Jr. a sociedade brasileira é marcada, desde o processo de colonização, pela subserviência à acumulação de capital dos países centrais. As marcas de subordinação e dependência ao mercado mundial, embora com diferentes configurações em cada momento histórico, estiveram e estão presentes na sociedade brasileira.

Nesse sentido, Prado Jr., segundo Octávio Ianni (1989, p. 68-69), destaca que "a acumulação originária, o colonialismo e o imperialismo são momentos de um *sentido* geral: uma sociedade e uma economia que se organizam para fora e vivem ao sabor das flutuações de interesses e mercados longínquos". O imperialismo torna-se "total" sob o capitalismo monopolista, ou seja, passa a não conhecer fronteiras e nem freios, operando "a partir de dentro e em todas as direções, enquistando-se nas economias, nas culturas e nas sociedades hospedeiras". Daí em diante a "norma" passou a ser: "o que é bom para a economia norte-americana é bom para o Brasil" (FERNANDES, 1981, p. 274).

O que queremos destacar é que a dependência e o subdesenvolvimento introduzem "elementos novos na formação e na manifestação" da luta de classes, que se ajustam "à natureza do capitalismo dependente e subdesenvolvido, o qual tende a introduzir maiores desequilíbrios econômicos na base dos antagonismos de classes e controles políticos mais rígidos sobre os seus efeitos" (FERNANDES, 1981, p. 276).

Assim, as marcas de subordinação e dependência possuem implicações na formação não apenas econômica, mas também social, cultural e política do Brasil. Imprimem, portanto, contornos particulares à dinâmica capitalista nesse país.

Ainda sobre algumas linhas da nossa formação social, Netto (1991, p.17-19) resgata: o eixo de gravitação das atividades econômicas em torno do mercado externo; a ausência de uma nuclear e radical ruptura com o estatuto colonial; a burguesia sem impulsões de raiz para confrontar-se com o latifúndio ou realizar 'clássicas' tarefas nacionais, em função de sua articulação com os centros externos; e o tempo histórico tardio da nossa industrialização.

A ausência de ao menos "facetas **nacionais** e **democráticas**" no desenvolvimento do capitalismo no Brasil, ocorreu e ocorre "porque a dominação burguesa se impôs sem qualquer contestação efetiva válida, capaz de produzir efeitos positivos visíveis, em concessões ou em arranjos em que ficasse patente o 'temor' diante da **presença operária"** (FERNANDES, 1981, p. 281).

A economia dependente, a forte marca do colonialismo e um atraso até mesmo no que diz respeito aos avanços conquistados na sociedade burguesa, como a Reforma Agrária, são características que imprimem peculiaridades ao capitalismo no Brasil. Não queremos dizer com isso que a luta pela conquista de "tarefas" democráticas levariam imediata ou automaticamente ao socialismo. Afinal, "só a história poderá decidir" se essa luta fará com as massas operárias, rurais e urbanas se identifiquem com o capitalismo ou que lutem contra ele (FERNANDES, 1981, p. 281).

Temos a convicção de que tais "tarefas" não serão realizadas pela burguesia brasileira, uma vez que ela manipula o Estado de cima para baixo e submete os interesses nacionais aos seus interesses privados. Nas palavras do Florestan Fernandes (1981, p. 305), a burguesia nacional converteu-se, "estruturalmente, numa burguesia pró-imperialista, incapaz de passar de mecanismos autoprotetivos indiretos ou passivos para ações frontalmente antiimperialistas, quer no plano dos negócios, quer no plano propriamente político e diplomático". Nesse sentido, a luta pela efetivação de reformas democráticas não

só pode, como deve estar associada à luta anti-capitalista e esta, só poderá ser realizada pelas classes trabalhadoras.

A importância dessa luta democrática é fundamental, na medida em que persistimos em um país de capitalismo dependente e subdesenvolvido, ou seja, um "capitalismo selvagem e difícil, cuja viabilidade se decide, com freqüência, por meios políticos e no terreno político" (FERNANDES, 1981, p. 293). Assim, ressaltamos a importância dessa luta, ainda que ela, por si só, não assegure o seu desdobramento necessário (!) em um processo revolucionário de cunho socialista. Temos a clareza que uma alternativa de tipo socialista não depende "somente de fatores estruturais e históricos internos, inerentes à história da periferia". Afinal, "é do conflito entre capitalismo e socialismo, no exterior, que se devem esperar os rumos decisivos das evoluções" (FERNANDES, 1981, p. 293, p. 287).

Como podemos perceber nessa rápida introdução, não podemos desconsiderar as marcas da nossa formação histórica e tratar o capitalismo no Brasil com a mesma percepção dos países centrais. Por isso, para pensarmos qualquer objeto de investigação no contexto nacional, mesmo que diretamente imbricado às relações globais, não podemos deixar de considerar a particularidade da formação brasileira. Isso sem perder a perspectiva de totalidade, uma vez que essa formação é determinada por relações locais e internacionais, portanto, não podemos segmentar ou isolar a análise da sociedade brasileira da dinâmica mundial. Tampouco, podemos desconsiderar a singularidade da nossa formação. Por isso, procuraremos a sua particularidade, ou seja, apreender as mediações entre a universalidade e a singularidade que determinam a sociedade brasileira.

Assim, consideramos indispensável mergulhar no acúmulo do pensamento social brasileiro, mediante as contribuições de pensadores que fundaram as matrizes desse pensamento, especialmente, Florestan Fernandes e Octávio Ianni, com os quais deteremos nossa análise.

3.1 **A revolução burguesa no Brasil**

Segundo Octávio Ianni (1984, p. 21) o histórico da revolução burguesa no Brasil, "situa-se entre a abolição da escravatura e o desfecho da ditadura militar". Consistiu em uma "revolução" que ocorreu:

> [...] de forma altamente contraditória. Produz e reproduz tanto contradições entre burguesias e assalariados, principalmente a grande burguesia financeira e monopolista, por um lado, e o proletariado e o campesinato, por outro, como produz e reproduz diversas e notáveis contradições no âmbito das classes dominantes, nacionais e estrangeiras (IANNI, 1984, p. 22).

O entendimento de como se processou tal revolução na particularidade do Brasil, é indispensável para a compreensão da nossa realidade, até porque "não é intrínseco ao capitalismo um único padrão de desenvolvimento, de caráter universal e invariável (FERNANDES, 1981, p. 222)".

O Brasil carregou ao longo de sua história, ainda que com contornos conjunturais diferenciados, o "desenvolvimento de uma contra-revolução burguesa permanente". Sobre a qual esclarece Ianni: "Todas as formas históricas do Estado, desde a Independência até ao presente, denotam a continuidade e reiteração das soluções autoritárias, de cima para baixo, pelo alto, organizando o Estado segundo interesses oligárquicos, burgueses, imperialistas" (1984, p. 11).

Florestan Fernandes (1981, p. 207) também segue essa linha de pensamento ao afirmar que a dominação burguesa no Brasil se associou a "procedimentos autocráticos, herdados do passado ou improvisados no presente", ao mesmo tempo em que "era quase neutra para a formação e a difusão de procedimentos democráticos alternativos". Ainda segundo Fernandes (1982, p. 261), no Brasil, "o grosso das classes possuidoras e de suas elites econômicas, militares e políticas, já sob o comando do *Estado Novo* e nas luta contra o último Governo de Vargas, via o 'capitalismo de Estado'" estava voltado "apenas para os interesses privados (nacionais e estrangeiros)". Isso significa que a burguesia brasileira nunca esteve voltada ou tampouco preocupada em desenvolver um projeto de nação frente aos seus interesses privados.

De acordo com Florestan Fernandes, a dominação burguesa no Brasil possui três funções centrais: a primeira diz respeito à preservação e ao fortalecimento das condições econômicas, socioculturais e políticas, por meio das quais ela "pode manter-se, renovar-se e revigorar-se, de maneira a imprimir ao poder burguês, que ela contém, continuidade histórica e o máximo de eficácia". A segunda função é "ampliar e aprofundar a incorporação estrutural e dinâmica da economia brasileira no mercado, no sistema de produção e no sistema de financiamento das nações capitalistas hegemônicas e da comunidade internacional de negócios". Por fim, a terceira função é "preservar, alargar e

unificar os controles diretos e indiretos da máquina do Estado pelas classes burguesas, de maneira a elevar ao máximo a fluidez entre o poder político estatal e a própria dominação burguesa, bem como a infundir ao poder burguês a máxima eficácia política [...]"(1981, p. 304).

Nesses termos, podemos afirmar que não houve e não há compromisso nacionalista por parte das classes possuidoras brasileiras, que historicamente priorizam seus interesses pelo lucro, ainda que estejam em contraposição à soberania do país e ao desenvolvimento mínimo de uma democracia real. Por isso, ao sucumbir aos interesses das classes que o representa, o Estado brasileiro "não tem e nem pode ter, em si e por si mesmo, um poder real e uma vocação inflexível para o nacionalismo econômico puro" (FERNANDES, 1981, p. 261). Assim, a solidariedade de classe entre os possuidores consolidou-se em torno da defesa do *status quo*, que segundo Fernandes (1981, p. 263), girava frequentemente em defesa da propriedade privada e da iniciativa privada.

O Estado nacional, portanto, serviu de "pião a medidas políticas, militares e policiais, contra-revolucionárias", atrelando-o "não à clássica **democracia burguesa**, mas a uma versão tecnocrática da democracia restrita, a qual se poderia qualificar, com precisão terminológica, como uma autocracia burguesa" (FERNANDES, 1981, p. 268; destaque do autor). Essa autocracia que tornou o Estado "dínamos do poder burguês" foi facilitada pela "natureza autoritária do presidencialismo e a forte lealdade dos militares à dominação burguesa", uma vez que "a militarização das estruturas e das funções do Estado nacional simplificou e fortaleceu todo o processo, conferindo, finalmente, à vinculação da dominação burguesa com uma ditadura de classe explícita e institucionalizada uma eficácia que ela jamais alcançaria sob o Estado democrático-burguês convencional" (FERNANDES, 1981, p. 308).

Apesar disso, tal dominação burguesa não esteve e nem está livre de contestação e oposição, dada as contradições estruturais que envolve. Dito de outra maneira, a dominação burguesa não é algo inabalável, até porque a revolução nacional foi constantemente "abalada e enfraquecida pelos efeitos implacáveis do desenvolvimento desigual interno e da dominação imperialista externa" (FERNANDES, 1981, p. 309).

Sabemos, contudo, que o poder externo à burguesia ainda não se concretizou como alternativa histórica e, segundo Fernandes (1981, p. 341), para ele se configurar como tal, "terá de partir do Estado Nacional existente, para organizar-se como 'classe dominante' e construir sua própria revolução". Acreditamos que esse é o caminho viável para a ruptura

com o imperialismo e para a superação das desigualdades internas. Até porque, como vimos, as classes dominantes brasileiras não trilharão esse caminho de ruptura, uma vez que historicamente se ausentaram do enfrentamento à dominação imperialista e aos limites daí advindos diante do subdesenvolvimento interno.

Ainda que o poder burguês não seja inabalável, a contra-revolução burguesa foi consolidando-se como uma marca na trajetória do capitalismo no Brasil, sendo caracterizada, inclusive, pela destruição de conquistas democráticas advindas da própria democracia burguesa frente aos movimentos de ascenso popular. A resposta da burguesia brasileira a esses movimentos sempre se deu e se dá de forma violenta e destrutiva (IANNI, 1984). Podemos, portanto, concordar com Florestan Fernandes, quando afirma que a burguesia possui "extrema intolerância diante de manifestações potencial ou efetivamente autônomas do movimento operário". Isso faz com que, segundo o autor, "a intolerância tenha raiz e sentido políticos; e que a **democracia burguesa** [...] seja de fato uma 'democracia restrita', aberta e funcional só para os que têm acesso à dominação burguesa" (1981, p. 212; destaque do autor). Dito de uma maneira mais direta, podemos afirmar que no Brasil "não existia uma **democracia burguesa fraca**, mas uma **autocracia burguesa dissimulada**" (IANNI, 1984, p. 340, grifo do autor).

Nesse sentido, a democracia, de fato, nunca foi efetivada em nossa história na medida em que sempre esteve subordinada ao controle autoritário da burguesia sobre a classe trabalhadora, ainda que ferindo princípios da própria "revolução burguesa". Exemplos disso em nossa história foram as ditaduras que vivenciamos. O golpe de 1964, por exemplo, não pode ser considerado apenas um golpe militar, posto que foi, sobretudo, um golpe da burguesia para conter o ascenso da massa que passava a ganhar "a fisionomia e o movimento de classe" (IANNI, 1984, p. 90). Tratava-se, no plano histórico, nas palavras de Florestan Fernandes (1981, p. 342), da passagem "de uma ditadura de classe burguesa dissimulada e paternalista para uma ditadura de classe burguesa aberta e rígida". Sobre este contexto esclarece Octávio Ianni:

> Ao longo dos anos 1946-64, há um ascenso geral do povo no processo político. E é contra esse ascenso, contra a metamorfose da massa em classe, que cai toda a brutalidade do Golpe de Estado de 31 de março de 1964. Tratava-se de colocar o povo, os operários e os camponeses, entre outros trabalhadores, fora do processo político. Tratava-se mais uma vez, como em muitas ocasiões do passado, de bloquear o processo político e destruir as conquistas democráticas (1984, pp. 90-91).

Como exemplo da destruição das conquistas democrático-burguesas alcançadas entre 1946-64, Ianni cita: "voto secreto, partidos, habeas-corpus, liberdade de imprensa, liberdade de reunião e discussão". Isso denuncia quem é a nossa burguesia, aquela capaz de destruir "suas" próprias conquistas para não correr o risco de ser derrotada por um outro projeto de classe. O golpe de 1964 expressou, portanto, "uma face muito especial da luta de classes no Brasil e em âmbito internacional. Para o imperialismo [...] o golpe salvou o Brasil para o 'mundo ocidental e cristão', isto é, antidemocrático, anti-socialista, anti-soviético, contra-revolucionário" (IANNI, 1984, p. 95).

Nesse sentido, a burguesia brasileira não é dissociada da burguesia internacional, apesar de possuir suas particularidades. O golpe de 1964 integrou a "onda fascista internacional" burguesa sob o comando dos Estados Unidos (IANNI, 1984). Isso demonstra que:

> [...] o governo militar expressa apenas uma face de uma ditadura mais poderosa: a da grande burguesia, do grande capital. [...] A ditadura expressa e consolida a vitória do bloco de poder constituído sob o comando da grande burguesia estrangeira e nacional. Como produto e desenvolvimento da contra-revolução burguesa, articula praticamente todos os interesses reacionários, antipopulares e antinacionais, de modo a alargar e intensificar a exploração da classe operária e campesinato (IANNI, 1984, p. 96- 97).

O golpe de 1964 lança mão de um "complemento ideológico" necessário à prática ditatorial. Tal complemento diz respeito à forma como a sociedade brasileira é percebida para dar subsídios ao poder autocrático do Estado, como:

> [...] incapaz de autogovernar-se; uma sociedade que seria incapaz de instituir um Estado que expressasse as suas forças sociais, a dinâmica de suas classes hegemônicas e subalternas. A idéia de uma sociedade civil incapaz – ou da incapacidade de largos segmentos dessa sociedade, e não apenas das classes subalternas [...] (IANNI, 1984, p. 68).

Ratifica-se, dessa forma, o terreno ideológico que planta e dissemina na sociedade brasileira a concepção da necessidade de um Estado forte, na verdade, autoritário, dada a "incapacidade" da sociedade se autogovernar. Essa ideologia que passa a ser naturalizada na sociedade contribui para a passividade da classe trabalhadora diante das atrocidades e autoritarismo do Estado burguês, sem querer, negar, contudo, suas manifestações de

resistência que existiram/existem, mas são sufocadas em nossa história, seja pela violência aberta, seja pela ideologia dominante que mascara a realidade.

A ideia de uma sociedade civil fraca associada à "justificativa" de um Estado forte/autoritário tem seus marcos originários desde a monarquia, escrevendo em nosso caldo cultural a "crônica dos vencedores", como nos esclarece Ianni:

> A impressão de que a sociedade, o povo, os grupos sociais, as pessoas pouco ou nada representavam era negada pelas medidas de controle e repressão que o governo punha em ação. Diante das forças sociais não representadas no bloco de poder, em face da rebeldia latente ou aberta contra os interesses dos senhores de escravos, nos engenhos de açúcar e fazendas de café, o poder monárquico agia de forma cada vez mais repressiva. A força, a sistemática e a preeminência dos interesses dos grupos e camadas dominantes representados no aparelho estatal eram de tal porte que alguns intelectuais e políticos imaginavam que a sociedade fosse amorfa e o Estado organizado; como se este pudesse existir por si. Não percebiam o protesto do escravo, a insatisfação do branco pobre no meio rural, as reivindicações de artesãos, empregados e funcionários na cidade. Sem saber – talvez – escreviam a crônica dos vencedores (1984, p. 12-13).

Três elementos, intrinsecamente relacionados, merecem destaque nesse pensamento de Ianni. O primeiro é a forte presença da coerção do Estado frente à rebeldia latente ou aberta dos "insurgentes"; segundo: a ausência de representantes dessas forças insurgentes no aparelho estatal; terceiro: a negação da sociedade, considerada amorfa, incapaz. Tais elementos correlacionados produzem mitos de subserviência do povo brasileiro que, em grande medida, impregnam no tecido da sociedade até os dias atuais, estabelecendo, nas palavras de José Américo de Almeida, uma espécie de "tutela da ordem" (IANNI, 1984).

A idéia de sociedade amorfa obteve tanto impacto que chegou a atingir dos liberais, conservadores, social-democratas aos marxistas. Segundo Ianni, estes "acabam por aceitar, de contrabando ou conscientemente, a tese de que a sociedade civil é amorfa, frágil, incompetente, imprevisível, infiltrada ou perigosa" [...]. Ianni ainda alerta que tal tese serve, desde a década de vinte, abertamente aos interesses fascistas (1984, p. 39).

Pela forma autoritária como se processou a revolução burguesa, uma revolução pelo "alto", ela assumiu, segundo Florestan Fernandes (1981), a configuração de uma "revolução passiva", isto é, "uma revolução sem revolução". Ainda segundo Fernandes (1981, p. 209), foi a "oligarquia ('antiga' ou 'moderna') – e não as classes médias ou os industriais – que decidiu, na realidade, o que deveria ser a dominação burguesa [...]. Ela comboiou os demais setores das classes dominantes, selecionando a luta de classes e a repressão do proletariado como o eixo da Revolução Burguesa no Brasil". Importante

ressaltar que essa repressão ao proletariado é o fundamento real da ideologia de uma sociedade "amorfa", ou seja, na verdade não temos uma sociedade "amorfa", mas, sob forte repressão histórica das classes dominantes.

Segundo Coutinho (1989, p. 121), "todas as opções concretas enfrentadas pelo Brasil, direta ou indiretamente ligadas à transição para o capitalismo (desde a Independência política ao golpe de 1964, passando pela Proclamação da República e pela Revolução de 1930), encontraram uma solução 'pelo alto', ou seja, elitista e anti-popular".

O conceito de "via prussiana", do Lênin e o de "revolução passiva", do Gramsci são fundamentais para compreendermos essa transição. Segundo Ianni (1984, p. 31) o conceito de "via prussiana", desenvolvido teoricamente por Lênin, "diz respeito ao caráter autoritário das diferentes formas históricas adquiridas pelo poder estatal". Para Carlos Nelson Coutinho (1989), a caracterização "prussiana" da revolução burguesa no Brasil se dá devido à "passagem para o capitalismo" ter ocorrido sem alterações na sua estrutura agrária. Tal estrutura foi apenas adequada aos interesses capitalistas no processo de modernização agrária. Ainda para o Carlos N. Coutinho (1989, p. 121), o conceito de "via prussiana", não é suficiente para compreender as características superestruturais da transição para o capitalismo no Brasil, pois, tal conceito se concentra prioritariamente nos aspectos infra-estruturais. Daí porque o autor defende a necessidade de complementar tal conceito com a utilização da noção gramsciana de "revolução passiva".

Como já indicamos acima, a noção de "revolução passiva" foi formulada por Gramsci para caracterizar os processos de "transformação pelo alto". A Revolução passiva expressa a reação das classes dominantes à possibilidade de uma revolução "de baixo para cima". Para tanto, as classes dominantes se antecipam a essa revolução, incorporando e controlando "por cima" certas demandas dos "de baixo" e, com isso, garantem seu poder de controle e cooptação (COUTINHO, C., 1989).

O processo de "revolução passiva", diferentemente de uma revolução popular – realizada "pelos de baixo" –, implica a presença de dois momentos: o da "restauração" e o da "renovação". A "restauração" ocorre para evitar uma transformação radical, de baixo para cima, enquanto a "renovação" corresponde à assimilação das demandas populares, postas em prática pelas "velhas classes dominantes" (COUTINHO, C., 1989, p. 122). Com isso, podemos perceber que uma "revolução passiva" não significa ausências de alterações efetivas, ainda que co-existam com o seu aspecto restaurador.

Ainda segundo Carlos Nelson Coutinho (1989, p. 125), baseado no pensamento de Gramsci, há duas "causas-efeitos" da "revolução passiva": "o fortalecimento do Estado em detrimento da sociedade civil, ou, mais concretamente, o predomínio das formas ditatoriais da supremacia em detrimento das formas hegemônicas; e, por outro, a prática do transformismo[198] como modalidade de desenvolvimento histórico que implica a exclusão das massas populares" nos processos decisórios da política.

As transformações ocorridas no Brasil, até o momento histórico, mesmo com a chegada do PT ao governo, não alteraram efetivamente o bloco de poder da sociedade. Em outras palavras, a direção da sociedade brasileira, historicamente, limitou-se a passar de uma fração para outra das classes dominantes. Os transformismos, sem dúvida, foram/são determinantes para isso. Daí a importância de compreendermos a relação orgânica entre "revolução passiva" e transformismos que a perspectiva gramsciana nos oferece para o entendimento da nossa sociedade.

A ideia de "via prussiana" e de "revolução passiva" ao ser associada à ideologia de uma sociedade amorfa, frágil, fez com que a atuação política do povo brasileiro fosse considerada débil, "incapazes de fazer frente ao aparelho estatal autoritário, à força dos grupos e classes dominantes, nacionais e imperialistas" (IANNI, 1984, p. 34). Tal associação fez com que houvesse "pouca, ou nenhuma, referência às classes e forças políticas subordinadas da cidade e do campo. O mais freqüente é a referência à sociedade civil, à pouca força, debilidade ou desorganização política da sociedade civil" (IANNI, 1984, p. 39). Por isso, é importante o alerta de Ianni, para alguns marxistas, de que a "via prussiana" é:

> [...] uma espécie de contra-revolução burguesa; uma forma de fazer frente a uma configuração de forças sociais, políticas, econômicas, culturais e outras na qual as classes subordinadas se revelam muito ativas politicamente. O bloco histórico "prussiano" (autoritário, ditatorial, bonapartista, bismarckiano, militarista, etc.) é uma forma de associação de classe e frações de classes dominantes e contraditórias, mas solidárias no controle e fortalecimento do Estado burguês. Esquecem a longa história de lutas populares: escravos, índios, imigrantes, camponeses, operários, empregados, funcionários, estudantes ao longo de décadas. Esquecem as revoluções e os movimentos populares: Confederação do Equador, Cabanagem, Sabinada, Balaiada, Farroupilha, abolicionismo, Canudos, Contestado, greves [...], as lutas das ligas camponesas em 1955-64, revoltas indígenas, o protesto negro [...] (1984, p. 40).

[198] Como já indicamos na introdução deste trabalho, o transformismo diz respeito "a assimilação pelo bloco no poder das frações rivais das próprias classes dominantes ou até mesmo de setores das classes subalternas" (COUTINHO, 1989, p. 126). Aprofundaremos esse entendimento no próximo item deste capítulo.

A não percepção ou invisibilidade dessas lutas ratifica a ideia da sociedade amorfa e ainda mais, limita as suas potencialidades de serem percebidas como exemplos pedagógicos, de forma a se tornarem referenciais políticos para àquelas(es) que ainda não despertaram para a luta por liberdade e igualdade substantivas. Ao contrário disso, temos a disseminação ideológica do medo associada à necessidade de "ordem" e "segurança" atribuídas como responsabilidades do Estado.

Assim, por mais que existam "forças subterrâneas" agindo por baixo de nossos pés e que podem explodir em um "vulcão social" (IANNI, 1984), essas além de serem brutalmente reprimidas ao longo da nossa história, muitas vezes, não são legitimadas ou mesmo percebidas pela maior parte da população brasileira. Na verdade, quando percebidas, são temidas dado o poder do conservadorismo ideológico do Estado capitalista. Por isso, o medo é plantado como forma do Estado ser legitimado como o único capaz de assegurar a "ordem", a "segurança", o "progresso" e o "desenvolvimento" da sociedade. Dimensões fortemente enraizadas na nossa cultura pela incorporação da ideologia positivista.

> Sob vários aspectos, em diferentes ocasiões da história da sociedade brasileira, os fios do militarismo e da ordem & progresso tecem-se numa poderosa rede, a serviço das classes dominantes. Sempre que as "normas da representação popular" são aproveitadas e largadas pela atuação política do povo, de operários e camponeses, sempre as classes dominantes, os militares, policiais e setores da Igreja movimentam-se em marchas, quarteladas ou golpes. [...] "A participação dos militares foi, praticamente, um fator constante nas alterações do sistema partidário brasileiro". É assim que ordem & progresso, segurança & desenvolvimento e militarismo constituem-se numa poderosa argamassa do Estado autoritário – civil, militar, corporativo, fascista – que as classes dominantes impõem ao povo, a operários, camponeses, empregados, funcionários e outros assalariados (IANNI, 1984, p. 26-27).

O lema "Ordem e Progresso", tão patrioticamente defendido e expresso em nossa bandeira, nada mais expressa do que a força ideológica das classes dominantes sobre a sociedade, assim como o lema "Segurança e Desenvolvimento", desdobramento do primeiro. Para Ianni, tais lemas:

> Expressam um aspecto fundamental da contra-revolução burguesa permanente que se desdobra desde 1888-89. São lemas que expressam o discurso dos vencedores, dos conquistadores, das "elites", ao povo, aos "súditos dispersos". Sintetizam os sermões, as proclamações, as ordens-do-dia dos governantes ao povo disperso, dispersado.

> Ao mesmo tempo, a ideologia das classes dominantes reitera a idéia do caráter "não violento" da história brasileira, o mito da "democracia racial", a política de integração regional, a doutrina da "harmonia" entre o capital e o trabalho. Muitas coisas desdobram-se do lema ordem e progresso (1984, p. 24-25).

De acordo com Florestan Fernandes (1981, p. 254), a transição para o capitalismo monopolista na periferia do sistema, incluindo o Brasil, foi muito mais selvagem do que nas nações hegemônicas, "impedindo qualquer conciliação concreta [...] entre **democracia, capitalismo** e **autodeterminação**" (destaque do autor).

Como reflexo disso, temos ainda na atualidade, por exemplo, o apoio e a naturalização de grande parte da população brasileira à criminalização dos movimentos sociais, à repressão contra os sujeitos que protestam, reivindicam ou se rebelam contra as desigualdades provocadas pelo capitalismo e geridas e por este Estado capitalista. Assim, criminalizam os pobres e enaltecem o Estado e o seu autoritarismo. Com isso, mais uma vez temos a legitimação de um Estado forte (lê-se autoritário) em detrimento da classe trabalhadora e de seus interesses. A polícia é um grande exemplo de "eficiência" para reprimir manifestações, contudo, para salvar vidas não se faz tão eficiente, ao contrário. Por isso,

> Na maior parte das vezes, a questão social é transformada em problema de polícia, de segurança nacional ou de administração pública. As forças que controlam o poder estatal freqüentemente criminalizam amplos setores da sociedade, em lugar de examinar e encaminhar a resolução da questão social. Transformam a questão social em um problema de violência e, assim, caminham para medidas de segurança, tutela, repressão. Dessa maneira, ao mesmo tempo que se fortalece o poder Estatal, em termos econômicos e políticos, cresce o hiato entre o Estado e amplos segmentos da sociedade (IANNI, 2004, p. 253).

Em nome de uma suposta "não violência" e da "segurança", tortura-se, criminaliza-se, reprime-se. As vítimas passam a ser algozes e os algozes considerados heróis. A ideologia da "harmonia" é cimentada com o sufocamento das vozes dos que teimam em não se subordinar às múltiplas violências desta sociedade medularmente desigual e autoritária. E como tal, não cabe harmonia em seu terreno, posto que sua realidade concreta é pautada em contradições fundantes entre classes antagônicas. Nesse sentido, proclamar a harmonia na relação entre capital e trabalho, como fortemente fez o Governo Lula, significa perpetuar uma ideologia que camufla a realidade no sentido de evitar que os

conflitos advindos dessa relação eclodam com radicalidade política. E quando os conflitos não conseguem ser controlados pela ideologia, entra em cena a força coercitiva do Estado.

Assim, entre consenso e coerção o Estado brasileiro vem se formando. Longe da neutralidade de classe, tal Estado vem firmando essas funções de integração e coerção, de acordo com a correlação de forças da luta de classe, de forma a sempre garantir os interesses dos dominantes, do capital em detrimento do trabalho. Nessa perspectiva, afirma Ianni (2004, p. 249):

> Na formação do capitalismo no Brasil, o Estado se torna um lugar privilegiado para o capital. Ao longo do século xx, à medida que se desenvolve a industrialização, o jogo das forças sociais propicia a transformação do Estado em um poderoso centro de dinamização das forças produtivas e relações de produção (2004, p. 249).

Por outro lado, com a "modernização" capitalista – ainda que essa modernização tenha sido "conservadora", uma vez que, não apenas manteve como, também, "aprofundou a dependência ao imperialismo, as disparidades regionais e a distribuição da propriedade e da renda" –, houve a consolidação "de modo irreversível" dos "pressupostos objetivos da 'ocidentalização' da sociedade brasileira" (COUTINHO, C., 1989, p. 134). Isso significa que a sociedade brasileira, considerada nos termos gramscianos "oriental", ou seja, aquela em que o Estado é tudo, enquanto a sociedade civil é gelatinosa e primitiva, passa a também apresentar traços de uma sociedade "ocidental", na qual há uma justa relação entre Estado e sociedade civil (COUTINHO, C., 1989).

A sociedade brasileira devido aos legados das "revoluções passivas" e do seu histórico processo de repressão advindo da composição de um Estado autocrático se constituiu até a época imperial como uma sociedade "oriental". Na verdade, como nos diz Coutinho, bastaria a escravidão "para tornar ainda mais plausível a afirmação de que a sociedade brasileira da época imperial era predominantemente 'oriental'" (1989, p. 131). Todavia, desde o processo de "modernização" capitalista não podemos dizer que a sociedade brasileira pode ser considerada, em termos gramscianos, como "oriental". O processo de "ocidentalização" da sociedade brasileira tem suas bases ancoradas na República e se expressam, sobretudo, a partir dos anos 1920.

> A abolição da escravidão e, mais tarde, o começo do processo de industrialização fazem com que o capitalismo se torne o modelo de produção dominante no

> Brasil; a estrutura social do País se torna mais complexa, mais moderna, ainda que o "moderno" permaneça estreitamente vinculado com o atraso pré-capitalista, sobretudo no campo. Malgrado a repressão, as novas classes e camadas sociais contestam o poder oligárquico da Primeira República: crescem os sindicatos operários e aumentam as greves econômicas e políticas; as camadas médias exigem uma maior participação na vida política, enquanto sua vanguarda militar, os tenentes, escolhe o caminho da insurreição armada (COUTINHO, C., 1989, p. 132).

A reação das classes dominantes a esse processo culminou na "revolução passiva" de 1930, que levou os setores da oligarquia agrária a uma posição hegemônica no bloco de poder, cooptando os tenentes (ala mais moderada das classes médias). Com isso, as tendências "ocidentalizantes" da década de 1920, são obstacularizidas, ainda que não completamente, afinal, com a modernização capitalista os "pressupostos **objetivos** de uma sociedade civil autônoma haviam sido criados", assim como os seus "resultados **subjetivos** (ou seja, a formação de aparelhos de hegemonia independentes do Estado)" (COUTINHO, C., 1989, p. 132; destaque do autor). Tais pressupostos, portanto, já não eram mais eliminâveis, mesmo com o processo de repressão, como se sucedeu com a ditadura de Vargas (COUTINHO, C., 1989).

Com o fim da ditadura em 1945, esse processo de "ocidentalização" fica mais evidente, com o retorno do Partido Comunista do Brasil (PCB) à legalidade e o crescimento e fortalecimento dos sindicatos. Essa tendência, contudo, foi interrompida com o Golpe de 1964, que deu início a uma forte ditadura da nossa história. Com essa ditadura, houve um grande fortalecimento do Estado, não apenas dos aparelhos repressivos, mas, também, de inúmeros organismos tecnocráticos de intervenção na economia. Com o AI-5, a repressão é extremada e o regime militar buscou eliminar todos os organismos autônomos da sociedade civil. Esse contexto instala uma relação entre Estado e sociedade civil aparentemente pouco "ocidental". Apesar disso, a sociedade civil permaneceu com uma relativa margem de autonomia (COUTINHO, C. 1989).

A partir de meados da década de 1970, a sociedade civil cresceu e se diversificou, produto contraditório da industrialização e urbanização aceleradas provocadas pela revolução burguesa, segundo Florestan Fernandes (1981) e também em resposta a um grande crescimento de organização política que envolveu jovens, mulheres, operários, camponeses, intelectuais, camadas médias e até setores da burguesia. O Movimento pelas "Diretas Já", de caráter massivo, a favor das eleições para a Presidência da República, foi decisivo para o fim da ditadura militar e culminou o processo de fortalecimento da

sociedade civil, adquirindo dimensões inéditas, até então, na história do país (COUTINHO, 1989).

Assim, apesar de toda trajetória de um Estado autocrático, protagonista da histórica repressão aos movimentos contestatórios, caracterizando uma sociedade de modelo "oriental", a sociedade civil passa a dar sinais de autonomia, especialmente, por meio dos aparelhos de hegemonia independentes do Estado, como os partidos políticos e os sindicatos.

Esse entendimento da formação da sociedade e do Estado brasileiro nos ajuda a compreender o presente do país. Sua relação de subserviência, de heteronomia, de compromisso do Estado com as classes dominantes, da cultura da "tutela da ordem", do medo e da criminalização que permanecem presentes, embora, com contornos históricos diferenciados em um governo de "esquerda" como veremos adiante. Além disso, a resistência e a combatividade dos "de baixo", ainda que sob diferentes formas de repressão, dominação e cooptação ao longo da nossa história, teima em se fazer presente...

3.2 **A reedição dos mitos fundadores do Brasil: um "presente impregnado de vários passados"**

Os traços históricos de subordinação, de heteronomia, de dependência que aqui destacamos como selos da formação brasileira, ainda permanecem relevantes para compreendermos a particularidade do Brasil no atual estágio de acumulação capitalista. Todavia, não podemos deixar de analisar que, contraditoriamente, o Brasil vem assumindo um papel de um país "subimperialista"[199] no seio da América Latina, ainda que submetido, em grande medida, aos interesses dos grandes países imperialistas, como os Estados Unidos, especialmente[200].

---

[199] Sobre o subimperialismo brasileiro ver Bueno (2009) e Marini (2005 [1973]).

[200] É importante, ainda, destacar no seio das contradições do Governo Lula que, embora o mesmo governo que enviou tropas fortalecendo a invasão no Haiti, desrespeitando a soberania deste país e contrariando os movimentos sociais populares, em outros momentos, interviu contrariamente aos interesses dos Estados Unidos, em defesa da Venezuela, de Honduras e da Bolívia, por exemplo. Isso não é suficiente, contudo, para afirmamos que o Brasil compõe o bloco de governos progressistas na América Latina. Um indicador disso é que o país não é membro da Aliança Bolivariana pelos povos da nossa América (ALBA), além das relações de domínio e exploração capitalista que estabelece sobre vários países na América Latina, favorecendo a grande indústria e as empreiteiras. Por outro lado, não podemos negar que o governo Lula foi e o governo Dilma é, embebidos de contradições políticas que, por vezes, podem ser exploradas em favor da classe

Com o neoliberalismo, o Brasil agudizou a perda progressiva de sua soberania e autonomia, tendo em vista a relação de subserviência aos países centrais e ao Banco Mundial (BM), bem como devido ao desmantelamento do seu patrimônio público, via privatizações[201].

Essa relação de subserviência do Brasil, não apenas recompõe as suas marcas de subordinação e dependência, como também revigora a "capacidade" adaptativa do país em se ajustar aos ditames do capitalismo central. Ajustamento que ocorre para, mais uma vez na história brasileira, "privilegiar os privilegiados" em detrimento dos direitos sociais trabalhistas da grande maioria da população.

Nessa perspectiva, a implementação da contra-reforma do Estado brasileiro, iniciada nos anos 1990, em pleno amadurecimento do capitalismo no país, "reedita o drama crônico como negação da radicalização democrática" (BEHRING, 2003, p. 101). A era neoliberal brasileira, nada mais significa, portanto, que uma nova adaptação do país às requisições da ofensiva do capitalismo mundial.

Assim, a burguesia brasileira, aliada ao Estado, reitera o seu descompromisso com a "idéia de nação", reafirmando características históricas da formação de nossa cultura, como o autoritarismo, o patrimonialismo, o clientelismo, a privatização do público. O Brasil, portanto, nas palavras de Ianni (1992), possui um presente "impregnado de vários passados" ou mesmo um presente que "revigora o passado".

Esse vínculo com o passado, que repõe componentes históricos da nossa formação alimenta o mito fundador: "[...] aquele que não cessa de encontrar novos meios para exprimir-se, novas linguagens, novos valores e idéias, de tal modo que, quanto mais parece ser outra coisa, tanto mais é a repetição de si mesmo" (CHAUI, 2007, p. 9). Características desse mito fundador estão presentes nas representações ideológicas de que o Brasil:

> 1) é "um dom de Deus e da Natureza"; 2) tem um povo pacífico, ordeiro, generoso, alegre e sensual, mesmo quando sofredor; 3) é um país sem

---

trabalhadora. Por isso, não os consideramos governos de direita no seu sentido clássico, ainda que também não os passamos classificá-los como governos de esquerda. Há uma nítida composição de classes nesses governos, com uma tendência maior para a subserviência aos interesses capitalistas, tendo em vista, por exemplo, sua política econômica e do superávit primário. Ainda assim, não podemos equalizá-los a um governo de direita, embora com a forte presença dessa perspectiva em seu interior.

[201] Aloysio Biondi (2003) chamou o processo das privatizações no Brasil de "privadoações", ocorrido, fundamentalmente nos governos Fernando Henrique Cardoso (FHC), dada a magnitude dos investimentos que o Estado fez nas empresas pouco antes de serem "privadoadas" por valores inferiores a estes investimentos, bem como pelas facilidades oferecidas aos compradores, como baixas taxas de juros nos empréstimos concedidos e a aceitação de "moeda podre".

> preconceitos [...]; 4) é um país acolhedor para todos os que nele desejam trabalhar e, aqui, só não melhora e só não progride quem não trabalha, não havendo por isso discriminação de classe [...]; 5) é um país dos contrastes regionais, destinado por isso à pluralidade econômica e cultural (CHAUI, 2007, p. 8).

Com essa crença "de que somos um povo pacífico e ordeiro, vivendo em uma terra abençoada por Deus e pela natureza", temos ratificada uma outra característica marcante da ideologia dominante: o conformismo. Aliás, não só marcante, como imprescindível para a conquista da hegemonia capitalista. O conformismo retarda a consciência de classe e aduba o terreno capitalista para a garantia de seus interesses.

Ambas essas características possuem o mesmo desdobramento: a passividade de grande parte da classe trabalhadora e/ou o controle do capital sobre possíveis ações políticas contrárias aos seus interesses. Aqui, mais uma vez na história, temos fortalecida a ideologia da "sociedade civil amorfa". A invisibilidade das lutas de resistência em nossa história também alimenta essa ideologia. Por isso, voltamos a enfatizar a importância de darmos visibilidade a essas lutas, pois, se é verdade que houve e há passividade, não é menos verdade que sempre houve e há luta e resistência.

O mito da "democracia racial", ou seja, que não existe racismo no país, não apenas oculta a desigualdade racial existente no Brasil, como também as lutas históricas dos negros(as) e índios(as). Desvelar a condição étnico-racial na história do país é fundamental para o seu próprio entendimento como nação fundada em um regime de autoritarismo e exploração, ainda mais quando ideologicamente é percebida como uma sociedade "pacífica" e "abençoada". Dessa forma, o "mito da democracia racial" esconde as múltiplas violências racistas que as populações negra, cabocla e índia sofrem[202]. Com isso, não se enfrenta a realidade e suas contradições. Camufla-se.

Somente desvelando o racismo e sua relação na estrutura da nossa sociedade patriarcal e classista, podemos compreender, por exemplo, dentre diversas outras questões, "por que as mulheres de origem europeia eram obrigadas ao confinamento no espaço doméstico e a submissão à rígida moral sexual católica, enquanto as indígenas e africanas eram submetidas à violência sexual e à desumanização, vitimizadas pelo chamado estupro

[202] Tais violências racistas relacionam-se com as contradições de classes. Segundo Ianni , "[...] a grande maioria dos negros, mulatos, índios e caboclos encontram-se no proletariado urbano, proletariado rural e campesinato; compõe as classes exploradas pelos diferentes arranjos dos blocos de poder formados ao longo da contra-revolução burguesa" (1984, p. 41).

colonial [...] (AMB, 2011, p. 14). Como podemos perceber, o patriarcado e o racismo se combinam, desde a nossa colonização, no fortalecimento das hierarquias de classe, "raça" e sexo. Devido à essa combinação:

> [...] as mulheres negras e indígenas pouco se beneficiaram das conquistas das brasileiras [...]. As mulheres negras ainda ocupam a base da pirâmide social: desempenham as profissões consideradas de menor prestígio; apresentam o maior índice de desemprego; e recebem os menores salários dentre a população economicamente ativa, mesmo quando atingem os mesmos níveis educacionais de mulheres e homens brancas/os. As mulheres negras apresentam um índice de analfabetismo três vezes maior do que o das mulheres brancas. As mulheres indígenas permanecem à margem do processo de inclusão social: além de apresentar um alto índice de analfabetismo, são poucas as que têm acesso à ocupação profissional, a não ser aquelas reconhecidas no interior da aldeia (PLATAFORMA FEMINISTA, 2002, p. 17).

Sabemos que o escravismo "se impôs como exigência econômica" (CHAUI, 2007, p. 62) desde o início da nossa colonização e as marcas do racismo e da exploração sobre os negros(as) e índios[203] estão presentes até a atualidade, subservientes aos interesses econômicos, ainda que ideologicamente e politicamente se afirme que vivemos em uma democracia e que a escravidão faz parte do nosso passado histórico. Há, na verdade, uma naturalização da divisão da sociedade de classes e no seu bojo, do racismo e do patriarcado.

Segundo Chauí (2007, p. 89), "a divisão social das classes é naturalizada por um conjunto de práticas que ocultam a determinação histórica ou material da exploração, da discriminação e da dominação, e que, imaginariamente, estruturam a sociedade sob o signo da nação una e indivisa, sobreposta como um manto protetor que recobre as divisões reais que a constituem". Para nós, tais divisões reais, encontram-se no "nó" estruturante da nossa sociedade: "classe-"raça"/etnia-gênero", ou poderíamos dizer no sistema "patriarcal-

[203] Na história do Brasil, "em conformidade com as teorias do direito natural objetivo e subjetivo, a subordinação e o cativeiro dos índios serão considerados obra espontânea da Natureza. De fato, pela teoria da ordem jurídica natural, os nativos são juridicamente inferiores e devem ser mandados pelos superiores naturais, o conquistador-colonizador. Por outro lado, graças à teoria do direito de Natureja subjetivo, diz-se que alguém é sujeito de direito quando está na plena posse da vontade, da razão e dos bens necessários à vida – seu corpo, suas propriedades móveis e sua liberdade. Modernizado, esse direito subjetivo natural consagra a idéia de propriedade privada incondicional ou absoluta, tal como definida pelo antigo direito romano. Em outras palavras, a vida, o corpo, a liberdade são concebidos como propriedades naturais que pertencem ao sujeito de direito racional e voluntário. Ora, dizem os teóricos, considerando-se o estado selvagem (ou de brutos que não exercem a razão), os índios não podem ser tidos como sujeitos de direito e, como tais, são escravos naturais" (CHAUI, 2007, p. 64).

racista-capitalista" (SAFFIOTI, 2004) que estrutura a sociedade desigual e autoritária que vivemos. Para Chaui (2007, p. 90), essa sociedade é:

> - estruturada pela matriz senhorial da Colônia [...]. As divisões são naturalizadas em desigualdades postas como inferioridade natural (no caso das mulheres, dos trabalhadores, negros, índios, imigrantes, migrantes e idosos). [...] Essa naturalização, que esvazia a gênese histórica da desigualdade e da diferença, permite a naturalização de todas as formas visíveis e invisíveis de violência, pois estas não são percebidas como tais.
> - estruturada a partir das relações privadas, fundadas no mando e na obediência, disso decorre a dificuldade para lutar por direitos substantivos e, portanto, contra as formas de opressão social e econômica [...];
> - [...] os governantes e parlamentares "reinam" [...], mantendo com os cidadãos relações pessoais de favor, clientela e tutela, e praticam a corrupção sobre os fundos públicos. Do ponto de vista dos direitos, há um encolhimento do espaço público; do ponto de vista dos interesses econômicos, um alargamento do espaço privado;
> - realizando práticas alicerçadas em ideologias de longa data [...], somos uma formação social que desenvolve ações e imagens com força suficiente para bloquear o trabalho dos conflitos e das contradições sociais, econômicas e políticas [...]. Isso não significa que conflitos e contradições sejam ignorados, e sim que recebem uma significação precisa: são sinônimo de perigo, crise, desordem e a eles se oferece como resposta única a repressão policial e militar [...];
> - por estar determinada, em sua gênese histórica, pela "cultura senhorial" e estamental que preza a fidalguia e o privilégio e que usa o consumo de luxo como instrumento de demarcação da distancia social entre as classes, nossa sociedade tem o fascínio pelos signos de prestígio e de poder [...].

A "crônica dos vencedores", a idéia de uma sociedade civil "amorfa" e a necessidade de um Estado "forte", de um povo "ordeiro e pacífico por natureza", a "tutela da ordem", o autoritarismo, a repressão e a heteronomia permanecem escrevendo a história do nosso país, cuja herança colonial, patriarcal e escravocrata também deixa profundas marcas nas desigualdades sociais atuais.

Sabemos que essas dimensões ideológicas retardam a consciência de classe dos segmentos subalternos e explorados pelo capital. Contudo, como já afirmamos, não anulam a capacidade de resistência dos sujeitos políticos que sofrem as desigualdades de classe, "raça"/etnia e gênero, apesar da ideologia dominante. Romper com estes selos históricos da formação da sociedade brasileira é condição essencial para a classe trabalhadora se perceberem como sujeitos políticos inseridos na luta de classes.

Muitas das características aqui apresentadas (com destaque para o conformismo, passividade, clientelismo e o autoritarismo) que acompanharam a formação da história brasileira persistem, ainda que contornos diferenciados, no cenário nacional

contemporâneo. Tais características foram acompanhadas ou reforçadas pelo que estamos denominado de envolvimento manipulatório sobre a classe trabalhadora e seus instrumentos políticos organizativos, dado o *pseudo* compromisso de governos – particularmente os petistas –, com a "democracia" e os interesses dos(as) trabalhadores(as), repondo, portanto, o mito fundador da brasilidade como veremos a seguir.

3.3 **Taticismo, transformismo e envolvimento manipulatório: fundamentos para compreensão do PT e da luta de classes nos governos Lula**

Como vimos no primeiro capítulo, com o neoliberalismo e a reestruturação produtiva, passamos a vivenciar um longo ciclo de perda de direitos, de privatizações que dilaceraram o patrimônio público e a soberania do país, seguida de um desemprego massivo. Dessa forma, vivenciamos um período de forte descenso das lutas sociais e, em grande medida, os movimentos sociais e sindicais passaram a agir politicamente na defensiva. Assim, a classe trabalhadora passou a enfrentar limitações estruturais para a sua organização política, como o desemprego massivo, a insegurança e instabilidade no mundo do trabalho.

Com isso, "gradativamente, o movimento sindical combativo, cuja maior expressão era a CUT, encolheu-se e passou a adotar uma estratégia defensiva, economicista e fragmentada corporativamente. Trata-se da estratégia de adaptação à nova ordem [...]" (FILGUEIRAS ; GONÇALVES, 2007, p. 186).

Assim, o cenário da década de 1990, no Brasil, foi marcado por um forte processo de descenso das lutas sociais, advindo das transformações no mundo do trabalho que implicaram em múltiplas "inseguranças" para a classe trabalhadora, marcada pelo desemprego estrutural, pela precarização e perdas de direitos trabalhistas. Acompanhando esse processo, o neoliberalismo implementou uma série de contrarreformas, desresponsabilizando o Estado pelas políticas sociais e fomentou uma ideologia que intensificou a despolitização das lutas sociais e sindicais. Como expressão disso, destacamos a dessindicalização, o fortalecimento do terceiro setor, especialmente, das ONGs que passaram a hegemonizara a representação política dos segmentos subalternos em detrimento dos movimentos sociais. Agora a "parceria" entre "sociedade civil" e Estado e entre trabalhadores e seus patrões, intermediados por sindicatos cada vez menos

combativos, passam a coroar, em grande medida, a hegemonia capitalista, com um nível de resistência bem menor do que nos anos precedentes.

Nos anos 2000, especialmente após a vitória do PT nas urnas, em 2002, passamos a vivenciar novas determinações nesse cenário desfavorável à organização e às lutas da classe trabalhadora. Destacamos aqui, o transformismo, o taticismo e o envolvimento manipulatório dos governos Lula. O enraizamento histórico do PT com os segmentos de esquerda que, embora tenham sido subsumidos ao compromisso desses governos com os interesses do capital nacional e internacional, permitiu uma inserção nos segmentos populares, organizações e movimentos sociais, de forma a garantir a continuidade da ofensiva neoliberal nas contrarreformas com uma resistência inferior a que houve nos governos Fernando Henrique Cardoso.

Em que pese a adversidade aos movimentos classistas, havia, no campo da luta política partidária eleitoral, a esperança depositada na "meta-síntese" do PT que passava a aglomerar grande parte da esquerda do Brasil e que ganhara expressiva força política a partir do final dos anos 1980: o "Lula-lá". Nessa luta repousava a esperança de, com o ganho nas urnas em nível federal, barrarmos o neoliberalismo no país e alcançarmos, minimamente, reformas democráticas e populares.

Essa "meta-síntese" obteve sucesso nas urnas em 2002. Contudo, tal vitória ocorreu com o PT tendo transformado a sua tática (e de seus aliados) em estratégia. Ou seja, a esperança de parte da esquerda de que a vitória do "Lula-lá" pudesse representar uma importante tática no "acúmulo de forças" para a estratégia do socialismo, foi esvaziada desse conteúdo político. Agora, todas as táticas eram válidas em nome do que se tornara estratégia: ganhar as eleições. Dessa forma, "de eleição em eleição (1989, 1994, 1998 e 2002), o PT se transformou politicamente, tornando-se um enorme aparelho burocrático" (FILGUEIRAS e GONÇALVES, 2007, p. 186). Foi por essa via eleitoral esvaziada ou dissociada do que outrora o partido defendia com estratégia – o socialismo, que o PT passa a conquistar maior espaço institucional, ganhando eleições em diversos municípios e importantes estados do país.

Lukács nos oferece uma importante categoria para analisarmos este desvio político tão bem ilustrado pelo PT e pelo governo Lula: o taticismo, sobre o qual esclarece:

> Na raiz da nossa crise, está uma modalidade de oportunismo que é, talvez, a mais grave das deformações que nos deixou Stalin: o *taticismo.* Ao invés de utilizarmos princípios teóricos gerais do marxismo para criticar e corrigir a ação

> prática, subordinamo-los mecanicamente, a cada passo, às necessidades imediatas, às exigências momentâneas de nossa atividade política. Com isso, renunciamos a uma das conquistas fundamentais da perspectiva marxista: a unidade teoria e prática. A teoria fica reduzida à condição de escrava da prática e a prática perde sua profundidade revolucionária (LUKÁCS, 1978, p. 20).

Essa análise sobre o taticismo de Lukács, parece-nos mais do que atual, indispensável, para entendermos grandes determinações do tempo presente e suas implicações para a luta de classes em um governo engessado pelo pragmatismo oportunista de uma "esquerda" subordinada ao capital. Daí a importância de resgatar o marxismo ortodoxo, como nos inspira Lukács, como uma fonte de oxigenação para a reconstrução de uma esquerda revolucionária no Brasil, que não abra mão da unidade dialética e orgânica entre teoria e ação revolucionárias.

A categoria gramsciana do transformismo associada ao taticismo, também nos oferece subsídios para uma análise crítica dos governos Lula. De acordo com Carlos Nelson Coutinho (1989, p. 125-126), ancorado no pensamento Gramsciano, existem dois tipos de transformismo: o "molecular", que consiste na incorporação individual de "personalidades políticas singulares elaboradas pelos partidos democráticos de oposição à 'classe política' conservadora moderna (caracterizada pela aversão a qualquer intervenção das massas populares na vida estatal, a qualquer reforma orgânica que substitua o cru 'domínio' ditatorial por uma hegemonia)" e, o transformismo de grupos radicais inteiros que migram para o campo moderado[204].

Ainda de acordo com Coutinho, ambos os tipos de transformismo, em especial o "molecular", podem ser apontados na história brasileira. Nas suas palavras:

> A modalidade "molecular" foi certamente a mais freqüente, manifestando-se como incorporação pelo bloco de poder de alguns políticos da oposição, processo que teve lugar desde a época do Império até o recente período da "Nova República"[205]. E o transformismo "molecular" desempenhou um papel decisivo, talvez ainda mais negativo, em nossa vida cultural, através da assimilação pelo Estado de um grande número de intelectuais que representavam, real ou potencialmente, os valores das classes subalternas (COUTINHO, 1989, p. 127).

[204] Para Behring (2003), o transformismo, em seus dois sentidos, também são bastante úteis para abordagem da contrarreformado Estado do Brasil.

[205] Considerando que o livro de Carlos Nelson Coutinho foi escrito em 1989, o autor não poderia estender a sua análise aos governos posteriores. Em uma edição mais recente de 2003, da mesma obra, o autor entende essa análise até o Governo Fernando Henrique Cardoso. Acreditamos, porém, que podemos afirmar, com as possibilidades de compreensão histórica em 2012, que podemos estendê-la até o Governo Dilma Rousseff.

A materialização do transformismo de grupos radicais inteiros na história brasileira, segundo Carlos N. Coutinho (1989), é encontrada nas tentativas populistas de incorporação de grupos inteiros ou classes sociais de oposição ao "bloco dominante". Como exemplos dessas tentativas, o autor cita os governos de Vargas, especialmente, o segundo (devido à concessão de direitos sociais e vantagens econômicas concretas) e o governo Kubistschek, com sua política desenvolvimentista.

O sucesso dessas tentativas, porém, não foi plenamente alcançado, mas apenas relativamente, devido à resistência de setores mais combativos do operariado, bem como à incapacidade governamental de garantir plenamente ao conjunto da classe trabalhadora, principalmente nos períodos de crise, as condições materiais mínimas necessárias ao bom funcionamento do "pacto populista" (COUTINHO, 1989, p. 127, 1989).

Para nós, na atualidade brasileira, os transformismos vivenciados na história do país são recompostos com os governos petistas. Mais do que isso, são intensificados. Consideramos inclusive, que o nível de transformismo de grupos inteiros no Brasil, encontra-se sem precedentes históricos, dado o grau acentuado de diversos segmentos sociais e de partidos políticos, originariamente de esquerda, envolvidos pelo governo e sua política neoliberal. Acreditamos que o transformismo contribui para o que Mauro Iasi (2002, p. 18) denomina de "suicídios da consciência":

> [...] que vão desde dignos exílios acadêmicos até brutais negações de seres que se tornam práticos homens de negócio, pessoas ocupadas com o 'fazer', com a 'política', com a 'arte do possível' e esquecem e pedem que esqueçam tudo quanto já escreveram ou pensaram com suas pequenas cabeças repletas de grandes ambições.

Com essa forma de fazer política, "coisas que em si e para si não são uma mercadoria, como, por exemplo, consciência, honra etc., podem ser vendidas por seus donos por dinheiro[206]; e assim, através do preço, adquirem a forma de mercadoria" (MEW apud KONDER, 2002, p. 48).

[206] Cabe aqui, um rápido parêntese para pensarmos a forma como a sociabilidade capitalista orienta os valores humanos para o **Ter** em detrimento dos valores que nos fazem verdadeiramente humanos(as). A força humana é subsumida à força do dinheiro, como demonstra Marx (2009 b, p. 159) ao afirmar que o ser humano passar a ser o que o dinheiro pode comprar, não sendo mais determinado pela sua individualidade. Nessa lógica, "o dinheiro é o bem supremo, logo, é bom também o seu possuidor" (idem, ibid).

Para compreendermos como o taticismo e os transformismos configuraram os governos Lula, é importante recorrermos, ainda que brevemente, à trajetória histórica do Partido dos Trabalhadores.

O PT que chegou ao poder em 2002 não era mais o mesmo da sua primeira década de existência, tampouco da sua fundação, tanto em termos de concepção como de ação política. Inicialmente o PT representava uma classe [a trabalhadora] e apontava para a necessidade de ruptura com as elites, tendo o socialismo como sua estratégia. Essa perspectiva é perdida na medida em que o PT e os governos petistas passam a implementar uma política de "conciliação" e de aliança entre classes antagônicas.

Esse processo é analisado por Iasi (2006) ao investigar as resoluções do PT entre 1980 e 2002. Nesse estudo, Iasi demonstra como um movimento que se iniciou pela "negação da ordem", acabou por "encontrar um ponto de acomodamento no interior desta mesma ordem que esperava negar" (2006, p. 376).

A análise, por exemplo, de alguns trechos de discurso do principal líder do PT, Luiz Inácio Lula da Silva que também veio a se consagrar durante os seus governos, como a principal liderança política do país – com alto índice de aceitação popular –, demonstra o transformismo que marcou a sua trajetória e em grande medida, do seu partido. Para ilustrar isso, destacamos parte do discurso do Lula na 1ª Convenção Nacional do PT, em 1981: "O Partido dos Trabalhadores não poderá, jamais, representar os interesses do capital" (IASI, 2006, p. 376).

Esse discurso demonstra o caráter marcadamente anticapitalista que caracterizou a gênese do PT, registrada, segundo Iasi (2006), já nos documentos prévios à fundação do partido. É importante destacar, portanto, que esse discurso não estava descolado da perspectiva política do Partido. Percebemos claramente o caráter classista do PT na sua Carta de Princípios (1979, p. 50): "[...] não acreditamos que partidos políticos e governos criados e dirigidos pelos patrões e pelas elites políticas, ainda que ostentem fachadas democráticas, possam propiciar o acesso às conquistas da civilização e à plena participação política do nosso povo".

O caráter classista do Partido também foi expresso em outras passagens da Carta de Princípios, como também, na Declaração Política de outubro de 1979. Nessa Declaração, o PT defende que "todo o poder econômico e político venha a ser exercido diretamente pelos trabalhadores, única maneira de pôr fim à exploração e à opressão" (p. 56).

Em sua Plataforma Política (1979), o PT apontava, no mínimo, para uma perspectiva de reformas estruturais de cunho popular, como pode ser percebido em suas Resoluções (p. 59-60), que defendia, dentre outros elementos:

- Erradicação dos latifúndios improdutivos de todas as empresas estrangeiras;

- Nacionalização e estatização das grandes empresas e bancos;

- Estatização das fontes e das empresas de energia, indústria extrativista e de infra-estrutura;

- Controle popular dos fundos públicos[207].

A partir do 1º Encontro Nacional em 1981, segundo Iasi (2006, p. 385), o socialismo passa a aparecer com mais definição no PT. Nessa perspectiva, Lula defendia em seu discurso na 1ª Convenção Nacional do PT, em agosto de 1981 (*In*: Almeida et al, 1998, p. 107): "Não queremos apenas melhorar as condições do trabalhador explorado pelo capitalista. Queremos mudar a relação entre capital e trabalho. Queremos que os trabalhadores sejam donos dos meios de produção e dos frutos de seu trabalho". Ainda no mesmo discurso, Lula afirma com convicção o socialismo: "Os trabalhadores são os mais explorados da sociedade atual. Por isso sentimos na própria carne e queremos, com todas as forças, uma sociedade que, como diz o nosso programa, terá que ser uma sociedade socialista" (IASI,2006, 1998, p. 114).

Nas eleições de 2001, contudo, o discurso do Lula, expresso também, na política de aliança do PT, já era radicalmente diferente dessa perspectiva classista e anticapitalista que marcou a fundação do Partido. Agora, a "aliança entre capital e trabalho" é tida como a única alternativa viável para o Brasil.

A perspectiva eleitoral que o PT passou a adotar rompe com a Resolução do 2º Encontro Nacional, em 1982, na qual o Partido estabelecia as eleições como uma tática para a estratégia do socialismo, devendo, para tanto, alertar para os riscos do eleitoralismo. Nessa Resolução, o PT afirma que não "haverá candidatos no partido, mas sim candidatos do partido" [...], buscando "evitar, entre nós, o joio do oportunismo, do vanguardismo, do eleitoralismo, do manobrismo político, do aparelhismo, e construir um partido que mereça a total confiança dos trabalhadores" (IASI, 2006, 1998, p. 135).

No 4º Encontro Nacional, em 1986, as resoluções do Encontro concluem:

---

[207] ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (Org.). **Partido dos Trabalhadores.** Resoluções de encontros e congressos. São Paulo: Diretório Nacional do PT; Fundação Perseu Abramo, 1998, p. 59-60.

> A superação definitiva da exploração e da opressão sobre o povo brasileiro não se dará com simples reformas superficiais e paliativas, mas sim com a ruptura radical contra a ordem burguesa e a construção de uma sociedade sem classes, igualitária, que, por meio da socialização dos principais meios de produção, vise a abundância material para atender às necessidades materiais e culturais de todos e de cada um de seus membros, ou seja, a construção do socialismo (ALMEIDA et al, 1998, 1998, p. 151).

Nas eleições de 1989, o socialismo também é ratificado pelo PT com a candidatura de Lula à presidência da República, como pode ser visto nas Resoluções do 6º Encontro Nacional, realizado no mesmo ano:

> O conteúdo socialista da candidatura Lula não está somente no fato de que o seu governo deverá criar condições para o socialismo. O caráter socialista da proposta do PT se revela, também, no fato de que o eixo de seu programa, para hoje, são as reivindicações dos trabalhadores, de que estes são a força social fundamental das mobilizações sociais e da luta eleitoral e de que a hegemonia política da aliança social que apóia o candidato, e sustentará o governo, é e será dos trabalhadores (ALMEIDA et al, 1998, p. 384).

Ainda nesse momento fala-se de um governo democrático e popular que seria o início da transição ao socialismo, como "elos do mesmo processo" (ALMEIDA et al, 1998, p. 401). Para isso, o PT defende nas Resoluções do seu 6º Encontro Nacional um governo comprometido com a distribuição de renda, com a erradicação da pobreza e a eliminação das desigualdades sociais. Para tanto, tal governo deveria enfrentar:

> [...] os interesses dominantes na sociedade brasileira, que se expressam, hoje, na dívida externa, no monopólio da terra, no papel do Estado e no domínio do capital financeiro, industrial, monopolista sobre a economia. Daí que nossos adversários principais são os credores internacionais, os latifundiários, os banqueiros, os grandes oligopólios, além dos grupos privados, associados à burocracia civil e militar, que controlam o Estado brasileiro (ALMEIDA, 1998, p. 398).

Apesar disso, segundo Iasi (2006, p. 451), "a meta socialista praticamente desapareceu na **ação concreta** da campanha, ainda que o caráter popular e de mobilização militante tenha marcado a disputa de 1989". Assim é que, por exemplo, as bandeiras de "nacionalização e estatização de todas as empresas estrangeiras", bem como a "estatização das grandes empresas e bancos" que apareciam na Plataforma Política de 1979, não aparecem mais nesses termos e passam a adquirir um caráter mais moderado (IASI, 2006).

A partir de então, essa perspectiva mais moderada passa a surgir na política petista como analisa Iasi (2006, p. 451-452) com base nas Resoluções do PT:

> Afirma-se que "a presença do capital estrangeiro nas atividades produtivas deve-se subordinar às prioridades da política econômica", do mesmo modo que a intenção de estatizar o sistema financeiro aparece agora como tentativa de utilizar o "setor estatal para forçar o sistema privado a se adaptar às orientações propostas, utilizando ativamente variadas opções de aplicação de recursos e de créditos". A histórica bandeira do não-pagamento da dívida externa se transforma em suspensão do pagamento" e estabelecimento de uma "auditoria", convocando-se um plebiscito que visaria acumular forças para chegar à posição do não-pagamento". Quanto à propriedade dos meios de produção, temos que nos contentar com a afirmação de que "a propriedade privada dos meios de produção e distribuição (se subordinará) aos objetivos sociais da atividade econômica", seja lá o que isto queira dizer.

O início da inflexão política do PT, contudo, é mais explícita a partir de 1990. Para compreender essa conjuntura, é importante destacar dois fatos históricos, que, segundo Iasi (2006, p. 453), impactam nos rumos do PT: "a derrota eleitoral para Collor e o desmonte do bloco socialista a partir da crise da URSS". O primeiro fato incide nas reflexões sobre os limites eleitorais e a impossibilidade de ultrapassá-los devido à radicalidade programática e à política de aliança restrita ao campo popular (composto pela classe trabalhadora e classes médias). O segundo fator implicou na defensiva do Partido diante das suas estratégias socialistas (2006, p. 453).

Além desses dois fatos, Iasi (2006, p. 453) também argumenta um terceiro. Para o autor, talvez, o "mais decisivo": o "recuo de movimentos populares e sindicais". Mauro Iasi afirma que esse terceiro fator impacta no partido não pela ausência de lutas, mas, "pelo envelhecimento de lideranças e a falta de condições de produzir novas lideranças que pudessem substituir os quadros que acabam sendo absorvidos pelo partido e pelo crescimento nos espaços institucionais, ocupados, principalmente com as administrações municipais". Nesse contexto de administrações municipais, os Movimentos enfrentam, pela primeira vez, o dilema de lutar "contra" governos que ajudaram a eleger. Isso provoca uma "crise de identidade com sérias proporções" (2006, p. 453).

Os três fatores que determinaram, centralmente, a "inflexão" petista: defensiva dos Movimentos, especialmente o sindical devido à reestruturação produtiva; os limites eleitorais avaliados como resultantes da radicalidade do caráter classista e das alianças estreitas à base social do Partido; e a derrocada do "socialismo real", são acompanhados de um "recrudecimento no mundo acadêmico da chamada 'crise dos paradigmas", cujo

principal alvo era o marxismo". Com o questionamento ao marxismo "um 'novo pensamento de esquerda', uma 'nova esquerda', repleta de influências que iam desde Habermas até Guiddens e Bobbio, passou a influenciar diretamente o pensamento e as formulações partidárias" (IASI, 2006, p. 461-462).

Apesar de toda essa conjuntura, o PT se consolida como a principal liderança partidária de oposição no país. O rápido crescimento do partido trazia, contudo, sérios problemas, como o acirramento das disputas internas associado à "deformação dos espaços democráticos" e as "práticas de cooptação". O "inchaço" do PT passava a conduzir os seus núcleos a perda da sua função original (IASI, 2006, p. 461-462). Por tudo isso, os interesses eleitorais e pessoais passavam a se manifestar mesmo que em detrimento das linhas estratégicas do Partido.

As relações entre o PT e os movimentos sociais passam a ser cada vez mais "formais", "quando não tensas". Corroboram para isso: a política institucional que levava a um distanciamento entre as direções e a base partidária; a consagração do militante profissional as possibilidades de "liberação", disputadas em "encontros cada vez mais massivos e despolitizados"; o acesso "à máquina burocrática das administrações municipais ou mandatos parlamentares" convertendo-se cada vez mais nas "bases reais da ação partidária" (IASI, 2006, 454).

Em suma, "as 'bases sociais' pouco a pouco se transformavam no critério numérico para a correlação de forças que permitiam a expressão eleitoral e a conquista de mandatos". Logo, o PT passa a ter dificuldade de corresponder a um dos seus princípios programáticos, que seria fazer com que os espaços conquistados fossem "instrumentos de disputa de hegemonia". Para tanto, as administrações municipais deveriam ter como objetivo fim o fortalecimento dos movimentos sociais e do Partido, "assim como uma aglutinação da base social mais ampla entre os trabalhadores e os setores médios em torno da proposta partidária e das metas estratégicas" (IASI, 2006, p. 459).

Muito mais do que instrumentos de disputa de hegemonia, as experiências petistas em administrações públicas retrataram a capacidade de engessamento que a estrutura capitalista provoca em lideranças históricas da classe trabalhadora para manter a chamada "governabilidade" e a perspectiva da reeleição.

O descolamento da estratégia socialista passa a se evidenciar na política petista, no mesmo passo que ganhar as eleições parece ter se tornado o objetivo principal e o púnico caminho possível para fazer política. Assim, as eleições deixaram de ser Uma tática e

passaram a ser A estratégia da hegemonia petista. Não queremos, contudo, negar a importância de algumas experiências petista, todavia:

> Em que pesem as experiências inovadoras e as honradas e raras exceções, a regra geral foi que as administrações foram engolidas pela lógica de administrar a crise, principalmente em sua manifestação financeira, e pela tarefa da reeleição como meta fundamental. O resultado, via de regra, foi um profundo distanciamento das bases sociais, um retrocesso nos movimentos e o desmonte do PT pelo quase absoluto atrelamento à lógica institucional eleitoral e aos interesses das administrações (IASI, 2006, p.460).

Na verdade, chegar ao poder administrativo, na atual correlação de forças, ainda muito desfavorável ao socialismo, é administrar dentro dos limites do capital e não para além dele. Em outras palavras, não é suficiente chegar ao poder sem tomar o poder. O capital continuou dominante, ainda que administrado pelo Partido "dos Trabalhadores".

Assim, para iniciar um processo real de transformação social, não é suficiente chegar ao poder do Estado, é indispensável que a classe trabalhadora passe a ser a classe dominante, superando o domínio burguês e instituindo um Estado proletário. Trata-se, em poucas palavras, de tomar o poder. Não se pode, portanto, ter a ilusão de que por meio da administração de órgãos do Estado burguês os trabalhadores conquistarão o poder. Nesse sentido, fundamenta Gramsci (1976, p. 232), que o partido proletário:

> Só pode reconhecer no Estado, conjunto da classe burguesa, o seu direto antagonista. Não pode entrar em concorrência para a conquista do Estado, nem direta, nem indiretamente, sem se suicidar, sem se desnaturar e transformar em puro setor político, fora da atividade histórica do proletariado, e se transformar num enxame de moscas de cavalariça em busca dos doces a que se agarrar, morrendo ingloriosamente.

Apesar de todos os recuos programáticos e teóricos, o socialismo ainda é debatido e defendido no interior do Partido. É em 2001, que o termo "socialismo" "desaparece por completo das diretrizes do programa de governo e só aparece nas resoluções, associado à defesa de 'valores'". O socialismo passava, portanto, a estar dissociado da perspectiva de qualquer medida da política governamental do Partido (IASI, 2006, p. 513).

No 12º Encontro, em 2001, o PT é autorizado a se aliar com a burguesia. Lula se alia ao empresário José de Alencar, inaugurando um "novo contrato social" (IASI, 2006). Com essa aliança o PT ganha a Presidência da República em 2002. Inicia-se a efetivação

do "social-liberalismo" no Brasil, projeto que representa o "novo contrato social" assumido pelo PT.

Não se tratava apenas de buscar uma aliança com a chamada "burguesia nacional", com intuito de desenvolver um Projeto Nacional Democrático e Popular para realizar reformas estruturais no país. Trata-se um pacto entre capital e trabalho. E ao buscar conciliar o antagônico, é claro que uma dessas partes sairia perdendo. Nesse caso, infelizmente, não resta dúvida, o capital permaneceu como classe dominante no Brasil e a classe trabalhadora saiu perdendo.

Esse "novo contrato social" não significava, portanto, um compromisso com a classe trabalhadora, mas também, não se trata de um projeto estritamente burguês, tampouco da construção de uma nova classe. Trata-se, nas palavras de Iasi (2006, p. 555):

> [...] de um projeto que acredita estar acima de tudo isso, pairando na neutralidade edificante da "nação". [...]. Trata-se de um setor social que gostaria de diluir o antagonismo de classes para finalmente resolver sua incapacidade crônica de superar sua heterogeneidade [...] e falta absoluta de coerência, o que a obriga sempre a oscilar entre a defesa da ordem do capital ou, quando em perigo, radicalizar-se nos braços do povo. Trata-se de nossa boa e velha **pequena burguesia** [...] (grifo do autor).

Na medida em que os membros do PT foram adquirindo mais postos na máquina sindical e partidária, no parlamento e em outras esferas da ordem institucional burguesa, como as administrações públicas, o **transformismo molecular** foi se generalizando. A luta pelo socialismo foi progressivamente cedendo lugar à disputa de cargos no interior da burocracia burguesa, o que significava a conquista de *status* e de ascensão socioeconômica para muitos indivíduos de origem na classe trabalhadora e que, dificilmente, conseguiriam chegar ao padrão de vida alcançado, senão, via esses cargos.

Daí decorre o nível de envolvimento e cooptação que esse engessamento político de segmentos da classe trabalhadora na burocracia burguesa consegue, com razoável facilidade e rapidez, promover sobre lideranças históricas da esquerda brasileira. É nesse contexto que grandes lideranças de partidos de esquerda e de movimentos populares e sindicais passam a se constituir como os mais "novos ricos"[208] (advindos da alta burocracia

[208] Segundo Filgueiras e Gonçalves (2007, p. 180), os novos ricos é um segmento "formado por executivos de empresas, segmentos de profissionais liberais, **a alta burocracia governamental,** a nova intelectualidade identificada com os valores e hábitos estrangeiros, e o pequeno grupo de consultores e trabalhadores autônomos altamente qualificados, ocupados em atividades econômicas recém-surgidas e típicas dos novos

governamental), adentrando à "boa e velha" **pequena-burguesia.** Com forte apreço as possibilidades de uma "carreira estável" na burocracia burguesa, esse segmento abandona, em grande medida, suas históricas bandeiras e mesmo trajetória de luta. Com isso, distanciam-se da classe trabalhadora em seus aspectos fundantes, tanto de situação, como de posição e identidade.

Dessa forma, concordamos com Filgueiras e Gonçalves (2007, p. 186), quando afirmam que o PT se transformou em um "enorme aparelho burocrático" e que esse aparelho:

> [...] se tornou um eficiente instrumento de ascensão econômico-social, gerando para seus integrantes, emprego, prestígio, proximidade com o poder econômico. Isto se refletiu diretamente no financiamento das campanhas eleitorais[209], nos programas de governo, nos discursos, nas alianças político-eleitorais e, mesmo, nas formas de recrutamento e de fazer as campanhas – com a gradativa substituição de militantes por cabos eleitorais remunerados. [...]
> Reproduzem-se os traços fundamentais característicos da relação dos setores dominantes com o Estado: o patrimonialismo, o clientelismo e o empreguismo (FILGUERAS ; GONÇALVES, 2007, p. 186-188).

Trata-se, nas palavras de César Benjamin[210], de "uma nova geração cujo *ethos* .... é o da pequena política. Uma geração que abandonou qualquer vinculação com a ideia de transformação social profunda e, ao meu ver, não tem sequer estatura para ser reformista. É uma esquerda liberal, muito fraca" (DEMIER, 2003, p. 12-13).

Assim, com os(as) trabalhadores(as) os "novos ricos" guardam em comum apenas a origem de classe**.** Nessa linha de análise, fundamenta Iasi (2006, p. 561):

> [...] a inter-relação das máquinas partidária e sindical com os espaços institucionais preenchidos no Estado em todos os seus níveis possibilita uma

---

paradigmas tecnológicos". Ainda segundo os autores, o projeto liberal encontra nos novos ricos um grande aliado.

[209] "O valor total das contribuições de bancos, empreiteiras e do setor primário-exportador para a campanha eleitoral de Lula foi de R$ 43,2 milhões em 2006, ou seja, 35% dos gastos sociais declarados. A evidência empírica mostra, pois, que segmentos do bloco dominante operam diretamente no processo político por meio do financiamento de campanhas eleitorais. Os principais financiadores da campanha de Lula exercem papel protagônico não somente na política, mas também na economia: os bancos são os principais beneficiários da política macroeconômica, via política monetária e cambial; as empresas do setor primário-exportador comandam o padrão de inserção do país no sistema mundial de comércio via mercado de *commodities*, inclusive com a revitalização do segmento do etanol; e as empreiteiras são os atores principais do Programa de Aceleração do Crescimento, cujos investimentos concentram-se, principalmente, em infra-estrutura" (FILGUEIRAS ; GONÇALVES, 2007, p. 188).

[210] Entrevista ao César Benjamin. Ver: Felipe Demier (Coord.), 2003.

> invejável "garantia de emprego" aos membros desta camada e forma os degraus práticos que acabam por constituir uma verdadeira "carreira" das mais estáveis. Esta camada que se distancia da classe trabalhadora e vê seu espaço de ascensão obstaculizando pelo capital monopolizado teve que se contentar com seu caráter pequeno-burguês, o que não significa que seus benefícios econômicos e privilégios políticos sejam pequenos. O processo de inflexão moderada coincide com o amadurecimento desta camada, por isso não nos estranha a correlação precisa entre a lenta transformação da consciência expressa nas formulações partidárias ir assumindo os contornos de um projeto democrático pequeno-burguês [...].

Se resta alguma dúvida sobre o forte transformismo vivenciado e promovido pelo PT, podemos tirá-la ao percebemos a avaliação de um dos maiores empresários do Brasil, Abílio Diniz, presidente do grupo Pão de Açúcar, sobre a "equipe" do Lula, antes mesmo dele assumir seu primeiro mandato: "A equipe de Lula é ajuizada, conservadora e ortodoxa. Os caras de Chicago ficariam ruborizados com tanta ortodoxia [a Escola de Chicago é o centro do pensamento econômico monetarista]" (ÉPOCA, 23 dez. 2002, p. 16)[211].

Percebemos com esse depoimento que não apenas as análises críticas compreendem a perspectiva do governo petista como conservadora, mas, também, grandes representantes do capital. Avaliação que se mantém por parte de outros setores empresarias (como grandes banqueiros) após o primeiro mandato do Lula. Podemos ilustrar isso com a avaliação de Olavo Setúbal, fundador do Banco Itaú e presidente do Conselho Administrativo do Itaúsa (holding que controla o banco) sobre o processo eleitoral de 2006:

> Havia uma grande dúvida se o PT era um partido de esquerda, e o governo Lula acabou sendo um governo extremamente conservador....A visão era que o Lula iria levar o país para uma linha socialista. O sistema financeiro estava tensionado, mas, com ele [Lula] ficou conservador, agora está para ganhar novamente a eleição e o mercado está tranquilo. Não tem diferença do ponto de vista de modelo econômico. Eu acho que a eleição do Lula e do Alckmin é igual. Os dois são conservadores. Cada presidente tem as suas prioridades, mas dentro do mesmo leque de premissas econômicas. Acho que o Lula vai conservar a premissa do superávit primário, de metas de inflação e tudo o mais. São evoluções que estão consolidadas no Brasil e serão mantidas por qualquer presidente (SETÚBAL, Olavo, 2006)[212].

---

[211] Disponível em versão eletrônica em: <http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDR54600-6060,00.html> Acessado em 21 de abril de 2012.

[212] Entrevista, **Jornal Folha de São Paulo**, 13 de agosto de 2006.

Consideramos a capacidade de articular frações de classes antagônicas durante o governo Lula, algo sem precedentes históricos no Brasil. O governo de coalisão entre capital e trabalho era proposta já clara por Lula, antes mesmo do início do primeiro mandato, quando, por exemplo, escreveu em 2002 a famosa "Carta aos Brasileiros".

Nessa carta, Lula tranquiliza os agentes do capital financeiro ao firmar o compromisso de manter todos os contratos estabelecidos pelo governo anterior, ao mesmo tempo em que se coloca também, como um candidato preocupado com a classe trabalhadora. Em síntese, podemos dizer que os governos Lula expressaram, "num sentido político abrangente e não imediato, a tentativa de construir a hegemonia burguesa em sentido mais amplo. Além de procurar soldar ainda mais as diversas frações do capital, buscando obter o consentimento das classes trabalhadoras para um projeto (ou discurso) 'social-liberal-desenvolvimentista'" (FILGUEIRAS ; GONÇALVES, 2007, p. 190). Ainda segundo a análise dos autores:

> Do ponto de vista do bloco dominante, a disputa entre o PT e o PSDB expressa uma competição política para saber quem conduz, articula e sintetiza melhor os interesses das diversas frações da burguesia, para soldá-los e torná-los mais compatíveis entre si. Aqui cabe uma forte distinção das respectivas bases sociais: o PSDB é, claramente, um partido de segmentos sociais de rendas mais elevadas, sem militância de base orgânica; o PT, apesar das transformações por que passou, ainda tem base popular e militância articulada, embora em processo de redução, que estão associadas ao movimento sindical e aos movimentos sociais. [...] O PSDB representa o fundamentalismo liberal mais orgânico e ideológico [...] o PT mantém um discurso de esquerda desenvolvimentista [...].

Embora as diferenças existam entre PT e PSDB, para Filgueiras e Gonçalves (2007, p.190) "o *modus operandi* entre esses partidos e seus governos não é significativamente distinto, pois, segundo os autores, "a equação é composta pelas mesmas variáveis", quais sejam:

> financiamento das campanhas pelos grupos econômicos dominantes, nepotismo e ocupação patrimonialista do Estado, relações fisiológicas para balizar os acordos e relações utilitaristas com os grandes grupos econômicos. O diferencial é o uso funcional das políticas assistencialistas. Agregando-se ao assistencialismo na equação [...] temos o fenômeno do lulismo[213] [...] (FILGUEIRAS ; GONÇALVES, 2007, p. 190).

[213] Filgueiras e Gonçalves (idem) referem-se ao lulismo, segundo a concepção de Ricardo Antunes, que diz respeito ao "governo que fala para os pobres, vivencia as benesses do poder e garante mesmo a boa vida aos grandes capitais". Para Francisco de Oliveira (2010, p. 13), o lulismo "exclui as classes trabalhadoras da política, e abre um amplo leque de apoios que desqualifica imediatamente seu próprio partido e as bases populares". Com uma visão diferenciada sobre o lulismo, ver André Singer (2012), que embora reconheça os

Com a forte cooptação material e ideológica, além de controlar politicamente muitos dos movimentos sociais e sindicais, os governos Lula, ao ferir a autonomia desses movimentos, dificultou as ações de contestação e mobilização em prol de um projeto verdadeiramente democrático e popular, ou seja, alternativo ao do bloco dominante que o PT acabou integrando.

A inflexão do PT não significou, portanto, apenas uma questão de defensiva diante do capital, mas, de ir em direção ao projeto de uma classe que outrora foi definida, claramente, como sua inimiga, a burguesia. Para ilustrar bem isso, basta citarmos a transformação de trabalhadores, representantes sindicais, em "administradores de fundos de pensão"[214].

Podemos dizer rapidamente que, não só nem uma das propostas da Plataforma Política de 1979 foram efetivadas nos Governos Lula, como foram realizadas políticas contrárias a elas, a exemplo da privatização de bancos estaduais.

Assim, um Partido que nasce, segundo o seu Manifesto de Fundação (ALMEIDA et al, 1998, p. 66), "[...] da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados", passa a privilegiar os privilegiados ou, no mínimo, a não enfrentar os seus privilégios que se dão em detrimento da maioria da população, como é o caso da manutenção do latifúndio e a "covardia" em não se fazer a Reforma Agrária no país[215]. Nessa perspectiva, questionamos com Mauro Iasi (2006, p. 525):

> Como compreender um partido de trabalhadores que finalmente chega ao governo não mais para realizar um governo democrático e popular que implementaria reformas estruturais que se confundiam com o início de uma transição socialista, nem mesmo para executar um projeto anti-capitalista, anti-monopolista, antilatifundiário e antiimperialista, mas para aplicar uma "ruptura necessária" com o neoliberalismo e, ao chegar ao governo, mantém, naquilo que é essencial, o modelo econômico neoliberal, o que impede de aplicar até mesmo as modestas reformas que um ano antes considerava urgentes e inadiáveis?

---

pactos conservadores do Governo Lula, defende que esse governo trilhou um caminho intermediário ao neoliberalismo.

[214] Para um maior aprofundamento sobre a relação entre representantes sindicais e a administração de fundos de pensão, bem como a representação em Conselhos de administração como do Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES) e na gestão do Fundo de Amparo Ao Trabalhador (FAT), ver: Oliveira, Francisco (2003) e Sara Granemann (2006).

[215] No site do MST nos é lembrado que "em 2000 Lula em uma entrevista disse que a Reforma Agrária não acontecia porque o Presidente da República era um covarde que se curvava perante a bancada ruralista, os anos mudaram o Presidente mudou, mas a covardia com os pobres e as conivências com os ricos continua". Disponível em: <http://www.mst.org.br/node/761>. Acessado em 6 de fevereiro de 2012.

Virgínia Fontes (2006) também analisa esse giro que atingiu o Partido dos Trabalhadores o qual, segundo a autora, "foi abandonando o papel de organização das classes dominadas para aceitar ser apenas competidor no mercado eleitoral. Converteu-se numa esquerda para o capital, adequada às suas necessidades de acomodar os dominados" (FONTES, 2006, s/p, grifo nosso).

Como não poderia ser diferente com uma política embebida pelo taticismo e por transformismos, a partir de 2003, do primeiro governo Lula até o presente momento, não só não alcançamos as esperadas reformas democráticas, como vivenciamos uma continuidade da política econômica de FHC. Afirmamos isso uma vez que "o governo Lula não moveu um milímetro para alterar a essência do modelo de desenvolvimento, caracterizado, sobretudo, pela dominação da lógica financeira e pela vulnerabilidade externa estrutural" (FILGUEIRAS; GONÇALVES, 2007, p. 107).

Ainda que reconheçamos algumas inovações e avanços[216], o governo Lula manteve as políticas sociais subservientes à política econômica. Um exemplo disso foi o mecanismo da Desvinculação das Receitas da União (DRU), criado em 1995, ter sido renovado em 2003 e 2007 por Lula, permitindo ao governo desvincular até 20% do dinheiro que a Constituição Federal estabelecia que fosse gasto na Educação e na Seguridade Social[217]. De acordo com Ivanete Boschetti (2006), com a DRU, foram retirados cerca de 34,2 bilhões de reais da seguridade social entre 2002 e 2004 e, somente em 2006, foram retirados 33,8 bilhões.

Já no seu primeiro mandato, Lula implementa uma onda conservadora ao apronfundar "o contra-reformismo orgânico da coalizão do Partido da Social-Democracia Brasileira com o Partido da Frente Liberal - e o segundo mandato de Lula apenas [reafirmou] a sua incorporação das diretrizes macro-econômicas sociais que outrora, nos idos de oitenta e noventa, combatia" (PAULO, NETTO, 2007, p. 38).

---

[216] Elaine Behring (2010, p. 160) destaca que houve com o gfoverno Lula, "alguma recomposição do Estado, com a realização de concursos públicos em várias áreas e instituições que estavam praticamente desprofissionalizadas e sem quadro próprio. Vemos aqui a áreas ambiental e a assistência social, especialmente. As principais inovações na seguirdade social seguramente se deram no campo da assistência social: a construção do SUAS e de todo o seu marco regulatório, o Estatuto do Idoso e a implementação da idade de 65 anos para acesso ao BPC, o Cadastro Único e o Programa Bolsa-Família."

[217] Segundo a AMB (2011, p. 31), em 2009, "a redução do Orçamento da Seguridade foi responsável por 80% do superávit produzido pelo governo, ou seja, 80% do dinheiro retido deveriam se destinar à Seguridade Social [...]".

Ao implementar a Reforma da Previdência[218] dos servidores públicos, começar o processo da reforma sindical e "sinalizar" às reformas das leis trabalhista, o primeiro mandato do governo Lula "recolocou na ordem do dia a continuação do modelo liberal". Além disso, Lula alterou a Constituição (no artigo 192 que trata do sistema financeiro) para posteriormente ter condição de propor a independência do Banco Central. Como se não fosse suficiente, também no seu primeiro governo, as leis de falência e das "parcerias" público-privadas (PPP) foram aprovadas, abrindo as possibilidades para a continuidade da política de privatização no país. "Ainda na direção da **consolidação do modelo liberal periférico**[219] a partir de 2005, a abertura financeira foi aprofundada e ampliada, com a dilatação do prazo para a cobertura cambial nas exportações[220]" (FILGUEIRAS ; GONÇALVES, 2007, p. 111; destaque nosso).

Na política da saúde a contrarreforma também foi reatualizada, na qual foi reposto, nas palavras de Behring (2010): "o fetiche da privatização", por meio das fundações estatais e das organizações sociais (OS)[221], com as quais há a transferência patrimonial e de recursos públicos para o setor privado, o que não deixa de ser uma forma de privatização. Assim, para Behring (2010, p. 170):

> [...] o problema da saúde desloca-se para as formas de gestão (forma), pressupondo ideologicamente que a administração pública direta ou indireta (regida pelo direito administrativo e não pelo direito privado) é sempre mais ineficiente e desconsiderando a questão da alocação insuficiente de recursos. Ou seja, nesse caso, temos aqui mais do mesmo! Como aliás, tivemos na previdência na contra-reforma de 2003 e a que se anuncia agora, com a proposta de desvinculação dos benefícios assistenciais constitucionais do salário mínimo.

---

[218] Para um maior aprofundamento sobre a Reforma da Previdência ver: GRANEMANN, Sara. **Para uma interpretação marxista da 'previdência privada'**. Tese de doutorado em Serviço Social da UFRJ, 2006.

[219] É importante destacar que o modelo liberal periférico "é incapaz de incorporar, mesmo parcialmente, as demandas mais significativas das classes trabalhadoras" (FILGUEIRAS ; GONÇALVES, 2007, p. 175). É exatamente na manutenção desse modelo, ou seja, das linhas gerais do modelo macroeconômico do segundo governo FHC [interesses e a política econômica do capital financeiro em primeiro plano; exportações como a variável fundamental dos ajustes das contas externas] que, funadamentalmente, o transformismo do governo Lula se expressa (Idem). Podemos concluir, portanto, que os governos Lulas não priorizaram as classes trabalhadoras como seu foco de atenção e compromisso político, contrariando, assim, a trajetória de constituição do PT como um Partido da classe trabalhadora.

[220] Essa medida resultou da pressão do setor agroexportador, segundo Filgueiras e Gonçalves (2007).

[221] "As fundações fazem parte da administração indireta, enquanto as OS são instituições públicas que se trasnformam em privadas, de forma que não precisam se guiar pelos parâmetros do direito administrativo mínimo – o concurso público e a lei de licitações, por exemplo. O mix público/privado é maior no caso das Fundações estatais – propriedade pública de direito privado. Mas isso não as retira do eixo central do programa de publicização da era Cardoso [...] (BEHRING, 2010, p. 170)".

Como podemos perceber, o governo Lula deu continuidade a política regressiva de FHC e ainda a aprofundou, dada a capacidade de entorpecer muitos sujeitos políticos, historicamente de esquerda no país. Nas palavras de Filgueiras e Gonçalves (2007, p. 112), o governo Lula não apenas reafirmou a política econômica "herdada do governo anterior", mas, "apoiado no melhor desempenho conjuntural do setor externo, **deu novo fôlego ao modelo, legitimando-o politicamente e soldando mais fortemente os interesses das diversas frações de classes participantes do bloco de poder dominante"** (destaque nosso).

Não apenas na política econômica houve a "linha de continuidade" entre os governos de FHC e Lula. Lamentavelmente, essa "linha" também foi expressa na área social. Em ambos os governos, Cardoso e Lula, a política social obedeceu as diretrizes do Banco Mundial ao ser estruturada por meio de programas focalizados de combate à pobreza. Segundo Filgueiras e Gonçalves (2007), esse tipo de política funciona como uma "contraface da política macroeconômica ortodoxa", que possui como pilares "os ajustes fiscais baseados em enormes superávits primários[222] e o estabelecimento de metas de inflação cada vez mais reduzidas. Daí o caráter seletivo e restrito da política social, expresso em programas focalizados e de transferência de renda" (2007, p. 112).

A focalização das políticas sociais foi retroalimentada, segundo Behring (2010), por uma "parca alocação de recursos [...], se temos como horizonte uma política social universalizada de grande impacto, e se compararmos os recursos investidos em política social e os gastos com a dívida pública, compromissos com o mercado financeiro e sustentações para a política econômica – de FHC a Lula." Para ilustrar o fio de continuidade entre os projetos de governo de FHC e Lula.

Outra questão importante foi o reforço da política "familista", ou seja, o reforço às concepções conservadoras sobre a família. Na verdade, como nos alerta Duque-Arrazola:

> [...] embora no discurso estatal o sujeito ativo de tais políticas seja a família, na realidade, este sujeito é a mulher, especificamente a mulher-mãe-esposa-dona-de-casa e/ou a trabalhadora desempregada, cujas identificações sociais de gênero estão intimamente relacionadas com a reprodução e lugar prático e simbólico, tanto nos espaços privados, quanto nos públicos da produção e do emprego

[222] Para termos uma noção da gravidade dessa política, "considerando apenas os valores reservados ao superávit em 2005, teria sido possível recuperar 10 vezes todas as estradas federais [...]; construir 16, 4 milhões de casas populares; assentar 2 milhões de famílias sem-terra e gerar 4 milhões de emprego na agricultura" (AMB, 2011, p. 31).

> remunerado. Daí porque a figura feminina, a mulher/mãe/dona-de-casa fica diluída na expressão 'família', que assim a silencia. São mulheres que passam a ser, de fato, as co-responsáveis dos programas de enfrentamento da pobreza e, no caso particular do PETI, da erradicação do trabalho infantil. Desse modo, redimensiona-se a importância das mulheres na reprodução da sociedade de classes (2009, p. 243).

Mesmo com o caráter restrito, "familista", assistencialista e seletivo, esse formato das políticas sociais compensatórias e dos programas de transferência de renda, funcionaram como um "cimento de um novo tipo de populismo" (idem) para os governos Lula, que obtiveram uma ampla base de apoio popular.

Importante perceber que essa base de apoio possui uma materialidade que traz sérios desafios políticos. Trata-se de milhares[223] de pessoas que passaram a ter uma experiência de vida diferenciada nas suas condições de existência, ainda que não da forma como gostaríamos. Não podemos negar que a política de transferência de renda associada à valorização do salário mínimo[224] e a maior abertura para a concessão de crédito, a partir de 2003, fizeram com que a população mais pobre tivesse acesso a bens e serviços que antes não possuíam. Ainda que não tenham provocado transformações profundas na sociedade em termos de combate à concentração de renda, esse segmento social passou a vivenciar algo novo e concreto nas suas vidas cotidianas. O significado disso na vida dessas pessoas não se desfaz apenas com o discurso crítico de partidários da esquerda, tampouco, pelo meio acadêmico que, raramente consegue alcançar esse público. Pouco ou nada importa saber, por grande parte desse segmento, que a transferência de renda que os governos Lula fizeram para os ricos foi muito maior, por meio da política de altos juros e do superávit primário. Essas pessoas idolatram o Lula e não vão aceitar que "falem mal" dele, pois, no pensamento dessa maioria, "ele" é o responsável pela melhoria das suas vidas. Para mudar essa ideologia, é indispensável a experiência, a ação, claro, juntamente com processos de organização e formação política. Somente o discurso, ainda que crítico e fundamentado, jamais será suficiente para desconstruir o concreto realizado – a base de apoio petista.

Nesse sentido, concordamos com Netto (2010, s/p.) ao afirmar no texto **O *déficit* da esquerda é organizacional**, que:

---

[223] Em 2009, segundo o IPEA, 11,4 milhões de famílias foram beneficiadas. De acordo com a AMB, "menos de 0,2% das mulheres integradas pelo Bolsa Família chegaram ao final desses oitos anos de governo com uma qualificação profissional que lhes credenciasse a ocupar vagas no mercado de trabalho" (2011, p. 52).

[224] De acordo com Singer (2012), o salário mínimo aumentou 6% acima da inlação em 2010, totalizando 50% de acréscimo, além dos reajustes inflacionários, entre 2003 e 2010.

> [...] é preciso afirmar com vigor que teoria e política configuram âmbitos distintos, mesmo que não divorciados, na totalidade das formas pelos quais os homens e as mulheres procuram compreender e transformar o mundo. No âmbito da teoria, o conhecimento verdadeiro é um *fim*; no âmbito da política, o conhecimento é um *meio* 3. Na teoria, importa a *verdade*; a política é o campo das *relações de força*. As conexões entre teoria e intervenção política não são unívocas nem diretas, até porque suas dinâmicas são estruturalmente diversas - a *temporalidade* da ação política não é a da elaboração teórica (antes, é reiteradamente emergencial)" (grifos do autor).

Como já anunciamos, além da base de apoio advinda das políticas sociais focalizadas e assistencialistas sobre a população mais pauperizada e desorganizada politicamente, o governo Lula cooptou, material e ideologicamente, muitas lideranças de movimentos sociais e sindicais. Com isso, neutralizou, em grande medida, um significativo segmento que, historicamente, constituiu a esquerda brasileira e que, inclusive, opunha-se ao modelo liberal periférico. Agora, muitos passaram a fazer parte dele.

Importante perceber que essa mesma fração da esquerda brasileira que passou a administrar fundos de pensão e ocupar cargos públicos na gestão do "modelo liberal periférico", foi também, responsável pelo ativismo político na década de 1980 que contribuiu para que o Brasil fosse "o último país da América Latina a implementar as políticas neoliberais" (FILGUERAS ; GONÇALVES, 2007, p. 177). Em outras palavras, lideranças da esquerda petista e cutista, dentre outros, que outrora lutaram contra o neoliberalismo, a partir do governo Lula, passam a gerir e aprofundar as medidas de ajustes estruturais neoliberais dos governos Cardoso.

Assim, os governos do PT com sua política de cooptação compõem "uma nova feição para o controle social, pois parte do mesmo governo foi confiado aos partidos e sindicatos que possuíam considerável enraizamento social" (LEHER, 2005, p. 19) e que outrora empreendiam a resistência política ao neoliberalismo e seus representantes. Um exemplo ilustrativo dessa capacidade de cooptação e de envolvimento manipulatório nos governos Lula, foi a nomeação de Luiz Marinho – eleito presidente da CUT em 2003 –, como ministro do Trabalho e Emprego em 2005 e, em 2007, como ministro da Previdência.

Com o governo Lula, além da continuidade da política regressiva de FHC no que diz respeito à "privatização da educação, da saúde, das políticas sociais entregues a 'parcerias' com empresas, reduzindo o alcance popular em sua formulação e implementação" (FONTES, 2006), tivemos que enfrentar o seu poder político de envolver

manipulatoriamente ou mesmo cooptar, grande parte da esquerda brasileira. Afinal, foi esse poder que reduziu ainda mais a capacidade de resistência da esquerda às contrarreformas do Estado, permitindo o seu aprofundamento.

Essa configuração da conjuntura brasileira, que permanece no governo Dilma Rousseff, torna os desafios para a organização da classe trabalhadora imensos, afinal, [...] a forma da luta molda a classe e orienta suas perspectivas de ação (IASI, 2002, p. 174) e estamos diante de uma forma de "luta" hegemônica que parte da negação do antagonismo de classe, portanto, não aponta para a necessidade de superação do capital, o que torna impossível pautar a ação política na emancipação humana. Na verdade, a luta no sentido de contestação, resistência e reivindicação vem sendo, progressivamente, transformada em participação controlada e/ou subordinada à institucionalidade burguesa, como nos esclarece Mauro Iasi:

> A participação política contestadora [...] foi transformada em objeto de discurso, nunca se falou tanto em "participação", "cidadania", "democracia", e quanto mais se fala menos, de fato, se contesta, se enfrenta a realidade das relações de poder estabelecidas. Para cada problema há um ponto institucional de controle: para as mulheres, massacradas e desunidas, o Conselho da Condição Feminina; para os negros explorados e assassinados em cada esquina, a Secretaria Especial de Combate ao Racismo; para os presos secularmente violentados em seu corpo e em sua dignidade, o Conselho de Defesa da Pessoa e dos Direitos Humanos; para os trabalhadores que continuam vendendo sua pele nas orgias da mais-valia absoluta, as Câmaras Setoriais; para a poderosa e cortante espada da crítica teórica, os encontros e as revistas especializadas (2002, p. 165).

Com isso e com seu *pseudo* caráter de esquerda ("para o capital") os governos do PT mantém envolvidos diversos segmentos da classe trabalhadora, como sindicatos, partidos, centrais sindicais e até grandes setores de movimentos sociais[225]. Muitos de tais segmentos, além de não se organizarem no sentido de resistirem às contrarreformas, ainda apoiam diretamente o governo ou no mínimo, não tecem críticas por ainda acreditarem que o governo é da classe trabalhadora ou 'está em disputa'. Cenário diferente dos governos Fernando Henrique, quando tínhamos uma resistência mais significativa e com uma

[225] Como exemplo do apoio de movimentos sociais, ou setores de movimentos, ao governo citamos o movimento estudantil. A atual direção da União Nacional dos Estudantes (UNE) é um exemplo disso, pois apóia, por exemplo, a Reforma Universitária, que está diretamente vinculada à desresponsabilização do Estado com a educação pública, gratuita e presencial, além de favorecer, com recursos públicos a mercantilização do ensino superior (sintetizada no PROUNI). Aprofundamentos sobre esse processo podem ser realizados com a leitura, dentre outros, de Iasi (2006); Duriguetto (2007) e Tumolo (2002).

razoável unidade na esquerda à implementação do neoliberalismo e de suas contrarreformas. Nesse sentido, destaca Roberto Leher:

> Essa integração cada vez mais orgânica da burocracia sindical e partidária e, também, da 'nova' esquerda (ONGs) com os estratos dirigentes da burguesia, tem sido crucial para ampliar o alcance das políticas de ajuste estrutural. Contra-reformas que sofreriam dura oposição se encaminhadas por governos originariamente neoliberais estão sendo aprovadas por coalizões que contam com forças que outrora possuíam uma imagem não neoliberal.[...]. A contrapartida do capital hodiernamente é muito inferior ao chamado populismo, o que comprova o lugar marginal dessas forças 'progressistas' na coalizão real de poder. Essa ofensiva denota uma correlação de forças desfavorável ao trabalho. E os setores cooptados atuam com o preciso propósito de enfraquecer o sindicalismo autônomo e classista [...] (2005, p. 18-19).

Desta feita, os governos Lula, do Partido dos Trabalhadores (PT), imprimiram com o recuo dos movimentos sociais e sindicais, novas determinações para pensarmos a dinâmica atual da luta de classes no Brasil. Ironicamente o governo petista aprofundou a contrarreforma do Estado e sob a imagem da falsa democracia de um governo progressista, repôs o mito fundador da brasilidade, ou seja, o que pareceu ser "democrático" e "progressista", não passou de uma velha herança do passado.

Como vimos, o cenário político marcado pelo taticismo, pelos transformismos, pelo possibilismo e por um forte envolvimento manipulatório não favoreceu a classe trabalhadora na dinâmica atual da luta de classe. Contudo, é importante analisarmos no seio das contradições e antagonismos da sociedade, a resistência e as lutas da classe trabalhadora obscurecidas pela ideologia e pela política dominantes, como uma forma de nos fortalecer e nos opor ao conformismo, bem como de não nos rendermos ao canto da sereia do "fim da história".

A trajetória do PT e de sua chegada ao governo nos faz crer na pertinência da formulação de Gramsci ao afirmar a necessidade de um grupo social não apenas poder ser, como também, **dever** ser dirigente antes mesmo de conquistar o poder governamental. Para Gramsci "esta é uma das condições principais para a própria conquista do poder" e, depois, quando um grupo "exerce o poder e mesmo se o mantém fortemente nas mãos, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também 'dirigente'" (GRAMSCI, 2002, p. 62-63).

Partindo desse pensamento, cremos que a trajetória petista nos comprova que chegar ao poder governamental não implica, necessariamente, na tomada do poder como grupo dirigente da sociedade. O que ocorreu, nesse caso, foi a manutenção dos dominantes

como dirigentes do país, tendo seus interesses assegurados e em nenhum momento ameaçados com a tentativa de um governo de "coalisão" entre as classes. Em outras palavras, as classes dominantes neste país, permaneceram e permanecem dirigentes, ainda que sob o Governo do Partido dos "Trabalhadores". Logo, não basta chegar ao poder governamental, é preciso ser dirigente. Dirigentes com e para a classe trabalhadora.

Essa análise também pode ser entendida por meio da concepção de "hegemonia às avessas", desenvolvida por Oliveira (2010, p. 15): "o poder político direto é galvanizado pela organização, mais diretamente pelo líder carismático, Lula, desde que não se toque nos fundamentos da exploração capitalista. Ao contrário, a tarefa do poder político agora é retirar todos os obstáculos à acumulação de capital".

Os interesses de classes são inconciliáveis. Isso implica dizer que, para promover reformas estruturais que atendam a classe trabalhadora, o governo, necessariamente, teria que mexer com os privilégios e interesses dos dominantes, o que não fez. Nessa política, a classe trabalhadora pode ter melhoradas as suas condições de vida, desde que não prejudique as classes dominantes, ou seja, desde que não mexa na estrutura de poder vigente. Daí o abandono às reformas democráticas e populares que ganharam, nos governos Lula, uma maquiagem pobre de políticas "compensatórias", absolutamente distantes do que se propunha o Projeto Democrático e Popular do PT até a década de 1990, quando vinculava esse Projeto a estratégia do socialismo.

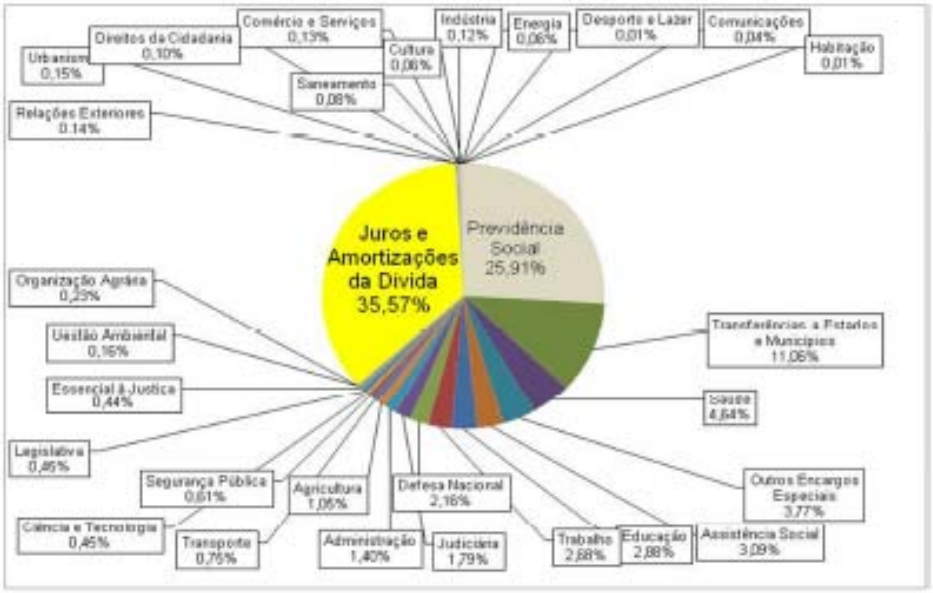
Se não podemos negar que houve melhorias nas condições de vida e de consumo para as classes populares trabalhadoras, tampouco, podemos dizer que as classes dominantes saíram perdendo nos Governos Lula. Segundo a AMB (2011, p. 26) houve um alívio da pobreza comparando a situação de 2001: "os 10% mais ricos ganhavam 68 vezes a renda dos 10% mais pobres. Agora, segundo o IPEA, a relação caiu, mas os 10% mais ric@s ainda ganham 40 vezes a renda d@s 10% mais pobres".

Como podemos perceber no gráfico abaixo, que trata do Orçamento Geral da União em 2009, o montante da dívida pública consumiu a maior parcela do orçamento. Isso nos faz crer que é a dívida pública é a "principal responsável pelo não atendimento das necessidades urgentes do povo brasileiro" (FATORELLI, 2010).

Descrevendo o gráfico abaixo, encontramos os seguintes dados no orçamento executado de 2009 (R$ 1,068 trilhão): 35,57% (correspondentes a R$ 380 bilhões) foram destinados aos juros e às amortizações da dívida; 4,64% para a Saúde; 2,88% para Educação; 3,09% para a Assistência Social; 0,23% para a Reforma Agrária e 0,08% para

o Saneamento Básico. São dados reveladores de como o governo Lula não priorizou as políticas sociais e sim, o pagamento da dívida, reeditando a política dos governos anteriores.

Orçamento Geral da União – 2009 – Por função – R$ 1,068 trilhão



Fonte: SIAFI. Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida. Não inclui o "refinanciamento".

Mesmo no tocante ao Programa Bolsa Família (PBF), programa de maior destaque no governo e que o legitimou com uma forte e grandiosa base popular, segundo dados oficiais do Ministério do Desenvolvimento Social, o Programa consumiu R$ 8,7 bilhões em 2007. De acordo com o Banco Central do Brasil, o pagamento de juros nominais alcançou em 2006 a soma de R$ 160 bilhões, o que equivale a 6,89% do PIB (CASTELO, 2011, p.347).

O resultado da continuidade desse modelo econômico é a permanência do Brasil entre os piores países em termos de distribuição da renda nacional, mesmo considerando que de 2003 a 2010, "segundo dados oficiais", o "número de pobres na população brasileira diminuiu de dez pontos percentuais – de 34% para 23%" (AMB, 2011, p. 25).

De acordo com Maria Lucia Fattorelli (2010), somos o 8º pior país do mundo em distribuição de renda, segundo o Índice de Gini, perdendo apenas para a Guatemala e seis países africanos. Ainda segundo Fatorelli, a nossa "dívida social" advém desse modelo econômico aplicado no país. Um modelo que prioriza e privilegia os gastos financeiros em detrimento dos investimentos sociais. Além disso, possuímos um sistema tributário altamente regressivo e concentrador de renda que, ao invés de servir como veículo de

distribuição de renda – tributando os mais ricos - onera mais pesadamente os mais pobres[226]. A transferência para os credores da dívida pública é muito maior do que para a população usuária do Bolsa Família, por exemplo. Situação que não foi alterada nos governos Lula.

Não apenas os recursos do Bolsa Família, mas, também, os dos direitos da Seguridade Social, provêm, majoritariamente, dos recursos arrecadados com a tributação das(os) próprias(os) trabalhadoras(es). Ou seja, esses recursos não vêm da taxação das grandes fortunas como deveria e, inclusive, previa a Constituição Federal de 1988. Com essa estrutura, a política de transferência de renda é incapaz de redistribuir a riqueza e, por conseguinte, de diminuir as desigualdades sociais entre ricos e pobres, o que é diferente de reduzir o número de pobres[227].

Outra questão importante é que, o consumo sendo o principal peso de arrecadação de impostos, as pessoas são taxadas igualmente ao consumir qualquer produdo, independe da sua renda. Além disso, os recursos gastos com a alimentação e outras necessidades básicas, voltam rapidamente aos cofres públicos por meio das(os) próprias(os) beneficiárias(os) do Programa Bolsa Família. Com o aumento do consumo, a circulação do mercado é aquecida, o que beneficia diretamente ao capital.

Em síntese, o Estado brasileiro permanece taxando pesadamente quem menos deveria, enquanto permite altas taxas de sonegação, executa renúncias fiscais clientelistas e não estabelece uma política justa de arrecadação de impostos sobre as grandes riquezas. Dessa forma, as grandes fortunas são aliviadas e os recursos não chegam aos cofres públicos para que sejam canalizados para o pagamento da "dívida social"[228], e, quando chegam, não são priorizados para esse fim. Em números, esse modelo se expressa concretamente em agravantes índices de desigualdade social no país:

---

[226] Segundo a AMB (2001, p. 27), "no Brasil, quem ganha até dois salários mínimos gasta 48,8% do que ganha para pagar impostos [considerando os impostos diretos e indiretos]; enquanto isso, quem ganha mais de 30 salários mínimos gasta 26,3%. Nessas famílias com renda de até dois salários mínimos estão 72% da população negra do país e 58% da população feminina". Aqui, mais uma vez, percebemos, com esses dados, que as dimensões de gênero e raça/etnia não estão dissociadas da de classe, muito pelo contrário, estão orgânica e dialeticamente vinculadas. Assim, novamente afirmamos que as desigualdades sociais possuem sexo e raça/etnia.

[227] Para um maior aprofundamento sobre a questão tributária e a seguridade social, ver Evilásio Salvador (2010).

[228] Expressão utilizada por Fattorelli (2010) para se referir a histórica "dívida" do Estado com a população brasileira diante das desigualdades sociais.

> 14,2 milhões de analfabetos, ou 10% da população brasileira com mais de 15 anos; 14,2 milhões de desempregados; um déficit habitacional de 8 milhões de moradias, além de 11,2 milhões de domicílios inadequados; 46,2 milhões de pobres e 10,7 milhões de famintos. Recentemente, foi divulgada outra pesquisa denunciando que mais da metade dos brasileiros sequer tem acesso a saneamento básico (FATTORELLI, 2010, p. 2).

Esses dados revelam a persistência das desigualdades sociais no Brasil e já nos ajudam a analisar criticamente a ideologia do Brasil como um país em forte crescimento e ascenso social, no qual há um deslocamento dos pobres para a classe média. Se é verdade que a miséria e a pobreza absoluta diminuiram no Brasil, não passa de ideologia a concepção de que houve um aumento da classe média brasileira, essa continua praticamente inalterada. Segundo Marcio Pochmann (2012, p. 10-11):

> Seja pelo nível de rendimento, seja pelo tipo de ocupação, seja pelo perfil e atributos pessoais, o grosso da população emergente não se encaixa em critérios sérios e objetivos que possam ser claramente identificados como classe média. Associam-se sim, às características gerais das classes populares, que, por elevar o rendimento, ampliam imediatamente o padrão de consumo. Não há, nesse sentido, qualquer novidade, pois se trata de um fenômeno comum, uma vez que trabalhador não poupa, e sim gasta tudo o que ganha. [...] O adicional de ocupados na base da pirâmide social reforçou o contigente da classe trabalhadora, equivocadamente identificada como uma nova classe média.

O resultado dos 8 anos de governo Lula, portanto, não provocou nenhum deslocamento das classes sociais, o que exigiria uma real política de distribuição de renda e desconcentração da riqueza. Os ricos permanecem no topo da pirâmide como uma pequena minoria, ainda que tenha sofrido uma expansão. Minoria essa cada vez mais rica e protegida pela ausência de uma reforma tributária progressiva. Houve, segundo Pochmann (2012, p. 21) uma "rápida expansão populacional daqueles cuja remuneração principal assenta-se no conjunto das rendas da propriedade (lucro, juros, renda da terra e aluguéis) durante o período recente de estabilidade monetária. Em 2009, esse segmento representou mais de 14% da população economicamente ativa, ao passo que em 1995 não atingia 4%".

O centro da pirâmide, ou seja, a classe média permanece onde estava, quase estacionada na faixa de um terço da população, segundo Pochmann (2012). A base da pirâmide, essa sim, foi bastante alargada. Esse alargamento está associado ao aumento da formalização dos empregos e diminuição da taxa de desemprego, além da queda da miséria ou pobreza absoluta. De acordo com Pochmann (2012, p. 20-21): "[...] os trabalhadores de salário de base aumentaram sua participação relativa de menos de 27% em 1995, para

46,3% em 2009. Na condição de pobreza, a queda foi significativa: de 37,2% para 7,2% no mesmo período".

Quando falamos em aumento da formalização isso não implica dizer necessariamente, aumento da proteção social, uma vez que os empregos terceirizados, por exemplo, também são formais. Em outras palavras, ainda que reconheçamos a importância da diminuição do desemprego, a precarização dos empregos, mesmo os formais, permanece como uma grande realidade no Brasil. Além disso, segundo Pochmann (2012, p. 25):

> Sem a realização das reformas clássicas do capitalismo contemporâneo (agrária, tributária e social), a situação da informalidade não foi contida, ainda que fosse reduzida de maneira significativa pelo forte ritmo de expansão econômica nos setores privado e público. [...] De modo concomitante ao crescimento do desemprego aberto e das ocupações precárias, houve também a ampliação da concentração de renda e riqueza, o que terminou favorecendo, mais uma vez, a expansão do trabalho barato de prestação de serviços a famílias.

Ainda com base nos dados apresentados por Pochmann (2012, p. 22), na década de 2000, "dos 2,1 milhões de vagas abertas anualmente, em média 2 milhões encontram-se na faixa de até 1,5 salário mínimo mensal". Importante destacar a dimensão de "raça" desse segmento de salário de base, pois, de acordo com Pochmann (2012, p. 35): "[...] na década de 2000, do total das ocupações geradas, quatro quintos foram absorvidos por trabalhadores não brancos". No que diz respeito à variável de sexo, destaca Pochmann (2012, p. 41): "a presença feminina no total dos ocupados de baixa remuneração tem sido crescente. Em 2009, por exemplo, a cada dois ocupados de salário de base, um é mulher, ao passo que, em 1979, o sexo feminino representava apenas um terço dos trabalhadores de reduzida remuneração". Isso não quer dizer que em 1979 as mulheres estavam ocupando empregos de alta remuneração, mas, a informalidade era ainda maior e muitas sequer chegavam a receber um salário mínimo.

Para Marcio Pochmann (2012, p. 22), "está em curso uma crescente polarização entre os dois extremos com forte crescimento relativo: os trabalhadores na base da pirâmide social e os detentores de renda derivada da propriedade". Em outras palavras, essa polarização demonstra um pouco do que foi a política do governo Lula, a busca de reduzir a miséria e a pobreza absoluta sem deixar de privilegiar as classes proprietárias. Sabemos, contudo, que a pobreza só será extinta quando não houver privilegiamento

dessas classes, quando as grandes fortunas forem taxadas e quando houver redistribuição de renda e socialização da riqueza. Lamentavelmente, o governo Lula manteve-se distantante disso. Nem sequer as políticas públicas foram ampliadas. Na verdade foram progressivamente precarizadas, a exemplo da saúde e da educação públicas, isso sem falar na contrarreforma da previdência social.

Ainda que reconheçamos alguns avanços do Governo Lula em relação aos governos anteriores, não o concebemos como um governo que avançou em termos de transformações estruturantes para a implementação efetiva de um projeto popular, tampouco socialista. Ao contrário, a sua política governamental sequer rompeu com o projeto neoliberal. Assim, diferente de André Singer (2012, p. 21), que defende que o governo Lula "optou por um caminho intermediário ao neoliberalismo", ainda que também optando por um "pacto conservador", cremos que o governo Lula pode ser caracterizado como um governo neoliberal em seus fundamentos estruturantes. Apontamos, com Leda Paulani (2008), 3 razões principais para essa afirmação.

A primeira razão do afinamento do governo Lula com o neoliberalismo, segundo Paulani (2008, p. 70), reside na sua "adesão sem peias ao processo de transformação do país em plataforma de valorização financeira internacional. A política ortodoxa escolhida pelo governo tem na credibilidade com os mercados internacionais de capitais sua mais importante justificativa". Somado a isso, a autora ainda destaca: a elevada taxa real de juros, a maior do mundo; as mudanças no mercado cambial com a facilitação do envio de recursos ao exterior; a Lei de Falências, que prioriza os créditos financeiros em detrimento dos trabalhistas e o projeto de autonomia do Banco Central.

A segunda razão, para Paulani (2008, p. 70) encontra-se no discurso do governo Lula "de que só há uma política macroeconômica correta e cientificamente comprovada: a política de matriz ortodoxo levada à frente por sua equipe econômica desde o início do governo". Explica-nos mais detalhadamente a autora:

> Como do ponto de vista macro (leia-se de manipulação das variáveis da demanda agregada) não há escolha, sustenta-se que o crescimento virá do rearranjo das condições de oferta (leia-se da política microeconômica), que consiste em "melhorar o ambiente de negócios". Essa melhora não passa apenas pela defesa dos direitos dos credores, que a nova Lei de Falências consagra [...], e pela desregulamentação do mercado de trabalho [...]; passa também pela abertura de novas e promissoras oportunidades de negócios, como aquelas que serão trazidas pelas PPP (parceriaspúblico-privadas) e pela privatização do Instituto de Resseguros do Brasil e aquelas já trazidas pelo crescimento do mercado privado de aposentadorias e pensões decorrente da reforma da Previdência [...] (PAULANI, 2008, p. 70).

A terceira razão que caracteriza o Governo Lula como neoliberal, não menos importante que as demais, segundo Paulani (PAULANI, 2008, p. 70), "encontra-se na chamada 'política social', que tem nas 'políticas compensatórias de renda' seu principal esteio". Trata-se de não enfrentar a questão social com o investimento políticas sociais universais, mas, minimizar esse enfrentamento com políticas de renda mínima que como nos lembra Paulani (2008), tem como criador e maior defensor Milton Friedman. "Fazer de projetos como o Fome Zero a base e o fundamento da política social do governo é uma espécie de admissão de que, naquilo que importa, ou seja, na condução efetiva da base material do país a questão social está em último lugar [...] " (PAULANI, 2008, p. 71).

Essas três razões nos parecem suficientes para avaliarmos, no mínimo, a falta de compromisso desse governo em enfrentar o neoliberalismo. Ao contrário do enfrentamento ao neoliberalismo, percebemos uma adesão do governo Lula a grandes fundamentos da política neoliberal, como as questões apontadas nas três razões que Paulani (2008) fundamenta para caracterizar esse governo como neoliberal.

Apesar de seu caráter neoliberal, o governo Lula não encontrou a resistência política por parte dos movimentos sociais e sindicais e pelos partidos de esquerda como ocorrera com o governo FHC. Atribuimos isso a sua capacidade grande capacidade de agregação ou mesmo de envolvimento manipulatório sobre esses movimentos, como apontamos no Capítulo 3. Isso foi possibilitado em nome de uma trajetória de esquerda em comum anteriormente percorrida pelo PT e por esses Movimentos, que gerou vínculos de dependência e confiança política soldados pela crença de que o governo Lula fez o possível e o melhor que pôde para melhorar o Brasil. Além disso, com a ampliação dos Programas de cunho social-liberal, o governo Lula conseguiu uma forte base de apoio e legitimidade popular, difícil de se desfeita sem uma nova experiência política que supere o assistencialismo e vá além dos mínimos sociais assegurados à classe trabalhadora enquanto os máximos privilégios foram dados aos dominantes.

Sabendo que as mulheres compõe o segmento mais pobre da população, certamente, são as maiores vítimas da precarização das políticas públicas. Vejamos de forma mais específica a relação de algumas políticas sociais e sua relação com as condições de vida das mulheres no próximo item.

3.4 As Políticas Públicas para as mulheres nos Governos Lula

Comecemos esse item refletindo sobre o seu título. Por que falar em "Políticas para as Mulheres"? Esse conceito "traduz a proposta feminista de criação de políticas favoráveis à mudança das condições de vida das mulheres, considerando a realidade de que é um grupo submetido à exploração e à opressão capitalista, patriarcal e racista" (AMB, 2011, p. 19-20). Nesse sentido, essa expressão foi cunhada "para dar nome à proposta feminista de criação políticas que sejam favoráveis à mudança das condições de vida das mulheres" (AMB, 2009, p. 14).

A importância da utilização da expressão 'política para mulheres' reside na intenção do movimento feminista em denunciar e enunciar uma demanda:

> [...] há políticas que não são para o bem das mulheres, não queremos políticas públicas orientadas a favorecer os interesses da elite, demandamos políticas orientadas a favorecer os direitos das mulheres, considerando a realidade de que este é um grupo submetido à exploração e opressão capitalista, patriarcal e racista, que tem seus direitos violados (AMB, 2009, p. 14).

Temos, contudo, que ter o rigoroso cuidado na análise dessas políticas para perceber se, de fato, correspondem à perspectiva feminista, pois, segundo, Machado (1999, p. 22), o "significado de gênero" pode se "diluir" e se tornar "apenas um modismo, um item que deva fazer parte do repertório das políticas públicas, sem nenhuma contribuição teórica efetiva na elaboração das mesmas".

Neste item, não temos a pretensão de fazer uma análise minuciosa de todas as políticas públicas e a sua relação ou impacto na vida das mulheres, posto que isso seria, no mínimo, um grande tema para um objeto de tese. Aqui, só faremos um rápido panorama analítico de algumas dessas políticas para contextualizá-las mais particularmente na delimitação temporal da nossa pesquisa – governo Lula.

Acreditamos que a importância desse panorama das "políticas públicas para as mulheres" se fundamenta na medida em que o nosso trabalho versa sobre a consciência feminista e a luta de classe durante o governo Lula. Falamos isso porque compreendemos que a política social, dentro da sua contradição ontológica, é também síntese resultante da luta da classe trabalhadora e, nessa particularidade, da capacidade organizativa e

reivindicativa dos movimentos feministas, base elementar para o desenvolvimento da consciência militante.

Em outras palavras, acreditamos que a avaliação de algumas conquistas ou mesmo recuos das políticas públicas – ainda que de forma panorâmica – no tocante às relações sociais de sexo, podem nos dar boas pistas para compreensão da capacidade organizativa, dos limites e das dificuldades do feminismo brasileiro no seio da luta de classe durante o governo Lula. Dimensões que voltaremos a abordar no quarto capítulo da tese, com base na concepção de lideranças dos três movimentos que nos propusemos a investigar: a Marcha Mundial de Mulheres, a Articulação de Mulheres Brasileiras e o Movimento de Mulheres Camponesas.

A Plataforma de Política Feminista (PPF), aprovada em 2002, na Conferência Nacional de Mulheres[229], em Brasília, nos serviu de parâmetro para avaliação do alcance das demandas das mulheres pelos governos Lula, já que a Plataforma tem esse propósito, ou seja, pautar as demandas e reivindicações das mulheres junto ao governo brasileiro. Além da PPF, também consideramos para esse fim, os dois Planos de Políticas para as Mulheres, elaborados no governo Lula, sobre os quais falaremos um pouco adiante.

A PPF foi tecida com uma forte crítica ao neoliberalismo e às políticas de ajustes estruturais, especialmente, no tocante aos impactos sobre a vida das mulheres. Em torno disso, reivindica:

> [...] compromisso com a superação da injustiça e da desigualdade social em um projeto nacional autônomo, não subordinado e democrático, que vise garantir o atendimento às necessidades estabelecidas no marco dos direitos humanos universais e considere os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais. Entende-se como parte desses direitos a autodeterminação do povo brasileiro, os direitos reprodutivos e os direitos sexuais, na perspectiva da igualdade nas relações de gênero, "raça"/etnia e classe (PLATAFORMA FEMINISTA, 2002, p. 7).

Baseado nesse compromisso, a Plataforma Feminista (2002) apresenta um amplo e pertinente leque de demandas e desafios junto ao Estado e a sociedade brasileira como um

[229] A Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras teve como Comissão Organizadora Nacional as seguintes entidades: AMB, Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR); Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras; Secretaria para Assuntos da Mulher Trabalhadora da Contee; Comissão Nacional sobre a Mulher Trabalhadora da CUT; Secretaria Nacional de Mulheres do Partido Socialista Brasileiro; Rede de Mulheres no Rádio – Secretaria; Rede Nacional de Parteiras Tradicionais; Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; União Brasileira de Mulheres (UBM) (AMB, 2011, p. 15). Importante ressaltar que mesmo organização ou entidades feministas que participaram da Conferência, muitas, passaram a adotá-la como parâmetro para as suas reivindicações. Dessa forma, acreditamos que a PPF é uma referência importante para termos como base de nossa análise.

todo, sobre os quais destacamos: reforma fiscal; barrar as privatizações e rever as já efetuadas; auditoria da dívida externa brasileira; promoção de cultura de respeito à diversidade, fundada na valorização dos direitos humanos universais e da solidariedade, combatendo a dominação patriarcal, o racismo, a xenofobia, o sexismo e todas as formas de discriminação; democratizar os meios de comunicação, fortalecer e aprofundar a autonomia dos movimentos sociais; garantir a laicidade; transparência quanto à origem e ao volume da dívida pública interna; transparência e participação dos movimentos sociais na elaboração e controle dos orçamentos públicos, assegurando a implantação do orçamento participativo e tornando pública sua prestação de contas; reforma agrária em condições de eqüidade de gênero e "raça"/etnia por meio de um projeto popular para a agricultura brasileira, baseado na cooperação, na agroecologia e na distribuição de renda; assegurar recursos públicos para subsidiar o acesso da população de baixa renda, prioritariamente as mulheres negras e as chefes de família, ao financiamento da casa própria, bem como garantir recursos a fundo perdido para os agrupamentos sociais sem teto; regularizar a titulação dos terrenos em áreas urbanas para as mulheres; trocar a dívida dos estados e municípios por investimentos em habitação e Urbanização; defender a autodeterminação dos povos amazônicos, dedicando especial atenção e respeito aos povos da floresta (indígenas, populações ribeirinhas, extrativistas e quilombolas), e garantir a preservação da Amazônia brasileira e seus rios como patrimônio nacional; garantir e ampliar os direitos trabalhistas previstos na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e na Constituição, estendendo esses direitos a tod@s @s trabalhador@s; reduzir a jornada de trabalho, sem redução de salários e de direitos, como uma das formas de combate ao desemprego e à desigualdade; eliminar imediatamente o trabalho escravo e o trabalho infantil que se alastram pelo Brasil.

Antes de iniciarmos a avaliação sobre o impacto ou o alcance das demandas apresentadas pela PF nas políticas sociais nos governos petistas, acreditamos que é importante ressaltar a importância da trajetória do PT para a luta feminista no Brasil.

O que queremos lembrar é que o debate sobre a mulher e a importância do feminismo no PT não é algo que surge após a vitória do Lula nas urnas. Muito pelo contrário. O PT, especialmente por meio da sua Secretaria Nacional de Mulheres, protagonizou diversas lutas e contribuiu para significativas conquistas, como a política de ações afirmativas por meio das cotas para a candidatura de mulheres.

Segundo o Manifesto "Reconstruir o Feminismo no PT", da Democracia Socialista (DS), tendência interna do PT, publicado no Jornal em Tempo, nº 25, em 2010: "Desde sua fundação, militantes feministas trouxeram para o partido a luta contra a opressão das mulheres como elemento estruturante no processo de transformação radical"[230]. Contudo, da mesma forma que muitas questões da programática do PT foram recuadas, com a questão das mulheres não foi diferente. Basta citarmos como exemplo, a questão do aborto. Nos 8 anos de governo Lula pouco se fez para enfrentá-la, nem sequer foi pautada a defesa da sua descriminalização, tampouco, da sua legalização. Bandeiras essas que o PT historicamente defendeu, não apenas as mulheres do PT.

Esse recuo programático no feminismo petista, também é reconhecido no Manifesto da DS acima citado. De acordo com o Manifesto, apesar do acúmulo e da aprovação de resoluções partidárias:

> [...] o atual patamar do debate sobre o feminismo e a organização das mulheres petistas é baixo. Essa desarticulação e perda de referência nas formulações feministas estão vinculadas ao tipo de funcionamento do partido, que desprestigiou as setoriais e a atuação militante nos movimentos, e à assimilação das práticas sectárias e despolitizantes por parte do grupo que atualmente coordena a secretaria nacional de mulheres.
> Na verdade, além de não impulsionar o trabalho das mulheres, a secretaria tem cumprido um papel de interdição no debate. A luta pela emancipação das mulheres é uma disputa cotidiana, e quando não a fazemos, há retrocessos (PLATAFORMA FEMINISTA, 2002, p. 7*)*.

Sabemos que partido é diferente de governo. O partido deve manter sua autonomia frente ao governo ao mesmo tempo em que tem o dever de orientá-lo em sua programática e até mesmo de exigi-lo que atue de forma coerente com o seu legado histórico e político, já que foi eleito com a sua legenda. Vimos na trajetória do PT como o partido recuou no seu discurso, alianças e na sua programática em geral. Isso, por um lado, pode nos levar a uma rápida avaliação de que o partido e o governo agem de forma coerente, já que o recuo do PT é anterior a conquista da vitória nas urnas. Por outro lado, é preciso que avaliemos isso de forma mais cuidadosa. Primeiro porque o PT age de forma incoerente com o propósito do seu surgimento e consolidação como um partido da e para a classe trabalhadora. Segundo, e por consequência, o PT deixou de exercer o seu papel em termos de buscar empreender um direcionamento político de esquerda para a classe trabalhadora.

[230] Versão eletrônica disponível em: http://www.emtempo.org.br/ds/index.php?option=content&task=view&id=773&Itemid=34. Acessado em 18 de abril de 2002.

Terceiro, porque o governo passou a orientar e dar a direção para o partido e não o contrário. Além disso, após as eleições de 2002, o recuo político é aprofundado. Não apenas o governo Lula recuou para garantir a chamada "governabilidade", mas, também, e em grande medida, o PT. O partido, hegemonicamente, acompanhou esse recuou ao se confundir com o governo, perdendo sua autonomia, capacidade de crítica e contestação frente à política governamental. Em outras palavras, o PT, em grande medida, perdeu o sentido de ser um instrumento político da classe trabalhadora, voltado para sua formação e organização.

É nesse contexto que se inscrevem as políticas públicas para as mulheres nos governos Lula. Acrescentemos ainda, a forte incidência de forças religiosas conservadoras e reacionárias que marcam fortemente os anos 2000 no Brasil, inclusive, com um crescimento significativo no parlamento e nos meios de comunicação de massa, como as TVs e as rádios evangélicas.

Passemos agora, a avaliar o panorama dessas políticas, com seus avanços e recuos no âmbito desse contexto e das contradições que marcaram os governos Lula da Silva.

Logo nos seus primeiros anos de mandato, o governo Lula deu sinais positivos de que a pauta feminista seria reconhecida e adotada como um desafio a ser enfrentado. Destacamos como fundamento para essa análise: a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM), inclusive, com *status* de ministério, ou seja, no primeiro escalão governamental; a convocação da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (2004) e a criação do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (I PNPM)[231].

Outro aspecto positivo no governo Lula foi a manutenção do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), e a sua redeformulação, pois, sua composição que antes era definida pela presidência da República, passou a ser realizada pelos movimentos e organizações feministas, em regime de votação direta.

[231] O I Plano de Políticas para as Mulheres é resultado dos debates e da sistematização da I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. O Plano foi organizado sob a responsabilidade da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e se dividiu em quatro linhas de atuação: Autonomia, igualdade no mundo do trabalho e cidadania; Educação inclusiva e não sexista; Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; Enfrentamento à violência contra as mulheres. Essas linhas de atuação se desdobraram na proposição de 199 ações, distribuídas em 26 prioridades. Os "pontos fundamentais" definidos para a orientação do Plano e que passaram a ser princípios para as Políticas Públicas para as Mulheres foram: Igualdade e respeito à diversidade; Eqüidade; Autonomia das mulheres; Laicidade do Estado; Universalidade das políticas; Justiça social; Transparência dos atos públicos; Participação e controle social (Presidência da República/SPM, 2005). Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpm_compacta.pdf . Acesso em 16 de abril de 2012.

Houve também, um aumento significativo da participação das mulheres na política. Os processos das duas Conferências de Políticas para as Mulheres mobilizaram em 2004, 120 mil participantes e em 2008, com a II Conferência[232], 200 mil pessoas, considerando as Conferências locais, estaduais e nacional[233]. Importante destacar que, pela primeira vez na história do Brasil, houve a construção de uma proposta governamental de uma Política Nacional para as Mulheres. Essa Política expressou importantes compromissos firmados pelo governo junto aos movimentos de mulheres.

A partir da I Conferência Nacional, passamos a ter as prioridades – discutidas e aprovadas –, para a orientação dos dois Planos Nacionais de Políticas para as Mulheres, o de 2004 a 2007 e o de 2008 a 2011. Um dos resultados positivos já posterior a I Conferência Nacional, foi a criação de novos conselhos e organismos executivos, em níveis estadual e municipal, por todo o país, assim como grupos de trabalho e diversas iniciativas em todos os níveis governamentais (AMB, 2011).

Isso se faz importante à medida que um sujeito historicamente invisibilizado na política, a mulher, passa a ter mais possibilidades de se fazer presente de forma mais significativa na história pública. Dito de uma outra maneira:

---

[232] O II Plano de Políticas para as Mulheres, resultante da II Conferência, foi significativamente ampliado em relação ao primeiro, subdividiu-se em dez capítulos: Autonomia econômica e igualdade no mundo do trabalho, com inclusão social; Educação inclusiva, não-sexista, não-racista, não-homofóbica e não-lesbofóbica; Saúde das mulheres, direitos sexuais e direitos reprodutivos; Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres; Participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; Desenvolvimento sustentável no meio rural, na cidade e na floresta com garantia de justiça ambiental, soberania e segurança alimentar; Direito à terra, mordia digna e infraestrutura social nos meios rural e urbano, considerando as comunidades tradicionais; Cultura, comunicação e mídia igualitárias, democráticas e não discriminatórias; Enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia; Enfrentamentos das desigualdades geracionais que atingem as mulheres, com especial atenção às jovens e idosas.

[233] Durante ambos os governos Lulas tivemos uma significativa ampliação da participação popular nas Conferências Públicas como um todo, não apenas de mulheres. "De 2003 a 2009, foram realizadas 73 conferências nacionais de políticas públicas em 38 áreas diferentes, com a mobilização de 5 milhões de pessoas. Também foram criados 19 conselhos nacionais e reformulados 16 já existentes. Os números são altos e demonstram a ampliação da participação da sociedade no processo de formulação das políticas públicas. Entretanto, outros elementos precisam ser analisados, a exemplo do caráter dessa participação, do real funcionamento dos mecanismos e dos impactos que são capazes de gerar na vida das pessoas.
Boa parte dos novos conselhos de políticas públicas criados durante o governo Lula tem caráter consultivo, sem poder de deliberação sobre a área à qual estão vinculados, como os Conselhos Nacional de Segurança Alimentar, de Cidades, de Juventude, de Promoção da Igualdade Racial [....] entre outros. Os Conselhos consultivos podem e devem ser um espaço de debate, articulação, pressão política e negociação em torno de propostas de políticas públicas, mas **não têm prerrogativa legal para exigir do Estado qualquer cumprimento de decisão**" (AMB, 2011. p. 35). Um dos problemas de funcionamento é a ausência de um balanço entre uma Conferência e outra, o que faz com que, por exemplo, as resoluções de conferências que tratem de uma mesma problemática, ou seja, voltadas a incidir em uma mesma área de política pública, não guardem coerência entre si e nem avaliem ou deliberem sobre o andamento de uma política.

> A institucionalização da proposta de 'política para mulheres' levou mais mulheres a ocuparem espaços da gestão pública, seja pela via da participação em conselhos de direitos da mulher, seja na direção de organismos de políticas para as mulheres instituídos no Poder Executivo, ou ainda atuando na disputa de orientação dessas políticas no momento das Conferências (AMB, 2011, p. 21).

No texto do II PNPM há uma avaliação do I PNPM, na qual constatou-se como principais avanços na institucionalização da Política Nacional para as Mulheres e na sua implementação:

> [...] a maior inserção da temática de gênero, "raça"/etnia no processo de elaboração do orçamento e planejamento do governo; a criação de organismos governamentais estaduais e municipais para coordenação e gerenciamento das políticas para as mulheres; e os avanços na incorporação da transversalidade de gênero nas políticas públicas. Mereceram destaque, ainda, a promulgação da Lei 11.340/2006 (Lei Maria da Penha), a criação da Comissão Tripartite para a Revisão da Legislação Punitiva contra o Aborto, o aumento de crédito das mulheres rurais e a política nacional de direitos sexuais e direitos reprodutivos, entre outros (BRASIL. Presidencia da república, 2008, p. 24).

Por outro lado, essa mesma avaliação do I PNPM, destaca como insuficiências a serem superadas:

> [...] a não existências de organismos de políticas para as mulheres em inúmeros governos estaduais e na maioria dos governos municipais; o baixo orçamento para as políticas para as mulheres; a criminalização do aborto; a falta de dados; a baixa incorporação da transversalidade de gênero nas políticas públicas; a ausência de compartilhamento, entre mulheres e homens, das tarefas do trabalho doméstico e de cuidados; a fragilidade dos mecanismos institucionais de políticas para as mulheres existentes; entre outras (BRASIL. Presidencia da república, 2008, p. 24).

Assim, embora tenha havido um significativo aumento da presença da mulher na política, temos dados que revelam o quanto ainda vivenciamos um regime antidemocrático e, predominantemente, patriarcal. A sub-representação das mulheres no Congresso permanece e o "Brasil segue sendo o 107º país e o penúltimo da América do Sul em termos de participação de mulheres no parlamento" (AMB, 2011, p. 63). O número de deputadas federais eleitas em 2006 e 2010, permaneceu estagnado em torno dos 8% (idem, ibidem). Segundo dados do Disoc/Ipea (2011)[234], em 2010, na Câmara dos Deputados Federal, de

[234] Dados apresentados pela técnica do DISOC/IPEA, Luciana Pinheiro, em um curso de formação para pesquisadoras feministas, promovido pelo SOS Corpo em setembro de 2011, em Recife-PE.

um total de 513 deputados, apenas 45 (8,8%) são mulheres. No senado o número aumentou um pouco, de 81 senadores, 11 (13,6%) são mulheres. Já nas Assembléias Estaduais e Distrital, de um total de 1059 Deputados Estaduais e Distritais, foram eleitas apenas 133 mulheres (12,8%) e a primeira Presidenta do Brasil. Em julho de 2011, já no Governo Dilma Rousseff, as ministras respondiam por cerca de 27% do total de ministérios, a proporção mais alta já vivida na história brasileira. Em 2002, estes percentuais eram praticamente os mesmos nos dois níveis de governo (AMB, 2011, p. 63*)*. Com isso, podemos concluir que as medidas do governo Lula no sentido de enfrentar essa desigualdade de gênero no espaço da política governamental, foram restritas e insuficientes, ainda que tenha conseguido eleger a primeira presidenta do país.

Em uma avaliação bastante positiva dos governos Lula para a vida das mulheres, Layse Moriére (2010, p. 6), secretária nacional de mulheres do PT, afirma que:

> [...] no que tange as políticas públicas implementadas pelo Governo Lula que contribuíram efetivamente para que as mulheres pudessem avançar rumo à conquista de sua autonomia, destacam-se aquelas relacionadas diretamente com o acesso a infraestrutura. Programas como o Minha Casa, Minha Vida; Luz para Todos [beneficiou mais de 10 milhões de pessoas] e Construção de Cisternas [atendeu 311 mil famílias] que beneficiam a população de modo geral, impactaram principalmente as mulheres ao lhes possibilitar melhores condições para a realização dos afazeres domésticos diários. Comodidades como uma casa construída em alvenaria e piso em cerâmica ou cimento, luz elétrica e água nas torneiras ou no quintal acessível a poucas passos resultam em ganho real de tempo que pode, dentre outras coisas, ser disposto para o cuidado consigo mesmas e realização de atividades que lhe proporcionem prazer.

Não queremos negar que esses Programas foram importantes e trouxeram alterações que melhoraram a vida das mulheres e também, dos homens. É importante, todavia, levantar algumas reflexões críticas. Possuir uma casa de alvenaria não é uma questão de "comodidade" e sim, de direito, como nos diz a Plataforma Feminista (2002, p. 14): "A moradia, direito social dos mais elementares, constitui garantia mínima de proteção social".

Podemos observar também, que Moriére destaca os Programas Minha Casa, Minha Vida; Luz para Todos e Construção de Cisternas, como beneficiadores diretos das mulheres por lhes possibilitarem "melhores condições para a realização dos afazeres domésticos diários". Trata-se do pensamento de uma secretária nacional de mulheres de um partido que contribuiu na construção do movimento feminista brasileiro.

Contradizendo essa história, percebamos nesse pensamento o reforço e/ou, no mínimo, a naturalização da divisão sexual do trabalho. No depoimento da secretária de mulheres do PT, as atividades domésticas são tidas como atribuições naturalmente femininas e isso não é problematizado. Muito pelo contrário, é citado como conquista para as mulheres.

Em outras palavras, para Moriére, os Programas impactaram positivamente para as mulheres porque lhes proporcionaram melhores condições para a realização do trabalho doméstico e com isso, usufruírem de maior tempo livre para si. Para nós, as mulheres só terão tempo verdadeiramente livre, "disposto para o cuidado consigo mesmas e realização de atividades que lhe proporcionem prazer", quando as atividade domésticas não forem uma atribuição exclusivamene feminina, ainda que seja sob melhores condições de fazê-las. Mais que isso, o tempo livre para si, só poderá surgir com o fim da divisão sexual do trabalho e da responsabilização feminina pela reprodução social.

Com relação às ações especificamente voltadas para as mulheres rurais, Moiére (2010, p. 7), destaca como conquistas no governo Lula:

> [...] o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural, que por meio de mutirões itinerantes atendeu mais de 550 mil mulheres e emitiu mais de 1 milhão de documentos civis e trabalhistas. Assim, essas mulheres, muitas das quais não existiam oficialmente, passaram a ter as condições necessárias para acessar serviços e políticas públicas de governo, como por exemplo crédito especial para a agricultura familiar que desenvolveu uma linha de crédito específica para elas; titulação conjunta da terra oriunda de projetos de reforma agrária – a inclusão da mulher é obrigatória independente de estado civil; e famílias chefiadas por mulheres passaram a ter preferência no processo de classificação das famílias beneficiárias de projetos de reforma agrária (entre 2003 e 2007, o índice de mulheres titulares de lotes de reforma agrária saltou de 24,1% para 55,8%).

Concordamos com Moiére que essas ações são conquistas importantes e diferenciais do governo Lula. Ressaltamos, todavia, que elas resultam de uma contestação histórica e intensa das mulheres do campo, como poderemos ver mais detalhadamente no quarto capítulo do trabalho, no qual descreveremos as lutas que deram origem ao Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), um dos sujeitos da nossa pesquisa.

Do ponto de vista legal, destacamos como uma importante vitória do movimento feminista, alcançada no primeiro Governo Lula, a promulgação, no dia sete de agosto de 2006, da Lei 11.340, conhecida como "**Lei Maria da Penha" (LMP)**. Antes da LMP não havia nenhuma lei específica para os casos de violência contra as mulheres. Os casos,

geralmente, eram julgados pela Lei 9.099/95, que trata de "crimes de menor potencial ofensivo", sendo equiparados aos casos de briga entre vizinhos e de acidente de trânsito. Os homens agressores só eram presos em caso de homicídio ou lesão corporal grave que impossibilitasse a vítima de trabalhar por mais de 30 dias. Nesses casos, a violência era julgada pelo código penal.

A LMP, resultado de uma longa trajetória de luta dos movimentos feministas e dos direitos humanos, passa a reconhecer e tratar a violência contra a mulher como uma questão pública e, como tal, com o dever do Estado em intervir e coibir sua prática. Para tanto, a LMP:

> [...] cria mecanismos para coibir e prevenir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal[235], da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher, da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher e de outros tratados internacionais ratificados pela República Federativa do Brasil; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e estabelece medidas de assistência e proteção às mulheres em situação de violência doméstica e familiar (art.1°).

No seu artigo 5º, a LMP dipõe sobre o entendimento de violência contra a mulher:

> Art. 5o Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial:
> I - no âmbito da unidade doméstica, compreendida como o espaço de convívio permanente de pessoas, com ou sem vínculo familiar, inclusive as esporadicamente agregadas;
> II - no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa;
> III - em qualquer relação íntima de afeto, na qual o agressor conviva ou tenha convivido com a ofendida, independentemente de coabitação.
> Parágrafo único. **As relações pessoais enunciadas neste artigo independem de orientação sexual** (grifo nosso).

Como podemos perceber, a concepção de violência contra a mulher por parte da LMP é ampla, incluindo, a violência psicológica. Consideramos isso um grande avanço, posto que a violência contra a mulher, comumente, era restrita a violência física e, ainda

[235] **§ 8º** - O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações.

assim, muitas vezes sendo encarada como um problema de ordem privada. Destacamos, ainda, que a LMP foi a primeira lei brasileira a reconhecer a conjugalidade entre pessoas do mesmo sexo, abrindo, portanto, caminhos legais para a conquista de direitos por parte das pessoas não-heterossexuais que até então, nunca contaram com um aparato jurídico-institucional a seu favor.

A Lei, logo que sancionada, provocou grande resistência por parte do poder judiciário patriarcal, inclusive, acusando-a de inconstitucional o que, felizmente, não logrou êxito. Além disso, há a resistência passiva, ou seja, àquela traduzida em morosidade na implementação das varas especializadas, um mecanismo indispensável para efetivar os inquéritos e os processos. Isso demonstra como o direito patriarcal, "que institui o poder dos homens sobre as mulheres nas sociedades modernas ocidentais, viu-se fortemente ameaçado por esta lei" (AMB, 2011, p. 48).

Dessa forma, incidir sobre uma forte estrutura burocrática, historicamente patriarcal, associada aos parcos recursos destinados às políticas de combate à violência contra a mulher, não é um contexto favorável à efetivação da LMP. A rede de serviços que a LMP prevê, embora seja significativamente maior, ainda é bastante insuficiente e precária, concentrando-se mais nas capitais e grandes cidades. A AMB (2011, p. 48) analisa e descreve em síntese, um pouco dessa problemática em torno da efetividade da LMP:

> Governos estaduais criam, mas não instalam os equipamentos (delegacias, casas abrigos, etc). Outras vezes instalam em condições precárias sem pessoal ou sem infraestrutura física necessária, Ou, como ocorre na maioria dos casos, tem debilidades de gestão da rede ou não investem recursos suficiente para a sua manutenção, funcionamento e ampliação. [...]
> Um dos problemas identificados em nossas ações de monitoramento foram os entraves do sistema federativo, que obstaculiza muitos procedimentos de transferência de recursos. Outra questão é o despreparo dos recursos humanos e a prática de contratação por serviços temporários, levando a equipes provisórias nos serviços [...].
> **Se essa situação não invalida a política, positivamente avaliada, com certeza demonstra como o Estado patriarcal e sua máquina burocrática resistem a inovar em políticas que mudem a vida das mulheres** (grifo nosso)**.**

Além da Lei Maria da Penha, também do ponto de vista normativo, destacamos como uma importante iniciativa do governo Lula a revisão e reedição da Norma Técnica sobre a Prevenção e Tratamento dos Agravos Resultantes da Violência Sexual contra Mulheres e Adolescentes. A norma data de 1998 e trata da regulamentação do artigo 128,

inciso I do Código Penal, que possibilita o aborto legal às mulheres vítimas de estupro. A inovação da revisão consiste em não mais exigir o Boletim de Ocorrência para as vítimas de estupro realizarem o aborto legal. Além disso, passou a estabelecer regras e providências para assistência às mulheres vítimas de violência sexual. Com isso, conquistamos fomento para a implementação de serviços de saúde especializados para o atendimento a essas mulheres. Segundo a AMB (2011, p. 43), "de 2007 para 2010 o número de serviços que prestavam esse tipo de atendimento passou de 138 para 442, sendo que desses 60 realizam atendimento para a realização do aborto previsto em lei".

Ainda do ponto de vista normativo/legal de conquista no governo Lula, Moiére (2010, p. 8) complementa ao destacar "a ampliação da licença maternidade de quatro para seis meses", como uma realidade no serviço público federal, bem como a lei sancionada pelo presidente Lula que assegura incentivos fiscais para as empresas que aderirem ao programa. Essa lei, contudo, é polêmica no movimento feminista, pois, há um segmento que acredita que foi mais um reforço à naturalização do papel da mulher à maternidade, uma vez que não houve alterações estruturais para o estímulo a chamada "paternidade responsável".

Com relação à luta por liberdade sexual, o governo Lula inovou ao lançar, ainda no primeiro mandato, o "Programa Brasil sem Homofobia". Em 2008 houve a I Conferência para tratar da questão LGBT. Dessa Conferência, tivemos as diretrizes para a construção do I Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT. O objetivo desse Plano consiste em: "promover os direitos da população LGBT (inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade), em especial daquelas em situação de risco social e exposição à violência. E também combater o estigma e a discriminação por orientação sexual e identidade de gênero" (AMB, 2011, p. 40).

Apesar do Plano estabelecer as diretrizes para sua implementação, ele não define as ações e os recursos governamentais para lhe dar desdobramento concreto. Segundo a AMB (2011, p. 40), ao analisar o Orçamento da União, constatou-se a existência de apenas dois Programas (um do Ministério da Educação e o outro da Secretaria de Direitos Humanos), "que têm três ações específicas para a promoção dos direitos da comunidade LGBT".

Embora reconheçamos a importância dessas iniciativas e do marco referencial que representam para a construção de uma Política Pública para o segmento LGBT, avaliamos que o governo foi muito tímido diante da gravidade de sermos o país mais homofóbico do

mundo[236]. Reverter esse quadro de violência e possibilitar de fato, acesso aos direitos por parte da população LGBT, exige forte investimento público. Não apenas do ponto de vista financeiro, mas, também, político para combater e enfrentar o conservadorismo protagonizado pelas Igrejas que permanecem com forte ingerência no parlamento e no poder executivo. E isso, lamentavelmente, o governo Lula não o fez.

As políticas públicas de combate ao racismo – demandadas pela Plataforma Feminista (2002) por perceber que o racismo é uma das dimensões estruturantes das desigualdade no nosso país –, também como as políticas para as mulheres, inicia seu marco referencial no governo Lula em 2003, quando a Secretaria Especial de Promoção de Política de Igualdade Racial (SEPPIR) é criada. Segundo a AMB (2011), foi na área da educação que as políticas de combate ao racismo ganharam maior efetividade no governo Lula:

> A meta do II Plano Nacional de Política para as Mulheres para a diminuição do analfabetismo foi superada. Previu-se a redução de 13,38% para 11% a taxa de analfabetismo das mulheres negras no período de 2006 a 2011. [...] de 2005 a 2008, a taxa de alfabetização entre elas subiu de 96% para 97,3%, mais de oito pontos percentuais acima da meta (AMB, 2011, p. 23).

Outra significativa medida foi a criação da Lei 10.639/2003, que tornou o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira obrigatória no Ensino Fundamental e Médio. Apesar disso, a AMB (2011) ressalta que essa Lei não foi implementada de forma sistemática e integrada devido à ausência de uma política de formação de professor@s, bem como a não inclusão desse conteúdo com destaque nas grades curriculares e livros didáticos.

Com relação ao ensino superior, a AMB (2011) avalia que as medidas adotadas foram mais concretas para diminuir as desigualdades raciais. Mesmo com a ausência de uma lei que regulamente a política de cotas[237], temos hoje, no Brasil, 91 instituições públicas que reservam vagas para estudantes negros(as).

---

[236] Segundo o Grupo Gay da Bahia (GGB), responsável pelo Relatório Anual de Assassinatos de Homossexuais, a cada um dia e meio, um homossexual é vítima da homofobia. Em 2010 *f*oram documentados 260 assassinatos de gays, travestis e lésbicas, 62 a mais que em 2009 (198 mortes). Houve um aumento 113% nos últimos cinco anos (122 em 2007). Com esses dados, de acordo com o GGB, "o Brasil confirma sua posição de campeão mundial de assassinatos de homossexuais: nos Estados Unidos, com 100 milhões a mais de habitantes que nosso país, foram registrados 14 assassinatos de travestis em 2010, enquanto no Brasil, foram 110 homicídios. O risco de um homossexual ser assassinado no Brasil é 785% maior que nos Estados Unidos". Disponível em: http://www.ggb.org.br/Assassinatos%20de%20homossexuais%20no%20Brasil%20relatorio%20geral%20completo.html. Acessado em 18 de abril de 2012.

[237] Existe um Projeto de Lei sobre o tema das cotas raciais que tramita no Parlamento desde 2004, mas, o Congresso Nacional tem se negado a aprová-lo.

O Programa Universidade para Todos (PROUNI), em que pese nossas críticas por destinar recursos para as Universidades Privadas em detrimento da ampliação de vagas, com qualidade, nas públicas, também ampliou o número de estudantes de baixa renda indígenas, pretas(os)e pardas(os). De acordo com a AMB (2011, p. 24), "das cerca de 600 mil bolsas concedidas desde 2005, 34% se destinaram a estudantes pard@s e 13% atenderam estudantes neg@s. No total, o Prouni possibilitou a entrada de 300 mil estudantes negr@s no ensino superior".

Apesar desses importantes dados, não podemos esquecer que essa política também favorece a concentração de renda para o empresariado, nesse caso, para os empresários da educação, detentores das universidades e faculdades. A isenção de impostos e o recebimento dos recursos do PROUNI possibilitam grandes rendimentos para as Universidades privadas, hoje, um nicho altamente lucrativo no mercado. Em contrapartida, elas nos oferecem, na maioria das vezes, um ensino de péssima qualidade. Trata-se, portanto, do fortalecimento da privatização de uma política social de suma importância: a educação. Daí a inquietação diante do aparente avanço que os dados do Prouni nos oferecem.

Houve ainda, no governo Lula, em 2010, a aprovação do Estatuto da Igualdade Racial que tramitava na Câmara e no Senado desde 1995, quando foi apresentado pela primeira vez. Contudo, a sua aprovação se deu sob o protesto de grande parte do movimento negro e de organizações antirracistas, pois, o Estatuto sofreu um esvaziamento do seu conteúdo. De acordo com a AMB (2011, p. 25), o Estatuto que foi à sanção presidencial, excluiu:

> [...] diversos dispositivos como o que estabelecia a Política Nacional de Saúde da População Negra, com referência à redução da mortalidade infantil e materna, e das mortes violentas. Foram eliminadas também referências à escravidão, à reparação e à compensação, bem como extirpadas do teto as palavras "raça", racial e raciais; e, consequentemente, foram eliminadas todas as ações afirmativas. Entretanto, mesmo assim, há avaliações positivas deste processo entre várias organizações do movimento negro.

Do ponto de vista do trabalho, um dado importante e positivo no governo Lula é que o desemprego feminino diminuiu. Em 2010, segundo a AMB (2011, p. 48), "registrou-se o menor desemprego desde 2003 e a maior equidade nos níveis salariais do trabalho formal". Por outro lado, lamentavelmente, pouco se fez para diminuir os impactos da dupla jornada de trabalho na vida das mulheres. Por exemplo, até 2011, não chegamos nem a

metade da meta do II PNPM, que previa a construção de 1.714 creches e o aumento em 12% do número de crianças entre zero e seis anos de idade (AMB 2011, p. 48).

Mesmo tendo sido registrado a diminuição do desemprego feminino, de 2003 a 2008, a taxa de atividade das mulheres aumentou apenas 2,95%. Em 2003, o índice era de 50,7% e em 2006 chegou a 52,6%. A partir de 2006, iniciou-se uma tendência de queda. Até 2008, alcançamos uma redução de 0,4% na taxa de atividade feminina. Segundo a AMB (2011), essa tendência decrescente se deu em decorrência das opções feitas na política econômica do governo para enfrentar a crise financeira internacional. Com isso, "os incentivos fiscais para geração de emprego favoreceram setores da indústria intensivos em mão de obra quase que exclusivamente masculina. As atividade produtivas que concentravam a força de trabalho feminina, saúde, educação, por exemplo, não desfrutaram das mesmas medidas [...]" (AMB, 2011, p. 49).

Assim, nesse contexto de crise, "a desigualdade de gênero não foi encarada como uma questão estrutural". Como resultado, tivemos o "agravamento das desigualdades vividas pelas mulheres no mundo do trabalho" (AMB, 2011, p. 50).

Para exemplificar isso, a AMB (2011, p. 50) cita os impactos dos grandes projetos – construção de barragens e hidrelétricas; transposição do Rio São Francisco; construção de complexos turísticos; retomada da política de energia nuclear, etc – na vida das mulheres. Tais projetos são, afora os problemas ambientais que provocam, "uma ameaça à autonomia econômica das mulheres". Isso ocorre não só porque "[...] são massivamente orientados para a mão de obra masculina", mas, também, porque provocam vários e sérios problemas ambientais, contribuindo para inviabilizar fontes de trabalho para as mulheres no campo, nas florestas, entre as populações ribeirinha e no litoral. Dos danos provocados ao meio ambiente, destacamos a poluição de rios, lagos e terras que impedem a pequena agricultura e a pesca artesanal. Atividades que são voltadas para o autossustento e que, em geral, são realizadas pelas mulheres. Além da gravidade desse impacto para a autonomia econômica das mulheres, as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)[238] ainda têm provocado uma outra grande problemática para a vida das mulheres, pois, "em torno dos canteiros de obras cresce a violência e exploração sexual", que tem se tornado uma alternativa de sobrevivência diante da precarização das condições de vida (AMB, 2011, p. 50).

[238] O PAC, segundo Behring (2010, p. 164), "retira recursos da seguridade por meio da renúncia fiscal, para setores como a TV digital [...]. Assim teremos crescimento financiado pela seguridade, crescimento sem redistribuição, crescer sem dividir."

Das grandes obras, portanto, tem sobrado para as mulheres:

> [...] a falência das possibilidades de trabalho, a prostituição, a privatização da água, a concentração de terras nas mãos de poucos, a sobrevivência mediante programas emergenciais de transferência de renda que mantêm as mulheres dependentes da assistência social ao invés de abrir caminhos para a sua autonomia econômica (AMB, 2011, p. 68).

Em torno dessa avaliação podemos concluir que o Governo Lula não incorporou/considerou a dimensão de gênero para o planejamento e execução desses grandes projetos, uma vez que, com eles, em vez de melhorar as condições de vida das mulheres, assistimos ao seu agravamento. Essa forma de fazer política, portanto, contribuiu para o fortalecimento do patriarcado nas relações da nossa sociedade, uma vez que as mulheres foram submetidas e preteridas diante das prioridades dos grandes grupos econômicos, comandados por homens. Sendo, inclusive, mais expostas a uma das piores expressões da persistência do poder patriarcal; a violência e exploração sexual.

Afirmamos que as mulheres foram além de submetidas, preteridas, pois, não houve investimento público semelhante aos grandes projetos do PAC, em ações que as beneficiasse mais diretamente. Nos referimos, por exemplo, a pequena escala de subsídios que foi destinada aos restaurantes públicos. Com a área da educação (creches e escolas em tempo integral), não foi diferente, "planejou-se muita coisa, mas cumpriu-se quase nada". Além disso, no que diz respeito às políticas sociais relacionadas à qualificação social e profissional, "apesar das decisões e compromissos assumidos no II PNPM, não conseguiram produzir mudanças em termos de ampliação do acesso das mulheres ao mercado de trabalho" (AMB, 2011. p. 50).

É por tudo isso que afirmamos, em comum acordo com a AMB (2011, p. 51), que "não basta que haja crescimento econômico. Esse não é, nem mesmo, fator indispensável para que as mulheres se engajem em trabalhos remunerados".

Dessa forma, apesar de algumas conquistas para as mulheres nos governos Lula da Silva, os desdobramentos prático-políticos de muitas iniciativas importantes como as Conferências públicas, a construção dos PNPMs e a própria criação da SPM, não acompanharam e/ou deram o suporte necessário para a implementação das políticas públicas necessárias às mulheres. A começar pela "estrutura insuficiente e o orçamento reduzido" da SPM, que "impuseram limites severos para o enfrentamento das estruturas

patriarcais que organizam o Estado e orientam as políticas e as finanças públicas"[239] (AMB, 2011, p. 20-21).

Outro elemento importante é que houve um "desequilíbrio" de poder entre o Ministério do Planejamento e a SPM. Isso fez com que, por exemplo, os PNPMs não fossem parte integrante do Ciclo Orçamentário. Os planos se tornaram um "instrumento paralelo", que buscou criar vínculos com o planejamento das políticas e com o orçamento público, mas "encontrou muitas dificuldades". Como resultado disso, "o volume de recursos públicos destinados à implementação das políticas para as mulheres e à promoção da igualdade continua sendo uma incógnita" (AMB, 2011, p. 20-21, p. 46).

Outro limite significativo foi a ausência da perspectiva feminista por parte da maioria das(os) agentes governamentais que atuaram na implementação das políticas públicas. Segundo a AMB (2009, p. 14), há uma enorme disputa sobre o que é fazer política para as mulheres, pois, "o termo 'políticas para mulheres' se presta a muitas práticas políticas, práticas que estão orientadas por diferentes concepções de Estado e de políticas públicas [...] e o feminismo precisará seguir afirmando e disputando este significado sob pena de perder ou desqualificar sua própria proposta".

Com o crescimento da entrada da mulher no mundo público, também observamos a utilização conservadora da imagem da mulher por parte de partidos para ganhar eleições. Nos referimos ao reforço dos papéis conservadores que associam a mulher à mãe, esposa, administradora do lar e da família (no sentido do cuidado e da organização), capacidades que, supostamente, a credenciam para "cuidar" e administrar uma cidade, um Estado ou até mesmo, o país.

Dessa forma, percebemos que estar na política não é suficiente para nós mulheres, ainda mais quando nos utilizam para reforçar padrões conservadores que historicamente nos oprimem, nos limitam e nos exploram, como a maternidade compulsória – tida como "missão sagrada" –, a heteronormatividade e a responsabilização pela reprodução social.

Pouco vimos no último período, a imagem da mulher apenas associada a sua capacidade política e intelectual, principalmente, de forma dissociada da maternidade. Até mesmo na campanha da Presidente Dilma, embora também embebida do discurso: "sim, nós [mulheres] podemos", a campanha não deixou de explorar a Dilma mãe e avó. Além

[239] Para um acompanhamento sobre os dados orçamentários das políticas públicas para as mulheres, consultar o Orçamento Mulher, no site do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CEFEMEA): http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2838&Itemid=130.

da tentativa de "suavizar" um pouco mais sua imagem para ganhar um tom mais "feminino". Assim, os "critérios" de ser mãe e ser "feminina" para ser uma "mulher de verdade", com respeito e credibilidade sociais, ainda é algo a ser superado.

Dessa maneira, contrastando com o avanço da participação das mulheres no mundo público, o Estado "moldado pela cultura política patriarcal e neoliberal assegurou a reprodução de velhas formas de fazer política, que coexistiram com novas, instituídas ao longo dos últimos 30 anos pela luta feminista" (AMB, 2011, p. 21). O primeiro-damismo[240], por exemplo, não deixou de existir, assim como as políticas assistencialistas implementadas por organizações religiosas para as "mulheres carentes", que como nos diz a AMB (AMB, 2011, p.22): "supostamente apenas têm carências e nunca direitos".

Dando face a esse Estado, que não deixou de ser neoliberal nos Governos Lula – ainda que sob a roupagem "social-liberal" –, identificamos um outro forte obstáculo para o avanço dos direitos das mulheres: a terceirização na execução das políticas. Ao incorporar essa perspectiva neoliberal, o governo possibilitou que os fundos públicos fossem acessados pelas mais diversas e contraditórias(!) iniciativas da sociedade civil, incluindo, as organizações religiosas que nos referimos acima. A AMB faz uma síntese do resultado dessa política:

> [...] muitos setores conservadores e antifeministas estiveram, em nome do trabalho com as mulheres, acessando recursos públicos e executando políticas sociais de distintos ministérios, entre eles o da Saúde, o de Desenvolvimento Social e outros. Nesse esteio, organizações cristãs católicas, com orientação conservadora e fundamentalista, acessaram recursos públicos para o trabalho social conservador antifeminista no campo e nas cidades (AMB, 2011, p. 22).

Além da manutenção da perspectiva neoliberal, é grave perceber como os governos Lula feriram o princípio da laicidade do Estado[241], ao ponto de destinar recursos públicos

---

[240] O primeiro-damismo apresenta desde o seu nascedouro uma motivação política, explica-nos Torres (2002, p. 40): "o Estado brasileiro vê-se obrigado a forjar estratégias de enfrentamento dos problemas sociais que assumem sérios contornos nesse período da Segunda Guerra. Na verdade, o Estado lança mão dos valores femininos para sensibilizar a sociedade a intervir na chamada 'questão social', dando impulso ao espírito filantrópico a partir de uma prática assistencialista, que marcaria a face da ação das primeiras-damas no Brasil". Percebemos a persistência do primeiro-daminismo no Brasil, por exemplo, na nomeação das primeiras damas como Secretárias de Assistência Social ou presidentas de instituições filantrópoicas. Para um maior aprofundamento sobre o primeiro-damismo, conferir Torres (2002).

[241] Segundo informações do Observatório do Estado Laico, no Brasil, as sociedades religiosas não pagam impostos e recebem subsídios governamentais para a suas instituições assistenciais e de ensino. O ensino do Cristianismo faz parte do currículo das escolas públicas. Em alguns estados, os professores de ensino religioso são funcionários públicos e recebem salários. Como se isso não fosse suficiente, algumas sociedades religiosas exercem pressão sobre o Congresso Nacional, dificultando ou mesmo impedindo, a

para organizações religiosas. Tudo isso sem falar na ausência de enfrentamento à ingerência política das Igrejas no governo, que ditou limites para o mesmo. Como exemplo disso, citamos o caso do debate sobre a legalização do aborto que, sequer, chegou a ser pautada para votação no Congresso Nacional. Por outro lado, projetos pela criminalização da mulher tramitam no Congresso Nacional, inclusive, para recuar ainda mais a nossa legislação do aborto legalizado, em caso de estupro. Nos referimos ao Projeto nomeado "Estatuto do Nascituro", que proíbe o aborto em caso de estupro e propõem como "compensação" uma "bolsa" de um salário mínimo para as mulheres vítimas, como se o problema da necessidade do aborto fosse restrito a uma questão financeira. Além desse projeto, há outros, para, por exemplo: tornar o aborto um crime hediondo; instituir um cadastro obrigatório da gravidez, dentre outros.

Não temos dúvida, portanto, que o princípio da laicidade não vem sendo efetivado pelo Estado brasileiro. Com isso, não se atende à reivindicação da Plataforma Feminista e se contraria o compromisso que o governo assumiu desde o I Plano de Políticas para as Mulheres, quando aprovou o seguinte texto: "as políticas públicas voltadas para as mulheres devem ser formuladas e implementadas independentemente de princípios religiosos, de forma a assegurar os direitos consagrados na Constituição Federal e nos instrumentos e acordos internacionais assinados pelo Brasil" (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA/SPM, 2005, p. 8),

Avaliamos, ainda, que houve equívocos em ações e políticas governamentais, especialmente, por tratarem as mulheres como "clientes" ou "mãe beneficiária-passiva da ação do Estado" (AMB, 2011, p 22). Em outras palavavras, com esse tipo de política, o Estado não partiu da concepção da mulher como sujeito de direito.

Desse caldo de contradições, durante os dois governos Lula, "a gestão pública conviveu com diferentes formas de relação do Estado com as mulheres, gerando espaços contraditórios entre as velhas e novas formas de conferir lugar às mulheres na política pública" (AMB, 2011, p 22).

Como um problema comum a todas as políticas, destacamos a questão orçamentária. Por "reivindicação e proposta da AMB", em 2007, a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) "estabeleceu que anualmente o governo federal deveria apresentar

---

promulgação de leis que versem sobre os direitos sexuais e reprodutivos. "A chantagem religiosa não é incomum nessa área, como a ameaça de excomunhão. Há símbolos religiosos nas repartições públicas, inclusive nos tribunais" (Disponível em: www.nepp_dh.urj.br/olé/posicionamentos2.html. Acessado em 12 de abril de 2012).

um relatório sobre o impacto dos gastos públicos na redução das desigualdades de gênero, 'raça' e regionais", com o intuito de subsidiar a elaboração do Orçamento Anual (AMB, 2011, p. 33). Como isso nunca aconteceu, temos uma séria dificuldade para o monitoramento e avaliação dos investimentos governamentais nessas dimensões sociais.

Além disso, por iniciativa da SPM, foi criado um Sistema de Acompanhamento do II PNPM. Esse Sistema deveria ser alimentado por todos os órgãos governamentais que fossem responsáveis pelos recursos e ações do Plano, mas, "no que se refere a prestação de contas por cada órgão/ministérios sobre os recursos aportados, as informações são ínfimas e, ademais, não são públicas" (AMB, 2011, p. 34).

Outro dado lamentavelmente relevante, é que apenas 13 programas, "dentre os 380 que compuseram o PPA 2004-2007, estabeleceram objetivo, ou meta, ou público-alvo, ou indicador orientados ao enfrentamento das desigualdades de gênero ou atendimento específico às mulheres". O segundo PPA (2008-1011) foi ainda mais complicado, pois, "não contou com um processo participativo de elaboração, nem apresentou alterações substantivas em termos de políticas para as mulheres e promoção da igualdade (AMB, p. 37-38).

Mesmo com essas dificuldades, passemos a avaliar de forma mais pontual as políticas públicas da Seguridade Social do Governo Lula no tocante às mulheres.

O Orçamento da Seguridade Social é o único que possui fontes exclusivas. Em 2008, por exemplo, segundo a AMB (2011), foram arrecadados mais de 700 bilhões de reais para essa política, sendo que, menos da metade (em torno de 300 bilhões de reais) foram gastos. Dito de outra maneira, cerca de 400 bilhões de reais foram contingenciados, ou seja, deixaram de ser aplicados para os fins dessa política. Esse dado já, de antemão, revela os limites e desafios políticos para a efetivação e consolidação dessa política.

Com relação à previdência social, um dos pontos nevrálgicos para as mulheres é o próprio acesso ao benefício, tendo em vista que essa é uma política contributiva, ou seja, só tem acesso a ela às pessoas que contribuem ou contribuíram. Como as mulheres são o público que maior se insere nos postos de trabalhos precarizados e informais, logo, são, também, as mais desprotegidas socialmente no que diz respeito aos direitos previdenciários. Essa situação é mais agravada para as mulheres negras e índias, pois, são as majoritárias em termos de estarem em condição de desproteção social. Logo, a luta contra o caráter exclusivamente contributivo da Previdência Social é indispensável, tanto porque as mulheres são maioria no trabalho informal, quanto porque o trabalho doméstico

não remunerado – onde notadamente as mulheres se encontram – não é reconhecido para fins de acesso aos direitos previdenciários.

Já anunciamos sumariamente os danos das "Reformas" da Previdência nos Governos Lula. Vejamos um pouco mais sobre essas contrarreformas com base na análise do feminismo e dos impactos na vida das mulheres.

A primeira "Reforma", realizada em 2003, ou seja, já no início do primeiro governo Lula, focou-se no regime das(os) servidoras(es) públicos. Em contraposição, segundo a AMB (2011, p. 55), os movimentos de mulheres e feministas tomaram parte da luta pela universalização do direito à previdência social. Como resultado dessa luta, em 2005, tivemos a aprovação na PEC Paralela, da criação de um sistema especial de inclusão previdenciária das(os) trabalhadoras(es) informais e das trabalhadoras de baixa renda que possuíam o trabalho doméstico como atividade exclusiva, contudo, essa última não foi efetivada como os movimentos sociais reivindicavam. De acordo com a AMB (2011, p. 55): "O sistema de inclusão previdenciária previsto na PEC foi transformado na proposta do Sistema Simplificado, o Simples, que estabeleceu alíquotas de 11% de contribuição previdenciária e que ainda é insuficiente para garantir o acesso à proteção previdenciária da grande maioria das trabalhadoras hoje desprotegidas".

A proposta da segunda "Reforma", realizada em 2007, sob o falso argumento de déficit previdenciário e do envelhecimento populacional, colocou em xeque direitos constitucionais, especialmente, para as mulheres. Referimo-nos a mudança no regime de pensão, o fim da diferença de idade entre homens e mulheres para acesso à aposentadoria, a desvinculação do valor da aposentadoria rural do salário mínimo e, a transferência desse direito para a política de assistência social (AMB, 2011).

Mesmo com forte mobilização dos movimentos de mulheres em torno da discussão sobre a "Reforma" da Previdência, esses Movimentos não tiveram vaga no Fórum Nacional da Previdência Social, criado em 2007. Nesse Fórum, tinha vaga garantida além do governo, o empresariado e setores dos movimentos sociais e sindicais, com o intuito de discutir a proposta da nova "Reforma" da Previdência. Avaliamos que isso feriu diretamente o princípio de Participação e controle social, reivindicado pela Plataforma Feminista e estabelecido no I PNPM, no qual se defende: "o debate e a participação das mulheres na formulação, implementação, avaliação e controle social das políticas públicas devem ser garantidos e ratificados pelo Estado brasileiro, como medida de proteção aos

direitos humanos das mulheres e meninas" (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA/SPM, 2005, p. 9).

Após intensa mobilização, as mulheres, em diálogo com a SPM, conseguiram uma vaga no Fórum, contudo, apenas na condição de observadoras. Por conta disso, a AMB convocou outros movimentos de mulheres e articulou um "Fórum Paralelo e Itinerante das Mulheres em Defesa da Previdência Social". Esse Fórum ganhou um caráter de mobilização permanente e se manteve vigilante e atuante durante todo o período de duração do Fórum oficial (abril a outubro de 2007). Na avaliação da AMB (2011), o principal resultado do Fórum Paralelo foi ter conseguido barrar a proposta da "Reforma", resistindo à destituição de direitos. Apesar disso, a proteção do trabalho informal e doméstico não avançou. Assim:

> Passados os oito anos de governo Lula, a situação de desproteção social continua sendo uma realidade na vida das mulheres. Segundo o IBGE, 51,2% das ocupadas com mais de 16 anos estão no trabalho informal (PNAD/IBGE, 2010). [...] A desigualdade racial, porém, agrava a situação para as mulheres negras: enquanto 44% das brancas estão no trabalho informal, 60% das pardas e 54,1% das pretas estão nessas ocupações (AMB, 2011, p. 56-57).

Com relação à Política de Assistência Social, sem dúvida, o grande avanço foi a implementação do Sistema único de Assistência Social (SUAS). Esse sistema foi regulamentado em 2008, de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Social (PNAS): universalização do direito para quem dele necessitar; reorganização das ações assistenciais com foco nas famílias e territórios; supremacia do atendimento às necessidades sociais em detrimento da economia.

Mesmo com o SUAS, o componente familista e conservador que historicamente marcou a política da Assistência Social, não foi rompido. O trabalho gratuito realizado pelas mulheres no interior das famílias e o reforço à divisão sexual do trabalho, permaneceram na realização dessa política. Como exemplo disso, citamos o Programa do Bolsa Família, no qual o recurso deve ser pago, prioritariamente, às mulheres. Para nós, isso não significou um reconhecimento da mulher como sujeito e a necessidade de investimento público para contribuir com a sua autonomia financeira.

Na verdade, o Programa condiciona o pagamento do benefício a manutenção das crianças na escola e cuidados com a saúde. Ou seja, há uma exigência ao cumprimento do

trabalho reprodutivo das mulheres nas famílias. Cria-se, dessa forma, um paradoxo. Por um lado o recurso pode contribuir para a autonomia financeira feminina – ainda que bastante limitada tendo em vista o pequeno valor do "benefício". Por outro lado, há o reforço às atribuições conservadoras da maternidade diante de um contexto neoliberal de precarização dos serviço de saúde e de educação. Em outras palavras, há o reforço à responsabilização da mulher pela reprodução social.

Na avaliação da AMB (2011, p. 59), as mulheres são "cobradas e responsabilizadas", em grande medida, "não só pelo bem-estar das crianças", mas, também, pela "manutenção da renda, uma vez que podem perder o benefício se não cumprirem o que as regras determinam. Elas não são o sujeito prioritário a quem o programa se destina; são os sujeitos por meio dos quais ele se realiza".

Com uma avaliação diferenciada, Laisy Moriére (2010), afirma que o Bolsa Família contribuiu para a autonomia das mulheres ao priorizá-las como titulares do "benefício" [elas correspondiam até 2010 a 53% dos 11,1 milhões de famílias atendidas e 93% das responsáveis pelo benefício]. Para a secretária de mulheres do PT, o "simples fato de ser a responsável pelo recebimento do benefício possibilita a essas mulheres mais poder de decisão, mais autonomia e consequentemente melhora da autoestima" (2010, p. 4).

Não discordamos por completo que as mulheres sendo titulares do Bolsa Família possam, em alguma medida, obter conquistas com relação a sua autonomia. Não podemos, contudo, analisar isso de forma isolada. Concordamos com a análise da AMB que a forma como esse Programa é efetivado, contribui para o reforço da divisão sexual do trabalho e dos papéis tradicionais de gênero, o que rompe com a perspectiva feminista de verdadeiramente pensarmos na autonomia feminina.

Nessa perspectiva, Rodrigues (2008, p. 222), afirma que a inserção no PBF não significa "que as mulheres experimentem uma mudança no *status social* ou maior autonomia". A autora fundamenta essa afirmação ao dizer que a transferência de renda não é reconhecida como direito, logo, "a condição de beneficiária tende a ser um componente a mais no conjunto de estigmas com os quais as mulheres têm de lidar diariamente, por serem mulheres, por serem pobres e por serem negras". Além disso, "o atrelamento do acesso à renda ao cumprimento de condicionalidades", provoca "frequentemente" a sobrecarrga de responsabilidades às mulheres, o que tende a ser uma "fonte de culpabilização" das mesmas "quando se considera que não estão cumprindo a contento as tarefas associadas ao seu papel de mães" (RODRIGUES, 2008, p. 222).

Nessa perspectiva, as mulheres que definem gastar o recurso da Bolsa consigo e não com as crianças ou com a manutenção do domicílio tem o seu comportamento socialmente reprovado. Não queremos negar, todavia, que o PBF não tenha produzido alguns resultados positivos. Destacamos, por exemplo, a melhoria na alimentação ou mesmo o acesso a bens e créditos, dando, portanto, às mulheres a possibilidade de usufruir, ainda que minimamente, de um mundo outrora desconhecido para muitas delas. Com o PBF algumas mulheres passaram a ter a possibilidade de definição dos bens de consumo e até mesmo de acesso a um mundo mais público, não apenas via mercado, mas, também, pela sociabilidade que o programa permite por meio das atividades que promove (cursos, reuniões), o que rompe com a "clausura" doméstica que marca o cotidiano das mulheres. Contudo, consideramos que o **PBF** não foi pensado como uma forma de fortalecimento para autonomia das mulheres, ainda que em alguma medida possa contribuir para isso. Para nós, **o seu fundamento está associado ao interesse de instrumentalização da mulher para gestão da pobreza e não para a sua autonomia**.

Com relação à política de saúde, no tocante às mulheres, um dos indicadores importantes para avaliarmos é a taxa de mortalidade materna. O governo Lula, desde o início, comprometeu-se na I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, na Conferência de Saúde e, internacionalmente, com as Metas do Milênio, a reduzir a mortalidade materna em 15%. Como em várias outras questões relacionadas às mulheres, as medidas necessárias não foram tomadas para o cumprimento da meta. Assim, muitas mulheres permanecem morrendo por morte evitáveis. De acordo com a AMB (2011, p. 59):

> No ano 2000, haviam sido registradas as mortes de 1.677 mulheres em decorrência de complicações na gravidez, parto ou puerpério. Noventa e dois por cento delas poderiam ter sido evitadas se o atendimento médico fosse adequado. Entretanto, passados 10 anos, em 2009, ainda registraram-se 1.513 mortes maternas, 10% delas decorrentes de aborto.

A redução da mortalidade materna, portanto, continua sendo um grande desafio para o movimento feminista, especialmente, diante de uma política de saúde pública que não tem sido eficaz e efetivamente comprometida com essa questão. O êxito do governo na distribuição de métodos anticoncepcionais reversíveis para as usuárias do Sistema único de Saúde (SUS), embora importante, é absolutamente insuficiente e não tem impacto na

redução da mortalidade materna. Concordamos com a AMB (2011, p. 60) quando afirma que para reduzir a mortalidade materna, faz-se "necessário enfrentar em caráter prioritário e urgente", pelo menos três questões: "a insuficiência do orçamento da saúde, os problemas de gestão, e a criminalização do aborto".

Com relação ao orçamento, a AMB (2011, p.60) constatou que, nos oito anos de governo Lula, "mais da metade dos compromissos assumidos pelo governo em relação à saúde da mulher foram financiados por uma única ação orçamentária"[242] [...], "que sempre contou com pouquíssimos recursos".

Outra grande dificuldade promovida no período Lula, foi a proposta de criação das Fundações Estatais de Direito Privado (PLP 92/2007), voltada para administrar os hospitais federais, imprimindo, portanto, um viés privatista para a gestão do SUS. Essa perspectiva abriu a possibilidade para a precarização do trabalho na saúde, que passaria a ser terceirizado sob o regime celetista, contrariando os princípios do plano de carreira do SUS. Para completar, essas Fundações administram grande parte do orçamento para a saúde e não dialogam com as instâncias de controle social, o que esvazia a função dos próprios conselhos de saúde, como já ocorre em diversos estados.

Felizmente o Projeto de Lei Complementar federal, que criava as Fundações não foi aprovado pelo Congresso Nacional devido à resistência dos movimentos sociais. Apesar dessa significativa vitória, no último dia do seu mandato, em 31 de dezembro, o presidente Lula nos surpreende traiçoeiramente, quando edita e envia ao Congresso Nacional a Medida Provisória "com parte da concepção do projeto das fundações estatais, criando a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, sociedade anônima, que seria encarregada de gerir os hospitais universitários, prestar serviços e contratar pessoal, no regime CLT" (AMB, 2011, p. 61).

Em suma, as mulheres no Governo Lula, passaram a ser mais convocadas para a execução de políticas, mas, de baixo custo e, algumas, como vimos, com caráter antifeminista e neoliberal. Assim, em que pese as conquistas alcançadas, a precarização das políticas públicas para as mulheres ainda é fato concreto no país e a ausência de investimento público para reverter essa situação segue como um desafio a ser superado. Logo, encontramo-nos longe de alcançar a universalização dos direitos das mulheres e a pauta de reivindicações da Plataforma Feminista segue mais do que atual, necessária.

[242] Ação Orçamentária nº 6175 – Implementação de Políticas de Atenção Integral à Saúde da Mulher.

No capítulo seguinte, apresentaremos elementos para pensar a configuração do feminismo na luta de classe contemporânea, mais particularmente durante o governo Lula, destacando as potencialidades, dificuldades e principais desafios do Movimento, mediante os sujeitos da nossa pesquisa.

4 FEMINISMO E CONSCIÊNCIA MILITANTE FEMINISTA NO BRASIL

Quando uma mulher entra na política, muda a mulher, quando muitas entram mudam a política
Michele Bancellet

Este capítulo será destinado, centralmente, à apresentação da análise dos resultados da nossa pesquisa de campo e documental. Para tanto, buscaremos apresentar os sujeitos da nossa pesquisa: Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Marcha Mundial de Mulheres (MMM) e Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB). Buscaremos explorar na história desses Movimentos, bem como nas suas concepções e ações políticas a percepção da configuração política do feminismo no Brasil, já que, consideramos esses três movimentos de caráter nacional, os mais representativos das lutas das mulheres brasileiras na atualidade.

O fio condutor da nossa análise será a **formação da consciência militante feminista** expressa pelos sujeitos entrevistados, bem como por intermédio dos resultados da pesquisa documental que realizamos. Essa consciência nos é uma referência indicadora da relação entre o feminismo e a luta de classes. Antes, porém, de falarmos sobre a consciência militante feminista, cabe-nos esclarecer o que significa a consciência militante. Segundo Iasi (2002, p. 38-39), ela indica uma "consciência política" e denota:

> [...] na acepção da palavra, uma consciência associada, coletiva, que se vê como sujeito coletivo de uma transformação necessária. Evidente que também é política a consciência dos sujeitos coletivos que querem manter a ordem, tema que não constitui o objeto deste estudo. Neste sentido a consciência de classe está inseparavelmente associada à ação de classe.

Percebemos, portanto, que a consciência militante está radicalmente articulada com o processo de formação de um sujeito coletivo. Cabe agora, o entedimento do que seria, então, a consciência militante feminista. Essa traz consigo uma particularidade em torno do sujeito central que a constitui: as mulheres. Então, devemos partir da análise da construção social desse sujeito individual e coletivamente. De início, perguntamos: como um indivíduo marcado por relações sociais de apropriação, dominação e exploração associadas à ideologia da natureza (conforme o Capítulo 2), adquirem uma consciência militante? Se

falamos de apropriação, como vimos nos Capítulo 2, temos, necessariamente, que considerar a formação da consciência também, em nível individual. Ou seja, como uma mulher consegue superar a ideologia dominante no tocante não apenas à alienação provocada pela divisão social do trabalho, mas, também, pela divisão sexual do trabalho, pela ideologia da natureza que aliena a mulher de si no sentido de estar voltada apenas para satisfazer o outro?

Quando falamos, portanto, em consciência militante feminista, referimo-nos primeiramente, a percepção da mulher como sujeito individual, o que exige a ruptura com as mais variadas formas de apropriação e alienações dela decorrentes, especialmente, a ruptura com a naturalização da subalternidade que lhe é socialmente atribuída. Apenas assim, podemos chegar a dimensão coletiva da consciência militante que, para nós, é expressa na formação de movimentos de mulheres.

Por sua vez, é importante deixarmos claro nossa compreensão sobre o processo de formação de um movimento social, mais particularmente, sobre a formação de um movimento de mulheres. Utilizando as palavras de Souza-Lobo (2011, p. 178), cremos que:

> [...] a formação do movimento não é o resultado de uma relação causal, miséria-demanda ou opressão-reivindicação ou ainda inversamente: expansão de serviços públicos-necessidades; mas a formulação de demandas, reivindicações ou necessidades coletivas passam pela construção de uma ideia de direitos, pelo reconhecimento de uma coletividade. É desse processo que a análise da participação das mulheres nos movimentos pode ser reveladora.

Assim, o alcance dos movimentos de mulheres não se resume às suas reivindicações, tampouco, aos seus resultados imediatos. Para compreender o alcance dos movimentos de mulheres é necessário, portanto, buscar alcançar "outros níveis" de análise, sobre os quais nos esclarece Souza-Lobo (2011, p. 182):

> Num primeiro nível ocorrem modificações na esfera das relações familiares e da vida cotidiana, o que certamente gera novos *habitus* na construção social do gênero. Em segundo lugar, de forma confusa e ambígua, mas relevante, se constitui uma imagem das mulheres como personagens nos espaços públicos.

Em outras palavras, o que Souza-Lobo ressalta é a capacidade de ocupação do espaço público-político que o Movimento possibilita às mulheres, além, é claro, das

transformações que provoca na sua vida privada, até porque público e privado não são esferas dissociadas. Esse processo de quebra de fronteiras e conquista de espaços, obviamente não ocorreu e nem ocorre sem resistências. Poderíamos citar inúmeros exemplos que revelam essas resistências, cremos, contudo, que lembrar a proibição das mulheres em frequentar universidade, já nos é suficiente para ilustrar a pertinência da luta feminista em romper com resistências e conquistar espaços públicos.

Concordamos com Souza-Lobo (2011, p. 179), ao afirmar que: "a dinâmica dos movimentos [de mulheres] não só rompe com as formas institucionais de reivindicação, mas rompe também com as formas internas de constituição dos grupos em ação na sociedade, estabelecendo novas relações entre indivíduos, grupos e sociedade".

Destarte, Souza-Lobo (2011, p. 183), destaca duas ordens de conclusões sobre a particularidade dos movimentos de mulheres. A primeira é que "a participação das mulheres nos movimentos está fortemente assentada nas ideias de igualdade de direitos que atravessam a história social". A segunda refere-se:

> [...] a particularidade dos movimentos como momentos de estruturação de novas relações entre vida pública e vida privada, e de novas configurações das relações de gênero nas relações sociais e políticas. **Por suas conquistas, às vezes por sua simples presença, as mulheres nos movimentos subvertem a ordem dos gêneros vigente nos espaços da sociedade** (SOUZA-LOBO,2011, p. 183, grifo nosso).

A construção do feminismo como sujeito político das mulheres passa pela transformação das reivindicações imediatas e isoladas em uma formulação coletiva da demanda, ou seja, "passa pela construção da noção de direito, pelo reconhecimento de uma coletividade de iguais. São essas várias faces inseparáveis que, juntas, fazem do movimento não apenas um portador de reivindicações, mas um sujeito político" (SOUZA-LOBO, 2011, p. 223).

Nessa perspectiva de compreensão do significado da formação de um movimento feminista, procuraremos explorar, especialmente por meio das entrevistas realizadas, a importância do feminismo para a constituição das mulheres como sujeito político individual e coletivamente. Daí a consciência militante feminista ter sido escolhida como fio condutor de nossa análise aqui proposta, pois, ela nos oferece a possibilidade de perceber não apenas a organização política de um coletivo em torno de reivindicações comuns, mas também, a singularidade de cada mulher que constitui esse coletivo. Assim,

quando falamos em consciência militante feminista, referimo-nos não apenas a formação de uma consciência associada em prol de uma transformação estrutural da sociedade, mas, também, de uma consciência associada **de mulheres** que adquiriram ciência da sua opressão e exploração. Assim, nesse movimento de formação da consciência militante feminista, as mulheres se percebem e se constituem como sujeito político em prol da transformação radical das relações sociais desiguais de sexo e "raça" e pelo fim das relações de classe. Em outras palavras, com a formação da consciência militante feminista as mulheres percebem que a luta pela sua autonomia e liberdade individual demanda a luta contra uma estrutura de relações sociais de apropriação e exploração.

4.1 Pesquisa de campo e os procedimentos metodológicos

Como já delineado no item: "A busca de um caminho dialético: a unidade entre teoria e método", que precede o Capítulo 1, a análise do nosso objeto exige o rigor do método fincado na perspectiva de totalidade. Uma vez que, para alcançar a particularidade do mesmo, demanda-se o desvelamento de suas grandes determinações e, por sua vez, das suas múltiplas mediações com a singularidade do nosso objeto de estudo: a **consciência militante feminista** e sua relação com a luta de classes no governo Lula.

No primeiro capítulo abordamos uma questão fundamental para pensar a formação da consciência de classe: como o sujeito revolucionário consegue adquirir uma consciência revolucionária em uma sociedade marcada por uma forte alienação que sustenta a ideologia dominante? Particularizando essa questão com o nosso objeto de investigação, partimos do seguinte problema: Como se desenvolve a consciência militante feminista – e seu desdobramento político – frente à ideologia patriarcal-capitalista, pela qual as mulheres introjetam uma cultura de subserviência ainda mais acentuada do que os homens? Em outras palavras, como se constitui a "consciência militante" de um sujeito que é marcado não apenas pela exploração e opressão capitalista, mas também pelo patriarcado? Quais as ações que os sujeitos coletivos que empreendem essa consciência – feminista – vêm conseguindo construir na sociedade brasileira? Quem financia essas ações no Brasil? Há autonomia frente aos financiadores? E, diante da particularidade do governo Lula, indagamos ainda: quais os impactos desse governo ao movimento feminista? Como os movimentos avaliam esse governo? Como se da a relação entre os movimentos feministas

e os outros movimentos sociais? Quais os principais desafios e dificuldades do feminismo no Brasil contemporâneo?

Nesses termos, daremos ênfase à análise da **consciência militante feminista e de sua ação política no Brasil** junto aos sujeitos da nossa pesquisa: o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), a Marcha Mundial de Mulheres e a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB). A escolha desses sujeitos obedeceu a um critério que condiz com o nosso objeto de investigação: apontarem não apenas a consciência feminista, mas a preocupação da formação de uma "consciência militante" anti-capitalista. Assim, os três Movimentos escolhidos, além de possuírem caráter nacional e considerarmos de grande representatividade, afirmam constituir o campo anti-capitalista na luta de classes no Brasil, como veremos nos resultados da pesquisa documental, bem como pelos depoimentos das entrevistadas.

Buscaremos na nossa pesquisa: traçar o perfil histórico dos sujeitos; identificar as perspectivas teórico-políticas do feminismo de cada um dos Movimentos pesquisados; perceber a importância da consciência militante feminista para a formação do sujeito político individual e coletivo; compreender a importância da auto-organização das mulheres; analisar as resistências e subordinações frente ao sistema patriarcal-capitalista; analisar a relação entre feminismo e a luta de classes; conhecer a avaliação dos Movimentos investigados acerca do governo Lula; identificar as principais conquistas e desafios do feminismo; conhecer as fontes de financiamento desses sujeitos e a implicação que este financiamento provoca (ou não) para a luta feminista-socialista.

Como já indicado, as questões aqui suscitadas conduziram a realização de uma pesquisa bibliográfica, documental e de campo. A pesquisa bibliográfica se fez imprescindível, uma vez reconhecido que:

> O conhecimento não se faz e refaz em cada indivíduo. Representa uma acumulação progressiva, no tempo e no espaço, que se acrescenta permanentemente com a contribuição de cada um e de todos em maior ou menor proporção. E o ponto de partida de cada acréscimo é sempre o realizado e acumulado anteriormente: é na base de um patrimônio cultural transmitido do passado e enriquecido no presente, que cada indivíduo traz a sua contribuição própria (PRADO Jr, 1960, p.51).

A pesquisa documental foi realizada, fundamentalmente, com a leitura de documentos produzidos pelos sujeitos da pesquisa que citamos acima, encontradas tanto nos sites dos Movimentos, quanto em suas produções, a exemplo de cartilhas.

Por configurar-se como uma investigação de natureza eminentemente qualitativa, tomamos como importante instrumento na produção de conhecimento na pesquisa de campo, a **entrevista temática, com roteiro semi-estruturado** que, segundo Triviños, corresponde:

> Aquela que parte de certos questionamentos básicos, apoiados em teorias e hipóteses, que interessam à pesquisa, e que, em seguida, oferecem amplo campo de interrogativas, fruto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que se recebem as respostas do informante. Desta maneira, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa (1987, p. 146).

As entrevistas foram aplicadas com dirigentes de todos os sujeitos coletivos focos da nossa pesquisa: MMM, AMB e MMC. Importante destacar que entendemos dirigentes não apenas àquelas que estão formalmente ocupando um cargo de direção no Movimento, mas, também, militantes que possuem uma referência no interior dos Movimentos, seja por meio de suas formulações teóricas, seja por meio da sua militância. Entrevistamos 7 mulheres de cada um dos referidos Movimentos. Não tivemos a pretensão de alcançar uma amostragem representativa que nos permita fazer generalizações de análises sobre os Movimentos, embora essas mulheres estejam respaldadas para falar em nome dos Movimentos, pela militância que realizam e pelo conhecimento que possuem dos mesmos. Nosso objetivo com a pesquisa de campo foi ouvir a experiência dessas mulheres como militantes de um movimento feminista para conhecer mais de perto como o feminismo contribui para a formação de sujeitos militantes. Tivemos, portanto, o cuidado de escolher militantes orgânicas e com uma inserção direta na construção dos Movimentos. Por conta disso, também ouvimos suas opiniões sobre o feminismo no Brasil, no que diz respeito à sua relação com a luta de classe, com o Governo Lula, como os outros movimentos sociais, bem como seus desafios e dificuldades.

Ainda na pesquisa de campo, consideramos importante destacar a observação participante em algumas atividades dos movimentos que investigamos, com destaque para reuniões e seminários da MMM; participação na Marcha das Margaridas em 2003 e em 2011, sendo que nesta última participamos de reuniões com a AMB e uma atividade de formação da MMM; participação no II Encontro Nacional da AMB (ENAMB), em 2010, participação em um seminário de formação e em um ato público do MMC em alusão ao 8

de março de 2011, participação no I Encontro Nacional do MMC e na marcha que finalizou este encontro, em 2013, no Distrito Federal. Ressaltamos a importância desse último por termos tido a possibilidade de observar a atuação dos três sujeitos coletivos que investigamos em atividades de formação e mobilização, uma vez que a MMM e a AMB estiveram presentes nesse encontro, contribuindo com o MMC, tanto nas mesas principais, mini-plenárias, como nas atividades culturais e na marcha que realizaram na esplanada dos ministérios. Teceremos nossa análise sobre esse encontro nas considerações finais desta tese, já que nos ajudou a sintetizar algumas de nossas conclusões e inquietações sobre esses movimentos na atualidade.

Apenas por meio da pesquisa documental e bibliográfica faremos análises mais gerais do posicionamento político dos Movimentos. Em outras palavras, quando utilizarmos os depoimentos das entrevistadas, os tomaremos individualmente e não como uma fala representativa de todo o Movimento, ainda que essas mulheres, de uma maneira geral, possuam uma sintonia fina com o que encontramos na pesquisa documental.

Por se tratar de uma técnica muito usual em pesquisa de caráter, fundamentalmente, qualitativo, recorreremos a análise de conteúdo (AC), por entendermos que ela garante a sistematização do conhecimento articulado aos objetivos propostos. Para tanto, buscamos cumprir todas as fases dessa técnica, quais sejam: a pré-análise, a análise do material e o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. As entrevistas no total de 21, variaram numa média de trinta minutos a uma hora e meia, sendo todas realizadas e transcritas por nós. A AMB totalizou 350 minutos, o MMC 360 minutos e a MMM 380 minutos de gravação das entrevistas. Ao todo, tivemos como material de análise mais de 18 horas de entrevista. Por fim, destacamos que as entrevistas foram gravadas com o consentimento de todas as mulheres, tendo esse registro nas gravações, bem como por meio da assinatura das mesmas em um termo de consentimento livre e esclarecido (Conforme Apêndice 2), de acordo com as orientações correntes acerca da pesquisa dessa natureza. Acrescentamos ainda, que os nomes das entrevistadas não foram divulgados para preservação da identidade das mesmas.

Em relação ao perfil das entrevistadas, destacamos que o tempo de militância no feminismo teve como mínimo 6 anos, mas a grande maioria milita a mais de 10 anos, algumas com mais de 20 anos de militância feminista, essas, inclusive, foram algumas das fundadoras dos movimentos que investigamos, portanto, com uma larga trajetória e acúmulo no feminismo brasileiro, o que enriqueceu o conteúdo do nosso trabalho de

campo. Procuramos, portanto, entrevistar algumas das mulheres que são referências em cada um dos movimentos que investigamos. Em relação à idade, possuem entre 27 a 63 anos. As militantes entrevistadas da AMB, apresentaram uma média maior de escolaridade, sendo todas com nível superior completo, 3 com mestrado e 1 com doutorado. A escolaridade das militantes entrevistadas da MMM, apresenta os seguintes índices: 2 com nível superior incompleto e 5 com nível superior completo, destas 1 possui mestrado. As militantes do MMC, até pelas dificuldades de acesso à educação no campo, apresentaram menor índice de escolaridade: 2 com mestrado, 1 com ensino fundamental incompleto, 3 com o ensino fundamental completo, 1 com o nível superior incompleto.

4.2 **Os sujeitos coletivos da pesquisa**

Nesse item faremos uma breve apresentação do perfil político e um panorama histórico dos sujeitos coletivos escolhidos para a nossa investigação: o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), a Marcha Mundial das Mulheres (MMM) e a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB).

4.2.1 Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB)

> É preciso fortalecer a aliança feminista entre mulheres do campo e da cidade.
> E precisamos acalentar nossa rebeldia fortalecendo nossa ação na rua.
> *AMB*[243]

[243] AMB (2011. p. 70).

Foto disponível em: http://vilamulher.terra.com.br/o-encontro-nacional-da-articulacao-de-mulheres-brasileiras-enamb-esta-se-aproximando-9-6648278-139833-pf-noracarnauba.php Acessado em 15 de fevereiro de 2013.

A AMB é uma articulação política, cuja origem se deu para organização da representação do movimento de mulheres brasileiro na IV Conferência das Nações Unidas sobre Mulheres, Desenvolvimento e Paz, realizada em Pequim (), na China em 1995. Nesse momento, a AMB possui como eixos temáticos: saúde, violência, participação política, mulheres no poder, educação e direitos sexuais e reprodutivos que, segundo AMB 1, "eram voltados para a plataforma de [...] conseguimos levar 300 mulheres".

A princípio, a AMB seria desfeita com a volta das mulheres de Beijing, já que seu objetivo teria sido alcançado. No retorno de Beijing, a AMB organiza uma reunião de avaliação do encontro, em Brasília, com a representação de todos os estados. Nessa reunião, as mulheres representantes dos estados pautaram a necessidade de permanência. AMB 1, que estava presente nessa reunião, relata que as mulheres diziam: "[...] a gente precisa se articular, a gente precisa não ficar só vendo as questões locais [...]". Complementa AMB 1: "É por isso que a AMB permanece. [...] Depois de muito, muito debate, se resolve que a AMB ainda tem necessidade de permanecer, que não tin ha nenhum outro movimento, que precisava ter movimento nacional pra se articular". Aqui, portanto, encontramos um marco na AMB, pois, passa e se constituir em uma organização política específica de mulheres, com a perspectiva feminista e de caráter nacional.

A partir de então, a AMB vai mudando o seu caráter. Ou seja, uma Organização que surgiu em decorrência da ONU, passa a ter que responder pelas demandas diretas das

mulheres brasileiras que começam a se organizar nacionalmente pela perspectiva feminista. Relata AMB 1:

> [...] a partir dali nós não seríamos mais uma articulação para Beijing, então a gente iria [...] ampliar, não vamos ficar só nessa coisa da ONU. Foi um salto muito grande. [...] depois do Encontro Feminista da Paraíba [em 2000] foi quando a gente decide realmente sair totalmente da ONU, da ONU que eu digo, é dessa coisa de fazer monitoramento dessa Conferência, isso não quer dizer que a gente não iria participar, por exemplo, da de Durba, de outras Conferências, mas, não se pautando nisso, era uma das coisas, não a única coisa como foi anteriormente.

Com esse redirecionamento político, a AMB vai consolidando a perspectiva que hoje se apresenta e se reivindida, de acordo com a sua carta de princípios: "uma organização política feminista, antirracista, não partidária" e posiciona-se como uma: "articulação feminista **anticapitalista**, por compreender que dentro deste sistema, especialmente em seu estágio atual de mundialização do capital e hegemonia da sociedade de consumo, é impossível conquistas significativas na direção da igualdade e autonomia para todas as mulheres" (apud SILVA, 2010, p.5-6).

Segundo a AMB (2011, p. 5), entre as sua estratégias de atuação para a "transformação social está a articulação da luta feminista nas políticas públicas, adotada com dois objetivos: acumular forças para confrontar o Estado burguês, patriarcal e racista que temos no Brasil e alcançar conquistas que mudem para melhor, no curto prazo, a vida das mulheres". A luta em torno das políticas públicas, portanto, não guarda um fim em si mesmo, ou seja, não se limita as respostas às necessidades das mulheres, mas, também, representam para a AMB um acúmulo de força na confrontação ao atual Estado burguês, patriarcal e racista.

Como um dos objetivos permanentes da AMB, destacamos: "Promover a auto-organização das mulheres e de seus movimentos como sujeitos políticos da luta contra a dominação das mulheres, e da luta por transformação social" (AMB 2011, p. 5, p.7-8). São ainda princípios organizativos da AMB: "unidade na diversidade"; "democracia interna numa institucionalidade não burocrática"; "diálogo, articulação e livre adesão como método de organização das lutas feministas"; orientação para "o **fortalecimento do campo democrático popular dos movimentos sociais,** buscando de forma permanente

estabelecer alianças e engajamento nas lutas sociais da América Latina [...] e fortalecer o caráter contra-hegemônico da luta feminista" (AMB, p.8-10).

De acordo com AMB 6, a AMB prima por se constituir como um movimento social, ainda que possua CNPJ, mas, não possui uma estrutura formaliza, burocraticamente falando. Explica-nos AMB 6: "AMB que é um movimento que fez uma opção por se manter como movimento [...], de não formalização, de não ter uma estrutura formal, rígida. A gente não tem regimento interno, a gente tem compromissos que vão sendo modificados de acordo com que a militância da AMB define".

Em sua metodologia, a AMB desenvolve ações orientadas ao Estado e à sociedade. As ações junto ao Estado ocorrem por intermédio de uma "política sistemática", imprimindo uma agenda de disputa de propostas nos espaços de debate, formulação, decisão e controle social de políticas públicas, tanto as políticas sociais, como as políticas econômica e de desenvolvimento". Para as ações junto à sociedade, atuam sobre a cultura política, as instituições e relações sociais, de modo a fazer o enfrentamento da ideologia e das práticas de dominação, exploração, opressão". Para tanto, realiza mobilizações; ações diretas (grafitagem, pichações, intervenções em espaços públicos – jogos de futebol, faixas e mensagens); encontros e publicações dirigidas à militância feminista (AMB, p. 22-24).

Um dos destaques que a maioria das entrevistadas da AMB ressaltou em termos de metodologia, foi a forma como a AMB se estrura, primando pela horizontalidade e pela pluralidade, sem nehuma estrutura que provoque algum tipo de hierarquização entre as mulheres que a integram. Por outro lado, isso se torna uma dificuldade, em virtude das visões diferenciadas que possui no seu interior:

> o princípio da horizontalidade, essa coisa de você não ter um movimento organizado com direção e base e nem verticalizado [...] essa coisa de você ter uma construção coletiva [...] É um movimento que tem se confrontado em muitos campos de luta [...] ao mesmo tempo é um movimento difícil de ser construído porque tem visões diferentes lá dentro [...] com muitos desafios do ponto de vista da formação política porque essa questão da pluralidade é interessante porque é democrática, mas, ao mesmo tempo você tem que construir um sentido comum, um projeto comum [...] (AMB 4).

Um exemplo concreto dessa dificuldade diante das visões diferenciadas, é que a AMB levou 4 anos para conseguir construir sua carta de princípios, segundo AMB 1. Assim, seus processos internos são lentos, respeitando a diversidade e os níveis diferenciados de consciência entre as mulheres, pois, a organização prima pelo

convencimento, pela construção do consenso por meio dos debates e formação política, evitando processos de votação. É um exemplo de radicalização da democracia, mas, que se choca com a estrutura social que vivemos, que exige respostas mais rápidas e com elevado nível de elaboração teórico-política que é praticamente impossível que todas as integrantes de um movimento social atinjam ao mesmo tempo.

Daí acreditarmos que a direção política em um movimento social ou partido político, ser, ainda, necessária, mesmo que, de alguma maneira, ela provoque algum tipo de hierarquia, mas, como vimos no Capítulo 1, ela tem um papel fundamental para o avançar do processo de formação de consciência. Claro que, como ressalta Lenin (2010) ao dissertar sobre a "consciência de fora", que trabalhamos no item 1.2.1, do Capítulo 1, no processo revolucionário, não deve have distinção "entre operários e intelectuais", em outras outras palavras, não deve haver distinção entre dirigentes e militantes. Todavia, haverá papéis diferenciados entre esses até o momento que conseguirmos uma sociedade que possibilite a libertação da alienação e o desenvolvimento da consciência revolucionária para todas as pessoas. Não se trata de gerar herarquias, mas, de entender que para superá-las, precisamos considerar que existem níveis diferenciados de consciência e que necessitamos de formação de lideranças que não caiam na personalização e que não cessem o processo de formação de consciências militantes, cumprindo o seu papel de buscar imprimir um direcionamento político emancipatório às lutas que envolvem os diferentes sujeitos políticos.

Avaliamos que a AMB possui um diferencial em termos do feminismo no Brasil, ao ter constituído uma significativa organização das mulheres negras, índias e lésbicas[244], sem perder o direcionamento de classe das lutas que envolvem esses sujeitos. Destacamos ainda, a apresentação de campanhas (contra o racismo e pela valorização da mulher negra e índia) e a riqueza cultural engajada[245] apresentada no II Encontro Nacional da AMB

[244] Destacamos como grupo de lésbicas e bissexuais engajadas na AMB: **Tambores de Safo.** Segundo o próprio grupo, as suas integrantes são voltadas para "intervenções político-culturais, a partir de uma consciência negra, lésbica e bissexual. O objetivo é transformar o mundo pelo feminismo, através de intervenções culturais que promovam o pensamento crítico, a ação política organizada e o empoderamento das mulheres". Disponível em: http://tamboresdesafo.blogspot.com/2011/03/tambores-de-safo.html. Acessado em 01 de outubro de 2012.

[245] Dentre as apresentações culturais, ressaltamos que o grupo **Tambores de Safo** revelou o compromisso da arte como instrumento pedagógico contra o capitalismo e todas as formas de opressão, dando voz a um segmento historicamente invisibilizado: as mulheres lésbicas e bissexuais.

(ENAMB)[246], com letras de músicas e apresentação de danças que retratam a realidade e a luta das mulheres. Essa perspectiva nos é confirmada por AMB 4, ao afirmar que a AMB é um:

> [...] movimento feminista, anti-capitalista e também anti-racista, eu acho que essa dimensão do anti-racismo que a AMB tem construído é uma contribuição importante, porque nós vivemos num país que passou pela experiência da escravidão, da colonização, então, isso deixou marcas profundas. Não da pra gente compreender as relações de opressão e exploração no Brasil e na América Latina, desconsiderando o fato de nós sermos um país colonizado, então o racismo é algo a ser enfrentado como algo muito forte na nossa sociedade [...].

Dentre os principais direcionamentos políticos da AMB, que serão norteadores da organização nos próximos anos, afirmados no II ENAMB e sistematizados no relatório final do Encontro, ressaltamos:

- ✓ Ir para além do debate sobre as políticas sociais e transferência de renda. Fazer a crítica e o confronto com a política econômica que favorece a concentração da riqueza no País. É preciso enfrentar todos os processos que levam à concentração da riqueza e à manutenção da desigualdade e seguir no confronto à lógica de acumulação e exploração capitalista, patriarcal e racista.
- ✓ Lutar por políticas redistributivas; pela taxação de grandes fortunas; contra a política de superávit primário e contra as políticas que favorecem o capital financeiro;
- ✓ Atuação com **autonomia** e crítica frente ao Governo Dilma. Posicionamento não é a favor ou contra o governo: a favor quando as demandas das mulheres forem atendidas e contra quando as políticas gerarem mais injustiça social.
- ✓ Fazer a crítica dos limites das políticas familistas de transferência de renda e das políticas de orientação materno-infantil anunciadas pelo Governo.
- ✓ Fortalecer a relação entre mulheres do campo e da cidade.
- ✓ Fortalecer nossa luta por políticas sociais universais; por políticas que enfrentem a divisão sexual do trabalho, como as creches públicas, as lavanderias coletivas, os restaurantes comunitários; lutar por políticas de educação, qualificação e inserção no trabalho remunerado, com salário digno, direitos e proteção social.
- ✓ Seguir atuando na crítica ao modelo desenvolvimentista que recrudesce a exploração do capitalismo patriarcal e racista sobre as mulheres em diferentes contextos - ribeirinhas, quilombolas, assentadas, urbanas; reforçar alianças para enfrentar esse modelo no Governo Dilma; **confrontar as transnacionais** que desenham esse modelo para o mundo.
- ✓ Aprofundar a articulação entre o feminismo e a vida das mulheres trabalhadoras do campo e da cidade, estando mais perto da sua luta.
- ✓ Estreitar relações com as feministas da América Latina.
- ✓ Luta frente ao capital: campanha de boicote à Natura, denunciando a exploração

[246] O II Encontro Nacional da AMB (ENAMB), ocorreu em Brasília, em abril de 2011.

das mulheres, da natureza, e o reforço a um modelo de beleza (lema: "Quem protege a Amazônia somos nós mulheres"); enfrentamento nos locais de implantação dos grandes projetos, inclusive os do PAC, dando um caráter nacional às lutas;

- ✓ Fortalecer: a ALBA, buscando articulação com outros movimentos sociais cujas bandeiras de lutas anticapitalistas são comuns; o poder popular, somando-se à luta pela Reforma Urbana, direitos das mulheres à cidade, controle social do orçamento, do executivo e do legislativo; o Fórum itinerante da Previdência; as lutas pelo acesso à água e contra as barragens; e pelo fim do trabalho doméstico.

Como podemos perceber, a perspectiva política da AMB encontra-se direcionada para um horizonte de transformação social, pautado na totalidade, ao contemplar na sua luta as dimensões de sexo, "raça"/etnia e liberdade sexual, articuladas, dialeticamente, com a questão de classe (caráter popular e de aliança com os movimentos sociais). Apesar disso, acreditamos que as ações diretas de enfrentamento ao capital ainda são um grande desafio para se concretizarem na dinâmica da AMB. Contudo, ao aprovarem no II ENAMB a luta contra transnacionais, ao capital financeiro e mais particularmente, a uma empresa que explora as mulheres e a natureza: a Natura, pode-se avaliar que a AMB está disposta a enfrentar esse desafio. Essa luta contra a Natura, se concretizada, pode representar um bom exemplo de síntese de um feminismo classista, vinculado a uma perspectiva emancipatória.

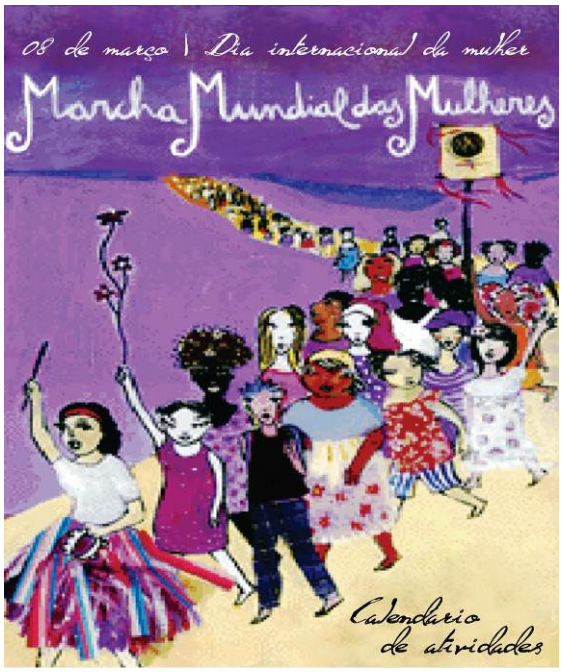
Outro ponto que gostaríamos de destacar na pauta política aprovada no II ENAMB, é a autonomia que a AMB assume frente ao Governo Dilma. Ressaltamos isso como indispensável para a construção da consciência e luta de classe no contexto de disputa dos projetos societários no Brasil. **A autonomia dos movimentos sociais é condição primária da liberdade que permite o exercício da crítica e seu desdobramento político nas resistências e lutas na sociedade.**

A AMB está organizada em 17 estados[247], incluindo o Distrito Federal, e 4 estados estão em processo de rearticulação, segundo AMB 1. Nos demais, há contatos e em alguns, está em curso a organização de núcleos.

[247] Desses 17 estados em que a AMB está organizada, os mais orgânicos, de acordo com AMB 1, são: Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Ceará, Pará, Distrito Federal, Goiás, Espírito Santo, Amapá, Rio de Janeiro, Tocantis, Amazônia, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso.

4.2.2 Marcha Mundial de Mulheres (MMM)

"Seguiremos em marcha até que todas sejamos livres"[248]



A Marcha Mundial de Mulheres surge em torno da organização de uma grande mobilização internacional que agregou mulheres de vários países do mundo em torno da campanha: "2000 razões para para marchar contra a pobreza e a violência sexista", no ano de 2000. Nessa primeira ação internacional da MMM, as atividades da campanha foram iniciadas em 8 de março, Dia Internacional da Mulher, e terminaram em 17 de outubro. Nesse momento, no Brasil, muitas mulheres aderiram ao processo de construção da Marcha, inclusive, mulheres que se encontravam organizadas na AMB.

Segundo o site da Marcha Mundial de Mulheres, a inspiração para a sua criação "partiu de uma manifestação realizada em 1995, em Quebec, no Canadá, quando 850 mulheres marcharam 200 quilômetros, pedindo, simbolicamente, "Pão e Rosas". A ação marcou a retomada das mobilizações das mulheres nas ruas, fazendo uma crítica contundente ao sistema capitalista como um todo"[249]. De fato, é importante destacar esse marco que a Marcha passa a representar, em um momento em que o feminismo tinha passado a ganhar uma forte perspectiva de institucionalização, especialmente pós Beijing.

[248] Palavra de ordem criada pela MMM e bastante incorporada nos movimentos e atividades feministas.

[249] Disponível em: http://sof.org.br/marcha/?pagina=aMarcha. Acessado em: 11 de janeiro de 2013.

Com a retomada de ações de rua, em atividade de protesto e reivindicação, a MMM oferece fôlego para a resistência do feminismo popular. Nas palavras da MMM 3:

> Pensando no que significou os anos 90, [a Marcha] colocou de novo as mulheres na rua, nessa coisa de colocar o feminismo pra rua porque nos anos 90 a gente percebe uma grande influência das Conferências da ONU, então, as mulheres ficam muito envolvidas nessa coisas das políticas [...] no ano que surge muitas ONGs, então, surgir a Marcha nesse período fez com que o feminismo não saísse das ruas [...] não só manteve como fez com que muitas pessoas voltassem para as ruas.

Nesse bojo, após a sua primeira ação internacional, a Marcha decide, em 2001, a continuar como um Movimento permanente em nível internacional e nacional. Segundo MMM 1: "Nós, do Brasil, era um dos países que tinha levado essa ideia de continuar como um movimento permanente [...] tivemos uma repercussão no Fórum Social Mundial em 2001 e quando a gente trás esse debate da continuidade da Marcha, nem todo mundo fica, alguns setores saem [...]". Para o setor que resolveu dar continuidade à Marcha, MMM 1 diz que o que chamava atenção era o fato da Marcha poder se constituir em um Movimento que iria "falar da pobreza, da luta contra a pobreza e contra a violência nos marcos de questionamento do que produz a pobreza e não naquele discurso que reinava naquele momento de metigação da pobreza". Com essa decisão, na avaliação da MMM 1, é de que elas conseguiram:

> [...] o questionamento à mercantilização do corpo como forma de questionar o modelo econômico, então, trás a agenda econômica pro centro do debate das mulheres num período em que o capitalismo patriarcal tirava as mulheres da agenda econômica dizendo que pobreza era questão social [sic] e não econômica, né? A gente começa a fazer disputa num tema que tava sendo central, que era o coração do momento. Questiona o que que tinha sido os retrocessos que o neoliberalismo tinha trazido [...] fazendo essa articulação de **patriarcado-capitalismo**, ou seja, se o capitalismo tá forte, o patriarcado se fortalece já que eles são integrados. Eu acho que isso nos deu muito fôlego [...]

Na avaliação de MMM 1, de um lado o processo de resistência ao neoliberalismo potencializou a necessidade da continuidade da Marcha, assim como essa continuidade fortaleceu a estruturação do movimento anti-mundialização capitalista. Esse fôlego ao feminismo ocorre, segundo MMM 1, nos:

> [...] momentos que a sociedade está mais mobilizada e também tá mais à esquerda [...]. No final dos anos 90, começo do ano 2000, começa a reforçar a resistência contra o neoliberalismo, a formação do movimento anti-globalização. A gente costuma dizer que, inclusive a Marcha é parte dessa estruturação [...] e isso influencia de forma geral a agenda [...] inclusive de outros setores.

A direção nacional da Marcha Mundial de Mulheres é composta por representantes da CUT, da Confederação Nacional dos Agricultores (CONTAG), além da Sempre Viva Organização Feminista (SOF), do Centro Feminista 8 de Março (CF8M), podendo, também, incorporar outra mulher que, não necessariamente integre essas organizações. No momento, inclusive, há esse caso. Apesar de sua composição possuir representação de outras organização, a Marcha se define como um movimento social e não como uma articulação, segundo MMM 1:

> A Marcha, do ponto de vista internacional, não se define como uma rede, se define como um movimento. [...] o que define a Marcha é a centralidade na mobilização, na organização de campanhas....[...] nos une essa ideia de mobilizar, de lutar, de tá na rua, nos une essa visão de crítica global ao modelo, então a Marcha foi tentando perceber o que que são os seus elementos comuns nessa grande diversidade que é organizar a Ásia, a África, a Europa e a América Latina. A Oceania a gente não tem. Aqui no Brasil aparece esse debate, se é uma articulação ou se é um movimento, mas, a gente é muito mais um movimento do que uma articulação e eu vou te dizer por que. Eu vejo uma articulação quando você diz assim, vem um representante de um movimento e tal e faz a média. Mesmo as meninas da CONTAG, as meninas da CUT, no geral, elas estão ali como mulher, elas não chegam lá e dizem, olha a CONTAG só vai até aqui. Dificilmente. [...] Na Marcha, as pessoas também estão como pessoas [...] A gente tenta nunca votar, mas, quando a gente vota, cada uma é um voto, se tiver 30 pessoas e 10 organizações, são 30 votos. [...] nós estamos num certo campo, não tem gente de um campo muito diferente do outro [...] nós estamos no campo anti-capitalista, isso dá uma certa homogeneidade, mesmo com as diferenças.

Os campos de atuação prioritários da MMM são: autonomia econômica para as mulheres, no sentido das mulheres conseguirem garantir o seu próprio sustento e terem acesso à previdência e serviços públicos; bem comum e serviços públicos: diz respeito à garantia ao acesso aos bens comuns vitais como comida, água, terra, moradia, conhecimento e aos serviços públicos (educação, saúde, energia, etc); paz e desmilitarização: luta contra a violência sexista e a apropriação do corpo das mulheres que ocorre de forma comum em contexto de guerra e a luta contra a violência às mulheres[250].

[250] MMM. Disponível em: http://www.sof.org.br/marcha/ Acesso em 17/04/2011.

MMM 3 explica a particularidade do eixo paz e desmilitarização no Brasil: "nós trabalhamos a partir da militarização da segurança, do que significa essa exterminação da pobreza, essa exterminação dos negros nas favelas, como que as mulheres são afetadas com isso [...]; a mercantilização do corpo e da vida das mulheres [...]".

Destacamos como uma das lutas da MMM, a reivindicação pela "integração dos povos que garanta o bem estar de todas e todos, que se oriente para a superação de assimetrias entre os países e favoreça a resolução negociada de conflitos". Como uma das demandas, a Marcha reclama ao governo brasileiro: "atuar por uma integração geradora de igualdade que promova intercâmbios econômicos, culturais, políticos baseados na justiça, solidariedade e complementariedade"[251]. Fizemos esses destaques para ressaltar a preocupação internacionalista que a MMM procura incorporar no seu programa de atuação. Isso é facilitado pelo caráter da MMM, ou seja, por ser um movimento organizado em todos os continentes do mundo, com exceção da Oceania, segundo MMM 1.

Entre seus princípios, a Marcha Mundial de Mulheres destaca:

> [...] a organização das mulheres urbanas e rurais a partir da base e as alianças com movimentos sociais. Defendemos a visão de que as mulheres são sujeitos ativos na luta pela transformação de suas vidas e que ela está vinculada à necessidade de superar o sistema capitalista patriarcal, racista, homofóbico e destruidor do meio ambiente. A Marcha busca construir uma perspectiva feminista afirmando o direito à auto-determinação das mulheres e a igualdade como base da nova sociedade que lutamos para construir[252].

A luta anti-capitalista sempre foi reivindicada como um eixo estruturador da Marcha Mundial de Mulheres, com um esforço de realizá-la pela perspectiva feminista, ou seja, considerando os impactos do capitalismo patriarcal sobre a vida e as demandas das mulheres trabalhadoras e em diálogo com outras organizações da classe trabalhadora.

Além da aspecto anti-capitalista, MMM 3 ressaltou a dimensão geracional e "racial" como preocupações para a perspectiva de feminismo da Marcha: "feminismo classista, anti-capitalista e de considerar a etnicidade e também geração. [...] As mulheres negras que fazem parte da Marcha sempre tá [sic] nos processos de formação, sempre tem

[251] *Idem,* p.7-8.

[252] Disponível em: http://sof.org.br/marcha/?pagina=aMarcha. Acessado em: 11 de janeiro de 2013.

jovens [...], tem mulheres negras, tem lésbicas, sempre pensando na multiplicidade que é a Marcha".

Como metodologia de intervenção para concretização das suas lutas, MMM 3, relata que ela ocorre:

> [...] seja a partir da **batucada**[253], seja a partir da organização dos próprios grupos, seja na própria incidência nas políticas de governo, então é uma estratégia que vem desde a organização do grupo, a mobilização de rua e a influência nas políticas públicas [...] tem muito forte essa questão da formação também **[...] formação na ação** [...]. Ao mesmo tempo que você trabalha a arte, trabalha a música, mostra para as pessoas qual é a sua luta [...] quais são os nossos problemas.

De acordo com seu site, a MMM utiliza em sua trajetória, como estratégia, o fortalecimento da:

> [...] auto-organização das mulheres, concomitante com a presença nos movimentos sociais, dentro de uma perspectiva de construção de um projeto que incorpore o feminismo e as mulheres como sujeitos políticos. A marca deste movimento que estamos construindo também a partir do Brasil, são ações políticas em espaço público, em que se criaram formas irreverentes e alegres de crítica à sociedade capitalista, machista e patriarcal. Nestes últimos anos as ativistas da Marcha estiveram nas ruas, nos debates, nas mobilizações em diversas situações: contra a pobreza e a violência, pela valorização do salário mínimo, pelo direito à terra, legalização do aborto, contra a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) e Organização Mundial do Comércio (OMC), contra o deserto verde e violência sexista, por mudanças na política econômica e reforma urbana[254].

Como podemos perceber, a Marcha se reivindica como um movimento de luta feminista e anticapitalista ao reivindicar a igualdade e a construção de uma sociedade sem opressão das mulheres, sem exploração de classe, sem racismo, sem homofobia e numa relação não predatória com o meio ambiente. É nesse sentido que proclamam fortemente a

[253] A "batucada feminista" da MMM é utilizada para animar as ações, bem como se configura em uma estratégia de envolvimento das mulheres, por meio de uma atividade artística que articula a musicalidade com a reivindicação feminista. Nas palavras de Nalu Faria (2008, p. 23) "as batucadas fortalecem as mobilizações, incentivam a criatividade e outras linguagens para expressar nossos conteúdos feministas e de crítica à atual sociedade capitalista e patriarcal" é uma forma de ecoar "por todas as partes nosso canto à liberdade, à autonomia e à igualdade".

[254] Disponível em: http://sof.org.br/marcha/?pagina=historico. Acessado em 11 de janeiro de 2013.

palavra de ordem: “Somos mulheres e não mercadoria”, “que expressa a essência de nossa luta contra o patriarcado, o capitalismo, o racismo e a homofobia”[255].

A MMM está organizada em 21 estados, segundo MMM 2, mas, com contatos em todos os estados do Brasil. Destacamos como principais estados de organicidade da MMM: São Paulo, Rio Grande do Norte e Minas Gerais.

4.2.3 Movimento de Mulheres Camponesas (MMC)

> [...] o **Movimento é essa expressão de liberdade**, essa construção que não está pronta, não está acabada, mas, que cada mulher vai se construindo no coletivo, enquanto movimento e também, a partir da sua realidade. [...] Um processo de construção da libertação da mulher e das relação [sic] de transformação da sociedade. Isso é o MMC. A gente aprende, a gente ensina, a gente vai desconstruindo muitas coisas que aprendeu e que tinha como verdades. [...] É um Movimento que tem muito claro a questão do patriarcado e do capitalismo (MMC 2).

Foto disponível em: http://www.mmcbrasil.com.br/site/ Acessado em 15 de fevereiro de 2013.

Embora já tenhamos dito no Capítulo 2 que o MMC surgiu em 2004, na verdade, sua gênese é bem anterior. Em 2004, ele passa a se constituir como um movimento social de caráter nacional, sob a denominação de Movimento de Mulheres Camponesas. Contudo,

[255] Marcha Mundial das Mulheres – Brasil. **Plataforma de Ação.** 3ª Ação Internacional, 2010. Disponível em: http://www.sof.org.br/publica/plataforma_acao.pdf. (p. 3). Acesso em 17 de abril de 2011.

segundo o depoimento de uma de suas fundadoras, nossa entrevistada MMC1, o MMC tem sua gênese nos anos 1980, no contexto de formação da oposição sindical. Foi no caldo político da oposição sindical rural que muitas mulheres camponesas passaram a se engajar na militância, descobrindo-se como sujeitos políticos particulares no seio desse processo,

> [...] como as mulheres participaram da oposição sindical, então.... elas vão percebendo que elas faziam parte da luta da oposição sindical, mas não eram sócias, não podiam fazer parte da chapa [...] então a questão da oposição sindical deu um estalo bastante grande, nós fazemos a luta, nós vamos pra rua, nós somos a maioria que faz o debate, no entanto, a chapa é dos homens, a votação é pros homens. E daí, ao perceber-se tarefeira de novo....[...] em seguida veio o debate meio colado nessa questão do direito previdenciário, porque que as mulheres da cidade tinham carteira assinada e tinham tais direitos e nós não tínhamos, então veio essa questão da previdência muito forte. E junto veio a participação política da mulher na sociedade porque nós acabávamos indo, eram todos os espaços eram masculinos. [...] (MMC 1).

Segundo MMC 2, o Movimento de Mulheres Camponesas nasceu das necessidades primeiras das mulheres. Para MMC 2:

> [...] em torno dessas necessidades há sentidos, há significados de luta. Então as mulheres se reúnem e começam a discutir essa realidade. Daí a importância do **trabalho de base** e também a concepção de trabalho de base para além de apenas reunir um grupo a partir das necessidades, mas, ele está profundamente interligado com o processo da formação da consciência nos seus diferentes níveis [...]. **E essa formação da consciência não está desligada das lutas.** E as lutas de enfrentamento[256] contra o capital, no MMC, no processo ele começou na luta num período bem atrás de enfrentamento às questões mais relacionadas às políticas públicas, como os direitos das mulheres ao estudo, à aposentadoria, ao salário maternidade enfim....toda essa questão previdenciária que mobilizou muito as mulheres [...] a partir dessa realidade, as mulheres nesse caldo formativo, de luta, de trabalho de base, de encontros, de movimento as mulheres começam a entender melhor como se organiza a sociedade, que é um trabalho que nós fizemos no movimento [...] dentro desse como se organiza a sociedade também quais são os papeis que foram colocados para a mulher, para o homem.

O MMC, apesar de recente, como movimento nacional, vem se firmando como um forte exemplo de resistência, autonomia e de enfrentamento à "questão social", com uma nítida perspectiva classista, como podemos perceber em sua missão e princípios, respectivamente:

[256] As militantes do MMC ressalta muito a importância das lutas de enfrentamento. Elas são entendidas como àquelas que vão para além da reivindicação de políticas públicas, mas, estão vinculadas à luta contra o capital mais diretamente.

> Nossa missão é a libertação das mulheres trabalhadoras de qualquer tipo de opressão e discriminação. Isso se concretiza nas lutas, na organização, na formação e na implementação de experiências de resistência popular, onde as mulheres sejam protagonistas de sua historia. Lutamos por uma sociedade baseada em novas relações sociais entre os seres humanos e deles com a natureza. O Movimento de Mulheres Camponesas se caracteriza por ser:
> - **Autônomo**: quem decide os rumos são as próprias mulheres.
> - **Democrático e popular:** as mulheres têm voz e voto e buscam organizar todas as trabalhadoras do campo.
> - **Classista:** pertence às trabalhadoras do campo, que compõem a classe trabalhadora.
> - **Novas relações de igualdade:** entre as pessoas, com a natureza e a vida como um todo.
> - **De luta:** para transformar a sociedade e as relações.
> - **Socialista**: onde todos tenham direito de viver com dignidade e igualdade[257].

Em um dos objetivos de suas lutas[258] o MMC, também explicita sua autonomia e seu compromisso político de enfrentamento ao grande capital:

> O MMC tem como objetivo central lutar pela soberania nacional, proteção, conservação e preservação da biodiversidade (não deixar vender terra e água), recuperando, valorizando a cultura brasileira, fortalecendo as iniciativas de poder popular que reafirmam a busca da dignidade e autonomia da mulher e do povo brasileiro. Por isso lutamos:
> - Contra as políticas impostas pelo FMI - Fundo Monetário Internacional e Organização Mundial do Comércio – OMC;
> - Contra a ALCA - Área de Livre Comércio das Américas;
> - Pelo não pagamento da Dívida Externa;
> - Contra os transgênicos;
> - Contra todo o tipo de discriminação e racismo

Reafirmando a persectiva não apenas anti-capitalista, mas, também, socialista, MMC 1 nos fala sobre os objetivos e a missão do MMC:

> A libertação das mulheres de todo o tipo de opressão e exploração, entendendo opressão patriarcal, machista, e exploração do capital. Pra nós tem essa questão da transformação da sociedade. Enquanto missão nós entendemos que você vai trabalhando pra sair desse sistema capitalista e construir rumo ao socialismo, **o movimento se assume enquanto um movimento socialista.** E, também, o projeto de agricultura camponesa agroecológica. Porque como nós somos camponesas, agricultoras. Então a nossa missão ela se centra nesses três principais eixos: a libertação da mulher, a transformação da sociedade e a construção do projeto de agricultura camponesa. Mais enquanto objetivo é importante destacar uma das questões, dos objetivos centrais, é organizar as

[257] Disponível em: http://www.mmcbrasil.com.br/menu/missao_por.html. Acessado em 23 de novembro de 2008.

[258] Disponível em: http://www.mmcbrasil.com.br. Acessado em 23 de novembro de 2008.

> mulheres. Com a compreensão de que não tem nenhuma iluminada [...] Se nós não tiver as mulheres organizadas [...] nós não vamos a lugar nenhum, então um dos principais objetivos é organizar as mulheres. [...] Nessa organização também tem como objetivo a questão do estudo, da capacitação, tanto política como técnica [...] Faz parte da luta essa questão do enfrentamento [ao capital], organizar a luta de enfrentamento mas também organizar essa questão das necessidades das mulheres e tentar trazer pequenas conquistas (grifo nosso).

Nessa mesma perspectiva teórica-política, complementa MMC 2:

> Pra nós é inconcebível um feminismo que só ajeita a própria vida ou modela um pouco o jeito de ser mulher, atribui alguns direitos... não...Pra nós, a perspectiva ela é uma luta que se dá na perspectiva de gênero, de classe, é algo que está imbricado nas diversas relações e a medida em que a mulher vai se libertando ela também vai construindo outras relações com o meio, seja na família ou onde ela está e também numa perspectiva da luta na sociedade, da luta de classe, porque nós trabalhamos com mulheres trabalhadoras, camponesas. Nós compreendemos o feminismo [...] num sentido em que a mulher está inserida num contexto social. [...] Feminismo pra nós diz luta de gênero e de classe, não da pra separar. A mulher sozinha ela nunca vai se libertar só ajeitando a sua vida. Ela tá inserida nas relações e as relações são sociais. [...] A luta feminista tem que assumir posições concretas contra o capital.

Outra dimensão importante que o MMC revela na sua própria necessidade de existência no seio da Via Campesina é a possibilidade de contestação à lógica patriarcal no seio dessa organização, como ressalta MMC 1:

> Na Via Campesina, se não for o debate feminista levado pra dentro pelo Movimento de Mulheres Camponesas, segue na mesma lógica patriarcal e, portanto, o novo não se constrói, se mantém na mesma lógica. E aquela leitura de que vamos transformar, vamos fazer o enfrentamento, que quando você superar o capitalismo e tal... isso não é verdadeiro.

Em síntese, podemos dizer que o MMC conseguiu construir uma referência nacional em torno da construção de uma luta realizada por mulheres que buscam enfrentar o patriarcado e o capitalismo de forma indissociável. Nas palavras de MMC 2, o MMC "se afirma enquanto Movimento feminista, popular, de classe, de massa e que tem duas questões muito claras, de que a luta é contra o patriarcado e contra o capitalismo. [..] O MMC, ele é isso, aonde ele estiver, ele tem essa unidade".

Atualmente o MMC encontra-se organizado em 23 estados[259] do Brasil, incluindo o Distrito Federal, sendo o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, os que possuem maior organicidade historicamente.

4.3 **A importância do feminismo para a consciência militante e para a luta de classes**

Neste item, procuraremos abordar como o feminismo, na sua dimensão teórica e no seu exercício político, tanto individual como coletivamente, contribui para a formação da consciência militante das mulheres e para a luta de classes na perspectiva da emancipação humana. Para tanto, abordaremos elementos da formação da consciência militante com base nos depoimentos das nossas entrevistadas, destacando a importância do grupo, da militância em um movimento social e do processo da auto-organização das mulheres para a construção da consciência militante feminista.

4.3.1 A formação da consciência militante feminista

> A consciência das mulheres oprimidas muda a definição em si da opressão
> *Delphy*[260]

De uma maneira geral, conseguimos encontrar como elementos comuns destacados ou demonstrados pelos depoimentos das mulheres entrevistadas, alguns pontos indispensáveis para a formação da consciência militante feminista, são eles: (1) a apropriação de si e a ruptura com a naturalização do sexo; (2) o sair de casa; (3) a identificação na outra da sua condição de mulher; (4) a importância do grupo e da militância política em um movimento social; (5) a formação política associada às lutas concretas de reivindicação e de enfrentamento. Antes de mais nada, é preciso deixar claro que subdividimos esses pontos acima, apenas por uma questão didática. De maneira

[259] Os estados que o MMC possui trabalho de base são: Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Maranhão, Bahia, Alagoas, Sergipe, Roraima, Acre, Paraíba, Amazônia, Distrito Federal, Tocantins, Rondônia, Espírito Santo, Minas Gerais, Goias, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Ceará, sendo que neste último, está em estágio inicial.

[260] (2009, Tomo I, p. 269; tradução nossa). Texto original: “La conscience des femmes opprimées change la définition même de l'oppression”.

alguma encontramos uma ordem hierárquica de importância entre eles. Ao contrário, cremos que todos se relacionam dialética e organicamente.

O primeiro passo para a consciência feminista das mulheres começa com a ruptura das mais variadas apropriações que sofrem, conforme vimos no Capítulo 2. Processo esse que estamos denominando de **apropriação de si,** no sentido das mulheres se perceberem como sujeitos e passarem a lutar por sua autonomia e liberdade, o que demanda rupturas estruturais e superações ideológicas, a começar com o modelo hegemônico de família e a ideologia de naturalização dos sexos. As mulheres ao adquirirem uma consciência feminista, passam a perceber que existem de fato como pessoas, que possuem um corpo que as pertence, enfim, que possuem vontades e desejos próprios e que esses têm o direito de serem expressos e vivenciados fora e dentro de suas casas.

A importância da apropriação de si está, portanto, na percepção da mulher como sujeito de sua própria vida, o que necessariamente associa-se à superação da ideologia de naturalização do sexo. Afinal, como pensar em uma consciência coletiva voltada para a transformação social se individualmente uma mulher encontra-se alienada de si, sem autonomia sobre sua vida e restringida a cuidar dos outros em detrimento de si? Esse processo do apropriar-se de si está radicalmente articulado com o descobrir-se feminista. Passemos a entender o que é ser feminista e o significado que isso alcança para as mulheres individualmente e para a consciência militante feminista.

Segundo Waters (1979, p. 52), ser feminista "[...] é qualquer mulher que reconhece que a mulher está oprimida como sexo e deseja levar a cabo uma luta intransigente para por fim a essa opressão" (Tradução nossa[261]). Vejamos, pois, primeiramente, o significado da importância individual do feminismo para as mulheres para entendermos sobre qual base essa luta contra a opressão é construída. Acreditamos que o depoimento da MMM 2 é revelador para esse entendimento:

> Eu sou uma menina do interior, então, eu conheci o feminismo através do partido político, do PT, eu tinha 17 anos [...] e assim, eu era uma pessoa muito retraída, eu acho que a chegada do feminismo na minha vida alterou, não só do ponto de vista das minhas perspectivas de acreditar na transformação, mas, do ponto de vista individual, da minha relação com o corpo. Por exemplo, eu digo muito que **o feminismo me fez bonita**, porque eu me olho nas fotos... eu me achava tão feita, tão sem graça... [...] com o feminismo na minha vida eu me sinto outra pessoa, capaz....mais livre, o meu cabelo...[...] **O feminismo me fez ficar bonita em todos os sentidos, em acreditar na transformação, em acreditar nas**

[261] Texto original: "[...] es cualquier mujer que reconoce que la mujer está oprimida como sexo y desea llevar a cabo una lucha intransigente por poner fin a esa opresión".

> **pessoas, em olhar pras mulheres e ser parceira das mulheres.** Pra mim o feminismo é como se eu tivesse nascido de novo, porque eu nasci com outros valores, eu nasci com outra relação comigo mesmo, com respeito às pessoas. Ele mudou mesmo a minha vida porque ele me transformou nos meus conceitos, me transformou comigo mesma e transformou a minha relação com as outras pessoas (grifo nosso).

Afirmamos que esse depoimento é revelador da importância do feminismo em nível individual para as mulheres toca em um elemento fundamental para a percepção da mulher como sujeito social: a confiança em si que, por sua vez, está relacionada à auto-estima. Ou seja, vai desde a auto-valorização do seu corpo de forma livre e autônoma do padrão de beleza socialemente imposto à auto-confiança. Dimensões que também podemos perceber no depoimento da MMC 6:

> [...] O mais importante é essa valorização como pessoa, de que nós tem valor igual [...] eu não sou menos do que ninguém. [...] Eu me sinto assim, a vontade pra conversar com qualquer pessoas [...] eu na minha formação como agricultora eu posso falar aonde que tenha médico, aonde que tenha advogado, aonde...[...] se fizer uma pergunta daquilo que eu conheço....**O movimento em si, me deu essa capacidade de que eu posso ser alguém e de que eu posso conversar, e ser igual para igual e isso me ajudou muito [...] eu não tenho vergonha de ser o que eu sou (**grifo nosso).

Outra conquista possibilitada pelo feminismo diz respeito à capacidade não apenas da auto-confiança, mas de se expressar, de se impor, de decidir e, inclusive, de dizer não, algo muito difícil para as mulheres que historicamente são ensinadas a sempre dizerem sim, ainda que seja em detrimento dos seus desejos, das suas vontades. MMC 3 ilustra nossa análise:

> [...] o feminismo é você ser dona do seu nariz [...] de você ser livre, respeitar as diferenças dos outros [...] é uma pessoa que tem decisão própria, se eu vou numa reunião eu não posso dizer só amém, eu tenho que dizer não, eu penso assim. O feminismo ensina o valor, a força que você, o direito que você tem [...] ser feminista é ter decisão própria, é ter capacidade pra decidir, pra planejar e pra mostrar o que tá certo, o que tá errado.

Outra dimensão importante em nível pessoal é o cuidado consigo mesma. A mulher que historicamente é educada para cuidar e sempre estar disposta a ajudar o outro, muitas vezes, não consegue fazer esse mesmo movimento para si. O feminismo contribui,

portanto, para que as mulheres olhem para si e se preocupem com o seu auto-cuidado, como demonstra AMB 3:

> Aumentar a minha percepção sobre as mulheres incluía a mim mesma [...] pra mim teve uma força grande [...] teve um impacto grande [...] a relação com o feminismo me ajudou a ver minha vida de uma forma mais completa. Comecei a olhar muito para o meu corpo, comecei todo um movimento [...] de cuidado com a minha saúde [...] ter muitas práticas ligadas a uma concepção de saúde integral, de cuidar da minha vida como um todo e não só da minha vida profissional [...]. [...] do encontro com o feminismo eu me dei conta que a vida não era só política e profissão, tinha uma pessoa inteira ali [...].

Ainda na perspectiva pessoal, o feminismo contribui porque:

> [...] te permite um poder, uma possibilidade de autoconhecimento e de explicação do que é a vida e [...] é uma super ferramenta pra você romper com os estereótipos, com aquilo que a gente introjetou como uma coisa que parecia que era natural [...] uma ferramenta pra poder mudar naquilo que foi introjetado como parte do destino da mulher (MMM 1).

Nessa mesma perspectiva, afirma AMB 5: "O feminismo significa a transformação de mim mesma como mulher, como mulher da forma que fui criada pra ser criada pra ser mulher e como mulher que eu quero ser. Significa uma perspectiva maior, de transformação e de liberdade pra nós mulheres. O feminismo me vem muito ligada à palavra de liberdade [...]". Nesses depoimentos ressaltamos uma dimensão indispensável para a formação da consciência militante feminista: a desnatualização. Ou seja, o rompimento da ideia com uma suposta natureza feminina. Ideologia que Guillaumin nos ajudou, com sua fundamentação teórica, a tecer uma crítica no Capítulo 2 desta tese. Assim,

> [...] quando os velhos modelos são postos de cabeça para baixo, quaisquer que sejam as razões que desencadearam as mudanças e apesar dos efeitos perversos que acompanham muitas "opções", as mulheres já não são mais as mesmas. Se foram trabalhar por necessidade, se viraram chefes de família porque foram abandonadas, se são donas de casa porque não conseguem se profissionalizar, o importante é que muitas também se descobriram como pessoas, como sujeito de suas vidas e, por isso mesmo, estão dispostas a deixar o conforto ambíguo da esfera privada para enfrentar o mundo lá fora e para inventar novos sonhos (SOUZA-LOBO, 2011, p. 251).

Essa dimensão pessoal, portanto, está diretamente vinculada com a dimensão política e coletiva do feminismo, como nos diz MMM 4: "O feminismo pra mim foi o que me deu uma consciência mais geral de como a sociedade capitalista se organiza, se estrutura com base em várias desigualdades [...] O feminismo é uma ação organizada nossa, mas, ao mesmo tempo, tem a ver com a nossa própria vida [...] O feminismo me organiza politicamente e organiza a minha vida".

A militância no feminismo ao desenvolver uma transformação pessoal leva a luta por transformações estruturais, assim como essa luta por transformações estruturais leva as mulheres a buscarem transformações na sua vida pessoal, como nos relata AMB 4:

> Eu mudei também por conta da militância. O desafio de me transformar, de viver com coerência interna foi dada a partir daí. O feminismo transformou minha vida. [...] O feminismo me transformou e me transforma todos os dias. E a militância que da essa força". Nesse processo, no qual o pessoal torna-se político, a consciência militante feminista vai sendo forjada.

O segundo eixo pode parecer simples ou mais fácil de ser alcançado pelas mulheres. Contudo, ele foi apontado como um indispensável passo para a percepção da mulher como sujeito de si e da sua vida, condição primária e ineliminável para pensarmos a construção da consciência militante. Esse ponto foi mais enfatizado pelas mulheres do MMC, talvez pela experiência das mulheres trabalhadoras rurais, na qual é ainda mais difícil romper com o confinamento doméstico, pois, segundo MMC 2, o "modelo de agricultura aprisiona a mulher em casa". Nos explica mais detalhadamente MMC 2:

> [...] O sair de casa é um dos primeiros sinais de ruptura de uma proposta feminista. Por que? Porque a casa ela compreende o espaço do patriarcado. A **casa ela é o aprisionamento das possibilidades da mulher**. Então, tudo gira em torno do aprisionamento da mulher, são os filhos, o trabalho doméstico e no caso do campo, toda a questão da roça, do trabalho na lavora, do plantio, da colheita que normalmente as mulheres fazem tudo, além de ter a casa. [...] **O sair de casa no movimento de mulheres camponesas é um dos primeiros sinais da luta feminista que as mulheres vão dando passos na sua possibilidade de libertação** (grifo nosso).

Nessa mesma direção, afirma MMC 3: **"**Uma das maiores lutas não é o enfrentamento [referindo-se às grandes ações de enfrentamento político direto às empresas do agronegócio ou mesmo ao Estado], é tirar a mulher de casa porque é muito complicado,

ela se sente responsável por todo o trabalho da casa". Há, portanto, na luta das mulheres um enfrentamento particular que nos explica MMC 4:

> Quando a gente fala de ação de enfrentamento [...] em casa [...] tem algumas que conseguem fazer o passo e se libertar e outras desistem do Movimento porque não tem o suporte. Mesmo as nossas jovens, elas debatem, a gente planeja...mas, chegam em casa e esbarram onde, esbarra no pai, na falta de terra, na falta de um mínimo de estrutura, de autonomia. O enfrentamento pra luta das mulheres ele acaba sendo meio que particularizado. Porque é diferente você organizar um grupo e nós vamos fazer uma ocupação. Organizar um grupo e ir na frente do banco, vamos fechar uma BR... a gente vai lá e faz, a gente tá junto. Agora, na família a gente tá sozinha. [...] É um dilema, é um conflito. E pra romper a mulher precisa de um suporte muito grande e de uma disposição muito grande [...] é uma luta permanente.

A experiência de sair de casa, geralmente, encontra-se vinculada à vivência em um grupo de mulheres ou mesmo em um movimento social, para participar de formações políticas ou mesmo ações de militância, como manifestações, marchas e ocupações. Nas primeiras vezes que as mulheres ousam sair de casa para uma dessas atividades, elas têm duas opções: "deixar tudo pronto, deixar o pão feito, a comida organizada, a roupa e ir com o consentimento do marido, o marido deixou... ou ir com o conflito estabelecido. Aí começa o significado de uma luta feminista que é de conquista" (MMC 2).

As mulheres utilizam, muitas vezes, dessa estratégia inicial de deixar o trabalho doméstico já antecipadamente realizado para conseguirem ir para as atividades do Movimento sem provocar tantos conflitos com o marido. Isso demonstra que, de fato, a reprodução social antroponômica é ainda uma responsabilização feminina. Contudo, aos poucos elas vão rompendo com essa responsabilização na medida em que vão estabelecendo questionamentos e percebendo novos horizontes como podemos perceber no depoimento da MMC 3:

> [...] eu fazia umas manobras pra ajeitar em casa. Se eu tivesse uma semana de curso quando eu voltava, a pia tava cheia. Eu limpava, não ficava brava porque era o começo, né? E fazia comida antes de ir. De repente comecei a deixar menos coisas prontas e fui indo [...] Comecei a mudar, comecei a sentir uma força tão grande dentro de mim que ninguém consegue me barrar desse trabalho. Aí comecei a ir mais longe [...] já não enxergava diante do meu umbigo, comecei a perceber as pessoas, comecei a perceber a natureza [...] também comecei a questionar coisas dentro da igreja [...] eu larguei a teologia de leigos e peguei a agroecologia, peguei a libertação naquele momento pq na teologia de leigos eu ia continuar dizendo amém para que os padres queriam e na agroecologia eu sou dona do que eu faço, do que eu cuido.

Assim, o sair de casa envolve processos de ruptura com a alienação e enfrentamento com instituições como a família e a Igreja, bem como com toda a construção ideológica de que a mulher deve estar necessariamente, voltada para servir ao outro, ainda que passe por cima de si. Nas palavras de Beauvoir (1980, v.1), trata-se de desconstruir a concepção da mulher como "O outro" e o feminismo possibilita isso a medida que as mulheres vão ganhando autonomia, o que é iniciado com a saída de casa. Trata-se, da possibilidade de construção de um projeto próprio com autonomia, como destaca AMB 4:

> [...] isso de você ter um projeto para sua vida que é radicalmente autônomo, que não é o outro que determina, que não vem de fora, mas que vem de você. Essa é a primeira conquista de nós mulheres [...] O feminismo me ajuda muito construir isso, a **assumir radicalmente a minha existência como projeto próprio**, construídas com outras, porque no momento que você define que construir um outro mundo é um projeto para a sua vida, isso não pode ser um projeto individual.

O sair de casa associada à busca de autonomia é, pois, um passo para o estabelecimento de novas relações que possibilitam a mulher a questionar, tanto ideológica como estruturalmente, o modelo de sociedade em que vivemos.

O terceiro eixo já anunciado no depoimento acima, o perceber-se na outra, ou seja, a identificação na outra da sua condição de mulher, possui uma função fundamental para a formação da consciência, pois, contribui diretamente para a desnaturalização da opressão feminina, além de fortalecer as mulheres individual e coletivamente. O depoimento a seguir revela melhor o que gostaríamos de dizer:

> [A identificação com] as outras mulheres, os espaços coletivos dentro do feminismo que me possibilitou perceber a minha opressão de mulher porque foi nos momentos de formação, de oficina, quando eu percebi que todas aquelas mulheres que estavam lá tinham vivenciado o mesmo tipo de opressão que eu, tinham muitas marcas e muitas dificuldade, aí a gente percebe que não é uma opressão só e nem é natural. O espaço do feminismo me possibilitou perceber isso e ficar cada vez mais indignada frente a essa situação [...] Individualmente eu acho que não teria chegado a essa consciência [...] (AMB 5).

Radicalmente articulado ao terceiro eixo, econtra-se o quarto: a importância do grupo e da militância política em um movimento social para a formação da consciência.

Lembramos que no Capítulo 1 desta tese, ressaltamos tal importância no processo de formação da consciência e a confirmamos no nosso trabalho de campo por meio de todos os depoimentos das entrevistadas. A importância da vivência coletiva é expressa na análise da MMC 2:

> É como se as mulheres entrassem num laboratório e vão se descobrindo e ao olharem o que a outra tem, o que tem aquela, a outra tem outras formas de opressão, de sofrimento, de amargura, elas também começam a romper com algumas coisas que foram ditas, por exemplo: roupa suja se lava em casa. No Movimento elas começam a aprender que não é verdade, que roupa suja pode ser lavada no rio, coletivamente. [...] as mulheres vão se repensando, se recolocando [...].

Comprovando a perspectiva acima citada sobre a importância da participação em um movimento de mulheres, afirma a MMC 3: "O movimento pra mim significa uma transformação, um jeito novo de vida. [...] ele me ensinou a pular, a superar barreiras. No momento que eu vi que tinha um outro jeito de vida, que ser mulher era importante pro mundo, pra vida [...] a partir disso, eu comecei a participar mais".

A participação em um grupo organizado, no caso, de um movimento social de mulheres, possibilita o avanço da consciência de uma rebeldia ou indignação ainda desordenadas – no sentido de não ter uma direção política para o enfrentamento da condição que provoca tais sentimentos, uma vez que não se crer na perspectiva de transformar sua situação – para o processo de organização política coletiva, quando a perspectiva da possibilidade da transformação é estabelecida. Ou seja, conforme trabalhamos no Capítulo 1, por meio da organização política em um movimento social, há a possibilidade de se superar a "crise ideológica" da primeira forma de consciência e avançar para a segunda forma de consciência, denominada "consciência em si" ou "consciência da reivindicação" ou até mesmo chegar a consciência revolucionária, também denominada de "consciência para si", nos termos de Marx.

Podemos comprovar essa análise da passagem da "crise ideológica" da primeira forma de consciência para a consciência da reivindicação pela participação em um movimento social, com o depoimento da MMC 6: "Eu tive uma formação [no Movimento] pra me defender, de falar. **Antes eu me indignava, mas não conseguia falar, achava que tinha que ficar quieta, o movimento mostrou que a gente podia não só se indignar, mas a gente reclamar e denunciar"** (grifo nosso).

A ação do grupo, portanto, "assume a forma, via de regra, de transgressão, de negação do que está estabelecido, de subversão" (IASI, 2006, p. 521). A construção desse processo grupal, contudo, nunca elimina a dimensão individual do ser social, permeado por subordinações, crises e rupturas, como nos explica Iasi (IASI, 2006, p. 521):

> [...] A práxis livre é sempre a negação de determinado campo prático inerte que formou aqueles que agora o negam. O movimento da consciência encontra suas mediações no corpo deste movimento, ora como indivíduos subordinados e moldados a uma determinada ordem, ora habita indivíduos em crise ou em movimento de fusão grupal, em outro momento encontra sua mediação em um ser social que foi além da cápsula individual, se converteu em classe. O ser humano é, sempre, um ser social mas a forma particular e histórica do ser social sob o capital é de indivíduos.

É no processo de reconhecimento na(s) outra(s) que a experiência individual de cada mulher vai se politizando e ganhando força na dimensão pública que o movimento possibilita para o enfrentamento às opressões. Ao "viver em comum uma impossibilidade, uma injustiça, uma agressão, uma dor, pode produzir as condições de uma ação conjunta quando se torna impossível manter a impossibilidade, quando se torna impossível encontrar um ponto de acomodação" (IASI, 2006, p. 367). Em outras palavras, há um processo de fortalecimento coletivo na medida em que as mulheres se percebem como tais, desnatualizando as opressões e subordinações vividas, o que desloca, portanto, a acomodação para a ação coletiva e a descrença de que é impossível mudar para força de luta pela transformação do que incomoda. Nas palavras de AMB 4:

> As pessoas juntas, as mulheres juntas são mais fortes. Isso é real, não é uma abstração, uma frase de efeito. Quando você está num grupo, quando você tá discutindo com outras mulheres, você se fortalece pessoalmente, você vê na força que outra mulher tem pra enfrentar determinadas situações, você vê naquilo que ela também vive. A grande força do feminismo e de mobilização está nisso, de compartilhar experiências.

É por isso que a metodologia do feminismo prima pela valorização da experiência individual e coletiva das mulheres. A experiência é entendida aqui, como uma "resposta mental e emocional seja de um indivíduo ou de grupo social a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento" (THOMPSON, 1981, p. 15). É por meio do conhecimento, socialização e politização dessas experiências,

individuais e coletivas, que o movimento vai ganhando forma e as mulheres se identificando como os seus sujeitos. Por isso:

> Num grupo pequeno é importante que cada mulher disponha de ar e de espaço para que cresçam suas idéias e sentimentos. A idéia é que não há uma disciplina única que possa ser apreendida de cor e passada adiante injetando-a nas pessoas. Pelo contrário, sabemos que **nossos sentimentos e idéias movem-se e se transformam na relação com outras mulheres. Todas nós precisamos nos expressar e contribuir** (ROWBOTHAM, 1981, p. 48).

Na medida em que as mulheres socializam suas experiências e as politizam percebem que a sua experiência individual é, também, coletiva. AMB 2 relata a importância dessa metodologia feminista:

> [...] eu vivenciei os **grupos de reflexão feministas**, que foram espaços maravilhosos. Porque eram espaço de construção de vínculos coletivos, espaços de grande aprendizagem teórica-política e espaços que tinham alguma coisa ali do eu muito profunda. [...] Primeiro você ia pensar sua experiência pessoal e ali você ia socializar, mas, sociologizá-la também, politizá-la também. Essa coisa do vivido como metodologia educativa e de pesquisa [...] a própria experiência feminista, da importância que deu ao vivido [...].

Considerar, portanto, as experiências das mulheres na dinâmica histórica concreta é fundamental para a metodologia de um feminismo comprometido com a transformação da vida das mulheres. Por isso, como nos aponta Telma Gurgel (2011, p. 42):

> Reafirmamos a ideia do feminismo simultaneamente como uma escolha política e como uma proposta metodológica que se desafia, de modo permanente, a buscar os pontos de intersecção entre as clivagens da condição das mulheres, entre suas experiências vividas que se reproduzem e se retroalimentam das novas concreticidades construídas na história social.

O salto para a consciência militante, ou seja, para a percepção da necessidade da ação política coletiva para o enfrentamento das opressões e desigualdades é possibilitado com o engajamento da mulher nos processos de formação e nas ações e tarefas do movimento, que vão imprimindo a perspectiva do tornar-se feminista, como ressalta MMC 2:

> [...] no momento em que ela [a mulher] começa a estabelecer maiores relações, conhecer o movimento, a conversar com outras companheiras, começa o trabalho de base, da formação, então ela vai adquirindo uma perspectiva de que a mulher tem poder [...] E que esse direito vai passar normalmente por conflitos, por disputas, são as relações de poder que estão colocadas... E a medida em que ela vai se envolvendo, assumindo tarefas, organizando o seu grupo, ela começa a trabalhar-se e a se encontrar mais enquanto ser constituído de dignidade. Pra mim começa aí a perspectiva feminista.

Em outras palavras, o que outrora chamávamos de submissão torna-se, no mínimo, revolta e que poderá avançar aos estágios mais avançados da consciência como veremos adiante. Segundo Souza-Lobo (2011, p. 106):

> a ação coletiva integra as humilhações e divisões privadas, um novo sentido é construído através da noção de **direitos**. O movimento que faz emergir a ação coletiva é tecido pelas demandas "defensivas" ligadas pelo fio condutor da dignidade. Através delas as trabalhadoras e trabalhadores afirmam (ou sonham) um outro mundo possível.

O quinto e último eixo diz respeito à formação política associada às lutas concretas de reivindicação e de enfrentamento. Esse ponto diz respeito ao entendimento que a consciência militante feminista não se processa apenas com formação política. Tampouco, a formação dessa consciência pode se desenvolver apenas com ações políticas, o que levaria ao espontaneísmo. A consciência militante feminista, portanto, desenvolve-se na relação entre ambas, por meio da participação política diretamente realizada pelas mulheres. Nas palavras de Waters (1979, p. 158-159):

> As massas não aprendem simplesmente mediante a exposição de ideias ou ação exemplar de outros. Somente através de sua própria participação direta, se desenvolverá, crescerá e se transformará a consciência política das massas. Somente através de sua própria experiência, milhões de mulheres serão conquistadas como aliadas na luta revolucionária e entenderão a necessidade de safar-se de um sistema econômico baseado na exploração (tradução nossa[262]).

Dos três movimentos, a MMM e o MMC apontaram mais diretamente nos depoimentos a necessidade e a importância da indissociabilidade entre a formação política

[262] Texto original: "Las masas no aprenden simplesmente mediante la exposición de ideas o la acción ejemplar de otros. Sólo a través de su propia participación directa, se desarrollará, crecerá y se transformará la conciencia política de las masas. Sólo a través de su propia experiencia, millones de mujeres serán conquistadas como aliadas en la lucha revolucionaria y entenderán la necessidad de zafarse de un sistema económico basado en la explotación."

e as lutas concretas como a melhor metodologia para a formação da consciência militante. Destaca MMM 3:

> Claro que a formação ela se dá num processo muito mais amplo [...] o fato de nós mulheres irmos para uma reunião, irmos para uma batocada, irmos para uma manifestação, isso faz parte do processo de formação. Isso pra dizer que a **formação da consciência ela se da exatamente nesses diversos espaços**, não é só no curso, é quando eu fui fazer uma batocada, é quando eu fui pra a ação [...] isso faz parte da formação da consciência. [...] o fato das mulheres estarem numa ação de enfrentamento, então, essa consciência parece chegar de forma mais rápida. A consciência da realidade ela parece que vem mais rápida, do que você vai ler um texto, você vai discutir [...] o fato de você tá numa ação de enfrentamento, numa ação direta, isso faz com que você perceba essa realidade sem ninguém lhe dizer [...] na ação você está pensando sobre aquilo, você está vendo, você está vivenciando, você está atuando sobre aquilo, então, talvez aí, a consciência venha mais rápido. Mas, eu acho que tá misturado, não tem como você está só no curso, assim como também só na ação de enfrentamento, na ação direta, tem que ter a ligação entre os dois, até pra você ir compreendendo cada coisa (Destaque nosso).

A Marcha Mundial de Mulheres relata, na voz de MMM 1, a preocupação metodológica com a formação relacionada ao envolvimento e ao protagonismo das mulheres nas lutas:

> Na Marcha a gente tem duas coisas. A formação feminista, se é formação feminista, ela tem que incorporar essa dimensão do privado, essa dimensão da ruptura das dicotomias, razão e emoção e tal... pra pessoa poder se pensar. A outra coisa que nós fomos descobrindo ao longo da Marcha é como que **a ação politiza e forma**. Isso significa também que a gente construiu e teve preocupação, como Movimento, de traduzir em todas as suas ações a sua visão de mundo, a suas questões política. Então, por exemplo, quando você começa a procurar palavras de ordem que expresse tudo que você pense, então é uma forma....você junta isso com a preocupação com o material que você faz, você não vai usar qualquer papel, você não vai usar qualquer foto [...] A gente acha que **as ações, que a mobilização pode ter um papel de formação muito grande**. [...] Por isso que a agitação na manifestação é boa porque a**s pessoas viram protagonistas, elas não tão só seguindo a marcha, elas se envolvem, elas vão também superando seus limites**, então...é essa coisa do coletivo, **você não vai gritar sozinha, você grita em grupo** [...].

Nessa mesma direção de percepção da importância pedagógica das lutas para formação das militantes, mas, também, do seu papel de denúncia e visibilidade do Movimento, acrescenta MMC 5:

> A luta é um processo de formação, quando você tira uma mulher de casa pra ir pra rua, às vezes, surte mais efeito do que dez seminários. Então é formação,

> numa pedagogia diferente. Isso mexe desde de você tirar a mulher de casa, isso tem uma importância muito grande. A luta não só processo pedagógico de formação, mas, também, de intervenção. A luta em si ela é um princípio muito importante, é onde a gente coloca pra sociedade pra que que o movimento veio, o que que a gente quer, o que que a gente protesta, o que que a gente reivindica, o que que a gente bate contra. A luta tem isso, processo de formação, mas também de recado pra sociedade, pras autoridades.

Uma dimensão que apareceu muito fortemente nos depoimentos das entrevistadas do MMC, foi a relação entre as lutas de enfrentamento com o despertar da consciência de classe, proporcionada mais facilmente nos conflitos com os "aparelhos coercitivos" do Estado, nos quais as mulheres percebem mais diretamente quem são os inimigos de classe e que o Estado não é neutro, ao contrário, ele oprime e violenta quem reivindica:

> [...] você pode fazer dez cursos e tudo mais, mas se não tiverem ações concretas, práticas, a compreensão, por exemplo, da opressão patriarcal e da exploração do capital, não cai a ficha. Então se o movimento não conseguir proporcionar um movimento ou de forma articulada com outros Movimentos, movimentos de luta e enfrentamento isso vai diminuir a capacidade de compreensão, de consciência, e também não consegue provocar a indignação de jeito nenhum. Porque a indignação ela aparece nos momentos de luta, onde na luta se percebe que o opressor bate.... [...] e que é um desafio hoje (MMC 1).

> Nós acreditamos que a formação da consciência ela tá ligada a mobilização externa, seja do direito, seja do enfrentamento direto. Porque é diferente tu ir discutir a sociedade e tu ir fazer uma organização, tu ver quem é o Estado, a polícia, a repressão, quem que é [sic] os inimigo. Na nossa avaliação tem que andar as lutas pelos direitos e do enfrentamento colado [sic] (MMC 7).

Nesse último depoimento, em especial, gostaríamos de destacar a diferença entre a "luta pelos direitos" e as de "enfrentamento" que MMC 7 ressalta. Para ela, são nas lutas de enfrentamento ao capital que os "inimigos" de classe se revelam mais diretamente por meio da repressão e da criminalização. Percebemos isso como uma preocupação central no MMC, não apenas pela necessidade de formação de consciência, mas, pela compreensão que o Movimento possui de que as lutas por políticas públicas, embora necessárias, são insuficientes. Daí o Movimento assumir o socialismo como projeto político que orienta o movimento. Para tanto, buscam ir além das demandas imediatas, imprimindo a perspectiva de classe em suas ações e formações, como relata MMC 2:

> A gente sempre trabalha com as demandas imediatas das mulheres [...] só que a gente sempre trabalha com a ideia de que isso não resolve, tem que ter um degrau a mais pra lutar pela igualdade e esse degrau a mais a gente começa a discutir o sistema. Esse sistema é ele que divide o trabalho produtivo do trabalho reprodutivo. [...] O sistema capitalista não sobrevive sem o trabalho reprodutivo das mulheres [...] sem o trabalho não mercantil [...] dar visibilidade a isso no nosso trabalho de base, é o que faz a gente introduzir a discussão de classe.

Com base na sua experiência de 20 anos de militância, MMC 2 ainda relata um pouco de como o MMC desenvolve sua metodologia para articular as lutas à formação da consciência e de crítica e enfrentamento ao modelo de sociedade em que vivemos:

> Quando há um movimento de luta, **as mulheres vão aprendendo a lutar lutando e no decorrer do processo vai se estudando a sociedade capitalista**, vai se estudando como é que essa sociedade tá se colocando. **O movimento faz em todas as atividades análise de conjuntura [...] de como nós estamos vivendo hoje, mas, de como olhar na estrutura, que estrutura, qual a sociedade que nós temos**, por que que isso tá acontecendo aqui. A partir daí, as ações que são as mais diversas, muitas vezes, o trancamento de rua, o trancamento de BR, as ocupações, as paralisações, ocupar o Banco do Brasil pra fazer algumas denúncias, as mulheres fizeram muito isso. Isso são ações que coloca a mulher numa perspectiva feminista de enfrentamento a um modelo que as quer submissa, dominadas, quietas no seu canto. [...] No Movimento, uma coisa que nós fizemos um bom tempo, teve várias **caravanas** à Brasília pra questão da defesa dos direitos da previdência, salário maternidade, documentação, aposentadoria e as mulheres que iam pra lá, muitas vezes tinha enfrentamento, com a polícia, com os ministros. Foram barradas, foram chamadas de..., pelas autoridades lá, de que não queriam sentir cheiro de vaca [....] que as mulheres da roça não trabalham, por isso, não tem direito [...] Isso tudo vai criando uma perspectiva de que as mulheres têm direitos e elas vão descobrindo quando vão pra esse tipo de luta. Então elas voltavam [...] nós retomava [sic] o que foi lá: o que vocês fizeram? E aí estudava. Então, **o estudo, a luta, a preparação** (Destaques nossos).

Na condição de participante de uma das atividades do MMC de preparação para o 8 de março de 2011, em Santa Catarina, pudemos comprovar essa metodologia. Antes da ação nas ruas, que se deu com uma passeata e falas de denúncia pública em frente a uma empresa de agrotóxico, o Movimento fez um seminário de formação com as mulheres participantes. Em síntese, em todas as mesas e místicas realizadas, buscaram demonstrar a relação entre os agrotóxicos, o capitalismo e a destruição da vida humana e da natureza. Além disso, abordaram temas específicos sobre a história do 8 de março e da luta das mulheres contra esse sistema em foco. Na ação de rua, as falas realizadas na formação voltavam. Elas não gritavam apenas por um direito social, elas gritavam e protestavam

pelo direito à vida com a consciência de que o sistema que produz agrotóxico é imcompatível com esse direito.

Acreditamos, portanto, que a formação da consciência é articulada por um tripé indissociável: formação-organização-lutas. Nas palavras de MMC 4: "ela não se da só você estudando, ela se dá na prática [...] a medida que a mulher consegue por na prática aquilo que ela estuda. É o pensar e o fazer. [...] Precisa a gente articular [...] as três dimensões: a gente se manter organizada, estudar e lutar [...] As ações, elas são importantes, mas, elas precisam ser refletidas, pensadas, avaliadas".

Assim, com base na nossa pesquisa bibliográfica e de campo, concordamos com a conclusão de Delphy (2009, Tomo I, p. 269; tradução nossa[263]): "A consciência da opressão "não é nem anterior nem posterior à luta, ao agir, ela é simultânea porque é o aspecto consciente da luta; em outros termos, existe dois aspectos do mesmo fenômeno, não dois fenômenos diferentes".

A consciência militante feminista, portanto, não resulta apenas de uma simples reação às opressões. Ainda que essa reação seja fundamental para a formação da consciência. Ela é um *continuum* que envolve um movimento dialético entre formação política, organização e lutas, que vão da dimensão individual, da ruptura com o "privado", à dimensão coletiva, de organização em um movimento social, partido político ou outro tipo de sujeito coletivo.

Para finalizar este item, gostaríamos, ainda, de destacar alguns depoimentos que evidenciam como mulheres dos movimentos feministas em questão, têm conseguido alcançar uma consciência de classe para além da reivindicativa, ou seja, têm ido para além da reivindicação de direitos e até mesmo da igualdade entre homens e mulheres:

> Eu penso que antes de ter vindo a aposentadoria tinha que ter vindo o conhecimento, a consciência. Então a maior, a melhor conquista do movimento de todos os tempos é a formação da consciência, porque a pessoa que ficou consciente do que é, aí pode vim a aposentadoria depois, não se contenta só com o direito [...] ele é necessário, mas, ele não é uma prioridade porque se eu sei, se eu tenho autonomia, se eu tenho consciência do que tá certo e do que tá errado, se eu sou feminista, eu já sei os meus direitos, então, eu vou mais firme (MMC 3).
>
> Eu fui formada num feminismo, do chamado feminista classista, um feminismo da classe trabalhadora, um feminismo popular, militante, então isso permite olhar a realidade a partir da luta de classe, a partir do olhar das mulheres, mas,

[263] Texto original: "n'est ni antérieure ni postérieure à la lutte, à l' « agir », elle en est simultanée parce qu'elle est l'aspect conscience de la lutte ; en d'autres termes il s'agit de deux aspects d'un même phénomène, non de deux phénomènes différents".

> também, da luta de classe [...] é importante lutar não só pela igualdade entre homens e mulheres, mas, igualdade entre as pessoas e os povos [...] há que ter igualdade entre homens e mulheres, mas, há também que acabar com a pobreza, com a miséria e ter uma...é muito imbricado essa coisa da luta de classe com o feminismo [...] tem que ser muito colada, muito junta (MMM 3).

A AMB 5 e MMC 5 também apontam para essa direção da luta de classes para a transformação da sociedade e ainda ressaltam a importância do feminismo nesse processo. Nas suas palavras:

> Não da pra pensar a luta de classe desarticulada da luta de nós mulheres. O feminismo é uma forma de pensar sobre essa luta de classe. [...] A gente quer transformar essa sociedade de classe. Mas, a gente quer que essa transformação também transforme a vida de nós mulheres no nosso cotidiano e na vida política [...] A nossa igualdade, a nossa liberdade de nós mulheres, do nosso corpo, da nossa vida, da nossa sexualidade, devem estar em pauta nessa luta de classe. [...] (AMB 5).

> Não da pra descasar as coisas de jeito nenhum. Eu penso que é um erro a gente discutir só feminismo e é um erro a gente discutir só luta de classe. A gente tá permanentemente lutando por uma sociedade diferente, pelo socialismo, mas, se a gente não construir também um socialismo que leve em consideração a questão das mulheres, a gente não vai conseguir chegar, de fato, a uma justiça plena, de igualdade (MMC 5).

Como tentamos abordar ao longo dessa tese, cremos que a relação entre feminismo e a luta de classes é de fato, fundamental para pensarmos na construção de uma sociedade libertária, socialista. Para tanto, do ponto de vista do feminismo, esse processo se inicia com a auto-organização das mulheres, nosso próximo ponto de discussão.

4.3.2 A auto-organização das mulheres e a contribuição do feminismo para a luta de classes

> Quem mais sofre pelo velho, lutará mais energicamente pelo novo
> *Water* (1979)

O debate da auto-organização das mulheres envolve uma questão polêmica, inclusive, no campo de esquerda. Referimo-nos a suposta divisão da luta de classes que alguns setores creem que o feminismo provoca com a auto-organização das mulheres.

Pensamentos como: “o feminismo põe as mulheres contra os homens”; “não se pode dividir as mulheres dos homens de uma mesma classe, é uma só luta”; “todos devem incorporar o feminismo, então, não precisa ter setor específico de mulheres dentro dos partidos”. Tais pensamentos apresentam, portanto, a noção de que o feminismo divide a classe trabalhadora.

Não é nosso objetivo aqui, fazer um debate profundo sobre essa questão, mas, levantaremos algumas reflexões com intuito de demonstrar a nossa opinião sobre essa polêmica e ressaltar a importância da auto-organização das mulheres para o feminismo e para a luta de classes, ou seja, tentar demonstrar que o feminismo não divide a luta da classe trabalhadora. Ao contrário, pode contribuir fortemente para potencilizá-la na perspectiva da emancipação humana.

Antes de opinarmos sobre as contribuições do feminismo para a potencialização da luta da classe trabalhadora, demonstraremos que o feminismo não divide essa classe, afinal, “[...] não são os que lutam contra sua opressão os responsáveis de criar a divisão. O capitalismo divide a classe trabalhadora – por raças, sexos, idades, nacionalidades, níveis de qualificação, e de todas as formas possíveis –” (WATER, 1979, p. 161; tradução nossa[264]).

Para nós, a unidade da classe não é dada com a sua homogeneidade, ou seja, com a não percepção das suas dimensões estruturantes, dentre elas, “raça” e sexo, como vimos no Capítulo 1 e 2. A unidade e fortalecimento da classe pode ser alcançada por meio de um projeto político que a direcione para uma estratégia societária, para nós, o socialismo. Para tanto, esse projeto demanda uma análise apronfundada de quem é essa classe, de quem a compõe e de como os sujeitos que a compõem são explorados e apropriados de forma diferenciada, inclusive, entre si. Ou seja, pensar um projeto societário que liberte a classe trabalhadora da exploração, das opressões e das dominações demanda também, a coerência de buscar a eliminação desse tipo de relações dentro da própria classe, não apenas externa a ela.

A contribuição do feminismo reside aí, ou seja, para a percepção de quem é afinal, a classe trabalhadora, não deixando a dimensão da “raça” e do sexo serem desconsideradas como determinantes da constituição da classe sexualmente ou “racialmente” cega. Nas palavras da AMB 3, o feminismo contribui para:

[264] Texto original: “[...] no son quienes luchan contra su opresión los responsables de crear la división. El capitalismo divide a clase obrera – por razas, sexos, edades, nacionalidades, niveles de cualificación, y de todas las formas posibles –.”

> [...] ampliar a concepção de luta da classe trabalhadora e ampliar a ideia do que é a classe trabalhadora. Ao fazer isso, o feminismo contribui para ampliar o projeto político [...] quando você amplia a concepção de classe, amplia a concepção de classe no sentido de dizer o que Elizabeth Lobo, que a classe operária tem dois sexos. Mas, não só isso. Ele contribui para ampliar a concepção de projeto contribuindo para que a classe entenda que [...] ela precisa enquanto organização política, seja movimento ou partido, se aliançar com outros movimentos que também representam a classe e muitas vezes fazer aliança para além da classe pra poder fazer transformações.

Em sua última frase do depoimento acima, AMB 3 traz uma questão polêmica sobre a qual não podemos deixar de refletir. Trata-se de possíveis alienças táticas para além da classe trabalhadora em torno de questões democráticas no seio de uma sociedade que sequer chega ao patamar civilizatório da democracia burguesa dos países centrais, como no caso, a brasileira. A contra-revolução burguesa, que trabalhamos no Capítulo 3, ainda persiste na atualidade. A ausência de reformas estruturantes agudizam as desigualdades e nos distancia ainda mais da democracia do que outras sociedades, também capitalistas. Nesse contexto, há também questões que envolvem as relações sociais de sexo e de "raça", como a questão do aborto. Além disso, há a percepção de que as relações sociais de sexo e de "raça" atingem todas as classes, embora, de forma diferenciada, não temos dúvida disso. Entretanto, não podemos negar, por exemplo, que mulheres burguesas também são violentadas pela sua condição de sexo, de que negros ricos podem sofrer discriminação pela sua cor. É nesse sentido que AMB 3 defende que o feminismo aporta:

> [...] uma questão para a democracia. Embora a gente priorize, atue organizando as mulheres cuja a situação de dominação e exploração está vinculada a intercepção gênero, raça e classe, apesar disso, **a gente reconhece que questão racial transcende a classe, e a questão de gênero transcende a classe**. [...] A mulheres burguesas não são exploradas, mas, são dominadas [...]. **O feminismo, ele em si, aporta questões de natureza civilizatória, de como é que a humanidade se constitui como humanidade** [...] (grifo nosso).

Trata-se, ainda, nas palavras de Silva (2010, p. 23), de perceber que "a dialética de ser sujeito implica em compreender as mulheres como pessoas na singularidade de suas experiências e compreender o grupo social mulheres como tendo algo em comum, apesar de suas diferenças e desigualdades internas".

A consciência e identidade de classe que o feminismo materialista, ao ter a clareza de que as mulheres são divididas pelas classes antagônicas fundamentais do capitalismo,

não elimina a possibilidade de percebermos que, embora de classes diferentes, as mulheres em geral possuem pontos em comum no que diz respeito a sua opressão de sexo. Por isso, Watersn (1979) defende que ainda que "marchem separadamente", as mulheres podem "golpear juntas" o patriarcado. Isso nos leva a reflexão da necessidade de explorar as contradições ou mesmo conflitos que o movimento de mulheres da burguesia pode provocar no interior da sua própria classe. Ou seja, a consciência feminista dessas mulheres, ainda que distantes da perspectiva socialista, pode provocar tensões no interior da burguesia. Para demonstrar essa possibilidade com maior rigor, recorramos a um fato concreto da história do movimento feminista socialista, por meio de uma proposta da Clara Zetkin.

Clara Zetkin, em sua luta contra o imperialismo e a sua expressão na I Guerra Mundial, a qual foi radicalmente contra [contrariando o Partido Social-Democrata Alemão (SPD), ao qual era filiada], propôs um congresso internacional de mulheres (não apenas trabalhadoras) para ajudar a fomentar a resistência e a radicalização das mulheres de todas as classes contra essa Guerra. Em diálogo com Lênin sobre tal proposta, ele a indaga se havia risco da fração de mulheres comunistas perderem a direção para as reformistas e burguesas. Ela responde que "[...] as comunistas tinham o melhor programa e as melhores propostas para ação" (tradução nossa[265]). E complementa dizendo que mesmo que fossem derrotadas, "[...] não seria um desastre" (tradução nossa[266]). Lenin, que já havia aceito a proposta, entende a importância tática desse congresso não apenas para as mulheres, mas, para a luta de classe e diz: "Até uma derrota, após uma tenaz batalha, seria uma vitória" (tradução nossa[267]). Posteriarmente, Lenin ainda afirma que o congresso: "fomentaria e acrescentaria a inquietude, a insegurança e as contradições e conflitos no campo da burguesia e de seus amigos reformistas....O congresso aumentaria a divisão e portanto debilitaria as forças da contrarrevolução. **Todo debilitamento do inimigo é um fortalecimento da nossa forças"** (WATERS, 1979, p. 41; tradução[268] e grifo nosso).

[265] Texto original: "[...] las comunistas tenían el mejor programa y las mejores propuestas para la acción".

[266] Texto original: "[...] no sería un desastre".

[267] Texto original: "Hasta uma derrota, tras uma tenaz batalha, sería una victoria".

[268] Texto original: "fomentaria y acrecentaría la inquietude, la inseguridad y las contradicciones y conflitos reformistas....El congresso aumentaria la división y por tanto debilitaría las fuerzas de la contrarrevolución. Todo debilitamiento del enemigo es un fortalecimento de nuestras fuerzas".

Nessa perspectiva, concordamos com Waters (1979, p. 74) quando afirma que a importância da luta das mulheres privilegiadas não pode ser absolutamente subestimada, afinal, segundo a autora, foi:

> [...] absolutamente progressista que as mulheres da classe dominante começassem a questionar alguns dos pilares sociais e ideológicos mais importantes da sociedade classista. Procediam atacando as normas sociais predominantes, muitas das quais eram uma simples sobrevivência de uma época anterior e já não estavam em harmonia com as novas relações sociais e econômicas. Os direitos que ganhavam – com a abertura de escolas e universidades para a mulher, o direito das mulheres disporem de seu próprio salário ou propriedade, e o direito ao voto – afloraram as correntes de todas as mulheres e as inspiraram a lutar (tradução nossa[269]).

Assim, acreditamos que a consciência feminista, mesmo por parte daquelas que não tenham a consciência revolucionária, pode contribuir com a luta de classes por possibilitar, utilizando as palavras de Lênin, o "debilitamento" do inimigo, aos provocar contradições e conflitos no interior da classe burguesa. Por outro lado, é bom deixarmos claro os limites dessa relação para não cair em falsas ilusões. As burguesas, ainda que feministas, aspiram outro sistema de relações humanas, mas, dentro dos limites da sociedade vigente. Em outras palavras, essas feministas não aspiram uma revolução, como as socialistas. Aí encontra-se o abismo entre feminista burguesas e socialistas. Nesse sentido, é importante pensar o que deve nos unificar centralmente, ainda que não exclusivamente, em torno do projeto societário socialista. Acreditamos que seja a classe, sem, contudo, subalternizar tampouco, excluir as dimensões de "raça" e sexo. Trata-se, em outras palavras, de não esquecer que se "o gênero nos une", em última instância, "a classe nos divide" (TOLEDO, 2000). Na compreensão de Saffioti (1979, p. 85):

> [...] a consciência de classe suplanta a consciência que eventualmente uma categoria de sexo possa alcançar de sua situação. Se as mulheres da classe dominante nunca puderam dominar os homens de sua classe, puderam por outro lado, dispor concreta e livremente da força de trabalho de homens e mulheres da classe dominada. A solidariedade entre os elementos de uma categoria de sexo subordina-se, pois, à condição de classe de cada um.

[269] Texto original: "[...] absolutamente progresivo que las mujeres de la clase dominante emperzaran a cuestionar algunos de los pilares sociales e ideológicos más importantes de la sociedade classista. Procedían a atacar las normas sociales predominantes, muchas de las cuales eran uma simple supervivenci de uma época anterior y ya no estaban em armonía con las nuevas relaciones sociales y económicas. Los derechos que se ganaban – como la apertura de escuelas y universidades a la mujer, el derecho de las mujeres a disponer de su propio salario o propiedad, y el derecho al voto – aflojaran las cadenas de todas las mujeres y las inspiraron a luchar".

No interior da classe trabalhadora, o feminismo também provoca conflitos. Isso não significa dividir a classe, como muitos acreditam. Significa, acima de tudo, colocar em marcha a construção da necessidade de valores condizentes com a luta socialista, indo além do economiscismo ou mesmo do evolucionismo em que tantos recaíram, ao acreditar que somente com a transformação do modo de produção a libertação da mulher seria alcançada. Não que isso não contenha uma verdade, na medida em que, como já demonstramos, no interior do capitalismo, a liberdade não apenas das mulheres, mas, também, dos homens é inalcançável. Por outro lado, não basta alterar o modo de produção, é necessário um outro sistema de cultura e valores, pautados na radicalidade da democracia, da liberdade e da igualdade substantivas. Mais que isso, é necessário por em marcha a construção concreta de novas relações sociais, o que envolve o enfrentamento de conflitos. Dimensões e lutas que não podem esperar uma revolução, mas, ao contrário, devem estar em marcha hoje. Essse entendimento é também apontado por AMB 4:

> Eu acho que a emancipação da sociedade deve ser uma emancipação plena. [...] O feminismo radicaliza a luta da classe trabalhadora. Radicaliza porque amplia seus horizontes. A nossa revolução é a mais longa porque é mais profunda. O sujeito feminista, o movimento de mulheres comprometido com a transformação, o fim do patriarcado e o fim do capitalismo, ele tá tomando parte da luta da classe trabalhadora [...] **No nosso processo de organização a gente tem que já ser hoje o que queremos que o mundo seja.**

Ao contribuir para o desvelar das apropriações sofridas pelas mulheres, o feminismo potencializa a análise crítica e as lutas em sua totalidade, não apenas pelo parâmetro da apropriação direta da mais-valia, mas, pelo movimento dialético entre a reprodução social antroponômica e a produção social. Percepção sinalizada por MMM 5:

> Ao discutir divisão sexual do trabalho, a gente coloca e invoca algumas coisas que estão na base do capitalismo. Quando você recebe um salário mínimo, ele é o mínimo para sobrevivência. Que sobrevivência? O que tá calculado ali? Aonde tá o cálculo das horas do trabalho invisível? Da roupa lavada, da comida feita, da cama posta, da mesa posta? O capitalismo invisibiliza esse cálculo pra não precisar pagar por ele. Ao botar esse debate no centro da discussão, a gente tá dizendo: tem mais essa opressão, tem mais essa exploração do nosso trabalho, não é só a que a gente consegue enxergar imediatamente. E aí como é que a gente resolve? Só resolve resolvendo todas.

Com base nos depoimentos da nossa pesquisa de campo, podemos perceber que muitas das mulheres entrevistadas, dos três movimentos investigados, compreendem a importância do feminismo para o fortalecimento da luta de classes por ressaltarem que essa

luta deve se encontrar direcionada para uma emancipação plena, livre de qualquer tipo de opressão e exploração. Nessa direção, ressalta AMB 2:

> **Eu acho que o feminismo é uma perspectiva absolutamente central para um projeto de esquerda revolucionária**. Revolucionária aí, no sentido de algo que venha transformar o mundo. [...] o feminismo tem mostrado o quanto era necessário reestruturar pensamento [...] do ponto de vista político [...], da construção de movimentos, de sujeitos políticos, de organizações política, poderia ter sido e pode ser uma grande renovação, do ponto de vista do enfrentamento do conflito nessa sociedade.

Para tanto, AMB 2 ressalta a importância de uma maior politização e compreensão teórica do mundo, que considera frágil nas organizações de esquerda, bem como a necessidade do combate ao machismo no interior da mesma, para que o feminismo possa contribuir com toda a sua potencialidade com a renovação desse campo.

Todas as entrevistadas demonstraram uma afinidade com a perspectiva de relacionar o feminismo com a luta de classe, como podemos demonstrar também, com MMM 2: "Uma revolução sem as mulheres não é revolução, tampouco uma revolução sem luta de classe também não é revolução, então [...] na minha visão de transformação de mundo [...] você não pode discutir uma coisa sem discutir outra".

É nessa perspectiva que queremos discutir a importância da auto-organização de mulheres. A epígrafe de Water (1979, p. 162) utilizada na abertura deste item, oferece-nos uma pista reflexiva do por que da importância da auto-organização das mulheres: "Quem mais sofre pelo velho, lutará mais energicamente pelo novo". Nesse mesmo sentido, ressalta AMB 4:

> Sem a organização das mulheres de maneira autônoma ou dentro dos espaços de organização, ou dos Movimentos, a transformação não vai acontecer. O sujeito que vive a opressão precisa se organizar para lutar por ela, de maneira autônoma ou dentro de outros espaços junto com outros companheiros, porque **não dá pra gente achar que quem não vive a opressão, vai lutar da mesma forma de quem vive a opressão** [...] Sem a auto-organização das mulheres a gente não constrói o movimento feminista, não radicaliza o nosso projeto societário.

Para nós, há uma questão indispensável para a auto-organização das mulheres: a formação da consciência feminista, antes mesmo, da formação da consciência militante. Trata-se, ainda, nas palavras de Raya Dunayevskaya, de entender que:

> Nossos corpos têm cabeças, e essas, também, pertencem somente a nós. E quando recuperarmos nossos corpos e nossas cabeças, também recuperaremos a noite. Ninguém exceto nós mesmas, como mulheres, alcançaremos nossa liberdade. E para isso precisamos de total autonomia ([1985] 2003, p. 12; tradução nossa[270]).

Sem essa tomada de consciência feminista, a mulher não se liberta pelo simples fatos de não perceber a liberdade como uma possibilidade, dado o nível de naturalização do seu sexo, como trabalhamos no Capítulo 2. Isso não quer dizer, claro, que basta a consciência feminista para conquistarmos a liberdade, o que seria idealismo. Como vimos com Marx (2008), é a realidade que determina o pensamento e não o contrário. A formação dessa consciência feminista envole processos reais e, embora processada individualmente, é determinada pelas relações e luta que cada uma estabelece individual e coletivamente, como vimos no Capítulo 1 e no item 4.3.1, deste Capítulo.

Nenhum ser pode ser liberto enquanto estiver alienado de si. Antes de qualquer outro passo, para avançar na construção da luta feminista, a mulher precisa superar seus sentimentos de inferioridade e autodepreciação (WATERS, 1979). Para tanto, "devem aprender a dirigir-se a si mesmas. Os grupos feministas que excluem consciente e deliberadamente aos homens ajudam a muitas mulheres a dar os primeiros passos para descartar sua mentalidade de escravas, ganhar confiança, dignidade e valor para atuar com seres políticos" (WATERS p. 161-162; tradução nossa[271]).

Todavia, há que se pensar na importância em ter no interior das organizações políticas de esquerda espaços mistos [com homens e mulheres] para a formação feminista, obviamente sem excluir os expaços de auto-organização das mulheres. Defendemos isso porque acreditamos que o patriarcado não é um problema apenas das mulheres, mas, de todas as pessoas que lutam por uma sociedade socialista, daí a necessidade da incorporação do feminismo por parte de toda militância.

Na perspectiva de ressaltar a importância da auto-organização como um meio necessário para a apropriação de si e conquista da sua libertação, processo que se dá associado às transformações das relações sociais, relata MMC 2:

---

[270] Texto original: "Nuestros cuerpos tienen cabezas, y éstas, también, nos pertnencen solamente a nosotras. Y cuando recuperamos nuestros cuerpos y nuestras cabezas, también recuperamos la noche. Nadie excepto nosostras mismas, como mujeres, lograremos nuestra libertad. Y para ello necessitamos total autonomia."

[271] Texto original: "Deben aprender a dirigirse a sí mismas. Los grupos feministas que excluyen conscientey deliberadamente a los hombres ayudan a muchas mujeres a dar los primeros pasos para desechar su mentalidad de esclavas, ganar confianza, dignidad y valor para actuar como seres políticos".

> A libertação das mulheres, como a gente sempre aprende, é obra da própria mulher. Quando a mulher se liberta, ela tá libertando as relações de uma sociedade, de um mundo em que ela está imersa. Que é nesse mundo de exploração de classe, da qual ela enquanto mulher, além da exploração da classe, ela tem a opressão de gênero, a opressão de uma perspectiva do patriarcado, que anterior ao capitalismo, mas, que o capitalismo se apropria disso pra poder dominar. Então o feminismo em uma sociedade como a nossa, sem ele não haverá uma transformação social. [...] O feminismo é condição primeira pra nós estabelecermos novas perspectivas e novas concepções rumo a uma nova sociedade. Por que? Porque se tem dentro dessa sociedade [...] primeiro que tá colocado como subalterno, como objeto, como segundo sexo, e quem vai se libertar, não vai ser o homem quem vai libertar a mulher, vai ser a própria mulher. A libertação da mulher é obra da própria mulher. E ao se libertar ela também vai se empoderar para romper as relações de desigualdade, daquilo que está posto na sociedade. Por isso, nós afirmamos, o feminismo é, sem dúvida, condição necessária, fundamental, indispensável para que haja a libertação.

É nesse contexto que entendemos a importância da auto-organização das mulheres. Como uma metodologia indispensável para as mulheres se perceberem como sujeitos, aliás, tornarem-se sujeitos efetivamente nas suas relações pessoais e políticas. Enfim, uma metodologia que possibilita as mulheres se apropriarem de si e também de se reconhecerem como sujeito político coletivo na luta por transformações de suas vidas e da sociedade, como nos aponta MMM 1:

> A questão da auto-organização, a força da **auto-organização** para a construção de uma identidade coletiva em termos de pensar mudanças [..] de se reconhecer como grupo social, da importância da ação coletiva, aquela ação básica que a gente vê quando começa o feminismo, quando a gente começa a discutir com as mulheres [...] de perceber que os problemas são comuns e que tem determinação social e que, portanto, pode mudar, né? Então nesse sentido é uma ferramenta muito poderosa para as mulheres pensar [sic] mudanças nas suas vidas e também perceber [sic] como essas mudanças tão vinculadas as mudanças na sociedade. A interrelação que a gente fala de gênero e classe, você não só muda a vida das mulheres, mas, vai mudando também outras coisas.

A questão da importância da auto-organização das mulheres, não passa, portanto, pela necessidade restrita e estreita do movimento revolucionário ganhar mais "energia revolucionária", como nos alerta Falquet (2012), no sentido das organizações ganharem "ajudantes" para a revolução. Com clareza e firmeza políticas, Dunayevskaya fala aos que não compreendem essa importância:

> Não nos digam que a liberdade "completa" só poderá chegar ao "dia seguinte" da revolução: nossos problemas devem ser enfrentados no dia anterior anterior. [...] Nenhuma das suas "teorias" servirá. Vocês têm que aprender a escutar-nos. Têm que entender o que escutam. É como aprender um idioma novo. Terão que aprender que não são o manancial de toda a sabedoria... nem da revolução. Terão que entender que nossos corpos pertencem a nós mesmas e a ninguém mais, incluindo amantes, esposos e também os pais. ([1985] 2003, p. 11-12; tradução nossa[272]).

A auto-organização das mulheres é uma metodologia necessária para a construção da mulher como sujeito da revolução e para construirmos a partir de hoje, com coerência revolucionária, novas relações sociais, livres de apropriações, opressões e explorações.

Passaremos agora, a entrar na análise do feminismo no Brasil, destacando suas principais lutas, financiamentos e avaliações sobre a política do Governo Lula para as mulheres.

4.4 **Governo Lula: avaliações, financiamento e principais lutas do feminismo**

A análise do governo Lula por parte das entrevistadas, embora com algumas diferenças entre elas, encontrou concordância em algumas percepções e concepções, especialmente em torno da compreensão de que foi um governo contraditório, com alguns avanços, mas, sem grandes enfrentamentos estruturais para a concretização do projeto político originário do PT. Sintetiza AMB 3 sobre o governo Lula:

> É sobretudo um governo de muitas contradições, marcado pelas determinações do que é o Estado brasileiro, do que é a economia nesse Estado, em contradição com o que era o projeto originário [...] Ele criou possibilidades, ampliou muitos os espaços de participação. Ele fez políticas de enfrentamento à miséria [...] não enfrentou nem a pobreza, enfrentou a miséria absoluta [...] E tem grandes problemas. [...] mantém a política de desenvolvimento baseada na matriz energética anti-ambiental e [...] uma visão desenvolvimentista [...] isso não é sustentável (AMB 3).

[272] Texto original: "No nos digan que la liberdad 'completa' sólo podrá llegar al 'dia siguiente' de la revolución: nuestros problemas deben ser enfrentados el día anterior. [...] Ninguna de sus 'teoías' servirá. Ustedes tienen que aprender a escucharnos. Tienen que entender lo que escuchan. Es como aprender um idioma nuevo. Tendrán que aprender que no son el manantial de toda sabiduría...ni de la revolución. Tendrán que entender que nuestros cuerpos nos pertencen a nosotras y a nadie más, incincluídos amantes, esposos, y sí, tambíen padres" (*IDEM, IBID*).

O não enfrentamento por parte do Governo Lula às questões estruturais associadas às desigualdades que marcam o Brasil, está relacionado com os transformismo sofridos pelo PT e sua base aliada que, como vimos no Capítulo 3, refletiram diretamente nesse governo, já que não apenas o discurso foi modificado, mas, houve um redirecionamento prático-político (à direita) do que fora o projeto societário defendido pelo PT. Em síntese, recordando o Capítulo 3, podemos dizer que a maior parte do PT, radicalmente representada no Governo Lula, redirecionou a luta contra o capital para a aliança com grandes representantes do mesmo. Aliança sintomaticamente representada na defesa proclamada comumente nos discursos e ações governamentais pela "união" entre capital e trabalho ou, mais precisamente, trabalhadores(as) e empresários. Sendo que, nessa "aliança", a classe trabalhada nunca foi a priviliegiada.

Como principais avanços proporcionados pelo governo Lula, foram destacados: a auto-estima do povo brasileiro, pelo perfil público do Brasil hoje no mundo, articulando o G-20, com poder de se posicionar e de interferir a favor da América Latina; a institucionalização de uma política para as mulheres e a valorização do salário mínimo, que afeta diretamente a vida das mulheres.

Em relação a alguns avanços para as mulheres, relatam AMB 3 e MMM 3, respectivamente:

> [...] Em relação às mulheres, o governo Lula avançou muito no processo de institucionalização de uma coisa que foi inventada pelo movimento de mulheres, justiça seja feita, pela AMB, que era a ideia de política para as mulheres [...] não avançou tanto, mas, o **conceito de políticas para as mulheres é irrevogável, ele está instituído**. Então, avançou nisso. Na própria constituição de uma secretaria com estatuto de ministério, nos pronunciamentos públicos governamentais em algumas coisas, como **violência contra as mulheres, que foi instituído como uma questão pública** e não era [...] então tem avanços. Avançou bastante na reformulação do **Conselho** Nacional [...] sua estrutura era muito ruim, porque eram convidadas do governo [...] agora é um Conselho que a parte da sociedade civil é eleita pela sociedade civil. Teve algumas alterações muito importantes. [...] A política econômica teve uma coisa importante que atingiu as mulheres que foi o **aumento do salário mínimo** porque as mulheres estão na escala dos mais baixos salários (AMB 3).

> [...] se você fizer um balanço do que foi o PRONAF-mulher no governo Lula há um salto enorme. A titularidade conjunta, que mesmo no governo FHC já tinha uma luta [...] isso também no governo Lula foi muito presente. Essa coisa da documentação da trabalhadora rural que incidia no crédito, porque muitas vezes a mulher não tinha acesso ao crédito porque não tinha documentação. E isso são coisas que parecem isoladas, mas, traz um conjunto de mudança na vida das mulheres muito grande do ponto de vista da autonomia econômica [...] (MMM 3).

Apesar do destaque positivo à institucionalização de uma política para as mulheres, muitas das entrevistadas falaram também, de debilidades na estruturação dessa política, a começar pela forma como se estruturou a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres:

> Existe uma institucionalização masculina muito grande no governo. Então, assim [...] o que a gente consegue de avanço do ponto de vista das mulheres, muitas vezes, é mais pelo esforço e a competência das feministas que estão lá do que de uma política governamental voltada para isso. [...] As feministas que estão dentro do governo, sobretudo essas que tem compromisso, elas têm que duelar com o núcleo central do poder que estão bem distantes, é como se a Secretaria de Mulheres estivesse aqui e o núcleo estivesse lá....e elas têm que duelar com o terceiro, o quarto e o quinto escalão do governo por qualquer coisa. Ou você faz isso ou você não consegue tramitar. Desde um clipe, de resma de papel...então assim, a história desses organismos dentro do governo, não tem experiência que tenha sido prioridade [...] Acho que tinha muito a avançar, nós tivemos muitos problemas com a Secretária de Mulheres, por exemplo, **ao invés de se colocar lá feministas, se colocou acomodações políticas**, eu acho que isso dificultou muito (Destaque nosso).

Nesse sentido, ainda que a atuação da Secretaria, em alguma medida, tenha ajudado a organizar a institucionalização de políticas para as mulheres, afirma MMM 4: "na nossa visão como Marcha, como movimento, a gente sabe que não é só ter uma Secretaria lá que muda as coisas, eu acho que várias questões das mulheres ficaram aquém do que poderia ser um governo eleito com uma base militante feminista. [...] Acho que a gente não pode dizer como um todo que ele incorporou uma perspectiva feminista". Nesse mesmo sentido, complementa MMM 7, sobre contradições do governo Lula:

> É como se tivesse um parapeito no meio. Cria a Secretaria de política para as mulheres, mas, a secretaria não tem orçamento. Realiza um largo processo de mobilização com as mulheres para a Conferência de Mulheres, mas as deliberações da Conferência se esbarram na opção de governabilidade do governo. Então, quando chega no Congresso a nossa pauta não só não chega, como ela é negociada em troca de apoio por outras coisas que o governo julga importante [...] mesmo que em detrimento das mulheres.

Vale destacar que essa "opção de governabilidade", utilizando as palavras de MMM 7, produziu um limite concreto em termos de avanço de um projeto de esquerda, pois, esbarrou nos interesses da direita que também compuseram esse governo, provocando, segundo MMM 7 uma confusão geral na esquerda, que foi além do campo feminista:

> [...] É meio confuso você ter um governo de esquerda que não é de esquerda, que faz uma opção de governabilidade. Então, tem na sua composição um setor mais avançado, um setor moderado e uma aliança com um setor completamente de direita. Então isso causa uma confusão geral na esquerda que não se refletiu só no movimento de mulheres, refletiu numa série de outros movimentos e na esquerda como um todo (MMM 7).

Essa composição com a direita, contudo, não impediu o respaldo e a credibilidade do Governo Lula junto a grandes setores com uma trajetória de esquerda no país, a exemplo da CUT. Uma composição governamental que, embora contraditória com o projeto originário do PT, não impossibilitou o envolvimento de movimentos sociais como base aliada do Governo ou, pelo menos, arrefeceu e passivizou a capacidade de enfrentamento e crítica de alguns frente aos recuos dos direitos trabalhistas e sociais, a exemplo da contrarreforma da previdência, como vimos no Capítulo 3.

Foi essa opção de governabilidade que impediu o governo petista de enfrentar questões e tema polêmicos, como o da legalização do aborto e da descriminalização das mulheres em situação de abortamento. Além disso, o governo Lula, optou por um desenvolvimentismo que trouxe prejuízos às mulheres, reiterou o caráter familista nas políticas de distribuição de renda, além da não ruptura com a política econômica vinculada ao superávit primário e à política dos juros altos, priorizando os interesses do capital financeiro, como expusemos no Capítulo 3. Muitos desses pontos críticos ao governo Lula, sob o ponto de vista das mulheres, são avaliados por AMB 3:

> [...] A ideia que predomina no governo para a política de distribuição de renda, de combate à pobreza, a parir de **políticas neofamilistas**, que reitera o lugar das mulheres socialmente instituído [...] que se contrapõe a nossa concepção de mulheres como sujeitos autônomos. Os próprios **projetos de desenvolvimento que tráz prejuízos pra todo mundo que mora na região, mas, que para as mulheres é muito mais agravante** porque os empregos não atingem as mulheres, mas a presença de muitos homens atinge as mulheres no que diz respeito à **exploração sexual**, mas, também, o problema da ausência das condições de trabalho porque reduz os trabalhos informais que geralmente são das mulheres. Essa política de desenvolvimento é muito prejudicial [...] a política econômica se manteve com a política do superávit primário, então isso prejudica as mulheres. [...] A maioria dos empregos criados foram empregos em ocupações consideradas masculinas. Então é um governo que do ponto de vista das mulheres, que teve avanços, mas que deixou muito a desejar na concepção geral do governo. Teve avanços no sentido da institucionalização da política [para as mulheres], mas, como a concepção geral não abarcava isso [...].

Percebemos, pois, que houve prejuízos mais profundos gerados pelo governos Lula em relação às mulheres, não que não tenham atingido a classe trabalhadora como um todo, mas, houve o fortalecimento da responsabilização feminina pela reprodução social, além do aumento da exploração sexual e da violência contra a mulher em torno das grandes obras de infra-estrutura do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e das obras de ntegração do Mercosul, como nos explica MMM 7:

> Assim como o governo não teve uma política estruturante que avançasse de verdade em mais benefícios para a classe trabalhadora, com as mulheres foi a mesma coisa. [...] **pras mulheres teve menos avanço ainda, porque o governo não conseguiu mexer com a estrutura desigual**, não conseguiu incorporar na ação de Estado políticas que desequilibrem a desigualdade [...] inclusive quando bota as mulheres como beneficiárias de alguns programas ou responsáveis por algumas ações, como o cartão saúde. **O Bolsa Família é uma faca de dois gumes** porque tem uma importância muito grande, mas, tem outros programas que....por exemplo, **o Programa Mães da Paz[273] é um programa que reproduz totalmente aquilo que a gente tanto critica, que é a responsabilização das mulheres no cuidado com a família e, aí no caso, coloca a responsabilidade do cuidado das mulheres com a comunidade**. Mas, teve avanço também, teve conquista. Sobre o PAC, inclusive, [...] a Conferência de mulheres aprovou um percentual para mão- de-obra feminina nas frentes de trabalho, isso não está acontecendo e não aconteceu. Nessas grandes obras de infra-estrutura, acaba tendo uma demanda grande por serviços sexuais, então**, tanto tem um aumento de prostituição como de violência contra a mulher.** [...] No Tocantis, por exemplo, tanto a Marcha quanto a AMB tem feito muito fortemente esse debate. [...] **tem o problema do estupro no PAC e em várias outras obras de infraestrutura**. Essas obras de integração, por exemplo, obras do Mercosul (Destaques nossos).

Fica evidente, portanto, que a política de "desenvolvimento" do governo Lula, não considerou as mulheres, contrariando, inclusive, as deliberações da Conferência de Mulheres. Ainda em relação ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e a política "desenvolvimento" a que está associado, destaca MMM 3:

---

[273] O Programa Mães da Paz, em sua redação final, desenvolvido pelo Ministério da Justiça no governo Lula em 2008, ganha o nome de "Mulheres da Paz". Esse Programa consiste na concessão de uma bolsa para mulheres atuarem junto a jovens de comunidades de baixa renda, dominadas pelo tráfico e pela violência. O objetivo do Programa é capacitar lideranças femininas para atuarem junto às/aos jovens em situação de risco infracional ou criminal e encaminhá-los para programas sociais e educacionais do governo. Segundo o a Lei nº 11.707, de 19 de junho de 2008, que o institui, o Programa Mães da Paz tem como foco:
"I - a mobilização social para afirmação da cidadania, tendo em vista a emancipação das mulheres e prevenção e enfrentamento da violência contra as mulheres; e II - a articulação com jovens e adolescentes, com vistas na sua participação e inclusão em programas sociais de promoção da cidadania e na rede de organizações parceiras capazes de responder de modo consistente e permanente às suas demandas por apoio, psicológico, jurídico e social" (BRASIL, 2008). Acreditamos que contrariamente a emancipação das mulheres, esse Programa corresponde à responsabilização feminina pela reprodução social antroponômica, como nos apontou criticamente MMM 7. Para um maior aprofundamento crítico sobre o "Mulheres da Paz", ver Bila Sorj e Carla Gomes (2011).

> Uma das coisas que a gente tem crítica é o **PAC,** esse modelo de desenvolvimento, esse Programa de Aceleração do Crescimento que você tem que considerar não só do ponto de vista da infra-estrutura, mas, do ponto de vista das pessoas, o que significa por exemplo, nessas grandes obras, a vida das mulheres. A maioria são homens que vão trabalhar [...] num contexto de pobreza, ao implantar uma grande obra num lugar que vai a maioria homens, **resta, muitas vezes, para as mulheres a prostituição.**

Assim, a prostituição em decorrência do PAC, como vimos no Capítulo 3, como base em AMB (2011), também foi apontada pela Marcha Mundial de Mulheres como uma das problemáticas do governo Lula em relação às mulheres.

A AMB foi o único Movimento dentre os três que investigamos, que elaborou e publicou um balanço que nos oferece uma avaliação sistematizada das políticas públicas no Governo Lula. Segundo esse documento, o Governo Lula: "deixou intocado o sistema político excludente – patrimonialista, patriarcal, racista – que temos hoje no país e não garantiu instrumento para o exercício efetivo do poder popular nos processos de participação" (AMB, 2011, p. 65).

Em relação ao viés familistas das políticas sociais, especialmente no que tange ao Bolsa família:

> Na visão da AMB, a situação de pobreza vivida por tantas pessoas exigiu e exige o desenvolvimento de programas emergenciais, inclusive a transferência de renda. O Bolsa família, no entanto, deveria ter sido concebido dentro de uma estratégia para construir a autonomia econômica das mulheres, considerando-as como sujeitos de direito. Mas, ao contrário, atua sobre a base de exploração do seu trabalho não remunerado e da divisão sexual do trabalho, como mera engrenagem que viabiliza, não para si, mas para outr@s integrantes de sua família (AMB, 2011, p. 52).

De uma maneira geral, as políticas públicas no governo Lula, segundo a avaliação da AMB (2011, p. 46):

> [...] não foram concebidas a partir da perspectiva de enfrentamento das desigualdades vividas pelas mulheres. O desequilíbrio de poder entre o Ministério do Planejamento e a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) era evidente. Os PNPMs não foram parte integrante do Ciclo Orçamentário. Foram um instrumento paralelo, que tentou criar vínculos com o planejamento das políticas e o orçamento público, mas encontrou muitas dificuldades [...] as políticas públicas também não foram implementadas pelos vários ministérios levando em conta as desigualdades vividas pelas mulheres.

Nesse sentido a AMB reivindica que o enfrentamento da pobreza vá além das políticas de transferência de renda, "o que almejamos é que as mulheres possam romper com o legado histórico da dominação, que tem a dependência econômica como elemento fundamental para a sua manutenção" (AMB, 2001, p. 48). Para tanto, para a AMB (2011, p. 68):

> O fim da pobreza somente será possível com a ampliação de políticas de trabalho com proteção social, que favoreçam a autonomia econômica das mulheres; com a ampliação das ações do Estado na infraestrutura para a reprodução social, por meio de creches, escolas em tempo integral, instituições para o cuidado com os idosos e serviços de saúde pública universais; e com a redistribuição da riqueza socialmente produzida e privadamente apropriada.

Em síntese, concordamos com a avaliação da AMB 7, que desvela criticamente a ausência de um projeto verdadeiramente emancipatório comprometido com a autonomia das mulheres, por parte do Governo Lula. Para AMB 7, nas contradições desse governo, por mais que tenha pautado políticas para as mulheres, não foi em uma perspectiva feminista, mas, de reforço do lugar patriarcal da mulher. Nas palavras dessa feminista, o governo Lula foi:

> [...] um governo dramático, difícil... porque pelo conjunto das alianças, quer dizer, colocou na pauta uma agenda de mulheres, mas não é uma agenda que a gente quer porque não é uma agenda para o **empoderamento** e autonomia das mulheres, mas **é uma agenda de confirmação das mulheres nesse lugar de mulher mãe, a cuidadora**, àquela que vai dar conta do conceito escolar, dos avanços comunitários... Não tem necessariamente um projeto emancipatório, né? Então, Rede cegonha, Bolsa família, veio mesmo para confirmar isso. Então, a gente não tem nenhuma ilusão. É importante porque coloca o tema das creches, por exemplo, numa agenda pública nacional, mas, não muda, não coloca outro campo de debate, por exemplo, em relação ao cuidado que tem a ver com creche, com cuidado compartilhado, não faz esse debate. É muito contraditório, mas, é um contraditório, na verdade, reforçando esse lugar aí, da mulher mãe (AMB 7; destaque nosso).

Apesar do depoimento crítico, AMB 7 faz alusão ao conceito de "empoderamento" como algo vinculado à autonomia das mulheres. Não só nesse depoimento ouvimos a alusão positiva ao "empoderamento", também ouvimos no depoimento de militantes do MMC, bem como consta nos objetivos do grupo Tambores de Safo, como pode ser visualizado na nota de rodapé número 244. Assim, percebemos que mesmo em segmentos críticos de movimentos sociais, há a incorporação do conceito de "empoderamento", o que

nos leva identificar a força ideológica do mesmo e a necessidade desse breve parêntese analítico para lembrarmos que o conceito de "empoderamento", conforme vimos no Capítulo 1, possui uma função ideológica, balizada nas diretrizes do Banco Mundial, para individualização dos problemas e desigualdades sociais[274].

No que diz respeito à relação do Brasil com os países da América do Sul no período do governo Lula, a AMB (2011, p. 66) avalia que:

> Não houve uma política consistente, muito menos recursos voltados à cooperação internacional do Brasil com os países africanos, latino-americanos e asiáticos para a promoção e garantia de direitos, ao aprofundamento dos processos democráticos com vistas à garantia de direitos e ao fortalecimento da autonomia das mulheres. A relação bilateral do Brasil com os países do Sul cresceu, mas quase que exclusivamente na esfera comercial.

Uma outra problemática que se desdobrou com o governo Lula foi a questão do fortalecimento da institucionalização de militantes. Assim, se por um lado a onguização diminuiu, por outro, com a institucionalização da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, à qual muitos governos municipais e estaduais também aderiram, muitas ativistas feministas passaram a integrar esse espaço institucional, o que gerou um problema direto aos movimentos de mulheres, segundo AMB 5:

> Praticamente em todo Estado teve mulheres feministas fazendo parte das **secretarias** municipais ou estaduais de políticas para as **mulheres.** Isso era tão difícil porque nós lutamos por esses espaços das secretarias, só que entra uma mulher que se considera feminista ou que foi do movimento feminista e a gente fica com receio de fazer crítica à gestão. [...] Há o desafio de dizer que é um governo aliado e nós temos que ter as mediações e nessa mediação a gente tem sempre que abrir mão e acaba perdendo. Então essa mediação tira a ação de rebeldia, o impulso. No geral, tudo que a gente for fazer tem que avisar, absurdo isso! Se você for fazer mobilização você tem que avisar a polícia, ao Estado que vai estar lá. [...] **Muitas mulheres por fazerem parte de partidos políticos e achar que o governo é aliado, têm dificuldades de se posicionar contra esse governo. É a dificuldade da autonomia do movimento de mulheres frente a esses espaços governamentais que têm mulheres feministas**. [...] Em cada estado [que a AMB atua] isso se diferencia [...] e também há uma divergência de participar ou não desses espaços [...] O que a gente tenta no geral pra homogeneizar, é que as pautas dos partidos não sejam colocadas como direcionamento da AMB. A AMB se coloca como uma organização não partidária, então a gente tenta diferenciar essa situação, só que essa correlação é difícil, de cada estado isso é mais difícil ou não, dependendo se tem mais ou menos mulheres participando desses espaços. Então, tem divergências dentro do próprio movimento (Destaques nossos).

[274] Sobre empoderamento ver nota de rodapé número 70.

Nesse depoimento percebemos a dificuldade em termos de potencial de crítica e maior autonomia, sentida pela AMB 5, devido ao envolvimento de algumas de suas militantes não apenas na institucionalidade governamental, mas, também no partido político.

Segundo MMM 7, nenhuma dirigente nacional da Marcha Mundial de Mulheres ocupou cargo governamental em nível federal, por isso, para ela não houve prejuízo ao Movimento, ao contrário, ter militantes em algumas secretarias ou ministérios, facilitou contatos e proporcionou avanços. Em suas palavras: "O fato de ter militante feminista [...] fez com que tivesse um avanço maior [...] Naqueles lugares que tinham militantes feministas tinha ações mais concretas para as mulheres".

Com uma visão diferenciada, essa questão do envolvimento de mulheres militantes feministas com o governo também foi apontada por MMM 5, que opina sobre a relação da Marcha Mundial de Mulheres e sua relação com o governo Lula e a campanha presidencial para Dilma Rousseff:

> No tema do aborto, que é caro às mulheres, caro às feministas, a gente é muito tímida por conta da relação com o governo sem sombra de dúvida, de poupar em algumas coisas, isso eu não tenho dúvida. Acho que na campanha agora [campanha presidencial para a Dilma Rousseff) nós fomos muito tímidas na nossa participação. E não só nesse tema não. A gente não estabeleceu com a própria Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres, a relação de Movimento necessária, de ter autonomia, de pleitear como Movimento, de reivindicar, de ser mais propositiva e menos passiva [...].

A relação da Marcha com o Governo Lula foi reconhecida em vários depoimentos, ainda que todas tenham ressaltado também, a busca de autonomia diante do mesmo, mas, em nenhuma das falas percebemos uma crítica que assumisse uma posição de oposição, como demonstra MMM 4:

> Primeiro que a base social da Marcha batalhou pela eleição do Lula, as duas [...] Grande parte das militantes, pelo menos lá em São Paulo, se empenharam na construção da campanha e militaram ativamente. Então **a gente olha pro governo não só como uma coisa exterior**, né? A gente incorpora...não a Marcha como movimento, mas a base social da Marcha faz parte desse processo. [...] em momento nenhum a Marcha se colocou como oposição ao governo, mas também nunca foi adesista, a gente **como Marcha sempre teve uma autonomia com relação ao governo.**

Esse posicionamento político da Marcha em não se posicionar como "adesista" ou oposição ao governo foi construído tendo como parâmetro a sua pauta, como explica MMM 2:

> Nós da Marcha tinha uma responsabilidade com essa coisa de ser um governo com uma trajetória de esquerda, [...] nós tínhamos uma visão assim, que tinha que construir a nossa autonomia, tipo assim, nós não queríamos ter o movimento atrelado ao governo. Qual foi a nossa **postura no governo Lula**? Nós vamos fazer crítica ao governo quando nós fizer [sic] reivindicação dos pontos que nós achamos que devemos fazer, por exemplo, o salário mínimo, a política econômica. Ao invés da gente dar as costas pra o governo, nós achamos que a nossa crítica teria que ser a partir da nossa pauta. [...]. Acho que do ponto de vista mais programático, a gente tem uma visão de sociedade mais diferente do que pensa hoje o governo, mas, acho que a gente consegue fazer uma crítica coerente, porque a gente tem a nossa pauta e a gente critica ou propõem ao governo em cima da nossa pauta.

MMM 2 cita um exemplo de como a Marcha encaminha esse tipo de posicionamento: "Nós tínhamos uma crítica ao governo que trabalhava a questão das creches apenas dentro da lógica da educação, nós achávamos que não deveria ser, deveria ser uma lógica de responsabilidade do governo com as tarefas domésticas, da reprodução".

O processo de envolvimento do Governo Lula em torno da dificuldade de autonomia e liberdade de reivindicação por parte dos movimentos sociais também foi ressaltado por MMC 5 no tocante ao uso de algumas políticas que, na sua concepção, "prende muitas mulheres". Explica-nos MMC 5:

> **Esse governo dito popular com algumas políticas prende muitas mulheres.** Por exemplo, nós fizemos um seminário em Roraima e fazia 2 meses que o governo não pagava o bolsa família [...] Foi pagar justamente nos dias do seminário e era 400 km [...] 9 mulheres foram embora porque o bolsa família tinha um peso muito grande. Eu não tô discutindo que não seja importante, mas o quanto isso mantém cativa as mulheres. Tirar de um debate estratégico contra à violência pra ir receber o bolsa família. Isso deixa de alguma forma, numa inércia muito grande as mulheres [...] deixam muito presas a coisas muito pequenas. Essas pequenas políticas ajudam, mas, ao mesmo tempo eu tenho muito clareza que ajuda também a controlar inclusive, pra onde é que as mulheres vão, o que que fazem, isso é muito ruim, uma forma de **cooptação** que é mascarada (Destaque nosso).

Como pudemos perceber nos depoimentos, ainda que alguns apontem conquistas alcançadas ou mesmo promovidas pelo Governo Lula, há uma clareza por parte de muitas entrevistadas, de todos os 3 movimentos investigados, de que esse Governo não correspondeu à perspectiva feminista na implementação de suas políticas públicas, principalmente pelo seus viés familista, bem como pela escassez orçamentária para implementação das políticas para as mulheres, como apontamos no Capítulo 3. Por outro lado, sentimos a dificuldade desses movimentos se assumirem como oposição ao governo, ainda que nenhum se considere adesita, pois, reivindicam autonomia diante do mesmo. Contudo, a correlação de forças no Brasil, associada aos vínculos e identidade historicamente construídos com o PT, destacadamente de muitas dirigentes da MMM, dificulta um posicionamente mais crítico e confrontativo diante dos recuos programáticos do Governo Lula ou mesmo das suas políticas conservadoras.

Todavia, isso não significa que não houve crítica e resistências por parte dos movimentos feministas. Por isso, passemos a relatar as principais lutas, ações e financiamentos da AMB, MMM e MMC no Governo Lula.

4.4.1 Principais lutas, ações e financiamentos da AMB, MMM e MMC no Governo Lula

Ao perguntar as entrevistadas da AMB quais foram as principais ações e lutas realizadas pelo Movimento no período do Governo Lula, identificamos como destaques: o monitoramento contínuo e sistemático das políticas públicas para as mulheres; a campanha pela Reforma Política; a construção do Fórum Itinerante Paralelo das mulheres em defesa da Seguridade Social (FIPS) e da Frente nacional contra a criminalização das mulheres e pela legalização do aborto, os quais a AMB foi protagonista. O FISP, além da importância que significou para o direito previdenciário, também possibilitou a articulação política entre diversos movimentos de mulheres.

O FISP foi construído em 2007, em um processo de mobilização de mulheres organizadas, reunindo ativistas do campo e da cidade: AMB; MMM; MMC, Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB); Movimento de Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR/NE; Frente Nacional de Trabalhadoras Domésticas; Campanha Nacional de Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD) e a Articulação

Nacional de Mulheres Negras (ANMN). Em 2008, passam a integrar o Fórum: pescadoras do Ceará; catadoras de material reciclável do Distrito Federal e trabalhadoras ambulantes da cidade de Campinas (SP).

A motivação para a construção desse Fórum se deu quando no Governo Lula, em 2007, foi construído o Fórum Nacional de Previdência Social (FNPS), no qual as mulheres não tinham direito sequer à voz, pois, foram limitadas à condição de observadoras. Daí, as mulheres organizadas lançaram uma carta aberta[275] à sociedade e realizaram uma mobilização paralela em frente ao Ministário da Previdência Social, quando estavam discutindo a situação da mulher na Previdência Social. Assim, nasceu o FISP. A partir de então, o FISP atuou na construção de seminários de formação e debate, além de mobilizações e atos de denúncia em diversas regiões do Brasil.

Como destaques de ação do FISP, ressaltamos: O acampamento de mulher em frente ao Ministário da Previdência Social, em 2007; o I Seminário Nacional do FISP em 2008, em Brasília, onde reuniu 300 mulheres do campo e da cidade; a participação na audiência pública na Comissão de Assuntos do Senado em 2010, em defesa da Seguridade Social e pela equiparação dos direitos das empregadas domésticas.

Segundo Freitas *et al* (org) (2010, p. 38), o objetivo do FISP "foi o de visibilizar as desigualdades vividas no mundo do trabalho, denunciar a situação de desproteção social a que estamos submetidas. Defendemos um sistema universal, público, solidário e redistributivo de Previdência e Seguridade Social".

AMB 3 nos explica a proposta política desse Fórum e seu papel de articulação entre os movimentos de mulheres que foi protagonizado pela AMB e o MMC, segundo AMB 3:

> [...] A proposta de proteção universal ela é uma contribuição para ampliar na classe trabalhadora o sentido de classe trabalhadora [...] A proposta de proteção universal ela amplia o conceito de trabalho porque ela exige o reconhecimento do trabalho doméstico não remunerado, exercido por obrigação social pelas mulheres, para os direitos de previdência. Isso alarga a concepção de trabalho e, portanto, de classe trabalhadora. Ela exige que a informalidade, o trabalho informal seja reconhecido para os direitos previdenciários, o que alarga o conceito de classe trabalhadora [...] O movimento em defesa da previdência universal feito pelo movimento de mulheres paralelamente ao debate das Centrais que estavam na comissão oficial do governo, ele organizou mulheres trabalhadoras. [...] Foi puxado pela AMB, liderado cotidianamento pela AMB e o MMC. [...] Foi proposto pela AMB, mas, foi liderado por esses dois movimentos. Era quem mais aportava, quem mais puxava as reuniões, quem mais mobilizava gente.

[275] Disponível em Isabel Freitas *et al* (orgs.) (2010).

A outra forte luta que a AMB vem empreendendo desde 2005, é a luta pela Reforma Política, AMB (2011, p. 62), esclarece-nos:

> A AMB engajou-se, desde 2005, no debate sobre democracia e construiu, em parceria com outras organizações e movimentos sociais, a Plataforma dos Movimentos Sociais para a reforma do sistema político. A proposta inclui mudanças nos mecanismos de democracia direta, participativa, representativa, da comunicação e do judiciário. O objetivo é criar novas condições institucionais para o exercício do poder que possibilite a democratização do Estado, o fomento a uma nova cultura política, ampliando a participação de setores dominados, explorados e oprimidos na atual estrutura da sociedade e garantindo a paridade entre homens e mulheres no poder.

Atualmente, em torno dessa luta, a AMB está em campanha para o recolhimento de assinaturas em prol da Reforma do sistema político no Brasil.

Em relação à Marcha Mundial de Mulheres, a principal luta apontada nos depoimentos foi a campanha pelo aumento do salário mínimo, como nos explica MMM 1:

> No governo Lula, a ação mais legal que a gente fez, uma pena que a gente não teve fôlego pra continuar, foi o tema do salário mínimo. E depois, a gente não teve capacidade de nos credenciar como negociadoras do salário mínimo frente às Centrais [sindicais]. [...] Ninguém tava falando do salário mínimo, a gente falou... Mas, mais importante frente ao governo Lula foi também trazer as mulheres para esse tema, porque para entender que para discutir o salário mínimo, a gente tinha discutir o modelo econômico do Brasil, as mulheres tinham que entender o papel do salário mínimo, né? Eu acho que foi uma ação muito legal por isso, porque foi uma forma de problematizar o governo sem ser uma coisa oposicionista a priori e garantiu um crescimento político nosso muito grande.

Em relação a outras ações, foi ainda destacada a luta pela legalização do aborto, contra a violência à mulher e contra os transgênicos. Essa última, realizada em forte parceria com o MST, como relata MMM 1:

> Acho também que a partir do governo Lula, a gente conseguiu intensificar a pauta do aborto [...] pra entrar na Conferência, pra dar mais consistência. [...] a gente também fez coisas muito interessantes [...] fizemos aquelas coisas em outdoor, fizemos ação em supermercado, fizemos ações contra os transgênicos, trabalhamos muito com o MST [...]. A partir da Lei Maria da Penha teve muito demanda para o tema da violência que é impossível não responder [...].

Além das ações e campanhas destacadas nas entrevistas, gostaríamos ainda de ressaltar a atuação da MMM, em 2005, no 5 º Fórum Social Mundial e na construção do 8 de março, desse mesmo ano, que foi vinculada à II Ação Internacional da Marcha referente à Carta Mundial das Mulheres para a Humanidade e sua tradução em bandeiras de luta da MMM no Brasil, tecidas numa colcha de retalhos.

Segundo o site da Marcha, 30 mil mulheres construíram esse 8 de março em São Paulo. Elas "caminharam da avenida Paulista à Praça da República", [...] "eram mulheres de 16 Estados e vários grupos e movimentos setoriais"[276]. Ainda segundo o site, o significado político maio dessa ação foi: "a politização das grandes manifestações e da data do 8 de março, resgatando-a de uma apropriação mercantilista, afirmação do feminismo: pudemos falar em alto e bom som "sou feminista" (MMM*)*.

Foto do 8 de março de 2005/II Ação Internacional da MMM. Disponível em: http://sof.org.br/acao2010/ Acssado em 14 de fevereiro de 2013.

[276] Disponível em: http://sof.org.br/marcha/?pagina=memoriaAcoesInternacionais. Acessado em 16 de fevereiro de 2013.

Ao final da ação no Brasil, três mil brasileiras entregaram a colcha de retalho para mulheres argentinas no dia 12 de março em Porto Xavier (RS), fronteira com a Argentina. Da Argentina, a colcha prosseguiu por mais 52 países que integram a MMM, sendo tecida pela diversidade das mãos de milhares de mulheres.

No 5 º Fórum Social Mundial, realizado em 2005, em Porto Alegre (RS), a MMM participou ativamente. Como destaque, na passeata de abertura do Fórum:

> o bloco das feministas e seu batuque animaram a caminhada pelas ruas do centro. Lemas como "a violência contra a mulher não é mundo que a gente quer", "contra a política neoliberal, são as mulheres da Marcha Mundial", "a nossa luta é todo dia, somos mulheres não mercadorias", "direito ao nosso corpo, legalizar o aborto" trouxeram para o bloco diversas mulheres[277].

Durante esse Fórum, a MMM apresentou a carta das mulheres à humanidade. Essa carta, segundo o site da MMM: "mostra o mundo que querem construir as mulheres, baseado na igualdade, liberdade, solidariedade, justiça e paz. As ações internacionais da Marcha em 2005, que terão a Carta como instrumento de aglutinação, foram tema da Assembléia que contou com a presença de pelo menos 600 pessoas em um dos dias mais quentes da capital gaúcha" (MMM). Além disso:

> [...] a Marcha organizou outras atividades também concorridas. Foi o caso do debate sobre feminismo e movimento anti-globalização, a oficina sobre paz e desmilitarização e a atividade no Laboratório de Ação Feminista, no Acampamento da Juventude, de onde saiu uma passeata contra a violência sexual dentro do Território do Fórum.
> Entidades parceiras da Marcha tinham programação com temas relacionados à agroecologia, gênero e diversidades, meios comunitários de comunicação, economia e equidade de gênero, conhecimento das mulheres frente ao livre comércio, entre outros, além das assembléias dos Movimentos Sociais e da Campanha Continental contra a Alca.
> Os movimentos sociais, reunidos em assembléia no último dia do Fórum, declararam que apóiam "a nova campanha de ações feministas globais da Marcha, para reafirmar seu compromisso na luta contra o neoliberalismo, o patriarcado, a exclusão e a dominação". No documento, todos movimentos são convocados "a construir nesse período ações feministas contra o livre comércio, o tráfico sexual, a militarização e por soberania alimentar".

Em 2006, houve o I Encontro Nacional da MMM, que ocorreu em Belo Horizonte (MG), de 25 a 28 de maio de 2005 e recebeu 460 delegadas de 22 estados do país,

[277] Disponível em: http://sof.org.br/marcha/?pagina=memoriaForumSocial. Acessado em 16 de fevereiro de 2013.

incluindo mulheres urbanas e rurais, brancas, negras e indígenas, jovens e adultas. Segundo o seu site, nesse Encontro, a MMM:

> [...] reafirmou o que na prática estamos construindo: um movimento que opta pela ação coletiva, pela mobilização e pela radicalização das lutas. Que constrói um feminismo que cabe na vida de todas que defendem um mundo justo e igual. Nesse espírito, a presença marcante das mulheres rurais possibilitou uma análise com um outro ponto de partida, falado em primeira pessoa, os conflitos vividos no campo tomaram uma outra dimensão e sentidos com a proximidade e intensidade que de fato eles nos atingem. Além de ter sido um momento importante para conhecer as ações (e principalmente as pessoas que as realizam) locais e o que pensam as militantes em todo o Brasil, o I Encontro se constituiu como espaço de construção política. Em suas ações cotidianas, a Marcha apresenta análises da sociedade e afirma que as mudanças precisam vir juntas: a da estrutura geral da sociedade e a vida das mulheres[278].

A Terceira Ação Internacional da MMM ocorreu em março de 2010 e, sem dúvida, representou um forte marco para a Marcha no Brasil. Cerca de 3 mil mulheres paricipararam dessa ação no Brasil, que consistiu na construção de uma marcha de 10 dias. As mulheres iniciaram a marcha em Campinas (SP) e terminaram na capital paulista.

[278] Disponível em: http://sof.org.br/marcha/?pagina=memoriaEncontroNacional. Acessado em 16 de fevereiro de 2013.

Fotos da 3ª Ação Inernacional da MMM. Disponíveis em: http://sof.org.br/acao2010/. Acesso: em 14 de fevereiro de 2013.

A plataforma de ação dessa marcha no Brasil teve como base os campos de ação definidos internacionalmente para Marcha Mundial de Mulheres:

> [...] trabalho e autonomia econômica das mulheres; violência contra as mulheres; paz e desmilitarização; bens comuns e serviços públicos. Ela sintetiza as denúncias ao capitalismo patriarcal, que também é racista e destruidor da natureza, e apresenta as reivindicações das mulheres em luta por um mundo com autonomia, igualdade e liberdade para todas (MMM)[279].

Com essa marcha, a MMM , afirma que "mais uma vez nossa luta, nossa resistência e a convicção de que com a nossa auto-organização, somos sujeitos ativos pela transformação de nossas vidas e da sociedade: Queremos mudar o mundo para mudar a vida das mulheres, queremos mudar a vida das mulheres para mudar o mundo".

Uma outra ação feminista que conta com a participação de dois dos três movimentos feministas que ora trabalhamos, a Articulação de Mulheres Brasileiras e a Marcha Mundial de Mulheres, é a Marcha das Margaridas, atividade protagonizada pelas mulheres da Confederação dos Trabalhadores da Agriculura (CONTAG). A Marcha das

[279] Disponível em: http://sof.org.br/acao201/ Acessado em 14 de fevereiro de 2013.

Margaridas é considerada a maior ação de massa de mulheres no Brasil. A sua organização foi iniciada no ano 2000, ano que ocorreu a primeira Marcha, em Brasília, com a participação de 20 mil mulheres. Em 2003 ela é consolidada com a II Marcha, onde se estima que 40 mil mulheres participaram, inclusive, nós estivemos presente. Em 2007 ocorre a terceira marcha, com cerca de 50 mil mulheres e em 2011 a quarta marcha, com a participação de 70 mil mulheres. Nesta última também participamos.

Segundo a FETRAECE[280], são objetivos da Marcha das Margaridas:

> Contribuir para a organização, mobilização e formação das mulheres trabalhadoras rurais; atuar para que as mulheres do campo e da floresta sejam protagonistas de um novo processo de desenvolvimento rural; dar visibilidade e reconhecimento à contribuição econômica, política, social das mulheres no processo de desenvolvimento rural; propor e negociar políticas públicas para as mulheres do campo e da floresta; denunciar e protestar contra a fome, a pobreza e todas as formas de violência, exploração, discriminação e dominação contra a Mulher.

Ainda de acordo com a FETRAECE (*IDEM)*, as principais conquistas da Marcha das Margaridas foram: a criação da coordenadoria de Educação do campo; título da Terra em nome do homem e da mulher; ampliação da meta para implantação das Delegacias Especiais de Atenção às Mulheres; projeto de Saúde Reprodutiva; assistência Técnica com enfoque de gênero; Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural; inclusão das Mulheres Trabalhadoras Rurais nos programas do Governo Federal; manutenção dos Direitos das Trabalhadoras Rurais no seguro especial da Previdência Social.

[280] Disponível em: http://www.fetraece.org.br/noticias/texto.php?Id=1395. Acessado em 15 de fevereiro de 2013.

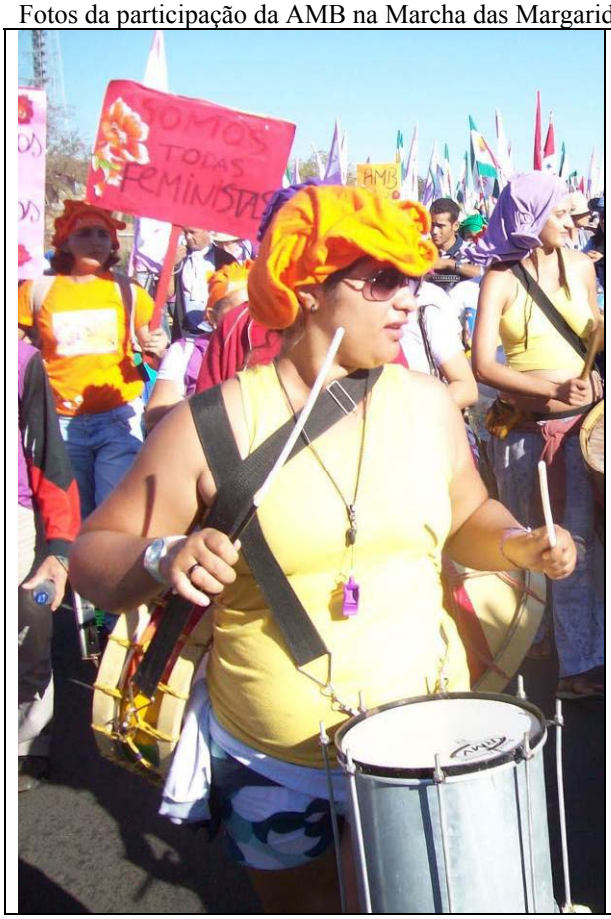
IV MARCHA DAS MARGARIDAS. Brasília, agosto de 2013.

Foto de Acacio Pinheiro/Folhapress (17 de agosto de 2011).

Em uma análise da organização política e das lutas das mulheres trabalhadoras rurais, com destaque para a Marcha das Margaridas, MMM 1 ressalta:

> As rurais têm duas coisas. Primeiro, não tinham nem os direitos das urbanas adquiridos, por um lado, e é o movimento mais forte no Brasil. Pensa o que é que é capacidade das mobilizações das rurais [...] elas conseguem ter prioridade que no movimento urbano a gente não consegue [...] elas são muito menos fragmentadas do que nós, elas conseguem fazer atividades de massa, historicamente....desde os anos 80, então, a questão das rurais é onde está avançando mais em termos de políticas concretas. [...] A **Marcha das Margaridas** [...] tem avançado na agenda enormemente [...] [...] A primeira experiência de juntar urbana e rural de forma mais consistente foi com nós da Marcha [MMM] [DEPOIS VEIO O FÓRUM ITINERANTE DA PREVIDÊNCIA]. [...] A Marcha das margaridas avançou enormemente no detalhamento das políticas públicas e em vários temas [...] não é só crédito, assistência técnica e documentação. Avança também no debate da saúde, do aborto, sexualidade e da violência. [...] Tá questionando família, tá questionando violência. As companheiras da CONTAG na Marcha das Margaridas elas não se conformam que quando o marido se endivida elas também ficam endividadas, [...] então tem que mudar o código civil [...] então chegou no questionmento do modelo de família, entendeu?. Imagina...um movimento de mulheres rurais, da agricultura familiar tradicional [...] questionando o modelo de família no movimento misto [...].

Fotos da participação da AMB na Marcha das Margaridas em 2011.



Fotos disponíveis em: http://mulheresnegrasdandaranocerrado.blogspot.com.br/2011_08_22_archive.html. Acessado em 15 de fevereiro de 2013.

É importante destacar que o MMC não participa da Marcha das margaridas, mas, para nós, a divergência não está na pauta de reivindicação feminista, mas no método de atuação das lutas mais gerais da CONTAG, principal organizadora dessa atividade. A CONTAG não atua de forma articulada com a Via Campesina, campo que o MMC integra, e virse-versa. Compõem campos diferenciados na luta pela Reforma Agrária. É tanto que nenhum movimento social da Via Campesina integra a Marcha das Margaridas. Ou seja, a divergência nesse caso, está entre CONTAG e Via Campesina.

As mulheres do MMC vêm imprimindo um caráter de confronto anticapitalista às suas lutas, a exemplo das ações que provocaram prejuízos à grandes empresas. Destacamos como exemplo disso, a ocupação de cerca de duas mil mulheres da Via Campesina[281], com

[281] A Via Campesina consiste em um movimento de abrangência internacional. No Brasil, ela é composta pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), Movimentos dos Pequenos Agricultores (MPA), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Federação dos estudantes de agronomia do Brasil (FEAB), dentre outros.

bandanas roxas, nas plantações de eucalipto da Aracruz Celulose. Uma ação em nome da luta contra a exploração da natureza e de trabalhadoras, ocorrida em 8 de março de 2006, no Rio Grande do Sul[282]. Essa ação de enfrentamento em 2006, representou um forte marco para o feminismo brasileiro, na verdade, um convite à radicalidade das lutas, como nos diz MMC 2:

> **A ação de 2006 foi um convite pro feminismo no Brasil encampar as grandes lutas da mulher no enfrentamento ao patriarcado e ao capitalismo.** Foi um grande convite ao feminismo pra que a gente conseguisse dar um norte, demarcar e construir unidade, mas....não motivou o feminismo brasileiro pra dar continuidade. Aí vem as análises, nós não estamos no tempo, agora não é época...Aí eu te pergunto: quando é época numa sociedade capitalista? Haverá um tempo para nós mulheres que vivemos numa condição de opressão patriarcal e de exploração capitalista? Haverá um momento privilegiado pra nós? Eu deixo essa pergunta (Destques nossos).

As análises de que não está no tempo ou na época para fazer ações de maiores enfrentamentos, refere-se ao receio de outros setores do movimento feminista de fazer ações de maiores impactos e enfrentamentos no contexto do governo Lula. Nessa fala, portanto, percebemos como demonstramos acima, no item 4.4, a dificuldade de alguns setores em promover ações que, de alguma forma, pudessem impactar negativamente no governo Lula. Nesse sentido, destacamos essa ação de 2006 feita pelas mulheres da Via Campesina, lideradas pelo MMC, como um exemplo de que é possível ir além de campanhas, atos de denúncia e monitoramento de políticas públicas. Não que isso não seja importante e necessário, mas, diante dos desafios que a realidade nos impõe, são, sem dúvida, insuficientes. A importânica da ação de 2006 contra a Aracruz Celulose é bem avaliada por MMC 2:

> A luta feminista colocou na pauta as grandes questões, tanto de destruição da natureza, de continuidade da fome do mundo, de invasão dos territórios pelas transnacionais, a questão dos transgênicos [...] imagina as mulheres, em torno de 2000 mulheres. O mundo estava no Brasil, o mundo estava em Porto Alegre, era a Conferência Mundial da Reforma Agrária, onde tinha os representantes do mundo inteiro. As mulheres fizeram apenas um gesto de denúncia do capitalismo e da questão da opressão e da situação das mulheres, não foi só uma questão da luta de classe, foi uma questão da luta de classe, da luta de gênero, da condição das mulheres, enquanto produtoras de comida, de alimento, enquanto mães, enquanto mulheres, enquanto trabalhadores. Colocaram em pauta as grandes questões que estão levando a humanidade a pensar no seu destino. E eram isso que os chefes estavam discutindo lá, era uma Conferência Mundial da Reforma

[282] Segundo a própria Aracruz, esta ação provocou um prejuízo de cerca de 400 mil dólares (Disponível em: http://noticias.terra.com.br/brasil/interna/0,,OI909064-EI306,00.html; acessado em 08 de setembro de 2009).

> Agrária. O que as mulheres fizeram? Fizeram uma ação, foram lá no laboratório [...] pegaram uma muda de eucalipto levaram lá na reunião dizendo que a humanidade não sobreviverá comendo só eucalipto e que atrás dessa ação estava a vida, o destino dos seus filhos, a terra que estava sendo expropriada, o próprio território. Esse tipo de ação de enfrentamento ao capital, ela é profundamente feminista porque ela trás consigo a vida das mulheres, a vida das famílias, a vida das crianças, a questão planetária e da produção de alimentos que uma das grandes questões que nós temos como luta concreta. [...] É uma ação que confirmou a identidade do movimento de mulheres camponesas na luta contra o patriarcado e contra o capitalismo, uma luta de enfrentamento e de resistência.

Concordamos, em grande media com essa avaliação, todavia gostaríamos de ressaltar a relação entre mulher e produção de alimento, mulher e natureza que essa fala traz. Percebemos esse viés, que se aproxima do ecofeminismo e que, para nós, em alguma medida, reedita a concepção essencialista e a ideologia da natureza que tecemos uma crítica, especialmente, no Capítulo 2, e que reforça a desigualdade que pesa sobre as mulheres. Nesse sentido, concordamos com Carmen Silva (2011, p. 108): "Parece-me que ampliamos o debate frente à crise civilizatória: temos de enfrentar o debate sobre as relações entre seres humanos e a natureza, sem, no entanto, recair no teor essencialista que reforça a desigualdade das mulheres".

No MMC, todavia, em que pese todo o esforço da luta contra às desigualdades patriarcais e, portanto, de combate a naturalização da subalternidade da mulher, há, contraditoriamente, a naturalização da relação entre a mulher e a natureza no debate ecofeminista. Percebemos esse viés não apenas na fala anterior que citamos de MMC 2 , mas, também, em várias outras, bem como em documentos do MMC que lemos e no encontro de formação e preparação para o 8 de março de 2012 que participamos em Santa Catariana. Essa perpectiva ecofeminista é reconhecida positivamente por MMC 4: "O ecofeminismo [...] penso que trás elementos...assim...bem interessante porque..., elas relacionam muito o corpo, a vida das mulheres com a vida ambiental, com a terra, né? com a água, com a natureza".

Apesar da grande repercussão dessa ação de 2006, o feminismo brasileiro como um todo não conseguiu incorporar essa perspectiva de radicalidade para as suas lutas subsequentes. Nem mesmo por parte do MMC, pois, apesar dessa ação ter se tornado uma referência para muitas mulheres, também teve impactos negativos, provocados, especialmente, pelos desdobramentos da criminalização que algumas militantes sofreram. O MMC avalia, portanto, que não tem como manter ações desse porte de forma contínua,

especialemte, quando os demais movimentos não incorporam esse tipo de luta para se ter um fortalecimento em torno de uma unidade de movimentos. MMC 1 nos explica melhor:

> Grandes ações, ações fortes, você faz de tempos em tempos. Porque, por exemplo, ao mesmo tempo que foi uma ação ousada, necessária e importante, mas, assustou a base. Então tinha que ter um tempo. Precisa um tempo que você vá construindo e juntando a base, forçar pra ter a todo momento, quebra. [...] Veio a ação do judiciário pra cima, então tem que da um tempo pra você sair daquele embrólio pra não poder arriscar. [...] Precisa alimentar a organização e fazer com que a base acompanhe. [...] Tem que ser muito estudado, muito aprofundado.

A participação efetiva nas lutas iniciadas em 2007, em prol da anulação do leilão que privatizou a Vale do Rio Doce, bem como em denúncia contra os crimes ambientais e humanos provocados por esta empresa, também são exemplos da capacidade de luta e resistência dessas mulheres. Um forte indício de que esta campanha afetou a empresa foram os vultosos recursos que tiveram de ser investidos em propaganda para melhorar a sua imagem como uma empresa "brasileira".

Em 2008, na jornada de luta em alusão ao dia internacional da mulher, 8 de março, mulheres da Via Campesina ocuparam no dia 07 de março, uma unidade de pesquisa biotecnológica da empresa americana Monsanto e destruíram um viveiro e o campo experimental de milho transgênico, em Santa Cruz das Palmeiras-SP. Além disso, a Via Campesina realizou protestos e marchas por Reforma Agrária e contra o agronegócio em todo o país (MÍDIA INDEPENDENTE, 2008).

No 8 de março de 2009, as mulheres da Via Campesina, em atos por todo o país, protestaram com uma só voz:

> Não nos subordinaremos a este modelo capitalista e patriarcal de sociedade, concentrador de poder e de riquezas. [...] Nos mobilizamos para denunciar a crise política, econômica, social e ambiental criada pelas elites que controlam o Estado: capital financeiro internacional e transnacionais. Não aceitamos pagar a conta da crise, com a super-exploracão de nosso trabalho, baixos salários, aumento da jornada de trabalho e com o avanço da exploração sobre os recursos naturais. Por isso, DENUNCIAMOS: O AGRO E O HIDRO NEGÓCIO SÃO INSUSTENTÁVEIS [...]; SUPER-EXPLORAÇÃO DO TRABALHO[...]; FINANCIAMENTO DO ESTADO: este modelo é beneficiado através de investimento público que tira dos pobres em forma de impostos e passa os recursos para os bancos e empresas. [...]; A CRIMINALIZAÇÃO DA LUTA: nos últimos tempos, o Estado tem utilizado todo aparato policial, o poder judiciário e a mídia para defender as empresas, o agronegócio e a propriedade privada e criminalizar as lutas sociais; Reafirmamos a luta como única saída para as transformações sociais! E temos o direito de lutar! [...]

Seguiremos lutando![283]

Percebemos, no direcionamento político destas lutas, a capacidade de resistência e o seu viés classista, tendo em vista que, por mais que estas mulheres travem lutas que expressam interesses particulares de sua condição de gênero (por exemplo, a luta que travam cotidianamente pela afirmação política das mulheres, bem como contra a violência à mulher), expressam também, articuladamente, a luta contra o capital e a afirmação da vida livre de opressões e explorações.

São alianças como esta que demonstram a existência da identidade de classe e com ela, a pertinência histórica do desafio de lutarmos pela construção de processos revolucionários, distanciando-nos da ideologia do fim da história, como destaca Sâmya Ramos:

> Assim a desafiadora questão de se construir processos revolucionários é colocada para as forças de esquerda, num contexto de mundialização do capital, de crise da expectativa socialista realizada historicamente, exigindo um esforço gigantesco para a construção de novas alternativas que se distanciem do fetiche do fim da história, da narrativa ideológica quanto à impossibilidade da superação do metabolismo do capital, negador da realização da liberdade, autonomia e satisfação das necessidades humanas (RAMOS, 2007, p. 43).

É, pois, na luta concreta e na afirmação das nossas convicções éticas e políticas que nos fortalecemos e nos constituímos com sujeitos da história, em permanente construção, apesar de não realizar essas tarefas nas circunstâncias que escolhemos, daí esse ser um desafio permanente.

De uma maneira geral, com relação ao financiamento das ações, segundo os depoimentos das entrevistadas, a MMM e a AMB, captam recursos por intermédio de ONGs que compõem os Fóruns de Mulheres que integram a AMB e o MMC por meio de uma Associação, além das atividades de auto-financiamento.

Segundo AMB 6, a opção da AMB em não se formalizar, ainda que possua CNPJ, dificulta a captação direta de recursos, o que exige a relação com as ONGs. Explica-nos AMB 6:

> [...] Por esta opção da AMB de continuar informal [...] isso necessita de uma relação...Isso dificulta a parte de recursos. Tudo bem, a gente pode captar recursos próprios, a AMB tem CNPJ desde 1995, mas isso a gente não faz assim. São coisas muito pontuais. Boa parte das ações ou grande parte das ações são feitas por ONGs que intregam os Fóruns de mulheres ou pelos recursos que os

[283] Disponível em : http://www.mst.org.br/especiais/24. Acessado em 01 de set de 2009.

> fóruns mobilizam a partir das organizações que fazem parte dela. Nenhum Fórum é formalizado também [...] Toda parte de recursos ela passa pelas organizações. Ou a captação miudinha, aquela coisa que entra para uma ação, aí todo mundo da uma contribuição. E [financiamento de] projetos quem recebe são as ONGs ou outra associação formal.

Segundo a AMB 1, a AMB "tem como princípio não fazer projeto com o governo, nem com o MDA, nem com a Secretária [...]. Quando a gente fazia algum trabalho conjunto, ela [secretária] dava as passagens, mas uma coisa muito pontual, mas nunca projeto, nunca. [...] Eu tô falando da AMB nacional, mas nos estados também não é feito projetos para as secretarias". Não há, portanto, por parte da AMB como organização, o recebimento de recursos governamentais. Seus recursos advém da cooperação internacional e pelo intermédio de ONGs associadas à AMB. Explica-nos AMB 1:

> [...] Tivemos projeto com a Fundação Ford por um longo período e também com a Novibe. Axioele da todo ano 2000 libras. A UNIFEM também. Projeto grande a gente fez com a Novibe. O da Novibe era voltado para a soberania alimentar [...] As organizações feministas, CEFEMEA, Leila Diniz, SOS Corpo, Cunhã, sempre colocam recursos para mobilização nos seus projetos, que é para o fortalecimento da AMB. [...] Esse momento tá muito difícil porque estão todas as organizações praticamente sem recursos.

Segundo AMB 4, são financiadores da AMB: a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE), o Serviço de Análise e Apoio a Projetos (SAAP) e a Onu Mulheres. Além disso, a AMB vem pensando estratégias de auto-financiamento. Segundo AMB 1, foi criado um grupo para pensar a estabilidade econômica da organização e o desenvolvimento campanhas de arrecadação para o próprio movimento: uma semana no ano, todos os estados vão fazer campanha, festa, vender camiseta, qualquer coisa, café feminista... e aquele recurso não é para o estado, é para a AMB [...] no ENAMB, 90% dos estados chegaram com recursos próprios dos estados (AMB 1).

A Marcha Mundial de Mulheres também conta com o apoio orgânico de ONGs que compõem sua executiva nacional, mas, diferente na AMB, também recebem recursos do governo. Explica-nos MMM 6:

> Existem duas organizações que estão na executiva da Marcha, a SOF e o CF8 [...] Todos os recursos que vem pra Marcha, são essas duas organizações que drenam [...] Com o governo Lula, tem alguns projetos, mas, são limitados [...] pra fazer alguma ação específica [...]. Ou você tem um convênio com o governo brasileiro ou você tem o um governo europeu [...]. Pra nós não é uma

> contradição, é dinheiro público, a gente tá fazendo uma ação voltada pra melhorar a igualdade no país. De maneira nenhuma isso influencia na pauta, nas decisões, não fere a autonomia. Porque se ferisse a gente não captaria.

Ao relatar o recebimento de recursos financeiros do governo, perguntamosa MMM 6 se havia alguma influência política decorrente desse financiamento. Ela nos respondeu:

> Influencia sim. Acaba que tem que adequar sua agenda. [...] O governo, atualmente, claro, quem trabalha com a questão da violência tem mais dinheiro do que quem não trabalha ....[...] influencia mais por esse lado. Nos últimos anos aumentou isso. As agências de cooperação internacional tem uma agenda, se você se encaixa na agenda te apoia, se você não se encaixa não te apoia.

O estímulo e incentivo ao auto-financiamento também é uma preocupação da MMM, segundo MMM 1: "As mulheres conseguem dinheiro com sindicatos, com outras organizações, estão sempre fazendo atividades para finanças, isso pra rodar material, para viajar para uma reunião, esse dinheiro é pra coisas miúdas". Essa preocupação tem sido fortalecida até mesmo porque, segundo MMM 1 "diminuiu muito a contribuição da cooperação internacional". Como exemplo disso, MMM 1 destaca: "Só pra você ter uma ideia, na ação de 2010, nós não tínhamos um tostão da cooperação internacional. [...] Nós fizemos com algum recurso institucional da SOF [...] mas, a maioria foi dinheiro nacional, as mulheres conseguiram ônibus com prefeito, fizerem rifas, festa e ....e a Universidade e projeto com governo...tudo". O esforço e a dificuldade para realizar a política de auto-financiamento da MMM, são destacados também por MMM 7: "Tem dificuldade de ter uma política permanente de auto-financiamento, embora a gente faça colar, agenda, camiseta, rifa, venda de cerveja no pré-carnaval livro de ouro, mas, às vezes a gente fica com muita dificuldade de fazer isso". Devido à existência dessa dificuldade, MMM 7 sugere:

> [...] Acho que a gente tinha que rever a legislação brasileira porque o movimento sindical tem o imposto sindical que garante o financiamento e os outros movimentos não tem. Aí acaba estabelecendo o convênio a partir de um parceria que aí você faz um projeto de assistência técnica via ONGs ou associações. Aí você aproveita esse tipo de ação para construir o Movimento. Eu acho que a gente tinha que avançar e aí ser pauta dos movimentos sociais para sustentação dos Movimentos.

O MMC capta seus recursos por meio da Associação Nacional de Mulheres Camponesas (AMMC). A preocupação financeira do MMC, todavia, é o auto-financiamento como uma garantia de autonomia para o Movimento, como rlata MMC 2:

“Essa autonomia das mulheres, essa busca de construir as ferramentas pra sua auto sustentação financeira, isso eu não tenho dúvidas de que é um ponto que acrescenta muito na autonomia do Movimento”.

Essas atividades de auto-financiamento são as mais variadas. Cada grupo de “base” busca ter uma “caixinha”. Para tanto, fazem festas, ação entre amigos, gincanas, rifas, bailes e jantares. Outro exemplo destacado por MMC 1, é a “Campanha do real”, na qual, cada uma das mulheres militantes doa um real para ajudar nas passagens de quem vai viajar para uma atividade do movimento. Por sua vez, as mulheres conseguem dinheiro por meio da venda do que aprenderam a produzir no MMC, como: remédios com plantas medicinais, elixir, galinhas orgânicas, sementes crioulas, plantas medicinais hortaliças e verduras orgâncias. Nos municípios, os grupos de “base” do MMC também buscam articular com organizações locais, como pastorais e sindicatos, ou mesmo prefeituras, para buscar apoio financeiro para as atividades. Os municípios que têm grupos organizados, contribuem com meio salário mínimo ao ano para a coordenação estadual do MMC.

Além das atividades de autofinaciamento, o MMC, assim como a MMM, também recebe recursos governamentais, como relata MMC 7:

> Uma parte boa do movimento quem sustenta é a base, nós temos trabalhado com arrecadação das próprias mulheres, como sempre. Desde o início da história do movimento, por exemplo, quando nós fazia as caravanas da previdência pra Brasília, quem trazia a comida, quem fazia e vendia a comida para arrecadação eram as mulheres [...] Nos encontros que a gente faz, muito raramente, a gente compra comida, que é uma forma de contribuir. **[...] tem também projetos com o governo [...] o dinheiro público é a mais valia-social, claro que com toda dificuldade e com todo enquadramento**....e o processo da autonomia [...] nós acreditamos que só com a autonomia, com esse espaço de auto-organização das mulheres que nós teremos igualdade.

No que diz respeito ao financiamento governamental, MMC 5, faz uma avaliação crítica de que “[...] tem todo um controle do Estado para convênios, de tratar igual um movimento ou uma prefeitura, então, ou você se aparelha igual a estado pra viver de convênios e que nós não podemos ou não [...] tem facilidade de pegar convênio. Eu acho que tem que pegar convênio, mas, tá colocando a gente numa situação muito difícil”.

Diante desse entrave e da dificuldade criada pela cultura na onguização do último período, na qual criou-se, na avaliação de MMC 5 uma “lógica de dependência” e um “vício” muito grande das militantes não arcarem com as despesas de alimentação e

passagens, por exemplo, a busca pelo caminho do auto-financiamento constitui-se como um dos maiores desafios para o movimento feminista, como veremos no próximo item.

4.5 **Atualidade e desafios históricos do feminismo no Brasil**

> Acho que o feminismo permanece absolutamente atual. Acho que a palavra de ordem, a bandeira do movimento feminista: **Nosso corpo nos pertence**, ela continua absolutamente atual nos nossos dias de hoje, levando em conta não só o contexto da mercantilização, do mercado de trabalho, mas de tudo.
> *MMM 7*

Uma das mudanças estruturais que impactou o feminismo brasileiro a partir da primeira década dos anos 2000, foi a progressiva saída de Agências de Cooperação Internacional do Brasil, como nos explica MMM 1: "Até os anos 2000 era muito peso da ONU, do Banco Mundial e as pessoas não conseguiam ver outro lugar. Eu acho que a partir dos anos 2000 isso mudou, inclusive, teve momento que a ONU perdeu seu lugar". Ainda que tenhamos que acompanhar mais os desdobramentos históricos desse processo, podemos arriscar algumas avaliações, mesmo que não conclusivas. Nessa perspectiva, ajuda-nos MMM 2:

> Nos anos 80 o movimento feminista era muito ligado a sindicato, à comissão de mulheres dos sindicatos, à luta de organização de mulheres populares. Nos anos 90 todo mundo corre pra fazer monitoramento de políticas e esvazia....[...] eu acho que **nessa conjuntura agora tem algum nível de alteração nesse setor mais institucionalizado, porque volta-se a fazer trabalho de base, volta-se a discutir classe** [...] (Destaques nossos).

A perda do financiamento por parte da Cooperação Internacional, fez com que o feminismo tivesse que repensar sua dinâmica organizacional, uma vez que, como vimos no Capítulo 2, viveu fortemente um período de onguização. Todavia, esse contexto possibilitou, da parte de muitas miliantes ou até mesmo de organizações, reflexões mais críticas e reveladoras do que significou a institucionalização do feminismo, como nos fala MMC 5 sobre as ONGs feministas:

> [...] fica muito dentro de estrutura, de escritório, de escrever, de acompanhar o legislavivo, faz carta, faz protesto....Mas, o grau de inserção na vida do nosso povo e das mulheres é muito pouco, a distância é demais. Então fica uma coisa

> assim intelectualizada, de grupo fechado que fala por elas e não com elas. Isso carece uma crítica às ONGS feministas, repensar isso.

Avaliações como essa, levaram a percepção da necessidade de superação de uma política institucional para uma intervenção política militante com autonomia, com preocupação da participação direta das mulheres, ou seja, com a percepção de que as ONGs não representavam o movimento feminista. Explica-nos AMB 4:

> A pauta das organizações [ONGs] meio que tomavam conta da própria pauta do movimento, né? [...] Tinha uma cultura política muito complicada, que ainda deixou marcas, a gente ainda tenta mudar muito isso. [...] Quase todas as militantes diziam: as mulheres, as mulheres, as mulheres. Era como não se fôssemos nós. [...]. É um movimento que não tem capacidade de dizer nós, de reconhecer que você é aquele sujeito, que você não está fazendo luta só para a outra, mas pra você também, que você é parte daquelas porque as feministas não são aquelas que se libertaram, porque ninguém se libertou numa sociedade que oprime a todas. [...] Só seremos livres quando todas forem. [...] Na AMB eu vejo isso, um movimento que busca o tempo todo essa capacidade de dizer nós.

Percebemos nesse depoimento, portanto, a necessidade da reconstrução do sujeito político do feminismo que as ONGs no contexto neoliberal, hegemonicamente, fragmentou e despolitizou. A própria mudança na linguagem que se desloca do nível da representação política, ou seja, de trabalhar para as mulheres, para trabalhar com as mulheres, ou melhor, se sentir parte, se perceber sujeito. Sobre isso nos esclarece AMB 3:

> [...] A concepção de trabalhar com, ao invés de organizar conjuntamente, isso aniquilou ...que não é um problema só do movimento feminista [...] tem também no mesmo período vários fenômenos que são paralelos, por exemplo, o advento do neoliberalismo, que despolitiza e que se expressa num tipo de discussão de projeto do Banco Mundial, que influencia as Agências, que influencia as ONGs. [...] Ao mesmo tempo, a questão da organização do ciclo organizativo CUT-PT-Movimentos Populares...[...] no processo de organização [...] e o caminho institucional das eleições [...] você tem o desengajamento da Universidade, o pós-modernismo.... [...] uma universidade amplamente majoritária sem engajamento nenhum [...] Pesquisa e extensão sendo privatizadas [...] tudo isso gera um **problema de renovação** etária no Movimento [...].

Outro avanço advindo do contexto de oxigenação do feminismo em relação à influência da ONU, é a possibilidade de ir além das chamadas políticas específicas, mas,

de poder pensar e atuar em uma perspectiva de totalidade, em torno de um projeto societário, como nos indica MMM 1:

> Aqui no Brasil, se ampliou muito essa questão que o feminismo tem que pensar o modelo [societário] como um todo, antes, era bem assim o movimento, fazendo uma caricatura, no feminismo a gente pensava a agenda específica e no partido você cuidava das agendas gerais e as ONGs feministas ficavam só nas agendas específicas. [...] O movimento de mulheres que nasceu questionando a divisão entre público e privado, dizendo que o pessoal também é político, nos anos 90, muito por influência da ONU, começa a pensar um modelo de desenvolvimento, perdeu a radicalidade, não é que perdeu a radicalidade, mas, o que tava imperando era a categoria de gênero então ficou meio diluído e descolado da questão de classe [...] se perdeu um pouco no geral.

MMM 1, avalia, portanto, que o feminismo brasileiro vem avançando no sentido de imprimir o caráter classista nas lutas, o que leva à possibilidade de radicalização que foi fragmentada devido à influência da ONU. Todavia, MMM 2 acredita que o movimento feminista permanece hegemonicamente institucionalizado pela relação com o governo via o monitoramento das políticas públicas, sendo a Marcha Mundial de Mulheres, um diferencial dessa perspectiva, segundo ela. Na opinião de MMM 2:

> Hoje, o Movimento Feminista ainda tem uma hegemonia do ponto de vista que eu chamo, das feministas mais institucionalizadas porque tem um setor do feminismo que vive muito mais essa coisas de relação com o governo, relação com o governo assim, de monitorar políticas, de escrever sobre isso. Essa parte tem mais visibilidade e legitimidade do ponto de vista mais institucional. E tem o setor da Marcha que pra mim é o setor que trabalha cotidianamente essa coisa da luta de classe porque investe muito na **auto-organização das mulheres populares**, investe nas atividades de rua, investe nas manifestações, então eu acho que isso tem uma coisa mais de classe, mas, ainda assim eu acho que a gente ainda tem muito que ampliar como movimento. de ter uma frente de trabalhar mais essa coisa [monitoramento de políticas, lobby] que a gente pouco tem, a gente trabalha mais com essa coisa da auto-organização, da mobilização social, das manifestações [...].

De forma diferente, AMB 3 avalia que há uma guinada no campo do feminismo para a incorporação de um caráter popular às suas lutas, com a incorporação das mulheres trabalhadoras como sujeitos do Movimento. Sobre o feminismo no Brasil, fala-nos AMB 3:

> Eu acho que ele tá fazendo um processo de mudança muito grande. Ele nasce no Brasil como um feminismo [...] de classe média, mas que faz trabalho com

> classes populares [...] **muito desse trabalho popular considerava essas mulheres como público e não como constituidoras de um movimento feminista. E eu acho que a guinada que a gente tá dando é que hoje, as mulheres populares e as mulheres trabalhadoras da classe organizada, sindicalistas, agroecologistas e de outros movimentos, têm se colocado no feminismo** [...] elas têm se reconhecido como feministas. Isso coloca uma nova questão [...].

Nessa mesma perspectiva de avaliação, reforça AMB 5:

> O feminismo tem se fortalecido [...] no início de 90 eu não via o feminismo como eu vejo agora. [...] Eu nem via tantas articulações feministas como eu vejo agora. Eu acho que o movimento feminista está tendo um processo de revitalização e de fortalecimento. E ele tá tendo um diferencial também. [...] Antes o movimento feminista era elitizado e de mulheres brancas. Hoje a gente vê nos espaços dos Fóruns de Mulheres, mulheres negras e mulheres de bairros que levam suas pautas. [...] O feminismo se conseguiu se fortalecer e falar de forma mais ampla nos diferentes espaços que nós mulheres vivenciamos. É um avanço muito grande que eu considero [...] são mulheres que não são alfabetizadas, mulheres que não sabem ler, mulheres trabalhadoras informais, que são mulheres trabalhadoras domésticas...
> .

Acreditamos que, de fato, tem havido algumas transformações estruturais em termos de redirecionamento político do feminismo. Por um lado, é incontestável o esforço dos movimentos que investigamos para superarem o peso da influência que a ONU e a onguização exerceram no feminismo nos anos 1990, mas, que ainda há reflexos. Por outro lado, na correlação de forças brasileira, houve uma dificuldade de se estabelecer lutas de enfrentamento que perpassem alguma forma de oposição ao governo petista, não apenas pelo receio das direções dos movimentos, mas, também, pela grande adesão popular do Governo Lula. Então, por mais que algumas direções de Movimentos tenham críticas, suas bases, muitas vezes, não acompanha. Além disso, a dependência financeira com o governo foi intensificada após a grande redução do investimento da Cooperação Internacional no Brasil, o que também arrefece a capacidade de crítica e de enfrentamento por parte de muitos movimentos sociais, não apenas os feministas.

Em que pese à importância da análise da dependência financeira e suas implicações, consideramos que os vínculos políticos partidários podem afetar ainda mais a relação de autonomia frente aos governos. Por isso, passemos a analisar a relação dos movimentos aqui investigados com os partidos políticos, bem como com outros movimentos sociais, para que tenhamos mais elementos para compreensão da correlação de forças que compõem a luta de classes no Brasil.

4.5.1 Relação com movimentos sociais e partidos políticos

A AMB nas entrevistas expressou mais dificuldade de estabelecer relação com outros movimentos sociais, especialmente devido à bandeira do aborto, que dificulta a construção de unidade com outros movimentos sociais não feministas. Ainda que perceba a importância e a necessidade da articulação política com outros sujeitos coletivos, é um desafio expresso pelas entrevistadas da AMB construir uma articulação de forma mais contínua e consistente com outros movimentos sociais, uma vez que essa articulação "é muito episódica, ela se organiza em termos de coisas muito concretas, mas, ela não ganha um movimento histórico mais contínuo e mais consistente" (AMB 2). Nessa direção analítica, complementa AMB 5:

> Cotidianamente a articulação é difícil por conta de algumas bandeiras específicas, por exemplo, que é a pauta mais cara ao feminismo, que é a bandeira pela legalização do aborto. Então muitos se distanciam, de certa maneira, por conta dessa bandeira. [...] É uma pauta que não unifica [...] A gente tenta tá presente, por exemplo, em outros espaços, por exemplo, quando tem as caminhadas, as marchas do MST, a gente tenta tá presente. Quando tem a parada pela diversidade sexual [...] A gente acredita que são espaços que precisam ser fortalecidos. [...] No cotidiano não tem tão presente essa articulação entre os movimentos, a gente tá mais presente no fortalecimento das lutas e das ações quando a gente vai pras ruas. Quando os movimentos vão pra rua, a gente tá lá fortalecendo. Quando o movimento LGBT vai para as ruas, a gente tá fortalecendo. Quando o movimento de trabalhadoras rurais vai pra rua, a gente tá lá fortalecendo e outros movimentos. Porque todos esses movimentos são contra essa sociedade de desigualdade. Mas, no cotidiano mesmo, diário, não existe esse processo.

No que diz respeito à relação dos movimentos feminista com os partidos políticos, a análise é mais complexa. A AMB tem como princípio não ter interferência partidária em qualquer direcionamento do movimento, ainda que possua militantes vinculadas a partidos, como o PT. Todavia, anteriormente aos processos eleitorais, a AMB faz uma análise uma avaliação política para subsidiar a reflexão crítica das suas ativistas no processo de apoio ou não às candidaturas. Segundo AMB 7:

> A gente tenta ver a linha da coerência [...] deixamos as ativistas livres para que elas possam fazer com base em algumas análises fazer as relações [...] A AMB não toma a postura de que não é pra fazer, mas, a gente faz uma análise de

> contexto, faz alguns debates, coloca alguns pontos, mas, é difícil avançar nisso porque tem muita mulher que tem militância partidária.

Há, por parte da direção da AMB, uma forte preocupação em conseguir se constituir como um movimento radicalmente autônomo e independente de partido políticos, o que ainda é dificultado pelo vínculo partidário de algumas de suas militantes. O processo de crítica por parte das militantes petistas dentro da AMB, contudo, tem apontado avanços, pois, segundo AMB 7, as próprias militantes do PT que integram a AMB, vêm percebendo de forma mais crítica esse partido, especialmente no que diz respeito à relação política com as mulheres. Com isso, diminui-se internamente as dificuldades para a AMB consolidar um campo de atuação mais crítico, autônomo e reivindicativo. De acordo com AMB 7:

> Ano passado fizemos dois seminários sobre mulher e política, vai ter um outro agora [...] a gente fez uma avaliação do processo eleitoral, foi muito legal porque as petistas que ainda estão com muita consistência dentro da AMB viram que não tá dando, não avança, elas não têm nenhuma consideração, o partido mesmo não respeita a coisa do fundo partidário, não recebem dinheiro, são candidaturas desvalorizadas, então, quer dizer, caiu uma ficha...[...] Na avaliação da eleição já ficou uma interrogação...a gente viu que tinha que fazer a luta pela Reforma do sistema político ou pelo menos criticar o sistema como ele tá.

A preocupação com a autonomia partidária, por parte da AMB, foi fortalecida depois do PT ter chegado à presidência da República, como demonstra AMB 2:

> Como é que você se relaciona de forma autônoma com partidos políticos nesse contexto? Porque em outros contextos houve conflito, mas, aconteceu. Nesse contexto acabou. [...] **Porque como tudo gira em torno do governo, as relações com os partidos também**... porque quando o PT não estava no governo, o partido reverberava as proposições, lutava no Congresso pelo aborto, ou mesmo quando ainda não estava no Congresso, defendia em seus congressos a legalização do aborto. Agora no governo ... [...] qualquer coisa nesse diálogo vai remeter ou ao Congresso Nacional ou Executivo. [...] Na relação entre os movimentos sociais e o partido, no meio tem o poder, os governos, os parlamentos... [...] Você vai discutir aborto, ninguém quer mais. Discutir as questões da militância, não tem mais essa discussão nos partidos, discutir questões que se resolvam na militância, não só na construção de uma política pública. Eu acho que o diálogo dos movimentos sociais com os partidos hoje, se resumem a um debate sobre políticas públicas.

AMB 2 também avalia que outros partidos de esquerda, para além do PT, não vêm correspondendo ao papel político de um partido, o que dificulta a articulação política dos mesmos com movimentos sociais:

> [...] Os partidos que também não estão no poder também não estão discutindo com os Movimentos. O PSOL, o PSTU, que são partidos de esquerda, também só estão olhando para o governo [...]. Você tem dois tipos de relação. Uma relação dos Movimentos com os partidos que estão no governo que é uma relação ora conflituada, ora de cooperação. E alguns movimentos estão completamente beneficiados pelos partidos, [...] movimentos que tão ligados, por exemplo, a uma tendência dentro do partido, eles estão executando políticas públicas e ganhando força diante dos outros movimentos porque eles têm poder porque como estão no partido, eles têm um ministério e num sei que lá... [...] fatiamento de recursos por tendência partidária.

A centralização da política para o âmbito eleitoral ou governamental, mesmo por parte do lado da oposição, não vem permitindo a construção de um projeto comum entre os diferentes sujeitos políticos em torno de um projeto societário, ou melhor, não tem permitido, nos termos gramscianos, ir além da pequena política para construção da grande política.

A relação entre os movimentos feministas também é atravessada pela questão partidária/governamental. Segundo AMB 3, essa relação é "bem complexa". Explica-nos AMB 3:

> Há muita identidade de propostas, mas, tem muita divergência de método de trabalho e de relação com o governo e de relação com o partido. Eu acho que as divergências principais se centram na relação com o governo/partidos e no método de organização, de elaboração. [...] Embora, na proposta da previdência não teve recuos nos movimentos de mulheres, mesmo nos vinculados ao partido. Mesmo a Marcha Mundial que é muito vinculada ao Partido dos Trabalhadores, não recuou na proposta de previdência universal, agora, também, não levou muita gente para a mobilização...rs Mas, não houve recuo no sentido de retirar o nome, de não está participando, isso não aconteceu. A força daquela mobilização de mulheres, colocando a questão do trabalho, exigiu. Por exemplo, as mulheres da CUT ficaram numa situação muito difícil, porque a CUT estava com a posição oficial do governo, mas, elas fizeram relação, mediaram. [...] As próprias mulheres da CONTAG também fizeram relação, mediaram relações, mas, os movimentos autônomos, mesmo vinculados ao partido, não recuaram. Mas, agora, por exemplo com relação a proposta da Reforma Política que é uma questão mais vinculada ao poder, a gente tá tendo dificuldade de construir um movimento com uma pauta unitária [...]. A Marcha diz que vai participar, já recebeu o documento e tal...mas, não engajou. A UBM a mesma coisa, não prioriza [...] nesse caso, **vínculo partidário dificulta** porque é uma questão que diz muito respeito a forma de organização partidária.

É importante perceber mais uma vez que a política institucional, especialmente a partidária, na atual correlação de força, fortemente marcada pelo discurso da governabilidade, pelo estaticismo e pelo possibilismo como vimos no Capítulo 3, tem

dificultado a construção coletiva de um projeto societário verdadeiramente comprometido com transformações estruturais na sociedade. Isso tem provocado, segundo AMB 7, uma dificuldade na política de unidade entre a AMB e a MMM, devido à influência petista na Marcha, que faz com que esse Movimento encontre mais dificuldades em compor ações de enfrentamento ao governo. Para AMB 7, no que diz respeito à relação entre AMB, MMM e partido:

> A gente tem mais autonomia mesmo, a AMB é uma organização autônoma de partidos, de tudo. O que eu acho que é ruim na Marcha, porque como tá filiada a uma linha de pensamento, a toda uma trajetória teórico-política [...] tão amarrada nessa coisa e isso tem dificultado a unidade. Qual a impressão que a gente tem? Por exemplo, na luta do aborto, claro, a Marcha não saiu, mas também não pega o miudinho, pega assim o geralzão, pega o grande emblema dentro da Frente Nacional, mas o miúdo do enfrentamento, que aí, realmente, é sentar com os gestores, ministério da saúde, é fazer toda essa confusão pelo código penal, aí não vai fazer porque aí coloca uma ação direta já contra o governo, né? [...]

Em relação à percepção das entrevistadas da Marcha Mundial de Mulheres, apenas uma das entrevistadas demonstrou preocupação com a influência partidária dentro da organização. Quando perguntamos sobre a composição da MMM, ela nos respondeu:

> É uma composição e não é (risos), porque é a CUT, o CF8, a SOF, que, na prática, todas são DS, que é uma corrente política do PT. [...] É ruim para quem é da Marcha e não é dessa corrente política porque o espaço real para você discutir os rumos da política da Marcha, você acaba indo para esses espaços que reproduz a política de uma corrente que não necessariamente é a sua. [...] Desgasta, você fica indo para os espaços nacionais, você fica participando, mas você tem a sua voz até certo ponto porque a direção nacional é muito hegemonizada pela DS. [...] Tem pessoas que não são da DS, tem pessoas que sequer são do PT [...] Tem uma companheira da Direção Nacional que não é da DS [...] pra dar uma legitimidade. É ela e a CONTAG que estão lá e não são da DS [...]. Um desafio pra Marcha é pensar como ela se amplia, tem dificuldade de algumas pessoas virem porque tem essa leitura de que só adianta você está na Marcha se você for da DS, porque aí de fato você terá condições de disputar a política que ela vai tocar [...] (MMM 5).

Há, de fato, uma forte influência do PT na política da Marcha Mundal de Mulheres, especialmente da Tendência Democracia Socialista (DS) que compõe esse partido. A composição de mulheres petistas na MMM é também reconhecida por MMM 6: "Uma parte significativa da Marcha é filiada ao PT, ela tem identidade, se não é filiada, tem identidade, mas, tem uma outra parte que não. [...] Tem também do PSOL, PCB em alguns

lugares. PSTU não. [...] Tem muita gente autônoma". Também é importante a ressalva de que há na Marcha não apenas militantes de outros partidos, mas também, mulheres autônomas. Todavia, MMM 6 destaca a questão da identidade com a política do PT mesmo por parte das mulheres que não são filiadas a esse partido.

Em todas as entrevistas que fizemos com as militantes da MMM, percebemos um forte destaque na preocupação em se estabelecer de forma orgânica uma relação com os movimentos sociais mistos. Em poupas palavras, MMM 6 explicita isso: "Uma característica da Marcha que eu acho que contribui com a classe trabalhadora, na luta pelo socialismo, é a aliança com os outros Movimentos Sociais, não titubeia quando tá junto nas ações que são ditas como gerais, da classe". A MMM prioriza a relação com outros movimentos sociais e sindicais como uma tática para inserir a perspectiva feminista na luta da classe trabalhadora, como para inserir a dimensão de classe na sua agenda. Nas palavras de MMM 2:

> Nós que somos da Marcha [...] a gente tem uma ideia interessante que a de contaminar as agendas, o que é que significa contaminar as agendas? Nós queremos contaminar as agendas dos movimentos sociais na luta de classe com a luta das mulheres e nós temos que contaminar a nossa agenda do ponto de vista de classe. [...] Quando nós estamos discutindo a **auto-organização** das mulheres, nós estamos dizendo que esse sistema não serve porque ele contribui para a opressão das mulheres, ele contribui para a divisão sexual do trabalho e nós queremos que os movimentos de classe também percebam isso e contaminem a agenda deles com a luta das mulheres. E aí a gente dizia assim, olha, se vocês contribuem com a gente com a nossa luta de combate à violência, pela legalização do abroto, a gente fica com mais tempo para fazer luta geral [...]. Nós que fazemos a Marcha temos contribuído muito com essa ideia da transformação por inteiro.

Consideramos de significativa relevância essa preocupação da MMM em contaminar as agendas dos movimentos sociais e compor o fortalecimento de um campo de luta da classe trabalhadora, preocupação também fortemente presente no MMC, como veremos logo adiante. Essa relevância está em contribuir para o enfrentamento do machismo no interior das organizações de esquerda que, infelizmente, ainda reproduzem valores e práticas conservadoras, além de demonstrar na práxis política a percepção de que a revolução não será feita apenas pelo feminismo isoladamente, ainda que esse seja fundamental para uma revolução em sua plenitude. Em outras palavras, a aliança da MMM com outras organizações políticas, demonstra uma clara filiação a um projeto societário classista, mesmo que em alguns momentos, essa aliança exija o "pagamento de um preço",

ou seja, de recuar em bandeiras específicas ou mesmo nas mais gerais, em nome da manutenção dessa aliança.

Falquet (2006, p. 219), ao retratar a experiência das mulheres zapatistas, mostra-nos que essa interferência feminista nos movimentos sociais não é só necessária mas, também, comprovadamente possível: "[...] dentro dos movimentos sociais e desde o início, é possível colocar publicamente em questão as relações sociais de sexos, não só condenando "o machismo" de maneira abstrata e vaga, mas agindo na sua expressão concreta: as estruturas familiares realmente existentes sobre as quais o movimento se constrói".

Para alcançar essa interferência feminista no interior dos movimentos sociais em prol da efetivação a partir do presente de um projeto societário substantivamente igualitário e libertário, é importante interrogar:

> O que dizer da *divisão sexual do trabalho* reproduzida dentro dos movimentos? Quais são os *tipos de famílias* nas quais esses movimentos se apóiam para se construírem e quais modelos de família estruturam seu projeto de sociedade? E para os movimentos que explicitamente fazem a defesa ou a promoção de uma ou outra cultura (questão acalorada no contexto da globalização neoliberal), pode-se perguntar: em que medida esta cultura é favorável às mulheres? Estas três questões são centrais, pois a divisão sexual do trabalho, o modelo de família e a "cultura", estreitamente entrelaçadas, estão entre os principais pilares do sistema patriarcal de opressão (FALQUET, 2006, p. 214).

As respostas a essas três questões, se forem favoráveis às mulheres e levarem em consideração "a diversidade da posição de classe e de "raça" (nacionalidade, cultura, situação migratória) – é uma maneira de avançar na trilha da elaboração, não somente da teoria crítica que Nancy Fraser denomina seus votos, mas também, de uma alternativa política à globalização neoliberal que seja – e também para as mulheres – verdadeiramente convincente" (FALQUET, 2009, p 223).

Os principais movimentos sociais mistos com os quais a Marcha estrategicamente estabelece relação, são segundo MMM 3: "a Via Campesina em nível internacional [...] e os vários movimentos que estão dentro da Via. [...] Os Amigos da Terra, nessa coisa de discutir a agroecologia [...]. Além desses, a MMM participa da Assembleia Popular, da Central de Movimentos Sociais (CMS) e da ALBA.

No que diz respeito aos outros movimentos feministas, as entrevistadas da MMM ressaltaram que estão se relacionando mais por meio da Frente nacional contra a criminalização de mulheres e pela Legalização do Aborto, na qual os movimentos

feministas têm construindo uma maior unidade. Ao ser interrogada sobre a relação com outros movimentos feministas, a MMM 1 responde:

> Onde a gente tem exercitado mais isso é na frente pela legalização do aborto. [...] Na Conferência a gente consegue se juntar com a AMB, com outras... [...]. A AMB ela tem mais mecanismos de diálogo com o governo do que a gente [...] a AMB não faz mobilização nacional, nisso a Marcha faz mais, encontro de mulher sobre soberania alimentar, campanha energética, uma marcha de 10 dias, mas, nós não conseguimos transformar nossa Marcha de 10 dias em algo para interpelar o governo, faltou aí, porque faltou gente pra negociar, faltou gente....[...] A AMB pode até fazer mais coisa do que a gente, mas, ela não circula nesse espaço do governo, do governo que eu digo assim, do PT, movimento social, porque a CMS é nós que estamos, as coisas com o MST, é nós que estamos. Quem tava lá no seminário do Código Florestal com o MST? Nós. As coisas que nos dá visibilidade são as coisas gerais que nós estamos. Não são as atividades especificamente de mulheres. Aí a Marcha tem mais visibilidade. [...] Nesse governo, como nós temos muita gente nossa, ou que é do PT ou que já foi do PT ou que se relaciona com [...] o PT, eles conhecem muito mais a gente. [...]

Percebemos em vários dos depoimentos por parte das mulheres da MMM uma crítica à forma de atuação da AMB no que diz respeito ao monitoramento das políticas públicas, em especial, em relação ao *lobby* parlamentar, como demonstra MMM 1:

> As meninas da AMB, da Rede de Saúde tem [...] interlocuções que elas fazem com relações dentro do ministério, com muito *lobby*, mas, não com essa coisa do reconhecimento social. Ela tem reconhecimento, agora, trabalho [de mobilização social]... O CEFEMEA, que é uma das principais organizações da AMB, tá o tempo todo lá, passando de gabinete em gabinete, indo de ministério em ministério....coisa que nós não fazemos, nesse sentido nosso reconhecimento não vem do *lobby* [...]. A Marcha não faz isso, pode até ser um limite nosso, deveríamos fazer mais, mas, a gente não faz isso, então eu não consigo achar que tem valor [...] mas, o lobby funciona viu? [...] Eu acho que nós que éramos mais militantes, a gente achava que as coisas funcionavam nessa coisa da representação da correlação de força. [...] Essa coisa de *lobby* via relações pessoais a gente se recusa a fazer isso [...].

Identificamos uma contradição em MMM 1 entre esse depoimento e o anterior, pois, ela critica a política lobbysta da AMB, mas, ao mesmo tempo, no depoimento precedente, ela afirma que por ter muitas militantes da Marcha que estão no governo, são do PT ou possuirem referência nesse partido, conseguem ser mais conhecidas e, portanto, terem mais visibilidade e influência nesse campo governamental. A relação da MMM com o governo, portanto, é mediada por essa relação partidária.

Sobre a crítica de militantes da MMM à AMB em relação à priorização da política de *lobby,* responde AMB 7:

> Isso foi uma fase da AMB realmente, quando voltou do processo de Beijing, de conferência da ONU. Mas, a grande vantagem da AMB, o grande mérito e eu acho que é por isso que eu estou nela, é porque tem esse processo de se auto-organizar e de se refletir enquanto uma articulação feminista no contexto brasileiro, e isso é um desafio. [...] Agora nos últimos períodos a AMB tem se refletido muito sobre isso, tem consolidado seu processo de auto-organização, de pensar seus pilares teóricos e da prática, onde a gente se filia. [...] A gente não está mais nesse lugar de fazer *lobby*, a gente faz *advocacy*, mas faz mesmo. Podem até nos chamar de reformistas, mas a gente é reformista mesmo, porque é uma luta cotidiana, diária [...] Há um socialismo niilista, [...] como é que é, vou esperar uma revolução pra resolver? [...] É uma crítica que não cabe mais. A AMB faz isso mesmo, mas, não faz só isso. [...]

O *lobby*, portanto, faz parte da política interventiva da AMB, mas, essa organização não se limita mais a essa forma de fazer política, como já ressaltamos no item 4.2.2. Algumas militantes da MMM, inclusive, reconhecem essa mudança no perfil político da AMB, a despeito do estigma ainda presente sobre suas militantes. O reforço a esse estigma de associar a AMB apenas à política lobbysta está relacionada com a uma concepção difundida historicamente por algumas militantes da MMM de que as ativistas da AMB compõem um campo do feminismo institucionalizado, daí chamarem as ativistas deste Movimento de "institucionalizadas", enquanto as da MMM se identificam como "militantes", o que foi dividindo a atuação entre essas organizações. Sobre esse histórico das diferenças entre AMB e MMM, fala-nos MMM 1:

> Antes o feminismo tinha uma ideia de não explicitar muito as diferenças publicamente [...] não fazia o debate de projeto, né? Nós explicitamos essa diferença [...] nós temos diferença e é importante que essa diferença seja explicitada até pra depois se constituir alianças, mas, nesse momento é importante explicitar que as diferenças existem [...] as pessoas não entendiam [...] quase toda atividade a gente tinha que explicar o histórico do feminismo, porque que tinha diferença, por que que tinha a Marcha e AMB naquele momento, era as duas que apareciam, não tinha só a Marcha e a AMB, mas, era o que aparecia mais [...] Era a Marcha e a AMB, ou **as institucionalizadas**, como a gente chamava, né?

Em que pese o tensionamento entre a MMM e a AMB, vem ocorrendo algumas tentativas de unidade, mais em torno na luta pela legalização do aborto e contra à violência à mulher, ainda que exista diferenças nos método, segundo MMM 2:

> Na pauta do aborto a gente tá unificada, é claro que a gente tem unidade na pauta [...] agora, tem setores da AMB que é mais avançado do que outros setores. Na

> própria pauta do aborto elas têm divergência entre elas na estratégia. [...] Qual é a nossa divergência com uma parte das feministas da AMB, é que elas querem trabalhar a questão do aborto mais na negociação com o governo e nós dizemos que não dá pra discutir sem a sociedade ter opinião. [...] Nós achamos que se as mulheres que fazem aborto não se transformarem em sujeito político dessa bandeira nós nunca vamos conseguir lograr, ter uma vitória. [...] A pauta da violência não tem como não ter unidade, por mais que tenha alguma divergência da estratégia, por exemplo, [...] nós temos uma lógica que a Lei Maria da Penha é importante, mas, só ela não resolve. A gente prioriza trabalhar mais a coisa de ter uma sociedade sem violência e [...] elas [...] têm um trabalho mais focado nessa coisa da Lei Maria da Penha, nessa coisa da....que a gente também faz, acho importante propagar a Lei Maria da Penha, mas se a gente não trabalha nossos valores [...] não vai ter prisão que caiba tanto homem [...].

Uma avaliação interessante de MMM 7 é de que tem crescido a unidade entre as feministas devido o fortalecimento do conservadorismo na sociedade brasileira. Nas palavras de MMM 7: "A reorganização do conservadorismo [...] provocou uma recomposição e a retomada de uma aliança entre as feministas. Um exemplo disso [...] é a Frente Nacional pela legalização do aborto e em defesa da vida das mulheres".

Assim como a MMM, o MMC busca se constituir como um movimento que influencie outros, fundamentalmente, os vinculados à Via Campesina, da qual faz parte:

> Um dos objetivos do MMC é ser uma ponte entre o movimento autônomo de mulheres e os demais movimentos mistos... [...], dos demais movimentos que se juntam mais para uma luta mais classista, como é o caso do Movimento Sem Terra, como é o caso do MPA, do MAB...Então um dos nossos objetivos é também não ficar só no MMC, mas ter influência com as mulheres dos outros. E hoje se coloca um objetivo muito grande é a questão de nós ser [sic] um força de organização que consiga se articular e contribuir também com as mulheres urbanas (MMC 1).

Essa articulação ou mesmo aliança do MMC com outros Movimentos possui um direcionamento, como nos explica MMC 2:

> Nós nos guiamos por princípios que definem com quem nós nos relacionamos, com quem nos articulamos, com quem fazemos parceria. O MMC é um movimento que, centralmente, se articula, em âmbito mais geral com a Via Campesina porque tem como perspectiva a luta dos 500 anos, dos mais de 500 anos de exploração e aí que entra a questão das mulheres, dos negros, dos povos indígenas e junto a isso a questão contra o capitalismo. O movimento de mulheres se articula com todos que fazem luta nessa perspectiva[...] onde tiver luta em defesa da igualdade, da liberdade das mulheres, em defesa da vida, contra o capitalismo, o movimento estará aliado [...] Isso não nos impede de fazer alianças mais táticas, mais pontuais, de conjuntura, em defesa de um direito de uma política pública.

No que diz respeito à relação do MMC com os demais movimentos feministas, MMC 4 nos fala:

> [...] há alguns anos a gente tem discutido essa questão do 8 de março, que é mais forte com as mulheres urbanas [...] com diferentes sindicatos, as mulheres da construção civil que é uma coisa nova, o Movimento das trabalhadoras urbanas [...] alguns seminários pra gente ir criando esse debate da luta, da questão do feminismo juntas. Com a **Consulta Popular** a gente também tem participado [...] e daí, claro, depende de lugar pra lugar.

Como indicado, a relação partidária do MMC possui maior referência na Consulta Popular, que é uma organização partidária, ainda que não oficializada como partido e, portanto, não disputa eleições. A Consulta Popular possui forte vínculo com a Via Campesina. Na verdade, ela surgiu da articulação de diversos(as) dirigentes dos movimentos sociais que compõem a Via Campesina, que o MMC integra.

Outro espaço destacado de articulação do MMC com outros movimentos feministas foi o do Fórum Itinerante Paralelo das mulheres em defesa da Seguridade Social (FIPS), todavia, para MMC 1 há ausência de articulação do debate feminista entre os movimentos sociais que integram o Fórum:

> Nós temos uma articulação importante, que chamamos Fórum Itinerante, o FIPS. Ali é um espaço onde conseguimos juntar... tem a AMB, tem a Marcha Mundial de Mulheres, tem as diversas associações de donas de casa [...] Tem também a Federação das trabalhadoras domésticas, tem das mulheres negras, tem a Associação das lésbicas, enfim, tem diversos Movimentos. Ali é um espaço que a gente se articula em torno da seguridade social e não em torno feminismo, da luta de classe. Entra o debate da luta de classe através do debate do não direito, da exclusão das mulheres, das mulheres serem as mais pobres, então, entra a questão de classe por aí, nesse viés, mas, não entra como um debate feminista (MMC 1).

Essa carência de debate feminista ente os movimentos de mulheres foi também ressaltada por entrevistadas da AMB e da MMM, como sendo um desafio do feminismo brasileiro, como veremos no item a seguir.

De uma maneira geral, a AMB, a MMM e o MMC têm conseguido criar um vínculo de unidade por meio do FIPS, da luta contra à violência e da Frente Nacional pelo

Fim da Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto[284], ainda que resguardadas as diferenças entre esses Movimentos. Entre a AMB e a MMM há outra participação comum: A Marcha das Margaridas, a qual o MMC não integra, não por divergência da pauta feminista, mas, por divergência política entre a CONTAG e a Via Campesina, organizações com atuação política no campo rural, mas, com métodos de intervenção política diferenciados na questão agrária.

Os desafios são gigantescos e somar forças é uma necessidade premente para superá-los, especialmente no que diz respeito à capacidade de mobilização e construção de lutas nacionais contrárias ao crescente conservadorismo religioso e apassivamento político da sociedade. Por isso, cremos que o fortalecimento da construção de unidades para fora e para dentro do feminismo é um importante desafio na atualidade, como veremos a seguir.

4.5.2 Conquistas, dificuldades, limites e desafios

As principais conquistas do feminismo ressaltadas pelas mulheres entrevistadas foram: a consciência feminista; a construção e atuação das mulheres como sujeitos políticos; o avanço em alguns marcos legais, com destaque para a Lei Maria da Penha; o aumento do salário mínimo.

Dentre essas conquistas, chama-nos atenção o destaque dado ao processo de constituição da mulher como sujeito, ou seja, muitas respostas vieram no sentido de perceber a importância da transformação das mulheres, no processo de ruptura com a submissão. Essa conquista, então, é a mais valorizada e gratificante para as militantes feministas, o que nos leva a avaliar que o feminismo não tem se limitado a pauta econômica, ou seja, restrita as necessidades de sobrevivência, mas, tem entendido que o despertar pela luta por liberdade é a maior conquista. Nesse sentido, nos responde MMC 1 sobre as principais conquistas das mulheres do MMC:

> Muitas vão dizer o salário maternidade, a aposentadoria....que foi importante, que da uma segurança. Mas, eu acho que essas conquistas do sair de casa, de ampliar horizontes, de ver as filhas das mulheres se organizarem numa outra lógica, numa outra dimensão, são as maiores conquistas que estão colocadas.

[284] Para um maior conhecimento sobre a Frente Nacional pelo Fim da Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto http://frentepelodireitoaoaborto.blogspot.com.br/2008/09/manifesto-contra-criminalizao-das.html.

Nesse mesmo sentido, em um forte depoimento, ressalta MMC 2 sobre a importância da autodeterminação das mulheres como sujeitos da sua história:

> Na trajetória toda, do Movimento de Mulheres Camponesas o que mais me mais marca e o que mais me da alegra é perceber que é possível na luta, na coletividade construir-se como sujeito da sua própria história e nesse processo, nessa perspectiva forjar novas formas de relações. [...] Eu te digo como alguém que tem acompanhado por quase vinte anos essa trajetória [do movimento], é muito diferente você ir na casa de uma companheira do movimento e você ir na casa de uma outra mulher camponesa, é muito diferente. [...] Você vê nas relações, você vê como muda a dinâmica, a vida, a lógica, a construção. Então essa é a grande questão do Movimento de Mulheres. O Movimento é a libertação, é a própria libertação. [...] **Se as mulheres assumirem o movimento de mulheres, elas mudam, a gente muda, a vida muda.** E a gente acredita que a gente mudando é possível mudar o mundo, porque muda a família, muda as relações na comunidade, mas, muda porque as mulheres começam a ser mais críticas, estabelece-se o conflito, não é uma coisa assim só romântica. É o preço da libertação. **A grandeza da trajetória do movimento é que você enxerga o preço da libertação da mulher** [...] Quando você tá num trabalho, elas começam a dizer: **O Movimento é a minha vida, o movimento é a minha escola. Foi aqui que eu despertei pra vida, foi aqui que aprendi que eu tinha direito de usar um batom, de expressar minha opinião, de sair de casa** (Destaques nossos).

Como dificuldades para o feminismo, nossas entrevistadas destacaram: a divisão sexual do trabalho; a auto-sustentabilidade, tanto no que diz respeito à autonomia como para se conseguir fazer luta de caráter nacional; necessidade de organicidade associada à capacidade de ampliação das lutas nacionais; o crescimento do conservadorismo fundamentalista; fragilidade no debate e na produção teórica feministas relacionada ao processo de mercantilização e descomprometimento social da Universidade; necessidade de construção de mais unidades nas lutas entre os movimentos feministas, considerando a união campo-cidade; necessidade do fortalecimento da pauta feminista em torno tripé sexo-"raça"-classe.

A divisão sexual do trabalho foi apontada como um desafio pela dificuldade que impõe às mulheres para se organizarem e se mobilizarem, ou seja, as mulheres "têm que trabalhar, não tem creche pra deixar as criança, tem que cuidar da pessoa idosa, de casa [...] pra nós mulheres sairmos de casa pra estar nas ruas nos mobilizado é muito difícil porque nós temos que enfrentar muitas coisas dentro da própria família pra poder se organizar" (AMB 5).

A questão financeira e a necessidade da autosustentabilidade e autonomia foram destacadas em praticamente todas as entrevistas. Desafio que impacta diretamente na

capacidade de construção de lutas nacionais neste país de dimensões continentais, como nos fala AMB 3:

> Um desafio é de como organizar lutas nacionais. A gente vive num país de dimensão continental, o movimento da AMB é um movimento com pouquíssimo recurso [...] então é muito complicado fazer uma luta nacional [...] fazer um processo de luta. Porque um processo de luta ele exige ação nacional, mobilização nos estados, mas, nacionalmente articulada. [...] a gente não tem pessoas liberadas para a AMB. [...] O que a gente pode chamar de uma luta nacional que a AMB fez? Que é uma luta que teve elaboração, que é uma luta que teve processo de mobilização nos estados, que tem processo de mobilização nacional, que incide, que consegue...é a luta da violência. [...] Se você pegar as lutas no campo da justiça sócio-ambiental, embora tenham força nacional, elas são conflitos localizados. Se você pegar a luta do aborto, ela é um processo de articulação, mas, ela não pode ser descrita como um processo de luta nacional [...].

Articulado a essa dificuldade financeira e seus desdobramentos, encontra-se os desafios para a construção da organicidade nos Movimentos, como destaca MMM 2:

> [...] Nós nos propomos a ser um movimento de massa, então uma das nossas tarefas é **ampliar a nossa base social** para inclusive, o tema do aborto ser pautado com a seriedade que merece. [...] Pra que nós seja um movimento feminista e anti-capitalista a gente tem que se constituir, tem que se propor a ser um movimento de massa, essa é uma tarefa. Um outra perseguição é a nossa **organicidade**, a gente tem essa tarefa, tá pautado na marcha a gente avançar na nossa organicidade, o que também tem a ver com a questão de recurso [...] pra gente ter organicidade, a gente precisa ter mais reuniões, mais informação...manter as pessoas o tempo todo em movimento e isso tem a ver com a nossa capacidade de auto-financiamento [...]. Nós estamos procurando um jeito de ter mais organicidade sem ser vertical, de forma mais democrática. Esse é um outro desafio. **No Movimento Feminista mais geral eu acho que a gente teria que ser mais ousado** (rs) [...] pode ousar mais.

Além da fragilidade financeira, há a dificuldade de manter ou de dar desdobramentos as ações realizadas entre os movimentos de mulheres, tanto pela dificuldade em definir prioridades, como de dar prosseguimento às mobilizações realizadas para o 8 de março por exemplo, o que acaba sendo o momento de maior visibilidade da luta feminista, mas há a dificuldade de manter em foco essa luta no decorrer do ano, como nos diz MMM 1:

> O Movimento de Mulheres no Brasil tem uma grande **dificuldade de definir prioridade**, então assim, tudo é prioridade ao mesmo tempo e, com isso, não organiza grandes mobilizações. [...] Tanto quando você pensa no conjunto,

> quanto dentro de cada movimento. [...] **Não consegue definir um programa de ação, de campanha e tal.** Então a gente faz um 8 de março enorme, o país inteiro se mobiliza e morre no 8 de março. [...] Não organiza a ação do ano [...] não tem desdobramento (Destaques nossos).

A ausência da definição de um programa feminista impede a superação da fragmentação do feminismo, ou seja, da sua sub-divisão em intervenções políticas temáticas, o que impacta diretamente na auto-organização das mulheres por se tornar difusa e não possuir uma referência de totalidade. Nesse sentido, explica-nos AMB 4:

> Hoje eu acho que a gente tem um grande desafio, que é da auto-organização das mulheres, da construção do movimento feminista e da formação política. Eu acho que no feminismo a gente ainda tem uma certa militância muito temática, cada uma pega uma questão. Uma tá na violência, outra tá...e eu sinto falta de que tudo isso se conecte na visão de um sistema, de opressão, de dominação, quer dizer, numa visão de totalidade.

Outro grande desafio apontado foi o crescimento do fundamentalismo religioso que tem aumentado enormemente o conservadorismo na sociedade, com ameaças constantes aos direitos sexuais e reprodutivos já alcançados e maior dificuldade para a conquista de novos e necessários direitos, com destaque para a legalização do aborto. Como nos diz AMB 1: "os desafios maiores são os possíveis retrocessos, principalmente na questão dos direitos sexuais e reprodutivos. A questão do aumento, não só dentro dos Congressos, e não só no Brasil, mas na AL, do conservadorismo. [...] a sociedade ficando cada vez mais religiosa e conservadora".

Importante ressaltar que esse fundamentalismo religioso fere a laicidade do Estado e o princípio da democracia e tem exigido um enorme esforço das militantes feministas para não haver recuos nos direitos já conquistados, como nos explica AMB 5:

> A medida que a gente teve muito avanço, a gente teve muito retrocesso. Um fundamentalismo religioso imenso, que vem crescendo exageradamente. As Igrejas evangélicas, as passeatas e caminhadas pela vida [leia-se: contra a legalização do aborto]...É um desafio enorme a questão do fundamentalismo. É um desafio a questão da nossa estrutura político-governamental, quando você tem bancada ruralista, quando você bancada evangélica, quando você tem frente parlamentar pela vida [contra a legalização do aborto] dentro do Congresso, então, é um desafio enorme para a garantia dos direitos. [...] Dentro do parlamento tem as comissões, a gente tem que está toda semana presente, algumas organizações de mulheres, pra tentar impedir retrocesso de direitos, não é nem para que haja avanços...

Em relação à fragilidade no debate e na produção teórica feministas relacionada ao processo de mercantilização e de descomprometimento social da Universidade, identificamos alguma determinações: 1. A influência do pós-modernismo; 2. Pouca formulação teórica feminista do Brasil; 3. Dificuldade da confrontação de ideiais entre os movimentos feministas ou mesmo a ausência da crítica politizada e democrática; 4. Fragilidade de formação política; 5. A despolitização da Universidade (ou politização à direita) e sua refuncionalização no tempo presente. Sintetizando alguns desses pontos, fala-nos MMM 1:

> O movimento hoje tem muitas debilidades organizativas, ainda não se explicitou o que é que é o significado dessa influência, que não aparece explicitamente, do pós-modernismo [...] que é essa marcação pelas **identidades** e que muitas vezes a gente não consegue fazer o debate político mais geral [...] Um dos **limites do movimento feminista no Brasil** é que nós temos muito pouco debate político [...] e tem a ver com esse movimento fragmentado e também porque a gente é muito ativista, eu não sei [...] são debates sistemáticos muito vinculados à vida da Cooperação, não tem assim, um enfrentamento no debate teórico maior, né [...] É um movimento que a pauta se institucionalizou muito rápido, é um debate muito feito em relação às políticas públicas e menos nesse debate mais geral, né? Então a gente tem **pouco espaço de formulação e de confrontação das ideias**, isso é um problema do feminismo brasileiro. E com isso a gente não tá enfrentando o que que significa realmente o feminismo e as mulheres negras, ou mesmo em alguns aspectos em relação às lésbicas. Por exemplo, o movimento de mulheres o Brasil sempre teve limites e dificuldades em trabalhar o tema da sexualidade [...] quase que sexualidade virou sinônimo de lésbica, mas, em geral, as lésbicas também não fazem o debate da sexualidade, faz muito mais o debate da identidade, então a visibilidade, como é que lida com a família, com não sei o que... e menos o debate mesmo com a sexualidade. No caso das mulheres negras é muito mais complexo porque a gente tem, no nosso caso, inclusive, da Marcha e no campo do PT também, a gente não tem muita elaboração que junta marxismo, feminismo e anti-racismo, então a gente tem poucos instrumentais teóricos pra pensar isso, o racismo existe, o racismo faz diferenças [...] mas, falta mais debate. Vou pegar o exemplo que nós da Marcha fizemos, quando a gente puxou a campanha pela valorização do salário mínimo, a gente falava, valorização do salário mínimo é uma reivindicação anti-racista porque vai impactar....mas, as mulheres negras, a grande maioria, em geral o movimento de mulheres negras não vê a luta do salário mínimo como uma luta anti-racista, vê a questão da ação afirmativa.

Reforçando alguns dos pontos destacados por MMM 1 e complementando em relação ao descomprometimento social da Universidade, ressalta AMB 2 sobre os desafios do feminismo brasileiro na atualidade:

> .No Brasil não tem tradição do conflito entre os pares [...] **falta debate teóricos feminista no Brasil**, dentro do feminismo e dentro da academia. A **academia brasileira [...] é muito temática das agendas das políticas públicas** e de outras

> coisas, então tá trabalhando mulher e violência, saúde da mulher, o aborto dentro de grandes de análise para responder aquele problema ali. Mas, cadê a produção do feminismo na academia brasileira? [...] Muita tradução, mas, muito pouco produção própria. As traduções são super importantes, mas, para você enfrentar um debate teórico político aqui no Brasil tem que pensar a nossa realidade e tem que expor o que eu construo como pensamento para confrontar com o seu. [...] Um desafio enorme é no campo da produção de ideias, ideias teóricas, ideias políticas, metodologias ...falta uma produção que possa dar sustentação a um projeto emancipatório [...] falta uma capacidade maior de diálogo entre as correntes feministas no Brasil, de verdade. Um diálogo aonde se exponham as diferenças, as controvérsias [...] inclusive para que as críticas possam ser feitas construtivamente e publicamente. Construtivamente no sentido que façam avançar a práxis e de forma politizada, não com artimanhas, golpes, porque isso fragiliza imensamente o feminismo, porque cria fronteiras e animosidade de coisas que inclusive prejudica a renovação da militância e pra enfrentar o poder que a gente tem também enfraquece porque você tá junto ali, mas não tá junto ali [...] **quando não existe esse diálogo democrático conflituoso nenhum dos lados avança [...] qualquer processo só avança com crítica** [...] **A academia suga muito o movimento para produzir seu conhecimento e não retorna e nem se engaja. Então o movimento é só fonte** [...] Esse é um outro **problema do feminismo, é o desengajamento** daquelas que se dizem feministas ou pelo menos, as das teorias de gênero [...]. Entre o volume que se produz e as que são engajadas, há uma desproporção. [...] A universidade brasileira hoje [...] não é um lugar de sustentação para o crescimento de nenhum movimento, de nenhuma radicalidade, de nenhuma contraposição em termos de oposição de governo, de grupos. [...] A falta de formação política de militância é um outro problema para o feminismo brasileiro (Destaques nossos).

Associada à crítica da despolitização da Universidade, AMB2 avalia o conceito de gênero e o processo de desengajamento com os movimentos sociais:

> Gênero [...] foi muito capturado pra dar sustentação a mediocritização dos estudos no campo do feminismo e no campo das análises sociológicas. E do ponto de vista político foi instrumentalizado pelas grandes agências por uma perspectiva funcionalista de gênero. O que fizeram com as relações de gênero e essa disputa de poder tão desigual que capturou isso e transformou nessa coisa? [...] Foi uma festa para a perspectiva liberal, para a perspectiva funcionalista dos projetos de desenvolvimento, né? Pra isso você precisa de um ambiente que seja fácil se entranhar isso. Com a despolitização da universidade [....], de uma neoliberalização da universidade onde o que interessa são as carreiras solos, a produtividade. Um desengajamento absoluto com os movimentos de resistências, com os movimentos sociais. Então, todo mundo foi fazer seu projeto. Facilitou a vida de muita gente que foi fazer seus mestrados e doutorados porque pegou aquela categoria e saiu botando....[...] Foi um campo fértil para essa categoria perder qualquer consistência e se tornar um instrumento banal [...] uma simplificação das relações sociais de gênero ou das relações sociais de sexo, uma despolitização absoluta dos processos políticos e o que serviu enormemente também para esconder [...] exploração, dominação, conflito, patriarcado [...].

Por fim, o último dos principais desafios que identificamos na nossa pesquisa é a construção de unidade entre os movimentos feministas. Nesse sentido, ressalta AMB 4:

> A construção de alianças e unidade é um desafio sempre. [...] Nas grandes lutas a gente tem conseguido construir, como na luta pela legalização do aborto [...] É claro que tem divergências, discordâncias, mas [...] a gente tem construído alianças. O contexto atual dificulta, o fato da gente ter uma presidenta mulher, o fato do PT está no governo com uma política de alianças... é claro que isso trás implicações para muitos setores do Movimento que estão vinculados ao próprio governo. E isso dá origem a estratégias diferentes e a enfrentamentos diferenciados. [...] Eu acho que construir alianças dentro do feminismo para fazer para grandes enfrentamentos é algo necessário, e para a AMB isso é uma estratégia fundamental e sempre que possível isso vai ser construído, mas, nem sempre se constrói unidade [...] mas, tem acontecido.

Esse depoimento retoma a discussão da interferência partidária e governamental como uma determinação que dificulta a construção da unidade nas lutas, especialmente, quando se trata de lutas que possam ganhar alguma característica de oposição ou de confrontação ao governo. Esse tem sido um dilema político entre os movimentos sociais e sindicais no Brasil, ou seja, não se restringe ao campo feminista.

Outra questão que dificulta a construção de unidade são as disputas e os sectarismos, segundo MMC 7:

> A minha maior dor com o feminismo é que há muitas disputas, no sentido de que "eu sou melhor", "sou mais feminista, aquela não é". Como que a gente consegue construir uma certa unidade [...] Umas são mais sectárias do que as outras [...] pra mim, o maior limite do feminismo é que nós não conseguimos nos juntar [...] O desafio é que nós teja [sic] organizada independente de onde a gente tiver, que a gente consiga fazer organização popular e luta, esse é o desafio central.

Outro desafio destacado por MMM 7 é a superação da ideologia de um "triunfalismo", associado a despolitização ou mesmo a existência de um programa feminista dentro dos partidos de esquerda. Explica-nos MMM 7:

> Como agora temos no Brasil uma presidenta mulher existe um cero triunfalismo em relação a isso e um rebaixamento muito grande da pauta como se o grande foco fosse as mulheres chegarem ao poder [...] vai se perdendo a dimensão do sujeito coletivo, é como se a gente já tivesse alcançado tudo. [...] o fato do mercado ter incluído algumas mulheres em cargos de chefia, rola um triunfalismo de que as mulheres estão chegando aos espaços e não leva em conta a grande quantidade de mulheres precarizadas, terceirizadas, etc...[...] os próprios partidos de esquerda fizeram campanha nessa última eleição de 2012, muito focada no tema mulheres e poder [...] acaba tendo um pouco de rebaixamento da pauta [feminista]. No PT, grande parte das mulheres concentra sua energia nesse debate: mulher e poder. O PT teve um avanço muito grande no último Congresso porque a partir do próximo período a direção tem que ser paritária. Mas, por outro lado, boa parte das mulheres só se concentra nisso e aí paridade sem ter uma política... aí acaba indo as esposas dos dirigentes, as esposas dos deputados,

> senadores e vereadores cumprindo essa cota [...] isso não vem junto com um programa e com uma política de avanço para a vida das mulheres.

De uma maneira geral, concordamos com MMM 7, ao enfatizar que um desafio do feminismo está em "resgatar as bandeiras e afirmar a atualidade daquilo que é considerado antigo [...] as bandeiras são as mesmas". Para tanto, faz-se necessário "profundar a aliança com a luta anti-racista e também com as mulheres do campo. [...] a pauta precisa ser aprofundada, essa coextensividade do debate de gênero, com o debate de raça e de classe, esse tripé precisa ser melhor articulado" (MMM 7).

Como desafios mais específicos, a AMB (2011) aponta: fortalecer a democracia participativa; institucionalizar o caráter deliberativo das Conferências e vinculá-las aos planos plurianuais, além de ser um espaço de prestação de contas do governo em relação às deliberações de conferências anteriores; sustentação do próprio movimento de mulheres e feminista, auto-organizado com autonomia; defender os direitos das mulheres à autodeterminação reprodutiva e desvendar a invisibilidade do trabalho feminino (em particular, das mulheres rurais); combater a discriminação salarial, o trabalho informal e a tradicional divisão sexual do trabalho; firmar o movimento de mulheres e feminista na esfera pública como força política; fortalecer a auto-organização de todas as mulheres, visibilizando a multiplicidade das mulheres brasileiras: negras, indígenas, lésbicas, trabalhadoras do campo e da cidade.

A estes desafios acrescentamos, dentre outros encontrados na literatura feminista, um apontado por Telma Gurgel (2011, p. 37) ao feminismo como sujeito político coletivo: "como constituir esse sujeito síntese das singularidades das mulheres, sem perder de vista as trajetórias particulares que as mobilizam como força motriz interior?" (GURGEL, 2011, p. 37). Como resposta a esse desafio, a autora propõe o feminismo como um **coletivo total** (GURGEL, 2004 e 2011), que implica na constituição de dois processos: "o reconhecimento da diversidade e a construção de uma unidade programática que reflita a aceitação das experiências particulares dentro da identidade coletiva" (GURGEL, 2004, p. 43).

O fundamento da defesa do feminismo como um sujeito **coletivo total** está, portanto, no reconhecimento da sua heterogeneidade. Heterogeneidade essa que, segundo Gurgel (2011, p. 44), "decorre das diferentes experiências de opressão das mulheres, enquanto corpo individualizado e sujeito social. Assim, podemos afirmar que as estratégias organizadas pelo feminismo como sujeito coletivo sistematizam as formas de

enfrentamento e de resistência das mulheres à sua condição de oprimidas e exploradas". Por isso, complementa Telma Gurgel (2011, p. 44):

> [...] na organização programática e operativa do movimento feminista, é fundamental que as diversas objetividades que movem a resistência das mulheres sejam reconhecidas e assumam a mesma visibilidade e potencial de articulação interna do feminismo como sujeito de emancipação [....]. Uma das mediações desse processo é a compreensão do feminismo como um sujeito político de ação, construído nas totalidades parciais da opressão das mulheres em vinculação com a totalidade social na qual sua atuação política autorreflexiva tem um sentido de práxis.

Além disso, a categoria de coletivo total evidencia, segundo Gurgel (2011) "o desafio de se superar os impasses originários da tensão entre os campos políticos no interior do feminismo ao possibilitar, em sua analítica, a interação entre as diferentes interpretações da realidade e entre as diversas maneiras de se construir a *práxis* de transformação do feminismo". Para tanto, Gurgel (2011, p. 44-45) propõe:

> [...] a criação de novos e o fortalecimento de antigos espaços de construção política coletiva, como os encontros e os fóruns de debates e de intervenção política coletiva, organizados a partir de uma metodologia que possibilite a expressão concreta de todas as demandas específicas que compõem o sujeito 'mulheres'. O que pode possibilitar uma *práxis* de unidade na ação que, sem dúvida, fortalecerá o feminismo nos momentos de confrontos radicalizados com a ordem patriarcal capitalista contemporânea.
> O feminismo se desafia, portanto, a empreender-se na construção de espaços amplos de articulação e lutas políticas que consigam mobilizar cada uma das mulheres mediante o reconhecimento de sua particularidade de ser e, ao mesmo tempo, a partir do reconhecimento das múltiplas determinações que compõem suas experiências de mulher, perpassando, portanto, as dimensões de classe, "raça", geração, sexualidade, afetividade, entre outras questões.

A construção, portanto, de um feminismo que incorpore as particularidades das mulheres, sem cair na fragmentação de suas "identidades", mas, articulando-as em torno de um projeto societário radicalmente emancipatório, segue sendo um grandioso desafio. Para superá-lo, é importante perceber que "a vitalidade dos movimentos é um fator crucial para os processos de transformação social" (AMB, 2011, p. 69), o que exige, por sua vez, a construção da autonomia frente aos governos. Somente com autonomia os movimentos sociais, sindicais e partidos políticos de esquerda, podem cumprir o seu papel político com liberdade para resistir, reivindicar e protestar. Por isso, a conquista da autonomia para nós, é o maior desafio ao feminismo e aos movimentos sociais em uma conjuntura atravessada

por dificuldades financeiras para os movimentos e de envolvimento manipulatório por parte de um governo supostamente de esquerda.

CONCLUSÕES

O Caminho acabou e, por isso mesmo, a viagem apenas começa
Lukács

Partindo da compreensão de que não há neutralidade na escrita de um trabalho científico, consideramos importante situar quem escreve. Acreditamos que nas primeiras linhas deste trabalho, em sua introdução, apresentamos um pouco da nossa trajetória. Pensamos, também, que não é importante apenas saber quem escreve, mas, de onde se escreve. É com a vista para o Corcovado, no Rio de Janeiro, que chegamos às últimas linhas da nossa tese, porém, não as suas "conclusões", pois, para nós, não há ponto final quando tratamos de sujeitos históricos, daí a utilização das nossas aspas.

O Corcovado guarda sínteses de contradições desta sociedade. O poder da religião consegue erguer no alto de um morro, sua ideologia materializada no "Cristo Redentor de braços abertos", que encanta e atrai multidões. O Cristo é quase sempre visto de baixo para cima. Ainda que cheguemos até ele – pagando um ingresso que não é barato –, não alcançamos os seus pés, a não ser os poucos que tem acesso ao helicóptero e o vê de cima para baixo. A divisão de classes da sociedade proporciona, portanto, formas diferenciadas de acesso ao Cristo....

Por outro lado, a vista de cima que o Corcovado proporciona, é algo inesquecível até para os espíritos humanos mais insensíveis. Um horizonte de uma beleza que os olhos são incapazes de dar conta. A sensação de uma liberdade a ser alcançada, desvelada e vivenciada na relação ser humano e natureza. Um devir de infinitude, com a sensação de que podemos mais, e de que este mundo naturalmente lindo e socialmente desigual, pode e deve ser usufruído por todas as pessoas sem desigualdade. Um devir que nos permite ousar sonhar e lutar pela felicidade de todas as pessoas poderem usufruir das belezas naturais e sociais que podemos, em uma parceria entre o ser social e a natureza, construir em uma sociedade desalienada.

Há a beleza da cidade maravilhosa de um lado, e a tristeza revoltante das desigualdades de suas calçadas. Calçadas que além de classe, tem uma "raça": a negra. E também geração. São crianças e jovens, em sua maioria negras(os), que denunciam a falta de perspectiva e a incapacidade desta sociedade dominada pelo capital em corresponder às necessidades da humanidade. Ela não tem resposta a oferecer à juventude desempregada e entregue ao mundo do crack. Uma juventude que não vivenciou uma referência de uma

experiência revolucionária, está alheia à política, entregue às drogas pela ausência de expectativas.

É sob esse céu da "cidade maravilhosa" que nos mostrou dias lindos de céu azul e outros nublados, mas que sempre conseguiu nos acolher e nos inspirar mesmo nos dias cinzas, e sobre suas calçadas, que nos amedrontou, mas nos inquietou e nos revoltou todos os dias, dando-nos força para lutar por uma sociedade socialista, que escrevemos algumas sínteses do trabalho que apresentamos como tese de doutoramento.

Como vimos no Capítulo 1 desta tese, a consciência não é algo estático tampouco retilineamente progressivo, uma vez que pode continuamente sofrer avanços e recuos e vice-versa, frente às contradições que esta sociedade nos provoca cotidianamente. A formação da consciência se insere em um processo social que, embora processado individualmente, está absolutamente vinculado com as relações sociais que cada indivíduo estabelece, portanto, envolve também, as relações coletivas, políticas e/ou institucionais que desenvolvemos.

A formação da consciência revolucionária na sociedade capitalista é dificultada pelas relações de alienação e fetichismo, bem como pela forte ideologia que produzem a naturalização das relações socias desiguais e, muitas vezes, o conformismo e a passivização dos indivíduos frente a essa ordem societária. A divisão social do trabalho associada à mercantilização da força de trabalho, leva a alienação do ser social em relação à natureza, aos outros seres e a si mesmo, o que dificulta a construção da identidade de classe e, por conseguinte, a formação da consciência revolucionária. Nessa dinâmica, a divisão sexual do trabalho articulada à ideologia de uma suposta natureza feminina, complexifica as dificuldades para as mulheres romperem com essas amarras da alienação, o que facilita, por outro lado, a superexploração do capital sobre a sua força de trabalho. Isso nos levou à defesa da importância em incorporar a análise da dimensão das relações sociais de sexo para o entendimento da classe trabalhadora e da formação da consciência.

O racismo, como sexismo, também reforça essa superexploração. Daí nossa compreensão de que o desvelamento das relações sociais de sexo e "raça" na composição e exploração da classe trabalhadora é fundamental para o entendimento da própria classe como sujeito revolucionário, bem como para o seu fortalecimento no enfrentamento às mais variadas formas da sua exploração e apropriação. Desta feita, entendemos que a classe trabalhadora tem dois sexos e possui "raça", ou seja, ela não é uma massa homogênea.

No Capítulo 2, buscamos com o embasamento nos fundamentos teóricos e políticos do feminismo analisar criticamente a construção da subordinação feminina, encontrando, em especial, por meio das categorias divisão sexual do trabalho, família, patriarcado e nas relações sociais de sexo, "raça" e classe, subsídios para apreender o nosso objeto – a formação da consciência militante feminista – na dinâmica da luta de classes. Entendemos que as relações sociais de sexo, "raça" e classe não estão simplesmente associadas, mas sim, consubstanciadas como estruturas da sociedade patriarcal-racista-capitalista.

Como apontado acima, optamos teoricamente pela utilização prioritária do termo "relações sociais de sexo", já que diferentemente de gênero, ele não deixa dúvida no que diz respeito ao seu vínculo com a ideia de antagonismo social correspondente as relações de exploração e dominação. A utilização do conceito de gênero demanda sempre a demarcação teórica, já que é adotado por diversas perspectivas do pensamento feminista, incluindo feministas marxistas e pós-modernas. Além disso, cremos que o conceito de gênero tende a eufemização das relações de poder e do antagonismo social, dada a sua ancoragem no culturalismo.

A categoria relações sociais (*rapports*) de sexo nos ajuda a compreender que as relações de sexo não são questões isoladas ou meramente individualizadas entre homens e mulheres, mas, relações sociais estruturantes, consubstanciadas com os conflitos de classe e "raça". Tais conflitos exigem o pensar de um sujeito político coletivo. Para pensar os sujeitos dessas lutas, é fundamental identificar quais são as pessoas que sofrem na pele as opressões e explorações pela sua condição de classe, "raça" e sexo. Esse sujeito é a classe trabalhadora em sua totalidade que não é homogênea, mas, enriquecida politicamente das singularidades e particularidades que a compõem. Um sujeito capaz de universalizar o grito por liberdade em suas múltiplas dimensões.

Acreditamos que o feminismo contribui significamente para a construção política desse sujeito, por isso, defendemos a articulação entre feminismo e socialismo na composição de um projeto societário: o socialista. Na luta contra o patriarcado e a ideologia da natureza feminina, o feminismo pode contribuir com a ruptura com projeto societário hegemônico, e pode compor com o socialismo um novo projeto, radicalmente comprometido com liberdade e a igualdade. Assim, cabe-nos defender e explicitar de qual socialismo falamos, ou melhor, o que entendemos por socialismo como projeto societário.

A luta pelo socialismo no seio da esquerda não é recente. Vários partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais proclamam historicamente a sua defesa. Apesar disso, não

é menos comum encontrarmos nessa mesma história [da esquerda] atos de violência e discriminação contra as mulheres praticados por militantes que se intitulam "revolucionários socialistas". Por isso, perguntamos: de que socialismo falamos? Qual socialismo queremos? O socialismo que queremos não pode admitir práticas que reproduzam qualquer tipo de exploração ou opressão. O socialismo que devemos construir desde agora, é o que liberta e emancipa, que quebra todas as cercas e formas de propriedade privada, inclusive, sobre o corpo da mulher. Nisso o feminismo é determinante, pois, reivindica a construção de novos valores e práticas no presente que correspondam e sejam coerentes com a sociedade que queremos no amanhã.

Ser militante socialista numa perspectiva feminista é ter, portanto, o compromisso com a liberdade e com a igualdade em todos os seus atos e isso não se inicia com a tomada do poder. Isso deve iniciar com a tomada da consciência revolucionária que nos torna lutadores(as) contra todas as formas de dominação, ainda que isso implique na destruição de privilégios (masculinos) existentes para um segmento da nossa classe, ou seja, ainda que implique em abrir mão de um poder, mas um poder que não liberta, e sim que submete e oprime as mulheres: o poder patriarcal. A luta contra o patriarcado é também uma luta pelo socialismo por esta possibilitar a destruição de dominações, explorações e opressões, condição fundamental para a emersão de uma sociedade que permita a vivência plena da liberdade.

O socialismo que defendemos deve assegurar não uma igualdade formal entre homens e mulheres, mas uma igualdade real, substantiva, a que não abole as diferenças. Ao contrário, a que permite a sua expressão de forma livre por meio do fim das múltiplas formas de desigualdades. Para tanto, o trabalho doméstico e a reprodução social como um todo, devem se tornar uma responsabilidade pública para que à mulher seja assegurada uma condição igualitária de participação efetiva na produção em geral e na política.

Tanto a compreensão do socialismo que queremos, como a análise da apropriação estrutural que o capital faz sobre a condição de subalternidade das mulheres, são fundamentais para a clareza e construção das táticas vinculadas à estratégia socialista, pois, essa apropriação encontra uma base material na superexploração da mulher no mundo do trabalho produtivo e reprodutivo. Em outras palavras, perceber como o feminismo pode contribuir com a luta emancipatória intensifica nossas forças na luta contra o capital.

Assim, a luta pelo socialismo, entendido como um sistema de igualdade e liberdade, não pode estar desassociada da luta feminista, da mesma forma que a luta

feminista não pode estar desvinculada da luta socialista na medida em que lutamos pela verdadeira emancipação humana.

Essa perspectiva, contudo, encontra dificudades diante das adversidades teóricas e históricas que envolvem o feminismo na contemporaneidade. Uma das expressões disso foi a sua forte onguização, o que denominamos de institucionalização subordinada, que impactou fortemente o feminismo, especialmente nos anos 1990 no Brasil e na América Latina. Todavia, esse processo passou a sofrer alterações nos anos 2000, como vimos no Capítulo 4, especialmente, pela retirada das Agências de Cooperação Internacional do Brasil, mas, também, pela redefinição política de alguns movimentos sociais feministas, como a AMB, ou mesmo o surgimento de outros, como a MMM e o MMC. Isso não eliminou, contudo, as contradições e dificuldades que esses movimentos sofreram no contexto do governo Lula. Se não há mais sinais de um crescimento progressivo de institucionalização do feminismo em ONGs, houve um envolvimento de muitas militantes feministas no governo Lula, seja via institucionalização das políticas públicas para as mulheres, seja pela capacidade de envolvimento político e popularidade que esse governo conquistou, o que dificultou a organização classista com autonomia e liberdade de crítica e de reivindicação, não apenas por parte do movimento feminista.

No Capítulo 3, passamos a analisar mais esse contexto do governo Lula, delimitação temporal de nossa pesquisa. Constatamos que os traços históricos de heteronomia e dependência do Brasil, bem como o histórico privilegiamente da sua eleite, especialmente a agrária e a financeira, foram reiterados sob o governo petista. Sob o signo da polítia da conciliação de classes, o governo Lula associado à trajetória recente do PT, desenvolveram processos de transformismos e taticismos, mediados por um forte envolvimento manipulatório sobre os movimentos sociais e sindicais. Processos esses que asseguraram a continuidade da implementação do projeto neoliberal associado ao aprofundamento de suas contrarreformas, com menor resistência política por parte dos sujeitos coletivos da classe trabalhadora, se comparmos ao governo FHC.

Para entender o governo Lula, tivemos que percorrer a trajetória do Partido dos Trabalhadores (PT), destacando suas principais tranformações no curso histórico que levou Lula à Presidência da República. Nessa trajetória, os transformismos e tacicismos ganharam corpo e o que antes era uma tática, transformou-se na única estratégia: ganhar as eleições, seja o que for necessário para isso, o que implicou, inclusive, no abandono do projeto político que fundou e constuiu esse partido. O reflexo dessas transformações no PT

obviamente foram sentidas no governo Lula, no qual o pacto com os(as) trabalhadores(as) subsumiu ao pacto com grandes setores do capital, contra os quais nenhuma ação foi feita, já que se tornaram parceiros do governo e financiadores das suas campanhas.

Assim, sob a ideologia da aliança entre capital e trabalho, o governo Lula foi regido. Com essa "aliança" incompatível em seus fundamentos, as classes dominantes sempre foram priorizadas e privilegiadas. E em nome dela, por exemplo, a contrarreforma da previdência e a privatização da saúde por meio das Fundações e das OSs, ocorreram em detrimentos dos direitos da classe trabalhadora. O pacto com a bancada ruralista e o agronegócio ocorreu em detrimento da Reforma Agrária, bandeira que fora historicamente defendida pelo PT, inclusive, pelo ex-presidente Lula. As grandes obras do PAC se deram em detrimento de povos indígenas e ribeirinhos e das mulheres, às quais restaram a violência sexual e a prostituição. Nesse bojo, o pacto com a bancada evangélica foi priorizado em detrimento da luta histórica pela legalização do aborto.

Como resultado desse contexto, as políticas públicas para as mulheres embora institucionalizadas por esse governo, não correspondeu a uma perspectiva feminista, uma vez que, a despeito de alguns avanços – como a Lei Maria da Penha, a titularidade da terra e o acesso ao crédito no nome da mulher trabalhadora rural –, muitos programas e políticas sociais reiteraram a responsabilização da mulher pela reprodução social antroponômica, dado o caráter familista dessas políticas. Além disso, o modelo de desenvolvimento adotado pelo governo Lula, não incorporou, para não dizer não considerou, as condições de vida das mulheres e suas demandas, a exemplo do PAC. Trocando em miúdos, o suposto compromisso de esquerda com as mulheres no governo Lula, foi contrariado em diversas políticas e programas ou mesmo pela ausência e/ou corte de orçamento para a implementação de políticas para as mulheres.

É em meio, portanto, às relações de envolvimento de um governo contraditório que ao passo que se define como comprometido com a classe trabalhadora, compactua e prioriza os interesses das elites nacionais e estrangeiras, que os movimentos feministas que ora investigamos – a AMB, a MMM e o MMC – buscaram desenvolver a formação da consciência militante feminista, bem como suas lutas. Esse foi o fio condutor de nossa pesquisa de campo exposta no Capítulo 4.

Pensar a formação da consciência militante feminista exige, antes de tudo, compreender como as mulheres são socializadas e entender que a formação da consciência na mulher, além do enfrentamento das alienações comuns aos homens, também são

marcadas pela força da ideologia patriarcal e de uma suposta natureza feminina que a situa como inferior, subserviente e "apolítica". Por isso, é fundamental a existência dos movimentos de mulheres, pois, esses contribuem com a desnaturalização dessa ideologia e é por meio deles que a mulher passa a se perceber e se constituir como sujeito político.

Uma das conclusões que podemos apontar na importância dos movimentos de mulheres é a ruptura que provocam na fixação do modelo dicotômico entre público e privado, ou seja, as mulheres passam a articular a sua vida privada com a vida política e social. Processo que se inicia com a percepção da mulher como sujeito, o que denominamos de apropriação de si. Esse passo está associado com a quebra do confinamento doméstico, quando as mulheres passam a ocupar espaços públicos e a se reconhecerem em outras mulheres, nas opressões, explorações, apropriações, violências e lutas comuns.

Inicia aí, a formação da consciência militante feminista que assoacia-se não apenas a formação de uma consciência individual, mas, demanda uma consciência coletiva voltada para a superação das desigualdades, explorações e apropriações sofridas pelas mulheres. Para tanto, há a necessidade de se superar as estruturas e relações sociais de dominação, opressão, exploração e hierarquida, a começar a divisão sexual do trabalho. Em outras palavras, a consciência individual de uma mulher voltada para a sua liberdade, associa-se necessariamente a uma consciência coletiva: a consciência militante feminista. Essa consciência entende que a liberdade de uma mulher exige a liberdade de todas o que, por sua vez, demanda a transformação do sistema patriarcal-racista-capitalista.

É com a descoberta de que as desigualdades e as violências sofridas pelas mulheres possuem determinações comuns e que, portanto, a liberdade individual só se dará com a liberdade de todas, que as mulheres não apenas vão forjando a consciência feminista individual, mas, também, a consciência militante, ao se associarem e desenvolverem uma luta comum contras tais determinações, quais sejam: o patriarcado, a sexagem, o racismo, a heteronormatividade e a divisão sexual do trabalho. Assim, **a consciência militante feminista forja-se na força coletiva de mulheres em movimento, ou seja, inseridas em processos de formação política, organização e lutas, protagonizadas pelos movimentos e organizações feministas.**

Todavia, é importante ressaltar que a consciência militante feminista, embora coletiva, seria impossibilitada sem a existência da consciência individual de cada uma das mulheres que compõem um movimento feminista. Nesse sentido, **há uma dimensão**

subjetiva e individual da formação da consciência militante, ainda que essas consciências não estejam dissociadas. Muito pelo contrário, acreditamos que **a consciência individual feminista das mulheres é forjada e potencializada no compasso da consciência militante.** É no processo da auto-organização das mulheres que essas consciências são consubstanciadas, pois, é onde a auto-estima de cada uma das mulheres é fortalecida ao passo que desnaturalizam a ideologia de uma suposta natureza feminina apolítica e submissa.

Esse processo de auto-organização desconstroi o modelo patriarcal do ser mulher nesta sociedade. Um ser que, além de inserido em todas as relações de alienação e submetidos a uma forte ideologia capitalista (como trabalhamos no Capítulo 1) como qualquer outro, ainda é marcado pela sua condição de sexo que, pela ideologia da natureza, que trabalhamos no Capítulo 2, passa a ser **O Outro** (BEAUVOIR, 1980, v.1). Processo esse que leva a mulher a ser apropriada pelo outro, o qual deve subserviência, conduzindo-a a perda de autonomia sobre si, sobre seu corpo e sua vida. Assim, se para um trabalhador é difícil romper com a ideologia burguesa para a formação de uma consciência revolucionária, para uma mulher há ainda um passo anterior e talvez, mais difícil: perceber-se como sujeito e reapropriar-se de si.

O feminismo, portanto, para chegar a uma consciência militante, necessita primeiro possibilitar o encontro das mulheres consigo. Por isso, há a valorização do feminismo à dimensão subjetiva, individual. Sem a valoração das experiências de cada uma das mulheres, o feminismo não consegue constituir-se como sujeito político, tampouco contribuir para a formação da consciência militante. Dessa forma, além da ruptura com a ideologia burguesa, a mulher necessita de uma ruptura radical com a ideologia de naturalização dos sexos e toda a alienação a ela associada, a começar pela descoberta de si como sujeito, deixando de ser "o Outro", de ser apropriada para se auto-governar, ou melhor, para apropiar-se de si. Com isso, **a descoberta da força individual das mulheres, torna-se, ao mesmo tempo, força política coletiva, posto que essa apropriação de si, mexe com estruturas sociais** como a família, as Igrejas, as Escolas, instituições jurídicas etc. Há portanto, o estabelecimento de conflitos e enfrentamentos a medida em que a mulher sai da invisibilidade, entra na cena política e se constitui sujeito histórico ou, simplesmente, passa a existir politicamente, tendo voz no lugar do medo.

Sobre a histórica invisibilidade feminina, Colette Guillaumin (2012), presenteia-nos com o crítico artigo: "De la transparence des femmes. Nos sommes toutes des filles de

vitrières"[285]. Nesse artigo, a feminista problematiza a invisibilidade da mulher, ou a sua transparência –, para utilizar suas palavras –, demonstrando uma contradição, qual seja, a relação entre essa transparência com a utilização da mulher na sociedade. Em outras palavras, somos transparentes, "filhas de vidraceiras", mas, ao mesmo tempo, indispensáveis, úteis e muito eficazes socialmente. Guillaumin ainda afirma que somos produtoras de ideias anônimas e mães do pensamento de algum modo. Nesse sentido, o texto nos provoca a romper com o legado de "filhas de vidraceiras". É esse o convite que os movimentos feministas fazem às mulheres!

A presença da mulher nos movimentos sociais subverte uma ordem material e ideológica que distribui, por meio da história, lugares/espaços e atribui qualidades e aptidões de forma hierarquizada para homens e mulheres. Para tanto, é importante inverter a "imagem" de mulher assentada nos papéis patriarcais. Por isso, a participação das mulheres nos movimentos sociais não pode ser um prolongamento da sua atividade reprodutiva. Ao contrário, isso deve ser questionado para não darmos continuidade a histórica invisibilidade e exploração femininas. Processo que deve ser assegurado por meio da formação política, das lutas e ações concretas dos movimentos, tanto internas como externamente.

Aqui gostaríamos de destacar a importância das lutas concretas para a formação da consciência militante articulada ao processo de formação política. Cremos a formação política e o processo organizativo e das lutas dos movimentos sociais não podem estar dissociados. Muitos dos depoimentos das nossas entrevistadas destacaram a importância das lutas para a formação da consciência na medida em que as mulheres passam a perceber diretamente a não neutralidade do Estado por meio da repressão que sofrem nos processos de reivindicação e manifestação dos movimentos sociais. Assim, de forma mais rápida do que longos processos de formação, por intermédio da luta de classes, as mulheres vão identificando a que classe pertencem e quais as classes que as exploram e as reprimem. Esse processo deve ser acompanhado da formação política, pois, é ela que irá distanciar os riscos do espontaneísmo das lutas e poderá dar profundidade ao entendimento crítico da sociedade em que vivemos, numa pespectiva de totalidade, ou seja, para além do imediatismo e da dimensão econômico-corporativa que, muitas vezes, as lutas dos movimentos sociais encontram-se limitadas. Em outras palavras, a formação política é indispensável para o salto da consciência em si para a consciência para si, ou seja, para a

[285] Da transparência das mulheres. Nós somos todas filhas de vidraceiras (*IDEM, IBID*; tradução nossa).

formação de uma consciência revolucionária. Por outro lado, a formação política dissociada das lutas pode levar ao teoricismo, quando não articulamos a teoria à realidade concreta. Daí nossa defesa na articulação entre formação e lutas, processo que deve ser mediado pela organicidade, ou seja, pelo envolvimento militante nos movimentos sociais ou outros instrumentos políticos.

De forma sintética, sistemantizamos alguns elementos que identificamos em nossa pesquisa como fundamentais para a formação da consciência militante feminista, são eles: (1) a apropriação de si e a ruptura com a naturalização do sexo; (2) o sair de casa; (3) a identificação na outra da sua condição de mulher; (4) a importância do grupo e da militância política em um movimento social; (5) a formação política associada às lutas concretas de reivindicação e de enfrentamento.

Como contribuições dessa consciência militante feminista e seu desdobramento em termos políticos para a construção de um projeto societário emancipatório, destacamos:

1. Desvelamento crítico das raízes da consubstancialidade das relações sociais de sexo, "raça" e classe, o que contribui para o entendimento da classe trabalhadora em sua totalidade, ou seja, **desomogeneiza a classe trabalhadora**, compreendendo que ela também possui sexo e "raça". Essa percepção crítica, por sua vez, possibilita o desvelar das formas diferenciadas e intensificadas de apropriação e exploração sobre a classe trabalhadora o que, por conseguinte, nos instrumentaliza à luta contra o capital e seus mecanismos de exploração e dominação.
2. A exigência de **um sujeito político revolucionário** que corresponda ao desafio da construção da emancipação humana na sua totalidade, ou seja, um sujeito político que desafie as relações de classe, "raça" e sexo hoje vigentes e se comprometa com a **emancipação humana**.
3. **Radicalização da democracia e tensionamento das relações de hierarquia** existentes na sociedade, incluindo tais relações no interior dos movimentos sociais, uma vez que esses não estão isentos da incorporação dos valores racistas, patriarcais e homofóbicos, o que tem desdobramento político em práticas conservadoras. Nesse sentido, o feminismo contribui, ainda, com a **radicalização da liberdade** ao buscar a superação dos conservadorismos, preconceitos e todas as formas de opressão, violência, apropriação e exploração.

A análise dos três movimentos feministas que investigamos nos leva à percepção de que todos possuem essas preocupações e, portanto, buscam corresponder a essas contribuições do feminismo para a classe trabalhadora. Todavia, esse processo não é igual em todos os Movimentos, tampouco, é realizado sem resistências ou dificuldades no seio da sociedade e até mesmo, junto a outros movimentos sociais e partidos de esquerda.

Retomemos o perfil dos três movimentos investigados. Todos se definem como anticapitalistas e apenas o MMC, defini-se mais especificamente como socialista. Percebemos por meio dos documentos e das entrevistas que há, de fato, uma clareza teórica por parte das militantes desses movimentos no que diz respeito à impossibilidade da emancipação da mulher nos limites da sociedade do capital. Nesse sentido, existe um esfoço por parte dos três movimentos em empreender essa perspectiva anti-capitalista às suas lutas.

A MMM e o MMC possuem uma tática semelhante no sentido de buscar estabelecer alianças orgânicas com movimentos sociais mistos (não específico de mulheres). Destacamos isso como importante, pois, demonstram a preocupação do enraizamento de suas lutas com o restante da classe trabalhadora. Esses movimentos buscam, em outras palavras, um movimento conjunto com essa classe. O MMC, inclusive, integra a Via Campesina, portanto, os sujeitos que compõem a Via são os parceiros mais diretos e prioritários de suas lutas, além do partido Consulta Popular, que agrega diversos dirigentes da Via Campesina. Isso não significa que o MMC não possua outras alianças, como com a AMB e a MMM.

A MMM também prioriza a Via Campesina em suas lutas, mas, possui um arco maior de alianças, ao ter na sua composição a CUT e a CONTAG. O movimento sindical é, portanto, também priorizado na tática da MMM. Além disso, a MMM possui diversas militantes que são orgânicas no PT, mais, particularmente, a sua tendência Democracia Socialista. Por isso, há uma influência hegemônica do PT/DS, especialmente, na direção nacional da MMM, uma vez que historicamente possuem militantes dessa tendência em sua composição.

A MMM procura influenciar as pautas gerais da classe trabalhadora com as demandas feministas, bem como busca ir além da luta específica das mulheres, ao acompanhar o movimento mais geral da classe trabalhadora. Por isso, muitas dirigentes da Marcha possuem em relação com o PT, por acreditarem na importância do partido para a organização da classe. Assim, a MMM, ainda que com significativa preocupação de

investimento na auto-organização das mulheres, estabelece mais alianças com os movimentos sociais, sindical e mesmo partidário, afinados com a sua perspectiva política de classe, do que com os demais movimentos feministas.

A despeito da importância da preocupação desses movimentos buscarem estar em sintonia com as lutas da classe trabalhadora ou "contaminando a agenda" dos movimentos mistos e partidos de esquerda, como costumam falar as militantes da MMM, isso tráz um grande desafio no sentido da autonomia desses movimentos frente aos demais, pois, encontram dificuldades para a defesa de suas bandeiras específicas, com destaque para a do aborto. Em outras palavras, a MMM e o MMC incorporam as bandeiras e as lutas dos demais movimentos que possuem alianças, mas, a recíproca nem sempre ocorre, o que retarda o processo de enfrentamento do feminismo às estruturas patriarcais. Essa é uma problemática decorrente da tática que esses movimentos optaram em ter que, para nós, assemelha-se a perspectiva **Luta de classes** do feminismo francófono, o qual defende a articulação e a necessidade da militância junto aos partidos políticos de esquerda.

A AMB possui uma tática diferenciada da MMM e do MMC. Embora a AMB afirme tecomo desafio a articulação com outros movimentos mistos e procure fortalecer ou mesmo estar presente nas luta dos mesmos, sua prioridade é a construção do movimento autônomo de mulheres, no qual as suas bandeiras não podem estar submetidas a nenhum movimento social ou partido político. Por isso, a AMB proclama-se apartidária. Consideramos essa tática semanhente ao **feminismo radical** francófono, pois, buscam a manutenção radical da autonomia dos movimentos feministas frente aos instrumentos políticos tradicionais, sendo as bandeiras específicas do feminismo priorizadas, ainda que as articulem com as chamadas questões gerais da classe trabalhadora, porém, sem submeter as primeiras a essas últimas.

Assim, se por um lado a AMB possui dificuldade de um maior enraizamento na constituição da luta de classes no seu sentido mais geral, é, dos três movimentos que investigamos, quem tem conseguido demonstrar maior autonomia e, portanto, maior capacidade de crítica, especialmente, em temos de envolvimento manipulatório sob a égide do PT. Mais que isso, a AMB foi o único movimento que construiu um documento com uma avaliação crítica das políticas públicas para as mulheres no governo Lula e que tem feito falas mais críticas, o que para nós contribui com o processo de formação de consciência que todos os movimentos sociais devem ter, mesmo diante de governo com forte base de apoio popular. Não que os demais não contribuam para a formação de

consciência, tanto a MMM como o MMC, fazem formação política trabalhando criticamente, por exemplo, com o tema da divisão sexual do trabalho (DST), mas, há a dificuldade em trabalhar como essa DST não foi enfrentada pelo governo Lula e nem vem sendo enfrentada pelo governo Dilma. Na verdade, a DST foi muitas vezes reforçada com as políticas familistas desses governos. Contudo, o limite de sua atuação é evidente, pois, sabemos que a emancipação da mulher não ocorrerá sem a transformação da sociedade, processo que não se desenvolverá sem a luta da classe trabalhadora em seu conjunto.

Percebemos uma dificuldade de traduzir a perspectiva anti-capiatlista dos movimentos em ações que confrontem diretamente o governo, mesmo quando esse implementa ações neoliberais. Essa dificuldade é decorrente do contexto político que atravessou o governo Lula, tanto pela capacidade de envolvimento político desses governos sobre os movimentos, quanto pela sua forte popularidade, como anunciamos acima, o que se extende ao Governo Dilma Rousseff. Nesse contexto, os movimentos não vêm conseguindo fazer o enfrentamenteo necessário mesmo diante do claro privilegiamento desses governos às classes dominantes, do parco compromisso com as classes trabalhadoras e da covardia diante do não enfrentamento aos fundamentalismos religiosos, com forte poder de influência no parlamento e que vem ferindo a laicidade do Estado diária e progressivamente[286].

Há um "cuidado" político por parte dos movimentos em não desgastar a imagem dos governos petistas, mesmo diante de recuos de direitos. O MMC, por exemplo, consegue falar e protestar contra empresas, com destaque para as de agrotóxicos e de sementes transgênicas, mas, não temos percebido falas contrárias a um governo que privilegia essas empresas em detrimento da agricultura familiar e da Reforma Agrária. Ao contrário disso, vimos em seu I Encontro Nacional, realizado em Brasília, em fevereiro de 2013, a presidenta sendo recebida como convidada de honra, uma homenageada. Com isso, não houve nenhuma menção de confronto direto ao governo, apenas reivindicações que mais pareciam "pedidos" por políticas de combate à violência contra a mulher, pela seguridade social no campo e pela defesa das sementes crioulas contra os transgênicos e agrotóxicos.

Da mesma forma, por exemplo, a MMM e a AMB ficaram acuadas diante da polêmica do aborto no segundo turno para as eleições da Dilma Rousseff, quando a mesma

[286] Como exemplo disso, em março de 2013 o deputado e pastor Marco Feliciano, conhecido por suas falas racistas e homofóbicas, foi eleito presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Federal, fato que por si só dispensa comentários críticos.

compactuou com setores religiosos e o feminismo brasileiro não conseguiu se contrapor. Isso não significa, todavia, que não houve algum tipo de resistência.

Não queremos fazer essa análise crítica no sentido de atribuir aos movimentos uma incapacidade política, isso seria muito simplismo. A correlação de forças da sociedade brasileira é muito complexa. Por mais que o PT e a maior parte da sua militância orgânica tenha sofrido transformismos e sucumbido ao taticismo, não podemos afirmar que o PT tornou-se a mesma coisa que os partidos abertamente de direita, ainda que o PT não enfrente a maior parte dos interesses desses partidos diretamente, como é o caso da Reforma Agrária.

O medo do Brasil voltar a ser governado pela política truculenta do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), a ideologia de que o PT fez e está fazendo o possível dentro da correlação de forças e de que apesar de distantes do que o PT se propunha em seu programa até o início da década de 1990, a esquerda tem avançado, levaram muitos militantes e movimentos sociais e sindicais a apoiorem o governo Lula e agora, o governo Dilma. Sucumbem assim, à política do possibilismo da governabilidade e do taticismo eleitoral, abrindo mão do seu papel de formação de consciência e de lutas de enfrentamento. O projeto societário de cunho classista é diluído a cada dia, quando esses governos ampliam cada vez mais seu arco de alianças com a burguesia e mesmo partidos de direita, sem um enfrentamento a qualquer interesse do capital.

Nesse processo, percebemos a necessidade da formação política, o que leva ao desafio de enfrentar a precarização da Universidade, o seu processo de despolitização e o descompromisso social com os movimentos sociais e a sociedade como um todo, ao passo que cresce sua mercantilização e um produtivismo absolutamente descolado da qualidade no ensino, na pesquisa e na extensão . Nesse bojo, a produção de conhecimento próprio no feminismo brasileiro, a necessidade de debates com profundidade entre suas perspectivas teóricas e políticas, o enfrentamento à pós-modernidade e seus desdobramentos políticos, são também desafios para o feminismo brasileiro.

Para nós, fica o grande desafio de articular a autonomia dos movimentos feministas com alianças construídas em torno de um projeto societário socialista. Alianças que não podem ser realizadas pelo interesse dos demais movimentos em obter mais força e energia revolucionárias com as mulheres, mas, pela incorporação e entendimento da importância do feminismo para a construção de uma nova sociedade. É nesse sentido, que acreditamos na importância do partido político, como um sujeito coletivo capaz de universalizar e

politizar as lutas dos movimentos sociais, buscando um direcionamento político que ultrapasse a dimensão econômico-corporativa e potencialize a formação da consciência revolucionária. Um partido que respeite a autonomia dos movimentos sociais, que compreenda, incorpore e defenda as lutas feministas, antirracistas e por liberdade sexual, associando-as a luta de classes.

A autonomia política como grande desafio para os movimentos feministas, associa-se, também, à autonomia financeira. Não é à tôa que a auto-sustentabilidade foi apontada em quase todos os depoimentos das entrevistadas como uma das maiores dificuldades dos movimentos investigados. O apoio financeiro governamental e a incorporação de militantes feministas nos quadros governamentais, têm arrefecido a capacidade de crítica e de combatividade do feminismo frente às políticas sociais familistas, a falta de recursos para a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres e a inércia governamental frente às problemáticas históricas que afetam as mulheres, como a criminalização do aborto. Em relação ao recebimento de recursos governamentais, somente a AMB, dos três movimentos investigados, não recebe esse tipo de apoio por opção política, na tentativa de corresponder à sua tática de autonomia. Os três movimentos, todavia, reconhecem a importância da autonomia financeira e têm feito o esforço de por meio de atividades militantes, como venda de produtos, rifas e festas, conseguirem recursos próprios. Porém, fazer movimento em um país de dimensões continentais, com mulheres da classe trabalhadora, é muito difícil apenas esse tipo de iniciativa, pois, não captam recursos suficientes para dar o suporte necessário para o deslocamento das militantes e a construção de lutas nacionais.

Apesar da importância da autosustentabiliade, cremos que a dependência política ou envolvimento com o PT e os partidos da base governamental, impactam muito mais fortemente na dificuldade de autonomia dos movimentos.

A despeito dos desafios apontados, das dificuldades de construção de autonomia frente aos governos, percebemos que houve lutas no governo Lula. Diversas greves foram realizadas, embora a maioria tenha procurado não confrontar ou desgastar a imagem do governo Lula. Ocupações de terras e prédios públicos também foram realizados. A iniciativa do FIPS em resistência à contrarreforma da Previdência, as Marchas da Margarida, a Frente Nacional pelo Fim da Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto, a campanha de valorização do salário mínimo e a ação das mulheres da Via

Campesina contra a Aracruz Celulose em (protagonizada pelo MMC)[287], também merecem destaque.

Na atualidade, podemos renovar ainda mais nossas esperanças. Quando escrevemos a introdução do projeto de doutorado, no final de 2008, que deu origem a presente tese, dissertamos sobre o descenso dos movimentos sociais. Agora, em 2013, ao reavaliar essa análise, quase incontestável à época, não conseguimos ratificá-lo com plena convicção, o que nos anima em ternos de possibilidades futuras. Em 2009 a crise mundial passa a impactar a economia e, em reação às medidas de ajuste do capital, passamos a presenciar o ascenso de vários movimentos e manifestações em todo o mundo, com destaque para a Europa, em países como Portugal, Espanha e Grécia, especialmente. Embora em menor proporção e sem a repercussão midiática do ocorido na Europa, o Brasil também teve manifestações de resistência e reivindicação. As greves dos(as) professores, dos bombeiros e dos policiais, são exemplos disso.

Ainda que em termos mundiais essas manifestações e resistências se mostrem mais em forma de revolta e de protestos sem direcionamente político para a construção de um novo projeto societário, o que demonstra a incapacidade de direção dos nossos atuais instrumentos políticos coletivos, a apatia parece ter sido quebrada. Ainda é cedo para arriscarmos qualquer análise mais profunda, contudo, a história parece se abrir para maiores possibilidades de transformação. A necessidade de instrumentos políticos permanecem para dar direção. Não temos vizualidado nenhum instrumento que tenha conseguido criar uma forte referência no movimento socialista internacional, com força para universalizar e politizar essas manifestações, direcionando-as para um projeto societário. Assim, tudo ainda parece meio difuso, desordenado, mas, as consciências têm se expressado inquietas e em conflito com este mundo. Que venha uma práxis inovadora contra esta (des)ordem do capital!

---

[287] O desgate político dessa ação contra a Aracruz Celulose foi muito forte, tanto pela criminalização que diversas mulheres do MMC sofreram – o que amendrontou algumas outras mulheres que se distanciaram da militância e, portanto, houve quebra de quadros no MMC, ainda que tenha ganho visibilidade e criado referência para outras – , como pela maior dificuldade financeira que o movimento passou a enfrentar para receber financiamento diante de suas ações de "muita radicalidade", aos olhos do governo e de outros financiadores. Como essa ação não provocou o desdobramento político que as mulheres dirigente do MMC esperavam, no sentido de adensar e agregar mais movimentos de mulheres para uma perspectiva de lutas de enfrentamento, o MMC não tem como se manter sozinho nessa linha de radicalidade, sob o risco, de deixar de existir, tanto que ainda não conseguiu fazer de 2006 pra cá, nenhuma outra ação de tamanha confrontação política.

Por fim, inspiradas na convivência com a luta feminista e, de uma maneira geral, com os resultados desse trabalho, podemos concluir que a luta das mulheres é um fato político concreto que não apenas acrescenta um elemento novo a política, mas, perturba-o profundamente. E, por que não dizer que o revoluciona?! Esperamos que os princípios de autonomia e liberdade, bem como a política de subversão e irreverência que constituem o espírito e o sentido do feminismo, desde a sua origem, possam ser revigorados e que tenham força de influência e inspiração no movimento de esquerda como um todo na luta pela emancipação humana.

REFERÊNCIAS

ABONG. Disponível em: <www.abong.org.br> Acesso em: 17 jun. 2007.

ALMEIDA; VIEIRA; CANCELLI (org). *Partido dos trabalhadores.* Resoluções de encontros e congressos. São Paulo: Diretório Nacional do PT; Fundação Perseu Abramo, 1998.

AMB. *Articulando a luta feminista por políticas públicas*: desafios para a ação do movimento na implementação das políticas. Brasília: CFEMEA, 2009.

_____. *Políticas públicas para a igualdade*: balanço de 2003 a 2010 e desafios do presente. Brasília: CFEMEA, 2011.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: _____. *Pós-neoliberalismo:* as políticas sociais e o Estado democrático. Emir Sader e Pablo Gentili (org). 5.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

_____. "As ideias e a ação política na mudança histórica". In: BORON, Atílio et. al. (Org.). *A teoria marxista hoje:* problemas e perspectivas. Buenos Aires: Clacso; São Paulo: Expressão Popular, 2007.

ALVAREZ, Sonia E. Feminismos latino-americanos. *Estudos Feministas*, v.6, n.2, p. 265-284, 1998.

_____. Em que Estado está o feminismo latino- americano: uma leitura crítica das políticas públicas com ' perspectiva de gênero'.In: FARIA, Nalu; NOBRE, Míriam (Org). *Cadernos sempreviva.* Gênero nas políticas públicas: impasses e perspectivas para a ação feminista.. São Paulo: SOF, p. 09-25, 2000.

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho:* ensaios sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. Notas sobre a consciência de classe. In: ANTUNES, R.; RÊGO, W. L. *LUKÁCS:* um Galileu no século XX. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 1996.

ARY, Zaíra. *Feminino e masculino no imaginário católico:* da ação católica à teologia da libertação. São Paulo: Annablune; Fortaleza: Secult, 2000.

ÁVILA. Maria Betânia. "As mulheres no mundo do trabalho e a relação corpo e sujeito" *Cadernos de crítica feminista.* Ano 5, n. 4 , dez. 2011.

BALIBAR, Etienne; Wallersteins, Immanuel. "Race, nation, classe: Les identités ambigues. *Cahiers libres.* Paris: La Découverte, 1998.

BANCO MUNDIAL. *A questão de gênero no Brasil* (2003). Disponível em: <http: // www.bancomundial.org.br>.

BANDEIRA, Lourdes Maria. “Feminismo: memória e história” In: SALES, Celecina; AMARAL, Célia; ESMERALDO, Gema. *Feminismo:* memória e história. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2000.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo:* fatos e mitos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, s/d. v.1.

_____. *O segundo sexo:* a experiência vivida. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. v.2.

BEBEL, August. *La mujer y el socialismo.* Tradução de Vicente Romano García. Madrid: Akal, 1976. (primeira edição em1879).

BENSAID, Daniel. *Marx o intempestivo:* grandezas e misérias de uma aventura crítica (séculos XIX e XX). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

BEHRING, Elaine Rossetti. *O Brasil em contra-reforma:* desestruturação do estado e perda de direitos. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. Trabalho e seguridade social: o neoconservadorismo nas políticas sociais”. In: BEHRING, Elaine ; ALMEIDA, Maria Helena Tenório (Org). *Trabalho e seguridade Social:* percursos e dilemas. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BEHRING, Elaine ; BOSCHETTI, Ivanete. *Política social:* fundamentos e história. São Paulo: Cortez, 2006.

BIDET-MOREL, Annie ; BIDET, Jaques. “Les rapports de sexe comme rapports sociaux suivi de Rapports sociaux de sexe e rapports sociaux de classe”. In: BIDET-MORDREL (Org.). *Les rapports sociaux de sexe.* Atual Marx Confrontation. Paris: Presses Universitaires de Frances, Deuxième semestre, 2010.

BIONDI, Aloysio. *O Brasil privatizado*: um balanço do desmonte do Estado. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003. (Coleção Brasil Urgente).

BLAY, Eva. *Trabalho domesticado*: a mulher na indústria paulista. São Paulo: Ática, 1978.

BRASIL. *Lei nº 11.707*, de 19 de junho de 2008. Altera a Lei nº 11.530, de 24 de outubro de 2007, que institui o Programa Na -cional de Segurança Pública com Cidadania - Pronasci. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Lei/L11707.htm#art2>. Acesso em: 5 out. 2010.

BRASIL. Presidência da república/secretaria especial de políticas para as mulheres. *I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.* Brasília, 2005. Disponível em:< http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpm_compacta.pdf >. Acesso em: 16 abr. 2012.

BRASIL. Presidência da república/secretaria especial de políticas para as mulheres *II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.* Brasília, 2008. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/II_PNPM.pdf> . Acesso em: 16 abr. 2012.

BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero.* Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

BUENO, F, SEABRA, R. A teoria do subimperialismo brasileiro: notas para uma (re) discussão contemporânea". In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS.

CARVALHO, Ivy. *O fetiche do "empoderamento"*: do "conceito" ideológico ao projeto político-econômico. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social:* uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASTELO, Rodrigo. *O social-liberalismo:* uma ideologia neoliberal para a "questão social" no século XXI. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

CASTRO, Mary Garcia. Marxismo, feminismos e feminismo marxista: mais que um gênero em tempos neoliberais". *Revista crítica marxista*, n.11, São Paulo, 2000.

CHAUI, Marilena. *Brasil:* mito fundador e sociedade autoritária. 7. ed. São Paulo: Perseu Abramo, 2007.

CHESNAIS, François. *A mundialização do capital.* São Paulo: Xamã, 1996.

_____. Crise vem pôr a nu os limites históricos do sistema capitalista. *Revista O Comuneiro, n.7,* Portugal, 2008. Disponível em: <www.ocomuneiro.com>

CISNE, Mirla. *Serviço social no Ceará na década de 50:* o intercruzamento entre classe, gênero e catolicismo. Monografia de conclusão de curso. Fortaleza: Universidade Estadual do Ceará (UECE), 2002.

_____. *Serviço social*: uma profissão de mulheres para mulheres? uma análise crítica da categoria gênero na histórica "feminização" da profissão. Dissertação (mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

_____. *Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social*. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

CODAS, Gustavo. Economia neoclássica e economia marxista: dois campos teóricos e as possibilidades das análises econômicas e de gênero". In: FARIA, Nalu ; NOBRE, Miriam (Org). *Economia feminista*. São Paulo: SOF, 2002.

COLLIN, Françoise. "Diferenças dos sexos (teorias da). In: HIRATA, Helena et al. (Org.). *Dicionário crítico do feminismo.* São Paulo: UNESP, 2009.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci:* um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus: 1989.

_____. *Gramsci:* um estudo sobre seu pensamento político. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

COUTINHO, Joana. “ONG’s: caminhos e (des)caminhos”. *Revista lutas sociais*, São Paulo, n.13, 2005.

CRENSHAW, Kimberle. The intersection of race and gender. In: CRENSHAW, Kimberle et al. (Ed.). *Critical race theory.* The key writings that formed the movement. New York: New Press, 1995.

CURIEL, Ochy. “Identidades esencialistas o construcción de identidades política: El dilema de las feministas afrodescendientes”. *Revista electrónica construyendo nuestra iterculturalidad,* Ano 5, v. 4, n.5, 2009.

CURIEL, Ochy ; FALQUET, Jules. Introducición. In: CURIEL, Ochy ; FALQUET, Jules. *El patriarcado al desnudo:* três feministas materialistas: Collette Guillaumin – Paola Tabet – Nicole Claude Mathieu. Buenos Aires: Brecha Lésbica, 2005.

DELPHY, Cristine. *L’ennemi Principal.* Économie Politique du Patriarcat. Paris: Syllepse, 2009. v.1.

_____. _____. Penser le Genre. Paris: Syllepse, 2009a. v.2.

_____. “Patriarcado”. In: HIRATA, Helena (Org). *Dicionário crítico do feminismo.* São Paulo: UNESP, 2009 b.

DEMIER, Felipe (Coord.). *As transformações do PT e os rumos da esquerda no Brasil.* São Paulo: Bom Texto, 2003.

DEMOCRACIA SOCIALISTA. “Reconstruir o Feminismo no PT. *Jornal em tempo*, n.25, 2010.

DEVREUX, Anne-Marie. “A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina”. *Cadernos de crítica feminista,* n. 4, dez. 2011.

DUNAYEVSKAYA, Raya. *Rosa Luxemburgo, la liberación feminina y la filosofia de la revolución de Marx.* México: Fondo de Cultura Económica, 1985.

_____. *Liberación feminina e dialética de la revolución.* Tratando de alcanzar el futuro. Fontamara, 2003.

DUQUE-ARRAZOLA, L. S. O sujeito feminino nas políticas de assistência social. In: MOTA, A. *O Mito da assistência social:* ensaio sobre estado, política e sociedade. São Paulo: Cortez, 2009.

DURIGUETTO, M. Lúcia. *Sociedade civil e democracia.* São Paulo: Cortez, 2007.

_____. Ofensiva capitalista, despolitização e politização dos conflitos de classe. *Revista Temporalis*, Brasília, n.16, 2009.

_____ ; MONTAÑO, Carlos. *Estado, classe e movimento social.* São Paulo: Cortez, 2010.

ENGELS, Friedrich. “Caracteres da monogamia”. In: MARX; ENGELS; LENIN. *Sobre a mulher.* São Paulo: Global, 1979. (Coleção bases, n. 17).

ENGELS, Friedrich . *A origem da família, da propriedade privada e do Estado.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979 a.

_____. *Do socialismo utópico ao socialismo científico.* São Paulo: Global, 1984.

_____. Carta a Bloch**.** In:_____. *Obras escolhidas.* São Paulo: Alfa-Ômega, s/d. v.3.

ELSON, Diane. "Commerce internacional, égalité des sexes et avantage compétitif". In: FALQUET Jules et al. *Le sexe de la mondialisation.* Paris: Presses de Sciences, 2010.

EVANGELISTA, João E. *Crise do marxismo e irracionalismo pós-moderno.* São Paulo: Cortez, 1992.p.24 - 25.

FALQUET, Jules. Três questões aos movimentos sociais progressistas: contribuições da teoria feminista à análise dos movimentos sociais. In: _____**.** Lutas & Resistências, Londrina, v.1, p.212-225, set. 2006.

_____. "Repensar as relações sociais de sexo, classe e '"raça"' na globalização neoliberal" .*Mediações,* Londrina, v. 13, n.1-2, p. 121-142, jan./dez. 2008.

_____. *De gré ou de force:* Les femmes dans la mondialisation. Paris: La Dispute, 2008 a.

_____. "Lesbianismo". In: HIRATA, Helena (Org). *Dicionário crítico do feminismo.* São Paulo: UNESP, 2009.

_____; HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle et al. *Le sexe de la mondialisation.* Paris: Presses de Sciences, 2010.

_____. *Les mouvements sociaux dans la modialisation néolibérale:* imbrication des rapports sociaux et classe des femmes (Amérique latine-Caraïbes-France). Habilitation à diriger des recherches (mimeo). Paris: Université de Paris 8, 2012.

FARIA, Nalu. "Batucadas feministas da Marcha Mundial das Mulheres. *Revista Mátria. A emancipação da mulher,* mar. 2008.

FATTORELLI, Maria Lúcia. *Como a dívida pública afeta o orçamento da união e aprofunda as desigualdades sociais no Brasil.* Auditoria Cidadã da Dívida: Outubro de 2010.

FELIPPE, William (Org.). *Teoria e organização do partido:* textos de Lênin, Trotsky e Moreno. São Paulo: Sundermann, 2006.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil:* ensaio de interpretação Sociológica. 3.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

FILGUEIRAS, Luiz ; GONÇALVES, Reinaldo. *A economia política do Governo Lula.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

FON, Aton. *O nome do jogo é política.* São Paulo: mimeo, 2010.

FONTES, Virgínia. “Imperialismo, classes sociais e conjuntura: capitalismo autônomo?” *Revista eletrônica o comuneiro,* n.3, 2006. Disponível em: <http://www.ocomuneiro.com/nr03_03_virginia.htm>

FONTES, Virgínia . *O Brasil e o capital-imperialismo:* teoria e história. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010.

FORNER, Philip S. *Clara Zetkin:* SELECTED Writings. New York: International Publishers, 1984.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, Dominique. “Movimentos feministas”. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). *Dicionário crítico do feminismo.* São Paulo: UNESP, 2009.

FREITAS, Isabel; MORI, Natalia ; FERREIRA, Verônica (Org). *A segurdade social é um direito das mulheres:* vamos à luta! Brasília: CFEMEA: MDGamp3 Fund, 2010.

GOHN, Glória. Classes sociais e movimentos sociais. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇOI SOCIAL. *Capacitação em serviço social e política social.* Módulo 02: Reprodução Social, Trabalho e Serviço Social. Brasília: UNB, 1999.

GOLDMAN, Emma. *La tragédie de l’emancipation féminine suivi du mariage et l’amour.* Paris: Syros, 1978.

GOMES, Carla ; SORJ, Bila. O gênero da “nova cidadania”: o programa mulheres da paz. *Revista Sociologia e Antropologia*, Rio de Janeiro, v.2, 2011.

GONZÁLEZ, Ana Isabel Álvarez. *As origens e a comemoração do dia internacional das mulheres.* São Paulo: Expressão Popular, 2010.

GRAMSCI, Antônio. A intransigência de classe e a hitória italiana. *Il Grito del Popolo 18/5/1918*. Escritos políticos. Lisboa: Seara Nova, 1976, v. 1.

_____. Escritos políticos: a intransigência de classe. L’Ordine Nuovo, 28/6 e 5/7/1919 In: BUCI-GLUCKSMANN, Cristinne. *Gramsci e o estado.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

_____. *Concepção dialética da história.* 10 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

_____. *Cadernos do cárcere.* v.2 **.**Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. _____. v.3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000a.

_____. *Cadernos do cárcere.* v. 5. O risorgimento. Notas sobre a história da Itália. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

GRANEMANN, Sara. *Para uma interpretação marxista da 'previdência privada*. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

GUILLAUMIN, Colette. Práctica del poder e ideia de Naturaleza. In: FALQUET, Jules ; CURIEL, Ochy (Org). *El patriarcado al desnudo*: tres feministas maerialistas: Colette Guillaumin - Paola Tabet - Nicole Claude Mathieu. Buenos Aires: Brecha Lésbica, 2005.

GUILLAUMIN, Colette. Pratique du pouvoir et idée de nature. In: GUILLAUMIN, Colette. *Sexe, race et pratique du pouvoir. L'idée de Nature*. Paris: Côté-femmes, 1992 [1978].

_____. "De la transparence des femmes. Nos sommes toutes des filles de vitrières". In: *Questions Féministes.* 1977-1980. Paris: Syllepse, 2012.

_____. *Pratique du Pouvoir et idée de nature (2)*: le discours de la nature. 2012 (a).

GURGEL, Telma. *Feminismo e liberdade*: sujeito total e tardio na América Latina. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade Federal da Paraiba, 2004.

_____. *A Liberdade é lilás:* a trajetória dos coletivos feministas na história de Mossoró-RN. Mossoró :Fundação Vingt-Um Rosado, 2005.

_____. "O feminismo como sujeito coletivo total: a mediação da diversidade" *Cadernos de Crítica Feminista,* ano 5, n.4, dez. 2011.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna.* 6.ed. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. *O novo imperialismo***.** São Paulo: Loyola, 2004.

_____. _____. 4.ed. São Paulo: Loyola, 2010.

HEGEL, Friederich. *Principes de la philosophie du droit, ou droit naturel et science de l'État en abrégé.* Paris: Gallimard, 1940.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história.* 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

HIRATA, Helena. *Nova divisão sexual do trabalho?* São Paulo: Boitempo, 2002.

HITE, Shere. *O relatório hite:* um profundo estudo sobre a sexualidade feminina. 21.ed. São Paulo: Difel, 1992.

HOBSBAWN, Eric. *A era dos extremos:* o breve século XX. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O serviço social na contemporaneidade:* trabalho e formação profissional. São Paulo. Cortez, 1999.

_____. *Trabalho e indivíduo social.* São Paulo: Cortez, 2001.

_____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche:* capital financeiro, trabalho e questão social. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IANNI, Octávio. *O ciclo da revolução burguesa no Brasil.* Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

_____."A dialética da história". In: D'INCAO, Maria Ângela (Org.). *História e ideal:* ensaios sobre Caio Prado Júnior. São Paulo: UNESP: Brasiliense, 1989.

_____. *A idéia de Brasil moderno.* Rio de Janeiro: Brasiliense, 1992.

IASI, Mauro. *O processo de consciência.* São Paulo: CPV, 1999.

IASI, Mauro. *O dilema de Hamlet:* o ser e o não ser da consciência. São Paulo: Viramundo, 2002.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *Ensaio sobre consciência e emancipação.* São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. *As metamorfoses da consciência de classe*: o PT entre a negação e o consentimento**.** São Paulo: Expressão Popular, 2006.

IBGE. "Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira". *Estudos & pesquisas informação demográfica e socioeconomica*, Rio de Janeiro, n.21, 2007.

_____. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios (PNAD):* síntese de indicadores 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

_____. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios (PNAD):* síntese de indicadores 2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

JUTEAU, Danielle ; LAURIN, Nicole. "L'évolution des formes d'appropriation des femmes: des religieuses aux 'mères porteuses'". *Revue canadienne de sociologie et d'anthropologie,* v.25, n.2, p 183–207.

KATZ, C.; COGGIOLA, O. *Neoliberalismo ou crise do capital?* São Paulo: Xamã, 1996.

KERGOAT, Danièle. Em defesa de uma sociologia das relações sociais. Da análise crítica das categorias dominantes à elaboração de uma nova conceituação". In: KARTCHEVSKY-BULPORT, Andrée. et al. *O sexo do trabalho.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. "Dynamique et consubstantialité des rapports sociaux". In: DORLIN, Elsa (Org.). *Sexe, classe, race.* Pour une épistémologie de la domination. Paris: PUF, 2008.

_____. "Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo". In: HIRATA, Helena et al. (Org.). *Dicionário crítico do feminismo.* São Paulo: UNESP, 2009.

_____. "Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais". *Novos estudos.* CEBRAP, n. 86, mar. 2010.

_____. Le rapport social de sexe – De la reproduction des rapports sociaux à leur subversion. In: BIDET-MORDREL (Org). *Les rapports sociaux de sexe*. Atual Marx Confrontation. Paris: Presses Universitaires de Frances, 2010 a.

_____. *Se batter, disent-elles.* Paris: La Dispute, 2012.

KOLLONTAI, Alexandra. *Marxismo e revolução sexual.* São Paulo: Global, 1982.

_____. A família e o estado socialista. In: MACHEL, Samora et. al. *A libertação da Mulher.* 3. ed. São Paulo: Global, 1982 a.

KOLLONTAI, Alexandra . *La oposición obrera.* Anagrama, 1976.

KOLLONTAI, Alexandra . *A nova mulher e a moral sexual.* São Paulo: Expressão Popular, 2007.

KONDER, Leandro. *A questão da ideologia.* São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

_____. *Marxismo e alienação.* São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. 7.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

LEHER, Roberto. Resgatar a tradição crítica para construir práticas necessariamente renovadas. In: LEHER, Roberto ; SETÚBAL, Mariana (Org). *Pensamento crítico e movimentos sociais:* diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005.

LÊNIN, Vladimir. *Esquerdismo*: doença infantil do comunismo. São Paulo: Global, 1920.

_____. A mulher hoje. In: MARX, ENGELS, LENIN. *Sobre a mulher.* São Paulo: Global editora, 1979. (Coleção bases, n. 17).

_____. *Que fazer?* Problemas cadentes do nosso tempo. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

LESSA, Sérgio. *O mundo dos homens:* trabalho e serviço social. São Paulo: Boitempo, 2002.

LOPES, Josefa Batista. A Relação Serviço Social-Movimento Social: indicações para um estudo. *Serviço social & movimento social.* São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 1999.

LÖWY, Michael. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo: Buscavida, 1987.

LUKÁCS, Gyorgy. A autocrítica do Marxismo. *Temas de ciências humanas. v.* 4. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

_____. *História e consciência de classe*: estudos sobre a dialética marxista. Porto: Escorpião, 1974.

_____. *História e Consciência de Classe*: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

_____. "As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem" In: COUTINHO ; NETTO (Org). *O Jovem Marx e outros escritos de filosofia.* Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

MACHADO, L. M. V. *A incorporação de gênero nas políticas públicas:* perspectivas e desafios. São Paulo: Annablume, 1999.

MACHEL, Samora. A Libertação da mulher é uma necessidade da Revolução, garantia da sua continuidade, condição do seu triunfo. In: MACHEL, Samora et al. *A libertação da Mulher.* 3.ed. São Paulo: Global, 1982.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARINI, R. M. Dialética da Dependencia. In: STÉDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta (Org). *Ruy Mauro Marini.* Vida e obra. São Paulo: Expressão Popular, 2005

MARX, Karl. Introdução à Crítica da Economia Política. In: *Marx.* Abril Cultural, 1978. (Coleção Os Pensadores).

_____. *Para a crítica da economia política.* São Paulo. Abril Cultural. 1982. (Os Economistas)

_____. "Contribuição à crítica da fiolosofia do direito de Hegel. In: MARX, Karl. *Manuscristos econômicos filosóficos*. Lisboa: Edições 70, 1993.

_____. *O Capital*. Livro 1, v. 2. São Paulo: Difel, 1985.

_____._____. Livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____._____. Livro 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008 c.

_____. "O 18 Brumário de Luis Bonaparte. *A revolução antes da revolução.* São Paulo: Expressão Popular, 2008 a.

_____. *Contribuição à crítica da economia política.* São Paulo: Expressão Popular, 2008 b.

_____. "Proudhon**"** In**:** MARX ; ENGELS. *A sagrada família.* São Paulo: Boitempo, 2009 a.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos.* São Paulo: Boitempo, 2009 b.

MARX, Karl ; ENGELS, F. Teses contra Feurbach (1845) (VI Tese). In: MARX, Karl. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos.* (Seleção de José Arthur Gianotti; tradução José Carlos Bruni et all). 3. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1985 (Os pensadores).

_____. *A ideologia Alemã.* São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. Manifesto do Partido Comunista In: *Karl Marx e Friedrich Engels:* Obras escolhidas. São Paulo: Alfa Omega, s/d.

MATHIEU, Nicole Claude. "¿Identidad sexual/sexuada/de sexo? Tres modos de conceptualización de la relación entre sexo y género" In: FALQUET, Jules ; CURIEL, Ochy (Org.) *El patriarcado al desnudo*: tres feministas maerialistas. Buenos Aires: Brecha Lésbica, 2005.

MATTOS, Marcelo Badaró. Classes sociais e luta de classes: a atualidade de um debate conceitual. *Em Pauta,* n. 20, 2007.

MELO, A. S. Os organismos internacionais na condução de um novo bloco histórico. In: NEVES, L. M. W. *A nova pedagogia da hegemonia*: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

MÉSZÁROS, Istiván. *Para além do capital.* São Paulo: Boitempo, 2002.

MÉSZÁROS, Istiván. *A teoria da alienação*. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

MINAYO, Maria Cecília Souza (Org.). *Pesquisa social:* teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MONTAÑO, Carlos. *Terceiro setor e questão social:* crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MORIÉRE, Laisy. Participação política e cidadania: conquistas das mulheres no governo Lula. In: CONGRESSO INTERNACIONAL UNIVERSITÁRIO GEFEDI GENEROS, FEMINISMOS Y DIVERSIDADE, 2011. Disponível em: <http://www.gefedi.una.ac.cr/index.php?option=com_joomdoc&task=doc_details&gid=11&Itemid=53&lang=es>. Acesso em: 12 abr. 2012.

MOTA, Ana Elizabete. *Cultura da crise e seguridade social:* um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 e 90. São Paulo: Cortez. 1995.

_____. *Questão social e serviço social.* Mimeo. Recife, 2000.

_____. *Ditadura e serviço social:* uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez, 1991.

_____. *Crise do socialismo e ofensiva neoliberal.* São Paulo: Cortez, 1993.

_____. "Prólogo: elementos para uma leitura crítica do Manifesto Comunista". In: MARX ; ENGELS. *Manifesto do partido comunista.* São Paulo: Cortez, 1998.

_____. A Construção do projeto ético-político do Serviço Social frente à crise contemporânea. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Capacitação em Serviço social e política social:* Módulo 1: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social - Brasília: CEAD, 1999.

_____. Cinco notas a propósito da questão social. *Revista Temporalis*, Brasília, n. 3, 2001.

_____. Das ameaças à crise. *Revista inscrita*, Brasília, n.10, 2007.

_____ ; BRAZ, M. *Economia política:* uma introdução crítica. São Paulo : Cortez, 2007.

NOVELLINO, Salet Ferreira. As organizações não-governamentais (ONGs) feministas brasileiras. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 15, Caxambú, 2006. *Trabalho apresentado.* Disponível em: < http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_332.pdf.> Acesso: em: 10 jun. 2007.

_____. *Os feminismos latino-americanos e suas múltiplas temporalidades no século XX.* Disponível em: <www.fazendogenero7.ufsc.br> Acesso em: 10 jun. 2007.

OBERTI, Alejandra. “O labirinto da diversidade”. *Folha Feminista,* São Paulo, n.15, 2000.

OLIVEIRA, Francisco. *Crítica à razão dualista: o* ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. *O Brasil depois de Lula.* [S.l]: Contraponto: Versus, 2010.

OSTROWER, Fayga. C*riatividade e processos de criação*. Petrópolis: Vozes, 2004.

Partido dos Trabalhadores*. Carta de Princípios*. 1979.

PAULO NETTO, José. *O déficit da esquerda é organizacional*. Rio de Janeiro: mimeo, 2010.

PAULO NETTO, José Paulo ; FALCÃO, Maria do Carmo. *Cotidiano:* conhecimento e crítica, São Paulo: Cortez, 1987.

PAULO NETTO, José. *Ditadura e serviço social*: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1996.

PAULO NETTO, José. “Posfácio”. In: COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

PAULO NETTO, José Paulo. (Org). *Lukács.* São Paulo: Ática, 1981. (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

PLATAFORMA FEMINISTA. Brasília, 2002. Disponível em: <http://ftp.medicina.ufmg.br/dmps/nems/arquivos/plataforma_feminista.pdf > . Acesso em 16 abr. 2012.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual.* São Paulo: Paz e Terra, 1993.

Paulani, Leda. *Brasil delivery.* São Paulo: Boitempo, 2008.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história:* operários, mulheres, prisioneiros. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra: 2001.

_____. História (sexuação da). In: HIRATA, Helena (Org). *Dicionário crítico do Feminismo.* São Paulo: UNESP, 2009.

PERROT, Michele. La femme populaire rebelle. In: FRAISSE, Geneviève. *Histoires sens qualities.* Paris: Galilée, 1979.

PERROT, Michele ; DUBY, Georges. Histoire des femmes en Occident. *L'Antiquité.* Perrin:Paris , 2002. (Colletion Temps. v.1)

PERROT, Michele ; DUBY, Georges. *Histoire des femmes en Occident.* Le Moyen-Age. Perrin: Paris, 2002 a. (Colletion Temps. v. 2).

_____. *Histoire des femmes en Occident.* XVIème-XVIIIème siècles. Perrin: Paris, 2002 b. (Colletion Temps, v.3).

PERROT, Michele ; DUBY, Georges. *Histoire des femmes en Occident.* Le XIXème siècle. Perrin: Paris, 2002 c. (Colletion Temps, v.4).

_____. *Histoire des femmes en Occident.* Le XXème siècle Perrin: Paris, 2002 d. (. Colletion Temps, v.5).

PETRAS, James. *Hegemonia dos Estados Unidos no novo milênio.* Petrópolis: Vozes, 2000.

PFEFFERKORN, Roland. *Genre et rapports sociaux de sexe.* Paris: Page Deux, 2012.

PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil.* São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher?. In: ALGRANTI (Org.). *A prática feminista e o conceito de gênero. Textos didáticos.* São Paulo: IFCH/Unicamp, 2002.

POCHMANN, Marcio. *Nova classe média?* O trabalho na base da pirâmide social brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

PONTES, Reinaldo. Mediação e instrumentalidade no trabalho do assistente social. In: CFESS-ABEPSS. *Capacitação em serviço social e política social.* Módulo 4: O Trabalho do assistente social e as políticas sociais. Brasília: CEAD-UNB, 2000.

PORTELLI, Hugues. *Gramsci e o bloco histórico.* Tradução de Angelina Peralva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

PRADO. Danda. *O que é família.* São Paulo: Abril Cultural:Brasiliense, 1985.

PRADO Jr, Caio. *Dialética do conhecimento*. São Paulo: Gráfica Urupês, 1960. t.1

_____. _____: História da dialética, lógica dialética. São Paulo: Brasiliense, Urupês, 1969. t.2.

QUADROS, Waldir. Gênero e "raça" na desigualdade social brasileira recente". *Estudos avançados*, São Paulo, v.8, n.50, jan./abr, 2004.

RABAY, Glória de Lourdes. Movimento de mulheres na Paraíba: conquistas e desafios" In: SALES, Celecina; AMARAL, Célia ; ESMERALDO, Gema***. Feminismo:*** memória e história. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2000.

RAUD-MATTEDI, C. "Análise crítica da Sociologia Econômica de Mark Granovetter: os limites de uma leitura do mercado em termos de redes e imbricação". *Revista política e sociedade*, Santa Catarina, n. 6, p.59-82, abr. 2005.

RODRIGUES, Marlene. Eqüidade de gênero e transferência de renda: reflexões a partir do Programa Bolsa Família. In: BOSCHETTI, Ivnete (Org). *Política social no capitalismo*: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008.

ROWBATHAM, Sheila. “o movimento de mulheres e a organização para o socialismo”. In: WAINWRIGHT, Hilary et al. *Além dos fragmentos.* São Paulo: Brasiliense, 1981.

SADER, Emir. A esquerda latino-americana no século XXI. In: LEHER, Roberto; SETÚBAL, Marina (Org). *Pensamento crítico e movimentos sociais*: diálogos para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005.

SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher na sociedade de classes:* mito e realidade. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

_____. *Gênero, patriarcado, violência.* São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

_____. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina de O. ; BRUSCHINI, Cristina. *Uma questão de gênero.* Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992.

SALVADOR, Evilásio. *Fundo público e seguridade social no Brasil.* São Paulo: Cortez, 2010.

SARACENO, D. V. S. *O papel do terceiro setor na questão do desenvolvimento regional e local.* Disponível em: <www.mestradoaregional.unifacs.br/cedre/cadernos/cadernos_09.htm-> Acesso em: 12 jan. 2006

SASSEN, Saskia. *The global city:* New York, London, Tokyo. Princeton, N. J.: Princeton University Press, 1991.

SCHERER-WARREN, Ilse. *Movimentos sociais.* 2.ed. Florionópolis: Universidade Federal de Santa Catarina , 1987.

_____. *Rede de movimentos sociais.* 3.ed. São Paulo: Loyola, 2005.

SCOTT, Joan. *Gênero:* uma categoria útil para análise histórica. Recife: SOS Corpo, 1991.

SEGNINI, Liliana Rolsen Petrilli. Feminização do trabalho bancário. In: BRUSCHINI, Cristina ; SORJ, Bila. *Novos olhares*: mulheres e relações de gênero no Brasil. São Paulo: Marco Zero: Fundação Carlos Chagas, 1994.

SILVA, Carmen. “Os sentidos da ação educativa do feminismo”. In: SILVA, Carmen (Org). *Experiências em pedagogia feminista.* Recife: SOS Corpo, 2010.

SILVA, Carmen. Pensar o futuro, bem viver o presente. *Cadernos de crítica feminista*, n.4, dez. 2011.

SILVEIRA, Angelita Fialho. O empoderamento e a constituição de capital social entre a juventude. In: BAQUERO, Marcelo; CREMONESE, Dejalma (Org). *Capital social.* Teoria e Prática. Ijuí: Uniijuí, 2006.

SIMIONATO, Ivete. As expressões ideoculturais da crise capitalista da atualidade. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. *Capacitação em serviço social e política social:* Módulo 1: Crise Contemporânea, Questão Social e Serviço Social. Brasília: CEAD, 1999.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo.* Reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. *A classe operária tem dois sexos:* trabalho, dominação e resistência. São Paulo: Perseu Abramo, 2011.

TABET, Paola. *La construction sociale de l'inégalité des sexes.* Des outils et des corps. Paris: L'Harmattan, 1998.

_____. *La grande arnaque*. Sexualité des femmes et échange économico-sexuel. Paris: L'harmattan, 2004.

_____. Las manos, los instrumentos, las armas. In: FALQUET, Jules ; CURIEL, Ochy (Org). *El patriarcado al desnudo*: tres feministas maerialistas: Colette Guillaumin - Paola Tabet - Nicole Claude Mathieu. Buenos Aires: Brecha Lésbica, 2005.

TRAT, Josette. Movimentos sociais. In: HIRATA, Helena (Org). *Dicionário crítico do feminismo.* São Paulo: UNESP, 2009.

THOMPSON, E. P. *The making of the English working class.* Harmondsworth: Penguin, 1963

_____. *Tradición, revuelta y consciência de clase:* estudos sobre la crises de la sociedad preindustrial. Barcelona: Crítica, 1979.

_____. *A miséria da teoria.* Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TOLEDO, Cecília. *Mulheres:* o gênero nos une, a classe nos divide. São Paulo: Xamã, 2001. (Cadernos Marxistas).

TONET, Ivo. *Democracia ou liberdade?* Maceió: Edufal, 1997.

TORRES, Iraildes Caldas. *As primeiras-damas e a assistência social:* relações de gênero e poder. São Paulo: Cortez, 2002.

TRIVIÑOS, AUGUSTO N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais:* a pesquisa qualitativa em educação o positivismo, a fenomenologia, O Marxismo. São Paulo: Atlas, 1987.

TUMOLO, P. S. *Da contestação à conformação:* a formação sindical da CUT e a reestruturação produtiva. Campinas: UNICAMP, 2002.

WAINWRIGHT, Hilary. Introdução. In: WAINWRIGHT, Hilary . *Além dos fragmentos.* São Paulo: Brasiliense, 1981.

WATERS, Mary Alice. *Marxismo y feminismo.* 2. ed. Barcelona: Fontamara, 1979.

WITTIG, Monique. *La pensée straight.* Éditions Amsterdam: Paris, 2007.

WOOD, Ellen Meiksins. *Democracia contra capitalismo:* a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. *A origem do capitalismo*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

APÊNDICE A – Roteiro semi-estruturado da entrevista

PERFIL

Idade:
Raça/etnia:
Filiado a algum partido? Caso sim, qual?
Tempo de militância geral:
Tempo de militância no feminismo:

1. Qual a importância do feminismo para você como mulher e como militante?
    a. Em que o feminismo contribui para a sua consciência e atuação política?

2. A participação em um coletivo com auto-organização das mulheres contribui para a militância? Caso sim, porque e de que forma?

3. Para além da luta feminista mais específica, você considera que o feminismo contribui para a formação da consciência de classe e para a luta da classe trabalhadora? De que forma?

4. Como você analisa os movimentos feministas no Brasil? Destaque na resposta a essa pergunta:
    a. a sua avaliação da relação do movimentos feministas brasileiros com o Governo Lula e órgãos de financiamento dos seus projetos/ações).

5. Com relação ao seu Movimento, quais são seus principais objetivos?

6. Quais as principais ações (em termos de formação política e lutas concretas) que esse Movimento desenvolve para buscar atingir esses objetivos?
    a. Quais as fontes de recursos dessas ações?
    b. De que forma essas ações contribuem na formação da consciência feminista das mulheres?
    c. Essas ações interferem na luta mais geral da classe trabalhadora (de que forma)?

7. Como você avalia o Governo Lula para a luta das mulheres? Houve avanços? Houve recuos?

8. Como se desenvolve a relação do seu Movimento com os outros movimentos sociais e, particularmente, com os movimentos feministas? E com os partido políticos?

9. Quais são os principais desafios e dificuldades do feminismo na atualidade do Brasil?

APÊNDICE B – Termo de conscentimento livre esclarecido

Você está sendo convidada para participar, como voluntária, em uma pesquisa. Após ser esclarecida sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável. Em caso de recusa ou desistência você não será penalizada de forma alguma. Em caso de dúvida você pode procurar a Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, pelo telefone: 21-23340299.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: FEMINISMO, LUTA DE CLASSES E CONSCIÊNCIA MILITANTE

Pesquisadora Responsável: Mirla Cisne – portadora do CPF: 814899943-00; RG: 94008001683, Assistente Social, Mestre em Serviço Social e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Professora da Universidade do Rio Grande do Norte. Telefones para contato: (84) 96007689.

♦ O **objetivo** dessa pesquisa é: **Compreender a formação da consciência militante feminista e seus principais desdobramentos na luta de classes no Governo Lula.**

♦ Não há nenhum risco envolvido na pesquisa, bem como nenhuma despesa.

♦ A pesquisa vem sendo desenvolvida desde 2009 e deve ser concluída em 2012. É garantido o sigilo absoluto sobre os nomes das participantes que também não serão citados em qualquer documento oriundo da pesquisa. Às participantes, é reservado o direito de retirar o consentimento a qualquer tempo, durante a execução da pesquisa, sem qualquer prejuízo, assim como recusar-se a responder às perguntas que ocasionem constrangimentos de alguma natureza.

♦ Ao final da pesquisa, todas as participantes poderão acessar os resultados, bem como solicitar esclarecimentos sobre eles.

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO DA PESQUISA

Eu,_____, RG/ CPF/ n.º_____ abaixo assinado, concordo em participar do estudo, como sujeito. Fui devidamente informada e esclarecida pela pesquisadora Mirla Cisne sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como a inexistência de riscos. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento durante a execução da pesquisa, sem que isto leve à qualquer penalidade ou prejuízo.

Local e data _____

Nome e Assinatura: _____.

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e aceite da participante. Testemunhas (não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome: _____ Assinatura: _____

Nome: _____ Assinatura: _____